PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE AÇÕES (UNITS) REPRESENTATIVOS DE AÇÕES ORDINÁRIAS E DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA

Abril Educação S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM nº 22551
Av. Otaviano Alves de Lima 4400, 7º andar, Ala C, Bairro Vila Arcádia, CEP 02909-900, São Paulo, SP
CNPJ nº 02.541.982/0001-54 – Código ISIN BRABRECDAM15 – NIRE nº 3530017583-2
Código de Negociação na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"): "ABRE11".
18.556.702 Units
Valor da Oferta – R$371.134.040,00

Preço por Unit: R$20,00.

Abril Educação S.A. ("Companhia"), BR Educacional Fundo de Investimento em Participações ("BR Educacional FIP"), FIP Brasil de Governança Corporativa ("FBGC") e os acionistas pessoas físicas indicados neste Prospecto (em conjunto, "Acionistas Vendedores") estão realizando, respectivamente, uma (i) oferta pública de distribuição primária ("Oferta Primária") de 18.556.702 certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Units"); e (ii) oferta pública de distribuição secundária ("Oferta Secundária") das Units do Lote Suplementar (conforme definido abaixo) de titularidade dos Acionistas Vendedores caso a Opção de Lote Suplementar (conforme definido abaixo) venha a ser exercida pelo J.P. Morgan.

As Units serão ofertadas no Brasil, sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o J.P. Morgan e o Itaú BBA, "Coordenadores"), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo Itau BBA USA Securities Inc., pelo Bradesco Securities Inc. e por determinadas instituições financeiras a serem contratadas, nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na Rule 144A, editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado ("*Securities Act*"), e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores, em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM ("Investidores Estrangeiros") ("Oferta").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 2.783.505 Units no âmbito da Oferta Secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas ("Units do Lote Suplementar"), conforme opção outorgada no contrato de distribuição da Oferta ("Contrato de Distribuição") pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Lote Suplementar"). O J.P. Morgan terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que foi fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderia, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ter sido acrescida em até 20%, ou seja, até 3.711.340 Units no âmbito da Oferta Secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas ("Units Adicionais"), não tendo havido tal acréscimo.

O preço por Unit ("Preço por Unit") foi fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*").

Oferta	Preço (R$)	Comissões (R$)[1]	Recursos Líquidos (R$)[1][2]
Por Unit	20,00	0,80	19,20
Oferta Primária	371.134.040,00	14.845.361,60	356.288.678,40
Oferta Secundária	0,00	0,00	0,00
Total	**371.134.040,00**	**14.845.361,60**	**356.288.678,40**

(1) Sem considerar as Units do Lote Suplementar.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta.

A Oferta Primária foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 5 de julho de 2011, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Estado de S. Paulo" em 22 de julho de 2011. O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de julho de 2011, cuja ata será publicada no jornal "O Estado de S. Paulo" e no DOESP em 23 de julho de 2011 e será arquivada na JUCESP, aprovou a emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais representadas pelas Units, o preço por ação ordinária e por ação preferencial representada pelas Units e o Preço por Unit, calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. A Oferta Secundária foi aprovada pelos Acionistas Vendedores BR Educacional FIP e FBGC em reuniões realizadas em 5 de julho de 2011 pelos seus respectivos comitês de investimento. Cada um dos comitês de investimento dos Acionistas Vendedores BR Educacional FIP e FBGC aprovou o Preço por Unit, nas suas respectivas reuniões realizadas em 21 de julho de 2011.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Units, ou das ações representadas pelas Units, nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Foi admitido o recebimento de reservas, a partir da data a ser indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto) e neste Prospecto, para subscrição ou aquisição de* Units*, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor ou adquirente após o início do período de distribuição.

A Oferta foi registrada pela CVM em 25 de julho de 2011, sob o nº CVM/SRE/REM/2011/022 (Oferta Primária) e o nº CVM/SRE/SEC/2011/014 (Oferta Secundária).

O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as* Units *a serem distribuídas.

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Units. Ao decidir por investir nas Units, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Units.

Os investidores devem ler as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, e as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco", nas páginas 41 e 79, respectivamente, deste Prospecto, para ciência de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação ao investimento nas Units.

A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Abrilpar Participações S.A.

Gestor do BR Educacional FIP e FIP Brasil de Governança Corporativa

Coordenadores e *Joint Bookrunners*

Coordenador Líder

Agente Estabilizador

A data deste Prospecto Definitivo é 21 de julho de 2011.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

PARTE 1 – INTRODUÇÃO **1**

DEFINIÇÕES ... **3**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO ... **14**
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E OUTRAS INFORMAÇÕES ... **16**
Reconciliação entre o Lucro Operacional, o EBITDA e o EBITDA Ajustado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 e para os Trimestres Findos em 31 de março de 2010 e 2011 ... 20
Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma* ... 20
Estimativas de Mercado e Outras Informações ... 27
SUMÁRIO DA COMPANHIA ... **28**
Visão Geral ... 28
Informações *Pro Forma* (inclui números do Anglo e Colégio pH) ... 30
Nossos Pontos Fortes ... 31
Tamanho e Oportunidades de Mercado ... 34
Visão Estratégica ... 36
Principais Iniciativas Estratégicas ... 36
Estrutura Societária ... 40
Informações Adicionais ... 41
Principais Fatores de Risco da Companhia ... 41
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA ... **43**
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES, DOS ADMINISTRADORES, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES ... **44**
Companhia ... 44
Acionistas Vendedores ... 44
Coordenadores ... 45
Consultores Jurídicos ... 45
Auditores Independentes ... 46
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS ... **47**
Coordenador Líder ... 47
J.P. Morgan ... 48
Itaú BBA ... 49
Bradesco BBI ... 50

PARTE 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **53**

SUMÁRIO DA OFERTA ... **55**
Cronograma Estimado da Oferta ... 62
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA ... **63**
Composição do Capital Social ... 63
Descrição da Oferta ... 64
Preço por Unit ... 64
Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos ... 65
Quantidade de Units Alienadas por cada Acionista Vendedor ... 65
Reserva de Capital ... 66
Custos da Oferta ... 66
Aprovações Societárias ... 66
Público Alvo ... 66
Cronograma Estimado da Oferta ... 67
Procedimento da Oferta ... 67

Oferta de Varejo 67
Oferta Institucional 69
Cancelamento dos Pedidos de Reserva 70
Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional 70
Estabilização do Preço das Units 72
Restrição ao Desmembramento das Units 72
Direitos, Vantagens e Restrições das Units 72
Admissão à Negociação das Units 72
Instituição Financeira Escrituradora e Emissora das Units 72
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 72
Suspensão e Cancelamento da Oferta 73
Relacionamento entre Nós e os Coordenadores 73
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores 76
Informações Adicionais 77
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA 78
Coordenador Líder 78
J.P. Morgan 78
Itaú BBA 78
Bradesco BBI 78
FATORES DE RISCO 79
Principais Fatores de Risco Relativos a Nós 79
Fatores de Risco Relativos à Oferta 79
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 83
CAPITALIZAÇÃO 84
DILUIÇÃO 85
Plano de Opções 85
Programa Especial de Incentivo 87
Diluição máxima combinada: Oferta, Opção de Compra de Ações e Programa Especial de Incentivo 88

ANEXOS 89

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA 93
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2011, QUE APROVA A OFERTA PRIMÁRIA 139
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2011 QUE APROVA O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA NO ÂMBITO DA OFERTA E FIXA O PREÇO POR UNIT 155
DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 DA COMPANHIA 167
DECLARAÇÕES DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 DOS ACIONISTAS VENDEDORES 171
DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 DO COORDENADOR LÍDER 185

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **187**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES 191
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES 271
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SIMÃO E GABRIADES VESTIBULARES LTDA. RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES 337
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SIMÃO GABRIADES VESTIBULARES LTDA (ANGLO VESTIBULARES) DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES 371
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SIMÃO GABRIADES VESTIBULARES LTDA (ANGLO VESTIBULARES) DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES 405
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SISTEMA P.H. DE ENSINO LTDA. RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES 439
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS DO SISTEMA P.H. DE ENSINO LTDA. RELATIVAS AOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES 481

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA **513**

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA 517

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARTE 1 – INTRODUÇÃO

- Definições
- Considerações Sobre Estimativas e Declarações Acerca do Futuro
- Apresentação das Informações Contábeis e Outras Informações
- Sumário da Companhia
- Informações Cadastrais da Companhia
- Identificação da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Administradores, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores
- Apresentação das Instituições Intermediárias

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos "nós" e "nossos" e verbos na primeira pessoa do plural referem-se à Abril Educação S.A. e às suas controladas.

Os termos indicados abaixo utilizados neste Prospecto terão o significado a eles atribuídos nesta seção, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Abrilpar	Abrilpar Participações S.A.
Acionistas Controladores	O Sr. Roberto Civita, o Sr. Giancarlo Francesco Civita, o Sr. Victor Civita, a Sra. Roberta Anamaria Civita e Abrilpar, em conjunto.
Acionistas Vendedores	BR Educacional FIP, FBGC, o Sr. Roberto Civita, o Sr. Giancarlo Francesco Civita, o Sr. Victor Civita e a Sra. Roberta Anamaria Civita, em conjunto.
Ações	Ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, representadas pelas Units, objeto da Oferta.
Administração	O Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria, em conjunto.
Agentes de Colocação Internacional	Credit Suisse Securities (USA) LLC, J.P. Morgan Securities LLC, Itau BBA USA Securities Inc., Bradesco Securities Inc. e determinadas instituições financeiras a serem contratadas, em conjunto.
AH	Análise horizontal, que consiste no percentual de variação das contas do demonstrativo de resultados e do balanço patrimonial entre os exercícios ou entre os períodos indicados.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anglo	Editora Anglo, Anglo Vestibulares e Siga, em conjunto.
Anglo Vestibulares	Simão e Gabriades Vestibulares Ltda., a qual foi incorporada pela Editora Anglo.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de encerramento da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, a ser publicado no jornal "O Estado de S. Paulo".
Anúncio de Início	Anúncio de início da Oferta, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, a ser publicado no jornal "O Estado de S. Paulo" em 25 de julho de 2011.

Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, revogação ou qualquer modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, a ser eventualmente publicado no jornal "O Estado de S. Paulo".
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Ativic	Ativic S.A.
AV	Análise vertical, que, quando relativa à conta do demonstrativo de resultado, consiste em percentual sobre o total de receita líquida no período indicado, quando relativa à conta do ativo no balanço patrimonial, consiste em percentual sobre o total do ativo no período indicado, e quando relativa à conta do passivo, consiste em percentual sobre o total do passivo e do patrimônio líquido no período indicado.
Aviso ao Mercado	Aviso ao mercado da Oferta, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, publicado em 6 de julho de 2011 e republicado em 13 de julho de 2011, no jornal "O Estado de S. Paulo".
Banco Central	Banco Central do Brasil.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BR Educacional FIP	BR Educacional Fundo de Investimento em Participações.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CAEP	CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.
Cláusula Compromissória	Cláusula de arbitragem mediante a qual a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Colaboradores	Administradores e empregados da Companhia e das Empresas do Grupo Abril, considerados como tais os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia e das Empresas do Grupo Abril, empregados com vínculo empregatício com a Companhia ou com as Empresas do Grupo Abril, que se encontrem em pleno exercício de seus respectivos mandatos ou integrem as respectivas folhas de pagamentos em 15 de junho de 2011.
Colégio pH	Sistema P.H. de Ensino Ltda.
Companhia ou nós	Abril Educação S.A.
Conselheiros Independentes	Conforme Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa caracterizam-se por: (i) não terem qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não serem Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não terem sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não serem fornecedores ou compradores, diretos ou indiretos, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não serem funcionários ou administradores de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não serem cônjuge ou parente até segundo grau de algum Administrador da Companhia; e (vii) não receberem outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia.

Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2	Contrato celebrado em 4 de julho de 2011, entre a BM&FBOVESPA, nós, nossos Administradores e nossos Acionistas Controladores, por meio do qual concordamos em cumprir com requisitos diferenciados de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado estabelecidos pelo Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa, a fim de se qualificar para listagem no Nível 2 de Governança Corporativa, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início da Oferta.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Units no exterior.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Distribuição de Certificados de Depósito de Ações (Units) Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão de Abril Educação S.A., entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores e a BM&FBOVESPA.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Certificados de Depósito de Ações (Units) Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão de Abril Educação S.A., entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o J.P. Morgan, a J.P. Morgan Corretora, o Coordenador Líder, o Itaú BBA e o Bradesco BBI.
Coordenador Líder ou Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Coordenadores	O Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o Itaú BBA e o Bradesco BBI.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
Curso pH	Curso P.H. Ltda.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	A data de liquidação física e financeira das Units (exceto pelas Units do Lote Suplementar) que deverá ocorrer até o último dia do Período de Colocação.
Data de Liquidação das Units do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Units do Lote Suplementar, que deverá ocorrer até o terceiro dia útil após a respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de publicação do Anúncio de Início.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Dólar dos Estados Unidos.

EBITDA	O EBITDA, segundo disposições do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, juros, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com o IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.
EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado é uma resultante do EBITDA, adicionado das seguintes despesas não recorrentes: (i) REFIS IV; (ii) reorganização administrativa; (iii) comissões e honorários pagos em razão de assessoria para a aquisição das sociedades do Anglo; (iv) projetos comerciais extraordinários; e (iv) obsolescência de estoques relativos ao material do Sistema de Ensino SER, tendo em vista a reformulação do conteúdo do material. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras companhias podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação, a amortização e as despesas não recorrentes. O EBITDA Ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos em nosso negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e despesas não recorrentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.
Editora Abril	Editora Abril S.A.
Editora Anglo	Gráfica e Editora Anglo S.A., atual denominação da Gráfica e Editora Anglo Ltda.

Editora Ática	Editora Ática S.A.
Editoras	Editora Anglo e Editora Ática, em conjunto.
Editora Scipione	Editora Scipione S.A.
Empresas do Grupo Abril	A Companhia, Abril Vídeo Distribuição Ltda., Abril Marcas Ltda., Abril Radiodifusão S.A., AOH S.A., Casa Cor Promoções e Comercial S.A., CCS Camboriú Cable System Telecom Ltda., Colégio pH, Comercial Cabo TV São Paulo S.A., Curso pH, Derivo Consultoria S.A., Diana Participações S.A., Dinap S.A., Editora Abril, Editora Abril S.A. – ELLE, Editora Anglo, Editora Ática, Editora Caras S.A., Editora Novo Continente S.A., Editora Scipione, Elemídia Consultoria e Serviços de Marketing S.A., ENFERMAP – Centro de Aprendizado Educacional Ltda., ETB Editora, FC Comercial e Distribuidora S.A., Fundação Victor Civita, Instituto Transforma de Educação Técnica e Profissional, Magazine Express Comercial, Importadora e Exportadora de Revistas Ltda., Nimbuzz Brasil S.A., Publicitária Paulista S.A., Santos Dumont, Shopping Mídia Ltda., Treelog S.A. e TVA Sul Paraná S.A., em conjunto.
Ensino Básico ou Educação Básica	Segmento de educação que visa atender às necessidades básicas de aprendizagem e engloba a educação infantil e elementar, alfabetização, cultura geral e habilidades essenciais na capacitação de jovens e adultos. Segundo o MEC, o Ensino Básico inclui ensino infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, educação profissional, educação especial e educação de jovens e adultos.
Ensino Fundamental	Uma das etapas da Educação Básica no Brasil. Corresponde a um período de nove anos e tem o objetivo de transmitir os conhecimento básicos para a formação do cidadão.
Ensino Médio	Uma das etapas da Educação Básica, cuja finalidade é aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e formar o cidadão para a vida social e para o mercado de trabalho, oferecendo o conhecimento básico necessário para o estudante ingressar no Ensino Superior.
Ensino Técnico	Nível intermediário entre o Ensino Básico e o Ensino Superior, ou um substituto para o Ensino Superior. Seu objetivo é capacitar alunos que concluem o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio para o mercado de trabalho.
Escolas Associadas	Escolas que adotam algum dos Sistemas de Ensino da Companhia.
Escolas Próprias	Escolas pertencentes à Abril Educação que oferecem Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Técnico, Cursos preparatórios para vestibular e/ou Cursos preparatórios para concursos públicos.

Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
ETB Editora	ETB Editora Técnica do Brasil Ltda.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Família Civita	O Sr. Roberto Civita, o Sr. Giancarlo Francesco Civita, o Sr. Victor Civita, e a Sra. Roberta Anamaria Civita, em conjunto.
FBGC	FIP Brasil de Governança Corporativa.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado pela Companhia nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
Hoper	Hoper Consultoria.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFRS	*International Financial Reporting Standards*, padrões internacionais de demonstrações financeiras emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar na BM&FBOVESPA contratadas para efetuar esforços de colocação das Units exclusivamente aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores.

Investidores Estrangeiros	Público alvo dos esforços de colocação das Units no exterior, no âmbito da Oferta Institucional, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, consistindo, nos Estados Unidos, de investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela SEC, em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos, de investidores institucionais e outros investidores, em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
Investidores Institucionais	Investidores que não sejam Investidores Não Institucionais.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na BM&FBOVESPA e os Colaboradores, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que formalizem pedidos de investimento em montante entre o valor mínimo de R$3.000,00 e o valor máximo de R$300.000,00 e que tenham realizado Pedido de Reserva.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
J.P. Morgan	Banco J.P. Morgan S.A.
J.P. Morgan Corretora	J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei de Direitos Autorais	Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
Lei de Diretrizes e Bases	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
Nice	Nice Participações S.A.
Nível 2 de Governança Corporativa	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.
Oferta	Oferta pública de distribuição primária e secundária das Units no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior para Investidores Estrangeiros.

Oferta de Varejo	Oferta das Units destinada aos Investidores Não Institucionais.
Oferta Institucional	Oferta das Units destinada aos Investidores Institucionais.
Oferta Primária	Oferta pública das Units da Oferta Primária.
Oferta Secundária	Oferta pública das Units da Oferta Secundária.
Offering Memorandum	*Preliminary Offering Memorandum* ou *Offering Memorandum*, relativo aos esforços de colocação das Units no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, para Investidores Estrangeiros.
Opção de Lote Suplementar	Opção outorgada no Contrato de Distribuição pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan, com relação às Units do Lote Suplementar, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. O J.P. Morgan terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que foi fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores.
Pedido de Reserva	Formulário específico para realização de pedido de reserva das Units pelos Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo.
Período de Colocação	Prazo para a colocação e subscrição ou aquisição das Units, que será de até três dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
Período de Reserva	Prazo de 13 de julho de 2011 a 20 de julho de 2011, inclusive, para os Investidores Não Institucionais terem efetuado seus Pedidos de Reserva.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, controladores ou administradores das instituições intermediárias e da emissora ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau.
PIB	Produto Interno Bruto.
pH	Curso pH e Colégio pH, em conjunto.
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Básico.

Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, e as normas instruções e regulamentos da CVM.
Preço por Unit	R$20,00.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado com Investidores Institucionais pelos Coordenadores, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400.
Prospecto Definitivo ou Prospecto	Este prospecto definitivo da Oferta.
Prospecto Preliminar	O prospecto preliminar da Oferta.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto.
PwC	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.
Real, reais ou R$	Moeda corrente do Brasil.
REFIS IV	Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que constitui em um programa de parcelamento de débitos fiscais e previdenciários.
Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, e suas posteriores alterações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa e no Estatuto Social e que consta dos termos de anuência dos Administradores e dos Acionistas Controladores, nos termos do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa.
Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa	Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas listadas no Nível 2 de Governança Corporativa, estabelecendo regras diferenciadas para estas companhias.
Santos Dumont	Instituto Educacional Alberto Santos Dumont Ltda.
Securities Act	*Securities Act*, de 1933, dos Estados Unidos, e alterações posteriores.
Securities and Exchange Commission ou SEC	Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos.
Segmento K-12	Corresponde ao Ensino Fundamental e Ensino Médio que, juntos, totalizam 12 anos de duração.
SER	Sistema de ensino da Companhia.

SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
Siga	Siga Educacional Ltda.
Sistema de Ensino	Conjunto de produtos e serviços por meio do qual é oferecida uma solução educacional completa às escolas que o adotam.
Taxa SELIC	Taxa básica de juros divulgada pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central.
Units	18.556.702 certificados de depósito de Ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma Ação ordinária e duas Ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia.
Units Adicionais	3.711.340 Units no âmbito da Oferta Secundária (sem considerar as Units do Lote Suplementar), que, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, poderiam, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ter sido acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas, não tendo havido tal acréscimo.
Units da Oferta Primária	18.556.702 Units, objeto da Oferta Primária.
Units da Oferta Secundária	2.783.505 Units, objeto da Oferta Secundária, equivalente às Units do Lote Suplementar, caso a Opção de Lote Suplementar venha a ser exercida.
Units do Lote Suplementar	Até 2.783.505 Units no âmbito da Oferta Secundária, equivalentes a até 15% das Units inicialmente ofertadas, que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, conforme a Opção de Lote Suplementar, poderão ser acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas. Salvo se disposto de maneira diversa, a referência às Units também será referência às Units do Lote Suplementar.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções "Fatores de Risco" e "Sumário da Companhia", nas páginas 79 e 28, respectivamente, deste Prospecto, e nas seções "4. Fatores de Risco", "5. Riscos de Mercado", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Nossas estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, nas expectativas atuais, estimativas das projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar o nosso setor de atuação, a nossa participação de mercado, nossa reputação, os nossos negócios operacionais, nossa situação financeira, o resultado das nossas operações, nossas margens e/ou nosso fluxo de caixa. Embora acreditemos que estas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações de que atualmente dispomos.

Nossas estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, exemplificativamente:

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- mudanças na situação financeira de nossas Escolas Associadas e de nossos alunos no Ensino Básico, cursos pré-vestibulares, profissionalizantes e para concursos públicos;
- nossa capacidade de aproveitar todos os benefícios esperados das aquisições que realizamos;
- nossa capacidade de continuar atraindo e retendo Escolas Associadas para as quais fornecemos nossos Sistemas de Ensino;
- nossa capacidade de continuar participando dos programas oficiais de compras de livros e material didático do Governo Federal, bem como alterações significativas no orçamento público para compras de livros em tais programas;
- nossa capacidade de acompanhar as mudanças tecnológicas no setor de educação;
- nossa capacidade de estabelecer e manter relações comerciais duradouras e atraentes com os autores de nosso material didático;
- a interrupção dos serviços e benefícios que atualmente adquirimos ou compartilhamos com a Editora Abril;
- fatores ou tendências que podem afetar nossos negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de nossas operações;
- nosso nível de capitalização e endividamento e nossa capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão; e
- outros fatores de risco apresentados na seção "Fatores de Risco" deste Prospecto e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E OUTRAS INFORMAÇÕES

Os quadros a seguir apresentam um sumário das nossas informações financeiras e operacionais consolidadas para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações contábeis consolidadas auditadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, e nossas informações trimestrais intermediárias consolidadas auditadas relativas a 31 de março de 2011 e ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e respectivas notas explicativas e revisadas para o trimestre findo em 31 de março de 2010, elaboradas em conformidade com CPC 21 – Demonstração Intermediária, incluídas neste Prospecto, bem como em conjunto com o item "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Com a adoção dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC que alteraram as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, para fins de apresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram efetuados ajustes retroativos às informações comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, os saldos e informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 apresentados como informações comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são diferentes daquelas anteriormente apresentadas nas nossas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

As demonstrações financeiras da Anglo Vestibulares (Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 encontram-se anexas a este Prospecto. Adicionalmente, as demonstrações financeiras do Colégio pH para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e para o trimestre findo em 31 de março de 2011 encontram-se anexas a este Prospecto.

	Trimestre Findo em 31 de março de				
	2010	**AV (%)**	**2011**	**AV (%)**	**AH (%)**
	(em milhões de reais)				
Receita Líquida	105,4	100,0	203,8	100,0	93,4
Custos dos Produtos e Serviços	(36,5)	-34,7	(60,0)	-29,4	64,2
Lucro Bruto	**68,9**	**65,3**	**143,8**	**70,6**	**108,9**
Despesas com Vendas	(31,2)	-29,6	(48,0)	-23,6	54,0
Despesas Gerais e Administrativas	(7,5)	-7,1	(19,5)	-9,5	158,7
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	(0,2)	-0,2	0,3	0,1	-247,5
Lucro Operacional	**29,9**	**28,4**	**76,6**	**37,6**	**155,9**
Receitas Financeiras	3,0	2,8	8,2	4,0	173,7
Despesas Financeiras	(3,2)	-3,0	(20,5)	-10,1	554,9
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**29,8**	**28,2**	**64,3**	**31,6**	**115,8**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(5,4)	-5,1	(21,5)	-10,6	299,1
Lucro Líquido no Exercício	**24,4**	**23,1**	**42,8**	**21,0**	**75,4**

	Exercício Findo em 31 de dezembro de				
	2009	**AV (%)**	**2010**	**AV (%)**	**AH (%)**
	(em milhões de reais)				
Receita Líquida	366,0	100,0	512,2	100,0	39,9
Custos dos Produtos e Serviços	(157,0)	-42,9	(231,5)	-45,2	47,5
Lucro Bruto	**209,0**	**57,1**	**280,6**	**54,8**	**34,3**
Despesas com Vendas	(111,5)	-30,5	(159,3)	-31,1	43,0
Despesas Gerais e Administrativas	(27,5)	-7,5	(56,6)	-11,0	105,6
Outras Receitas (Despesas), Líquidas	(0,2)	-0,1	(2,7)	-0,5	1097,4
Resultado Decorrente da Adesão ao Refis IV	(11,9)	-3,2	–	–	100,0
Lucro Operacional	**57,9**	**15,8**	**62,0**	**12,1**	**7,1**
Receitas Financeiras	18,4	5,0	23,2	4,5	26,4
Despesas Financeiras	(13,6)	-3,7	(52,1)	-10,2	283,3
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**62,7**	**17,1**	**33,1**	**6.5**	**-47,1**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23,7)	-6,5	(18,7)	-3,7	-21,1
Lucro Líquido no Exercício	**39,0**	**10,6**	**14,4**	**2,8**	**-63,0**

	Em 31 de dezembro de		Em 31 de março de		
	2010	**AV (%)**	**2011**	**AV (%)**	**AH (%)**
	(em milhões de reais)				
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	211,2	15,8	308,5	22,4	46,1
Contas a Receber de Clientes	171,8	12,8	128,5	9,3	-25,2
Estoques	163,2	12,2	160,7	11,7	-1,6
Impostos a Recuperar	28,7	2,1	22,2	1,6	-22,6
Adiantamentos a Fornecedores e Outros	4,4	0,3	6,6	0,5	51,6
Total do Circulante	**579,3**	**43,2**	**626,5**	**45,5**	**8,1**
Não Circulante					
Impostos a Recuperar	4,1	0,3	4,1	0,3	0,1
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22,5	1,7	18,1	1,3	-19,5
Depósitos Judiciais	3,3	0,2	4,0	0,3	22,3
Adiantamentos a Fornecedores e Outros	1,1	0,1	1,2	0,1	9,9
Intangível	672,3	50,2	667,0	48,4	-0,8
Imobilizado	58,1	4,3	56,7	4,1	-2,5
Total do Não Circulante	**761,4**	**56,8**	**751,1**	**54,5**	**-1,4**
Total do Ativo	**1.340,7**	**100,0**	**1.377,6**	**100,0**	**2,7**

	Em 31 de dezembro de		Em 31 de março de		
	2010	**AV (%)**	**2011**	**AV (%)**	**AH (%)**
	(em milhões de reais)				
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e Demais Contas a Pagar	101,9	7,6	86,1	6,3	-15,6
Empréstimos e Financiamentos	17,5	1,3	29,0	2,1	66,0
Impostos e Contribuições a Pagar	2,0	0,2	1,5	0,1	-25,4
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11,2	0,8	6,7	0,5	-39,2
Dividendos a Pagar	3,4	0,3	13,7	1,0	300,0
Contas a pagar por Aquisição de Participação Societária	65,7	4,9	67,5	4,9	2,6
Total do Circulante	**201,7**	**15,1**	**204,5**	**14,8**	**1,4**
Não Circulante					
Contas a Pagar por Aquisição de Participação Societária	197,2	14,7	202,4	14,7	2,6
Empréstimos e Financiamentos	364,8	27,2	362,1	26,3	-0,7
Impostos e Contribuições a Pagar	10,8	0,8	11,0	0,8	2,4
Provisão para Contingências	12,7	1,0	11,5	0,8	-10,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4,8	0,4	4,8	0,3	-0,3
Total do Não Circulante	**590,3**	**44,0**	**591,8**	**42,9**	**0,2**
Patrimônio Líquido					
Capital Social	345,4	25,8	345,4	25,1	0,0
Reservas de Capital	141,5	10,6	141,5	10,3	0,0
Reservas de Lucros	51,5	3,8	51,6	3,7	0,0
Lucros Acumulados	10,3	0,8	42,8	3,1	317,1
Total do Patrimônio Líquido	**548.7**	**40,9**	**581,3**	**42,2**	**5,9**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.340,7**	**100,0**	**1.377,6**	**100,0**	**2,7**

	Em 31 de dezembro de				
	2009	**AV (%)**	**2010**	**AV (%)**	**AH (%)**
	(em milhões de reais)				
Ativo					
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	17,2	4,2	211,2	15,8	1124,6
Contas a Receber de Clientes	116,3	28,6	171,8	12,8	47,7
Estoques	118,9	29,3	163,2	12,2	37,3
Impostos a Recuperar	33,8	8,3	28,7	2,1	-15,0
Adiantamentos a Fornecedores e Outros	3,3	0,8	4,4	0,3	32,4
Total do Circulante	**289,5**	**71,2**	**579,3**	**43,2**	**100,1**
Não Circulante					
Empréstimos e Outros Créditos com Partes Relacionadas	80,9	19,9	–	–	n.a.
Impostos a Recuperar	0,4	0,1	4,1	0,3	1080,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4,8	1,2	22,5	1,7	366,7
Depósitos Judiciais	1,6	0,4	3,3	0,2	103,7
Adiantamentos a Fornecedores e Outros	–	–	1,1	0,1	n.a.
Intangível	23,8	5,9	672,3	50,2	2726,7
Imobilizado	5,4	1,3	58,1	4,3	977,1
Total do Não Circulante	**116,9**	**28,8**	**761,4**	**56,8**	**551,5**
Total do Ativo	**406,4**	**100,0**	**1.340,7**	**100,0**	**229,9**

	Em 31 de dezembro de				
	2009	**AV (%)**	**2010**	**AV (%)**	**AH (%)**
	(em milhões de reais)				
Passivo					
Circulante					
Fornecedores e Demais Contas a Pagar	58,3	14,4	101,9	7,6	74,7
Empréstimos e Financiamentos	59,1	14,5	17,5	1,3	-70,4
Impostos e Contribuições a Pagar	0,8	0,2	2,0	0,2	158,2
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7,0	1,7	11,2	0,8	57,9
Dividendos a Pagar	9,3	2,3	3,4	0,3	-63,2
Contas a pagar por Aquisição de Participação Societária	–	–	65,7	4,9	n.a.
Total do Circulante	**134,5**	**33,1**	**201,7**	**15,1**	**50,0**
Não Circulante					
Contas a Pagar por Aquisição de Participação Societária	–	–	197,2	14,7	n.a
Empréstimos e Financiamentos	44,6	11,0	364,8	27,2	718,1
Impostos e Contribuições a Pagar	11,9	2,9	10,8	0,8	-9,6
Provisão para Contingências	8,4	2,1	12,7	1,0	50,8
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4,8	1,2	4,8	0,4	-0,5
Total do Não Circulante	**69,7**	**17,2**	**590,3**	**44,0**	**746,5**
Patrimônio Líquido					
Capital Social	160,1	39,4	345,4	25,8	115,8
Reservas de Capital	0,5	0,1	141,5	10,6	27003,8
Reservas de Lucros	41,6	10,2	51,5	3,8	24,0
Dividendos Adicional Proposto	–	–	10,3	0,8	n.a.
Total do Patrimônio Líquido	**202,2**	**49,7**	**548,7**	**40,9**	**171,4**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**406,4**	**100,0**	**1.340,7**	**100,0**	**229,9**

Reconciliação entre o Lucro Operacional, o EBITDA e o EBITDA Ajustado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2010 e para os Trimestres Findos em 31 de março de 2010 e 2011

	Trimestre Findo em 31 de março de		Exercício Findo em 31 de dezembro de	
	2010	**2011**	**2010**	**2009**
	(em milhões de reais)			
Lucro Operacional no Período	29,9	76,6	62,0	57,9
(+) Depreciação e Amortização	1,0	7,1	14,9	2,5
(+) Amortização do investimento editorial[(1)]	8,8	14,1	25,6	25,4
EBITDA[(2)]	**39,7**	**97,8**	**102,5**	**85,8**
(+) Itens Não Recorrentes	**1,7**	**1,1**	**29,7**	**11,9**
Adesão ao REFIS IV[(3)]	–	–	–	11,9
Reorganização administrativa[(4)]	–	–	5,4	–
Comissões/honorários com aquisição do Anglo[(5)]	–	1,1	8,7	–
Projetos comerciais extraordinários[(6)]	1,7	–	8,0	–
Obsolescência de estoques[(7)]	–	–	7,6	–
EBITDA AJUSTADO[(8)]	**41,4**	**98,9**	**132,2**	**97,7**

(1) Investimento editorial significa os investimentos realizados por nós para a elaboração de novos conteúdos para os nossos livros e materiais didáticos de nossos Sistemas de Ensino, que incluem principalmente os valores relativos aos gastos com pessoal editorial (próprio ou terceiro), ilustrações, fotos e direitos de imagem e de texto.

(2) O EBITDA, segundo disposições do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, juros, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

(3) Em novembro de 2009, nós e nossas controladas aderimos ao REFIS IV. Em 31 de março de 2011, possuíamos uma dívida reconhecida no valor de R$11,0 milhões, a ser paga em 60 meses, com juros de 100% da variação da Taxa SELIC. Em decorrência de tal adesão, reconhecemos uma provisão de R$11,9 milhões em 2009 que não se repetiu em 2010.

(4) Em 2010, implementamos a reorganização administrativa das Editoras que gerou custos não recorrentes de desligamento de pessoal e resultou na criação e estabelecimento da Companhia.

(5) Em 2010, efetuamos o pagamento de despesas não recorrentes de comissões e honorários a bancos e advogados relativos a serviços de assessoria financeira e jurídica prestados a nós para a aquisição do Anglo.

(6) Em 2010, realizamos uma série de ações comerciais extraordinárias de *marketing* da Editora Ática e da Editora Scipione e do Sistema de Ensino SER, que representou um custo de R$8,0 milhões referentes ao relançamento do Sistema de Ensino SER e de suporte dos reforços da Editora Ática e da Editora Scipione devido à falta de novos produtos no mercado privado.

(7) Em 2010, realizamos uma reformulação do conteúdo do material didático do SER, a fim de garantir a continuidade do crescimento do número de escolas e alunos para os quais o SER é fornecido, cujos custos foram contabilizados juntamente com os custos das Editoras. Dessa forma, foi realizado um reconhecimento não recorrente de estoques obsoletos acima dos nossos níveis históricos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R$7,6 milhões.

(8) O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras companhias podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos em nosso negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e despesas não recorrentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

Informações Financeiras Consolidadas *Pro Forma*

As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas apresentadas abaixo derivam (i) das nossas demonstrações financeiras históricas auditadas preparadas em conformidade com o IFRS (a) para o período findo em 31 de dezembro de 2010; e (b) para 31 de março de 2011 e trimestre findo em 31 de março de 2011; (ii) das nossas informações financeiras históricas consolidadas revisadas para o trimestre findo em 31 de março de 2010; (iii) das informações financeiras históricas consolidadas revisadas do Anglo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009: (a) para o trimestre findo em 31 de março de 2010, e (b) para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2010; (iv) das demonstrações financeiras históricas auditadas do Colégio pH em 31 de março de 2011 e para os trimestres findo em 31 de março de 2011 e 2010 em conformidade com o IFRS; e (v) das demonstrações financeiras históricas auditadas do Colégio pH para 31 de dezembro de 2010 preparadas em conformidade com o IFRS. As demonstrações financeiras históricas do Anglo foram preparadas em conformidades com o antigo BR GAAP, entretanto avaliamos tais demonstrações contábeis e não foram identificados ajustes para alinhamento destas ao IFRS. Assim sendo, as informações financeiras pro forma foram preparadas de forma consistente e comparativa, estando todas as demonstrações financeiras históricas seguindo critérios contábeis similares. As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas supra citadas, bem como com a seção 10 deste Formulário de Referência.

Em 6 de julho de 2010 adquirimos a totalidade das ações do Anglo em São Paulo, pelo valor total de R$717,4 milhões, com o que incorporamos ao nosso portfólio de negócios o sistema de ensino da marca Anglo e seus cursos pré-vestibulares e preparatórios para concursos públicos. O Anglo passou a ser consolidado em nossas demonstrações financeiras a partir de 7 de julho de 2010.

Em 14 de abril de 2011 adquirimos a totalidade do capital social do pH, localizadas no Rio de Janeiro, pelo valor total de R$228,0 milhões, sendo R$57,0 milhões referente ao Curso pH e R$171,0 milhões referente ao Colégio pH. Com isso passamos a atuar em Escolas Próprias de Ensino Fundamental e Ensino Médio. O pH passou a ser consolidado em nossas demonstrações financeiras a partir de 15 de abril de 2011. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas apresentadas abaixo levaram em consideração somente as demonstrações financeiras históricas auditadas do Colégio pH, tendo em vista que os resultados do Curso pH não são relevantes para tal fim.

Em 15 de abril de 2011, adquirimos 61,6% do capital do ETB, pelo valor total de R$4,0 milhões, com o que iniciamos nossas atividades no segmento de Escolas Técnicas, no interior do Estado de São Paulo. O ETB passou a ser consolidado em nossas demonstrações financeiras a partir de 15 de abril de 2011. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas apresentadas abaixo não levaram em consideração as demonstrações financeiras históricas do ETB, tendo em vista que os resultados do ETB não são relevantes para tal fim.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e ao trimestre findo em 31 de março de 2010 refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito às aquisições do Anglo e do Colégio pH por nós como se houvessem ocorrido desde 1º de janeiro de 2010. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito à aquisição do Colégio pH por nós como se houvesse ocorrido desde 1º de janeiro de 2011. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas em 31 de março de 2011 refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito à aquisição do Colégio pH por nós como se houvesse ocorrido em 31 de março de 2011. Os ajustes e suposições *pro forma* estão abaixo.

As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas abaixo foram preparadas de acordo com o IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e se baseiam nas informações e hipóteses disponíveis que acreditamos ser razoáveis. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas são apenas para fins ilustrativos e informativos e não pretendem representar ou ser indicador do que nossa situação financeira ou resultados operacionais teriam sido, caso as operações descritas acima tivessem ocorrido nas datas indicadas. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas também não devem ser consideradas representativas de nossa situação financeira ou de nossos resultados operacionais futuros.

Em relação às informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas abaixo, nosso auditor independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, declarou que, conforme a regra NBC TA 700, o auditor independente deve formar sua opinião sobre se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Para formar essa opinião, o auditor deve concluir se obteve segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. As informações financeiras consolidadas *pro forma* tem por objetivo prover aos investidores informações referentes ao impacto de determinadas transações nas demonstrações financeiras históricas caso estas tivessem ocorrido em data anterior à efetiva data da transação, e além disso não atendem aos requerimentos completos de preparação de demonstrações contábeis. Desta forma, os auditores não podem emitir um opinião, porém é permitido emitir um relatório de asseguração limitada sobre a preparação das demonstrações *pro forma*, nos termos da Norma e Procedimentos de Asseguração ("NPA") – NBC TO 01 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 – "*International Standards on Assurance Engagements*". Tal relatório de asseguração foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e confirma que: (a) as informações financeiras consolidadas *pro forma* abaixo foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras históricas auditadas ou revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (b) foram realizados pela nossa administração ajustes *pro forma* ao somatório das demonstrações financeiras histórias auditadas e que a coluna referente a esses ajustes, bem como o somatório final, foram objeto de revisão pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (c) tal revisão incluiu discussão das premissas utilizadas pela nossa administração na elaboração das informações financeiras consolidadas *pro forma* e a verificação dos ajustes *pro forma* ao somatório das demonstrações financeiras históricas auditadas utilizadas; e (d) foi elaborado nos termos da Norma e Procedimentos de Asseguração ("NPA") – NBC TO 01 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e/ou Revisão e ISAE 3000 – "*International Standards on Assurance Engagement*".

Demonstração do Resultado Pro Forma Não Auditado para o Trimestre Findo em 31 de Março de 2011

	Companhia Histórico	Colégio pH Histórico	Ajuste Amortização do Intangível Colégio pH[(A)]	Ajuste Receitas/Despesas Financeiras Colégio pH[(B)]	Demonstração do Resultado *Pro Forma*
			(em milhares de reais)		
Receita Líquida	203.807	19.617	–	–	223.424
Custos dos produtos e serviços	(60.015)	(5.400)	–	–	(65.415)
Lucro bruto	143.792	14.217	–	–	158.009
Despesas com vendas	(48.011)	(758)	(661)	–	(49.430)
Despesas gerais e administrativas	(19.453)	(5.160)	(86)	–	(24.699)
Outras receitas/(despesas)	305	(19)	–	–	286
Lucro operacional	76.633	8.280	(746)	–	84.167
Receitas financeiras	8.173	164	–	(3.106)	5.231
Despesas financeiras	(20.492)	(39)	–	(1.306)	(21.837)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	64.314	8.405	(746)	(4.412)	67.562
Imposto de renda e contribuição social	(21.470)	(2.778)	254	1.500	(22.494)
Lucro líquido do trimestre	42.844	5.627	(492)	(2.912)	45.067

Demonstração do Resultado Pro Forma Não Auditado para o Trimestre Findo em 31 de Março de 2010

	Companhia Histórico	Anglo Histórico	Colégio pH Histórico	Ajuste Amortização de PPA do Anglo[(C)]	Ajuste Despesa financeira Dívida Anglo[(D)]	Ajuste Amortização de PPA Colégio pH[(A)]	Ajuste Despesas/ Receitas financeiras Colégio pH[(B)]	Demonstração do Resultado *Pro Forma*
				(em milhares de reais)				
Receita Líquida	105.377	42.288	18.387	–	–	–	–	166.053
Custos dos produtos e serviços	(36.541)	(11.410)	(4.984)	–	–	–	–	(52.935)
Lucro bruto	68.836	30.878	13.403	–	–	–	–	113.118
Despesas com vendas	(31.167)	(7.465)	(873)	(4.467)	–	(661)	–	(44.634)
Despesas gerais e administrativas	(7.518)	(3.743)	(5.143)	(819)	–	(86)	–	(17.309)
Outras receitas/ (despesas)	(207)	192	18	–	–	–	–	3
Lucro operacional	29.944	19.862	7.405	(5.286)	–	(746)	–	51.178
Receitas financeiras	2.986	4.854	123	–	–	–	(2.383)	5.580
Despesas financeiras	(3.129)	(399)	(115)	–	(15.937)	–	(1.002)	(20.582)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	29.801	24.317	7.413	(5.286)	(15.937)	(746)	(3.386)	36.176
Imposto de renda e contribuição social e contribuição social	(5.379)	(12.197)	(2.336)	1.797	5.419	254	1.151	(11.291)
Lucro líquido do trimestre	24.422	12.120	5.077	(3.489)	(10.518)	(492)	(2.235)	24.885

Demonstrações do Resultado Pro Forma Não Auditado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

	Companhia Histórico	**Anglo Histórico**	**Colégio pH Histórico**	**Ajuste Amortização de PPA do Anglo[(C)]**	**Ajuste Despesa financeira Dívida Anglo[(D)]**	**Ajuste resultado período de 6 dias Anglo[(E)]**	**Ajuste Amortização de PPA Colégio pH**	**Ajuste Despesas/ Receitas financeiras Colégio pH**	**Demonstração do Resultado *Pro Forma***
	(em milhares de reais)								
Receita Líquida	512.174	76.394	65.218	–	–	4.623	–	–	658.410
Custos dos produtos e serviços	(231.539)	(23.537)	(25.246)	–	–	(1.907)	–	–	(282.229)
Lucro bruto	280.635	52.857	39.972	–	–	2.716	–	–	376.181
Despesas com vendas	(159.346)	(14.043)	(3.033)	(8.935)	–	(737)	(2.643)	–	(188.736)
Despesas gerais e administrativas	(56.575)	(6.947)	(18.863)	(1.638)	–	(141)	(342)	–	(84.506)
Outras receitas/ (despesas)	(2.730)	269	110	–	–	(469)	–	–	(2.820)
Lucro operacional	61.984	32.136	18.186	(10.573)	–	1.369	(2.985)	–	100.118
Receitas financeiras	23.206	10.326	454	–	–	1.338	–	(9.534)	25.791
Despesas financeiras	(52.056)	(357)	(219)	–	(31.874)	–	–	(4.010)	(88.516)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33.134	42.105	18.421	(10.573)	(31.874)	2.708	(2.985)	(13.543)	37.393
Imposto de renda e contribuição social	(18.717)	(14.219)	(5.738)	3.595	10.837	(921)	1.015	4.605	(19.544)
Lucro líquido do exercício	14.417	27.886	12.683	(6.978)	(21.037)	1.787	(1.970)	(8.939)	17.849

Balanço Patrimonial Pro Forma Não Auditado em 31 de Março de 2011

	Companhia	Colégio pH	Ajustes PPA	Ajuste Dívida	Companhia *Pro Forma*
			(em milhares de reais)		
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	308.451	3.831	(120.375)[(B)]	–	191.907
Contas a receber de clientes	128.498	5.511	–	–	134.009
Estoques	160.677	142	–	–	160.819
Impostos a recuperar	22.238	3.403	–	–	25.641
Adiantamentos e despesas antecipadas	6.638	620	–	–	7.258
Total do ativo circulante	**626.502**	**13.507**	**(120.375)[(A)]**	**–**	**519.634**
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Impostos a recuperar	4.076	–	–	–	4.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.089	1.020	–	–	19.109
Depósitos judiciais	4.055	103	–	–	4.158
Adiantamentos e despesas antecipadas	1.158	–	–	–	1.158
Intangível	667.041	218	171.000	–	838.259
Imobilizado	56.664	2.728	–	–	59.392
Total do ativo não circulante	**751.083**	**4.069**	**171.000**	**–**	**926.152**
Total do ativo	**1.377.585**	**17.576**	**50.625**	**–**	**1.445.786**
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e demais contas a pagar	86.077	3.930	–	–	90.007
Empréstimos e financiamentos	29.011	–	–	10.125[(B)]	39.136
Impostos e contribuições a pagar	1.518	1.461	–	–	2.979
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6.758	5.190	–	–	11.948
Imposto de renda diferido	–	4.443	–	–	4.443
Dividendos a pagar	13.696	–	–	–	13.696
Contas a pagar por aquisição de participação societária	67.475	–	–	–	67.475
Total do circulante	**204.535**	**15.024**	**–**	**10.125**	**229.684**
NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Contas a pagar por aquisição de participação societária	202.423	–	–	–	202.423
Empréstimos e financiamentos	362.097	–	–	40.500[(B)]	402.597
Impostos e contribuições a pagar	11.007	–	–	–	11.007
Provisão para contingências	11.470	2.996	–	–	14.466
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.774		–	–	4.774
Receita diferida					
Total do não circulante	**591.771**	**2.996**	**–**	**40.500**	**635.267**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	345.398	76	–	–	345.474
Reservas de capital	141.482	–	–	–	141.482
Reservas de lucros	51.555	–	–	–	51.555
Dividendo adicional proposto	42.844	–	–	–	42.844
Ajuste de avaliação patrimonial		(3.636)	–	–	(3.636)
Lucros acumulados	–	3.116	–	–	3.116
Total do patrimônio líquido	**581.279**	**(444)**	**–**	**–**	**580.835**
Total do passivo	**1.377.585**	**17.576**	**–**	**50.625**	**1.445.786**

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas

Os ajustes *pro forma* dizem respeito aos impactos descritos abaixo, sendo estes suscetíveis a imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferidos, os quais foram calculados com base nas alíquotas de 34%, respectivamente, sobre cada ajuste *pro forma*.

(A) ajuste decorrente do reconhecimento de ativos intangíveis identificados no processo de alocação do preço de aquisição (PPA) do Colégio pH. Consideramos para fins deste ajuste que não houve alteração no preço de venda, sendo que qualquer variação foi alocada como ágio. Este ajuste gera os seguintes impactos: (i) a despesa de amortização dos intangíveis aumenta as despesas de vendas em R$2,6 milhões e as despesas administrativas em R$342 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e aumenta as despesas de vendas em R$661 mil e as despesas administrativas em R$86 mil para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2011; e (ii) o saldo de ativos intangíveis aumenta em 31 de março de 2011 em R$171,0 milhões.

(B) o valor pago pela aquisição do Colégio pH foi de R$171,0 milhões, dos quais R$120,4 milhões referem-se a um pagamento parcial em caixa, e os restantes R$50,6 milhões são relativos a uma dívida a ser paga a partir de 2012 aos vendedores do Colégio pH, indexada a 100% do CDI. Este ajuste gera: (i) reconhecimento de aumento de despesa de juros referentes à dívida de R$50,6 milhões. Houve um aumento das despesas financeiras em R$4,0 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em R$1,0 milhão para o trimestre findo em 31 de março de 2010, e em R$1,3 milhão para o trimestre findo em 31 de março de 2011, (ii) reconhecimento de redução da receita de juros referentes à parcela da dívida paga em caixa no montante de R$120,0 milhões, considerando-se que o rendimento médio da nossa carteira de investimentos é de 100% do CDI. Houve uma redução de receita financeira em R$9,5 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em R$2,4 milhões para o trimestre findo em 31 de março de 2010, e em R$3,1 milhões para o trimestre findo em 31 de março de 2011; (iii) aumento do saldo de dívida em 31 de março de 2011 em R$50,6 milhões, sendo R$10,0 milhões no passivo corrente e R$40,5 milhões no passivo não corrente em decorrência da parcela financiada, e (iv) redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2011 em $120,4 milhões decorrente da parcela paga à vista.

(C) ajuste decorrente do reconhecimentos de ativos intangíveis identificados no processo de alocação do preço de aquisição (PPA) do Anglo. Consideramos para fins desde ajuste que não houve alteração no preço de venda, sendo que qualquer variação foi alocada como ágio. Este ajuste gera os seguintes impactos: (i) a despesa de depreciação referente à mais-valia do imobilizado aumenta as despesas administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 em R$1,0 milhão, e em R$515 mil para o trimestre findo em 31 de março de 2010; e (ii) a despesa de amortização dos intangíveis aumenta as despesas de vendas em R$8,9 milhões e as despesas administrativas em R$609 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e aumenta as despesas de vendas em R$4,5 milhões e as despesas administrativas em R$305 mil para o trimestre findo em 31 de março de 2010.

(D) o preço de aquisição do Anglo foi de R$717,4 milhões, reduzido por um pagamento parcial R$200,0 milhões realizado com recursos obtidos de um aumento de nosso capital. O saldo remanescente de R$517,4 milhões gera uma dívida indexada a CDI acrescida de 2% ao ano. Devido ao reconhecimento desta dívida, há um impacto na despesa de juros, gerando um aumento nas despesas financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 em R$31,9 milhões e, em para o trimestre findo em 31 de março de 2010 há um aumento de R$15,9 milhões.

(E) ajuste para refletir os seis dias das operações do Anglo ocorridas entre 30 de junho de 2010 (data das informações financeiras históricas) e 6 de julho de 2010 (data da aquisição por nós), os quais não estão refletidos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas históricas para 31 de dezembro de 2010 ou nas informações financeiras revisadas históricas do Anglo para 30 de junho de 2010.

EBITDA Pro Forma e EBITDA Pro Forma Ajustado

As informações a seguir ilustram o cálculo do nosso EBITDA, EBITDA *Pro Forma* e EBITDA *Pro Forma* Ajustado, com base em nossas informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas, relativos aos períodos abaixo indicados.

	Trimestre findo em		Exercício findo em
	2011	**2010**	**2010**
	(em milhares de reais)		
Resultado liquido *pro forma*	45.067	24.885	17.849
Imposto de renda e contribuição social *pro forma*	22.494	11.291	19.544
Depreciação e amortizações *pro forma*	7.554	1.403	16.031
Amortização do investimento editorial *pro forma*	14.066	8.801	25.649
Despesas de amortização/Depreciação PPA Anglo *pro forma*	–	5.286	10.573
Despesas de amortização/Deprecisação PPA Colégio pH *pro forma*	746	746	2.985
Receitas/Despesas financeiras pro forma	16.606	15.002	62.725
EBITDA *Pro Forma*	**106.534**	**67.416**	**155.356**
Itens não recorrentes	**1.100**	**1.700**	**29.700**
Reorganização administrativa	–	–	5.400
Comissões/honorários com aquisição do Anglo	1.100	–	8.700
Projetos comerciais extraordinários	–	1.700	8.000
Obsolescência de estoques	–	–	7.600
EBITDA *Pro Forma* Ajustado	**107.634**	**69.116**	**185.056**

O EBITDA, segundo disposições do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, juros, depreciação e amortização. O EBITDA e o EBITDA *pro forma* não são medidas contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA e o EBITDA *pro forma* não tem uma definição padronizada e podem não ser comparáveis ao EBITDA ou EBITDA *pro forma* utilizado por outras companhias.

O nosso EBITDA *pro forma* Ajustado, por usa vez, significa o EBITDA adicionado das seguintes despesas não recorrentes: (i) adesão ao REFIS IV; (ii) reorganização administrativa; (iii) comissões e honorários pagos em razão de assessoria para a aquisição das sociedades do Anglo; (iv) projetos comerciais extraordinários; e (iv) obsolescência de estoques relativos ao material do Sistema de Ensino SER, tendo em vista a reformulação do conteúdo do material.

O EBITDA *pro forma* Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou (i) como uma alternativa ao lucro líquido, (ii) como medida operacional, (iii) alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou (iv) como medida de liquidez. Outras companhias podem calcular o EBITDA *pro forma* Ajustado de maneira diferente de nós. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação, a amortização e as despesas não recorrentes, o EBITDA *pro forma* Ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA *pro forma* Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA *pro forma* Ajustado não considera certos custos intrínsecos em nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e despesas não recorrentes, o EBITDA *pro forma* Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

Estimativas de Mercado e Outras Informações

Fazemos declarações neste Prospecto sobre estimativas de mercado, nossa situação em relação aos nossos concorrentes e nossa participação no mercado, bem como sobre o tamanho dos mercados em que atuamos. Fazemos tais declarações com base em pesquisas internas e pesquisas de mercado e em informações obtidas de fontes que consideramos confiáveis, como MEC, Fundação Lemann e Haper. A menos que indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao Banco Central, IBGE, FGV, entre outras. Não temos motivos para acreditar que tais informações não sejam corretas em seus aspectos relevantes, razão pela qual não as verificamos de forma independente.

Todas as referências feitas neste Prospecto a "Real", "Reais" ou "R$" dizem respeito à moeda oficial do Brasil e todas as referências a "Dólar", "Dólares" ou "US$" dizem respeito à moeda dos Estados Unidos da América. Alguns números constantes deste Prospecto podem não representar totais exatos em razão de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados totais constantes de algumas tabelas presentes neste Prospecto podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este sumário é apenas um resumo das informações da Companhia. As informações contidas nesta seção são consistentes com as informações completas sobre a Companhia que estão no Formulário de Referência, leia-o antes de aceitar a Oferta.

Visão Geral

Somos uma companhia dedicada à educação básica e pré-universitária. Estimamos ser uma das maiores companhias de educação básica no Brasil, em termos de receita. Seremos a primeira empresa listada com foco no segmento de formação básica e pré-universitária, o maior do mercado de educação do País em número de alunos, de acordo com o MEC. Estimamos que cerca de 71% dos alunos e mais de 63% das escolas de nível básico do País utilizaram nossos serviços ou materiais didáticos em 2009. Possuímos marcas reconhecidas nos principais segmentos onde atuamos. Nossos negócios têm fontes de receita diversificadas, são complementares, sinérgicos e capazes de atender todas as necessidades de conteúdo e serviços do ciclo educacional básico e pré-universitário. Atualmente, estamos presentes em cinco linhas de negócios e preparamos nossa entrada em mais duas:

- **Sistemas de Ensino Básico.** Sistema de ensino é um conjunto de produtos e serviços através do qual é oferecida uma solução educacional completa às escolas que o adotam, que chamamos de "Escolas Associadas". As Escolas Associadas podem optar pela associação do nome da escola ao do Sistema de Ensino. Neste caso o mercado guarda semelhanças com o mercado de franquias, onde o franqueado é responsável pelo investimento e operação de seu estabelecimento, porém utiliza a marca e produtos do franqueador. Nossos Sistemas de Ensino atendem alunos, professores e escolas de nível básico por meio de produtos e serviços que incluem: (i) conteúdo didático; (ii) portais educacionais; (iii) assessoria pedagógica; (iv) apoio de marketing e captação de alunos; (v) avaliação de desempenho de alunos e escolas, (vi) treinamento de professores, dentre outros. Atuamos nesse segmento por meio das marcas Anglo e SER. A marca Anglo está associada à excelência de ensino e à preparação de alunos para a educação universitária. A marca SER oferece proposta pedagógica flexível para atender às necessidades e objetivos específicos de suas Escolas Associadas. De acordo com nossas estimativas, a marca SER apresentou uma das maiores taxas de crescimento em número de alunos no País nos últimos dois anos, sendo 38% de 2009 para 2010, enquanto nos pedidos para o início do ano escolar de 2011 o crescimento foi de cerca de 43% comparado com o período equivalente de 2010. Juntas, nossas marcas atenderam em 2010 a 1.008 escolas e 317.212 alunos, nos 26 Estados e no Distrito Federal. A diversidade de nossa oferta e a qualidade de nossos serviços permite-nos manter um relacionamento duradouro com nossas Escolas Associadas assim como alta previsibilidade nos nossos negócios. A renovação anual média dos contratos dos nossos Sistemas de Ensino com nossas Escolas Associadas ao final de 2010 foi de 94,4%, superior à média do mercado brasileiro de educação.

- **Escolas próprias de Ensino Básico e cursos preparatórios para o vestibular.** Esta linha de negócios é formada por escolas e redes de escolas públicas e privadas que atuam desde a pré-escola até o Ensino Médio, correspondente ao segmento K-12 (do inglês, Kindergarten through 12th grade, ou Jardim de Infância até 12ª série, em livre tradução). Nossas escolas e cursos preparatórios para o vestibular atuam sob as marcas Anglo e pH. O curso preparatório para vestibulares Anglo tem três unidades e atendia mais de 5.900 alunos na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 31 de março de 2011. As escolas da pH e o curso preparatório para vestibulares da pH tem 9 unidades e em 31 de março de 2011 atendiam aproximadamente 6.600 alunos nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, ambas no Estado do Rio de Janeiro. As marcas Anglo e pH são líderes em aprovação em algumas das melhores universidades dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, os Estados com maior PIB do País, de acordo com dados do IBGE. Adquirimos o Anglo em julho de 2010 e o pH em abril de 2011. Essas redes de escolas funcionam como escolas de aplicação de nossa metodologia de ensino, de nossos serviços e de nossos produtos. Ambas têm foco nas classes alta e média-alta. Sua excelente prestação de serviços e seus resultados nos permitem praticar preços premium e levar Sistemas de Ensino com suas respectivas marcas às Escolas Associadas.

- **Editoras.** O mercado de livros escolares é dividido em (i) livros didáticos e (ii) livros paradidáticos, de conteúdo literário ou conteúdo informativo, que complementam a formação oferecida nos livros didáticos. Nossas editoras de livros didáticos e conteúdo digital, Ática e Scipione têm aproximadamente 3.000 títulos e 1.000 autores em seus portfólios. No mercado de escolas públicas, nossas editoras são líderes em obras vendidas para o ciclo de Ensino Básico desde 2008, tendo alcançado participação de 38,2% do número de obras vendidas em 2010, de acordo com dados do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Governo Federal. No PNLD de 2011, tivemos o maior número de títulos aprovados: o dobro do número de aprovações do segundo concorrente. No mercado de escolas privadas, estimamos que nossa participação em número de obras vendidas em 2010 foi de 24%. Nossas editoras de livros didáticos possuem conteúdos digitais integrados a seus produtos editoriais com acervo personalizado e organizado em portais. Os ambientes virtuais possuem integração dos dados com ferramenta de busca avançada por obra, sumário, autor, área curricular, conteúdo digital e indicação de leitura, funcionando como ferramenta de divulgação e relacionamento com escolas e educadores.

- **Escolas e sistemas de Ensino Técnico.** O Ensino Técnico capacita alunos que concluem o nível básico para o mercado de trabalho. É um nível intermediário entre o Ensino Básico e o Ensino Superior, ou um substituto ao Ensino Superior. Nossa marca de escolas de Ensino Técnico é a ETB – Escolas Técnicas do Brasil, que possui quatro unidades no interior do Estado de São Paulo e visa suprir a demanda por mão-de-obra qualificada de nível pré-universitário em áreas de forte demanda como saúde, tecnologia e serviços entre outros. A ETB foi adquirida em abril de 2011 e, desde 2008, aumentou sua base de alunos de 198 para 2.400. Pretendemos oferecer um sistema de Ensino Técnico ETB aos 544 mil alunos atendidos por escolas técnicas privadas, de acordo com dados do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2010, e à base de Escolas Associadas aos sistemas Anglo e SER.

- **Cursos preparatórios para concursos públicos.** Os cursos preparatórios para concursos públicos preparam candidatos para as provas de seleção para empregos públicos municipais, estaduais e federais. Atuamos nesta linha de negócio através da marca Siga, que desenvolve material didático e ministra cursos preparatórios para concursos de seleção para vagas no serviço público dos diversos estados e municípios do País, assim como no governo federal. O Siga atendeu 2.036 alunos em 2010.

- A empresa atualmente trabalha para entrar em duas novas linhas de negócios relacionadas àquelas em que já atua: **ensino de idiomas** e **ensino a distância**.

Investimos permanentemente no desenvolvimento de tecnologias de educação, produtos e serviços inovadores, buscando vantagens competitivas para as marcas do grupo Abril Educação. Nossas soluções tecnológicas são desenvolvidas para enriquecer a experiência de ensino-aprendizagem apoiadas em roteiros que estimulem o uso significativo dos recursos digitais, tais como: (i) conteúdos digitais integrados aos produtos editoriais (apostilas/livros); (ii) portais educacionais estruturados em repositórios compartilhados de acervo de conteúdos digitais, ferramentas educacionais e soluções de apoio à comunidade escolar; (iii) Web TV ao vivo e *on-demand* para assuntos interdisciplinares; (iv) aulas-modelo, planos de aulas e projetos interdisciplinares para apoio a prática pedagógica; (v) ferramentas para a criação/edição de aulas. Praticamente todo o acervo de obras está digitalizado, permitindo escalabilidade, otimização do conteúdo e crescimento com investimento marginal baixo.

Nossa escala e nosso foco no crescimento orgânico, na aquisição de ativos de alta qualidade e na exploração de sinergias são os pilares de nossos níveis de rentabilidade e de criação de valor para nossos investidores na área de educação no Brasil.

As tabelas a seguir demonstram nossos principais indicadores financeiros e operacionais para os respectivos períodos ou nas respectivas datas:

Dados Financeiros[1]	Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010	2009	AH 2010/2009	Trimestre Findo em 31 de Março de 2011	2010	AH 1T11/1T10
	(R$ milhões, exceto percentuais)					
Receita Líquida	512,2	366,0	40%	203,8	105,4	93%
Editora Ática e Editora Scipione	444,4	366,1	21%	156,6	105,4	49%
Anglo	67,7	–	–	47,2	–	–
Outros	–	–	–	–	–	–
Eliminação	–	-0,1	–	–	–	–
EBITDA[2]	102,5	85,8	20%	97,8	39,7	146%
Margem EBITDA (%)[3]	20,0%	23,4%	-3,4 pp	48,0%	37,8%	10,2 pp
Lucro Líquido	14,4	39,0	-63%	42,8	24,4	75%

(1) Dados Financeiros apresentados de acordo com as demonstrações financeiras, não incluindo pH e ETB. Anglo não está incluído em 2009 e está incluído apenas a partir de 7 de julho de 2010, data de aquisição do controle do pH por nós.

(2) O EBITDA, segundo disposições do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, juros, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

(3) Margem EBITDA: EBITDA dividido pela receita líquida.

Informações *Pro Forma* (inclui números do Anglo e Colégio pH)

Dados Financeiros[1]	Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010	2009	Variação 2010/2009	Trimestre Findo em 31 de Março de 2011	2010	Variação 1T11/1T10
	(R$ milhões, exceto percentuais)					
Receita Líquida *pro forma*	658,4	–	–	223,4	166,1	34,5%
EBITDA *pro forma*[2]	155,4	–	–	106,5	67,4	58,0%
Margem EBITDA *pro forma* (%)[3]	23,6%	–	–	47,8%	40,6%	7,2 pp
EBITDA *pro forma* Ajustado[4]	185,1	–	–	107,6	69,1	55,7%
Lucro Líquido *pro forma*	17,8	–	–	45,1	24,9	81,1%

(1) Dados financeiros apresentados de acordo com as informações financeiras *pro forma* não auditadas incluídas na Seção 10.11 do Formulário de Referência. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e ao trimestre findo em 31 de março de 2010 refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito às aquisições do Anglo e do Colégio pH por nós como se houvessem ocorrido desde 1° de janeiro de 2010. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito à aquisição do Colégio pH por nós como se houvesse ocorrido desde 1º de janeiro de 2011. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas em 31 de março de 2011 refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito à aquisição do Colégio pH por nós como se houvesse ocorrido em 31 de março de 2011. As informações financeiras *pro forma* não auditadas não refletem a aquisição do Curso pH e da ETB. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas são apenas para fins ilustrativos e informativos e não pretendem representar ou ser indicador do que nossa situação financeira ou resultados operacionais teriam sido, caso as operações descritas acima tivessem ocorrido nas datas indicadas. As informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas também não devem ser consideradas representativas de nossa situação financeira ou de nossos resultados operacionais futuros.

(2) O EBITDA *pro forma*, segundo disposições do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, juros, depreciação e amortização. O EBITDA *pro forma* não é uma medida contábil elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA *pro forma* não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

(3) Margem EBITDA *pro forma*: EBITDA *pro forma* dividido pela receita líquida *pro forma*.

(4) O EBITDA *pro forma* Ajustado é uma resultante do EBITDA *pro forma*, adicionado das seguintes despesas não recorrentes: (i) REFIS IV; (ii) reorganização administrativa; (iii) comissões e honorários pagos em razão de assessoria para a aquisição das sociedades do Anglo; (iv) projetos comerciais extraordinários; e (iv) obsolescência de estoques relativos ao material do Sistema de Ensino SER, tendo em vista a reformulação do conteúdo do material. O EBITDA *pro forma* Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras companhias podem calcular o EBITDA *pro forma* Ajustado de maneira diferente de nós. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação, a amortização e as despesas não recorrentes, o EBITDA *pro forma* Ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA *pro forma* Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA *pro forma* Ajustado não considera certos custos intrínsecos em nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA *pro forma* Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

Dados Operacionais	Em 31 de Dezembro de 2010	Em 31 de Dezembro de 2009	Variação 2010/2009	Em 31 de Março de 2011	Em 31 de Março de 2010	Variação 1T11/1T10
Sistemas de ensino						
Número de Escolas Associadas[1]	1.008	893	13%	1.141	1.008	13%
Número Alunos (em mil)[1]	317,2	289,0	10%	372,0	317,2	17%
Editoras						
Número de livros vendidos (em mil)	50.883	38.471	32%	8.701	5.238	66%
Escolas próprias e cursos preparatórios						
Número de alunos (em mil)[2]	19,6	21,4	-9%	15,6	14,7	6%

(1) Inclui alunos das Escolas Associadas do Anglo desde 2009.
(2) Número de alunos inclui Anglo, pH e ETB desde 2009.

Em abril de 2011, adquirimos o pH e a ETB, que adicionaram mais de 9.000 alunos à nossa base.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos estar muito bem posicionados para nos beneficiar das oportunidades de crescimento existentes no setor de educação básica e pré-universitária do Brasil.

Estimamos ser uma das maiores companhias de educação com foco na educação básica e pré-universitária no Brasil em termos de receita e temos maior margem EBITDA do que todas as empresas do setor de educação listadas na BM&FBOVESPA.

Somos a única empresa no setor de educação básica e pré-universitária no Brasil com presença simultânea e marcas fortes nas maiores linhas de negócio desse setor: Sistemas de Ensino, escolas privadas, editoras de conteúdo didático e escolas de Ensino Técnico. Nossa receita líquida foi de R$203,8 milhões no primeiro trimestre de 2011, excluindo a receita das recém-adquiridas Colégio pH e ETB.

Nossa capacidade de integração e de exploração de sinergias entre diferentes negócios permite-nos minimizar custos e garantir margens elevadas de rentabilidade.

Além disso, as escolas de Ensino Básico apresentam taxas de evasão mínimas contra 26% de evasão anual média total no Ensino Superior privado, de acordo com dados do Instituto Lobo (2005). Ademais, o ciclo de educação básica é de 12 anos, enquanto o de Ensino Superior no Brasil é no máximo de seis anos. Nossos custos docentes, tendo em vista que não possuímos escolas de nível superior, são também menores, já que a regulação imposta pelo MEC às escolas de nível superior exige números relevantes de mestres e doutores. A oferta de vagas e a aprovação de praças no nível superior passam por longo processo burocrático de autorização no Governo Federal, enquanto os processos relacionados no Ensino Básico são muito mais simples e localizados nos Estados e Municípios. Nossos negócios não são intensivos em capital. Nossa geração de caixa operacional é elevada, e nosso nível de inadimplência estava abaixo de 1% em 2010, o que fortalece nossa estrutura de capital.

Como consequência da atratividade do nosso setor e das nossas linhas de negócios, apresentamos, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, Margem EBITDA *pro forma* de 23,6%, maior do que qualquer empresa de educação listada na BM&FBOVESPA considerando o mesmo período.

Nossa plataforma captura as oportunidades e sinergias de todo o ciclo de educação pré-universitária.

Temos ampla gama de produtos e serviços em diversos formatos e canais (livros e apostilas, disponíveis em diversas plataformas digitais, serviços pedagógicos e de treinamento) para permitir a adoção de diferentes metodologias (ensino presencial tradicional, Sistemas de Ensino, ensino a distância e formação de educadores). Nossos clientes são variados: escolas, professores e alunos, do ensino público e privado, em níveis de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico. A diversidade da nossa base de receitas e clientes garante maior estabilidade e previsibilidade de resultados, minimizando riscos que afetem segmentos ou níveis específicos. Nossa capacidade de atender às demandas de todos os níveis do ciclo de educação básica e pré-universitária nos permite acompanhar o aluno em todas as etapas de sua vida acadêmica nesta fase, permitindo-nos oferecer uma gama variada de produtos e serviços, facilitando a fidelização de nossos clientes.

Atuamos em linhas de negócios capazes de capturar sinergias em diversas etapas e nossos negócios beneficiam-se de nossa escala em negociações com parceiros e fornecedores. Como exemplo, na área editorial, nossos Sistemas de Ensino e editoras são capazes de compartilhar a criação e controle de conteúdo didático, trazendo-nos maior poder de negociação junto aos autores. Concluímos recente negociação com os autores do sistema Anglo, reduzindo o pagamento de direitos autorais em função da perspectiva de novas oportunidades em outras unidades de negócio.

Gozamos de uma plataforma comercial, industrial e logística com força e presença relevante no mercado de educação. Contamos com uma força de vendas com 167 vendedores, além das forças de vendas de nossos 34 distribuidores, todos aptos a vender os produtos presentes e futuros de nosso portfólio. Nossos produtos são distribuídos através de 3 centros de distribuição e 6 filiais estrategicamente localizados em todo o País. Contamos ainda com capacidade gráfica própria e através da parceria com terceiros para produção em larga escala.

Nossas marcas são referências de qualidade.

Acreditamos que a força de nossas marcas gera maior demanda por nossos produtos, facilitando nossos esforços de *marketing;* e nos permite estabelecer preços *premium* no mercado. A qualidade de nossos produtos assegura a satisfação e a fidelização de nossos parceiros.

Nossos Sistemas de Ensino estão entre os melhor avaliados pelas escolas privadas do País. Pesquisa do IBOPE realizada em 2010 indicou que nossos dois sistemas são os que mais conquistam escolas que utilizam Sistemas de Ensino de outras marcas. A satisfação com o conteúdo e a qualidade dos serviços do Anglo e SER explica por que mais de 94% das suas Escolas Associadas renovaram contratos ao final de 2010, e porque mais de 75% das Escolas Associadas ao Anglo o adotam há mais de seis anos.

Nossas escolas próprias e cursos pré-vestibulares são símbolo de excelência. Por exemplo, alunos do Anglo preencheram mais de 57% das vagas do vestibular de Medicina da Universidade de São Paulo, uma das melhores do Brasil, em 2011. No Rio de Janeiro, os alunos do Curso pH e do Colégio pH preencheram mais de 50% das vagas de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no vestibular 2011, além de ocupar três dos seis primeiros colocados no curso de Engenharia de Produção nessa universidade. Também em 2011, cinco dos seis primeiros colocados do vestibular de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, uma das mais renomadas do Estado, foram alunos do pH.

Adicionalmente, nossas editoras Ática e Scipione são, em conjunto, as que mais aprovam livros nos programas de compra do Governo Federal desde 2002. Dentre os muitos prêmios de importância nacional conquistados por estas editoras destacam-se oito prêmios Jabuti (Câmara Brasileira do Livro), 56 prêmios FNLIJ (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil) e dois APCAS (Associação Paulista dos Críticos de Arte).

Para garantir a qualidade de nossos produtos e serviços, implementamos amplo sistema de monitoramento, que inclui pesquisas de satisfação, sondagens e avaliações de mercado independentes. Planos de bonificação para professores e executivos também levam em conta a satisfação de clientes.

Possuímos uma das mais completas plataformas digitais de conteúdo didático do País.

Temos quase todo o nosso acervo de conteúdos digitalizado. Além de desenvolvedores experientes de conteúdo digital, investimos consistentemente na construção de tecnologias educacionais para enriquecer a experiência de ensino-aprendizagem de alunos e o desenvolvimento profissional de educadores da educação básica. Nossos portais educacionais oferecem mais de 65.000 conteúdos, que contam com aproximadamente: 2.000 vídeos educacionais; 600 infográficos animados; 1.600 áudios de apoio ao portfolio de idiomas; 3.000 atividades de aula, planos e artigos; Enciclopédia Almanaque Abril, integração de conteúdo Abril Mídias. Além disso, contamos com um dos maiores bancos de questões e gabaritos de pré-vestibular e ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio, além de ferramentas educacionais e soluções de apoio a comunidade escolar tais como: versões digitais de apostilas e obras selecionadas, personalização de portais, videoconferência, tv corporativa, tutoria *on-line* para estimular uso significativo dos recursos digitais, ambientes de colaboração, interação e suporte. A qualidade de nossa plataforma nos conferiu parcerias com empresas de renome internacional, como a *Discovery Education*, para fornecimento de conteúdo digital para nossos clientes. A integração da tecnologia digital diferencia nossos produtos e permite a exploração crescente dos mercados em que atuamos.

Nossos administradores têm comprovada competência em executar uma estratégia de crescimento orgânico, de aquisições de ativos de qualidade, de integração e de extração de sinergias de novas aquisições.

Nosso time de administradores assumiu a gestão da empresa a partir de junho de 2010 para promover nosso crescimento e aumento de nossa rentabilidade. Como resultado dos primeiros esforços do nosso time de administradores, apresentamos no primeiro trimestre de 2011 um crescimento da receita líquida de 93,4% e crescimento de EBITDA de 145,7% em comparação ao mesmo período de 2010.

Em apenas nove meses adquirimos duas das melhores e mais reconhecidas instituições de ensino nas duas principais regiões econômicas do País: o Anglo, em São Paulo, e a o pH, no Rio de Janeiro. Integramos o Anglo de maneira bem sucedida em pouco tempo. Nos oito meses seguidos à aquisição, conseguimos: (i) fidelizar 98,1% dos clientes; (ii) promover o crescimento da base de clientes para 2011; (iii) restaurar o crescimento dos cursos preparatórios para vestibulares, em queda nos últimos três anos; (iv) promover a compra de papel a preços reduzidos; (v) integrar e fundir as áreas de apoio pedagógico, operações e vendas dos sistemas Anglo e SER; (vi) concluir de forma bem sucedida um processo de renegociação de direitos autorais; e (vii) reter os principais talentos da empresa.

O plano de remuneração variável e de incentivos de longo prazo atualmente em vigor para os principais executivos fortalece o comprometimento do nosso time com o seu mandato.

Nossas práticas de governança corporativa são modernas e elevadas, e nossos acionistas contribuem com experiência relevante nos setores editorial e de educação.

Nossas Units serão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa, que reflete nosso compromisso de governança corporativa mais rigoroso do que de outras companhias. Nosso Conselho é composto por nove membros, sendo dois representantes de acionistas minoritários e dois independentes.

O histórico e conhecimento de mercado dos nossos acionistas, com quem interagimos frequentemente, são um importante suporte para nós e para nossos administradores.

A Família Civita controla o Grupo Abril – um dos maiores e mais tradicionais grupos de mídia da América Latina, responsável pela publicação das revistas e portais mais respeitados do Brasil. O Grupo Abril foi pioneiro na criação de materiais didáticos usados no Movimento Brasileiro de Alfabetização na década de 60, que alfabetizou milhares de jovens e adultos. A família criou a Fundação Victor Civita em 1985, dedicada ao desenvolvimento da educação no Brasil e responsável pela revista Nova Escola, lançada em parceria com o Ministério da Educação e que tem a segunda maior circulação dentre as revistas publicadas no País, atingindo mensalmente 1,5 milhão de leitores.

A BR Investimentos investe na empresa através de dois fundos de *private equity*, sendo um desses fundos focado no setor de Educação. A BR Investimentos foi fundada por Paulo Guedes, economista que tem uma carreira muito bem-sucedida nas áreas de Educação e no Setor Financeiro, tendo sido um dos quatro fundadores do Banco Pactual, atual BTG Pactual, hoje o maior banco de investimentos independente do País, e foi sócio fundador e CEO do IBMEC, uma das principais escolas de negócios do País.

Tamanho e Oportunidades de Mercado

As cinco linhas de negócios da educação básica e pré-universitária onde já atuamos e as duas em que pretendemos atuar tem alto grau de sinergia e complementariedade. Esses segmentos juntos tiveram receita total superior a R$34,5 bilhões em 2010, significativamente maior do que o segmento de Ensino Superior, cuja receita total é estimada em R$28,5 bilhões em 2010, de acordo com a Hoper Educação, e no qual as empresas de educação brasileiras listadas na BM&FBOVESPA têm seu foco.

Algumas das nossas linhas de negócios são atendidas de forma fragmentada e apresentam grandes oportunidades de consolidação. Outras crescem de forma acelerada. Apesar de nossa posição de destaque no setor de educação, atuamos em linhas de negócios que apresentam receitas estimadas superiores a R$34,5 bilhões, restando-nos portanto amplas oportunidades de crescimento.

Mercado de Sistemas de Ensino

O Brasil apresenta crescente tendência pela adoção de Sistemas de Ensino em escolas privadas e públicas buscando ensino de qualidade comprovada e associação a marcas reconhecidas. Estimamos que a penetração de Sistemas de Ensino em escolas privadas cresceu em média 10% em número de alunos de nos últimos 2 anos. Em dezembro de 2010, estimamos que cerca de 37% dos alunos *K-12* de escolas privadas e menos de 3% de escolas públicas utilizavam Sistemas de Ensino. Acreditamos que esse mercado possui alto potencial de crescimento em função (i) do mercado ainda pouco explorado de escolas públicas; (ii) do crescente número de escolas privadas no País onde Sistemas de Ensino são mais adotados; e (iii) de representar solução eficiente para oferta de qualidade em um mercado com poucos professores bem formados e raros professores com dedicação exclusiva.

De acordo com a Hoper Educação, em 2010 o mercado privado de Sistemas de Ensino no Brasil gerou receitas brutas da ordem de R$1,34 bilhão. O *market share* estimado em alunos de nossos sistemas Anglo e SER, de 11,2% para os dois sistemas, representa uma grande oportunidade de crescimento em um mercado em expansão acelerada.

Mercado de escolas privadas de nível básico e de cursos preparatórios para o vestibular.

Este mercado está estimado em R$25,2 bilhões, incluindo o Ensino Básico, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e os cursos pré-vestibulares, de acordo com a Hoper. Em 2009, o Ensino Básico representava 90% do total de alunos matriculados em instituições credenciadas pelo Ministério da Educação do País. Em 2009, 36.265 mil escolas particulares atenderam 5,9 milhões de alunos no Brasil.

Acreditamos que o aumento da renda familiar no Brasil continuará a estimular a demanda por escolas privadas, de melhor qualidade que as públicas. Cremos também que o segmento de escolas privadas de nível médio e cursos pré-vestibulares no Brasil seja fragmentado e apresente alto potencial de consolidação.

Mercado de editoras de livros escolares.

Em 2010, foram vendidos mais de 150 milhões de livros didáticos em todo o Brasil, cerca de 15% a mais do que em 2009, de acordo com nossas estimativas.

As receitas brutas totais estimadas do segmento de editoras de livros didáticos e paradidáticos no Brasil em 2010 foram estimadas pela Hoper Educação em R$1,86 bilhão. O *market share* combinado das editoras Ática e Scipione em número de livros didáticos vendidos para os segmentos público e privado foi de respectivamente 38% e 24% em 2010, de acordo com números publicados pelo FNDE e estimativas internas. Acreditamos na evolução do *market share* de nossas editoras, dada a alta qualidade e o reconhecimento de suas publicações e dado nosso renovado investimento editorial. No primeiro trimestre de 2011, nossas editoras venderam 21% mais livros no mercado de escolas privadas do que o mesmo trimestre de 2010.

Mercado de Ensino Técnico.

Segundo o INEP (principal órgão de avaliação de instituições de ensino no Brasil), em 2010 existiam 1,1 milhão de alunos em cursos técnicos no País, um crescimento anual médio de 13,5% desde 2007. O segmento privado correspondia a 48% dos alunos matriculados nesse mesmo ano. Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicada em abril de 2011, 69% das empresas enfrentam dificuldades com falta de trabalhadores qualificados, o que demonstra o potencial de crescimento de novos cursos e alunos neste mercado.

A Hoper Educação estima que, em 2010, as receitas brutas das escolas privadas desse segmento tenham alcançado R$1,24 bilhão. Além do crescimento natural do mercado de Ensino Técnico, vemos uma grande oportunidade de consolidação das escolas técnicas privadas por este ser um segmento pulverizado, com poucos recursos e tecnologias deficientes, seja por uma estratégia de aquisições, seja por uma estratégia de sistemas de Ensino Técnico e franquias.

Mercado de ensino para concursos públicos.

O mercado de preparação para concursos públicos movimenta receitas brutas de aproximadamente R$1,0 bilhão por ano, incluindo a venda de materiais didáticos, de acordo com a ANPAC (Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos). Há aproximadamente 12 milhões de inscritos por ano em concursos públicos no Brasil, de acordo com a ANPAC. De acordo com o instituto IOB estima-se que 60% dos funcionários públicos deverão se aposentar nos próximos dez anos, o que poderá aumentar o número de vagas e respectivos concursos. Cerca de 33,9% das vagas disponibilizadas por meio de concursos não requerem curso universitário, de acordo com dados do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Adquirimos o curso preparatório para concursos públicos Siga, com a aquisição do Anglo. Nossas oportunidades de crescimento nesse mercado em expansão incluem parcerias pretendidas com a Editora Abril para distribuição de material preparatório em bancas de jornais e oferta de cursos a distância com pólos para atendimento presencial nas Escolas Associadas aos Sistemas de Ensino SER e Anglo.

Mercado de ensino de idiomas.

Esse mercado é formado por redes de escolas privadas e tem tamanho estimado de R$4,9 bilhões, de acordo com dados da Hoper. As principais redes funcionam pelo sistema de franquias. O curso mais popular no Brasil é o de inglês, seguido do espanhol.

Segundo dados da Hoper Educação, em 2010 havia aproximadamente 3,4 milhões de brasileiros matriculados em cursos de idiomas, e 60 redes e centenas de escolas de idiomas registradas. A penetração do idioma inglês no Brasil ainda é muito baixa comparada com outros países. Estimamos que apenas 2,0% da população brasileira fale inglês, enquanto no México, na Rússia e na Índia, esse índice atinge 4,6%, 4,9% e 26,8%, respectivamente, de acordo com a Eurobarometer (2006). Acreditamos que existem grandes oportunidades de crescimento nesse segmento, pois, além do aumento da renda familiar existe (i) crescente demanda do mercado de trabalho por profissionais com nível de proficiência em inglês; (ii) necessidade de mão-de-obra ligada aos segmentos do setor de turismo, hotelaria, restaurantes, transportes, e outros, em função da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 que o Brasil hospedará.

Mercado de Ensino a Distância.

A oferta de educação a distância é feita tanto em cursos da educação formal ou como informal através da transferência de conteúdo de maneira não presencial, em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas majoritariamente (e em muitos casos exclusivamente) sem que alunos e professores estejam presentes no mesmo lugar na mesma hora. O apoio a essas atividades se dá por meio de diversos meios de comunicação, isolados ou combinados como tecnologias com conteúdos impressos ou digitais, internet, satélite, redes de computadores, sistemas de teleconferência ou videoconferência, televisão, o rádio e telefone.

Segundo o Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil (CensoEAD.br da ABED/2009), em 2008, aproximadamente, 2,6 milhões de brasileiros se matricularam em algum curso de ensino a distância no País. Pelo mapeamento, verifica-se crescimento do número de alunos em todos os níveis educacionais. A oferta de cursos em todas as áreas curriculares quase dobrou, de acordo com relatório elaborado pela Associação Brasileira de Educação a Distância. Desde o início desta década, os números da educação a distância (EAD) no Brasil têm mostrado, por todos os levantamentos feitos a respeito, uma evolução significativa em relação ao crescimento econômico do País.

Visão Estratégica

Buscamos contribuir para que o Brasil consiga dar um salto de qualidade na formação de crianças e de jovens das escolas públicas e privadas de nível básico, preparando-os para cursar as melhores universidades do País e do mundo, ou para ingressar com habilidades diferenciadas em um mercado globalmente competitivo.

A fim de alcançar esse objetivo, continuaremos a desenvolver e aperfeiçoar conteúdos, metodologias, tecnologias educacionais, serviços pedagógicos e de treinamento e formação de professores. Também continuaremos a oferecer e aperfeiçoar produtos e serviços para escolas de nível técnico e profissionalizante, e planejamos fortalecer nossa presença na área de ensino de inglês, para complementar a formação básica pré-universitária dos alunos de nível básico e pré-universitário. Esses alunos serão atendidos diretamente em nossas escolas próprias ou através de nossos futuros serviços de ensino a distância, ou serão atendidos através das escolas de nível de Ensino Básico e Ensino Técnico, associadas a nossos Sistemas de Ensino.

Através da qualidade de nossos produtos e serviços, e de nossa escala, alcançada através de crescimento orgânico e de aquisições de ativos de qualidade, buscamos ser referência de rentabilidade e de criação de valor para nossos investidores.

Estamos comprometidos em atrair e reter o melhor talento disponível no mercado de educação do País.

Principais Iniciativas Estratégicas

Nossa estratégia de crescimento e de geração de valor será executada através de seis iniciativas chave:

Acelerar o crescimento orgânico através da transferência de práticas comprovadamente eficazes às nossas unidades de negócios existentes e adquiridas e força da marca Abril Educação.

No primeiro trimestre de 2011 nossos negócios experimentaram crescimento importante por meio da aplicação de políticas comerciais agressivas, de inteligência de *marketing*, do aumento da força de vendas e pela força e credibilidade da nossa marca Abril Educação.

- ***Sistemas de ensino*.** Acreditamos que podemos continuar a promover o crescimento de nossos Sistemas de Ensino recém adquiridos, aplicando as práticas desenvolvidas no SER, uma das marcas de maior crescimento do País, através da:

    - Oferta do sistema Anglo a escolas privadas de municípios do Estado de São Paulo e regiões circunvizinhas, onde a marca é forte e reconhecida, que ainda não contam com presença de escolas associadas ao sistema;

- Consolidação, aumento e treinamento de nossas forças de vendas para que estejam aptas a vender todos os nossos sistemas e implementação de políticas de controle e incentivo mais agressivas para nossos vendedores;

- Aumento do esforço de divulgação promocional e publicitária;

- Implementação de programas de incentivo para o crescimento das Escolas Associadas, gerando mais demanda e mais alunos atendidos por nossos produtos e serviços; e

- Revisão da política de preços em relação à concorrência, buscando oportunidades de praticar preços maiores e mais consistentes com a qualidade oferecida.

- ***Escolas próprias de nível básico e cursos pré-vestibulares e de escolas de Ensino Técnico.*** Acreditamos que podemos fomentar o crescimento orgânico de nossas marcas atuais, Anglo, pH e ETB, e das que iremos adquirir através de:

  - abertura de novas unidades;

  - melhoria da qualidade de nossas instalações;

  - foco continuado na excelência do serviço prestado e dos resultados de colocação nas melhores universidades das regiões onde atuamos, dada a relevância da publicidade "boca a boca" neste mercado; e

  - treinamento de nosso pessoal e implementação de políticas de incentivo aos mesmos;

- ***Editoras.*** No primeiro trimestre de 2011, a receita das nossas editoras cresceu 48,6% em relação ao primeiro trimestre de 2010. Esse crescimento foi promovido pelas seguintes iniciativas, as quais pretendemos consolidar e sustentar nos próximos anos:

  - Aumento da força de vendas das editoras Ática e Scipione e implementação de processos de avaliação de vendedores;

  - Lançamento de novas coleções e títulos, com foco nas matérias de maior demanda pelo mercado; e

  - Disponibilização de conteúdos digitais que se adaptem ao surgimento de novas formas de uso e acesso ao nosso conteúdo, bem como de serviços e tecnologias digitais que complementem a experiência didática promovida por nossos livros, tanto em sala de aula, quanto na casa dos alunos.

- ***Cursos preparatórios para concursos públicos.*** O foco para o crescimento do nosso negócio preparatório para concursos públicos, com a marca Siga, será centrado na oferta de nosso material para que as Escolas Associadas a nossos Sistemas de Ensino SER e Anglo utilizem capacidade ociosa de suas instalações para oferecer cursos utilizando nosso material Siga em suas comunidades de influência. Pretendemos também desenvolver acordos com a Editora Abril para distribuição do Siga nas 16 mil bancas de jornal espalhadas pelo País.

Crescimento de Sistemas de Ensino em Prefeituras e Governos Estaduais, onde a quantidade de alunos é maior e a penetração de Sistemas de Ensino ainda é baixa.

Os Sistemas de Ensino são uma solução excelente para os problemas de qualidade enfrentados pelas escolas públicas. Aulas pré-planejadas, treinamento pedagógico e recursos *on-line* característicos dos Sistemas de Ensino são resposta eficiente para escolas com poucos recursos e professores com treinamento deficiente. De acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Lehmann, escolas que usam sistemas estruturados de ensino, mostraram maior proficiência em português e matemática nas séries testadas do que as escolas que não utilizavam sistemas estruturados. Em 31 de março de 2011, atendíamos a 38.663 alunos em 170 escolas públicas de 25 municípios do País. A substituição de livros didáticos por Sistemas de Ensino é atraente para empresas que vendem ambos para o governo, pois (i) são vendas com ciclos anuais, pois materiais de Sistemas de Ensino não são reutilizados, enquanto livros didáticos são comprados em ciclos de três anos; (ii) as margens de Sistemas de Ensino são significativamente maiores; e (iii) os Sistemas de Ensino vêm acompanhados de serviços, comandando preços maiores.

Planejamos crescer no mercado de Sistemas de Ensino para escolas públicas através das seguintes iniciativas:

- Adaptação de nossos sistemas para atender de forma ainda mais eficaz às necessidades das escolas públicas;
- Foco em prefeituras de cidades menores, onde os processos decisórios de adoção são mais simples e rápidos;
- Foco nas prefeituras de cidades vizinhas às das que já adotam nossos Sistemas de Ensino, onde as evidências dos benefícios pelo uso dos mesmos e nossos sistemas estão mais próximas e são mais facilmente verificáveis; e
- Implementação uma força de vendas especializada na segunda metade de 2011.

Captura do alto potencial de sinergias entre nossas linhas de negócios.

Pretendemos explorar as sinergias entre negócios para alavancar nosso crescimento e melhorar nossa rentabilidade, criando valor para os nossos acionistas. Dentre essas iniciativas, destacamos:

- ***Sinergias comerciais*.** Combinaremos as capacitações comerciais de diferentes unidades de negócio para acelerar as vendas de nossos produtos e serviços. Em 2011 as forças de vendas dos sistemas SER e Anglo foram fundidas e aumentadas, passando a vender ambos os sistemas. Esta força de vendas passou a servir-se da inteligência de Marketing e estudos de segmentação disponíveis nos Sistemas de Ensino e nas editoras, criando roteiros mais eficientes e aumentando a abrangência do esforço de vendas. Continuaremos a priorizar a exploração de oportunidades comerciais entre as unidades de negócio existentes e adquiridas, pois nossos negócios têm alto grau de correlação.
- ***"Cross-Selling".*** Em 2011, a força de vendas de Sistemas de Ensino passou a vender livros paradidáticos para Escolas Associadas. Ambas as forças de vendas (Sistemas de Ensino e editoras) passarão, em 2012, a oferecer também os sistemas de Ensino Técnico e profissionalizante, tanto a escolas adotantes de livros das nossas editoras como de nossos Sistemas de Ensino.
- ***Compras*.** Nossa escala permitirá reduções de preços em materiais e contratações comuns entre as unidades de negócios. Como exemplo, a compra de papel para o Anglo teve reduções de preços de 13% em 2011 devido às compras conjuntas com papel para o negócio de livros didáticos. Os contratos com autores do Anglo foram também renegociados no início de 2011 com a perspectiva de aproveitamento de sua propriedade intelectual nos sistemas a serem lançados em outras regiões do País. Os direitos autorais do material didático adotado na rede de escolas do pH, de propriedade dos vendedores, passou à Abril Educação e planejamos aproveitá-los em partes de outros Sistemas de Ensino, melhorando sua qualidade e reduzindo custos com direitos autorais.

- ***Custos*.** Continuaremos a explorar oportunidades para reduzir nossos custos. No início de 2011 consolidamos as áreas de atenção ao cliente e de serviços pedagógicos de nossos dois Sistemas de Ensino, como primeiro passo para explorar as reduções de custo possíveis com esta consolidação. Parte da melhoria de resultados de nossos Sistemas de Ensino em 2011 deve-se às contribuições desta sinergia.

Crescimento por meio de Aquisições.

Pretendemos continuar adquirindo ativos com marcas fortes e reconhecidas que nos ajudem a estabelecer rapidamente a liderança e consolidação nos segmentos em que atuamos.

- ***Sistemas de ensino*.** Buscamos adquirir Sistemas de Ensino líderes em regiões geográficas onde nossa presença ainda seja tímida. Após as aquisições das marcas mais fortes nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, os dois Estados de maior relevância econômica do País, voltaremos nosso foco para o Estado de Minas Gerais, terceiro maior do País, e para as Regiões Sul e Nordeste, onde já prospectamos ativamente.

- ***Escolas próprias de nível básico e cursos pré-vestibulares.*** Nosso interesse se concentra em escolas ou redes de escolas privadas com marcas reconhecidas e associadas a elevados índices de aprovação nas melhores universidades das regiões geográficas onde ainda não temos uma presença forte, e onde possamos usar as marcas adquiridas para alavancar o crescimento de nossos Sistemas de Ensino, adaptados para atender a necessidades regionais específicas.

- ***Escolas de Ensino Técnico.*** Buscaremos adquirir escolas técnicas privadas que complementem o nosso portfólio atual em áreas complementares às que ensinamos em nossas quatro escolas e que tenham desenvolvido conteúdos e metodologia de ensino de qualidade, a fim de construir uma plataforma a partir da qual possamos franquear nossa marca e promover a venda de nossos sistemas de Ensino Técnico em desenvolvimento.

- ***Empresas de ensino de idiomas.*** Pretendemos também adquirir empresas de ensino de idiomas, no Brasil ou no exterior, que permitam trazer ao mercado brasileiro tecnologias inovadoras e eficazes para nosso público alvo. Em 1° de julho de 2011 adquirimos pelo valor de US$2 milhões, uma participação minoritária representativa de 5,90% do capital social da sociedade Livemocha Inc., sociedade com sede nos Estados Unidos que atua em ensino de idiomas a distância em todo o mundo e que em 2010 foi eleita pela revista "Time" um dos cinco melhores *websites* de educação, ofertando mais de 30 cursos de idiomas para mais de 6 milhões de membros em em todo o mundo. Nos próximos meses, nós e a Livemocha Inc. definiremos planos conjuntos para o incremento dos negócios da Livemocha Inc. no Brasil, onde a empresa conta com uma base extensa de usuários cadastrados.

Crescimento por meio de Ofertas Complementares.

- ***Sistemas de Ensino Técnico.*** Nossa entrada no negócio de formação técnica com a aquisição da ETB nos abre nova oportunidade de crescimento, além de permitir uma fidelização ainda maior de nossas Escolas Associadas. A ETB multiplicou por dez o número de alunos nos últimos dois anos apesar de investimentos modestos, através de aquisições e de crescimento orgânico. Nossa iniciativa de crescimento para a ETB se resumirá em:

    - Oferecer as metodologias e Sistemas de Ensino aplicadas ou desenvolvidas em suas escolas de São Paulo às mais de mil escolas atendidas por nossos Sistemas de Ensino de nível básico Anglo e SER. Algumas destas escolas já oferecem cursos técnicos complementares à formação básica que ministram. A oferta de novos cursos e oportunidades para complementar a formação de alunos existentes ou de captar novos alunos para nossas escolas afiliadas nos permitirá fidelizá-las ainda mais;

    - Buscar a consolidação das escolas técnicas privadas existentes no País através de um sistema de franquias e de oferta de sistemas de Ensino Técnico.

    - Expandir a oferta da ETB para cobrir a maioria dos cursos mais demandados do País.

- ***Ensino de inglês.*** Além do Ensino Técnico, pretendemos lançar, em parceria com empresas especializadas, Sistemas de Ensino de inglês para crianças e jovens, como mais uma oferta para as Escolas Associadas a nossos Sistemas de Ensino e às escolas públicas. Alguns governos estaduais iniciaram recentemente programas de subsídio para que alunos de suas redes estudem inglês. A oferta de um Sistema de Ensino de inglês com auxílio de tecnologias diferenciadas e de eficácia comprovada irá permitir enriquecer nossa oferta ao universo de escolas de nível básico e técnico profissionalizante.

Crescimento por meio de Novas Tecnologias e de Ensino a Distância.

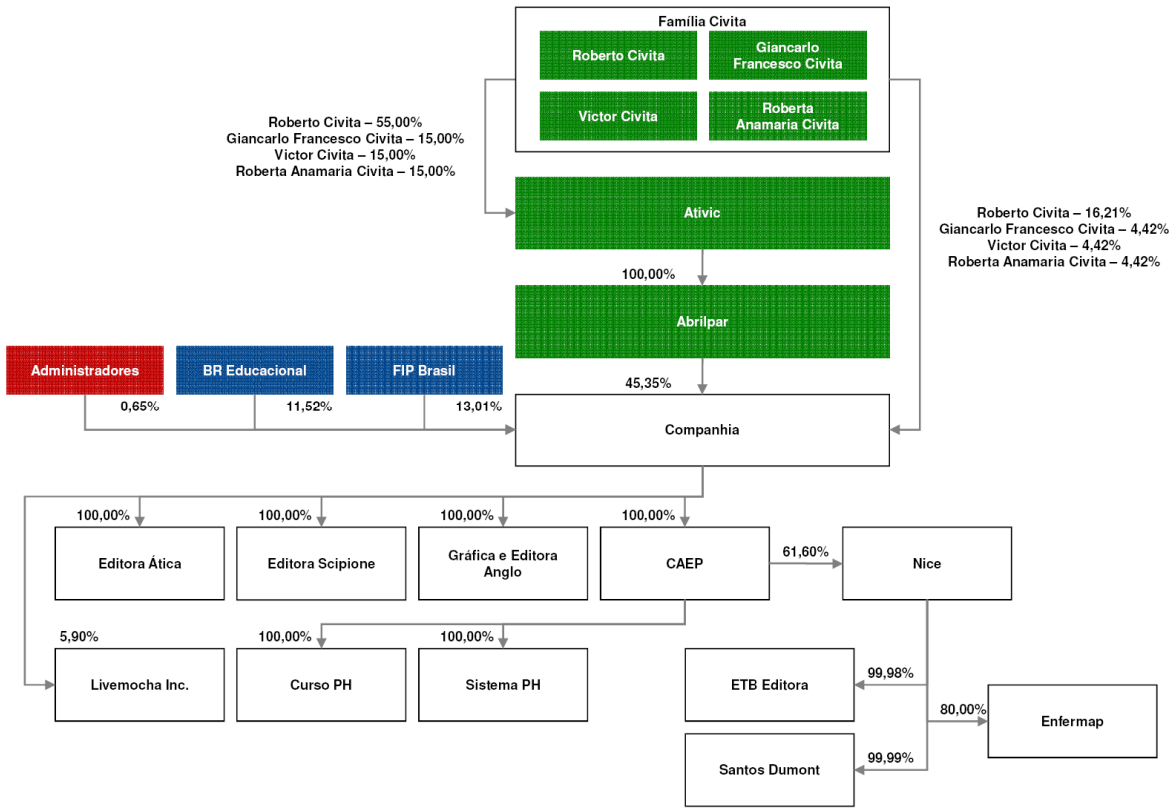
Atuamos nesse mercado através de ofertas para escolas que necessitam de cursos, conteúdos e ambiente de colaboração para o apoio de seus alunos e/ou educadores.

Para escolas de educação básica, a oferta de educação a distancia é feita a professores em atividade para suporte a suas práticas pedagógicas em ambientes de colaboração a distância (Moodle). Por meio de um portfólio de conteúdos teóricos e práticos multiplataforma, interação de tutores *on-line* e ferramentas de interatividade integradas, realizamos atividades de formação e apoio a educadores, atualmente com mais de 1.800 participantes.

A utilização de nossos conteúdos digitais nos oferece muitas oportunidades de crescimento. Pretendemos expandir nossa presença no ensino a distância através de cursos técnicos e profissionalizantes desenvolvidos pela ETB e de programa EJA próprio, tendo como pólos de apoio as Escolas Associadas a nossos Sistemas de Ensino. A oferta de cursos de idiomas online, em parceria com empresas especializadas, também faz parte de nossa estratégia de crescimento neste segmento.

Estrutura Societária

O organograma abaixo ilustra nossa estrutura societária na data deste Prospecto.



Informações Adicionais

Nossa sede social está localizada na Av. Otaviano Alves de Lima 4400, 7º andar, Ala C, CEP 02909-900, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O número de nosso telefone geral é (11) 3990-2170 e nossa página na Internet é www.abrileducacao.com.br. O número de telefone do nosso Departamento de Relações com os Investidores é (11) 3990-1876. Nenhuma informação em nossa página na Internet é parte integrante deste Prospecto.

Principais Fatores de Risco da Companhia

Abaixo estão incluídos apenas os cinco principais fatores de risco que nos afetam. Para maiores informações, ver a seção "Fatores de Risco", que se inicia na página 79 deste Prospecto, e as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência:

Podemos não ser capazes de atrair ou de reter Escolas Associadas.

Parte substancial das nossas receitas é proveniente das parcerias que mantemos no setor de Sistemas de Ensino. A maioria dos contratos firmados com as Escolas Associadas públicas e privadas que utilizam nossos Sistemas de Ensino tem duração de apenas um ano. Não temos como assegurar que seremos capazes de renovar os contratos com as Escolas Associadas quando de seus vencimentos, ou de renová-los em termos favoráveis.

Nossa capacidade de atrair e reter Escolas Associadas depende da qualidade de nossa metodologia, conteúdo e serviços educacionais percebida por escolas e municípios parceiros atuais ou potenciais e do custo do nosso pacote de serviços. Podemos não ser capazes, ainda, de (i) aprimorar nossos serviços pedagógicos; e (ii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes, a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado; o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de atrair e reter parceiros, causando um impacto negativo sobre nós.

Podemos ser impedidos de participar nos programas oficiais de compras de livros pelo Governo Federal ou nossos livros podem não ser aprovados em tais programas.

Uma parcela significativa de nossa receita decorre da venda de livros didáticos para o Governo Federal. Para o fornecimento de livros didáticos no âmbito do PNLD, as editoras precisam submeter previamente o conteúdo de suas obras à avaliação pedagógica da Secretaria de Educação Básica do MEC, conforme critérios pré-divulgados em editais. A avaliação é realizada por uma banca de acadêmicos escolhidos anualmente pela Secretaria de Educação Básica, que define e publica uma lista de obras aprovadas. A partir dessa lista, cerca de dois milhões de professores das instituições de ensino público selecionam os livros que serão adotados pelas escolas públicas.

Podemos não ser capazes de interpretar os critérios divulgados pela Secretaria de Educação Básica nos editais do PNLD e de submeter nossos materiais de maneira adequada, em especial devido à alteração anual na composição da banca de acadêmicos. Podemos, ainda, não ser capazes de persuadir os professores da rede pública a escolher os livros didáticos editados por nós, ou não ser capazes de vender nossos livros didáticos em condições comerciais favoráveis no âmbito dos programas de compra de livros do Governo Federal, o que pode nos afetar negativamente.

Adicionalmente, a irregularidade temporária da nossa situação cadastral perante o SICAF, sistema eletrônico que cadastra e centraliza as principais certidões negativas de tributos federais expedidas por determinados órgãos públicos, pode impedir nossa participação em programas governamentais e a celebração de contratos com órgãos públicos, ou adiar o recebimento de valores a nós devidos no âmbito desses programas e contratos.

Se, por qualquer razão, estivermos impedidos de participar nos programas oficiais de compra de livros pelo Governo Federal ou se os nossos livros não forem aprovados em tais programas, podemos sofrer impactos adversos significativos.

Podemos não ser capazes de crescer de forma adequada por meio de aquisições e as aquisições já realizadas podem nos trazer riscos e desafios.

Adquirimos recentemente empresas do setor de educação, tais como o Anglo, em julho de 2010, que atua principalmente no Ensino Básico e em cursos pré-vestibulares, e o pH e o ETB, em abril de 2011, que atuam, respectivamente, no Ensino Básico e em cursos pré-vestibulares e no Ensino Técnico. Pretendemos continuar adquirindo empresas ou ativos como parte de nossa estratégia de expansão. Podemos não obter êxito em continuar identificando empresas do setor educacional que ofereçam oportunidades adequadas de aquisição ou em adquirir tais empresas em termos favoráveis.

Além disso, as aquisições já realizadas por nós e as futuras aquisições envolvem uma série de riscos e desafios que podem nos afetar adversamente, especialmente porque, entre outros: (i) a aquisição pode não contribuir com nossa estratégia comercial ou com a nossa imagem; (ii) o processo de aquisição pode ser demorado e, até certo ponto, a atenção de nossa administração pode ser desviada das nossas operações regulares; (iii) as aquisições podem não gerar os retornos e sinergias esperados; (iv) podemos não ser capazes de integrar de forma satisfatória as empresas e negócios adquiridos e de implantar nosso padrão de qualidade; (v) podemos não ser capazes de manter ou substituir adequadamente as relações com as escolas que utilizam alguns Sistemas de Ensino adquiridos por nós; (vi) as aquisições podem gerar intangíveis cuja amortização resultará na redução do nosso lucro líquido e dos dividendos; (vii) as empresas adquiridas podem possuir contingências não identificadas que representem prejuízos ou perdas para nós; (viii) as aquisições podem estar sujeitas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); e (ix) podemos perder membros do corpo docente das instituições de ensino que forem adquiridas.

Caso não sejamos capazes de superar esses riscos e desafios, podemos perder participação de mercado e nosso negócio poderá ser afetado negativamente.

Podemos não ser capazes de acompanhar as mudanças tecnológicas no setor de educação.

Temos necessidade constante de realizar investimentos relevantes em tecnologia da informação, que é um fator essencial de nossa estratégia de crescimento e para o desenvolvimento de nossos negócios. Podemos adotar novos sistemas e tecnologias que venham a se tornar excessivamente onerosas ou não atingir níveis de qualidade adequados ou, ainda, ter dificuldades em nos adaptar às mudanças tecnológicas no setor educacional, especialmente no segmento de educação a distância em que pretendemos atuar.

A título ilustrativo, o lançamento contínuo e a popularização de novas tecnologias e equipamentos utilizados no setor de educação, tais como os *tablets* que funcionam como equipamentos digitais de leitura de livros, representam uma nova e dinâmica forma de distribuição de conteúdo. Podemos não ser capazes de adaptar adequadamente o nosso modelo de negócio na elaboração e na comercialização de nossos conteúdos digitais ou de contratar e manter profissionais competentes para o desenvolvimento de tais conteúdos. Além disso, nosso sucesso depende da nossa capacidade de melhorar nossos atuais produtos e desenvolver e introduzir novos produtos que sejam aceitos pelo mercado. Os nossos concorrentes podem introduzir produtos ou plataformas de serviços superiores aos que oferecemos. Caso não sejamos capazes de acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de disponibilização de conteúdo, podemos ser afetados negativamente.

Enfrentamos concorrência diversificada em cada segmento em que atuamos e, se não competirmos com eficiência, poderemos perder nossa participação de mercado e nossa lucratividade poderá ser prejudicada.

Competimos diretamente com outras empresas fornecedoras de Sistemas de Ensino, editoras de livros e materiais didáticos e paradidáticos e escolas de Ensino Médio e Ensino Fundamental. Não podemos garantir nosso êxito ao competir com nossos concorrentes atuais e futuros, o que nos pode obrigar a reduzir os preços dos nossos produtos ou serviços, ou até mesmo a descontinuá-los. Se não conseguirmos manter nossa posição competitiva ou responder às pressões competitivas com eficiência, nossa lucratividade poderá ser comprometida e podemos perder nossa participação de mercado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Abril Educação S.A., constituída sob a forma de sociedade por ações, com atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 3530017583-2 e com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 02.541.982/0001-54.
Sede	Nossa sede está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Otaviano Alves de Lima 4400, 7º andar, Ala C, Bairro Vila Arcádia, CEP 02909-900.
Diretoria de Relações com Investidores	Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada em nossa sede. Nosso Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Marcelo Schmidt. Nosso Departamento de Relações com Investidores pode ser contatado pelo telefone (11) 3990-1876, fac-símile (11) 3990-1282 e correio eletrônico ri@abrileducacao.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (11) 3073-3401.
Auditores Independentes	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, localizada na Rua Francisco Matarazzo 1400, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (11) 3674-2000 e fac-símile (11) 3674-2088. Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. emitiu o parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Anglo Vestibulares, anexas a este Prospecto, relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 2008.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos nossos acionistas é realizado por meio da Instituição Escrituradora.
Listagem	No dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, as Units serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "ABRE11" e listadas no segmento do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.
Jornais	Divulgamos nossas informações societárias no DOESP e no jornal "O Estado de S. Paulo".
Página na Internet	www.abrileducacao.com.br. As informações constantes da nossa página na Internet não são parte integrante deste Prospecto, nem devem ser incorporadas por referência a este Prospecto.
Informações Adicionais Sobre Nós e a Oferta	Informações complementares sobre nós e sobre a Oferta poderão ser obtidas conosco, com os Coordenadores, com a BM&FBOVESPA e com a CVM, nos endereços e páginas da Internet indicados na seção "Identificação da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Administradores, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores", na página 44 deste Prospecto.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre nós, nossos negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DOS ACIONISTAS VENDEDORES, DOS ADMINISTRADORES, DOS COORDENADORES, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre nós e sobre a Oferta poderão ser obtidos nos seguintes endereços e páginas da Internet.

Companhia

Abril Educação S.A.
Diretoria de Relações com Investidores
At.: Sr. Marcelo Schmidt
Avenida Otaviano Alves de Lima 4400, 7º andar, Ala C, Bairro Vila Arcádia
02909-900 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3990-1876
Fac-símile: (11) 3990-1282
E-mail: ri@abrileducacao.com.br
www.abrileducacao.com.br/investidores, nesta página acessar "Prospecto e Formulário de Referência".

Acionistas Vendedores

BR Educacional Fundo de Investimento em Participações
At.: Sr. Manoel Cordeiro Silva Filho
Av. Borges de Medeiros 633, Sala 602
22430-041 Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 3503-3600
Fac-símile: (21) 3503-3601

FIP Brasil de Governança Corporativa
At.: Sr. Manoel Cordeiro Silva Filho
Av. Borges de Medeiros 633, Sala 602
22430-041 Rio de Janeiro, RJ
Telefone: (21) 3503-3600
Fac-símile: (21) 3503-3601

Roberto Civita
Av. das Nações Unidas 7221, 21º andar
05425-902 São Paulo, SP

Giancarlo Francesco Civita
Av. das Nações Unidas 7221, 21º andar
05425-902 São Paulo, SP

Victor Civita
Av. das Nações Unidas 7221, 21º andar
05425-902 São Paulo, SP

Roberta Anamaria Civita
Av. das Nações Unidas 7221, 21º andar
05425-902 São Paulo, SP

Coordenadores

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. – Coordenador Líder
At.: Sr. Marcelo Millen
Av. Brig. Faria Lima 3064, 13º andar
01451-000 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3841-6800
Fac-símile: (11) 3841-6912
http://br.credit-suisse.com/ofertas, em tal página acessar "Abril Educação S.A." e clicar em "Prospecto Definitivo".

A pessoa acima é o responsável designado pelo Coordenador Líder, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, inciso III, da Instrução CVM 400.

Banco J.P. Morgan S.A.
At.: Sr. Thiago Siqueira de Carvalho
Av. Brig. Faria Lima 3729, 14º andar
04538-905 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3048-3700
Fac-símile: (11) 3048-3760
www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/brazil/pt/business/prospectos/abrileducacao, em tal página, acessar "Abril Educação S.A. – Prospecto Brasileiro".

Banco Itaú BBA S.A.
At.: Sr. Fernando Iunes
Av. Brig. Faria Lima, 3400, 4º andar
04538-132 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3708-8000
Fac-símile: (11) 3708-8107
www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp, em tal página, acessar "Oferta Pública Inicial de Ações da Abril Educação S.A. – Prospecto Definitivo".

Banco Bradesco BBI S.A.
At.: Sr. Alfred Charles Dangoor
Av. Paulista, 1450, 8º andar
01310-917 São Paulo, SP
Telefone: (11) 2178-4800
Fac-símile: (11) 2178-4880
www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas, em tal página acessar "Abril Educação" e clicar em "Prospecto Definitivo".

Consultores Jurídicos

Consultores Jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores para o Direito Brasileiro

Pinheiro Neto Advogados
At.: Sr. Henrique Lang
Rua Hungria 1100
01455-906 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3247-8618
Fac-símile: (11) 3247-8600
www.pinheironeto.com.br

Consultores Jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores para o Direito dos Estados Unidos

White & Case LLP
At.: Sr. Donald Baker
Av. Brig. Faria Lima 2277, 4º andar
01452-000 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3147-5600
Fac-símile: (11) 3147-5611
www.whitecase.com

Consultores Jurídicos dos Coordenadores para o Direito Brasileiro

Pinheiro Guimarães – Advogados
At.: Sr. Francisco J. Pinheiro Guimarães / Sra. Ivie Moura Alves
Av. Paulista 1842, 24º andar
01310-923 São Paulo, SP
Telefone: (11) 4501-5000
Fac-símile: (11) 4501-5025
www.pinheiroguimaraes.com.br

Consultores Jurídicos dos Coordenadores para o Direito dos Estados Unidos

Simpson Thacher & Bartlett LLP
At.: Sr. Jaime Mercado
Av. Pres. Juscelino Kubitschek 1455, 12º andar
04543-011 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3546-1000
Fac-símile: (11) 3546-1002
www.stblaw.com

Auditores Independentes

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
At.: Sr. Sérgio Zamora e Sr. Kieran McManus
Av. Francisco Matarazzo 1400
05001-903 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3674-2000
Fac-símile: (11) 3674-2088
www.pwc.com.br

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Coordenador Líder

Fundado em 1856, a estratégia do Credit Suisse é atuar no mercado com uma estrutura de negócios integrada e centrada no cliente. O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: *private banking*, banco de investimentos e *asset management*. O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender as necessidades de seus clientes.

O Credit Suisse está presente em mais de 50 países com mais de 46 mil empregados de aproximadamente 100 diferentes nacionalidades. As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e na forma de ADS (CS) em Nova York (NYSE). Os *ratings* de longo prazo do Credit Suisse Group são: Moody's Aa2, Standard & Poor's A+, Fitch Ratings AA-. Em 1998, o Banco de Investimentos Garantia S.A. foi adquirido pelo Credit Suisse First Boston. Em 16 de janeiro de 2006, as operações globais do Credit Suisse foram unificadas sob uma mesma marca, e a razão social do CSFB passou a ser Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

A solidez do Credit Suisse no Brasil é refletida na classificação de crédito de AAA (bra) em Moeda Nacional – Longo Prazo, atribuída em abril de 2009 pela Fitch Ratings, agência independente de classificação de risco. O Credit Suisse atua no Brasil com operações de crédito, emissão de ações e títulos, abertura de capital (IPO), fusões e aquisições de empresas (M&A), corretagem, tesouraria, *private banking* e administração de recursos de terceiros.

O objetivo do Credit Suisse é ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil. Em 1º de novembro de 2007, o Credit Suisse concretizou sua associação com a Hedging-Griffo, adquirindo participação majoritária na referida empresa. Essa associação foi um passo importante para consolidar a estratégia do Credit Suisse de prover soluções integradas, solidificando sua posição entre os grandes bancos do País. Na área de *investment banking*, o Credit Suisse tem vasto conhecimento local e experiência significativa em fusões e aquisições, colocações primárias e secundárias de ações e instrumentos de dívida, mantendo a liderança consolidada nessa área no Brasil, tais como:

- Líder no *Ranking* de Emissão de Ações do Brasil de 2005 a 2007 e 2º lugar em 2008 e 2009, de acordo com Securities Data Co.;
- Líder no *Ranking* de Oferta Pública Inicial (IPO) do Brasil de 2005 a 2008, de acordo com Securities Data Co.; e
- Líder no *Ranking* de Fusões e Aquisições do Brasil de 2006 a 2008, de acordo com Securities Data Co.

O Credit Suisse foi eleito "Best Investment Bank in Latin America" (Revista LatinFinance, fevereiro de 2008) pelo quarto ano consecutivo e "Best M&A house" (2008). Também foi eleito em 2008 o melhor banco de investimentos dos últimos 20 anos pela Revista LatinFinance. O banco também desempenhou papel de liderança em duas transações às quais a revista se referiu como as "Melhores Operações" das últimas duas décadas. São elas a aquisição da Inco pela Companhia Vale do Rio Doce por US$19,2 bilhões em 2006 – financiada pela oferta de títulos internacionais da Companhia Vale do Rio Doce de US$3,75 bilhões em duas tranches e por uma oferta local em reais, ambas lideradas pelo Credit Suisse – e a abertura de capital (IPO) da BOVESPA em 2007, no valor de US$3,2 bilhões.

O Credit Suisse conquistou esses prêmios logo após ter sido eleito pela Revista LatinFinance como o "Melhor Banco de Investimentos", "Best Bond House" e "Best Equity House" na América Latina em 2007 (o 3º ano consecutivo em que o Credit Suisse obteve o título de "Melhor Banco de Investimentos" e 2ª vez consecutiva "Best Equity House").

Além dos prêmios concedidos à instituição, o Banco foi aclamado pelas posições de destaque que ocupou na premiação "Deals do Ano" da Revista LatinFinance em 2007, incluindo a abertura de capital (IPO) da BOVESPA de US$3,2 bilhões, eleito a "Melhor Emissão de Ações Primárias", a oferta de US$1,0 bilhão para Usiminas, eleita a "Melhor Oferta Follow-On".

O Credit Suisse é líder também em corretagem, mercado no qual movimentou US$130,9 bilhões em 2008, segundo a BM&FBOVESPA. Além disso, no que tange a responsabilidade cultural e social, ao longo de 2008 e em 2009, o Credit Suisse e suas subsidiárias direcionaram e continuarão direcionando recursos para projetos culturais e sociais. Destacam-se, entre os projetos e instituições apoiados, a OSESP (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo), a OSB (Orquestra Sinfônica Brasileira), a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Museu de Arte Moderna de São Paulo, a Sociedade Cultura Artística e a TUCCA (Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer). O suporte a essas iniciativas apoia-se na convicção de que o Credit Suisse deve participar de ações que contribuam tanto para o retorno a seus acionistas, clientes e empregados quanto para o desenvolvimento cultural e social do Brasil.

J.P. Morgan

O J.P. Morgan está presente no Brasil desde a década de 60. Em setembro de 2000, como resultado da fusão entre o J.P. Morgan e o Banco Chase Manhattan S.A., consolidou-se como um banco de atacado e de investimentos. No começo de 2004, a holding J.P. Morgan Chase & Co. adquiriu o Bank One Corp., o que aumentou a presença da instituição financeira nas regiões do meio-oeste e sudoeste dos Estados Unidos e também fortaleceu a atuação no segmento de cartões de crédito.

No Brasil, o J.P. Morgan atua em diversas áreas. A área de *investment banking* oferece assessoria em finanças corporativas com relação a fusões e aquisições, reestruturações corporativas, emissão de títulos de dívida no mercado internacional, emissão de ações e gerenciamento de riscos financeiros, entre outros; a área de *local markets, sales & trading* oferece produtos de tesouraria a clientes corporativos e institucionais; a área de *equities* disponibiliza serviços de corretora, *market maker*, subscrições e operações com derivativos e de *american depositary receipts*; a área de *private bank* assessora investimentos a pessoa física de alta renda; a área de *treasury and securities services* oferece serviços de pagamento e recebimento, liquidação e administração de investimentos.

O J.P. Morgan faz parte do J.P. Morgan Chase & Co. (NYSE: JPM), uma instituição financeira com atuação global e ativos de aproximadamente US$2,0 trilhões em 31 de dezembro de 2009, segundo relatórios financeiros divulgados aos investidores. O J.P. Morgan atua com empresas, investidores institucionais, hedge funds, governos e indivíduos afluentes em mais de 100 países, conforme informação disponibilizada na página do J.P. Morgan Chase & Co. na Internet.

Em 2008, o J.P. Morgan foi o primeiro banco na história a consolidar as posições de liderança mundial nos mercados de fusões e aquisições, emissão de dívida e emissão de ações, segundo dados da Dealogic e da Thomson. No mercado de emissão de ações especificamente, o J.P. Morgan é o líder mundial desde 2007, segundo a Dealogic (Global Equity e Equity Linked). Essa liderança e a posição do J.P. Morgan estão refletidas nas premiações obtidas, tendo recebido um recorde de oito prêmios da revista IFR, que resumiu seu artigo mencionando que nunca durante a longa história da premiação um banco foi tão dominante. O J.P. Morgan também foi a única instituição financeira a ser escolhida como uma das empresas mais influentes do mundo pela publicação Business Week.

Por dois anos consecutivos, 2008 e 2009, o J.P. Morgan foi escolhido pela publicação Latin Finance como o "*Best Equity House in Latin America*". Essa premiação reflete a posição do J.P. Morgan na liderança da maior parte das mais relevantes transações da região como as ofertas da Visanet, Cemex, Brasil Foods, Natura, Vale, Fleury e Banco do Brasil, entre outras. Essa posição de liderança no Brasil e América Latina é respaldada por uma plataforma de produtos completa, incluindo dívida conversível, bem como uma força de vendas mundial que colocou, em 2009, US$303 bilhões em ações em 395 transações, 39% a mais que o segundo colocado, segundo a Dealogic (crédito total para os coordenadores).

Em 2009, o J.P. Morgan recebeu o prêmio "*Best Investment Bank in Latin America*", e, em 2008, o prêmio "*Best M&A House in Latin America*", ambos concedidos pela LatinFinance. Os constantes investimentos realizados pelo J.P. Morgan em sua equipe de *equity research* renderam à instituição, também em 2009, o prêmio "*#1 Equity Research Team in Latin America*", concedido pela Institutional Investor. Além desses, nos últimos anos, o J.P. Morgan recebeu os prêmios "*Bank of the Year*", "*Equity House of the Year*", "*Bond House of the Year*", "*Derivatives House of the Year*", "*Loan House of the Year*", "*Securitization House of the Year*", "*Leveraged Loan House of the Year*", "*Leveraged Finance House of the Year*", "*High-Yield Bond House of the Year*", "*Financial Bond House of the Year*", "*Latin America Bond House of the Year*", concedidos pela International Financing Review, bem como o prêmio "*Most Influential Companies*", na categoria Investment Bank, concedido pela BusinessWeek.

Em 2010, o J.P. Morgan recebeu da revista Global Finance o prêmio "*Best Investment Bank*". A publicação também nomeou o J.P. Morgan como"*Best Equity Bank*" e "*Best Debt Bank*" baseado em pesquisa realizada com clientes globais.

Itaú BBA

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2009, o Itaú BBA apresentou os seguintes resultados: ativos de R$126,9 bilhões, patrimônio líquido de R$6,3 bilhões e lucro líquido de R$1,8 bilhão.

A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do Banco Central para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes *corporate* e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e *fixed income* local. A partir de 2008, iniciou a expansão de suas atividades em *fixed income* internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o Banco Central aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e tesouraria da América Latina.

Atividade de Investment Banking do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *american depositary receipts*, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2009, o Itaú BBA atuou como coordenador e *bookrunner* de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R$14,2 bilhões. No *ranking* da ANBIMA, o banco fechou o ano de 2009 em primeiro lugar em número de ofertas, com participação no mercado de 13,7%.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers*, *fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2009, o Itaú BBA participou de operações de debêntures e notas promissórias que totalizaram R$18 bilhões e operações de securitização que atingiram R$1,4 bilhão. De acordo com o *ranking* ANBIMA, o Itaú BBA foi classificado em primeiro lugar no *ranking* 2009 de distribuição de operações em renda fixa e securitização, cujas participações de mercado foram de, respectivamente, 24% e 20%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de operações realizadas em 2009, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 25 transações.

Adicionalmente, o Itaú BBA tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil. Nos últimos três anos, foi considerado o melhor "Banco de Investimento no Brasil", pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Bradesco BBI

O Bradesco BBI é um banco de investimento completo, atuando em mercado de capitais, operações estruturadas, fusões & aquisições e financiamento de projetos, além de contar com corretora de valores mobiliários, *private banking* e *asset management*.

O desempenho do Bradesco BBI na área de banco de investimento teve os seguintes destaques em 2010:

- O Bradesco BBI tem marcado presença em ofertas de renda fixa. Segundo o *ranking* ANBIMA Consolidado, foi 1º colocado em 2010 tendo coordenado 90 operações, em ofertas que totalizaram R$18,3 bilhões. Destacam-se a liderança em número de operações de securitização, emissão de cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC e emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários – CRI;

- Em ofertas de renda variável, o Bradesco BBI teve posição de destaque. Segundo o *ranking* ANBIMA, foi 4º colocado em 2010 tendo coordenado oito operações, em ofertas que totalizaram R$160,2 bilhões. Destacam-se a atuação como coordenador líder da maior capitalização da história mundial, a oferta pública de ações da Petrobras, no montante de R$120,2 bilhões, transação vencedora do "*Best Equity Deal of the Year*" pela Global Finance, além das ofertas de PDG Realty, InPar, Alliansce, BR Properties, OSX, Julio Simões, JBS e General Motors;

- Em fusões & aquisições, destacam-se em 2010 as seguintes assessorias: à CETIP na aquisição da GRV Solutions; à Carlyle Group na aquisição da Qualicorp; à Petrobras Biocombustível na parceria estratégica com São Martinho; à Karsten na aquisição da Trussardi; ao Grupo Fleury na aquisição do LabsDor; à Braskem na aquisição da Quattor; e ao Banco Bradesco S.A. na aquisição do Ibi México;

- Em financiamento de projetos, o Bradesco BBI atuou como assessor e estruturador da Santo Antônio Energia, usina hidrelétrica do Complexo Madeira, com capacidade instalada prevista de 3.150 MW, operação vencedora do "*Deals of the Year 2010*" da revista The Banker na categoria "*Infrastructure and Project Finance*". O Bradesco BBI obteve êxito na viabilização junto ao BNDES de financiamento de longo prazo para o Superporto Sudeste no montante de R$1,2 bilhão.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do País e está presente em 100% dos municípios do Brasil e em diversas localidades no exterior. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia que atende a mais de 23,1 milhões de correntistas. Clientes e usuários têm a disposição 54,9 mil pontos de atendimento, destacando-se 3,6 mil agências e 6,2 mil bancos postais. Em 2010, o lucro líquido foi de R$10,0 bilhões, enquanto o ativo total e patrimônio líquido totalizaram R$637,5 bilhões e R$48,0 bilhões, respectivamente.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

PARTE 2 – INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

- Sumário da Oferta
- Informações Sobre a Oferta
- Operações Vinculadas à Oferta
- Fatores de Risco
- Destinação dos Recursos
- Capitalização
- Diluição

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO DA OFERTA

Companhia	Abril Educação S.A.
Acionistas Vendedores	BR Educacional FIP, FBGC, o Sr. Roberto Civita, o Sr. Giancarlo Francesco Civita, o Sr. Victor Civita e a Sra. Roberta Anamaria Civita, em conjunto.
Coordenador Líder	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Coordenadores	O Coordenador Líder, o J.P. Morgan, o Itaú BBA e o Bradesco BBI.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores e as Instituições Consorciadas, em conjunto.
Agentes de Colocação Internacional	Credit Suisse Securities (USA) LLC, J.P. Morgan Securities LLC, Itau BBA USA Securities Inc., Bradesco Securities Inc. e determinadas instituições financeiras a serem contratadas, em conjunto.
Oferta	Oferta pública de distribuição primária e secundária das Units no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, aos Investidores Estrangeiros, de acordo com as disposições do Contrato de Colocação Internacional.
Oferta Primária	Oferta pública das Units da Oferta Primária.
Oferta Secundária	Oferta pública das Units da Oferta Secundária.
Units	18.556.702 certificados de depósito de Ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma Ação ordinária e duas Ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de nossa emissão.
Units da Oferta Primária	18.556.702 Units, objeto da Oferta Primária.
Units da Oferta Secundária	2.783.505 Units, objeto da Oferta Secundária, equivalente às Units do Lote Suplementar, caso a Opção de Lote Suplementar venha a ser exercida.
Units do Lote Suplementar	Até 2.783.505 Units no âmbito da Oferta Secundária, equivalentes a até 15% das Units inicialmente ofertadas, que, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, conforme a Opção de Lote Suplementar, poderão ser acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas.

Units Adicionais	3.711.340 Units no âmbito da Oferta Secundária (sem considerar as Units do Lote Suplementar), que, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do Anúncio de Início, poderiam, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ter sido acrescidas à Oferta, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas, não tendo havido tal acréscimo.
Preço por Unit	R$20,00.
Valor Total da Oferta	R$371.134.040,00 (sem considerar as Units do Lote Suplementar), integralmente decorrentes da Oferta Primária.
Público Alvo	Investidores Não Institucionais, no âmbito da Oferta de Varejo, e Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Units por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.
Oferta de Varejo	No contexto da Oferta, o montante de, no mínimo, 10%, e, a critério dos Coordenadores, o montante de, no máximo, 15%, das Units e das Units do Lote Suplementar será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva. Do total das Units destinadas para a Oferta de Varejo, até 2,0% do total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar) serão destinadas a atender os Colaboradores que tenham se declarado como tais no respectivo Pedido de Reserva, que terão prioridade sobre os demais Investidores Não Institucionais para a subscrição ou aquisição de Units.
Período de Reserva	Foi concedido aos Investidores Não Institucionais o prazo entre 13 de julho de 2011 e 20 de julho de 2011, inclusive, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva.
Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Como não foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar), não foi vedada a colocação de Units aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas não foram automaticamente cancelados.
Oferta Institucional	No contexto da Oferta, as Units destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais, juntamente com as demais Units objeto da Oferta, serão destinadas aos Investidores Institucionais.

Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar), não foi vedada a colocação de Units aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que suas intenções de investimento não foram automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário.**
Data de Liquidação	A data de liquidação física e financeira das Units (exceto pelas Units do Lote Suplementar) que deverá ocorrer até o último dia do Período de Colocação.
Data de Liquidação das Units do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Units do Lote Suplementar, que deverá ocorrer até o terceiro dia útil após a respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de publicação do Anúncio de Início.
Garantia Firme de Liquidação	Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a colocação da totalidade das Units, em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição e na seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Garantia Firme de Liquidação", na página 71 deste Prospecto. Se, ao final do Período de Colocação, as Units (exceto as Units do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, liquidará, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Unit, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores, conforme indicado na seção "Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Garantia Firme de Liquidação", na página 71 deste Prospecto, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Units indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Units efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram.

	A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores. Tal garantia tornou-se vinculante a partir do momento em que foi concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, publicado o Anúncio de Início, celebrado o Contrato de Distribuição e concedido o registro da Oferta pela CVM.
Direitos, Vantagens e Restrições das Units	As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições das Ações ordinárias e Ações preferenciais representadas pelas Units, incluindo o direito de participar das nossas Assembleias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Ações representadas pelas Units, de receber integralmente os dividendos e demais proventos de qualquer natureza que viermos a declarar a partir da Data de Liquidação e da Data de Liquidação do Lote Suplementar, conforme o caso, e todos os demais direitos e prerrogativas previstos na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa e no nosso Estatuto Social.
Restrição ao Desmembramento das Units	Após o decurso do prazo de 180 dias a contar da publicação do Anúncio de Início, será conferido o direito aos acionistas da Companhia para, a qualquer momento, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units de que são titulares em troca das ações ordinárias e ações preferenciais que elas representam. Tal prazo não será aplicado ao desmembramento das Units de titularidade do J.P. Morgan para, ao fim do período de estabilização da Oferta, devolver as ações por ele tomadas por empréstimo como forma de realizar as atividades de estabilização.

Restrições a Negociações com Units (*Lock-up*)	Durante o prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nós, os Acionistas Controladores, a BR Educacional FIP, FBGC, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores e dos Agentes de Colocação Internacional e observadas determinadas outras exceções, estamos obrigados a, com relação a quaisquer das Units ou ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de nossa emissão, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos ou exigir ou exercer qualquer direito com relação ao registro nos termos do *Securities Act* ou da legislação brasileira. Adicionalmente, exceto pelas Units no âmbito da Oferta, nos termos do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, os Acionistas Controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das Units ou ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, os Acionistas Controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das Units ou das ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta.
Free Float	Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Units do Lote Suplementar, estimamos que 26,2% das ações ordinárias, 63,6% das ações preferenciais de nossa emissão e 43,1% da totalidade das ações de nossa emissão estarão em circulação (consideramos para o cálculo das ações em circulação de nossa emissão as ações de titularidade do BR Educacional FIP e do FBGC).
Conselho Fiscal	Nos termos do nosso Estatuto Social, nosso Conselho Fiscal, de caráter não permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei das Sociedades por Ações, e será composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento.

Resolução de Conflitos por Meio de Arbitragem	Nos termos do nosso Estatuto Social, nós, nossos acionistas, os membros do nosso Conselho de Administração, os membros da nossa Diretoria e os membros do nosso Conselho Fiscal obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa, do Contrato de Participação do Nível 2 de Governança Corporativa e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.
Inadequação da Oferta a Certos Investidores	Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Units apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento (ver seção "Fatores de Risco", na página 79, deste Prospecto).
Aprovações Societárias	A Oferta Primária foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 5 de julho de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCESP e será publicada no DOESP e no jornal "O Estado de S. Paulo" em 22 de julho de 2011. Nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 21 de julho de 2011, cuja ata será publicada no jornal "O Estado de S. Paulo" e no DOESP em 23 de julho de 2011 e será arquivada na JUCESP, aprovou a emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais representadas pelas Units, o preço por ação ordinária e por ação preferencial representada pelas Units e o Preço por Unit, calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. A Oferta Secundária foi aprovada pelos Acionistas Vendedores BR Educacional FIP e FBGC em reuniões realizadas em 5 de julho de 2011 pelos seus respectivos comitês de investimento. Cada um dos comitês de investimento dos Acionistas Vendedores BR Educacional FIP e FBGC aprovou o Preço por Unit, nas suas respectivas reuniões realizadas em 21 de julho de 2011.

Listagem	No dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, as Units serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "ABRE11" e listadas no Nível 2 de Governança Corporativa. Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores não pretendemos realizar nenhum registro da Oferta ou das Units nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.
Instituição Emissora e Escrituradora das Units	Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (11) 3073-3401.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos de comissões obtidos por nós com a Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta, equivalentes a R$351,2 milhões (sem considerar as Units do Lote Suplementar) serão utilizados para aquisições, amortização de dívidas e abertura de novas escolas e melhoria das instalações atuais. Para mais informações, ver seção "Destinação dos Recursos", na página 83 deste Prospecto.
Fatores de Risco	Para uma descrição dos fatores que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Units, ver seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco", nas páginas 41 e 79, respectivamente, deste Prospecto, e seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência.
Declarações	Nossa declaração, as declarações dos Acionistas Vendedores e a declaração do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, estão anexas a este Prospecto.
Informações Adicionais	Para mais informações sobre a Oferta, ver seção "Informações Sobre a Oferta", na página 63 deste Prospecto. A Oferta foi registrada pela CVM em 25 de julho de 2011, sob o nº CVM/SRE/REM/2011/022 (Oferta Primária) e o nº CVM/SRE/SEC/2011/014 (Oferta Secundária). Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos respectivos endereços indicados na seção "Identificação da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Administradores, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores", na página 44 deste Prospecto.

Cronograma Estimado da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta:

Nº	Evento	Data de Realização/Data Prevista[(1)(2)]
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações para potenciais investidores Início do Procedimento de *Bookbuilding*	06/07/2011
2.	Republicação do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva	13/07/2011
3.	Encerramento do Período de Reserva	20/07/2011
4.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Unit Aprovação do Preço por Unit pela Companhia Assinatura do Contrato de Distribuição e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar	21/07/2011
5.	Registro da Oferta pela CVM Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	25/07/2011
6.	Início das negociações das Units na BM&FBOVESPA	26/07/2011
7.	Data de Liquidação	28/07/2011
8.	Encerramento do prazo para exercício da Opção de Lote Suplementar	24/08/2011
9.	Data limite para a liquidação das Units do Lote Suplementar	29/08/2011
10.	Data limite para a publicação do Anúncio de Encerramento	02/09/2011

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, prorrogações e antecipações sem aviso prévio, a nosso critério e a critério dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para mais informações, ver seções "Informações sobre a Oferta – Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta" e "Informações sobre a Oferta – Suspensão e Cancelamento da Oferta", na página 73 deste Prospecto.

(2) Para informações sobre posterior alienação de Units que eventualmente venham a ser liquidadas pelos Coordenadores em decorrência do exercício da garantia firme, ver seção "Informações sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Garantia Firme de Liquidação", na página 71 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, nosso capital social é de R$370.420.134,96, totalmente subscrito e integralizado, representado por 170.800.946 ações, sendo 105.647.572 ações ordinárias e 65.153.374 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nosso capital social poderá ser aumentado, até o limite de 292.282.865 de ações ordinárias e/ou preferenciais, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de Units, ações ordinárias e/ou preferenciais a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

Nos termos do artigo 15, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% do total das ações emitidas. Na data deste Prospecto e, após a conclusão da Oferta, a composição de nosso capital social atenderá o disposto em referido dispositivo legal.

Na data deste Prospecto, a composição do nosso capital social é a seguinte:

	Capital Social Subscrito e Integralizado	
Espécie e Classe	**Quantidade**	**Valor (R$)**
Ordinárias	105.647.572	229.120.439,87
Preferenciais	65.153.374	141.299.695,09
Total	**170.800.946**	**370.420.134,96**

Após a conclusão da Oferta, a composição do nosso capital social será a seguinte:

	Capital Social Subscrito e Integralizado	
Espécie e Classe	**Quantidade**	**Valor (R$)**
Ordinárias	124.204.274	254.443.403,67
Preferenciais	102.266.778	209.502.509,37
Total	**226.471.052**	**463.945.913,04**

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias e/ou preferenciais de nossa emissão e o Sr. Manoel Amorim, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, sem considerar as Units do Lote Suplementar.

	Na Data Deste Prospecto						**Após a Oferta**					
Acionistas[1]	**Ações Ordinárias**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**	**Total**	**(%)**	**Ações Ordinárias**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**	**Total**	**(%)**
Abrilpar	74.532.302	70,5	2.922.834	4,5	77.455.136	45,3	74.532.302	60,0%	2.922.834	2,9%	77.455.136	34,2%
FBGC	7.407.407	7,0	14.814.814	22,7	22.222.221	13,0	7.407.407	6,0%	14.814.814	14,5%	22.222.221	9,8%
BR Educacional FIP	6.560.185	6,2	13.120.370	20,1	19.680.555	11,5	6.560.185	5,3%	13.120.370	12,8%	19.680.555	8,7%
Roberto Civita	9.226.354	8,7	18.452.708	28,3	27.679.062	16,2	9.226.354	7,4%	18.452.708	18,0%	27.679.062	12,2%
Giancarlo Civita	2.516.278	2,4	5.032.556	7,7	7.548.834	4,4	2.516.278	2,0%	5.032.556	4,9%	7.548.834	3,3%
Victor Civita	2.516.278	2,4	5.032.556	7,7	7.548.834	4,4	2.516.278	2,0%	5.032.556	4,9%	7.548.834	3,3%
Roberta Civita	2.516.278	2,4	5.032.556	7,7	7.548.834	4,4	2.516.278	2,0%	5.032.556	4,9%	7.548.834	3,3%
Manoel Amorim	372.490	0,4	744.980	1,1	1.117.470	0,7	372.490	0,3%	744.980	0,7%	1.117.470	0,5%
Outros	–	–	–	–	–	–	18.556.702	14,9%	37.113.404	36,3%	55.670.106	24,6%
Total	**105.647.572**	**100,0**	**65.153.374**	**100,0**	**170.800.946**	**100,0**	**124.204.274**	**100,0%**	**102.266.778**	**100,0%**	**226.471.052**	**100,0%**

[1] Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

O quadro a seguir apresenta os acionistas titulares de 5% ou mais das ações ordinárias e/ou preferenciais de nossa emissão e o Sr. Manoel Amorim, assim como o percentual representativo dessas ações em relação ao nosso capital social (i) na data deste Prospecto; e (ii) após a conclusão da Oferta, considerando as Units do Lote Suplementar.

	Na Data Deste Prospecto						Após a Oferta					
Acionistas[1]	**Ações Ordinárias**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**	**Total**	**(%)**	**Ações Ordinárias**	**(%)**	**Ações Preferenciais**	**(%)**	**Total**	**(%)**
Abrilpar	74.532.302	70,5	2.922.834	4,5	77.455.136	45,3	74.532.302	60,0%	2.922.834	2,9%	77.455.136	34,2%
FBGC	7.407.407	7,0	14.814.814	22,7	22.222.221	13,0	7.042.871	5,7%	14.085.742	13,8%	21.128.613	9,3%
BR Educacional FIP	6.560.185	6,2	13.120.370	20,1	19.680.555	11,5	6.237.343	5,0%	12.474.686	12,2%	18.712.029	8,3%
Roberto Civita	9.226.354	8,7	18.452.708	28,3	27.679.062	16,2	8.073.484	6,5%	16.146.968	15,8%	24.220.452	10,7%
Giancarlo Civita	2.516.278	2,4	5.032.556	7,7	7.548.834	4,4	2.201.859	1,8%	4.403.718	4,3%	6.605.577	2,9%
Victor Civita	2.516.278	2,4	5.032.556	7,7	7.548.834	4,4	2.201.859	1,8%	4.403.718	4,3%	6.605.577	2,9%
Roberta Civita	2.516.278	2,4	5.032.556	7,7	7.548.834	4,4	2.201.859	1,8%	4.403.718	4,3%	6.605.577	2,9%
Manoel Amorim	372.490	0,4	744.980	1,1	1.117.470	0,7	372.490	0,3%	744.980	0,7%	1.117.470	0,5%
Outros	–	–	–	–	–	–	21.340.207	17,2%	42.680.414	41,7%	64.020.621	28,3%
Total	**105.647.572**	**100,0**	**65.153.374**	**100,0**	**170.800.946**	**100,0**	**124.204.274**	**100,0%**	**102.266.778**	**100,0%**	**226.471.052**	**100,0%**

(1) Para uma descrição mais detalhada sobre nossos acionistas titulares de mais de 5% do nosso capital social, inclusive sua composição societária, ver seção "15. Controle", no Formulário de Referência.

Descrição da Oferta

A Oferta compreende a distribuição pública primária e secundária das Units no Brasil, sob a coordenação dos Coordenadores, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, para Investidores Estrangeiros, de acordo com as disposições do Contrato de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas poderá ser acrescida das Units do Lote Suplementar, equivalentes a até 15% das Units inicialmente ofertadas, conforme Opção de Lote Suplementar. O J.P. Morgan terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que foi fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderia, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ter sido acrescida das Units Adicionais, não tendo havido tal acréscimo.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores não pretendemos realizar nenhum registro da Oferta ou das Units nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Preço por Unit

O Preço por Unit foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do preço de emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais representadas pelas Units e, consequentemente, do Preço por Unit, é justificada pelo fato de que o Preço por Unit não promoverá a diluição injustificada dos nossos acionistas e de que as Units serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Units foi aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta. Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Unit.

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar), não foi vedada a colocação de Units aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que suas intenções de investimento não foram automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário.**

Quantidade, Valor, Espécie e Recursos Líquidos

Após a conclusão da Oferta, sem considerar as Units do Lote Suplementar:

Oferta	Quantidade	Valor (R$)	Comissões e Despesas[(1)] (R$)	Recursos Líquidos (R$)
Por Unit	1	20,00	1,07	18,93
Oferta Primária	18.556.702	371.134.040,00	19.906.079,84	351.227.960,16
Oferta Secundária	0	0,00	0,00	0,00
Total	**18.556.702**	**371.134.040,00**	**19.906.079,84**	**351.227.960,16**

(1) Despesas estimadas da Oferta.

Após a conclusão da Oferta, considerando as Units do Lote Suplementar:

Oferta	Quantidade	Valor (R$)	Comissões e Despesas[(1)] (R$)	Recursos Líquidos (R$)
Por Unit	1	20,00	1,05	18,95
Oferta Primária	18.556.702	371.134.040,00	19.906.079,84	351.227.960,16
Oferta Secundária	2.783.505	55.670.100,00	2.464.641,95	53.205.408,05
Total	**21.340.207**	**426.804.140,00**	**22.370.721,79**	**404.433.418,21**

(1) Despesas estimadas da Oferta.

Quantidade de Units Alienadas por cada Acionista Vendedor

Apresentamos, abaixo, a quantidade de Units da Oferta Secundária a ser alienada por cada um dos Acionistas Vendedores e o respectivo valor com base no Preço por Ação, considerando as Ações do Lote Suplementar:

Acionista Vendedor	Quantidade de Units Alienadas	% do Total	Valor (R$)	Recursos Líquidos[(1)] (R$)
Roberto Civita	1.152.870	41,4%	23.057.400,00	22.036.596,46
Giancarlo Civita	314.419	11,3%	6.288.380,00	6.009.979,11
Victor Civita	314.419	11,3%	6.288.380,00	6.009.979,11
Roberta Anamaria Civita	314.419	11,3%	6.288.380,00	6.009.979,11
FBGC	364.536	13,1%	7.290.720,00	6.967.943,24
BR Educacional FIP	322.842	11,6%	6.456.840,00	6.170.981,01
Total	**2.783.505**	**100,0%**	**55.670.100,00**	**53.205.458,05**

(1) Considerando os recursos da Oferta líquidos das comissões e das despesas estimadas da Oferta.

Reserva de Capital

Os recursos líquidos da Oferta Primária serão destinados à conta de capital social até o valor do Preço por Unit que for correspondente ao valor patrimonial por ação de nossa emissão multiplicado pelas Units da Oferta Primária, e o valor remanescente de recursos líquidos da Oferta Primária será destinado à nossa conta de reserva de capital.

Custos da Oferta

As comissões e despesas da Oferta serão pagas por nós e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Units emitidas ou alienadas, conforme o caso, por cada um de nós. A tabela abaixo indica as comissões e as despesas estimadas da Oferta, sem considerar as Units do Lote Suplementar:

Custos	Custo da Companhia (R$)	Custo dos Acionistas Vendedores (R$)	Custo Total (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta	Custo por Unit (R$)	% em Relação ao Preço por Unit
Comissões da Oferta	**14.845.362**	**–**	**14.845.362**	**4,00%**	**0,80**	**4,00%**
Comissão de Coordenação	2.226.804	–	2.226.804	0,60%	0,12	0,60%
Comissão de Colocação	6.680.413	–	6.680.413	1,80%	0,36	1,80%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação	2.226.804	–	2.226.804	0,60%	0,12	0,60%
Comissão de Incentivo	3.711.340	–	3.711.340	1,00%	0,20	1,00%
Despesas da Oferta[(1)]	**5.060.718**	**–**	**5.060.718**	**1,36%**	**0,27**	**1,36%**
Tributos e Outras Retenções	1.585.586	–	1.585.586	0,43%	0,09	0,43%
Registro da Oferta pela CVM	165.740	–	165.740	0,04%	0,01	0,04%
Registro da Oferta pela ANBIMA	10.392	–	10.392	0,00%	0,00	0,00%
Advogados e Consultores	1.000.000	–	1.000.000	0,27%	0,05	0,27%
Auditores	1.299.000	–	1.299.000	0,35%	0,07	0,35%
Outros[(2)]	1.000.000	–	1.000.000	0,27%	0,05	0,27%
Total de Comissões e Despesas da Oferta	**19.906.080**	**–**	**19.906.080**	**5,36%**	**1,07**	**5,36%**

(1) Despesas estimadas.
(2) Custos com publicidade, apresentações de *roadshow* e outros.

Além da remuneração prevista acima, nenhuma outra será contratada ou paga aos Coordenadores, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição sem prévia manifestação da CVM.

Aprovações Societárias

A Oferta Primária foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 5 de julho de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCESP e será publicada no DOESP e no jornal "O Estado de S. Paulo" em 22 de julho de 2011. Nosso Conselho de Administração, em reunião realizada em 21 de julho de 2011, cuja ata será publicada no jornal "O Estado de S. Paulo" e no DOESP em 23 de julho de 2011 e será arquivada na JUCESP, aprovou a emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais representadas pelas Units, o preço por ação ordinária e por ação preferencial representada pelas Units e o Preço por Unit, calculado de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações e aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Oferta Secundária foi aprovada pelos Acionistas Vendedores BR Educacional FIP e FBGC em reuniões realizadas em 5 de julho de 2011 pelos seus respectivos comitês de investimento. Cada um dos comitês de investimento dos Acionistas Vendedores BR Educacional FIP e FBGC aprovou o Preço por Unit, nas suas respectivas reuniões realizadas em 21 de julho de 2011.

Público Alvo

Os Coordenadores realizarão a Oferta aos Investidores Não Institucionais e aos Investidores Institucionais de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição, por si e/ou por meio das Instituições Consorciadas.

Os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Units no exterior para Investidores Estrangeiros, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Units por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

Cronograma Estimado da Oferta

Ver seção "Sumário da Oferta – Cronograma Estimado da Oferta", na página 62 deste Prospecto.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação pública das Units no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa, por meio da Oferta de Varejo, realizada exclusivamente pelas Instituições Consorciadas, e da Oferta Institucional, realizada exclusivamente pelos Coordenadores.

O plano da Oferta, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, com a expressa anuência nossa e dos Acionistas Vendedores, leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica nossa, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores, observado, entretanto, que os Coordenadores (i) assegurarão a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, o tratamento justo e equitativo aos investidores, e que os representantes de venda das Instituições Participantes da Oferta tenham recebido previamente exemplar do Prospecto Preliminar para leitura obrigatória; e (ii) deverão realizar os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa.

Oferta de Varejo

No contexto da Oferta de Varejo, o montante de, no mínimo, 10%, e, a critério dos Coordenadores, o montante de, no máximo, 15% das Units e das Units do Lote Suplementar, será destinado prioritariamente à colocação pública para Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, sendo que os Colaboradores que tenham se declarado como tais no respectivo Pedido de Reserva terão prioridade sobre os demais Investidores Não Institucionais para a subscrição ou aquisição de até 2,0% do total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar):

(i) durante o Período de Reserva, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá ter realizado pedido de reserva de Units, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto neste inciso, nos incisos (ix) e (x) abaixo e no item "Cancelamento dos Pedidos de Reserva" abaixo, mediante preenchimento do Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento de R$300.000,00 por Investidor Não Institucional. Os Investidores Não Institucionais puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Unit como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Unit fosse fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor Não Institucional, o respectivo Pedido de Reserva seria automaticamente cancelado. Como condição à eficácia do Pedido de Reserva, cada Investidor Não Institucional deveria ter indicado no Pedido de Reserva se é ou não Pessoa Vinculada. As Instituições Consorciadas somente atenderam Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomendou-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedidos de Reserva que (a) lessem cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar; (b) verificassem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigiria a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; e (c) entrassem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada;

(ii) os Investidores Não Institucionais deverão ter realizado seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, ter indicado no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada;

(iii) como não foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar), não foi vedada a colocação de Units aos Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, incluindo os Colaboradores, sendo que os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas não foram automaticamente cancelados;

(iv) caso o total de Units objeto dos Pedidos de Reserva seja igual ou inferior ao montante de Units destinadas à Oferta de Varejo, não haverá Rateio (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva, de modo que as Units remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais;

(v) caso o total de Units objeto dos Pedidos de Reserva dos Colaboradores seja superior ao montante de Units destinadas prioritariamente aos Colaboradores, conforme indicado no parágrafo acima, será realizado (a) primeiramente, rateio das Units destinadas prioritariamente aos Colaboradores entre todos os Colaboradores na proporção do valor dos Pedidos de Reserva, considerando para fins de rateio, o máximo de R$5.000,00; e (b) havendo saldo após o rateio a que se refere a alínea (a) acima, novo rateio das Units destinadas prioritariamente aos Colaboradores, na proporção do valor dos Pedidos de Reserva, excluindo-se as Units alocadas no primeiro rateio;

(vi) caso, após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Colaboradores nos termos do inciso (v) acima, o total de Units objeto dos Pedidos de Reserva exceda o total de Units destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio entre os Investidores Não Institucionais, sendo que (a) até o limite de R$3.000,00, inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva do saldo das Units destinadas à Oferta de Varejo entre os Investidores Não Institucionais (sem considerar os Colaboradores) que tiverem apresentado Pedido de Reserva, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total das Units destinadas à Oferta de Varejo; e (b) uma vez atendido o critério descrito na alínea (a) acima, as Units destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas (1) para os Investidores Não Institucionais (sem considerar os Colaboradores), ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva; e (2) para os Colaboradores, proporcionalmente à diferença entre o respectivo Pedido de Reserva e o montante já alocado na oferta prioritária para os Colaboradores, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Units ("Rateio"). Opcionalmente, a critério dos Coordenadores, a quantidade de Units destinadas à Oferta de Varejo poderá ser aumentada para até 15% das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar) para que os Pedidos de Reserva excedentes possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de Rateio;

(vii) até as 16 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor Não Institucional pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Units alocadas, o Preço por Unit e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(viii) até as 10h30min da Data de Liquidação, cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento, em recursos imediatamente disponíveis, do valor indicado no inciso (vii) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado;

(ix) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio da BM&FBOVESPA, entregará as Units alocadas ao respectivo Investidor Não Institucional de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição, desde que efetuado o pagamento previsto no inciso (viii) acima;

(x) caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não Institucional poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12 horas do quinto dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a publicação do Anúncio de Início, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (viii) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(xi) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Distribuição ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante publicação de aviso ao mercado. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (vii) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Oferta Institucional

As Units destinadas à Oferta de Varejo que não tiverem sido alocadas aos Investidores Não Institucionais serão destinadas à Oferta Institucional, juntamente com as demais Units, de acordo com o seguinte procedimento:

(i) os Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta deverão ter apresentado suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*, inexistindo pedidos de reserva ou limites máximos de investimento;

(ii) foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de Bookbuilding, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar), não foi vedada a colocação de Units aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que suas intenções de investimento não foram automaticamente canceladas. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (hedge) de operações com derivativos (incluindo operações de total return swap) contratadas com terceiros são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário;**

(iii) caso as intenções de investimento obtidas durante o Procedimento de Bookbuilding excedam o total de Units remanescentes após o atendimento da Oferta de Varejo, os Coordenadores darão prioridade aos Investidores Institucionais que, a exclusivo critério dos Coordenadores, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, melhor atendam o objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de investidores, integrada por investidores com diferentes critérios de avaliação das nossas perspectivas, nosso setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional;

(iv) até as 16 horas do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores informarão aos Investidores Institucionais a Data de Liquidação, a quantidade de Units alocadas, o Preço por Unit e o valor do respectivo investimento; e

(v) a entrega das Units alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Preço por Unit multiplicado pela quantidade de Units alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

Cancelamento dos Pedidos de Reserva

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400 e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, emissão indevida de pesquisas e relatórios públicos sobre nós e/ou divulgação indevida da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores, (i) deixará de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Units, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva, todos os boletins de subscrição e todos os contratos de compra e venda que tenha recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento; (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações e honorários advocatícios, inclusive custos decorrentes de eventuais demandas de potenciais investidores; e (iii) poderá deixar, por um período de até seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de qualquer dos Coordenadores.

Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional

Nós, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores e a BM&FBOVESPA (como interveniente anuente) celebramos o Contrato de Distribuição, cuja cópia foi disponibilizada pelo Coordenador Líder em seu endereço indicado na seção "Identificação da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Administradores, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores", na página 44 deste Prospecto.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Units está sujeita a determinadas condições, tais como (i) a entrega de opiniões legais pelos nossos assessores jurídicos, dos Coordenadores e dos Agentes de Colocação Internacional; (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Units e ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão, por nós, os Acionistas Controladores, a BR Educacional FIP, FBGC, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria; e (iii) a emissão de cartas de conforto por nossos auditores independentes relativas às nossas demonstrações financeiras consolidadas e demais informações financeiras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, obrigamo-nos a indenizar os Coordenadores e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

De acordo com o Contrato de Distribuição, se, ao final do Período de Colocação, as Units (exceto as Units do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, liquidará, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Units, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores, conforme indicado na seção "– Contrato de Distribuição – Garantia Firme de Liquidação", na página 71 deste Prospecto, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Units indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Units efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram. Além disso, o Contrato de Distribuição prevê que nós nos obrigamos, no que diz respeito à Oferta, a indenizar os Coordenadores por certas contingências em determinadas situações, assim como por ressarcir determinadas despesas por eles incorridas.

Adicionalmente, somos parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação de Units no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no Contrato de Colocação Internacional ou no *Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a essas questões, eles poderão ter direito de regresso contra nós por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de exceções às leis de registro de ofertas públicas de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Colocação Internacional, ver seção "Fatores de Risco – Riscos Relativos à Oferta", na página 79 deste Prospecto.

Período de Colocação

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no artigo 52 da Instrução CVM 400. A colocação das Units deverá ser feita pelas Instituições Participantes da Oferta durante o Período de Colocação.

Data de Liquidação e Data de Liquidação das Units do Lote Suplementar

A liquidação física e financeira das Units (sem considerar as Units do Lote Suplementar) deverá ser realizada até o último dia útil do Período de Colocação, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

A liquidação física e financeira das Units do Lote Suplementar deverá ser realizada até o terceiro dia útil contado da respectiva data de exercício da Opção de Lote Suplementar, mas não antes da data de publicação do Anúncio de Início, de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição.

Garantia Firme de Liquidação

Após a concessão pela CVM do nosso registro de companhia aberta, a concessão do registro da Oferta pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto, os Coordenadores realizarão a colocação da totalidade das Units, em regime de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais abaixo descritos e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição:

Coordenadores	**Quantidade de Units**	**% do Total**
Coordenador Líder	5.195.877	28,0%
J.P. Morgan	5.195.877	28,0%
Itaú BBA	4.639.175	25,0%
Bradesco BBI	3.525.773	19,0%
Total.....	**18.556.702**	**100,0%**

Se, ao final do Período de Colocação, as Units (exceto as Units do Lote Suplementar) não tiverem sido totalmente liquidadas pelos respectivos investidores, cada um dos Coordenadores, de forma individual e não solidária, liquidará, no último dia do Período de Colocação, pelo Preço por Unit, na proporção e até o limite individual de cada um dos Coordenadores, conforme indicado na tabela acima e no Contrato de Distribuição, a totalidade do respectivo saldo resultante da diferença entre (i) a quantidade de Units indicada no Contrato de Distribuição; e (ii) a quantidade de Units efetivamente liquidada pelos investidores que as subscreveram ou adquiriram.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI à Instrução CVM 400, caso os Coordenadores eventualmente venham a subscrever ou adquirir Units nos termos acima e tenham interesse em vender tais Units antes da publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda de tais Units será o preço de mercado das Units, limitado ao Preço por Unit, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas abaixo.

Estabilização do Preço das Units

O J.P. Morgan, por meio da J.P. Morgan Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização do preço de Units, pelo prazo de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, por meio de operações de compra e venda de Units, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que foi previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.

Cópia do Contrato de Estabilização poderá ser obtida com o J.P. Morgan, no endereço indicado na seção "Identificação da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Administradores, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores", na página 44 deste Prospecto.

Restrição ao Desmembramento das Units

Após o decurso do prazo de 180 dias a contar da publicação do Anúncio de Início, será conferido o direito aos nossos acionistas para, a qualquer momento, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units de que são titulares em troca das ações ordinárias e ações preferenciais que elas representam. Tal prazo não será aplicado ao desmembramento das Units de titularidade do J.P. Morgan para, ao fim do período de estabilização da Oferta, devolver as ações por ele tomadas por empréstimo como forma de realizar as atividades de estabilização.

Direitos, Vantagens e Restrições das Units

As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições das Ações ordinárias e Ações preferenciais de nossa emissão representadas pelas Units, incluindo o direito de participar das nossas assembleias gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Ações representadas pelas Units, de receber integralmente os dividendos e demais proventos de qualquer natureza que viermos a declarar a partir da Data de Liquidação e da Data de Liquidação do Lote Suplementar, conforme o caso, e todos os demais direitos e prerrogativas previstos na Lei das Sociedades por Ações, no Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa e no nosso Estatuto Social.

Admissão à Negociação das Units

No dia útil subsequente à data de publicação do Anúncio de Início, as Units serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código "ABRE11" e listadas no Nível 2 de Governança Corporativa.

Instituição Financeira Escrituradora e Emissora das Units

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de emissão e escrituração das Units e custódia das Ações ordinárias e das Ações preferenciais por elas representadas é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Av. Brig. Faria Lima 3400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, número de telefone (11) 3073-3401.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores poderemos requerer que a CVM autorize a modificação ou o cancelamento da Oferta, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível, nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por nós assumidos inerentes à própria Oferta.

O requerimento de modificação da Oferta perante a CVM presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias.

Adicionalmente, nós e os Acionistas Vendedores poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta por nós estabelecida, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação das condições da Oferta seja deferido, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou por pedido nosso e dos Acionistas Vendedores, prorrogar o prazo para distribuição da Oferta por até 90 dias.

Se a Oferta for revogada, os atos de aceitação anteriores ou posteriores à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Units, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes.

A revogação ou qualquer modificação da Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação, nos mesmos veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em se tratando de modificação da Oferta, após a publicação do Anúncio de Início, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada para que confirmem, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, sendo que será presumida a manutenção se não revogarem expressamente suas intenções de investimento no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nessa hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Além das hipóteses de revogação da declaração de aceitação da Oferta pelo investidor previstas neste Prospecto e nos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, não há quaisquer outras hipóteses em que o investidor possa revogar sua declaração de aceitação da Oferta.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Encerrado tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil subsequente ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores depositados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do recebimento da revogação da aceitação ou da comunicação do cancelamento, conforme o caso.

Relacionamento entre Nós e os Coordenadores

Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, não possuímos qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder. Poderemos, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Entendemos que o nosso relacionamento com o Coordenador Líder não configura nenhum conflito de interesse.

Exceto pela remuneração prevista no item "Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 66 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das Units, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Units com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Units na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, não possuímos qualquer outro relacionamento com o J.P. Morgan. Poderemos, no futuro, contratar o J.P. Morgan ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Entendemos que o nosso relacionamento com o J.P. Morgan não configura nenhum conflito de interesse.

Exceto pela remuneração prevista no item "Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 66 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das Units, não há qualquer outra a ser paga por nós ao J.P. Morgan cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

O J.P. Morgan e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Units com seus clientes. O J.P. Morgan e/ou suas afiliadas poderão adquirir Units na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Itaú BBA

Na data deste Prospecto, nós e nossas controladas mantemos relacionamento comercial com o Itaú BBA e demais instituições integrantes do conglomerado financeiro no qual está inserido, que inclui prestação de serviços bancários, concessão de financiamentos via repasses BNDES e empréstimos, descritas com maiores detalhes abaixo:

Tomador	Tipo de operação	Data do Contrato	Data de Vencimento	Valor Tomado (R$)	Saldo em Total Aberto em 31 de março de 2011 (em R$)
Editora Scipione	Repasse BNDES	24.11.2008	18.11.2013	5.818.540,96	6.031.011,75
Editora Scipione	Repasse BNDES	15.12.2010	18.11.2013	547.754,40	485.081,39
Editora Scipione	Repasse BNDES	24.5.2010	15.6.2015	2.000.000,00	Comprometido, não desembolsado
Editora Scipione	Repasse BNDES	8.7.2010	15.6.2015	1.200.000,00	1.106.903,89
Editora Scipione	Repasse BNDES	24.5.2010	15.6.2015	8.000.000,00	Comprometido, não desembolsado
Editora Scipione	Repasse BNDES	7.7.2010	15.6.2015	4.800.000,00	4.821.928,68
Editora Scipione	CCB Giro	1.10.2010	6.10.2015	10.421.669,59	11.076.082,22
Editora Scipione	CCB Giro	1.10.2010	6.10.2015	15.689.125,60	16.674.299,96
Editora Ática	Repasse BNDES	30.10.2008	15.10.2013	5.631.792,60	5.843.524,73
Editora Ática	Repasse BNDES	15.12.2010	15.10.2013	567.589,62	501.559,63
Editora Ática	Repasse BNDES	8.10.2010	15.6.2015	536.687,00	522.847,04
Editora Ática	Repasse BNDES	19.11.2010	15.6.2015	463.313,00	441.728,61
Editora Ática	Repasse BNDES	16.7.2010	15.6.2015	4.000.000,00	4.018.273,90
Editora Ática	Repasse BNDES	8.10.2010	15.6.2015	2.146.747,00	2.156.554,36
Editora Ática	Repasse BNDES	19.11.2010	15.6.2015	1.853.253,00	1.861.719,54
Editora Ática	CCB Giro	1.10.2010	6.10.2015	20.857.557,00	22.167.268,47
Editora Ática	CCB Giro	1.10.2010	6.10.2015	29.344.232,08	31.186.848,52
Editora Ática	Repasse BNDES	16.7.2010	15.6.2015	1.000.000,00	923.932,01

Em 14 de abril, contratamos com o Itaú BBA e demais instituições integrantes do conglomerado financeiro no qual está inserido três operações de fiança nos valores de R$54,0 milhões, R$6,7 milhões e R$6,7 milhões, com vencimento em 20 de junho de 2016 e cuja comissão é de CDI acrescido de 2,00% ao ano, pagas trimestralmente.

O Itaú BBA atuou como coordenador líder da oferta de debêntures da Editora Abril, com garantia fidejussória da Abril S.A., no valor total de R$320 milhões, emitida em 30 de junho de 2011, para a qual foi acordado o pagamento de comissão de estruturação e coordenação, comissão de distribuição e prêmio de garantia firme de 0,40%, 0,40% e 0,45%, respectivamente, calculado sobre o preço de integralização multiplicado pela quantidade de debêntures emitidas, devida a cada um dos coordenadores, na proporção das respectivas debêntures objeto da garantia firme.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, não possuímos qualquer outro relacionamento com o Itaú BBA. Poderemos, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Entendemos que o nosso relacionamento com o Itaú BBA não configura nenhum conflito de interesse.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 66 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das Units, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos tendo as Units como ativo de referência (incluindo operações de *total return swap*). O Itaú BBA e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão adquirir Units como forma de proteção para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, temos as seguintes operações contratadas com o Bradesco BBI e/ou com demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro:

- *Aplicações Financeiras:* nós, a Editora Ática e a Editora Scipione possuímos aplicações financeiras em debêntures de emissão do Bradesco Leasing no montante total de R$39,2 milhões, com prazo médio original contratado de 672 dias, e taxa média de 100,8% do CDI;

- *Fianças:* a Editora Anglo possui carta fiança no valor total de R$180,8 milhões, com vencimento em 12 de setembro de 2014, pagamentos anuais e taxa de 2% ao ano;

- *Cash Management:* a Editora Ática e a Editora Scipione possuem serviços financeiros de pagamento e recebimento (*cash management*), especificamente, pagamentos eletrônicos de tributos e fornecedores que totalizaram 1.597 títulos e um total de R$5,5 milhões em março de 2011; e

- *Debêntures:* em 25 de outubro de 2010, emitimos debêntures simples, não conversíveis em ação, no valor total de R$264,8 milhões, com prazo de cinco anos, sendo um ano de carência, com amortização do principal em quatro parcelas iguais anuais e taxa de remuneração de CDI acrescida de *spread* de 2% ao ano. Os recursos captados com a emissão foram destinados para o pagamento da aquisição do Anglo.

O Bradesco BBI atuou como coordenador da oferta de debêntures da Editora Abril, com garantia fidejussória da Abril S.A., no valor total de R$320 milhões, emitida em 30 de junho de 2011, para a qual foi acordado o pagamento de comissão de estruturação e coordenação, comissão de distribuição e prêmio de garantia firme de 0,40%, 0,40% e 0,45%, respectivamente, calculado sobre o preço de integralização multiplicado pela quantidade de debêntures emitidas, devida a cada um dos coordenadores, na proporção das respectivas debêntures objeto da garantia firme.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, não possuímos qualquer outro relacionamento com o Bradesco BBI. Poderemos, no futuro, contratar o Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Entendemos que o nosso relacionamento com o Bradesco BBI não configura nenhum conflito de interesse.

Exceto pela remuneração prevista no item "Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 66 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das Units, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Bradesco BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores

Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento com o Coordenador Líder. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores entendem que o seu relacionamento com o Coordenador Líder não configura nenhum conflito de interesse.

Exceto pela remuneração prevista no item "Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 66 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das Units, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Credit Suisse cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento com o J.P. Morgan. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o J.P. Morgan ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores entendem que o seu relacionamento com o J.P. Morgan não configura nenhum conflito de interesse.

Exceto pela remuneração prevista no item "Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 66 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das Units, não há qualquer outra a ser paga por nós ao J.P. Morgan cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Itaú BBA

Os Acionistas Vendedores pessoas físicas possuem conta corrente no Itaú Unibanco S.A., sociedade pertencente ao conglomerado econômico ao qual o Itaú BBA está inserido.

Na data deste Prospecto, além do disposto acima e do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento com o Itaú BBA. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Itaú BBA ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores entendem que o seu relacionamento com o Itaú BBA não configura nenhum conflito de interesse.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 66 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das Units, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Itaú BBA cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, os Acionistas Vendedores não possuem qualquer outro relacionamento com o Bradesco BBI. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades dos Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores entendem que o seu relacionamento com o Bradesco BBI não configura nenhum conflito de interesse.

Exceto pela remuneração prevista no item “Informações sobre a Oferta – Custos da Oferta” na página 66 deste Prospecto e pelos recursos decorrentes das atividades de estabilização do preço das Units, não há qualquer outra a ser paga por nós ao Bradesco BBI cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Informações Adicionais

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Units apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento (ver seção “Fatores de Risco”, na página 79 deste Prospecto, e seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” do Formulário de Referência, além de outras informações incluídas neste Prospecto e no Formulário de Referência).

Os Coordenadores recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consulta a este Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta, dos fatores de risco e dos demais riscos a ela inerentes.

A Oferta foi registrada pela CVM em 25 de julho de 2011, sob o nº CVM/SRE/REM/2011/022 (Oferta Primária) e o nº CVM/SRE/SEC/2011/014 (Oferta Secundária). Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos respectivos endereços indicados na seção “Identificação da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Administradores, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores”, na página 44 deste Prospecto.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação ao Coordenador Líder.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Coordenador Líder concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

J.P. Morgan

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação ao J.P. Morgan.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o J.P. Morgan concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Itaú BBA

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação ao Itaú BBA.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Itaú BBA concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, não havia operações vinculadas à Oferta em relação ao Bradesco BBI.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Bradesco BBI concedendo direito de subscrição de ações representativas do nosso capital social, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

FATORES DE RISCO

O investimento nas Units *envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas* Units*, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, incluindo os riscos mencionados abaixo. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das* Units *pode diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento nas Units. Os riscos descritos abaixo e nas seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência são aqueles que conhecemos e que acreditamos que atualmente podem nos afetar de maneira adversa, de modo que riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos atualmente irrelevantes também podem nos afetar de forma adversa.*

Para os fins desta seção, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante em nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço das Units. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relativos à Oferta. Para os demais fatores de risco, ver seções "4. Fatores de Risco" e "5 Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.

Principais Fatores de Risco Relativos a Nós

Para informações sobre os fatores de risco relativos a nós, ver seção "Sumário – Principais Fatores de Risco da Companhia", na página 41 deste Prospecto, e ver seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" do Formulário de Referência.

Fatores de Risco Relativos à Oferta

As Ações preferenciais subjacentes às Units têm direitos de voto limitados.

Das nossas duas classes de Ações em circulação, somente nossas Ações ordinárias têm direito de voto integral. Exceto em determinadas hipóteses, nossas Ações preferenciais não terão direito de voto. Devido a essa restrição de direitos de voto e ao fato de que nossos Acionistas Controladores deterão mais da metade das nossas Ações ordinárias posteriormente à conclusão da Oferta, as Ações preferenciais subjacentes às Units geralmente não terão o poder de influenciar a grande maioria das decisões corporativas que dependem dos votos dos acionistas, incluindo a declaração de dividendos.

As Units e ações nunca foram negociadas em bolsa de valores, e, portanto, um mercado ativo para essas Units pode não se desenvolver e a cotação das Units pode ser adversamente afetada após a Oferta. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão restringir consideravelmente a capacidade dos investidores das nossas Units pelo preço desejado e no momento desejado.

Antes da Oferta, as Units não eram negociadas em bolsa de valores. Ademais, um mercado ativo e líquido de negociação poderá não se desenvolver ou, se for desenvolvido, poderá não conseguir se manter. O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o brasileiro, envolve, um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA apresentou uma capitalização de mercado de R$2,5 trilhões em 30 de abril de 2011, e um volume médio diário de negociação no mercado à vista de R$6,7 bilhões no mês de abril de 2011. Adicionalmente, em 30 de abril de 2011, as dez ações mais negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por 49,4% do volume total de ações negociadas na BM&FBOVESPA. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das Units de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das Units.

Adicionalmente, o Preço por Unit foi determinado por meio do Procedimento de *Bookbuilding*, que não é indicativo do preço pelo qual as nossas Units serão comercializadas no mercado após a Oferta.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por* Unit*, mediante a participação destes no Procedimento de* Bookbuilding*, pode ter impactado adversamente a formação do Preço por* Unit*, e o investimento nas* Units *por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das* Units *no mercado secundário.

O Preço por Unit foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta. Como não foi verificado excesso de demanda superior a um terço das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar), foi permitida a colocação de Units aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que suas intenções de investimento não foram automaticamente canceladas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Unit, e o investimento nas Units por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das Units no mercado secundário.

A venda de um número significativo de ações de nossa emissão após a Oferta pode afetar de forma negativa as cotações de nossas ações.

Durante o prazo de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nós, os Acionistas Controladores, a BR Educacional FIP, FBGC, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria, exceto mediante prévio consentimento por escrito dos Coordenadores e dos Agentes de Colocação Internacional e observadas determinadas outras exceções, estamos obrigados a, com relação a quaisquer das Units ou ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, permutáveis ou exercíveis em ações de nossa emissão, não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, onerar ou de outra forma dispor, realizar qualquer operação com o mesmo efeito, realizar qualquer operação de derivativos, divulgar publicamente a intenção de realizar tal emissão, oferta, venda, oneração, disposição, operação com o mesmo efeito ou operação de derivativos ou exigir ou exercer qualquer direito com relação ao registro nos termos do Securities Act ou da legislação brasileira. Adicionalmente, exceto pelas Units no âmbito da Oferta, nos termos do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa, nos seis meses subsequentes à data de publicação do Anúncio de Início, os Acionistas Controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das Units ou ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão ou derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, os Acionistas Controladores, os membros do nosso Conselho de Administração e os membros da nossa Diretoria não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40% das Units ou das ações ordinárias ou preferenciais de nossa emissão e derivativos destas de que sejam titulares imediatamente após efetivação da Oferta. Após o término dos prazos de restrição de negociação de ações ordinárias de nossa emissão descritos acima, tais Units, ações ordinárias e ações preferenciais de nossa emissão estarão disponíveis para emissão ou venda, conforme o caso. A emissão ou a venda ou a percepção da possibilidade de emissão ou de venda de volume substancial de Units, ações ordinárias e ações preferenciais de nossa emissão podem prejudicar o preço de mercado das Units, ações ordinárias e ações preferenciais de nossa emissão.

Novos investidores em nossas* Units *estarão sujeitos à diluição imediata de seus investimentos após a Oferta e, se formos liquidados pelo valor contábil, investidores não receberão o valor integral de seus investimentos.

O Preço por Unit excederá o valor patrimonial líquido por Unit após a Oferta. Após dar efeito ao Preço por Unit, após a dedução das comissões e das despesas estimadas, pagas por nós, em relação à Oferta (sem considerar as Units do Lote Suplementar) nosso valor patrimonial líquido em 31 de março de 2011 seria de R$12,68 por Unit. Isto representa uma diluição imediata do valor patrimonial líquido por Unit de aproximadamente R$7,32 aos novos investidores. Como resultado desta diluição, os investidores que comprarem Units na Oferta podem vir a receber um valor significantemente menor do que o preço integral que pagaram por ação ordinária, em caso de nossa liquidação.

Podemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas antigos, incluindo os investidores nas nossas Units, o que pode resultar na diluição da participação do referido investidor nas nossas Units.

O cancelamento das Units pode ter um efeito adverso relevante no mercado e no valor das* Units *e das Ações ordinárias e preferenciais subjacentes.

Nos termos do Contrato de Emisão e Escrituração das Units, os titulares das nossas Units podem cancelá-las no Brasil em troca das Ações ordinárias e preferenciais por elas representadas. Se os titulares das nossas Units decidirem cancelar uma quantidade significativa de Units em troca das Ações ordinárias e preferenciais, tanto o mercado das Units quanto os preços de nossas Units e de nossas Ações ordinárias e preferenciais podem sofrer um efeito adverso relevante.

Adicionalmente, como não existe um mercado definido para a negociação de nossas Ações ordinárias e preferenciais, os titulares das Units canceladas, que tiverem recebido em troca as Ações ordinárias e preferenciais, poderão enfrentar dificuldades em termos de liquidez ou podem vir a ser obrigados a concluir a negociação por um preço que o titular não acredite refletir o verdadeiro valor econômico da Ação.

Os titulares das nossas* Units *podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25% do nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós pretendemos ser após a concessão do registro pela CVM, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira.

Após a conclusão da Oferta, continuaremos sendo controlados pelos nossos atuais acionistas controladores, cujos interesses poderão diferir daqueles de outros acionistas.

Após a conclusão da Oferta, os Acionistas Controladores serão titulares de ações representando mais da metade do nosso capital social com direito a voto. Os Acionistas Controladores têm poderes para, entre outros: (i) eleger e destituir a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração, estabelecer a nossa política administrativa e exercer o controle geral sobre a nossa Administração e de nossas controladas; (ii) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle do nosso capital social; e (iii) determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de ativos, assim como determinar a época de distribuição e o pagamento de dividendos. Enquanto os Acionistas Controladores forem titulares da maioria do nosso capital social votante, continuarão a ter o poder de decidir sobre a maior parte dos nossos assuntos e tais decisões podem não coincidir com os interesses dos demais acionistas.

Estamos realizando uma oferta pública de distribuição de Units no Brasil com esforços de colocação no exterior, o que poderá nos deixar expostos a riscos de litígio relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos de litígio relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição pública primária e secundária das Units no Brasil, sob a coordenação dos Coordenadores, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400 e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, para Investidores Estrangeiros, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM.

De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional, obrigamo-nos a indenizar os Coordenadores e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências. Adicionalmente, somos parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação de Units no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no Contrato de Colocação Internacional ou no *Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a essas questões, eles poderão ter direito de regresso contra nós por conta desta cláusula de indenização. Adicionalmente, o Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de exceções às leis de registro de ofertas públicas de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Os esforços de colocação das Units no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção de investidores estrangeiros por conta de incorreções ou omissões relevantes no *Offering Memorandum*, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores e autoridades regulatórias como a SEC.

Nos casos previstos acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no Brasil e/ou exterior. Esses procedimentos judiciais no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que é oneroso para companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida.

Nossa eventual condenação em um processo no exterior em relação a incorreções ou omissões relevantes no Contrato de Colocação Internacional e no *Offering Memorandum*, se envolver valores elevados, poderá ter um efeito adverso relevante para nós.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos líquidos captados por nós na Oferta Primária (sem considerar as Units do Lote Suplementar) correspondem a R$351,2 milhões, considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta.

Pretendemos utilizar os recursos líquidos a serem auferidos por nós em decorrência da Oferta Primária da seguinte forma: (i) R$235,3 milhões, ou 67%, em aquisições; (ii) R$94,8 milhões, ou 27%, em amortização de dívidas; e (iii) R$21,1 milhões, ou 6%, em abertura de novas escolas e melhoria das instalações atuais, conforme indicado na tabela abaixo:

Destinação de Recursos	**Percentual**
Aquisições	67%
Amortização de dívidas	27%
Abertura de novas escolas e melhoria das instalações atuais	6%
Total	**100%**

Apesar de nossa estratégia prever aquisições como forma de acelerar nosso crescimento, e o mercado do setor de educação brasileiro ser bastante fragmentado, oferecendo oportunidades de aquisições, não podemos prever quando uma aquisição irá ocorrer e quais os valores envolvidos em futuras aquisições. Divulgaremos ao mercado, na forma da legislação aplicável, qualquer aquisição que viermos a realizar. Para maiores informações sobre nossos riscos, em especial àqueles relativos à nossa estratégia de crescimento via aquisições, ver seção "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia – Podemos não ser capazes de crescer de forma adequada por meio de aquisições e as aquisições já realizadas podem nos trazer riscos e desafios*", na página 42 deste Prospecto.

Utilizaremos (i) 13% dos recursos líquidos da Oferta Primária para a liquidação de parte do saldo devedor das debêntures emitidas pela Editora Anglo, sobre o qual incidem juros à taxa do CDI acrescido de 2,0% ao ano; e (ii) 14% dos recursos líquidos da Oferta Primária para a liquidação de parte do saldo devedor do endividamento com o Itaú BBA, representado por cédulas de crédito bancário, sobre o qual incidem juros à taxa do CDI acrescido de 2,0% ao ano. Para maiores informações sobre as debêntures da Editora Anglo e sobre o endividamento bancário com o Itaú BBA, ver seções 18.10 e 10.1, respectivamente, do Formulário de Referência.

Ademais, pretendemos utilizar, além de recursos advindos da nossa geração de caixa operacional, parte dos recursos líquidos da Oferta Primária para a abertura de novas Escolas Próprias de Ensino Básico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e nas Cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, bem como para a melhoria das instalações atuais das nossas Escolas Próprias, especialmente com relação à aquisição de equipamentos de laboratório, troca de móveis, equipamentos multimídia, computadores, pintura e redes de comunicação de dados.

A destinação dos recursos líquidos que viermos a receber com a Oferta Primária baseia-se em nossas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Ver seção "Capitalização", na página 84 deste Prospecto sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta em nossa situação patrimonial.

Os recursos da Oferta Secundária (decorrentes do exercício da Opção de Lote Suplementar, se houver) serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores. Não receberemos quaisquer recursos provenientes da alienação das Units da Oferta Secundária pelos Acionistas Vendedores.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela abaixo apresenta nossa capitalização total com base nas nossas demonstrações contábeis consolidadas em bases históricas reais em 31 de março de 2011, e conforme ajustado de modo a refletir (i) a aquisição do Colégio pH, pelo montante de R$228 milhões, sendo R$160,5 milhões pagos à vista e R$67,5 milhões em forma de financiamento a ser pago em cinco parcelas, e o recebimento de numerários decorrentes do aumento do nosso capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25,0 milhões, pela Abrilpar; e (ii) o recebimento de R$351,2 milhões em recursos líquidos da Oferta Primária (considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta), sem considerar as Units do Lote Suplementar.

	Em 31 de março de 2011					
	Efetivo	**% do Total**	**Ajustado[(1)]**	**% do Total**	**Ajustado[(2)]**	**% do Total**
	(em milhões de R$)					
Disponibilidades	**308,5**	**26,92%**	**173,0**	**14,12%**	**524,2**	**33,26%**
Passivo Circulante						
Empréstimos e Financiamentos	29,0	2,53%	42,5	3,47%	42,5	2,70%
Contas a pagar pela aquisição de participação societária	67,5	5,89%	67,5	5,51%	67,5	4,28%
Passivo Não Circulante						
Empréstimos e Financiamentos	362,1	31,60%	416,1	33,97%	416,1	26,40%
Contas a pagar pela aquisição de participação societária	202,4	17,67%	202,4	16,53%	202,4	12,84%
Capital Social	345,4	30,14%	370,4	30,24%	463,9	29,44%
Patrimônio Líquido	**581,3**	**50,73%**	**606,3**	**49,50%**	**957,5**	**60,76%**
Capitalização Total[(3)]	**1.145,8**	**100,00%**	**1.224,8**	**100,00%**	**1.576,0**	**100,00%**

(1) Ajustado para refletir a aquisição do Colégio pH, pelo montante de R$228 milhões, sendo R$160,5 milhões pagos à vista e R$67,5 milhões em forma de financiamento a ser pago em cinco parcelas anuais, conforme previsto no contrato de aquisição, e o recebimento de numerários decorrentes do aumento do nosso capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25,0 milhões, pela Abrilpar, conforme ata datada de 2 de maio de 2011, e do aumento do nosso capital social realizado em 24 de maio de 2011, no valor de R$22.349,39.

(2) Ajustado para refletir o recebimento de R$351,2 milhões em recursos líquidos da Oferta Primária (considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta), sem considerar as Units do Lote Suplementar. Para fins desta tabela de capitalização foi considerado que será alocado na rubrica Capital Social o valor patrimonial por ação em 31 de março de 2011, observado que o valor remanescente dos recursos líquidos da Oferta Primária será alocado na rubrica Reserva de Capital (rubrica específica de Patrimônio Líquido).

(3) Capitalização total corresponde à soma de empréstimos e financiamentos de longo prazo e contas a pagar pela aquisição de participação societária (ambos passivo não circulante) e patrimônio líquido.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Unit pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por Unit imediatamente após a Oferta.

Em 31 de março de 2011, o valor do nosso patrimônio líquido era de R$581,3 milhões e o valor patrimonial por Unit correspondia, na mesma data, a R$10,21. O valor patrimonial por Unit representa o valor contábil total de nosso patrimônio líquido dividido pelo número total de ações ordinárias e preferenciais de nossa emissão em 31 de março de 2011 multiplicado por três. Em 2 de maio de 2011, aprovamos aumento do nosso capital social subscrito e integralizado pela Abrilpar no valor de 25,0 milhões. Em 24 de maio de 2011, aprovamos um aumento do nosso capital social no valor de R$22.349,39. Em 31 de maio de 2011 aprovamos o grupamento na proporção de 2:1, ou seja, cada duas ações ordinárias de nossa emissão foram grupadas em uma única ação ordinária de nossa emissão, enquanto cada duas ações preferenciais de nossa emissão foram grupadas em uma única ação preferencial de nossa emissão, de modo que o valor do nosso patrimônio líquido passou para R$606,3 milhões e o valor patrimonial por Unit passou a corresponder, nesta data, a R$10,65.

Após considerarmos a colocação das Units da Oferta Primária (sem considerar as Units do Lote Suplementar), considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta, nosso patrimônio líquido estimado em 31 de março de 2011, após considerados os aumentos do nosso capital social realizados em 2 de maio de 2011 e em 24 de maio de 2011 e o grupamento das ações de nossa emissão, seria de R$957,5 milhões, representando um valor de R$12,68 por Unit. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por Unit de R$2,03 para os acionistas existentes, e uma diluição imediata no valor do nosso patrimônio líquido por Unit de 36,6% por Unit para novos investidores que investirem em nossas Units. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Unit e o valor patrimonial contábil por Unit imediatamente após a Oferta.

O quadro a seguir ilustra a diluição por Unit:

Preço por Unit	R$20,00
Valor patrimonial contábil por Unit em 31 de março de 2011[(1)]	R$10,65
Valor patrimonial contábil por Unit em 31 de março de 2011 ajustado para refletir a Oferta Primária[(1)]	R$12,68
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por Unit atribuído aos acionistas existentes	R$2,03
Diluição do valor patrimonial contábil por Unit dos novos investidores[(2)]	R$7,32
Diluição percentual dos novos investidores[(3)]	36,6%

(1) Ajustado para refletir o aumento do nosso capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25,0 milhões, subscrito e integralizado pela Abrilpar, o aumento do nosso capital social realizado em 24 de maio de 2011, no valor de R$22.349,39, e o grupamento das ações de nossa emissão aprovado em 31 de maio de 2011.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Unit e o valor patrimonial líquido por Unit imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido através da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Unit.

Plano de Opções

O nosso Plano de Opção de Compra de Units, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2011 ("Plano"), estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de Units ("Opções") nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de Opções, nos termos do Plano nosso administradores e empregados ou outras sociedades sob o nosso controle ("Beneficiários"). O Plano será administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as restrições previstas em lei, servir-se de comitê, específico ou não, designado para assessorá-lo na administração do Plano.

O número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano não excederá 1,3% das ações representativas do nosso capital social total (incluídas as ações que forem emitidas com base no Plano), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

Durante a vigência do Plano, o nosso Conselho de Administração, elegerá os Beneficiários em favor dos quais serão outorgadas Opções nos termos do Plano, o preço de exercício de cada Opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício das Opções e quaisquer outras condições relativas a tais Opções.

A outorga de Opções nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre nós e os Beneficiários, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso: (i) a quantidade de Opções objeto da outorga; (ii) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício da Opção; (iii) o prazo final para exercício da Opção; e (iv) o preço de exercício e condições de pagamento ("Contrato de Opção").

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

O preço de exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, com base em critérios objetivos e com observância das melhores práticas aplicáveis à matéria.

Abaixo, apresentamos a hipótese de diluição máxima adicional, considerando a hipótese de outorga e exercício de todas as Opções previstas para o Plano, com a emissão de todas as ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Plano, equivalente a 1,3% do nosso capital social em 31 de maio de 2011, ou 2.220.412 Ações, ao preço por ação de nossa emissão, equivalente a um terço do Preço por Unit:

Plano de Opções	
Preço de exercício da Opção[(1)]	R$6,67
Quantidade de Ações de emissão da Companhia[(2)]	226.471.052
Quantidade de Ações no âmbito do Plano[(1)]	2.220.412
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011[(3)]	R$4,23
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011 considerando exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano	R$4,25
Diluição do valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano e o Preço de Exercício da Opção	(R$0,02)
Preço total de exercício	R$14.802.748,65

(1) Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração da Companhia ou ao Comitê, conforme o caso, realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano.

(2) Ações de emissão da Companhia existentes em 31 de março de 2011, ajustadas pelas novas ações emitidas por ocasião do aumento do aumento de capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25 milhões, subscrito e integralizado pela Abrilpar, pelo aumento do nosso capital social realizado em 24 de maio de 2011, no valor de R$22.349,39, pelo grupamento das ações de nossa emissão aprovado em 31 de maio de 2011 e pela emissão de novas ações em razão do aumento de capital decorrente da Oferta Primária.

(3) Valor patrimonial contábil ajustado por novas ações emitidas por ocasião do aumento do aumento de capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25 milhões, subscrito e integralizado pela Abrilpar, pelo aumento do nosso capital social realizado em 24 de maio de 2011, no valor de R$22.349,39, pelo grupamento das ações de nossa emissão aprovado em 31 de maio de 2011 e pela emissão de novas ações em razão do aumento de capital decorrente da Oferta Primária.

Para mais informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações, ver o item 13.4. do Formulário de Referência.

Programa Especial de Incentivo

O nosso Programa Especial de Incentivo a Administradores e Executivos, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2011 ("Programa"), estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de Units ("Opções Especiais") nos termos do artigo 168, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

O número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Programa não excederá 1,7% das ações representativas do nosso capital social total (excluídas as ações que forem emitidas com base no Programa), desde que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Programa esteja dentro do nosso limite do capital autorizado.

O preço de exercício das Opções Especiais é de R$0,01 para cada Opção Especial ("Preço de Exercício"). O preço de exercício será pago pelos Beneficiários nas formas e prazos determinados pelo nosso Conselho de Administração ou pelo comitê, conforme o caso.

Abaixo, apresentamos a hipótese de diluição máxima adicional, considerando a hipótese de outorga e exercício de todas as Opções Especiais previstas para o Programa, com a emissão de todas as ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Programa, equivalente a 1,7% do nosso capital social em 31 de maio de 2011, conforme ajustado para refletir o aumento do nosso capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25,0 milhões, subscrito e integralizado pela Abrilpar, o aumento do nosso capital social realizado em 24 de maio de 2011, no valor de R$22.349,39, e o grupamento das ações de nossa emissão aprovado em 31 de maio de 2011:

Programa de Incentivo	
Preço de exercício da Opção	R$0,01
Quantidade de Ações de emissão da Companhia[(1)]	226.471.052
Quantidade de Ações no âmbito do Plano	1.767.149
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011[(2)]	R$4,23
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de março de 2011 considerando exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano[(3)]	R$4,20
Diluição do valor patrimonial contábil por ação considerando o exercício da totalidade das Opções que podem ser outorgadas no âmbito do Plano e o Preço de Exercício da Opção	R$0,03
Preço total de exercício	R$17.671,49

(1) Ações de emissão da Companhia existentes em 31 de março de 2011, ajustadas pelas novas ações emitidas por ocasião do aumento do aumento de capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25 milhões, subscrito e integralizado pela Abrilpar, pelo aumento do nosso capital social realizado em 24 de maio de 2011, no valor de R$22.349,39, pelo grupamento das ações de nossa emissão aprovado em 31 de maio de 2011 e pela emissão de novas ações em razão do aumento de capital decorrente da Oferta Primária.

(2) Valor patrimonial contábil ajustado por novas ações emitidas por ocasião do aumento do aumento de capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25 milhões, subscrito e integralizado pela Abrilpar, pelo aumento do nosso capital social realizado em 24 de maio de 2011, no valor de R$22.349,39, pelo grupamento das ações de nossa emissão aprovado em 31 de maio de 2011 e pela emissão de novas ações em razão do aumento de capital decorrente da Oferta Primária.

(3) Ajustado para refletir o aumento do nosso capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25,0 milhões, subscrito e integralizado pela Abrilpar, o aumento do nosso capital social realizado em 24 de maio de 2011, no valor de R$22.349,39, e o grupamento das ações de nossa emissão aprovado em 31 de maio de 2011.

Para mais informações sobre o Programa, ver o item 13.4. do Formulário de Referência.

Diluição máxima combinada: Oferta, Opção de Compra de Ações e Programa Especial de Incentivo

Segue, na tabela abaixo, o efeito da diluição máxima por ação de nossa emissão, que seria causada pelo exercício integral das opções do Plano e do Programa, com base em nosso patrimônio líquido em 31 de maio de 2011, conforme ajustado para refletir o aumento do nosso capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25,0 milhões, subscrito e integralizado pela Abrilpar, o aumento do nosso capital social realizado em 24 de maio de 2011, no valor de R$22.349,39, e o grupamento das ações de nossa emissão aprovado em 31 de maio de 2011, após considerarmos a colocação das Units da Oferta Primária (sem considerar as Units do Lote Suplementar), considerando a dedução das comissões da Oferta Primária e das despesas estimadas da Oferta:

Diluição Máxima Combinada	
Oferta Primária	
Preço por Unit	R$20,00
Número total de Units Emitidas na Oferta Primária[3]	18.556.702
Recursos líquidos da Oferta Primária	R$351.227.960,16
Plano	
Preço de Exercício do Plano[1][2][4]	R$6,67
Número de Ações entregues no Exercício do Plano[4]	2.220.412
Valor recebido em função do exercício do Plano	R$14.802.748,65
Programa	
Preço Exercício do Programa[2][4]	R$0,01
Número de Ações entregues no Exercício do Programa[4]	1.767.149
Valor recebido em função do exercício do Programa	R$17.671,49
Combinado	
Número combinado de Ações emitidas[3]	59.657.667
Recursos líquidos combinados	R$366.048.380,30
Número de Ações, Ex-Tesouraria em 31 de março de 2011[5]	170.800.946
Patrimônio Liquido em 31 de marçode 2011[5]	R$606.301.609,33
Valor Patrimonial por Ação em 31 de março de 2011[5]	R$3,55
Valor Patrimonial por Ação em 31 de março de 2011 ajustado considerando os recursos líquidos da Oferta Primária e o exercício da totalidade das Opções e das Opções Especiais que podem ser outorgadas no âmbito do Plano e do Programa, respectivamente[5]	R$4,22
Aumento no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas	R$0,67
Aumento Percentual no valor patrimonial por Ação para os atuais acionistas	18,86%
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os investidores considerando os recursos líquidos da Oferta Primária e o exercício da totalidade das Opções e das Opções Especiais que podem ser outorgadas no âmbito do Plano e do Programa, respectivamente	R$0,01
Percentual de Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os investidores considerando os recursos líquidos da Oferta Primária e o exercício da totalidade das Opções e das Opções Especiais que podem ser outorgadas no âmbito do Plano e do Programa, respectivamente	0,21%

(1) Considera o preço por ação de nossa emissão, equivalente a um terço do Preço por Unit.

(2) O preço de exercício da Opção considera que cada Opção dá direito à subscrição, em conjunto, de uma ação ordinária e duas ações preferenciais.

(3) Sem considerar as Units do Lote Suplementar.

(4) Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano ou do Programa venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos por nós, caberá ao nosso Conselho de Administração ou ao comitê, conforme o caso, realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções ou Opções Especiais, conforme o caso, outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano ou do Programa.

(5) Ajustado para refletir o aumento do nosso capital realizado em 2 de maio de 2011, no valor de R$25,0 milhões, subscrito e integralizado pela Abrilpar, o aumento do nosso capital social realizado em 24 de maio de 2011, no valor de R$22.349,39, e o grupamento das ações de nossa emissão aprovado em 31 de maio de 2011.

ANEXOS

- Estatuto Social Consolidado da Companhia
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 05 de julho de 2011, que aprova a Oferta Primária
- Ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 21 de julho de 2011 que Aprova o Aumento do Capital Social da Companhia no Âmbito da Oferta e Fixa o Preço por Unit
- Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 da Companhia
- Declarações do Artigo 56 da Instrução CVM 400 dos Acionistas Vendedores
- Declaração do Artigo 56 da Instrução CVM 400 do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA ABRIL EDUCAÇÃO S.A.

CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL, DURAÇÃO E LISTAGEM NO NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Artigo 1º. A ABRIL EDUCAÇÃO S.A. ("**Companhia**") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação em vigor.

Parágrafo único. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 2 de Governança Corporativa ("**Nível 2**"), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("**BM&FBOVESPA**"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA ("**Regulamento do Nível 2**").

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Otaviano Alves de Lima, 4400, 7º andar, Ala C, Bairro Vila Arcádia, CEP 02909-900.

Parágrafo único. Por deliberação da Diretoria, poderão ser criados e encerrados escritórios, filiais, sucursais, estabelecimentos ou representações da Companhia em qualquer parte do território nacional ou fora dele.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social:

(a) editoração e edição de livros e material de ensino em geral;

(b) a edição, publicação, divulgação, distribuição, pesquisa, desenvolvimento, produção e comercialização, no atacado e no varejo, e em todo território nacional e no exterior, de livros, apostilas, sistemas de ensino (módulos didáticos) e publicações educacionais em geral, produtos didáticos e paradidáticos, todos fixados sob qualquer natureza e forma, tais como, livros eletrônicos, especialmente livros-discos, livros-fitas, livros-disquetes e livros em forma de *cd-roms*, discos, fitas de áudio, *compact-disc* de áudio, *disc-laser*, vídeo ou qualquer outros que venham a ser criados para a reprodução de som e imagem, games, brinquedos educativos e similares;

(c) a prestação de serviços de apoio às instituições de ensino, educadores e estudantes, utilizando os canais de distribuição mais adequados às suas necessidades, na forma de informações digitalizadas, como provedor de conteúdos, na forma de dados, áudio, vídeo e voz para distribuição por meio de redes, tais como, internet, redes similares e/ou tecnologia que venha a complementá-las e/ou substituí-las no futuro;

(d) a atuação no mercado atacadista e varejista de materiais artísticos, didáticos, de pintura, de papelaria e livrarias, em geral, bem como na prestação de serviços pertinentes a tais atividades e na comercialização de brinquedos em geral;

(e) a importação de todos os produtos e serviços especificados acima, assim como a representação de sociedades congêneres, nacionais ou estrangeiras, referentes àqueles produtos e serviços;

(f) a prestação de serviços de intermediação na venda de produtos;

(g) o licenciamento de obras próprias e de terceiros;

(h) a prestação de serviços de ensino, especialmente ministrando cursos de pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, cursos livres de ensino, incluindo curso pré-vestibular ao ensino superior, cursos profissionalizantes em geral, desenvolvendo e exercendo, ainda, toda e qualquer atividade ligada ao ramo de ensino e outros característicos da prestação de serviços de ensino; e

(j) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

§ 1º. A Companhia poderá explorar outros ramos que tenham afinidade com o objeto social expresso no caput do Artigo 3°.

§ 2º. O exercício das atividades da Companhia será norteado pelo cumprimento e observância dos seguintes princípios fundamentais: (i) ética e transparência; (ii) adoção de boas práticas de gestão de recursos humanos de maneira a desenvolver, na medida do possível, o seu capital humano; (iii) adoção de políticas de atuação visando à proteção do meio ambiente; (iv) implementação de planos de ação que busquem a melhora de seu relacionamento com as comunidades onde a Companhia e suas subsidiárias estejam instaladas; (v) não utilização de mão-de-obra infantil ou trabalho escravo; (vi) adoção de políticas de inclusão social e geração de renda; (viii) participação em projetos sociais; e (viii) transparência na disponibilização de informações visando às melhores práticas de governança corporativa.

§ 3º. As filiais da Companhia poderão exercer quaisquer das atividades previstas no objeto social da Companhia.

Artigo 4º. A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 370.420.134,96 (trezentos e setenta milhões, quatrocentos e vinte mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos), dividido em 105.647.572 (cento e cinco milhões, seiscentas e quarenta e sete mil, quinhentas e setenta e duas) ações ordinárias e 65.153.374 (sessenta e cinco milhões, cento e cinqüenta e três mil, trezentas e setenta e quatro) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

Artigo 6º. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social para até 292.282.865 (duzentos e noventa e dois milhões, duzentos e oitenta e duas mil, oitocentas e sessenta e cinco) ações, portanto podendo ser emitidas mais 121.481.919 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, novecentas e dezenove) ações, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações, observado o limite legal de metade do total das ações emitidas para a emissão de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições ao exercício desse direito, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

§ 1º. Os acionistas terão preferência na subscrição de aumentos de capital no prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação da deliberação relativa ao aumento de capital, ressalvado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 2º. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

§ 3º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência dos acionistas da Companhia nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações, em oferta pública de aquisição de Controle (conforme definido no artigo 38 abaixo), nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

§ 4º. Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, a Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

§ 5º. É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 7º. Cada ação ordinária dará ao seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 8º. As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, exceto quanto às matérias especificadas no parágrafo único abaixo, e possuem as seguintes vantagens ou preferências: (i) percepção de dividendos em valor no mínimo igual aos dividendos pagos às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; e (iii) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de Alienação de

Controle (conforme definido no artigo 38 abaixo) da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas ao Acionista Controlador Alienante (conforme definido no artigo 38 abaixo).

Parágrafo único. Cada ação preferencial confere ao seu titular o direito a voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador (conforme definido no artigo 38 abaixo), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador (conforme definido no artigo 38 abaixo) tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme artigo 38 deste Estatuto Social; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

Artigo 9º. Todas as ações da Companhia serão nominativas e poderão ser transferidas para conta de depósito, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), designada pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados.

Artigo 10. O custo de transferência das ações para conta de depósito e respectiva averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações.

CAPÍTULO III
ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 11. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando os interesses sociais o exigirem, devendo ser convocada nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), e deste Estatuto Social.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de oito dias.

§ 2º. Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em Assembleia Geral serão enviados para a BM&FBOVESPA, bem como disponibilizados na sede social da Companhia, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação referido no § 1º acima.

§ 3º. A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará o Secretário da Mesa.

§ 4º. Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 (setenta e duas) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, cinco dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de

mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

§ 5º. A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações.

§ 6º. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta dos votos, não se computando os votos em branco, observado o disposto no artigo 46, § 1º, deste Estatuto Social.

§ 7º. As atas das Assembleias Gerais deverão ser lavradas no livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 12. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

I. reformar o Estatuto Social;

II. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;

III. fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;

IV. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

V. deliberar sobre a emissão de debêntures pela Companhia, ressalvado o disposto no artigo 19, XVII, deste Estatuto Social;

VI. suspender o exercício dos direitos do acionista;

VII. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

VIII. deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas;

IX. autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial;

X. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;

XI. aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, bem como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

XII. deliberar sobre a saída do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA nas hipóteses previstas no Capítulo VII deste Estatuto Social;

XIII. deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

XIV. escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de

cancelamento de registro de companhia aberta e/ou saída do Nível 2 da BM&FBOVESPA, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e

XV. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IV
ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 13. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria.

§ 1º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

§ 2º. A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como atendidos os requisitos legais aplicáveis.

§ 3º. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 14. A Assembleia Geral fixará o montante global da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, em reunião, fixar a remuneração individual dos Conselheiros e Diretores.

Artigo 15. Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes.

Parágrafo único. Só é dispensada a convocação prévia da reunião como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os membros do órgão da administração que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado e por voto escrito transmitido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 16. O Conselho de Administração será composto de no mínimo cinco e no máximo nove membros, todos pessoas naturais, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

§ 2º. No mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, e expressamente declarados como tais na ata da

Assembleia Geral que os eleger, conforme definido no § 3º deste artigo, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º e artigo 239 da Lei 6.404/76. Quando, em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 3º. Para os fins deste artigo, o termo "**Conselheiro Independente**" caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

§ 4º. Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros

eleitos.

§ 5º. A Assembleia Geral poderá eleger um ou mais suplentes para os membros do Conselho de Administração, não podendo, entretanto, ser eleito mais de um suplente para cada membro efetivo do Conselho de Administração.

§ 6º. O membro do Conselho de Administração ou suplente não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

Artigo 17. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria absoluta de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naqueles cargos.

§ 1º. O Presidente do Conselho de Administração convocará e presidirá as reuniões do órgão e as Assembleias Gerais, ressalvadas, no caso das Assembleias Gerais, as hipóteses em que indique por escrito outro conselheiro, diretor ou acionista para presidir os trabalhos.

§ 2º. Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído ao Presidente do órgão, além do voto próprio, o voto de qualidade, no caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada conselheiro terá direito a um voto nas deliberações do órgão, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros.

Artigo 18. O Conselho de Administração reunir-se-á (i) ao menos uma vez por trimestre, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de quaisquer outros dois membros em conjunto, por escrito, com pelo menos cinco dias de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem considerados naquela reunião, se houver. Qualquer Conselheiro poderá, através de solicitação escrita ao Presidente, incluir itens na ordem do dia. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia da reunião trimestral; e (ii) em reuniões especiais, a qualquer tempo, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou de quaisquer dois membros em conjunto, por escrito, com pelo menos cinco dias de antecedência e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada, objetivos da reunião e documentos a serem considerados, se houver. O Conselho de Administração poderá deliberar, por unanimidade, acerca de qualquer outra matéria não incluída na ordem do dia das reuniões especiais. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião.

§ 1º. Será dispensada a convocação de que trata o caput do Artigo 18 se estiverem presentes à reunião todos os membros em exercício do Conselho de Administração.

§ 2º. Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo que uma cópia da referida ata será entregue a cada um dos membros após a reunião.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas por lei ou por este Estatuto Social:

I. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

II. eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições;

III. fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores e dos membros dos Comitês de Assessoria criados conforme mencionado no artigo 20 deste Estatuto Social, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

IV. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

V. escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

VI. apreciar o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, que incluem as demonstrações financeiras de encerramento de exercício social e as informações financeiras trimestrais, e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

VII. aprovar e rever o orçamento anual;

VIII. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

IX. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

X. apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social;

XI. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias;

XII. manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; aprovar o voto da Companhia em qualquer deliberação societária relativa às controladas ou coligadas da Companhia, que não seja da alçada da Diretoria, nos termos deste Estatuto Social;

XIII. autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;

XIV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, nos termos do § 2º do

artigo 6º deste Estatuto Social;

XV. outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral;

XVI. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

XVII. deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, bem como de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real;

XVIII. deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures pela Companhia, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures;

XIX. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam *bonds*, *notes*, *commercial papers*, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

XX. estabelecer o valor da participação nos lucros da Diretoria, Comitês de Assessoria e de empregados da Companhia e de sociedades controladas pela

Companhia, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação;

XXI. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

XXII. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

XXIII. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

XXIV. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e prestação de garantias relativas a obrigações assumidas pela Companhia, e a prestação de avais e fianças em garantias de obrigações de terceiros, bem como autorizar a constituição de ônus reais e prestação de garantias relativas a obrigações assumidas pela Companhia, e autorizar a prestação de avais e fianças em garantia de obrigações de terceiros de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

XXV. estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

XXVI. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações e certificados de depósito de ações (Units);

XXVII. aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários da Companhia;

XXVIII. definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, na forma definida no artigo 43 deste Estatuto Social;

XXIX. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e/ou pelos Comitês de Assessoria, bem como convocar os membros da Diretoria e dos Comitês de Assessoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;

XXX. manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

XXXI. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento.

Seção III - Comitês de Assessoria

Artigo 20. O Conselho de Administração, de tempos em tempos, poderá instituir Comitês de Assessoria, os quais não terão poderes executivos ou deliberativos e funcionarão nos termos de seus respectivos regimentos internos. As decisões tomadas em Comitês de Assessoria são meramente indicativas e não vinculam, nem de qualquer forma, condicionam a atuação do Conselho de Administração, bem como de qualquer outro órgão da Companhia e/ou de qualquer outra subsidiária dela.

§ 1º. Cada Comitê de Assessoria terá a composição que vier a ser deliberada pelo Conselho de Administração, cabendo também a este eleger e destituir os membros dos Comitês de Assessoria a qualquer tempo.

§ 2º. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, instituir, extinguir, aprovar e reformar os regimentos internos de cada Comitê de Assessoria, observando o disposto neste Estatuto Social.

Seção IV - Diretoria

Artigo 21. A Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, três e, no máximo, oito Diretores, dos quais um será designado Diretor Presidente, um será designado Diretor Financeiro, um será designado Diretor de Relações com Investidores e os demais serão designados Diretores Executivos, podendo haver

cumulação de funções. O cargo de Diretor de Relações com Investidores é de preenchimento obrigatório. Os Diretores terão prazo de mandato unificado até a primeira reunião do Conselho de Administração que for realizada após dois anos da eleição, considerando-se ano o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º. Salvo no caso de vacância no cargo, a eleição da Diretoria ocorrerá até cinco dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores.

§ 2º. Nos casos de renúncia ou destituição, ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente ou do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Conselho de Administração será convocado para eleger o substituto, que completará o mandato do substituído.

§ 3º. Compete ao Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as operações da Companhia, incluindo as áreas contábil, financeira, administrativa, de recursos humanos e comercial da Companhia, acompanhando seu andamento; (v) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da administração interna da Companhia; (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional; (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) representar a Companhia, pessoalmente ou por mandatário que nomear, nas Assembléias Gerais, reuniões ou outros atos societários de sociedades das quais a Companhia participe; (ix) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento das operações da Companhia; e (x) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo

Conselho de Administração.

§ 4º. Compete ao Diretor Financeiro: (i) substituir o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos, sempre que indicado pelo Diretor Presidente; (ii) estruturar e liderar a equipe financeira e contábil da Companhia; (iii) implementar e supervisionar os processos financeiros da Companhia, seus controladas e coligadas, incluindo o processo orçamentário; (iv) supervisionar a estruturação dos instrumentos de dívida para a Companhia, nos termos em que vierem a ser aprovados; (v) supervisionar a estruturação dos documentos financeiros e contábeis quando cabível; (vi) elaborar relatórios gerenciais, incluindo os de acompanhando do orçamento físico e financeiro, com indicadores estratégicos para o Conselho de Administração; (vii) supervisionar os processos de auditoria interna e externa da Companhia; (viii) propor políticas de gestão de riscos para a Companhia e implementá-las quando aprovadas; (ix) assegurar a confiabilidade dos dados financeiros e contábeis da Companhia; (x) elaborar o benchmark da concorrência e de outras indústrias; (xi) implementar os processos de gestão estratégica na Companhia, se for o caso; (xii) sob a direção do Diretor Presidente, coordenar as operações de fusões e aquisições da Companhia; e (xiii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

§ 5º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) sob a orientação do Diretor Presidente, coordenar os processos da Companhia relativos a oferta de valores mobiliários; (ii) representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as Bolsas de Valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

§ 6º. Compete aos Diretores Executivos auxiliar o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na supervisão, coordenação, direção e administração das atividades e dos negócios da Companhia e em todas as tarefas que estes lhe consignarem.

Artigo 22. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixada pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 deste Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

III. propor ao Conselho de Administração o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, se houver, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente;

IV. deliberar sobre a instalação e o fechamento de escritórios, filiais, sucursais, estabelecimentos ou representações da Companhia em qualquer parte do

território nacional ou fora dele; e

V. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Artigo 23. A Diretoria se reúne validamente com a presença de dois Diretores, sendo um deles sempre o Diretor Presidente, e delibera pelo voto da maioria absoluta dos presentes, sendo atribuído ao Diretor Presidente o voto de qualidade no caso de empate na votação.

Artigo 24. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou pela maioria de seus membros. As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação e a comunicação simultânea entre os Diretores e todas as demais pessoas presentes à reunião.

Artigo 25. As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue com antecedência mínima de dois dias úteis, das quais deverá constar a ordem do dia, a data, a hora e o local da reunião.

Artigo 26. Das reuniões da Diretoria lavrar-se-ão atas no respectivo livro de atas das Reuniões da Diretoria, que serão assinadas pelos Diretores presentes.

Artigo 27. A Companhia será sempre representada, em todos os atos, (i) por dois Diretores em conjunto; ou (ii) por um Diretor em conjunto com um procurador especialmente nomeado para tanto, de acordo com o § 1° abaixo; ou (iii) por dois procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes, de acordo com o § 1° abaixo; ou (iv) por um procurador agindo isoladamente sempre que o ato a ser praticado for relativo aos poderes *ad judicia*.

§ 1º. Todas as procurações serão outorgadas pela assinatura de dois Diretores agindo em conjunto, mediante mandato com poderes específicos e prazo determinado, exceto nos casos de procurações *ad judicia,* caso em que o mandato pode ser por prazo indeterminado, por meio de instrumento público ou particular.

§ 2º. Qualquer dos Diretores ou procurador, isoladamente, poderá representar, ativa ou passivamente, a Companhia em juízo, ou em atos que não importem em responsabilidade para a Companhia e/ou suas subsidiárias.

§ 3º. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de quaisquer Diretores, procuradores, prepostos e empregados que envolvam ou digam respeito a operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros, salvo quando expressamente aprovados pelo Conselho de Administração em reunião e nos casos de prestação, pela Companhia, de avais, abonos e fianças para empresas controladas ou coligadas, em qualquer estabelecimento bancário, creditício ou instituição financeira, departamento de crédito comercial, de contratos de câmbio, e outras operações aqui não especificadas, sendo a Companhia, nestes atos, representada por no mínimo dois Diretores, ou por um Diretor e um procurador com poderes específicos para a prática do ato.

CAPÍTULO V
CONSELHO FISCAL

Artigo 28. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por

deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Artigo 29. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo três e, no máximo cinco membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

§ 1º. Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

§ 2º. Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

§ 3º. A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, e pela prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Nível 2, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

§ 4º. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente.

§ 5º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 30. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá sempre que necessário, competindo-lhe todas as atribuições que lhe sejam cometidas por lei.

§ 1º. Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

§ 2º. O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

§ 3º. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

Artigo 31. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DIVIDENDOS

Artigo 32. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Artigo 33. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o

disposto no § 1º deste artigo, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações; e (f) uma parcela formada por até 100% dos lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias poderá ser destinada à formação de reserva para expansão ou investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.

§ 1º. A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

§ 2º. A distribuição da participação nos lucros em favor dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria somente poderá ocorrer nos exercícios em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Artigo 34. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

§ 1º. Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

§ 2º. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho

de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

Artigo 35. A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Artigo 36. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 37. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII
ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E SAÍDA DO NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA BM&FBOVESPA

Seção I - Definições

Artigo 38. Para fins do presente Estatuto Social, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"**Acionista Controlador**" significa o(s) acionista(s) ou o Grupo de Acionistas que exerça(m) o Poder de Controle da Companhia.

"**Acionista Controlador Alienante**" significa o Acionista Controlador quando este promove a Alienação de Controle da Companhia.

"**Ações de Controle**" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

"**Ações em Circulação**" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por Administradores da Companhia, aquelas em tesouraria.

"**Alienação de Controle da Companhia**" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

"**Adquirente**" significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere o Poder de Controle da Companhia.

"**Grupo de Acionistas**" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum.

"**Poder de Controle**" ou "**Controle**" significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao Grupo de Acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"**Valor Econômico**" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Parágrafo único. Os termos grafados com iniciais maiúsculas utilizados neste Estatuto Social que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído no Regulamento do Nível 2.

Seção II - Alienação do Controle da Companhia

Artigo 39. A Alienação de Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia,

observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

§ 1º. O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas açõesenquanto o Adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Nível 2.

§ 2º. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

§ 3º. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia enquanto os seus signatários não tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Nível 2.

Artigo 40. A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou

II. em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 41. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

I. efetivar a oferta pública referida no artigo 39 deste Estatuto Social;

II. pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

III. tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do Controle, ou em prazo maior se permitido pela legislação em vigor à época.

Seção III - Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA

Artigo 42. Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada, obrigatoriamente, pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 46 deste Estatuto Social, respeitadas as normas

legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 43. Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Companhia do Nível 2 para que suas ações passem a ter registro fora do Nível 2 ou (ii) a reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Nível 2, no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 46 deste Estatuto Social, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública de aquisição de ações deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado referida saída ou reorganização, conforme o caso.

Parágrafo único. O Acionista Controlador estará dispensado de proceder à oferta pública de aquisição de ações referida no caput deste artigo se a Companhia sair do Nível 2 de Governança Corporativa em razão da celebração do contrato de participação da Companhia no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado ou se a companhia resultante de reorganização societária obtiver autorização para negociação de valores mobiliários no Nível 2 no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da assembleia geral que aprovou a referida operação.

Artigo 44. Na hipótese de não haver o Acionista Controlador, sempre que for aprovado, em Assembleia Geral (i) o cancelamento de registro de companhia aberta, a Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações de sua

emissão, sendo que, neste caso, somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após ter adquirido as ações pertencentes aos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a oferta pública; ou (ii) a saída da Companhia do Nível 2, seja por registro para negociação das ações dos valores mobiliários por ela emitidos fora do Nível 2, seja em decorrência de reorganização societária conforme previsto na alínea (ii) do caput do artigo 43, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo 43 acima.

§ 1º. A referida assembleia geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

§ 2º. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Nível 2, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 45. A saída da Companhia do Nível 2 em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 46 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

§ 1º. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

§ 2º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput.

§ 3º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Nível 2 referida no caput ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Nível 2 ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Nível 2.

§ 4º. Caso a Assembleia Geral mencionada no § 3º acima delibere pela saída da Companhia do Nível 2, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Artigo 46. O laudo de avaliação das ofertas de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, ou de saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo 8º.

§ 1º. A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do Valor

Econômico da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou de saída da Companhia do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, cabendo a cada ação o direito a um voto, independentemente da sua espécie ou classe, não se computando os votos em branco. A Assembleia prevista neste § 1º se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 2º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações.

Seção IV - Disposições Comuns

Artigo 47. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas no Capítulo VII deste Estatuto Social, no Regulamento do Nível 2 ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 48. A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação das ofertas públicas de aquisição de ações previstas no Capítulo VII deste Estatuto Social, no Regulamento do Nível 2 ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

Parágrafo único. As disposições do Regulamento do Nível 2 prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

CAPÍTULO VIII
JUÍZO ARBITRAL

Artigo 49. A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas neste Estatuto, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação do Nível 2, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Sanções, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da referida Câmara.

§ 1º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

§ 2º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no procedimento de Arbitragem previsto no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

CAPÍTULO IX
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 50. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO X
EMISSÃO DE UNITS

Artigo 51. A Companhia poderá patrocinar a emissão de certificados de depósito de ações ("**Unit(s)**").

§ 1º. Cada Unit representará uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia e somente será emitida mediante solicitação dos acionistas que o desejarem, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social.

§ 2º. Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

Artigo 52. As Units terão a forma escritural e, exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units.

Artigo 53. O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto Social.

§ 1º. O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de cancelamento de Units prevista no *caput* deste artigo, no caso de início de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2º. As Units que tenham ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

Artigo 54. As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações depositadas.

§ 1º. O direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units. O titular da Unit poderá ser representado nas Assembleias Gerais da Sociedade por procurador constituído nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

§ 2º. Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

I. caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

II. caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em

número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

Artigo 55. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia, se houver, a instituição financeira depositária criará novas Units no livro de registro de Units escriturais e creditará tais Units aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão da Sociedade depositadas na conta de depósito vinculada às Units, observada sempre a proporção de uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de outros valores mobiliários de emissão da Companhia, não haverá o crédito automático de Units.

Artigo 56. Os titulares de Units terão direito ao recebimento de ações decorrentes de cisão, incorporação ou fusão envolvendo a Companhia. Em qualquer hipótese, as Units serão sempre criadas ou canceladas, conforme o caso, no livro de registro de Units escriturais, em nome da BM&FBOVESPA, como respectiva proprietária fiduciária, que as creditará nas contas de custódia dos respectivos titulares de Units. Nas hipóteses em que forem atribuídas ações aos titulares de Units e tais ações não forem passíveis de constituir novas Units, estas ações também serão depositadas na BM&FBOVESPA, na qualidade de proprietária fiduciária das Units, que as creditará nas contas de custódia dos respectivos titulares.

CAPÍTULO XI
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 57. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e, no que couber, pelo Regulamento do Nível 2, nos termos de seu item 14.4.

Artigo 58. A Companhia deverá observar os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo vedado o registro de transferência de ações e o cômputo de voto proferido em Assembleia Geral ou em reunião do Conselho de Administração contrários aos seus termos.

Letícia Soares
Secretária

* - * - *

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2011, QUE APROVA A OFERTA PRIMÁRIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ABRIL EDUCAÇÃO S.A
NIRE 3530017583-2
CNPJ/MF nº 02.541.982/0001-54

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2011

Data, Hora e Local: 5 de julho de 2011, às 8h00, na sede social da Abril Educação S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Otaviano Alves de Lima, 4400, 7º andar, Ala C, Bairro Vila Arcádia, CEP 02909-900.

Mesa: Roberto Civita, Presidente; Letícia Soares, Secretária.

Convocação: dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Presença: a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Ordem do Dia e Deliberações Tomadas por Unanimidade: os Conselheiros presentes decidiram, por unanimidade e sem ressalvas:

(a) aprovar a realização **(i)** pela Companhia, de oferta pública de distribuição primária ("Oferta Primária") de 18.556.702 certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Units"); e **(ii)** por Roberto Civita, por Giancarlo Francesco Civita, por Victor Civita, por Roberta Anamaria Civita, por

BR Educacional Fundo de Investimento em Participações e por FIP Brasil de Governança Corporativa (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), de oferta pública de distribuição secundária ("Oferta Secundária") (a) das Units do Lote Suplementar (conforme definido abaixo) de titularidade dos Acionistas Vendedores, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, caso a Opção de Lote Suplementar (conforme definido abaixo) venha a ser exercida, nos termos abaixo descritos; e (b) das Units Adicionais (conforme definido abaixo) de titularidade dos Acionistas Vendedores, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, caso venham a ser acrescidas à Oferta (conforme definido abaixo). As Units serão ofertadas no Brasil, sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com Credit Suisse, o J.P. Morgan e o Itaú BBA, "Coordenadores"), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo Itau BBA USA Securities Inc. e pelo Bradesco Securities Inc., nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado ("*Securities Act*"), e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores, em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento

regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM ("Investidores Estrangeiros") ("Oferta").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 2.783.505 Units, no âmbito da Oferta Secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas ("Units do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada no contrato de distribuição da Oferta ("Contrato de Distribuição") pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Lote Suplementar"). O J.P. Morgan terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que for fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), a quantidade total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida em até 20%, ou seja, até 3.711.340 Units, no âmbito da Oferta Secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas ("Units Adicionais").

Em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o preço por Unit ("Preço por Unit") será fixado após a conclusão do

procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com investidores institucionais pelos Coordenadores, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do preço de emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais representadas pelas Units e, consequentemente, do Preço por Unit, é justificada pelo fato de que o Preço por Unit não promoverá a diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Units serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Units será aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. O preço por Unit e, por consequência, das ações subjacentes às Units, será definido previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM e será ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia;

(b) aprovar a destinação dos recursos da Oferta Primária de acordo com o seguinte: (i) 67% para o financiamento de novas aquisições; (ii) 27% para a redução do endividamento bancário da Companhia; e (iii) 6% para investimentos em abertura de novas escolas próprias e melhoria nas instalações das escolas próprias atuais;

(c) aprovar o conteúdo integral do Prospecto Preliminar, datado de 5 de julho de 2011 ("Prospecto") e do *Preliminary Offering Memorandum*, datado de 5 de julho de 2011 a serem utilizados na Oferta;

(d) aprovar a eventual condução de atividades de estabilização do preço das Units no âmbito da Oferta, conforme regulamentação aplicável da CVM;

(e) aprovar a suspensão, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação do Anúncio de Início da Oferta, do direito de conferido aos acionistas

de solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units de sua titularidade, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, com exceção do desmembramento das Units de titularidade do J.P. Morgan para, ao fim do período de estabilização da Oferta, devolver as ações por ele tomadas por empréstimo como forma de realizar as atividades de estabilização; e

(f) autorizar a Diretoria da Companhia a realizar todos as atos que se fizeram necessários à realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando a, **(i)** elaboração do Prospecto Definitivo da Oferta e do *Final Offering Memorandum*; **(ii)** tomar todas as providências necessárias para a realização da Oferta perante as autoridade públicas no Brasil e no exterior, especialmente a CVM, BM&FBOVESPA, a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, o Banco Central do Brasil, e assinar quaisquer outros contratos, ordens ou documentos para esse fim; e **(iii)** assinar todos e quaisquer contratos, incluindo eventuais aditamentos, comunicações, notificações, certidões e documentos que forem julgados necessários para a Oferta, incluindo, mas não se limitando, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Estabilização, o *Placement Facilitation Agreement,* o contrato de prestação de serviços com a BM&FBOVESPA e quaisquer outros. Os atos relacionados à Oferta que já foram praticados, incluindo os acima mencionados, são aqui ratificados.

Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Mesa: (aa) Roberto Civita, Presidente; Letícia Soares, Secretária.

Conselheiros Presentes: (aa) Roberto Civita; Giancarlo Francesco Civita; Victor Civita; Douglas Duran; Paulo Roberto Nunes Guedes; Jonas de Miranda Gomes; Arnaldo Figueiredo Tibyriçá; Marcos Antônio Magalhães; e Maria Helena Guimarães de Castro.

Certidão: certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.

São Paulo, 5 de julho de 2011.

Letícia Soares
Secretária

Ata do Comitê de Investimento do
BR Educacional Fundo de Investimento em Participações ("Fundo")
CNPJ no 08.961.139/0001-03

Data, hora e local: aos 5 dias do mês de julho de 2011, às 9h, por conferência telefônica.

Quorum: a totalidade dos membros do Comitê de Investimentos.

Deliberações: Os membros do Comitê de Investimentos aprovaram, por unanimidade, as seguintes deliberações:

Foi autorizada a realização, no âmbito da oferta pública de distribuição primária pela Abril Educação S.A. ("Companhia") ("Oferta Primária") de 18.556.702 certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Units"), de uma oferta pública de distribuição secundária ("Oferta Secundária"), pelo Fundo, em conjunto com outros acionistas vendedores (o fundo e tais outros acionistas vendedores, em conjunto, "Acionistas Vendedores"), (a) das Units do Lote Suplementar (conforme definido abaixo) de titularidade do Fundo, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames caso a Opção de Lote Suplementar (conforme definido abaixo) venha a ser exercida, nos termos abaixo descritos; e (b) das Units Adicionais (conforme definido abaixo) de titularidade do Fundo, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, caso venham a ser acrescidas à Oferta (conforme definido abaixo). As Units serão ofertadas no Brasil, sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com Credit Suisse, o J.P. Morgan e o Itaú BBA, "Coordenadores"), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo Itau BBA USA Securities Inc. e pelo Bradesco Securities Inc., nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *U.S.*

Securities Act of 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores, em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM ("Oferta").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 2.783.505 Units, das quais 322.842 Units são de titularidade do Fundo, no âmbito da Oferta Secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas ("Units do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada no contrato de distribuição da Oferta ("Contrato de Distribuição") pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Lote Suplementar"). O J.P. Morgan terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que for fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores. A outorga da Opção de Lote Suplementar é neste ato aprovada, de acordo com a quantidade de Units do Lote Suplementar de titularidade do Fundo que vier a ser exercida pelo J.P. Morgan. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), a quantidade total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida em até 20%, ou seja, até 3.711.340 Units, das quais 430.456 Units são de titularidade do Fundo, no âmbito da Oferta Secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas ("Units Adicionais").

Em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por

Ações"), o preço por Unit ("Preço por Unit") será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com investidores institucionais pelos Coordenadores, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do preço de emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais representadas pelas Units e, consequentemente, do Preço por Unit, é justificada pelo fato de que o Preço por Unit não promoverá a diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Units serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Units será aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. O preço por Unit e, por consequência, das ações subjacentes às Units, será definido previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM e será ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo que a definição do preço por Unit independerá de nova deliberação do Comitê de Investimentos.

Foi autorizada a realização, pelo Fundo, de empréstimo de Units de sua titularidade, a ser concedido para a instituição responsável pelas atividades de estabilização do preço das Units, conforme previsto no artigo 23, §3º, da Instrução CVM 400.

A administração/gestão do Fundo foi autorizada a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes à consecução da Oferta, incluindo (i) a definição do preço por Unit no âmbito da Oferta; (ii) a definição da quantidade de Units Adicionais de titularidade do Fundo a serem alienadas nos termos acima previstos; e (iii) a celebração dos contratos, documentos e instrumentos relacionados com a realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Distribuição, ao Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização do Preço das Units, ao Contrato de Empréstimo de Units, ao Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado com a BM&FBOVESPA ao *Placement Facilitation Agreement e ao Lock-Up Agreement*, autorização de nomeação de agente de processo para atuar, nos Estados Unidos da América, com poderes para receber citações, intimações e notificações em nome do Fundo, aprovação das minutas do Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Oferta, assinatura de declarações de veracidade nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, assinatura de correspondências com a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, bem

como ratificação de todos os demais atos já praticados pela administração/gestão do Fundo.

Membros do Comitê de Investimento: (i) BNDES Participações S.A. – BNDESPAR; (ii) Manoel Cordeiro Silva Filho; (iii) Mônica Ferreira Dias; (iv) Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV; (v) Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS; (vi) Edson Ferreira da Silva; e (vii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.

Certidão: certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.

5 de julho de 2011.

BR Educacional Gestora de Recursos LTDA.

Manoel Cordeiro Silva Filho e Gustavo Henrique Nunes Guedes

Ata do Comitê de Investimento do
Fundo de Investimento em Participações Brasil de Governança Corporativa ("Fundo")
CNPJ nº 08.909.578/0001-77

Data, hora e local: aos 5 dias do mês de julho de 2011, às 9h, por conferência telefônica.

Quorum: a totalidade dos membros do Comitê de Investimentos.

Deliberações: Os membros do Comitê de Investimentos aprovaram, por unanimidade, as seguintes deliberações:

Foi autorizada a realização, no âmbito da oferta pública de distribuição primária pela Abril Educação S.A. ("Companhia") ("Oferta Primária") de 18.556.702 certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia ("Units"), de uma oferta pública de distribuição secundária ("Oferta Secundária"), pelo Fundo, em conjunto com outros acionistas vendedores (o fundo e tais outros acionistas vendedores, em conjunto, "Acionistas Vendedores"), (a) das Units do Lote Suplementar (conforme definido abaixo) de titularidade do Fundo, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames caso a Opção de Lote Suplementar (conforme definido abaixo) venha a ser exercida, nos termos abaixo descritos; e (b) das Units Adicionais (conforme definido abaixo) de titularidade do Fundo, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, caso venham a ser acrescidas à Oferta (conforme definido abaixo). As Units serão ofertadas no Brasil, sob a coordenação do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse"), do Banco J.P. Morgan S.A. ("J.P. Morgan"), do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com Credit Suisse, o J.P. Morgan e o Itaú BBA, "Coordenadores"), em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação no exterior, pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo J.P. Morgan Securities LLC, pelo Itau BBA USA Securities Inc. e pelo Bradesco Securities Inc., nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A*, editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América

("SEC"), em operações isentas de registro em conformidade com o disposto no *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado ("*Securities Act*"), e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, e, nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos da América, para investidores institucionais e outros investidores, em conformidade com os procedimentos previstos no *Regulation S*, editado pela SEC ao amparo do *Securities Act*, respeitada a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM ("Oferta").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, até 2.783.505 Units, das quais 364.536 Units são de titularidade do Fundo, no âmbito da Oferta Secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas ("Units do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada no contrato de distribuição da Oferta ("Contrato de Distribuição") pelos Acionistas Vendedores ao J.P. Morgan, as quais serão destinadas a atender eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Opção de Lote Suplementar"). O J.P. Morgan terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que for fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores. A outorga da Opção de Lote Suplementar é neste ato aprovada, de acordo com a quantidade de Units do Lote Suplementar de titularidade do Fundo que vier a ser exercida pelo J.P. Morgan. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de publicação do anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), a quantidade total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderá, a critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida em até 20%, ou seja, até 3.711.340 Units, das quais 486.046 Units são de titularidade do Fundo, no âmbito da Oferta Secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas ("Units Adicionais").

Em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei

n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), o preço por Unit ("Preço por Unit") será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado com investidores institucionais pelos Coordenadores, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para determinação do preço de emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais representadas pelas Units e, consequentemente, do Preço por Unit, é justificada pelo fato de que o Preço por Unit não promoverá a diluição injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Units serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Units será aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. O preço por Unit e, por consequência, das ações subjacentes às Units, será definido previamente à concessão do registro da Oferta pela CVM e será ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo que a definição do preço por Unit independerá de nova deliberação do Comitê de Investimentos.

Foi autorizada a realização, pelo Fundo, de empréstimo de Units de sua titularidade, a ser concedido para a instituição responsável pelas atividades de estabilização do preço das Units, conforme previsto no artigo 23, §3º, da Instrução CVM 400.

A administração/gestão do Fundo foi autorizada a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes à consecução da Oferta, incluindo (i) a definição do preço por Unit no âmbito da Oferta; (ii) a definição da quantidade de Units Adicionais de titularidade do Fundo a serem alienadas nos termos acima previstos; e (iii) a celebração dos contratos, documentos e instrumentos relacionados com a realização da Oferta, incluindo, mas não se limitando, ao Contrato de Distribuição, ao Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização do Preço das Units, ao Contrato de Empréstimo de Units, ao Contrato de Prestação de Serviços a ser celebrado com a BM&FBOVESPA ao *Placement Facilitation Agreement e ao Lock-Up Agreement*, autorização de nomeação de agente de processo para atuar, nos Estados Unidos da América, com poderes para receber citações, intimações e notificações em nome do Fundo, aprovação das minutas do Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Oferta, assinatura de declarações de veracidade nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, assinatura de correspondências com a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, bem

como ratificação de todos os demais atos já praticados pela administração/gestão do Fundo.

Membros do Comitê de Investimento: (i)BB Banco de Investimento S.A; (ii) Manoel Cordeiro Silva Filho; (iii) José Reinaldo Magalhães; (iv) Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES ; (v) Marcos Rocha de Araújo; (vi) Fundação Petrobrás de Seguridade Social ; (vii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; (viii) Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social.

Certidão: certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.

5 de julho de 2011.

BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.
Manoel Cordeiro Silva Filho e Gustavo Henrique Nunes Guedes

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, REALIZADA EM 21 DE JULHO DE 2011 QUE APROVA O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA NO ÂMBITO DA OFERTA E FIXA O PREÇO POR UNIT

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ABRIL EDUCAÇÃO S.A
NIRE 3530017583-2
CNPJ/MF nº 02.541.982/0001-54

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de julho de 2011

Data, Hora e Local: 21 de julho de 2011, às 17h00, na sede social da Abril Educação S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Otaviano Alves de Lima, 4400, 7º andar, Ala C, Bairro Vila Arcádia, CEP 02909-900.

Mesa: Roberto Civita, Presidente; Letícia Soares, Secretária.

Convocação: dispensada a convocação prévia em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Presença: a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Ordem do Dia e Deliberações Tomadas por Unanimidade: os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade e sem quaisquer reservas, tendo em vista a conclusão, nesta data, do procedimento de coleta de intenções de investimento dos investidores institucionais (*bookbuilding*), realizado pelos coordenadores da Oferta (conforme definido abaixo), conforme previsto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400")

("Procedimento de *Bookbuilding*"), no contexto da realização **(i)** pela Companhia, de oferta pública de distribuição primária ("Oferta Primária") de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia ("Units"); e **(ii)** por Roberto Civita, por Giancarlo Francesco Civita, por Victor Civita, por Roberta Anamaria Civita, por BR Educacional Fundo de Investimento em Participações e por FIP Brasil de Governança Corporativa (em conjunto, "Acionistas Vendedores"), de oferta pública de distribuição secundária ("Oferta Secundária") das Units do Lote Suplementar de titularidade dos Acionistas Vendedores, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, caso a Opção de Lote Suplementar venha a ser exercida, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2011 ("Oferta"). Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderia, à critério dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores, ter sido acrescida em até 20%, ou seja, até 3.711.340 Units no âmbito da Oferta Secundária, nas mesmas condições e preço das Units inicialmente ofertadas, não tendo havido tal acréscimo;

(a) foi aprovado o preço de emissão de R$ 20,00 (vinte reais) por Unit da Oferta ("Preço por Unit"), que corresponde a R$ 6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por ação, fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a escolha do critério para determinação do preço de emissão das ações ordinárias e das ações preferenciais representadas pelas Units e, consequentemente, do Preço por Unit, é justificada pelo fato de que o Preço por Unit não promoverá a diluição

injustificada dos acionistas da Companhia e de que as Units serão distribuídas por meio de oferta pública, em que o valor de mercado das Units foi aferido tendo como parâmetro o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Dessa forma, do valor da Oferta Primária, que totaliza R$ 371.134.040,00 (trezentos e setenta e um milhões, cento e trinta e quatro mil e quarenta reais), R$ 93.525.778,08 (noventa e três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e oito centavos) serão destinados à conta de capital social e R$ 277.608.261,92 (duzentos e setenta e sete milhões, seiscentos e oito mil, duzentos e sessenta e um reais e noventa e dois centavos) serão destinados à reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações;

(b) foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, no montante de R$ 93.525.778,08 (noventa e três milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e oito centavos), de forma que o capital social passa de R$ 370.420.134,96 (trezentos e setenta milhões, quatrocentos e vinte mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e seis centavos) para R$ 463.945.913,04 (quatrocentos e sessenta e três milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e treze reais e quatro centavos) mediante a emissão de 18.556.702 (dezoito milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos e dois) ações ordinárias e de 37.113.404 (trinta e sete milhões, cento e treze mil, quatrocentos e quatro) ações preferenciais, correspondentes a 18.556.702 (dezoito milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos e dois) Units da Oferta Primária. O capital social subscrito passa a ser representado por 226.471.052 (duzentos e vinte e seis milhões, quatrocentas e setenta e uma mil e cinquenta e duas) ações, sendo 124.204.274 (cento e vinte e quatro milhões, duzentas e quatro mil, duzentas e setenta e quatro) ações ordinárias e

102.266.778 (cento e dois milhões, duzentas e sessenta e seis mil, setecentas e setenta e oito) ações preferenciais. As Units e as ações subjacentes às Units ora emitidas terão os mesmos direitos conferidos às Units e ações subjacentes de emissão da Companhia, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta, que deverá ocorrer até 28 de julho de 2011 ("Data de Liquidação"). As Units de Oferta deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data da Liquidação, a qual poderá ser prorrogada respeitando o limite de seis meses fixado no artigo 18 da Instrução CVM nº 400; e

(c) foi aprovado o inteiro teor do Prospecto Definitivo e do *Confidential Offering Memorandum* a serem utilizados na Oferta.

Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada.

Mesa: (aa) Roberto Civita, Presidente; Letícia Soares, Secretária.

Conselheiros Presentes: (aa) Roberto Civita; Giancarlo Francesco Civita; Victor Civita; Douglas Duran; Paulo Roberto Nunes Guedes; Jonas de Miranda Gomes; Arnaldo Figueiredo Tibyriçá; Marcos Antônio Magalhães; e Maria Helena

Guimarães de Castro.

Certidão: certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro próprio da Companhia.

São Paulo, 21 de julho de 2011.

Letícia Soares
Secretária

Ata da 13ª Reunião do Comitê de Investimento do BR Educacional Fundo de Investimentos em Participações("FUNDO") CNPJ nº 08.961.139/0001-03

Data, hora e local: Ao 21º dia do mês de julho de 2011, às 17:15hs, na sede social da BR Educacional Gestora de Recursos Ltda. ("**Gestora**"), na Avenida Borges de Medeiros, 633 - Sala 602, Leblon, Rio de Janeiro/RJ.

Convocação: Foi considerada instalada a Reunião Extraordinária do Comitê de Investimento por conta da presença da maioria dos membros quotistas em exercício.

Quorum: Todos os Membros Votantes do Comitê de Investimentos, conforme quadro abaixo, sendo que os membros Pessoa Jurídica se fizeram presente através de seus representantes devidamente mandatados.

Quotista	Membros Titulares	Membro Suplente
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	–
BR EDUCACIONAL Gestora de Recursos Ltda	–	Manoel Cordeiro Silva Filho
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	–	Leonardo Galluzzi Sansivieri
Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV	Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV	–
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	–
Instituto Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS	–	José Carlos Rodrigues Sousa
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	–

Composição da Mesa: Presidente: Manoel Cordeiro Silva Filho (Gestora) - **Secretário**: Jonas de Miranda Gomes (Gestora).

Ordem do Dia: Tendo em vista a conclusão, nesta data, do procedimento de coleta de intenções de investimento dos investidores institucionais (bookbuilding), realizado pelos coordenadores da Oferta (conforme definido abaixo) ("Procedimento de Bookbuilding"), no contexto da realização **(i)** pela Abril Educação S.A. ("Companhia"), de oferta pública de distribuição primária ("Oferta Primária") de units representando, cada uma, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, de emissão da Companhia ("Units"); e **(ii)** pelo Fundo, em conjunto com outros acionistas vendedores (o fundo e tais outros acionistas vendedores, em conjunto, "Acionistas Vendedores"), de oferta pública de distribuição secundária ("Oferta Secundária") das Units do Lote Suplementar ("Green Shoe") de titularidade dos Acionistas Vendedores, caso a Opção de Lote Suplementar venha a ser exercida, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 5 de julho de 2011 ("Oferta"), o Comitê de Investimentos do Fundo aprova o preço de emissão de R$ 20,00 (vinte reais) por Unit da Oferta

("Preço por Unit "), que corresponde a R$ 6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por ação, fixado após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding. Com exceção das Units ofertadas no Lote Suplementar, não haverá alienação de Units Adicionais no âmbito da Oferta Secundária. Dentro das condições acima estabelecidas, o Gestor do Fundo fica autorizado a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes à consecução da Oferta, em nome do Fundo. Ficam ainda ratificadas as deliberações tomadas pelo Comitê de Investimentos do Fundo sobre a Oferta que não tenham sido alteradas por esta deliberação.

Sobre a Deliberação: O quadro abaixo indica o pronunciamento de voto dos diversos quotistas Membros Titulares e Representantes do Comitê de Investimentos do FUNDO relativos à Ordem do Dia:

Quotista	Membros Titulares e/ou Representantes	Voto Computados para Apuração
BNDESPAR	BNDESPAR	Favorável
BR EDUCACIONAL	Manoel Cordeiro Silva Filho	Favorável
FUNCEF	Leonardo Galluzzi Sansivieri	Favorável
INFRAPREV	INFRAPREV	Favorável
PETROS	PETROS	Favorável
POSTALIS	José Carlos Rodrigues Sousa	Favorável
PREVI	PREVI	Favorável

Desse modo, nos termos do Regulamento do FUNDO, os Membros e/ou Representantes do Comitê de Investimentos deliberaram favoravelmente, por unanimidade, pelo item (i) e (ii) da Ordem do Dia.

Encerramento
Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos representantes.

Certificamos que a presente Ata é cópia fiel da Ata Original da 13ª Reunião do Comitê de Investimentos do FUNDO assinada pelos Quotistas membros do referido Comitê.

Gestora: _____

Manoel Cordeiro Silva Filho
BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.

Jonas de Miranda Gomes

Ata da 11ª Reunião do Comitê de Investimento do Fundo de Investimento em Participações Brasil de Governança Corporativa ("FUNDO")
CNPJ nº 08.909.578/0001-77

Data, hora e local: Ao 21° dia do mês de julho de 2011, às 17:00hs, na sede social da BR Educacional Gestora de Recursos Ltda. ("**Gestora**"), na Avenida Borges de Medeiros, 633 - Sala 602, Leblon, Rio de Janeiro/RJ.

Convocação: Foi considerada instalada a Reunião Extraordinária do Comitê de Investimento por conta da presença da maioria dos membros indicados pelos quotistas, excetuando o Gestor e o Assessor Financeiro.

Quorum: Todos os Membros Votantes do Comitê Investimentos, conforme quadro abaixo e assinaturas na lista de presença desta Reunião, sendo que os membros Pessoa Jurídica se fizeram presente através de seus representantes devidamente mandatados.

Quotista	Membros Titulares	Membro Suplente
BB Banco de Investimentos S.A	BB Banco de Investimentos S.A.	–
BR EDUCACIONAL Gestora de Recursos Ltda	Manoel Cordeiro Silva Filho	–
BR EDUCACIONAL Gestora de Recursos Ltda	–	Jaime Cardoso Danvila
Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES	Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES	–
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	–	Leonardo Galluzzi Sansivieri
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS	–
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	–
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA	–

Composição da Mesa: Presidente: Manoel Cordeiro Silva Filho (Gestora) - **Secretário**: Jonas de Miranda Gomes (Gestora).

Ordem do Dia: Tendo em vista a conclusão, nesta data, do procedimento de coleta de intenções de investimento dos investidores institucionais (bookbuilding), realizado pelos coordenadores da Oferta (conforme definido abaixo) ("Procedimento de Bookbuilding"), no contexto da realização **(i)** pela Abril Educação S.A. ("Companhia"), de oferta pública de distribuição primária ("Oferta Primária") de units representando, cada uma, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, de emissão da Companhia ("Units"); e **(ii)** pelo Fundo, em conjunto com outros acionistas vendedores (o fundo e tais outros acionistas vendedores, em conjunto, "Acionistas Vendedores"), de oferta pública de distribuição secundária ("Oferta Secundária") das Units do Lote Suplementar ("Green Shoe") de titularidade dos Acionistas Vendedores, caso a Opção de Lote Suplementar venha a ser exercida, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 5 de julho de 2011 ("Oferta"), o Comitê de Investimentos do Fundo aprova o preço de emissão de R$ 20,00 (vinte reais) por Unit da Oferta

("Preço por Unit"), que corresponde a R$ 6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por ação, fixado após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding. Com exceção das Units ofertadas no Lote Suplementar, não haverá alienação de Units Adicionais no âmbito da Oferta Secundária. Dentro das condições acima estabelecidas, o Gestor e o Assessor Financeiro do Fundo ficam autorizados a tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes à consecução da Oferta, em nome do Fundo. Ficam ainda ratificadas as deliberações tomadas pelo Comitê de Investimentos do Fundo sobre a Oferta que não tenham sido alteradas por esta deliberação.

Sobre a Deliberação: O quadro abaixo indica o pronunciamento de voto dos diversos quotistas Membros Titulares e Representantes do Comitê de Investimentos do FUNDO relativos aos itens (i) e (ii) da Ordem do Dia:

Quotista	Membros Titulares e/ou Representantes	Voto Computados para Apuração
BB INVESTIMENTOS	BB INVESTIMENTOS	Favorável
BR EDUCACIONAL	Manoel Cordeiro Silva Filho	Favorável
BR EDUCACIONAL	Jaime Cardoso Danvila	Favorável
FAPES	FAPES	Favorável
FUNCEF	Leonardo Galluzzi Sansivieri	Favorável
PETROS	PETROS	Favorável
PREVI	PREVI	Favorável
VALIA	VALIA	Favorável

Desse modo, nos termos do Regulamento do FUNDO, os Membros e/ou Representantes do Comitê de Investimentos deliberaram favoravelmente, por unanimidade, pelos itens (i) e (ii) da Ordem do Dia.

Encerramento
Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos representantes.

Certificamos que a presente Ata é cópia fiel da Ata Original da 11ª Reunião do Comitê de Investimentos do FUNDO assinada pelos Quotistas membros do referido Comitê.

Gestora: _____

Jonas de Miranda Gomes — Manoel Cordeiro Silva Filho
BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

ABRIL EDUCAÇÃO S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Otaviano Alves de Lima, 4.400, 7º andar, Ala C, CEP 02909-900, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.541.982/0001-54, com seu estatuto social arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.175.832 ("Companhia"), vem, pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações ("*Units*") representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Preliminar") contem e o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das *Units* a serem ofertadas pela

JURÍDICO CORPORATIVO Flávia Bassi

Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 31 de maio de 2011

ABRIL EDUCAÇÃO S.A.

Nome: Daniela U. da C. Menusier
Cargo: Diretora de Desenvolvimento de Negócios e Projetos Especiais
Abril Educação

Nome: Marcelo Schmidt
Cargo: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Abril Educação

JURÍDICO CORPORATIVO
Flávia Baesi

DECLARAÇÕES DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 DOS ACIONISTAS VENDEDORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

ROBERTO CIVITA, brasileiro, casado, editor, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 7221, 24º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.666.785 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 006.890.178-04 ("Acionista Vendedor"), vem, pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações ("*Units*") representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Abril Educação S.A. Abril Educação S.A. ("Companhia") e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Preliminar") contem e o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das *Units* a serem ofertadas pela

Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 31 de maio de 2011

ROBERTO CIVITA

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

GIANCARLO FRANCESCO CIVITA, brasileiro, casado, bacharel em comunicação social, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.167.806-5 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 040.666.108-11, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 7221, 24º andar, Pinheiros, CEP 05425-902 ("Acionista Vendedor"), vem, pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações ("*Units*") representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Abril Educação S.A. Abril Educação S.A. ("Companhia") e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Preliminar") contem e o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao

conhecimento pelos investidores da Oferta, das *Units* a serem ofertadas pela Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 31 de maio de 2011

GIANCARLO FRANCESCO CIVITA

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

VICTOR CIVITA, brasileiro, casado, cientista político, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.166.935-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 040.666.138-37, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 7221, 24º andar, Pinheiros, CEP 05425-902 ("Acionista Vendedor"), vem, pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações ("*Units*") representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Abril Educação S.A. ("Companhia") e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Preliminar") contem e o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das *Units* a serem ofertadas pela

Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 31 de maio de 2011

VICTOR CIVITA

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

ROBERTA ANAMARIA CIVITA, brasileira, divorciada, psicóloga, portadora da cédula de identidade RG n.º 6.167.088, expedida por SSP/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 040.666.468-52, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. das Nações Unidas 7221, 22º andar ("Acionista Vendedor"), vem, pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações ("*Units*") representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Abril Educação S.A. ("Companhia") e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Preliminar") contem e o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das *Units* a serem ofertadas pela

Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 31 de maio de 2011

ROBERTA ANAMARIA CIVITA

JURÍDICO CORPORATIVO
Flávia Bessi

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

FIP BRASIL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, fundo de investimento em participações registrado perante a CVM, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 08.909.578/0001-77, neste ato representado nos termos de seu regulamento por seu administrador e gestor, BR Educacional Gestora de Recursos Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de Medeiros 663, sala 602, parte, 6º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 08.560.870/0001-27, neste ato representado na forma de seu regulamento, ("Acionista Vendedor"), vem, pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações ("*Units*") representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Abril Educação S.A. ("Companhia") e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Preliminar") contem e o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações

Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das *Units* a serem ofertadas pela Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 31 de maio de 2011

FIP BRASIL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Nome: JONAS DE MIRANDA GOMES
Cargo: DIRETOR

Nome: MANOEL CORDEIRO SILVA FILHO
Cargo: DIRETOR

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400

BR EDUCACIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES, fundo de investimento em participações registrado perante a CVM, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 08.961.139/0001-03, neste ato representado nos termos de seu regulamento por seu administrador e gestor, BR Educacional Gestora de Recursos Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Borges de Medeiros 663, sala 602, parte, 6º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 08.560.870/0001-27, neste ato representado na forma de seu regulamento, ("Acionista Vendedor"), vem, pela presente, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações ("*Units*") representativos de ações ordinárias e de ações preferenciais de emissão da Abril Educação S.A. ("Companhia") e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta"), declarar, em consonância com o disposto no artigo 56, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), o disposto abaixo:

(i) todas e quaisquer informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta são, nas datas de suas respectivas publicações, verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o formulário de referência ("Formulário de Referência") e o Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Preliminar") contem e o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Certificados de Depósito de Ações ("*Units*") Representativos de Ações Ordinárias e de Ações

Preferenciais de Emissão da Abril Educação S.A. ("Prospecto Definitivo") conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das *Units* a serem ofertadas pela Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores um tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 31 de maio de 2011

BR EDUCACIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Nome: JONAS DE MIRANDA GOMES
Cargo: DIRETOR

Nome: Daniel A. Borgi
Cargo: Diretor

DECLARAÇÃO DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 DO COORDENADOR LÍDER

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CREDIT SUISSE

Declaração do Coordenador Líder
para fins do Artigo 56 da Instrução CVM 400/03

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3064, 12°, 13° e 14° andares (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.° 33.987.793/0001-33, neste ato representada nos termos de seu estatuto social, na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição primária e secundária de certificados de depósito de ações, nominativos, escriturais e sem valor nominal, representando, cada um, uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão de Abril Educação S.A. ("Companhia"), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Units") ("Oferta"), cujo pedido de registro está sob análise da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), vem, pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM n.° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400").

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Companhia, os Acionistas Vendedores (conforme abaixo definido) e o Coordenador Líder constituíram, cada qual, assessores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em março de 2011, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta, a ser elaborado nos termos do artigo 40 da Instrução CVM 400 (em conjunto com seus anexos, incluindo o formulário de referência da Companhia, a ser elaborado nos termos da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Formulário de Referência") ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.° 12, com relação ao prospecto preliminar da Oferta, elaborado nos termos do artigo 40 da Instrução CVM 400 (em conjunto com seus anexos, incluindo o Formulário de Referência, "Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo;

(iv) foram disponibilizados pela Companhia e por BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, FIP Brasil de Governança Corporativa, Roberto Civita, Giancarlo Francesco Civita, Victor Civita e Roberta Anamaria Civita (em conjunto, "Acionistas Vendedores") os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia, suas subsidiárias e aos Acionistas Vendedores;

IBD

CREDIT SUISSE Depto Jurídico

CREDIT SUISSE

(vi) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre a Companhia, suas subsidiárias e seus negócios, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus consultores legais

o Coordenador Líder declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia como companhia aberta, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, sobre a Oferta, as Units a serem ofertadas, a Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 400.

São Paulo, 5 de julho de 2011.

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

Nome: Teodoro Z. B. de Lima
Cargo: Diretor

Nome: Peter Weil
Cargo: Diretor

IBD

CREDIT SUISSE Depto Jurídico

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- Demonstrações Financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e Relatório dos Auditores Independentes

- Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 e Relatório dos Auditores Independentes

- Demonstrações Financeiras da Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2008 e Parecer dos Auditores Independentes

- Demonstrações financeiras da Simão Gabriades Vestibulares Ltda (Anglo Vestibulares) do semestre findo em 30 de junho de 2010 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e Relatório dos Auditores Independentes

- Demonstrações financeiras da Simão Gabriades Vestibulares Ltda (Anglo Vestibulares) do trimestre findo em 31 de março de 2010 e Relatório dos Auditores Independentes

- Demonstrações Financeiras do Sistema P.H. de Ensino Ltda. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e Relatório dos Auditores Independentes

- Informações Financeiras Trimestrais do Sistema P.H. de Ensino Ltda. relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 e Relatório dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Abril Educação S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2010
e relatório dos auditores independentes

ABRIL EDUCAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de Dezembro de 2010 e
Relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

	Página
Balanços patrimoniais	193 – 194
Demonstrações do resultado	195
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	196
Demonstrações dos fluxos de caixa	197
Demonstrações do valor adicionado	198
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	199 – 263
Conselho de Administração e Diretoria	264
Relatório dos auditores independentes	265

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	158.497	654	6	211.170	17.244	66.562
Contas a receber de clientes (nota 8)	365	-	-	171.825	116.303	111.967
Estoques (nota 9)	-	-	-	163.228	118.909	126.243
Impostos a recuperar (nota 10)	1.190	244	229	28.745	33.818	18.463
Dividendos a receber (nota 31)	4.420	7.133	8.486	-	-	-
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	-	-	-	4.380	3.309	2.943
	164.472	**8.031**	**8.721**	**579.348**	**289.583**	**326.178**
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas (nota 31)	72.025	-	-	-	80.896	123.837
Impostos a recuperar (nota 10)	-	-	-	4.071	345	324
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 19)	3.595	-	-	22.479	4.817	20.374
Depósitos judiciais (nota 18)	-	-	-	3.314	1.627	1.419
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	-	-	-	1.054	-	-
Investimentos (nota 12)	318.545	208.040	222.722	-	-	-
Intangível (nota 13)	-	-	-	672.342	23.785	22.489
Imobilizado (nota 14)	-	-	-	58.112	5.395	4.656
	394.165	**208.040**	**222.722**	**761.372**	**116.865**	**173.099**
Total do ativo	**558.637**	**216.071**	**231.443**	**1.340.720**	**406.448**	**499.277**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
CIRCULANTE						
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 15)	1.875	-	-	101.933	58.336	107.629
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	-	17.478	59.113	47.552
Impostos e contribuições a pagar (nota 17)	-	-	-	2.035	788	1.054
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	-	11.107	7.035	9.823
Dividendos a pagar (nota 22)	3.424	9.248	12.662	3.424	9.248	12.662
Contas a pagar por aquisição de participação societária (nota 30)	-	-	-	65.738	-	-
	5.299	**9.248**	**12.662**	**201.715**	**134.520**	**178.720**
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e outros créditos de partes relacionadas (nota 31)	-	-	362	-	-	50
Contas a pagar por aquisição de participação societária (nota 30)	-	-	-	197.215	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	-	364.806	44.591	92.607
Impostos e contribuições a pagar (nota 17)	-	-	-	10.751	11.888	63
Provisão para contingências (nota 18)	-	-	-	12.738	8.447	9.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 19)	4.631	4.631	4.631	4.788	4.810	4.631
	4.631	**4.631**	**4.993**	**590.298**	**69.736**	**106.769**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social (nota 21)	345.398	160.084	160.034	345.398	160.084	160.034
Reservas de capital (nota 22)	141.482	522	522	141.482	522	522
Reservas de lucros (nota 22)	51.555	41.586	53.232	51.555	41.586	53.232
Dividendos adicionais propostos (nota 22)	10.272	-	-	10.272	-	-
Total do patrimônio líquido	**548.707**	**202.192**	**213.788**	**548.707**	**202.192**	**213.788**
Total do passivo e patrimônio líquido	**558.637**	**216.071**	**231.443**	**1.340.720**	**406.448**	**499.277**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita líquida (nota 24)	-	-	512.174	365.972
Custos dos produtos e serviços (nota 25)	-	-	(231.539)	(156.981)
Lucro bruto	**-**	**-**	**280.635**	**208.991**
Despesas com vendas (nota 25)	-	-	(159.346)	(111.463)
Despesas gerais e administrativas (nota 25)	(3.622)	(46)	(56.575)	(27.516)
Outras receitas (despesas), líquidas (nota 26)	1.218	-	(2.730)	(228)
Resultado decorrente da adesão ao REFIS (nota 17)	-	-	-	(11.888)
Resultado da equivalência patrimonial (nota 12)	6.574	38.964	-	-
Lucro operacional	**4.170**	**38.918**	**61.984**	**57.896**
Receitas financeiras (nota 27)	7.998	40	23.206	18.362
Despesas financeiras (nota 27)	(158)	(18)	(52.056)	(13.582)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**12.010**	**38.940**	**33.134**	**62.676**
Imposto de renda e da contribuição social (nota 28)	2.407	-	(18.717)	(23.736)
Lucro líquido do exercício	**14.417**	**38.940**	**14.417**	**38.940**
Atribuído à				
Acionistas da Companhia	14.417	38.940	14.417	38.940
Lucro por ação do capital social (em R$), básico e diluído (nota 22)			0,0437	0,1238

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(valores expressos em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009	**160.034**	**522**	**2.844**	**50.388**	**-**	**-**	**213.788**
Aumento de capital - AGO de 30/04/2009	50						50
Dividendos pagos				(41.338)			(41.338)
Lucro líquido do exercício					38.940		38.940
Destinação do resultado							
- Constituição reserva legal			1.947		(1.947)		-
- Dividendos mínimos obrigatórios propostos					(9.248)		(9.248)
- Retenção de lucros				27.745	(27.745)		-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**160.084**	**522**	**4.791**	**36.795**	**-**	**-**	**202.192**
Aumento de capital - AGE de 27/07/2010	100.000						100.000
Aumento de capital - AGE de 11/08/2010	85.314	140.960					226.274
Capitalização de dividendos propostos em exercícios anteriores, não distribuídos					9.248		9.248
Lucro líquido do exercício					14.417		14.417
Destinação do resultado							
- Constituição reserva legal			721		(721)		-
- Dividendos mínimos obrigatórios propostos					(3.424)		(3.424)
- Dividendos adicionais propostos					(10.272)	10.272	-
- Retenção de lucros				9.248	(9.248)		-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**345.398**	**141.482**	**5.512**	**46.043**	**-**	**10.272**	**548.707**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Caixa gerado nas operações (nota 29)	1.326	(27)	(5.261)	3.679
Juros pagos	-	(58)	-	(1.430)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.026)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.326**	**(85)**	**(7.287)**	**2.249**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisições de:				
Imobilizado	-	-	(7.581)	(2.364)
Intangível	-	-	(2.292)	(2.688)
Aporte de capital em subsidiária	(200.000)	-	-	-
Aquisição de subsidiária, líquida do caixa adquirido (nota 30)	-	-	(445.548)	-
Reorganização societária	-	-	(3.050)	
Redução de capital de subsidiária	43.700	-	-	-
Dividendos recebidos	56.300	55.000	-	-
Mútuos concedidos a partes relacionadas	(191.901)	(317)	-	(2.283)
Mútuos recebidos de partes relacionadas	121.246	-	54.051	40.546
Juros recebidos	898	-	3.659	-
CAIXA LÍQUIDO GERADOS PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(169.757)**	**54.683**	**(400.761)**	**33.211**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	284.884	6.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(9.113)	(36.431)
Pagamento de PAES e impostos parcelados	-	-	(71)	(397)
Aumento de capital	185.314	50	185.314	50
Reserva de ágio - aumento de capital	140.960	-	140.960	-
Dividendos pagos	-	(54.000)	-	(54.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**326.274**	**(53.950)**	**601.974**	**(84.778)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**157.843**	**648**	**193.926**	**(49.318)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**654**	**6**	**17.244**	**66.562**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**158.497**	**654**	**211.170**	**17.244**
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**157.843**	**648**	**193.926**	**(49.318)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS	1.218	-	518.380	365.802
Venda de produtos e serviços (Nota 24)	-	-	516.119	366.050
Outras receitas	1.218	-	2.552	466
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - reversão / (constituição)	-	-	(291)	(714)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2.719	40	324.322	240.497
Matérias primas consumidas	-	-	2.342	226
Custo dos produtos e serviços vendidos (Nota 25)	-	-	199.245	149.409
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (Nota 25)	2.719	40	122.735	90.862
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.501)	(40)	194.058	125.305
Depreciações e amortizações (Notas 13 e 14)	-	-	14.949	2.485
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(1.501)	(40)	179.109	122.820
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	14.571	39.004	23.206	18.362
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12)	6.573	38.964	-	-
Receitas financeiras (Nota 27)	7.998	40	23.206	18.362
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	13.070	38.964	202.315	141.182
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos (Nota 25)	896	-	70.070	37.857
Remuneração direta	896	-	55.274	28.262
Benefícios	-	-	9.237	6.780
FGTS	-	-	5.559	2.815
Impostos, taxas e contribuições	(2.401)	6	38.820	45.932
Federais	(2.401)	6	36.814	33.447
Estaduais	-	-	444	367
Municipais	-	-	1.562	230
Resultado decorrente da adesão ao REFIS (Nota 17.1)	-	-	-	11.888
Remuneração de capital de terceiros	159	18	79.009	18.453
Juros (Nota 27)	161	18	52.038	13.677
Variação cambial passiva (Nota 27)	(2)	-	18	(94)
Aluguéis	-	-	6.342	4.880
Outros	-	-	20.611	(10)
Remuneração de capitais próprios	14.416	38.940	14.416	38.940
Lucros retidos	10.271	27.745	10.271	27.745
Dividendos	721	9.248	721	9.248
Constituição de reservas	3.424	1.947	3.424	1.947
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	13.070	38.964	202.315	141.182

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Abril Educação S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo. Sua controladora direta é a Abrilpar Participações S.A. e sua última controladora é Ativic S.A. A Companhia, em conjunto com as controladas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais. A Companhia não possui ações cotadas em bolsa de valores.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") têm como atividade preponderante a edição, impressão, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou varejo, de livros, apostilas e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação. Atua também em cursos preparatórios para vestibulares e concursos e presta serviços de treinamento especializado para professores e gestores escolares, atividades de workshops, reuniões e palestras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de maio de 2011.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

As referidas demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas, atendendo às solicitações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que requereu:

- Divulgação dos limites de crédito aprovados junto às instituições financeiras, não utilizadas (Nota 4);

- Divulgação dos montantes de fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, bem como de totais de ativo, passivo e aquisições de ativo imobilizado e intangível, apresentados por segmento operacional (Nota 23);

- Detalhamento das práticas contábeis referentes a ajuste à valor presente (Nota 2.22);

- Complemento da nota de gestão de capital (Nota 6), incluindo análise de sensibilidade em relação a taxas de juros;

- Complemento da nota de investimentos, incluindo informação sobre a redução de capital de controlada (Nota 12(i));

- Complemento da nota de ativos intangíveis sobre o valor da marca adquirida e a indicação da rubrica do resultado na qual é registrada a amortização dos intangíveis (Nota 13);

- Complemento da nota de imposto de renda diferido com divulgação da expectativa da administração sobre o prazo estimado para realização dos impostos diferidos (Nota 19);

- Complemento das informações sobre o REFIS e PAES (Nota 17.1);

- Complemento das informações sobre partes relacionadas (Nota 31);

- Complemento das informações sobre seguros (Nota 32).

Portanto, essas demonstrações financeiras diferem daquelas aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de maio de 2011. Entretanto, entendemos que as alterações acima descritas, que não representaram mudanças nas cifras apresentadas, tem o objetivo de complementar as informações anteriormente apresentadas e, consequentemente, as demonstrações financeiras modificadas não diferem significativamente das demonstrações financeiras originalmente apresentadas, não sendo necessária nova aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS)) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado, estão descritas na nota 34.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Consolidação

2.2.a Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.2.b Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.3 Informações por segmento de negócios

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas da Companhia. O resultado do exercício por segmento de negócio encontra-se apresentado na Nota 23.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como outras receitas ou despesas operacionais.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

Os ativos financeiros da Companhia atendem à classificação de empréstimos e recebíveis e foram classificados dessa forma nas demonstrações financeiras. Dessa forma não existem, nas presentes demonstrações financeiras, instrumentos financeiros derivativos ou mensurados a valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos à controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente a comercialização no atacado e no varejo de livros e apostilas voltados para a educação e as mensalidades dos cursos preparatórios para exames de vestibular e de concursos públicos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise do nível de perdas históricas e no conhecimento e acompanhamento da situação individual de seus clientes, sendo considerada suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos (nota 8).

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para obsolescência e para redução ao valor de mercado (nota 9).

Os custos fixos indiretos de fabricação são alocados às unidades produzidas considerando a capacidade normal de produção. Em casos de ociosidade na produção, os custos fixos referentes a essa parcela ociosa são reconhecidos diretamente no resultado no período em que são incorridos. Adicionalmente, parcela significativa da produção de livros e apostilas didáticos é terceirizada. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não foram identificados casos de ociosidade na produção.

A Companhia efetuou provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação. Tal provisão é constituída com base em percentual pelo tempo de permanência dos itens nos estoques até o limite máximo de três anos, quando são totalmente provisionados.

2.9 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante (nota 18).

2.10 Intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado nas demonstrações financeiras consolidadas como "ativo intangível", enquanto que, nas demonstrações financeiras individuais, é registrado como "investimentos", a menos que a empresa adquirida tenha sido incorporada pela Companhia. Caso a Companhia apure deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGC que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(ii) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indefinida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As marcas são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida média esperada da relação com o cliente.

(iv) Programas de computador (software)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável (nota 13).

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

. É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;

. A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;

. O software pode ser vendido ou usado;

. Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;

. Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e

. O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (nota 13).

2.11 Imobilizado

O Imobilizado é avaliado ao custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota 14. Terrenos não são depreciados.

De acordo com a Deliberação CVM nº 527/07, que aprovou a CPC 01, "Redução ao valor recuperável de ativos", a Companhia em conjunto com empresa especializada, realizou a revisão da vida útil econômica dos bens do imobilizado e registrou os efeitos desta revisão a partir de 1º de janeiro de 2009.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, consequentemente foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para contingências, assim como os depósitos judiciais, mencionados na nota 18, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

2.16 Direitos autorais

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito do resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros de acordo com o período de competência.

2.17 Impostos e contribuições a pagar

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Redução das alíquotas de PIS e COFINS

O Governo Federal, com o objetivo de estimular a cadeia de produção e comercialização de livros no Brasil, reduziu a zero as alíquotas das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre o faturamento resultante da venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004, por tempo indeterminado.

2.18 Benefícios a funcionários

(i) Obrigações de pensão

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev – Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio do Superação, programa de participação nos resultados do Grupo vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Receita de venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é creditada ao resultado quando da entrega do produto.

b) Receita de cursos preparatórios

A receita de cursos preparatórios para vestibulares e concursos é reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, aproximam-se do valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos de curto prazo é calculado e, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, registrado contabilmente. O cálculo do ajuste a valor presente leva em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não foram identificados ativos e passivos para os quais fosse requerido o registro do ajuste a valor presente.

2.23 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

IFRS 9, “Instrumentos financeiros”. O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e poderá afetar a contabilização da Companhia para seus ativos financeiros, mas não terá impacto sobre os passivos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

IAS 24 Revisado (revisado), “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. A Companhia está atualmente avaliando o impacto do IAS 24.

O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1 de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. A Companhia aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia ou da controladora.

b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações da Companhia:

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2011:

. Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação – Classificação dos Direitos de Ações"

. Alteração no IFRS 1 – "Primeira Adoção de IFRS – Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"

. Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 – "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (*funding*) e sua Interação"

Aprimoramentos aos IFRS em 2011

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil. Abaixo relação das principais alterações a serem aplicadas:

IFRS 1 - “Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade”
(i) Mudanças na política contábil no ano da adoção
(ii) Base de reavaliação como custo atribuído (*deemed cost*)
(iii) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos)

IFRS 3 - “Combinações de Negócios”
(i) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado
(ii) Mensuração de participações não controladoras
(iii) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente

IFRS 7 - “Instrumentos Financeiros”

IAS 1 - “Apresentação das Demonstrações Financeiras”

IAS 27 - “Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas”

IAS 34 - “Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários”

IFRIC 13 - “Programas de Fidelização de Clientes”

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio e de marcas

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e de marcas adquiridas, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.10. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A Companhia não apresentou perda em seus testes estimados de *impairment*.

(b) Impostos diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

(a) Alocação do preço de compra de subsidiária

Em 2010, o Grupo adquiriu o controle do Grupo Anglo, o que requereu que os ativos adquiridos e os passivos assumidos fossem mensurados a valor justo na data de aquisição. Em particular, as estimativas mais críticas estiveram relacionadas às taxas de crescimento e desconto, à avaliação da rotatividade da carteira de clientes e à estimativa de economia de royalties pela propriedade da marca. Os detalhes da transação estão incluídos na nota 30.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas possuem e seguem política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

O comitê de gerenciamento de risco auxilia a Administração a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

4.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um comitê de auditoria e risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A tesouraria corporativa identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Riscos de taxa de câmbio

A Companhia possui fornecedores contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esse passivo surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desse passivo. O passivo sujeito a esse risco representa cerca de 4,80% do saldo total de fornecedores.

O valor de mercado desta operação não difere substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009, a exposição cambial é demonstrada conforme o quadro a seguir:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Posições Passivas:			
Fornecedores (*)	1.774	2	6.624
Total do Passivo	**1.774**	**2**	**6.624**

(*) Referem-se aos saldos a pagar em moedas estrangeiras devidos aos fornecedores.

ii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse tipo de risco em 31 de dezembro de 2010 e de 2009. Contudo, há um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Além dos empréstimos e financiamentos, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis ou permutáveis em ações. Esse passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI. O risco vinculado a esse passivo surge da razão da possível elevação do CDI.

Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentemente classificadas com rating mínimo “brAAA”. As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, que são remuneração que variam entre 100% e 105% do CDI.

A política de vendas da Companhia e suas controladas está diretamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de coluna para reconciliar os valores àqueles registrados no balanço patrimonial da Companhia.

	Consolidado					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Em 31 dezenbro de 2010						
Debêntures	6.668	82.328	314.847	403.843	(133.055)	270.788
Outros empréstimos e financiamentos	12.142	11.430	136.786	160.358	(48.862)	111.496
Contas a pagar por aquisição de participação societária	71.876	80.962	193.919	346.757	(83.804)	262.953
Fornecedores e demais contas a pagar	101.933	-	-	101.933	-	101.933
Em 31 dezembro de 2009						
Empréstimos e financiamentos	62.738	36.798	19.326	118.862	(15.158)	103.704
Fornecedores e demais contas a pagar	58.336	-	-	58.336	-	58.336
Em 01 janeiro de 2009						
Empréstimos e financiamentos	50.468	62.098	57.255	169.821	(29.662)	140.159
Fornecedores e demais contas a pagar	107.629	-	-	107.629	-	107.629

Em 31 de dezembro de 2010, a controlada Editora Scipione S.A. possui uma linha de crédito junto ao BNDES Automático para financiamento de projeto ligado a área de educação, no valor de R$10.000, dos quais aproximadamente R$4.046 não foram utilizados.

5. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir sua continuidade, oferecendo retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

A Companhia monitora o nível de capital por meio da utilização de índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira gerencial em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 estão assim sumariados:

	2010	2009
Total dos empréstimos (Nota 16)	382.284	103.704
(+) Contas a pagar por aquisição de participação societária (Nota 30)	262.953	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(211.170)	(17.244)
Dívida líquida	434.067	86.460
Total do patrimônio líquido	548.707	202.192
Total do capital empregado	982.774	288.652
Índice de alavancagem financeira - %	**44**	**30**

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível Consolidado.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia não possui em aberto instrumentos financeiros derivativos ou mensurados a valor justo.

Deliberação CVM nº 550

Em 17 de outubro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM emitiu a Deliberação nº 550, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros em nota explicativa às demonstrações financeiras. As informações requeridas à Companhia são:

1) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui uma Política que estabelece um monitoramento contínuo das taxas de câmbio, taxas de juros e preço de insumos, com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

2) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, qualquer tipo de contrato de derivativo para fazer hedge contra operações de risco cambial ou qualquer outro risco.

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhi, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de seis meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no 475/08 de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

	Em 31 de dezembro de 2010			
	Endividamento	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Contas a pagar por aquisição de participação societária	262.953	2.353	7.283	8.269
Debêntures colocadas	270.788	2.423	7.500	8.516
Empréstimos bancários	79.040	707	2.189	2.486
Dívida total em CDI	612.781	5.483	16.973	19.271
Taxa CDI - % a.a.	10,75%	12,25%	12,63%	13,00%
variação da taxa em relaçao a projeção		1,5% (i)	+25% (ii)	+50% (iii)

(i) Variação da taxa atual o cenário provável estimado

(ii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 25%

(iii)Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 50%

A análise de sensibilidade dos juros sobre os saldos acima utilizou como cenário provável as projeções realizadas por consultores externos.

Em adição aos saldos acima, a Companhia mantém em aberto empréstimo BNDES – FINAME, atualizado pela TJLP, no montante de R$32.456, para a qual as projeções indicam manutenção da taxa aos níveis atuais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Caixa	1	1	1	17	10	17
Bancos conta movimento	34	30	5	1.786	622	868
Certificados de depósitos bancários - CDBs (i)	158.462	623	-	209.367	16.612	65.677
Total	**158.497**	**654**	**6**	**211.170**	**17.244**	**66.562**

(i) Os CDBs são remunerados à taxas que variam entre 100% e 103% do CDI – Certificado de Depósito Interbancário, mensurados pelo custo amortizado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento.

A totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa é denominada em Reais (R$).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição:

	Controladora	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Comercialização de livros	-	168.213	119.308	114.621
Comercialização de apostilas	-	12.046	-	-
Outras	365	2.518	440	77
Total de clientes	365	182.777	119.748	114.698
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(10.952)	(3.445)	(2.731)
Total contas a receber	**365**	**171.825**	**116.303**	**111.967**

A totalidade do contas a receber é denominada em Reais (R$).

Do total do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2010, R$112.390 (67%) referem-se a vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC.

Não há saldos a receber com prazo superior a três meses e também não há histórico de atrasos no recebimento nos casos das vendas para o Governo. Dessa forma, o valor justo do saldo de contas a receber se aproxima de seu valor contábil.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Composição	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
A vencer:	**163.855**	**113.770**	**110.980**
Vencidas:	**18.922**	**5.978**	**3.718**
Até 30 dias	3.170	1.446	382
De 31 a 60 dias	2.382	164	88
De 61 a 90 dias	1.355	422	338
De 91 a 180 dias	900	266	128
De 181 a 360 dias	684	98	71
Há mais de 360 dias	10.431	3.582	2.711
	182.777	**119.748**	**114.698**

c) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2010	2009
Saldos em 1º de janeiro	3.445	2.731
Adição por aquisição	7.216	-
Adições	1.035	1.159
Reversões e baixas	(744)	(445)
Saldos em 31 de dezembro	**10.952**	**3.445**

9. ESTOQUES

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Matérias-primas	28.689	12.815	11.301
Produtos em elaboração	37.271	28.168	24.855
Produtos acabados	133.881	115.549	114.475
Importações em andamento	5.590	166	10.409
Outros	8.948	10.139	10.400
Provisões para obsolescência ou realização	(51.151)	(47.928)	(45.197)
	163.228	**118.909**	**126.243**

A movimentação da provisão para perdas na realização de estoques é como segue:

	2010	2009
Saldos em 1º de janeiro	47.928	45.197
Adição por aquisição	3.801	-
Adições no período	20.239	15.601
Reversões no período	(20.817)	(12.870)
Saldos em 31 de dezembro	**51.151**	**47.928**

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
COFINS	-	-	-	17.457	13.744	9.464
PIS	-	-	-	4.055	2.169	1.956
Impostos a restituir (PIS, COFINS, ISS)	-	-	-	390	-	-
Imposto de renda sobre aplicação financeira	910	214	199	914	1.383	575
Imposto de renda e contribuição social antecipados	150	30	30	9.072	10.814	5.839
Imposto de renda e contribuição social crédito tributário	-	-	-	401	5.290	329
Outros	130	-	-	527	763	624
	1.190	**244**	**229**	**32.816**	**34.163**	**18.787**
Circulante	1.190	244	229	28.745	33.818	18.463
Não circulante	-	-	-	4.071	345	324

11. ADIANTAMENTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Adiantamentos a empregados	1.389	1.535	1.570
Adiantamentos a fornecedores	370	194	268
Adiantamentos de direitos autorais	1.151	1.351	616
Pagamentos antecipados	2.080	223	291
Outros	444	6	198
	5.434	**3.309**	**2.943**
Circulante	4.380	3.309	2.943
Não circulante	1.054	-	-

12. INVESTIMENTOS

Investimentos em controladas

				2010			2009
Investimentos	**Ática**	**Scipione**	**Anglo**	**Total**	**Ática**	**Scipione**	**Total**
Em 1º de janeiro	104.687	89.731	-	194.418	128.301	80.799	209.100
Aporte de capital (Nota 30)	-	-	200.000	200.000	-	-	-
Cancelamento de ações ordinárias (i)	-	(43.700)	-	(43.700)	-	-	-
Participação nos lucros de subsidiárias - direto	11.095	7.590	(12.111)	6.574	30.033	8.932	38.965
Participação nos lucros de subsidiárias - indireto (ii)	(318)	18.347	(10.082)	7.947	-	-	-
Baixa do ágio na incorporação (ii)			(457.875)	(457.875)	-	-	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	(44.867)	(4.300)	-	(49.167)	(46.514)	-	(46.514)
Dividendos propostos	(2.560)	(1.860)	-	(4.420)	(7.133)	-	(7.133)
Em 31 de dezembro	68.037	65.808	(280.068)	(146.223)	104.687	89.731	194.418
Investimento mais valia alocada (iii)							
Em 1º de janeiro	10.310	3.312	-	13.622	10.310	3.312	13.622
Adição	-	-	457.875	457.875	-	-	-
Amortização de intangíveis (alocação)	-	-	(6.729)	(6.729)	-	-	-
Em 31 de dezembro	10.310	3.312	451.146	464.768	10.310	3.312	13.622
Total investimentos	78.347	69.120	171.078	318.545	114.997	93.043	208.040

(i) Em 12 de julho de 2010, houve redução de capital da controlada Editora Scipione S.A., no valor de R$43.700, com cancelamento de 4.370.000,09 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas pela Abril Educação S.A., com a consequente restituição do valor à Companhia. Não houve alteração na participação societária.

(ii) A partir de 15 de fevereiro de 2010 a empresa Greentree Educacional S.A. passou a ser a controladora dos investimentos na Editora Ática S.A. e da Editora Scipione S.A. A partir de 6 de julho de 2010, passou também a ser a controladora das empresas do Grupo Anglo, que foram consolidadas na Gráfica e Editora Anglo S.A. Em 30 de novembro de 2010, a Greentree Educacional foi cindida e incorporada naquela data pelas suas subsidiárias, que passaram a ser controladas diretamente da Companhia.

(iii) Em 31 de dezembro de 2010 inclui ágio no montante de R$244.800 mil (2009 – R$13.622 mil), conforme descrito detalhadamente na nota explicativa 13.1.

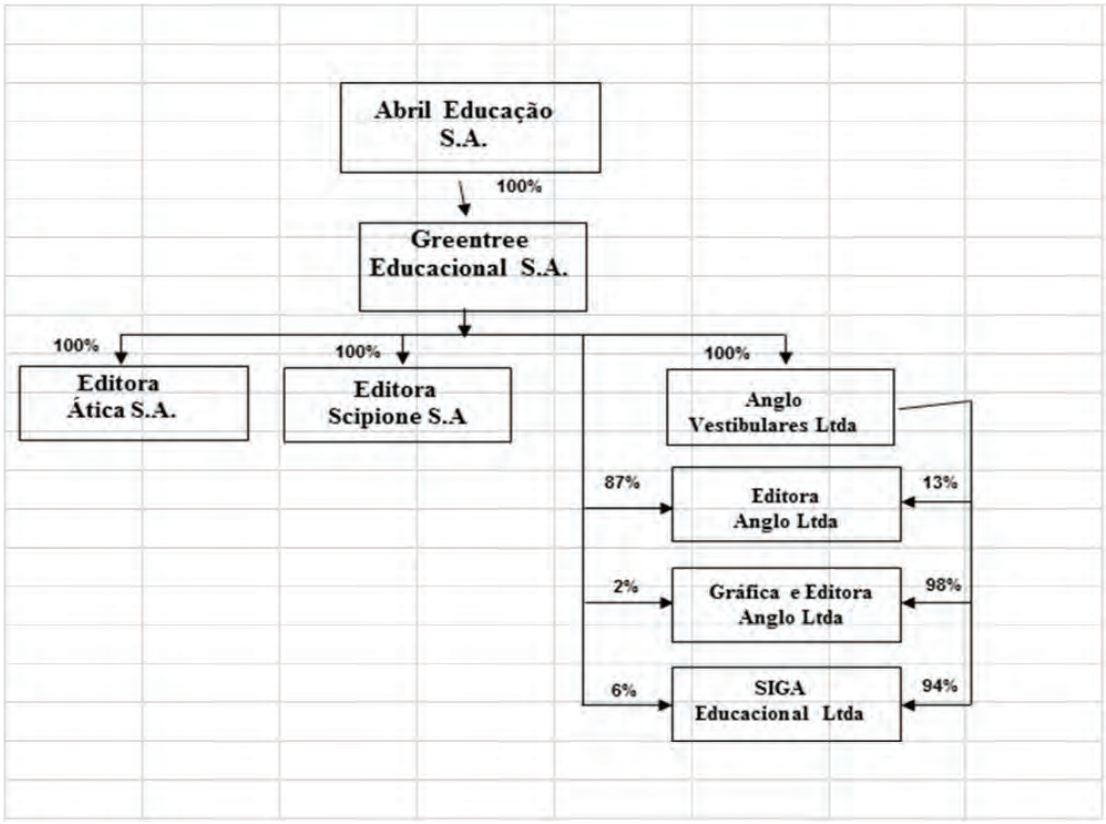
Nome	Negócio	Participação %
Editora Ática S.A.	Editora	100
Editora Scipione S.A.	Editora	100
Gráfica e Editora Anglo S.A.	Sistema de ensino e cursos preparatórios	100

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das controladas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos. As operações da Gráfica e Editora Anglo S.A. correspondem ao período de 06 de julho a 31 de dezembro de 2010:

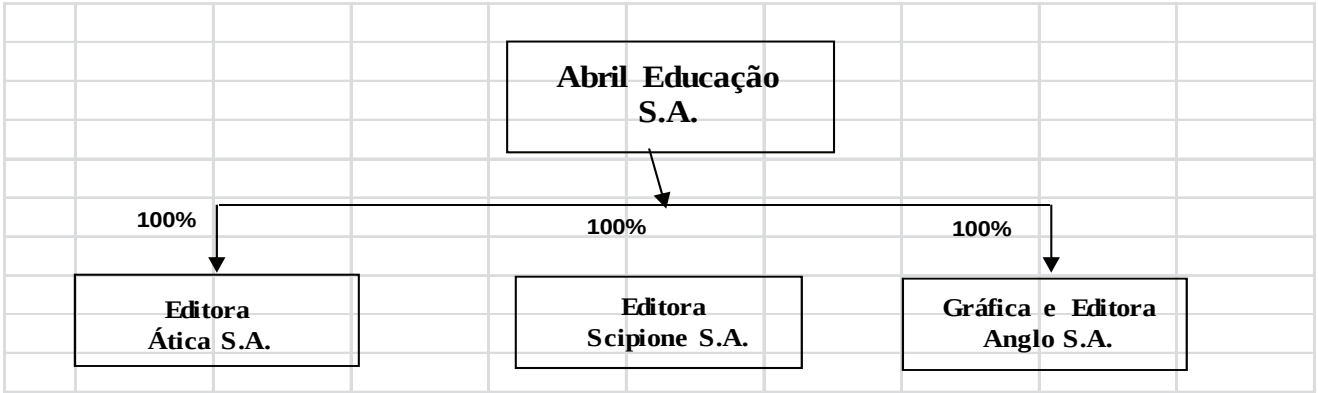
31 de dezembro de 2010	Ativo	Passivo	Resultado
Editora Ática S.A.	234.507	(166.470)	10.777
Editora Scipione S.A.	174.368	(108.560)	25.937
Gráfica e Editora Anglo S.A. (i)	316.946	(597.013)	15.739
31 de dezembro de 2009	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**
Editora Ática S.A.	233.930	(129.243)	30.033
Editora Scipione S.A.	158.040	(68.309)	8.932
1º de janeiro de 2009	**Ativo**	**Passivo**	
Editora Ática S.A.	299.747	(171.446)	
Editora Scipione S.A.	185.988	(105.189)	

(i) Não inclui o resultado da Greentree Educacional S.A. de março a novembro de 2011, conforme detalhado abaixo a Companhia foi incorporada.

Em 6 de julho de 2010, por meio da controlada Greentree Educacional S.A., a Companhia adquiriu 100% das quotas representativas do capital social de cada uma das empresas que formavam o Grupo Anglo: Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. (Anglo Vestibulares – Holding); Gráfica e Editora Anglo Ltda.; SIGA Educacional Ltda.; e Editora Anglo Ltda., conforme a seguir demonstrado:



Em 30 de novembro de 2010 diversos atos societários foram realizados com o propósito de manter as operações do Anglo em uma única entidade Gráfica e Editora Anglo e incorporar a controlada Greentree Educacional, de forma que a Gráfica e Editora Anglo passasse a ser um investimento direto da Companhia.



Abaixo segue um resumo das alterações societárias ocorridas em 30 de novembro de 2010:

a) Elaboração de ato de aumento de capital na Anglo Vestibulares, no qual a Greentree Educacional aportou ações detidas nas empresas Editora Anglo, Gráfica e Editora Anglo e SIGA.

b) Elaboração de ato de incorporação no qual a Anglo Vestibulares incorpora as participações detidas nas empresas Editora Anglo e SIGA.

c) Elaboração de ato de incorporação no qual a Gráfica e Editora Anglo incorpora sua controladora Anglo Vestibulares, mediante a troca de ações. No mesmo ato transforma a Gráfica e Editora Anglo Ltda. em Sociedade Anônima (S.A.)

d) Elaboração de ato de cisão total da Greentree Educacional, no qual as parcelas cindidas são incorporadas por suas subsidiárias mediante a troca de ações.

A realização desses atos societários não gerou qualquer impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia.

13. INTANGÍVEL

13.1 Movimentação

Consolidado

	Ágio	Marcas e patentes	Carteira de clientes	Contrato de não competição	Portifólio de apostilas	Sistemas de computação	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total
Em 1º de janeiro de 2009:								
Custo	13.622 (ii)	5			-	11.268	6.382	31.277
Amortização acumulada						(8.788)		(8.788)
Saldo contábil, líquido	13.622	5	-	-	-	2.480	6.382	22.489
Exercício findo em 31 de dezembro de 2009:								
Saldo inicial	13.622	5				2.480	6.382	22.489
Aquisições/adicões		1				202	2.485	2.688
Baixas						(329)		(329)
Transferências (i)						5.870	(5.722)	148
Amortizações						(1.160)	(51)	(1.211)
Saldo contábil, líquido	13.622	6	-	-	-	7.063	3.094	23.785
Em 31 de dezembro de 2009:								
Custo	13.622	6				16.912	3.094	33.634
Amortização acumulada						(9.849)		(9.849)
Saldo contábil, líquido	13.622	6	-	-	-	7.063	3.094	23.785
Exercício findo em 31 de dezembro de 2010:								
Saldo inicial	13.622	6				7.063	3.094	23.785
Adicões		-				672	1.620	2.292
Aquisição de controlada Anglo (Nota 30)	231.178 (iii)	150.191	248.352	2.436	25.435	-		657.592
Baixas						(4)		(4)
Transferências (i)						3.536	(3.551)	(15)
Amortizações			(6.623)	(609)	(2.312)	(1.764)		(11.308)
Saldo contábil, líquido	244.800	150.197	241.729	1.827	23.123	9.503	1.163	672.342
Em 31 de dezembro de 2010:								
Custo	244.800	150.197	248.352	2.436	25.435	21.053	1.163	693.436
Amortização acumulada			(6.623)	(609)	(2.312)	(11.550)	-	(21.094)
Saldo contábil líquido	244.800	150.197	241.729	1.827	23.123	9.503	1.163	672.342
Taxas anuais de amortização			5%	50%	18%	17%		

(i) Transferência entre contas do intangível e também do ativo imobilizado.
(ii) Editora Ática e Scipione
(iii) Gráfica e Editora Anglo

Do total de amortização dos ativos intangíveis de R$11.308 (2009 – R$1.211), o montante de R$8.934 (2009 – R$0) está registrado na rubrica “despesas com vendas”, sendo o restante registrado como “despesas gerais e administrativas”.

13.2 Testes do ágio para verificação de *impairment*

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UCG), identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue abaixo um resumo da alocação do ágio por nível de segmentos operacional:

	31 de dezembro de2010	31 de dezembro de2009
Abril Educação S.A.		
Editora Ática S.A. (Editoras)	10.310	10.310
Editora Scipione S.A. (Editoras)	3.312	3.312
Gráfica e Editora Anglo S.A. (Anglo)	231.178	
	244.800	**13.622**

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2010 são as que se seguem:

	Editoras	**Anglo**
Margem bruta	57,30%	68,10%
Taxa média de crescimento	5,00%	19,30%
Taxa de desconto	12,64%	12,64%

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2009 são as que se seguem:

	Editoras
Margem bruta	57,15%
Taxa de crescimento	4,31%
Taxa de desconto	9,80%

A administração utilizou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento utilizada esta consistente com as previsões incluídas nos relatórios da Companhia.

A taxa pré-fixada de desconto utilizado corresponde ao CDI na data do encerramento do exercício mais o spread da dívida no valor de 2,00% a.a. em 31 de dezembro de 2010 e 1,25% a.a. em 31 de dezembro de 2009, no qual refletem riscos específicos em relação aos segmentos.

13.3 Marca com vida útil indefinida e teste de *impairment*

Conforme descrito na nota 30, a Companhia adquiriu, por meio de combinação de negócios, a marca Anglo, avaliada e registrada por R$150.191. Conforme análise da administração, suportada por relatório de consultores externos, foi definido que a marca Anglo tem vida útil indefinida. Essa análise está suportada pela presença há mais de 60 anos da marca Anglo na área educacional e pelas projeções de fluxo de caixa e expectativa de investimentos na marca.

A marca foi testada para fins de *impairment* como parte da UGC a qual ela pertence.

14. IMOBILIZADO

a) Movimentação

								Consolidado
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/2009	Adições	Baixas	Aquisições (nota 30)	Depreciações	Transferência (i)	Saldo líquido em 31/12/2010
Terrenos	-	-	-	-	2.402	-	-	2.402
Edifícios	3%	133	-	-	39.447	(1.042)	-	38.538
Instalações	20%	474	20	-	1.262	(204)	12	1.564
Máquinas e equipamentos industriais	27%	36	5	-	4.323	(295)	10	4.079
Móveis e utensílios	10%	469	259	-	228	(117)	16	855
Veículos	20%	1.271	6.189	(147)	2	(930)	-	6.385
Equipamentos de computação	40%	1.038	368	-	125	(686)	101	946
Outras imobilizações	20%	567	250	(1)	1.101	(368)	1.324	2.873
Imobilizações em andamento	-	1.407	490	-	21	-	(1.448)	470
		5.395	7.581	(148)	48.911	(3.642)	15	58.112

	Taxas anuais de depreciação	Consolidado Saldo líquido em 01/01/2009	Adições	Baixas	Depreciações	Transferência (i)	Saldo líquido em 31/12/2009
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios	3%	146	-	-	(13)	-	133
Instalações	20%	628	-	(36)	(118)	-	474
Máquinas e equipamentos industriais	27%	53	-	(4)	(13)	-	36
Móveis e utensílios	10%	309	189	-	(87)	58	469
Veículos	20%	1	1.391	-	(121)	-	1.271
Equipamentos de computação	40%	835	141	(163)	(675)	900	1.038
Outras imobilizações	20%	351	1	-	(241)	456	567
Imobilizações em andamento	-	2.333	642	-	(6)	(1.562)	1.407
		4.656	2.364	(203)	(1.274)	(148)	5.395

(i) Transferência entre contas do imobilizado e também do ativo intangível.

b) Revisão da vida útil estimada

A Companhia, em conjunto com empresa especializada, realizou a revisão da vida útil econômica dos bens do imobilizado e registrou os efeitos desta revisão a partir de 1º de janeiro de 2009.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, consequentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A estimativa da vida útil remanescente dos itens do imobilizado aplicada está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa média anual de depreciação
Instalações	20%
Máquinas e equipamentos industriais	27%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Hardware	40%
Software	15%
Benfeitorias em bens de terceiros	20%

Os ativos do Grupo Anglo foram remensurados a valor justo, no montante de R$48.911, quando pela aquisição da Companhia (nota 30). Para os demais itens de ativo imobilizado os valores registrados aproximam-se do que seria o seu custo atribuído "*deemed cost*". Adicionalmente não existem itens relevantes temporariamente ociosos ou totalmente depreciados que ainda estejam em operação.

15. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	Controladora	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Fornecedores	977	35.699	26.279	76.121
Salários e encargos sociais	898	42.697	20.771	19.867
Recebimentos antecipados de clientes	-	4.184	12	12
Direitos autorais a pagar	-	16.334	10.775	11.419
Credores por devoluções	-	1.258	-	-
Outras contas a pagar	-	1.761	499	210
	1.875	**101.933**	**58.336**	**107.629**

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		01 de janeiro de 2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures colocadas (em moeda nacional)	6.038	264.750	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos:						
Em moeda nacional:						
BNDES - FINAME	8.713	23.743	9.213	16.521	7.574	20.428
Empréstimos bancários	2.727	76.313	49.899	28.070	39.978	72.179
Total dos empréstimos e financiamentos	11.440	100.056	59.113	44.591	47.552	92.607
	17.478	**364.806**	**59.113**	**44.591**	**47.552**	**92.607**

16.1. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de dezembro de 2010, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	R$	% sobre total
2012	75.749	9,56%
2013	99.864	33,66%
2014	95.589	29,38%
2015	93.606	27,40%
	364.806	**100,00%**

16.2. Debêntures

Em 25 de outubro de 2010, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da Gráfica e Editora Anglo S.A. (antiga Greentree Educacional S.A.), em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversíveis em ações, no valor total de R$264.750 e 1.059 quantidades, com o valor unitário de R$250. Os recursos obtidos por meio da emissão serão destinados a investimentos da Companhia. As debêntures têm prazo de vigência de 5 (cinco) anos e vencerão até 25 de outubro de 2015. A amortização do principal será realizada em 4 (quatro) parcelas anuais a partir de outubro de 2012, com remuneração de CDI + 2% ao ano, pagos semestralmente a partir de abril de 2011.

16.3. Moeda nacional

Os empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2010 estão assim representados:

BNDES – FINAME

As controladas Editora Ática S.A. e Editora Scipione S.A. dispõem de uma linha de crédito junto ao BNDES (FINAME) para incremento e financiamento da produção de livros didáticos. Os encargos variam entre 3,70% e 7,39% a.a., além da TJLP. O principal dos empréstimos tem prazos de vencimento entre vinte e quatro e quarenta e oito meses, com carência de seis meses a um ano para pagamento da primeira parcela, sendo que nesse período as amortizações dos juros serão trimestrais.

Empréstimos bancários – Cédula de crédito

Este empréstimo foi obtido para a constituição da extinta empresa Mogno Corporation com amortização prevista em dez parcelas semestrais, sendo o início em 1º de março de 2005 e vencimento final em 1º de setembro de 2009, com juros de Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais 3% ao ano a serem pagos semestralmente. As garantias desse empréstimo são as próprias ações da Editora Ática S.A. e seus ativos (corpóreos, incorpóreos e direitos).

Em 30 de agosto de 2007, as controladas Editora Ática S.A e Editora Scipione S.A. renegociaram a cédula de crédito e dentre as condições negociadas, foi alterado o cronograma de pagamentos sendo que será amortizado em 9 parcelas com dois vencimentos anuais, sempre nos meses de janeiro e março de cada ano, iniciando-se em 28 de janeiro de 2008 e o vencimento final em 28 de janeiro de 2012, com juros de CDI mais 1,5% ao ano a serem pagos com as parcelas do principal. Após nova renegociação, as parcelas passaram a ter vencimento inicial em abril de 2013 e final em outubro de 2015, com juros de CDI mais 2,0% ao ano, a serem pagos semestralmente.

Este contrato de empréstimo contém cláusulas restritivas à observância de certos indicadores financeiros; a pagamentos antecipados mediante a venda de ativos; bem como restrições a distribuição de dividendos e outras operações com partes relacionadas ou participação em outras Companhias. Em 31 de dezembro de 2010, as controladas Editora Ática S.A. e Editora Scipione S.A. cumpriram com todos os requisitos vigentes.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2010		31 de dezembro de 2009		01 de janeiro de 2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
REFIS e PAES (17.1)	4	10.751	-	11.888	-	-
Parcelamentos	-	-	67	-	380	63
Outros impostos e contribuições (17.2)	2.031	-	721	-	674	-
	2.035	**10.751**	**788**	**11.888**	**1.054**	**63**

17.1. REFIS e PAES

Em novembro de 2009 a Companhia e suas controladas aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

a) Resumo da adesão ao REFIS em 2009:

Natureza do tributo	Principal	Multas	Juros	Ganho financeiro	Total
COFINS	152	114	179	(154)	291
PIS	25	33	39	(34)	63
CSLL	1.488	1.116	1.948	(1.558)	2.994
INSS	152	92	167	(109)	302
IRPJ	4.132	3.099	5.336	(4.329)	8.238
	5.949	**4.454**	**7.669**	**(6.184)**	**11.888**

b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Consolidado
Adições ao REFIS IV	10.403
Resultado financeiro com a adesão ao REFIS IV	1.485
Saldo a pagar em 31/12/2009	**11.888**
Pagamentos de janeiro a dezembro de 2010	(2.213)
Juros de janeiro a dezembro de 2010	1.080
Saldo a pagar em 31/12/2010	**10.755**
REFIS IV	10.755
Circulante	4
Não circulante	10.751

c) Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia e suas controladas obrigam-se ao pagamento das parcelas sem atraso, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. De acordo com a Lei 11.941/09, não foram dadas garantias para ingresso a esse programa.

d) O parcelamento foi efetuado em 60 meses, sendo que os pagamentos estão sendo efetuados nos prazos de vencimento, em espécie, uma vez que não estão sendo efetuados pagamentos via utilização de prejuízos fiscais. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC.

17.2. Outros impostos e contribuições

	Circulante		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
COFINS	538	39	26
PIS	117	8	6
Outros	1.376	674	642
	2.031	**721**	**674**

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

	Consolidado		
Processos	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Tributários	8.466	3.091	2.947
Trabalhistas	2.297	3.381	3.343
Cíveis	1.975	1.975	3.128
	12.738	**8.447**	**9.418**

b) Movimentação:

Descrição	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009	2.946	3.344	3.128	9.418
Atualização monetária e juros	145	-	-	145
Constituição de provisão	-	704	-	704
Baixa de provisão				
- Por pagamento	-	(133)	-	(133)
- Por reversão	-	(639)	(1.153)	(1.792)
Depósitos judiciais	-	105	-	105
Saldo em 31 de dezembro de 2009	3.091	3.381	1.975	8.447
Atualização monetária e juros	153	28	-	181
Adição por aquisição do Anglo	1.291	-	-	1.291
Constituição de provisão	3.931	523	-	4.454
Baixa de provisão				
- Por pagamento	-	(992)	-	(992)
- Por reversão	-	(243)	-	(243)
Depósitos judiciais	-	(400)	-	(400)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**8.466**	**2.297**	**1.975**	**12.738**

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e posteriormente atualizada monetariamente, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações de natureza trabalhista, principalmente devido a demissões decorrentes do curso normal de seus negócios. Os pedidos mais frequentes referem-se a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extras, encargos sociais, dentre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

Processos cíveis

A Companhia e suas controladas respondem a ações de natureza cível em diversos níveis judiciais. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

Processos tributários

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária que a Administração, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, efetua provisão para contingências relativa a esses processos. Não há nenhuma ação individual de valor relevante que necessite divulgação específica.

18.1. Os saldos de depósitos judiciais apresentados como redutores da provisão para contingências são como seguem:

	Não circulante		
Processos	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Tributários	1.149	1.149	1.150
Trabalhistas	941	541	646
	2.090	**1.691**	**1.796**

18.2. Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Processos	Não circulante		
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Tributários	2.170	714	782
Trabalhistas	746	897	557
Cíveis	398	16	81
	3.314	**1.627**	**1.419**

18.3. Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial, classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas, são como seguem:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Contingências cíveis	4.482	-	335
Contingências tributárias	23.144	6.980	6.780
	27.626	**6.980**	**7.115**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

19.1. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias são como segue:

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2009	Debitado/ (creditado) ao resultado	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)			
Provisão para contingências	2.005	(233)	1.772
Provisão para baixa estoque de produtos acabados	-	1.910	1.910
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	966	(80)	2.542
Impostos com exigibilidade suspensa	953	807	1.760
Depreciação revisão da vida útil	-	49	49
Prejuízos fiscais e base negativa	503	(503)	-
Adição por aquisição	-	-	9.659
Ágio dedutível fiscalmente	-	-	157.275
Valor justo de contingências possíveis	-	-	639
Ágio investimentos	(4.631)	-	(4.631)
Valor justo de ativo imobilizado	-	350	(13.062)
Valor justo de ativo intangível	-	3.245	(141.257)
Outras diferenças temporárias	211	77	1.035
	7	**5.622**	**17.691**
Apresentação no balanço patrimonial			
Ativo não circulante	4.817	5.600	22.479
Passivo não circulante	(4.810)	22	(4.788)
	7	**5.622**	**17.691**

	Consolidado	
	31 de dezembro	
	2010	2009
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos a serem recuperados:		
. depois de 12 meses	20.948	3.915
. em até 12 meses	1.531	902
	22.479	**4.817**
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos a serem recuperados:		
. depois de 12 meses	(4.788)	(4.810)
. em até 12 meses	-	-
	(4.788)	**(4.810)**

A controladora Abril Educação S.A. apresenta, em 31 de dezembro de 2010, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no valor de R$30.195 (2009 – R$31.712), para os quais não foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos, por não haver expectativa de realização na Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a controlada Editora Scipione S.A. compensou a totalidade de seus saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, que eram, em 31 de dezembro de 2009, de R$1.318 e R$1.701, respectivamente.

As demais controladas não apresentam saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Dessa forma, considerando que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre diferenças temporárias, a realização desses saldos depende da realização dessas diferenças. No caso específico do ágio dedutível fiscalmente, a expectativa é de realização em até 10 anos.

20. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

As controladas da Companhia são patrocinadoras da entidade de previdência privada denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada ("Abrilprev") a partir de dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. O plano é opcional a todos os empregados das patrocinadoras. A Abrilprev opera segundo plano de contribuição definida e o principal regime atuarial utilizado na determinação do nível de contribuição é o da capitalização. O custo do plano, cujo ônus é assumido pelos funcionários e pelas empresas patrocinadoras, é determinado anualmente em função de cálculo atuarial procedido por profissional habilitado e é expresso em percentual fixo a ser aplicado sobre a folha de pagamento das patrocinadoras. A concessão de complementação de aposentadoria está vinculada ao tempo de serviço prestado às patrocinadoras, tempo de contribuição à Previdência Social, a uma idade mínima definida e à interrupção do vínculo empregatício. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas efetuaram contribuições à Abrilprev no montante de R$1.052 (R$848 em 31 de dezembro de 2009). A contribuição devida pela patrocinadora é de 2,6849% em 2010 (2,6960% em 2009) sobre a folha de pagamento dos empregados participantes do plano. A situação do plano da Abrilprev em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	2010	2009
Reservas matemáticas	455.643	404.487
Fundos	9.090	7.045
Outros exigíveis	1.259	993
Total de passivos	465.992	412.525
(-) Total dos ativos	(465.992)	(412.525)

21. CAPITAL SOCIAL

O capital social em 31 de dezembro de 2009 era de R$160.084, dividido em 157.329.572 ações ordinárias e 157.329.572 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 27 de julho de 2010 houve um aumento de capital no montante de R$100.000 e em 11 de agosto de 2010 houve outro aumento de capital no montante de R$85.314, elevando o montante do capital social para R$345.398, dividido em 169.683.477 ações ordinárias e 169.683.477 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral, e as ações preferenciais não dão direito a voto nas deliberações, exceto conforme disposto na legislação aplicável.

22. RESERVAS

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Reservas de capital	141.482	522	522
Outras reservas			
Reserva legal	5.512	4.791	2.844
Reserva de retenção de lucros	46.043	36.795	50.388
	51.555	41.586	53.232
	193.037	**42.108**	**53.754**

22.1. Reservas de capital

Em 11 de agosto de 2010 houve um aporte no valor de R$226.274, dos quais R$85.314 foi alocado como aumento de capital e o valor remanescente de R$140.960 foi alocado como reserva de capital.

As reservas de capital somente poderão ser utilizadas para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações ou incorporação ao capital social.

22.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

22.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

22.3. Dividendos propostos

Os estatutos da Companhia prevêem que os acionistas terão direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da quota destinada à constituição de reserva legal.

	2010	2009
Resultado do exercício	14.417	38.940
Constituição de reserva legal	(721)	(1.947)
Saldo a distribuir	13.696	36.993
Dividendos mínimos propostos (25%)	(3.424)	(9.248)
Dividendos adicionais propostos	(10.272)	
Retenção do resultado do exercício	-	27.745

22.4. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas pela Companhia, como segue:

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	14.417	38.940
Total de ações da Companhia (milhares)	324.954	314.659
Lucro por ação - R$	**0,0444**	**0,1238**

(b) Diluído

O lucro por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não tem ações potenciais diluídas (por exemplo: dívida conversível e opções de compras de ações), portanto o lucro por ação diluído é o mesmo que o lucro por ação básico.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas.

As informações por segmento de negócios correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são as seguintes:

(a) **Editoras Ática e Scipione:** São as principais marcas de livros escolares reconhecidas pelos professores, tendo recebido por 3 anos consecutivos o prêmio Top Educação. Além disso, são nacionalmente reconhecidas pela excelência de seu corpo de autores e equipes editoriais, que já foram agraciados com diversos prêmios Jabuti, entre outros. As operações do SER sistema de ensino que dispõe de materiais didáticos elaborados por renomados autores, atualmente estão sendo conduzidos nas operações da Editora Ática.

(b) **Anglo:** Tem como principal atividade a prestação de serviços educacionais através da venda de sistemas de ensino para escolas associadas e a condução de cursos preparatórios pré-vestibulares e para concursos públicos.

(c) **Outros:** Englobam a Companhia controladora Abril Educação S.A e Greentree Educacional S.A., incorporada em 2010.

					2010
	(a) Editoras	(b) Anglo	(c) Outras	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	444.431	67.743	-	-	512.174
Custos dos produtos e serviços	(205.911)	(25.628)	-	-	(231.539)
Lucro bruto	**238.520**	**42.115**	**-**	**-**	**280.635**
Despesas com vendas	(136.664)	(13.728)	(19)	(8.935)	(159.346)
Despesas gerais e administrativas	(41.024)	(7.603)	(6.310)	(1.638)	(56.575)
Outras receitas (despesas), líquidas	509	(883)	(4.194)	1.838	(2.730)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	6.574	(6.574)	-
Lucro operacional	**61.341**	**19.901**	**(3.949)**	**(15.309)**	**61.984**
Receitas financeiras	7.986	7.117	10.474	(2.371)	23.206
Despesas financeiras	(16.500)	(6.266)	(31.661)	2.371	(52.056)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**52.827**	**20.752**	**(25.136)**	**(15.309)**	**33.134**
Imposto de renda e contribuição social	(16.113)	(5.012)	2.408	-	(18.717)
Lucro líquido do exercício	**36.714**	**15.740**	**(22.728)**	**(15.309)**	**14.417**
Atribuído à					
Acionistas da Companhia	36.714	15.740	(22.728)	(15.309)	14.417
Informações sobre fluxos de caixa					
Das atividades operacionais	(23.425)	17.924	(3.005)	1.219	(7.287)
Das atividades de investimentos	60.754	(1.693)	(451.436)	(8.386)	(400.761)
Das atividades de financiamento	(45.230)	5.575	612.284	29.345	601.974
	(7.901)	21.806	157.843	22.178	193.926
Informações adicionais					
Total do ativo	393.481	316.946	560.516	69.777	1.340.720
Total do passivo	259.637	597.013	11.809	(76.446)	792.013
Aquisições de imobilizado e intangível	8.966	245	662		9.873
Depreciações e amortizações	3.829	11.121	-	-	14.950

	2009				
	(a)	(b)	(c)		
	Editoras	Anglo	Outras	Eliminação	Consolidado
Receita líquida (i)	366.063	-	-	(91)	365.972
Custos dos produtos e serviços	(157.072)	-	-	91	(156.981)
Lucro bruto	**208.991**	**-**	**-**	**-**	**208.991**
Despesas com vendas	(111.463)	-	-	-	(111.463)
Despesas gerais e administrativas	(27.470)	-	(46)	-	(27.516)
Outras receitas (despesas), líquidas	(228)	-	-	-	(228)
Resultado decorrente da adesão ao REFIS	(11.888)	-	-	-	(11.888)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	38.964	(38.964)	-
Lucro operacional	**57.942**	**-**	**38.918**	**(38.964)**	**57.896**
Receitas financeiras	18.338	-	40	(16)	18.362
Despesas financeiras	(13.578)	-	(18)	14	(13.582)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**62.702**	**-**	**38.940**	**(38.966)**	**62.676**
Imposto de renda e contribuição social	(23.736)	-	-	-	(23.736)
Lucro líquido do exercício	**38.966**	**-**	**38.940**	**(38.966)**	**38.940**
Atribuído à					
Acionistas da Companhia	(23.736)	-	-	-	(23.736)
Informações sobre fluxos de caixa					
Das atividades operacionais	2.334	-	(85)	-	2.249
Das atividades de investimentos	33.528	-	54.683	(55.000)	33.211
Das atividades de financiamento	(85.828)	-	(53.950)	55.000	(84.778)
	(49.966)	-	648	-	(49.318)
Informações adicionais					
Total do ativo	391.970	-	216.071	(201.593)	406.448
Total do passivo	197.551	-	13.879	(7.174)	204.256
Aquisições de imobilizado e intangível	5.052	-	-	-	5.052
Depreciações e amortizações	2.485	-	-	-	2.485

(i) Inclui: R$91 de vendas da subsidiária Editora Scipione S.A. para a Companhia.

24. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2010	2009
Vendas brutas de produtos e serviços	516.119	366.050
Impostos sobre vendas	(3.945)	(78)
Receita líquida	**512.174**	**365.972**

25. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	Controladora	
	Administrativas	
	2010	2009
Despesas com pessoal	(897)	-
Serviços de terceiros	(2.719)	(39)
Outras receitas (despesas)	(6)	(7)
	(3.622)	**(46)**

	Consolidado			
	2010			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(671)	(9.743)	(4.535)	(14.949)
Despesas com pessoal	(18.879)	(45.257)	(22.035)	(86.171)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(144.480)	(318)	(103)	(144.901)
Amortização do investimento editorial	(25.649)	-	-	(25.649)
Vendas diretas	(13)	-	-	(13)
Impressões	(154)	-	-	(154)
Serviços de terceiros	(35.181)	(17.068)	(24.453)	(76.702)
Fretes	(6.543)	(480)	(21)	(7.044)
Manutenção e reparos	(127)	(2.109)	(2.808)	(5.044)
Direitos autorais	(117)	(41.709)	-	(41.826)
Comissões	-	(2.600)	4.192	1.592
Mídia	-	(3.057)	-	(3.057)
Eventos e seminários	-	(4.032)	-	(4.032)
Promoções	(5)	(3.448)	(71)	(3.524)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(291)	-	(291)
Aluguel	(1.075)	(9.164)	(1.352)	(11.591)
Outras receitas (despesas)	1.355	(20.070)	(5.389)	(24.104)
	(231.539)	**(159.346)**	**(56.575)**	**(447.460)**

O montante registrado de despesa com pessoal inclui além dos salários, encargos previdenciários.

O montante relativo a custos dos produtos e dos serviços vendidos foram aqui apresentados nas rubricas de matéria-prima, materiais de uso e consumo, vendas diretas, serviços de terceiros, fretes e outras despesas.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, matéria-prima e materiais de uso e consumo e em outras receitas (despesas).

	Consolidado			
	2009			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(120)	(424)	(1.941)	(2.485)
Despesas com pessoal	(4.744)	(34.534)	(7.510)	(46.788)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(94.802)	(269)	-	(95.071)
Amortização do investimento editorial	(25.356)	-	-	(25.356)
Impressões	(146)	-	-	(146)
Serviços de terceiros	(27.386)	(11.099)	(13.434)	(51.919)
Fretes	(4.857)	(469)	(11)	(5.337)
Manutenção e reparos	(65)	-	(827)	(892)
Direitos autorais	-	(28.859)	-	(28.859)
Comissões	-	(547)	-	(547)
Mídia	-	(2.254)	-	(2.254)
Eventos e seminários	-	(1.803)	-	(1.803)
Promoções	-	(2.978)	-	(2.978)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(714)	-	(714)
Aluguel	-	-	(989)	(989)
Outras receitas (despesas)	495	(27.513)	(2.804)	(29.822)
	(156.981)	**(111.463)**	**(27.516)**	**(295.960)**

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Controladora	Consolidado	
	2010	2010	2009
Perda na venda de imobilizado	-	(1)	(41)
Recuperação de despesas	-	174	-
Aluguéis	-	309	32
Sucatas	-	8	-
Multas fiscais e contratuais	-	(107)	(169)
Doações	-	(410)	(74)
Custos de aquisição de subsidiária	-	(4.192)	-
Perda (ganho) líquido de capital em controladas	1.218	(1)	-
Outros	-	1.490	24
	1.218	**(2.730)**	**(228)**

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas:				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	5.976	28	17.081	5.664
Ganhos cambiais	-	-	6	-
Mútuos	2.019	-	-	-
Descontos obtidos	-	-	70	224
Juros ativos (i)	3	12	5.401	12.474
Variações monetárias	-	-	370	-
Outros	-	-	278	-
	7.998	**40**	**23.206**	**18.362**
Despesas:				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	-	-	(27.993)	(10.815)
Perdas cambiais	2	-	(18)	94
Mútuos	-	(15)	-	(19)
Impostos	(159)	(2)	(1.920)	(48)
Encargos sobre parcelamentos tributários	-	-	(1.122)	116
Descontos concedidos	-	-	(85)	6
Juros de outros passivos (ii)	(1)	(1)	(18.249)	(2.909)
Outros	-	-	(2.669)	(7)
	(158)	**(18)**	**(52.056)**	**(13.582)**
Resultado financeiro, líquido	**7.840**	**22**	**(28.850)**	**4.780**

(i) Referem-se principalmente, a juros pagos por clientes pelo atraso no pagamento de faturas.
(ii) Referem-se principalmente a juros sobre contas a pagar por aquisição de participação societária.

28. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

28.1. Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 compõem-se de:

	Controladora	Consolidado	
	2010	2010	2009
Imposto de renda e contribuição social constituídos no exercício	(1.187)	(24.339)	(8.000)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	3.594	5.622	(15.736)
	2.407	**(18.717)**	**(23.736)**

28.2. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	12.010	38.940	33.134	62.676
Alíquotas oficiais de imposto de renda e contribuição social	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(4.083)	(13.240)	(11.266)	(21.310)
Equivalência patrimonial	2.235	13.248		
Diferenças temporárias, sem constituição do imposto de renda diferido	3.309		(1.374)	
Diferenças permanentes	414		1.377	(422)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativas anos anteriores	515		516	1.915
Imposto de renda e contribuição social não utilizados sobre prejuízos fiscais de empresa incorporada			(10.775)	.
Benefícios fiscais			773	760
Efeito de imposto de renda e contribuição social pela adesão ao REFIS IV				(4.671)
Outros	17	(8)	2.032	(8)
Total do imposto de renda e contribuição social	**2.407**	**-**	**(18.717)**	**(23.736)**

29. CAIXA GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) OPERAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido do exercício	14.417	38.940	14.417	38.940
Ajustes de:				
Depreciações e amortizações	-	-	14.949	2.485
Equivalência patrimonial	(6.574)	(38.965)	-	-
Perdas na alienação do imobilizado e intangível	-	-	152	532
Ganhos com investimentos	(1.219)	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	993	(838)
Realização de imposto de renda diferido	(3.595)	-	(5.622)	15.736
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	291	714
Resultado decorrente da adesão ao REFIS IV	-	-	-	(6.184)
Juros e variação cambial, líquida	(2.267)	13	39.214	6.218
Variação no capital circulante				
Contas a receber de clientes	(365)	-	(44.998)	(5.050)
Estoques	-	-	(33.215)	7.334
Impostos a recuperar	(946)	(15)	10.314	(15.376)
Adiantamentos e despesas antecipadas	-	-	(1.017)	(366)
Depósitos judiciais	-	-	(1.483)	(208)
Fornecedores e demais contas a pagar	1.875	-	13.390	(49.293)
Impostos e contribuições a pagar	-	-	(2.890)	11.956
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	(9.883)	(2.788)
Provisão para contingências	-	-	127	(133)
	1.326	**(27)**	**(5.261)**	**3.679**

30. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Conforme mencionado na nota 12, em 6 de julho de 2010, por meio da controlada Greentree Educacional S.A. (Greentree Educacional), a Companhia adquiriu 100% das quotas representativas do capital social de cada uma das empresas que formavam o Grupo Anglo: Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. (Anglo Vestibulares); Gráfica e Editora Anglo Ltda.; SIGA Educacional Ltda.; e Editora Anglo Ltda.

A Companhia recebeu, em 10 de setembro de 2010, a titularidade de todas as quotas das empresas que formavam o Grupo Anglo. Porém, já a partir de 6 de julho de 2010, data em que foi assinado o contrato de compra e venda, a Companhia passou a ter controle da diretoria das empresas e a tomar as suas principais decisões operacionais e financeiras. Por esse motivo, os resultados do Grupo Anglo passaram a ser consolidados na Companhia a partir da assinatura do contrato.

Como resultado da aquisição, espera-se que a Companhia aumente sua presença nos mercado de educação, em especial no ramo de sistema de ensino. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala.

O ágio contábil de R$231.178 que surge da aquisição é atribuível à lucratividade futura e às economias de escala esperadas da combinação das operações da Companhia e do Anglo. A administração estima que o ágio no valor de R$693.751 seja dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga aos ex-proprietários do Anglo e os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição, bem como o valor justo na data da aquisição do Anglo.

Posição em 6 de julho de 2010:	**Saldos Contábeis**	**Ajustes de Valor Justo**	**Valores Justos**
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:			
Caixa e equivalentes de caixa	22.178		22.178
Ativo imobilizado	9.464	39.447	48.911
Ativo Intangível - carteira de clientes		248.352	248.352
Ativo Intangivel - portofólio de apostilas		25.435	25.435
Ativo Intangivel - cláusula de não competição		2.436	2.436
Ativo Intangivel - marca	1.408	148.783	150.191
Contas a receber de clientes	10.819		10.819
Estoques	11.104		11.104
Outros ativos	10.279		10.279
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	9.659	157.275	166.934
Fornecedores	(3.097)		(3.097)
Salários e encargos sociais	(13.747)		(13.747)
Outros passivos	(15.069)		(15.069)
Provisão para contingências	(3.339)		(3.339)
Passivos contingentes		(1.879)	(1.879)
Provisão imposto de renda e contribuição social	(15.981)		(15.981)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		(157.275)	(157.275)
Total de ativos líquidos identificáveis	23.678	462.574	486.252
Ágio			231.178
Total do custo de aquisição			717.430
Valor a pagar a prazo na aquisição (i)			249.704
Valor pago em 2010 (ii)			467.726
Caixa adquirido			(22.178)
Valor de aquisição, liquido do caixa adquirido			445.548

O ajuste no valor justo dos ativos intangíveis identificáveis adquiridos de R$425.006 (incluindo marca, carteiras de clientes, portfólio de apostilas e cláusula de não competição) e do ativo imobilizado de R$39.447 são definitivos.

Um passivo contingente de R$1.879 foi reconhecido para eventuais questionamentos de procedimentos fiscais adotados no passado pela adquirida. Em 31 de dezembro de 2010, não houve mudanças no valor reconhecido, uma vez que não houve qualquer mudança nos resultados ou premissas usados para desenvolver as estimativas.

A receita liquida incluída na demonstração consolidada do resultado desde 7 de julho de 2010 inclui o valor de receitas líquidas gerada pelo Anglo de R$67.743. O Anglo também contribuiu com um lucro de R$15.739 no mesmo período.

(i) O valor a pagar na data de aquisição, no montante de R$249.704, foi atualizado monetariamente para R$262.953 em 31 de dezembro de 2010, dos quais R$65.738 foram registrados no passivo circulante e R$197.215, no passivo não circulante, sob a rubrica “contas a pagar por aquisição de participação societária”.

(ii) O valor pago corresponde ao aporte de capital no montante de R$200.000 na subsidiária Greentree, que para viabilizar a operação captou de R$264.750 por meio de emissão de 1.059 debêntures não conversíveis em ações, esta operação resultou no pagamento total de R$467.726 aos antigos proprietários da Gráfica e Editora Anglo S.A. Após esta operação a subsidiária Greentree foi incorporada pela própria Gráfica e Editora Anglo S.A.

Em conjunto com o processo de aquisição, a administração da Companhia avaliou os contratos relativos à aquisição de suas controladas e não identificou nenhum derivativo embutido em tais contratos.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

31.1. Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, estão sumariados a seguir:

	Controladora				
	31 de dezembro de 2010				
			Circulante	Não circulante	
Partes relacionadas	Contas a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar	Empréstimos e outros créditos concedidos	Receitas (despesas) financeiras, líquidas
Abril S.A.	-	-	4	-	-
Abrilpar Participações S.A.	1	-	-	-	-
Ativic S.A.	-	-	29	-	-
Editora Abril S.A.	-	-	55	-	-
Editora Ática S.A. (i)	-	2.560	45	29.209	959
Editora Scipione S.A. (i)	-	1.860	-	15.731	641
Gráfica e Editora Anglo S.A. (i)	-	-	-	27.085	-
	1	**4.420**	**133**	**72.025**	**1.600**

	Controladora	
	31 de dezembro de 2009	
Partes relacionadas	Dividendos a receber	Receitas (despesas) financeiras, líquidas
Editora Ática S.A. (i)	7.133	(15)
	7.133	(15)

	Controladora	
	01 de janeiro de 2009	
	Não circulante	
Partes relacionadas	Dividendos a receber	Empréstimos e outros créditos obtidos
Abril S.A. (ii)	-	50
Editora Ática S.A. (i)	8.486	312
	8.486	362

(i) Sobre os empréstimos concedidos e obtidos por meio de contratos de mútuo com partes relacionadas incidem juros de CDI mais 1,25% ao ano.

(ii) Valor referente a adiantamento para futuro aumento de capital.

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010		
		Circulante	
Partes relacionadas	Contas a receber	Contas a pagar	Vendas (gastos), líquidos
Abril S.A.	-	4	-
Abrilpar Participações S.A.	1	-	-
Ativic S.A.	-	29	-
Canais Abril de Televisão Ltda.	-	-	(1)
Dinap S.A. - Distribuidora Nacional de Publicações	19	-	-
Editora Abril S.A.	20	4.369	(12.169)
Editora Caras S.A.	-	-	(1)
Editora Novo Continente S.A.	-	1	(2)
Fundação Victor Civita	-	-	(466)
Treelog S.A.- Logística e Distribuição	-	54	(826)
	40	**4.457**	**(13.465)**

	Consolidado				
	31 de dezembro de 2009				
		Circulante	Não Circulante		
Partes relacionadas	Contas a receber	Contas a pagar	Emprestimos e outros créditos concedidos	Vendas (gastos), líquidos	Receitas (despesas) financeiras, líquidas
Editora Abril S.A.	-	7.725	67.597	(24.828)	8.421
Abril S.A.	-	-	13.299	-	2.620
Canais Abril de Televisão Ltda	-	-	-	(14)	-
Dinap S.A - Distribuidora Nacional de Publicações	44	-	-	-	-
Treelog S.A.- Logística e Distribuição	2	94	-	(700)	-
Fundação Victor Civita	-	67	-	(627)	-
Outros	-	-	-	(11)	-
	46	**7.886**	**80.896**	**(26.180)**	**11.041**

	Consolidado			
	01 de janeiro de 2009			
	Circulante		Não Circulante	
Partes relacionadas	Contas a receber	Contas a pagar	Emprestimos e outros créditos concedidos	Emprestimos e outros créditos obtidos (ii)
Editora Abril S.A. (i)	-	3.496	88.073	-
Abril S.A. (i)	-	-	35.764	50
Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações	-	123	-	-
Treelog S.A.- Logística e Distribuição	-	28	-	-
Fundação Victor Civita	18	4	-	-
Outros	-	-	-	-
	18	**3.651**	**123.837**	**50**

(i) Essas contas a receber de longo prazo, são atualizadas com juros de CDI mais 1,25% ao ano.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas por valores e prazos usuais de mercado.

A Abrilpar Participações S.A. é a controladora direta da Companhia e a sua última controladora é Ativic S.A. Editora Ática S.A., Editora Scipione S.A. e Gráfica e Editora Anglo S.A. são controladas da Companhia. As demais partes relacionadas são empresas controladas pela Ativic S.A.

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia celebrou um contrato de consultoria com a empresa Via-W Consultoria Ltda., relativo à prestação de serviços de consultoria para redução de custos de telecomunicações. Os serviços foram realizados de setembro de 2010 a março de 2011, quando então foi realizado o pagamento do total dos serviços prestados, no valor de R$2.200. O Diretor Presidente da Companhia é acionista detentor de 28% do capital social da Via-W Consultoria Ltda. O contrato de consultoria já não está mais em vigor.

31.2. Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal chave da administração inclui o presidente e os diretores da Companhia e suas controladas. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2010	2009
Salários e encargos	1.861	812
Honorários da diretoria	1.044	497
Participação nos lucros	2.743	996
	5.648	**2.305**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia não efetuou pagamento de valores a seus administradores a qualquer título, além da remuneração salarial e participação no lucro (nota 2.18 (ii)).

32. SEGUROS

A política da controladora Abrilpar Participações S.A. é a de manter cobertura de seguros para empresas do grupo por meio de apólice coletiva em montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, alagamentos, quebras de máquinas, bens e mercadorias próprias e de terceiros, acidentes de trabalho e danos ambientais.

Para todas as nossas unidades de escritórios, escolas e armazéns, são contratadas apólice de Seguro Patrimonial, estando em vigor e contando com as principais coberturas para eventos de incêndio, raios, explosões, vendavais, quebras de máquinas, danos elétricos, derrame de água e roubo. O limite máximo de indenização para esta apólice de seguro soma o montante de R$602.000, devendo sempre serem observados os sub-limites por localidade e cobertura.

Adicionalmente, temos também contratadas e em vigor as seguintes apólices de seguros:

- Responsabilidade Civil Geral — R$10.000
  (danos causados perante terceiros)

- D&O (directors & officers) — R$40.000
  (ações contra os executivos e membros do Conselho de Administração)

- Frotas:
  Cobertura de casco (290 veículos) — Tabela FIPE
  Danos morais e corporais — R$100
  Danos materiais — R$50

- Transportes Nacionais, que suportam toda movimentação de papel e produtos acabados realizados em território nacional.

- Transportes Importação, que suporta todo processo de importação de papel.

Todas as apólices de seguros foram contratadas com companhias de seguros do mercado brasileiro de 1ª linha.

33. PLANO DE SAÚDE ABRIL

As controladas da Companhia participam do Plano de Saúde Abril, o qual foi criado para garantir a assistência médica e hospitalar aos funcionários e dependentes das empresas Abril. Assim, as empresas e funcionários possuem a responsabilidade pela contribuição mensal à Associação Abril de Benefícios, empresa gestora do plano. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 a Companhia e suas controladas efetuaram contribuições no montante R$3.083 (R$2.719 em 2009)**.**

34. ADOÇÃO DO IFRS E CPCs PELA PRIMEIRA VEZ

34.1 Base da transição

34.1.1 Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

34.1.2 Isenções das aplicações retrospectivas completas – escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(a) Isenção de combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1º de janeiro de 2009, data de transição.

(b) Isenção do valor justo como custo atribuído

A Companhia optou por não mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009, por entender que seus ativos imobilizados estão com valores contábeis próximos aos valores justos.

(c) Ativos e passivos de controladas

As controladas Editora Ática S.A. e Editora Scipione S.A. adotaram o IFRS 1 em data anterior a controladora, conforme facultado pelo item D17 do CPC 37, portanto efeitos no patrimônio líquido das investidas geraram reflexos no valor do ágio incorrido nas aquisições efetuadas pela Companhia.

As isenções opcionais remanescentes não se aplicam à Companhia:

. a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já encontram-se alinhadas com relação a essas transações para 2009;

. os contratos de seguro, o pagamento baseado em ações, os ganhos e perdas atuariais e as diferenças acumuladas de conversão, pois a Companhia não tem operações e saldos dessa natureza;

. instrumentos financeiros compostos porque o Grupo não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;

. passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que o Grupo não tem quaisquer passivos deste tipo;

. ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12, já que o Grupo não tem contratos firmados sob o escopo desta interpretação.

34.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

A Companhia aplicou a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva.

Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente (“BR GAAP antigo”).

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

. Contabilidade de hedge
. Reversão de ativos e passivos financeiros.
. Participação de não controladores.

34.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

(a) Ativos e passivos de controladas

As controladas Editora Ática S.A. e Editora Scipione S.A. adotaram o IFRS 1 em data anterior a controladora, conforme facultado pelo item D17 do CPC 37, portanto efeitos no patrimônio líquido das investidas geraram reflexos no valor do ágio incorrido nas aquisições efetuadas pela Companhia, no valor de R$13.622. Referidos efeitos não afetam o resultado do exercício.

(b) Capitalização de juros

A Companhia aplicou a capitalização de juros para ativos imobilizados em construção de forma retroativa a 1º de janeiro de 2009 que totalizou R$324. Consequentemente, a partir da data do inicio das atividades dos ativos imobilizados construídos, houve aumento da despesa de depreciação em função da alteração da base depreciável, que totalizou R$58 de aumento da despesa de depreciação no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(c) Dividendos

De acordo com o CPC 24 – Evento subsequente, os dividendos declarados após o período contábil não devem ser reconhecidos como passivo no final do período. Foi mantido o dividendo mínimo obrigatório de 25%, conforme previsto na Lei 64.404/76.

(d) Imposto e contribuição social

As mudanças nos impostos e contribuições sociais diferidos representam os efeitos do imposto diferido nos ajustes necessários para a transição para os CPCs/o IFRS e totalizaram R$179 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(e) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima foram registrados contra lucros acumulados iniciais em 1º de janeiro de 2009.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas:

. Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 (Nota 34.2.1).

. Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (Nota 34.2.2).

34.2.1 Patrimônio líquido na data de transição de 1º de janeiro e em 31 de dezembro de 2009

	CONTROLADORA						CONSOLIDADO					
	31/12/2009			01/01/2009			31/12/2009			01/01/2009		
ATIVO	De acordo com BR GAAP antigo	Ajustes	De acordo com CPC	De acordo com BR GAAP antigo	Ajustes	De acordo com CPC	De acordo com BR GAAP antigo	Ajustes	De acordo com IFRS	De acordo com BR GAAP antigo	Ajustes	De acordo com IFRS
CIRCULANTE												
Caixa e equivalentes de caixa	654		654	6		6	17.244		17.244	66.562		66.562
Contas a receber de clientes	-		-	-		-	116.303		116.303	111.967		111.967
Estoques	-		-	-		-	118.909		118.909	126.243		126.243
Impostos a recuperar	244		244	229		229	33.818		33.818	18.463		18.463
Dividendos a receber		7.133	7.133		8.486	8.486	-		-	-		-
Adiantamentos a fornecedores e outros	-		-	-		-	3.309		3.309	2.943		2.943
	898	7.133	8.031	235	8.486	8.721	289.583	-	289.583	326.178	-	326.178
NÃO CIRCULANTE												
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas	-		-	-		-	80.896		80.896	123.837		123.837
Impostos a recuperar	-		-	-		-	345		345	324		324
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-		-	-		-	4.817		4.817	20.374		20.374
Depósitos judiciais	-		-	-		-	1.627		1.627	1.419		1.419
Adiantamentos a fornecedores e outros	-		-	-		-	-		-	-		-
Investimentos	201.463	6.577	208.040	217.587	5.135	222.722	-		-	-		-
Intangível	-		-				9.956	13.829	23.785	8.867	13.622	22.489
Imobilizado	-		-	-		-	5.335	60	5.395	4.656		4.656
	201.463	6.577	208.040	217.587	5.135	222.722	102.976	13.889	116.865	159.477	13.622	173.099
TOTAL DO ATIVO	**202.361**	**13.710**	**216.071**	**217.822**	**13.621**	**231.443**	**392.559**	**13.889**	**406.448**	**485.655**	**13.622**	**499.277**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
CIRCULANTE												
Fornecedores e demais contas a pagar	-		-	-		-	58.336		58.336	107.629		107.629
Empréstimos e financiamentos	-		-	-		-	59.113		59.113	47.552		47.552
Impostos e contribuições a pagar	-		-	-		-	788		788	1.054		1.054
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-		-	-		-	7.035		7.035	9.823		9.823
Dividendos a pagar	-	9.248	9.248	-	12.662	12.662		9.248	9.248	-	12.662	12.662
Contas a pagar por aquisição de participação societária	-		-	-		-	-		-	-		-
	-	9.248	9.248	-	12.662	12.662	125.272	9.248	134.520	166.058	12.662	178.720
NÃO CIRCULANTE												
Fornecedores e demais contas a pagar	-		-	-		-	-		-	-		-
Empréstimos e outros créditos de partes relacionadas	-		-	362		362	-		-	50		50
Empréstimos e financiamentos	-		-	-		-	44.591		44.591	92.607		92.607
Impostos e contribuições a pagar	-		-	-		-	11.888		11.888	63		63
Provisão para contingências	-		-	-		-	8.447		8.447	9.418		9.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	4.631	4.631	-	4.631	4.631	-	4.810	4.810	-	4.631	4.631
	-	4.631	4.631	362	4.631	4.993	64.926	4.810	69.736	102.138	4.631	106.769
PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
Capital social	160.084		160.084	160.034		160.034	160.084		160.084	160.034		160.034
Reservas de capital	522		522	522		522	522		522	522		522
Reservas de lucros	41.755	(169)	41.586	56.903	(3.671)	53.232	41.755	(169)	41.586	56.903	(3.671)	53.232
Total do patrimônio líquido	202.361	(169)	202.192	217.459	(3.671)	213.788	202.361	(169)	202.192	217.459	(3.671)	213.788
Total do passivo e patrimônio líquido	**202.361**	**13.710**	**216.071**	**217.821**	**13.622**	**231.443**	**392.559**	**13.889**	**406.448**	**485.655**	**13.622**	**499.277**

34.2.2. Lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
	De acordo com BR GAAP antigo	Ajustes	De acordo com CPC	De acordo com BR GAAP antigo	Ajustes	De acordo com IFRS
Operações continuadas						
Receita Líquida	-		-	365.972		365.972
Custos dos produtos e serviços	-		-	(156.928)	(53)	(156.981)
Lucro bruto	-		-	209.044	(53)	208.991
Despesas com vendas	-		-	(111.463)		(111.463)
Despesas gerais e administrativas	(46)		(46)	(27.511)	(5)	(27.516)
Outras receitas (despesas) operacionais	-		-	(12.116)		(12.116)
Resultado da equivalência patrimonial	38.876	88	38.964	-		-
Lucro operacional	38.830	88	38.918	57.954	(58)	57.896
Receitas financeiras	40		40	18.362		18.362
Despesas financeiras	(18)		(18)	(13.906)	324	(13.582)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	38.852	88	38.940	62.410	266	62.676
Imposto de renda e da contribuição social	-		-	(23.558)	(178)	(23.736)
Lucro líquido do exercício	38.852	88	38.940	38.852	88	38.940
Atribuído à	-					
Acionistas da Companhia	38.852	88	38.940	38.852	88	38.940

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Curso P.H. Ltda. e Sistema P.H. de Ensino Ltda.

Em 14 de abril de 2011, por meio de sua controlada CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda., a Companhia adquiriu 100% das quotas representativas do capital social de cada uma das empresas Curso P.H. Ltda. e Sistema P.H. de Ensino Ltda., empresas que atuam no mercado de ensino brasileiro, especialmente ministrando cursos de ensinos fundamental e médio, bem como cursos livres de ensino, incluindo curso pré-vestibular.

Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são:

Contraprestação pela compra:	
Pagamento em caixa	160.500
Saldo do preço de aquisição	67.500
Contraprestação total pela compra	**228.000**
Valor contábil dos ativos adquiridos	(7.871)
Ágio preliminar	**220.129**

Os ativos e passivos decorrentes da aquisição, determinados preliminarmente, são:

	Valor contábil da adquirida	Ajustes de valor justo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4.557	-	4.557
Investimento em cultura	60	-	60
Contas a receber (cheques devolvidos)	84	-	84
Impostos a recuperar	6.082	-	6.082
Outros ativos diversos	1.631	-	1.631
Ativo imobilizado	5.148	(3.074)	2.074
Intangível - carteira de clientes	-	33.473	33.473
Intangível - marca PH	-	51.709	51.709
Intangível - contrato de não competição	-	2.184	2.184
Fornecedores e outras obrigações	(3.582)	-	(3.582)
Salários e encargos sociais	(6.109)	-	(6.109)
Total de ativos líquidos adquiridos	**7.871**	**84.292**	**92.163**

b) Nice Participações S.A.

Em 15 de abril de 2011, por meio de sua controlada CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda., a Companhia adquiriu, pelo montante de R$4.001, 61,60% das quotas representativas do capital social da empresa Nice Participações S.A. e suas subsidiárias, cujo total do patrimônio líquido contábil na data de aquisição era de R$187.

Essas sociedades atuam no mercado de ensino brasileiro, editora e instituição de ensino sem fins lucrativos.

c) Livemocha Inc

Em 1º de julho de 2011, a Companhia adquiriu, pelo montante de U$2 milhões, 5,9% das quotas representativas do capital social da empresa Livemocha Inc., sociedade com sede nos Estados Unidos da América cujo total do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2010 era de U$3,497 milhões.

Essa sociedade atua no mercado de ensino de idiomas a distancia em todo o mundo.

d) Alterações Societárias

Em 24 de maio de 2011, nossos acionistas aprovaram a emissão de 2.234.939 ações da Companhia, sendo 1.117.470 ações ordinárias e 1.117.469 ações preferenciais ao preço de R$0,01, assim o capital social da Companhia passou a ser representado por R$370.420.134,96, dividido em 170.800.947 ações ordinárias e 170.800.946 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

Em 28 de junho de 2011, nossos acionistas aprovaram a conversão da totalidade das suas ações preferenciais de nossa emissão em ações ordinárias também de nossa emissão. Assim, as 85.400.473 ações preferenciais de nossa emissão foram convertidas em igual número de ações ordinárias também de nossa emissão, de modo que o nosso capital social passou a ser dividido em 170.800.946 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. Adicionalmente, em decorrência da entrada em vigor da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, que alterou o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, suprimindo a obrigatoriedade de que os Conselheiros de sociedades por ações fossem também acionistas, os membros da nossa administração que detinham ações de nossa emissão em virtude exclusiva do exercício da função de administrador, não mais são nossos acionistas.

Em 30 de junho de 2011, nossos acionistas aprovaram a conversão de parte de suas ações ordinárias de nossa emissão em ações preferenciais também de nossa emissão. Assim, 65.153.374 ações ordinárias de nossa emissão foram convertidas em igual número de ações preferenciais também de nossa emissão, de modo que o nosso capital social passou a ser dividido em 105.647.572 ações ordinárias e 65.153.374 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ROBERTO CIVITA
Conselheiro Presidente

GIANCARLO FRANCESCO CIVITA
Conselheiro Vice-Presidente

Conselheiros:

VICTOR CIVITA
DOUGLAS DURAN
ARNALDO FIQUEIREIDO TIBYRIÇÁ
PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
JONAS DE MIRANDA GOMES

DIRETORIA

MANOEL LUIZ FERRÃO DE AMORIM
Diretor Presidente

Diretores:

MARCELO VAZ BONINI
MILTON DA ROCHA CAMARGO
MANOEL BIZARRIA GUILHERME NETO

MAURO CATUCCI
Contador CRC – 1SP 165.052/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Abril Educação S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Abril Educação S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Abril Educação S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os

procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Abril Educação S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Abril Educação S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase - Base de preparação

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Abril Educação S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Reapresentação

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão sendo reapresentadas em virtude das modificações descritas na Nota 2.1. Este relatório substitui o anteriormente emitido em 30 de maio de 2011.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas ou em processo de abertura de capital, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de julho de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Abril Educação S.A.

Informações financeiras trimestrais
em 31 de março de 2011
e relatório dos auditores independentes

ABRIL EDUCAÇÃO S.A.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS
em 31 de março de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

	Página
Balanços patrimoniais	273 – 274
Demonstrações do resultado	275
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	276
Demonstrações dos fluxos de caixa	277
Demonstrações do valor adicionado	278
Notas explicativas da administração às informações financeiras	279 – 330
Conselho de Administração e Diretoria	331
Relatório dos auditores independentes	332

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	201.662	158.497	308.451	211.170
Contas a receber de clientes (nota 8)	1.851	365	128.498	171.825
Estoques (nota 9)	-	-	160.677	163.228
Impostos a recuperar (nota 10)	2.187	1.190	22.238	28.745
Dividendos a receber (nota 31)	4.420	4.420	-	-
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	1.828	-	6.638	4.380
	211.948	**164.472**	**626.502**	**579.348**
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e outros créditos com partes relacionadas (nota 31)	27.085	72.025	-	-
Impostos a recuperar (nota 10)	-	-	4.076	4.071
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 19)	3.595	3.595	18.089	22.479
Depósitos judiciais (nota 18)	-	-	4.055	3.314
Adiantamentos e despesas antecipadas (nota 11)	-	-	1.158	1.054
Investimentos (nota 12)	359.249	318.545	-	-
Intangível (nota 13)	-	-	667.041	672.342
Imobilizado (nota 14)	-	-	56.664	58.112
	389.929	**394.165**	**751.083**	**761.372**
Total do ativo	**601.877**	**558.637**	**1.377.585**	**1.340.720**
	-		-	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
CIRCULANTE				
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 15)	2.266	1.875	86.077	101.933
Empréstimos e financiamentos (nota 16)		-	29.011	17.478
Impostos e contribuições a pagar (nota 17)	5	-	1.518	2.035
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	6.758	11.107
Dividendos a pagar (nota 22)	13.696	3.424	13.696	3.424
Contas a pagar por aquisição de participação societária (nota 30)	-	-	67.475	65.738
	15.967	**5.299**	**204.535**	**201.715**
NÃO CIRCULANTE				
Contas a pagar por aquisição de participação societária (nota 30)	-	-	202.423	197.215
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	-	-	362.097	364.806
Impostos e contribuições a pagar (nota 17)	-	-	11.007	10.751
Provisão para contingências (nota 18)	-	-	11.470	12.738
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 19)	4.631	4.631	4.774	4.788
	4.631	**4.631**	**591.771**	**590.298**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social (nota 21)	345.398	345.398	345.398	345.398
Reserva de capital (nota 22)	141.482	141.482	141.482	141.482
Reservas de lucros (nota 22)	51.555	51.555	51.555	51.555
Lucros Acumulados	42.844	10.272	42.844	10.272
Total do patrimônio líquido	**581.279**	**548.707**	**581.279**	**548.707**
Total do passivo e patrimônio líquido	**601.877**	**558.637**	**1.377.585**	**1.340.720**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2011	2010	2011	2010
Receita líquida (nota 24)	-	-	203.807	105.377
Custos dos produtos e serviços (nota 25)	-	-	(60.015)	(36.541)
Lucro bruto	-	-	**143.792**	**68.836**
Despesas com vendas (nota 25)	(141)	-	(48.011)	(31.167)
Despesas gerais e administrativas (nota 25)	(2.626)	-	(19.453)	(7.518)
Outras receitas (despesas), líquidas (nota 26)	-	(1.220)	305	(207)
Resultado da equivalência patrimonial (nota 12)	40.702	25.642	-	-
Lucro operacional	**37.935**	**24.422**	**76.633**	**29.944**
Receitas financeiras (nota 27)	5.464	-	8.173	2.986
Despesas financeiras (nota 27)	-	-	(20.492)	(3.129)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**43.399**	**24.422**	**64.314**	**29.801**
Imposto de renda e da contribuição social (nota 28)	(555)	-	(21.470)	(5.379)
Lucro líquido do período	**42.844**	**24.422**	**42.844**	**24.422**
Atribuído à				
Acionistas da Companhia	42.844	24.422	42.844	24.422
Lucro por ação do capital social (em R$), básico e diluído (nota 22)			**0,1262**	**0,1205**

Não houve resultados abrangentes a serem divulgados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(valores expressos em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**160.084**	**522**	**4.791**	**36.795**	**-**	**-**	**202.192**
Lucro líquido do trimestre findo em 31 de março					24.422		24.422
Dividendos anteriormente propostos não distribuídos				9.248			9.248
Aumento de capital conforme AGE de 27/07/2010	100.000				-		100.000
Aumento de capital conforme AGE de 11/08/2010	85.314	140.960			-		226.274
Prejuízo líquido do período de 1 de abril a 31 de dezembro					(10.005)		(10.005)
Destinação do resultado							-
- Constituição reserva legal			721		(721)		-
- Dividendos mínimos obrigatórios propostos					(3.424)		(3.424)
- Dividendos adicionais propostos					(10.272)	10.272	-
- Retenção de lucros					-		-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**345.398**	**141.482**	**5.512**	**46.043**	**-**	**10.272**	**548.707**
Lucro líquido do trimestre	-	-	-	-	42.844	-	42.844
Destinação do resultado							
- Distribuição de dividendos anteriormente propostos						(10.272)	(10.272)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011	**345.398**	**141.482**	**5.512**	**46.043**	**42.844**	**-**	**581.279**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Caixa gerado nas operações (nota 29)	(2.097)	-	100.634	50.739
Juros pagos	-	-	(779)	(8.520)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(2.097)**	**-**	**99.855**	**42.219**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aquisições de:				
Imobilizado	-	-	(308)	(417)
Intangível	-	-	(48)	(629)
Reorganização societária (nota 30)	-	(623)	-	(623)
Mútuos concedidos a partes relacionadas	(19.077)	-	-	(1.083)
Mútuos recebidos de partes relacionadas	62.896	-	-	-
Juros recebidos	1.443	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**45.262**	**(623)**	**(356)**	**(2.752)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(2.217)	(2.906)
Pagamentos de PAES e impostos parcelados	-	-	(1)	(69)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**-**	**-**	**(2.218)**	**(2.975)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**43.165**	**(623)**	**97.281**	**36.492**
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre	**158.497**	**654**	**211.170**	**17.244**
Caixa e equivalentes de caixa no final do trimestre	**201.662**	**31**	**308.451**	**53.736**
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**43.165**	**(623)**	**97.281**	**36.492**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
RECEITAS	-	-	205.221	105.003
Venda de produtos e serviços (nota 24)	-	-	205.206	105.384
Outras receitas	-	-	305	7
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(290)	(388)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.439	1.220	73.786	57.888
Matérias primas consumidas	-	-	1.517	(27)
Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 25)	-	-	50.550	34.689
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (nota 25)	1.439	1.220	21.719	23.226
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.439)	(1.220)	131.435	47.115
RETENÇÕES	-	-	7.105	1.004
Depreciações e amortizações (nota 13 e 14)	-	-	7.105	1.004
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(1.439)	(1.220)	124.330	46.111
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	46.168	25.642	8.173	2.986
Resultado de equivalência patrimonial (nota 12)	40.704	25.642	-	-
Receitas financeiras (nota 27)	5.464	-	8.173	2.986
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**44.729**	**24.422**	**132.503**	**49.097**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos (nota 25)	999	-	21.340	9.562
Remuneração direta	991	-	16.783	6.988
Benefícios	7	-	2.883	1.772
FGTS	1	-	1.674	802
Impostos, taxas e contribuições	882	(0)	29.080	7.564
Federais	881	(0)	28.351	7.151
Estaduais	-	-	119	121
Municipais	1	-	610	292
Remuneração de capital de terceiros	4	0	39.239	7.549
Juros (nota 27)	-	-	20.528	3.122
Variação cambial passiva (nota 27)	0	-	(36)	8
Aluguéis	4	-	2.100	1.237
Outros	-	0	16.647	3.182
Remuneração de capitais próprios	42.844	24.422	42.844	24.422
Lucros retidos	42.844	24.422	42.844	24.422
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**44.729**	**24.422**	**132.503**	**49.097**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Abril Educação S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo. Sua controladora é a Abrilpar S.A. e, em conjunto com as controladas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais. A Companhia não possui ações cotadas em bolsa de valores.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") têm como atividade preponderante a edição, impressão, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou varejo, de livros, apostilas e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação. Atua também em cursos preparatórios para vestibulares e concursos e presta serviços de treinamento especializado para professores e gestores escolares, atividades de workshops, reuniões e palestras.

A emissão dessas informações financeiras trimestrais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de maio de 2011.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.1 Base de apresentação

As informações financeiras trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

As referidas informações financeiras trimestrais estão sendo reapresentadas, atendendo às solicitações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que requereu:

- Divulgação dos limites de crédito aprovados junto às instituições financeiras, não utilizados (nota 16);

- Divulgação dos montantes de fluxos de caixa advindos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, bem como de totais de ativo, passivo e aquisições de ativo imobilizado e intangível, apresentados por segmento operacional (nota 23);

- Detalhamento das práticas contábeis referentes a ajuste à valor presente (nota 2.22);

- Complemento da nota de gestão de capital (nota 5), incluindo análise de sensibilidade em relação a taxas de juros;

- Complemento da nota de investimentos, incluindo informação sobre a redução de capital de controlada (nota 12);

- Complemento da nota de ativos intangíveis sobre o valor da marca adquirida e a indicação da rubrica do resultado na qual é registrada a amortização dos intangíveis (nota 13);

- Complemento da nota de imposto de renda diferido com divulgação da expectativa da administração sobre o prazo estimado para realização dos impostos diferidos (nota 19);

- Complemento das informações sobre o REFIS e PAES (nota 17.1);

- Complemento das informações sobre partes relacionadas (nota 31);

- Complemento das informações sobre seguros (nota 32).

Portanto, essas informações financeiras trimestrais diferem daquelas aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de maio de 2011. Entretanto, entendemos que as alterações acima descritas, que não representaram mudanças nas cifras apresentadas, tem o objetivo de complementar as informações anteriormente apresentadas e, consequentemente, as informações financeiras trimestrais modificadas não diferem significativamente das informações financeiras trimestrais originalmente apresentadas, não sendo necessária nova aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

A preparação de informações financeiras trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o período de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras trimestrais, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Informações financeiras trimestrais consolidadas

As informações financeiras trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs).

As informações financeiras trimestrais consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB).

(b) Informações financeiras trimestrais individuais

As informações financeiras trimestrais individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs). e são publicadas juntas com as informações financeiras trimestrais consolidadas.

2.2 Consolidação

2.2.a Informações financeiras trimestrais consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações financeiras trimestrais.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do período, conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.2.b Informações financeiras trimestrais individuais

Nas informações financeiras trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações financeiras trimestrais individuais quanto nas informações financeiras trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações financeiras trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às informações financeiras trimestrais separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

2.3 Informações por segmento de negócios

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de administração responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas da Companhia. O resultado por segmento de negócio encontra-se apresentado na Nota 23.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações financeiras trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como outras receitas ou despesas operacionais.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

Os ativos financeiros da Companhia atendem à classificação de empréstimos e recebíveis, e foram classificados dessa forma nas informações financeiras trimestrais. Dessa forma não existem, nas presentes informações trimestrais, instrumentos financeiros derivativos ou mensurados a valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos à controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente a comercialização no atacado e no varejo de livros e apostilas voltados para a educação e as mensalidades dos cursos preparatórios para exames de vestibular e de concursos públicos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise do nível de perdas históricas e no conhecimento e acompanhamento da situação individual de seus clientes, sendo considerada suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. (nota 8).

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para obsolescência e para redução ao valor de mercado (nota 9).

Os custos fixos indiretos de fabricação são alocados às unidades produzidas considerando a capacidade normal de produção. Em casos de ociosidade na produção, os custos fixos referentes a essa parcela ociosa são reconhecidos diretamente no resultado no período em que são incorridos. Adicionalmente, parcela significativa da produção de livros e apostilas didáticos é terceirizada. Para os trimestres encerrados em 31 de março 2011 e 2010, não foram identificados casos de ociosidade na produção.

A Companhia efetuou provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação. Tal provisão é constituída com base em percentual pelo tempo de permanência dos itens nos estoques até o limite máximo de três anos, quando são totalmente provisionados.

2.9 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante (nota 18).

2.10 Intangíveis

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado nas informações trimestrais consolidadas como “ativo intangível”, enquanto que, nas informações trimestrais individuais, é registrado como “investimentos”, a menos que a empresa adquirida tenha sido incorporada pela Companhia. Caso a Companhia apure deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis

perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGC que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(ii) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas nas informações trimestrais consolidadas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indefinida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As marcas são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos no resultado como despesa.

(iii) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida média esperada da relação com o cliente.

(iv) Programas de computador (software)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável (nota 13).

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

. É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;

. A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;

. O software pode ser vendido ou usado;

. Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;

. Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e

. O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela

adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (nota 13).

2.11 Imobilizado

O Imobilizado é avaliado ao custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota 14. Terrenos não são depreciados.

A Companhia, em conjunto com empresa especializada, realizou a revisão da vida útil econômica dos bens do imobilizado e registrou os efeitos desta revisão a partir de 1º de janeiro de 2009.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, consequentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no período findo em 31 de dezembro de 2010.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para contingências, assim como os depósitos judiciais, mencionados na nota 18, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

2.16 Direitos autorais

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito do resultado no período com base nas receitas de vendas dos livros de acordo com o período de competência.

2.17 Impostos e contribuições a pagar

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar o reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de

renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Redução das alíquotas de PIS e COFINS

O Governo Federal, com o objetivo de estimular a cadeia de produção e comercialização de livros no Brasil, reduziu a zero as alíquotas das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre o faturamento resultante da venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004, por tempo indeterminado.

2.18 Benefícios a funcionários

(i) Obrigações de pensão

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio do Superação, programa de participação nos resultados do Grupo vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.19 Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Receita de venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é creditada ao resultado quando da entrega do produto.

b) Receita de cursos preparatórios

A receita de cursos preparatórios para vestibulares e concursos é reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, aproximam-se do valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos de curto prazo é calculado e, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, registrado contabilmente. O cálculo do ajuste a valor presente leva em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos

ativos e passivos. Para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, não foram identificados ativos e passivos para os quais fosse requerido o registro do ajuste a valor presente.

2.23 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor.

Não houve emissão de novos pronunciamentos contábeis que afetem as informações financeiras trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2011. Os pronunciamentos contábeis mencionados na Nota 3 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram integralmente adotados. Para as informações financeiras trimestrais consolidadas, houve a emissão do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros em 2010, que introduz novas exigências para classificação e mensuração de instrumentos financeiros ativos e passivos. Esse pronunciamento tem aplicação antecipada permitida. A administração da Companhia ainda não adotou o novo pronunciamento contábil, por não existir ainda uma definição completa de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros.

A Companhia entende que os outros pronunciamentos contábeis recentemente emitidos, que não são efetivos a partir de e para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, não deverão ser relevantes para as informações financeiras trimestrais consolidadas e da controladora.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment)* estimada do ágio e de marcas

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio e de marcas adquiridas, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.10. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A Companhia não apresentou perda em seus testes estimados de *impairment* realizados e apresentados na nota 13.2 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

(b) Impostos diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas informações trimestrais e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(c) Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas Informações trimestrais.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas possuem e seguem política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

O comitê de gerenciamento de risco auxilia a Administração a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

4.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo Conselho de Administração e prevê a existência de um comitê de auditoria e risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A tesouraria corporativa identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

i) Riscos de taxa de câmbio

A Companhia possui fornecedores contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esse passivo surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldo desse passivo. O passivo sujeito a esse risco representa cerca de 4,80% do saldo total de fornecedores.

Os valor de mercado desta operação não difere substancialmente daqueles registrados nas informações trimestrais em 31 de março de 2011 e nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a exposição cambial é demonstrada conforme o quadro a seguir:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Posições Passivas:		
Fornecedores (*)	1.985	1.774
Total do Passivo	**1.985**	**1.774**

(*) Referem-se aos saldos a pagar em moedas estrangeiras devidos aos fornecedores.

ii) Risco de taxa de juros

A Companhia possui empréstimos e financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esse tipo de risco em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010. Contudo, há um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Além dos empréstimos e financiamentos, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis ou permutáveis em ações. Esse passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI. O risco vinculado a esse passivo surge da razão da possível elevação do CDI.

Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas informações trimestrais em 31 de março de 2010 e nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "brAAA". As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, que são remuneração que variam entre 100% e 105% do CDI.

A política de vendas da Companhia e suas controladas está diretamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de coluna para reconciliar os valores àqueles registrados no balanço patrimonial da Companhia.

	Consolidado					
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total	Efeito do desconto	Valor contábil
Em 31 março de 2011						
Debêntures	15.675	81.063	315.884	412.622	(133.325)	279.297
Empréstimos e financiamentos	14.934	10.893	133.151	158.978	(47.167)	111.811
Contas a pagar por aquisição de participação societária	71.936	81.763	198.554	352.253	(82.355)	269.898
Fornecedores e demais contas a pagar	86.077	-	-	86.077	-	86.077
Em 31 dezembro de 2010						
Debêntures	6.668	82.328	314.847	403.843	(133.055)	270.788
Empréstimos e financiamentos	12.142	11.430	136.786	160.358	(48.862)	111.496
Contas a pagar por aquisição de participação societária	71.876	80.962	193.919	- 346.757	(83.804)	262.953
Fornecedores e demais contas a pagar	101.933	-	-	101.933	-	101.933

Em 31 de março de 2011, a controlada Editora Scipione S.A. possui uma linha de crédito junto ao BNDES Automático para financiamento de projeto ligado a área de educação, no valor de R$10.000, dos quais aproximadamente R$4.072 não foram utilizados.

5. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir sua continuidade, oferecendo retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

5.1. A Companhia monitora o nível de capital por meio da utilização de índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira gerencial em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 estão assim sumarizadas:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Total dos empréstimos (Nota 16)	391.108	382.284
(+) Contas a pagar por aquisição de participação societária (Nota 30)	269.898	262.953
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(308.451)	(211.170)
Dívida líquida	352.555	434.067
Total do patrimônio líquido	581.279	548.707
Total do capital empregado	933.834	982.774
Índice de alavancagem financeira - %	**35**	**44**

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível Consolidado.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Em 31 de março de 2011, a Companhia não possui em aberto instrumentos financeiros derivativos ou mensurados a valor justo.

Deliberação CVM nº 550

Em 17 de outubro de 2008, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM emitiu a Deliberação nº 550, que dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros em nota explicativa às informações trimestrais. As informações requeridas à Companhia são:

1) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui uma Política que estabelece um monitoramento contínuo das taxas de câmbio, taxas de juros e preço de insumos, com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

2) Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia não possui em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, qualquer tipo de contrato de derivativo para fazer hedge contra operações de risco cambial ou qualquer outro risco.

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de seis meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução no 475/08 de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

	Em 31 de março de 2011			
	Endividamento	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Contas a pagar por aquisição de participação societária	269.898	2.415	5.789	6.464
Debêntures colocadas	279.297	2.499	5.991	6.689
Empréstimos bancários	81.104	726	1.740	1.942
Dívida total em CDI	630.299	5.640	12.691	14.101
Taxa CDI - % a.a	11,75%	12,75%	13,00%	13,25%
variação da taxa em relaçao a projeção		1% (i)	+25% (ii)	+50%(iii)

(i) Variação da taxa atual o cenário provável estimado
(ii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 25%
(iii)Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 50%

A análise de sensibilidade dos juros sobre os saldos acima utilizou como cenário provável as projeções realizadas por consultores externos.

Em adição aos saldos acima, a Companhia mantém em aberto empréstimo BNDES - FINAME, atualizado pela TJLP, no montante de R$30.707, para a qual as projeções indicam manutenção da taxa aos níveis atuais.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa	1	1	72	17
Bancos conta movimento	3	34	8.327	1.786
Certificados de depósitos bancários - CDBs (i)	201.658	158.462	300.052	209.367
	201.662	158.497	308.451	211.170

(i) Os CDBs são remunerados à taxas que variam entre 100% e 103% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, mensurados pelo custo amortizado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento.

A totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa é denominada em Reais (R$), as operações são mantidas em bancos nacionais de grande porte.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Comercialização de livros	-	-	113.226	168.213
Comercialização de apostilas	-	-	24.288	12.046
Outras	1.851	365	2.226	2.518
Total de clientes	1.851	365	139.740	182.777
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(11.242)	(10.952)
Total contas a receber	**1.851**	**365**	**128.498**	**171.825**

A totalidade do contas a receber é denominada em Reais (R$).

Do total do saldo de contas a receber em 31 de março de 2011 R$5.201,(R$112.390 em dezembro de 2010) referem-se a vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação - MEC.

Não há saldos a receber com prazo superior a três meses e também não há histórico de atrasos no recebimento nos casos das vendas para o Governo. Dessa forma, o valor justo do saldo de contas a receber se aproxima de seu valor contábil.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Composição	Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer:	**115.125**	**163.855**
Vencidas:	**24.615**	**18.922**
Até 30 dias	10.170	3.170
De 31 a 60 dias	2.417	2.382
De 61 a 90 dias	569	1.355
De 91 a 180 dias	1.296	900
De 181 a 360 dias	688	684
Há mais de 360 dias	9.475	10.431
	139.740	**182.777**

c) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010
Saldos em 1º de janeiro	10.952	3.445
Adições	290	521
Reversões e baixas		(133)
Saldos em 31 de março	**11.242**	**3.833**

9. ESTOQUES

	Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Matérias-primas	29.176	28.689
Produtos em elaboração	39.150	37.271
Produtos acabados	126.902	133.881
Importações em andamento	2.123	5.590
Outros	12.262	8.948
Provisões para obsolescência e para redução ao valor de mercado	(48.936)	(51.151)
	160.677	**163.228**

A movimentação da provisão para perdas na realização de estoques é como segue:

	Consolidado	
	31/03/2011	31/03/2010
Saldos em 1º de janeiro	51.151	47.928
Adições no período	2.626	2.105
Reversões no período	(4.841)	(12.820)
Saldos em 31 de março	**48.936**	**37.213**

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
COFINS	-	-	11.220	17.457
PIS	-	-	3.550	4.055
Impostos a restituir (PIS, COFINS, ISS)	-	-	2.809	390
Imposto de renda sobre aplicação financeira	1.785	910	2.460	914
Imposto de renda e contribuição social antecipados	206	150	5.331	9.072
Imposto de renda e contribuição social crédito tributário	-	-	407	401
Outros	196	130	537	527
	2.187	**1.190**	**26.314**	**32.816**
Circulante	2.187	1.190	22.238	28.745
Não Circulante	-	-	4.076	4.071

11. ADIANTAMENTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Adiantamentos a empregados	2	-	715	1.389
Adiantamentos a fornecedores	-	-	422	370
Adiantamentos de direitos autorias	-	-	1.065	1.151
Pagamentos antecipados	-	-	2.194	2.080
Outros	1.826	-	3.400	444
	1.828	**-**	**7.796**	**5.434**
Circulante	1.828		6.638	4.380
Não Circulante	-		1.158	1.054

12. INVESTIMENTOS

Investimentos em controladas

	Controladora			
Investimentos:	**Ática**	**Scipione**	**Anglo**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2009	104.687	89.731	-	194.418
Aquisição de controlada	-	-	200.000	200.000
Cancelamento de ações ordinárias (i)	-	(43.700)	-	(43.700)
Participação nos lucros de subsidiárias-direto	11.095	7.590	(12.111)	6.574
Participação nos lucros de subsidiárias-indireto (ii)	(318)	18.347	(10.082)	7.947
Baixa do ágio na incorporação (iii)	-	-	(457.875)	(457.875)
Dividendos recebidos de subsidiárias	(44.867)	(4.300)	-	(49.167)
Dividendos propostos	(2.560)	(1.860)	-	(4.420)
Em 31 de dezembro de 2010	68.037	65.808	(280.068)	(146.223)
Investimentos - mais valia alocada:				
Em 31 de dezembro de 2009	10.310	3.312	-	13.622
Adição	-	-	457.875	457.875
Amortização de intangíveis (alocação)	-	-	(6.729)	(6.729)
Em 31 de dezembro de 2010	10.310	3.312	451.146	464.768
Total em 31 de dezembro de 2010	78.347	69.120	171.078	318.545

	Controladora			
	Ática	**Scipione**	**Anglo**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2010	78.347	69.120	171.078	318.545
Participação nos lucros de subsidiárias	20.408	17.019	6.911	44.338
Amortização de intangíveis (alocação)			(3.634)	(3.634)
Total em 31 de março de 2011	98.755	86.139	174.355	359.249

(i) Em 12 de julho de 2010, houve redução de capital da controlada Editora Scipione S.A., no valor de R$43.700, com cancelamento de 4.370.000,09 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas pela Companhia, com a consequente restituição do valor à Companhia. Não houve alteração na participação societária.

(ii) A partir de 15 de fevereiro de 2010 a empresa Greentree Educacional S.A. passou a ser a controladora dos investimentos na Editora Ática S.A. e da Editora Scipione S.A. A partir de 6 de julho de 2010, passou também a ser a controladora das empresas do Grupo Anglo, que foram consolidadas na Gráfica e Editora Anglo S.A. Em 30 de novembro de 2010, a Greentree Educacional foi cindida e incorporada naquela data pelas suas subsidiárias, que passaram a ser controladas diretamente da Companhia.

(iii)Em 31 de março de 2011, a Companhia controlava integralmente as subsidiárias, conforme demonstrado abaixo:

Nome	Negócio	Participação %
Editora Ática S.A.	Editora	100
Editora Scipione S.A.	Editora	100
Gráfica e Editora Anglo S.A.	Sistema de Ensino e cursos preparatórios	100

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das controladas, todas companhias de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos.

31 de março de 2011	**Ativo**	**Passivo**	**resultado em 31 de março 2011**
Editora Ática S.A.	209.836	(121.389)	20.408
Editora Scipione S.A.	153.105	(70.278)	17.019
Gráfica e Editora Anglo S.A.	340.510	(613.667)	6.911
Total	**703.451**	**(805.334)**	**44.338**

31 de dezembro de 2010	**Ativo**	**Passivo**	**resultado em 31 de dezembro 2010**
Editora Ática S.A.	234.507	(166.470)	10.777
Editora Scipione S.A.	174.368	(108.560)	25.937
Gráfica e Editora Anglo S.A. *	316.946	(597.013)	15.739
Total	**725.821**	**(872.043)**	**52.453**

* As operações da Gráfica e Editora Anglo S.A. correspondem ao período de 06 de julho a 31 de dezembro de 2010.

13. INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis estão apresentados de acordo com o CPC 04 - Ativo intangível, aprovado pela Deliberação CVM nº 553/08, convergente com o IAS 38 - Ativos intangíveis.

a) Movimentação

	Consolidado							
	Ágio		Marcas e patentes	Carteria de clientes	Contrato de não competição	Portifólio de apostilas	Sistemas de computação	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total
Em 31 de dezembro de 2009									
Custo (ii)	13.622	(ii)	6	-	-	-	16.912	3.094	33.634
Amortização acumulada	-		-	-	-	-	(9.849)	-	(9.849)
Saldo contábil, líquido	13.622		6	-	-	-	7.063	3.094	23.785
Em 31 de dezembro de 2010									
Saldo inicial	13.622		6	-	-	-	7.063	3.094	23.785
Adições	-		-	-	-	-	672	1.620	2.292
Aquisição de controlada Anglo	231.178	(iii)	150.191	248.352	2.436	25.435	-	-	657.592
Baixas	-		-	-	-	-	(4)	-	(4)
Transferências (i)	-		-	-	-	-	3.536	(3.551)	(15)
Amortizações	-		-	(6.623)	(609)	(2.312)	(1.764)	-	(11.308)
Saldo contábil, líquido	244.800		150.197	241.729	1.827	23.123	9.503	1.163	672.342
Em 31 de março de 2011									
Saldo inicial	244.800		150.197	241.729	1.827	23.123	9.503	1.164	672.343
Adições	-		-	-	-	-	5	42	47
Transferências	-		-	-	-	-	24	(59)	(35)
Amortizações	-		-	(3.311)	(304)	(1.156)	(543)	-	(5.314)
Saldo contábil, líquido	**244.800**		**150.197**	**238.418**	**1.523**	**21.967**	**8.989**	**1.147**	**667.041**

(i) Transferência entre contas do intangível e também do ativo imobilizado.
(ii) Editora Ática e Scipione
(iii) Gráfica e Editora Anglo

Do total de amortização dos ativos intangíveis de R$5.314 , o montante de R$4.467 está registrado na rubrica “despesas com vendas”, sendo o restante registrado como “despesas gerais e administrativas”. tenho problema com a frase.

Testes do ágio para verificação de *impairment* realizado para as demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

A seguir são apresentadas as principais premissas utilizadas no teste de *impairment* anual realizado pela Companhia descritos na nota 13.2 das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UCG), identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue abaixo um resumo da alocação do ágio por nível de segmentos operacional:

	31 de março de2011	31 de dezembro de2010
Abril Educação S.A.		
Editora Ática S.A. (Editoras)	10.310	10.310
Editora Scipione S.A. (Editoras)	3.312	3.312
Gráfica e Editora Anglo S.A. (Anglo)	231.178	231.178
	244.800	**244.800**

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2010 são as que se seguem:

	Editoras	Anglo
Margem bruta	57,30%	68,10%
Taxa média de crescimento	5,00%	19,30%
Taxa de desconto	12,64%	12,64%

A taxa pré-fixada de desconto utilizado corresponde ao CDI na data do encerramento do período mais o *spread* da dívida no valor de **2,00%** a.a. em 31 de março de 2011 e 2,00% e 31 de dezembro de 2010, no qual refletem riscos específicos em relação aos segmentos.

14. IMOBILIZADO

a) Movimentação

						Consolidado
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/10	Adições	Depreciações	Transferência (i)	Saldo líquido em 31/03/11
Terrenos	-	2.402	-	-	-	2.402
Edifícios	3%	38.538	-	(740)	250	38.048
Instalações	20%	1.564	-	(48)	-	1.516
Máquinas e equipamentos industriais	27%	4.079	2	(63)	10	4.028
Móveis e utensílios	10%	855	54	(30)	-	879
Veículos	20%	6.385	196	(619)	-	5.962
Equipamentos de computação	40%	946	24	(153)	25	842
Outras imobilizações	20%	2.872	4	(138)	(250)	2.488
Imobilizações em andamento	-	471	28	-	-	499
		58.112	308	(1.791)	35	56.664

								Consolidado
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/09	Adições	Baixas	Aquisições (nota 30)	Depreciações	Transferência (i)	Saldo líquido em 31/12/10
Terrenos	-	-	-	-	2.402	-	-	2.402
Edifícios	3%	133	-	-	39.447	(1.042)	-	38.538
Instalações	20%	474	20	-	1.262	(204)	12	1.564
Máquinas e equipamentos industriais	27%	36	5	-	4.323	(295)	10	4.079
Móveis e utensílios	10%	469	259	-	228	(117)	16	855
Veículos	20%	1.271	6.189	(147)	2	(930)	-	6.385
Equipamentos de computação	40%	1.038	368	-	125	(686)	101	946
Outras imobilizações	20%	567	250	(1)	1.101	(368)	1.324	2.873
Imobilizações em andamento	-	1.407	490	-	21	-	(1.448)	470
		5.395	7.581	(148)	48.911	(3.642)	15	58.112

Transferência entre conta do imobilizado e também do ativo intangível.

b) Revisão da vida útil estimada

A Companhia, em conjunto com empresa especializada, realizou a revisão da vida útil econômica dos bens do imobilizado e registrou os efeitos desta revisão a partir de 1º de janeiro de 2009.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, consequentemente,

foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no período findo em 31 de dezembro de 2010.

A estimativa da vida útil remanescente dos itens do imobilizado aplicada, está demonstrada no quadro a seguir:

Itens do imobilizado	Taxa média anual de depreciação
Instalações	20%
Máquinas e equipamentos industriais	27%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Hardware	40%
Software	15%
Benfeitorias em bens de terceiros	20%

Os ativos do Grupo Anglo foram remensurados a valor justo, no montante de R$48.911, quando pela aquisição da Companhia.

15. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Fornecedores	1.236	977	27.343	35.699
Salários e encargos sociais	1.018	898	35.434	42.697
Recebimentos antecipados de clientes	-	-	10.954	4.184
Direitos autorais a pagar	-	-	7.642	16.334
Credores por devoluções	-	-	-	1.258
Outras contas a pagar	12	-	4.704	1.761
	2.266	**1.875**	**86.077**	**101.933**

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado			
	31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures colocadas	14.547	264.750	6.038	264.750
Empréstimos e financiamentos:				
Em moeda nacional:				
BNDES - FINAME	9.672	21.035	8.713	23.743
Empréstimos bancários	4.792	76.312	2.727	76.313
Total dos empréstimos e financiamentos	14.464	97.347	11.440	100.056
	29.011	**362.097**	**17.478**	**364.806**

16.1. Os empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31 de março de 2011, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	R$	% sobre total
2012	75.469	20,84%
2013	98.262	27,14%
2014	95.712	26,43%
2015	92.654	25,59%
	362.097	**100,00%**

16.2. Debêntures

Em 25 de outubro de 2010, foi realizada a Primeira Emissão de Debêntures da Gráfica e Editora Anglo S.A. (antiga Greentree Educacional S.A.), em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversíveis em ações, no valor total de R$264.750 e 1.059 quantidades, com o valor unitário de R$250. Os recursos obtidos por meio da emissão serão destinados a investimentos da Companhia. As debêntures têm prazo de vigência de 5 (cinco) anos e vencerão em 25 de outubro de 2015. A amortização do principal será realizada em 4 (quatro) parcelas anuais a partir de outubro de 2012, com remuneração de CDI + 2% ao ano, pagos semestralmente a partir de abril de 2011.

16.3. Moeda nacional

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional em 31 de março de 2011 estão assim representados:

BNDES - FINAME

As controladas Editora Ática S.A. e Editora Scipione S.A. dispõem de uma linha de crédito junto ao BNDES (FINAME) para incremento e financiamento da produção de livros didáticos. Os encargos variam entre 3,70% e 7,39% a.a., além da TJLP. O principal dos empréstimos tem prazos de vencimento entre vinte e quatro e quarenta e oito meses, com carência de seis meses a um ano para pagamento da primeira parcela, sendo que nesse período as amortizações dos juros serão trimestrais.

Empréstimos bancários - Cédula de crédito

Este empréstimo foi obtido para a constituição da extinta empresa Mogno Corporation com amortização prevista em dez parcelas semestrais, sendo o início em 1º de março de 2005 e vencimento final em 1º de setembro de 2009, com juros de Certificado de Depósito Interbancário - CDI mais 3% ao ano a serem pagos semestralmente. As garantias desse empréstimo são as próprias ações da Editora Ática S.A. e seus ativos (corpóreos, incorpóreos e direitos).

Em 30 de agosto de 2007, as controladas Editora Ática S.A e Editora Scipione S.A renegociaram a cédula de crédito e dentre as condições negociadas, foi alterado o cronograma de pagamentos sendo que será amortizado em 9 parcelas com dois vencimentos anuais, sempre nos meses de janeiro e março de cada ano, iniciando-se em 28 de janeiro de 2008 e o vencimento final em 28 de janeiro de 2012, com juros de CDI mais 1,5% ao ano a serem pagos com as parcelas do principal.

Este contrato de empréstimo contém cláusulas restritivas à observância de certos indicadores financeiros; a pagamentos antecipados mediante a venda de ativos; bem como restrições a distribuição de dividendos e outras operações com partes relacionadas ou participação em outras Companhias. Em 31 de março de 2011, as controladas Editora Ática S.A. e Editora Scipione S.A. cumpriram com todos os requisitos vigentes.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	Controladora				Consolidado	
	31 de março de 2011		31 de março de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
REFIS e PAES (17.1)	-	-	4	11.007	4	10.751
Outros impostos e contribuições (17.2)	5	-	1.514	-	2.031	-
	5	**-**	**1.518**	**11.007**	**2.035**	**10.751**

17.1. REFIS e PAES

Em novembro de 2009 a Companhia e suas controladas aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

a) Resumo da adesão ao REFIS em 2009:

Natureza do tributo	Principal	Multas	Juros	Ganho financeiro	Total
COFINS	152	114	179	(154)	291
PIS	25	33	39	(34)	63
CSLL	1.488	1.116	1.948	(1.558)	2.994
INSS	152	92	167	(109)	302
IRPJ	4.132	3.099	5.336	(4.329)	8.238
	5.949	**4.454**	**7.669**	**(6.184)**	**11.888**

b) Abrangência dos débitos parcelados:

	Consolidado
Saldo a pagar em 31/12/2009	**11.888**
Reversão de provisão de jan a dez/10	(2.213)
Juros de jan a dez/10	1.080
Saldo a pagar em 31/12/2010	**10.755**
Pagamentos de jan a mar/11	(1)
Juros de jan a mar/11	257
Saldo a pagar em 31/03/2011	**11.011**
REFIS IV	11.011
Circulante	4
Não circulante	11.007

c) Como consequência da adesão ao REFIS IV, a Companhia e suas controladas obrigam-se ao pagamento das parcelas sem atraso, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do

parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. De acordo com a Lei 11.941/09, não foram dadas garantias para ingresso a esse programa.

d) O parcelamento foi efetuado em 60 meses, sendo que os pagamentos estão sendo efetuados nos prazos de vencimento, em espécie, uma vez que não estão sendo efetuados pagamentos via utilização de prejuízos fiscais. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC.

17.2. Outros impostos e contribuições

	Consolidado	
	Passivo circulante	
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
COFINS	410	538
PIS	89	117
Outros	1.015	1.376
	1.514	**2.031**

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

	Consolidado	
Processos	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributários	4.446	8.466
Trabalhistas	5.025	2.296
Cíveis	1.999	1.976
	11.470	**12.738**

b) Movimentação:

	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	8.466	2.296	1.976	12.738
Atualização monetária e juros	8	79	1	88
Constituição de provisão	-	3.639	1.566	5.205
Baixa de provisão				
- Por Pagamento	(4.028)	-	(711)	(4.739)
- Por Reversão	-	(953)	(833)	(1.786)
Depósitos judiciais	-	(36)	-	(36)
Saldo em 31 de março de 2011	4.446	5.025	1.999	11.470

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das informações financeiras trimestrais e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações de natureza trabalhista, principalmente devido a demissões decorrentes do curso normal de seus negócios. Os pedidos mais frequentes referem-se a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extras, encargos sociais, dentre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

Processos cíveis

A Companhia e suas controladas respondem a ações de natureza cível em diversos níveis judiciais. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

Processos tributários

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária que a Administração, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, efetua provisão para contingências relativa a esses processos. Não há nenhuma ação individual de valor relevante que necessite divulgação específica.

18.1. Os saldos de depósitos judiciais apresentados como redutores da provisão para contingências são como seguem:

	Não circulante	
Processos	**31 de março de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Tributários	1.149	1.149
Trabalhistas	977	941
	2.126	**2.090**

18.2. Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Processos	**Não circulante**	
	31 de março de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Tributários	2.198	2.170
Trabalhistas	817	746
Cíveis	1.040	398
	4.055	**3.314**

18.3. Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial, classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas, são como seguem:

	31 de março de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Contingências cíveis	4.511	4.482
Contingências tributárias	24.309	23.144
	28.820	**27.626**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

19.1. Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias são como segue:

	Controladora			Consolidado
	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010	Debitado/ (creditado) ao resultado	31 de março de 2011
Imposto diferido ativo				
Provisão para contingências		1.772	948	2.720
Provisão para baixa estoque de produtos acabados		1.910	(1.910)	-
Provisão para créditos de liquidação dividosa		2.542	(41)	2.501
Impostos com exigibilidade suspensa		1.760	(1.369)	391
Depreciação revisão da vida útil		49	37	86
Prejuízos fiscais e base negativa		-	1.710	1.710
Adição por aquisição - Anglo		9.659	-	9.659
Amortização de intangiveis	3.595	7.190	1.873	9.063
Ágio dedutível fiscalmente		-	(5.960)	(5.960)
Outras diferenças temporárias		(2.403)	322	(2.081)
	3.595	**22.479**	**(4.390)**	**18.089**
Imposto diferido passivo				
Ágio Investimentos	(4.631)	(4.631)	-	(4.631)
Diferenças temporárias		(157)	14	(143)
	(4.631)	**(4.788)**	**14**	**(4.774)**

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
Ativo de imposto diferido a ser recuperado		
depois de mais de 12 meses	18.089	20.948
em até 12 meses	-	1.531
	18.089	**22.479**
Passivo de imposto diferido a ser realizado		
depois de mais de 12 meses	(4.774)	(4.788)
em até 12 meses	-	-
	(4.774)	**(4.788)**

As demais controladas não apresentam saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Dessa forma, considerando que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre diferenças temporárias, a realização desses saldos depende da realização dessas diferenças. No caso específico do ágio dedutível fiscalmente, a expectativa é de realização em até 10 anos.

20. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

As controladas da Companhia são patrocinadoras da entidade de previdência privada denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada (“Abrilprev”) a partir de dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. O plano é opcional a todos os empregados das patrocinadoras. A Abrilprev opera segundo plano de contribuição definida e o principal regime atuarial utilizado na determinação do nível de contribuição é o da capitalização. O custo do

plano, cujo ônus é assumido pelos funcionários e pelas empresas patrocinadoras, é determinado anualmente em função de cálculo atuarial procedido por profissional habilitado e é expresso em percentual fixo a ser aplicado sobre a folha de pagamento das patrocinadoras. A concessão de complementação de aposentadoria está vinculada ao tempo de serviço prestado às patrocinadoras, tempo de contribuição à Previdência Social, a uma idade mínima definida e à interrupção do vínculo empregatício. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas efetuaram contribuições à Abrilprev no montante R$376 (Em 31 março de 2010 R$312). A contribuição devida pela patrocinadora é de 2,7799% em 31 de março de 2011 (2,9486% em 31 de março de 2010) sobre a folha de pagamento dos empregados participantes do plano.

21. CAPITAL SOCIAL

O capital social em 31 de março de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 representa o montante de R$345.398, dividido em 169.683.477 ações ordinárias e 169.683.477 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral, e as ações preferenciais não dão direito a voto nas deliberações, exceto conforme disposto na legislação aplicável.

22. RESERVAS

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Reserva de capital	141.482	141.482
Outras reservas		
Reserva legal	5.512	5.512
Reserva retenção de lucros	46.043	46.043
	51.555	51.555
	193.037	**193.037**

22.1. Reserva de capital

Em 11 de agosto de 2010 houve um aporte no valor de R$226.274, dos quais R$85.314 foi alocado como aumento de capital e o valor remanescente de R$140.960 foi alocado como reserva de capital.

A reserva de capital somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou compra de ações ou incorporação ao capital social.

22.2. Reservas legal

A reserva legal será constituída ao final do exercício como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

22.3. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

22.3. Dividendos propostos

Os estatutos da Companhia prevêem que os acionistas terão direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da quota destinada à constituição de reserva legal, a ser calculada no final de cada exercício social.

22.4. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas pela Companhia, como segue:

	31/03/11	31/03/10
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	42.844	24.422
Total de ações da Companhia	339.367	202.685
Lucro por ação	**0,1262**	**0,1205**

(b) Diluído

O lucro por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não tem ações potenciais diluídas (por exemplo: dívida conversível e opções de compras de ações), portanto o lucro por ação diluído é o mesmo que o lucro por ação básico.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas.

As informações por segmento de negócios correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 são as seguintes:

(a) **Editoras Ática e Scipione:** São as principais marcas de livros escolares reconhecidas pelos professores, tendo recebido por 3 anos consecutivos o prêmio Top Educação. Além disso, são nacionalmente reconhecidas pela excelência de seu corpo de autores e equipes editoriais, que já foram agraciados com diversos prêmios Jabuti, entre outros. As operações do SER sistema de ensino que dispõe de materiais didáticos elaborados por renomados autores, atualmente estão sendo conduzidos nas operações da Editora Ática.

(b) **Anglo:** Tem como principal atividade a prestação de serviços educacionais, através da venda de sistemas de ensino para escolas associadas e a condução de cursos preparatórios pré-vestibulares e para concursos públicos.

(c) **Outros:** Englobam a Companhia controladora Abril Educação S.A e Greentree Educacional S.A., incorporada em 2010.

	31/03/2011				
	(a)	(b)	(c)		
	Editoras	Anglo	Outras	Eliminação	Consolidado
Receita Líquida (i)	156.567	47.240	-	-	203.807
Custos dos produtos e serviços	(47.834)	(12.181)	-	-	(60.015)
Lucro bruto	**108.733**	**35.059**	**-**	**-**	**143.792**
Despesas com vendas	(37.594)	(5.809)	(141)	(4.467)	(48.011)
Despesas gerais e administrativas	(12.531)	(3.255)	(2.626)	(1.041)	(19.453)
Outras receitas operacionais	9	296	-	-	305
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-	40.702	(40.702)	-
Lucro operacional	**58.617**	**26.291**	**37.935**	**(46.210)**	**76.633**
Receitas financeiras	1.540	1.491	5.464	(322)	8.173
Despesas financeiras	(4.194)	(16.620)	-	322	(20.492)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**55.963**	**11.162**	**43.399**	**(46.210)**	**64.314**
Imposto de renda e contribuição social	(18.538)	(4.250)	(555)	1.873	(21.470)
Lucro líquido do exercício	**37.425**	**6.912**	**42.844**	**(44.337)**	**42.844**
Atribuído à					
Acionistas da Companhia	37.425	6.912	42.844	(44.337)	42.844
Informações sobre fluxos de caixa					
Das atividades operacionais	83.899	16.609	(653)		99.855
Das atividades de investimentos	(311)	(45)			(356)
Das atividades de financiamento	-	(46.037)	43.819		(2.218)
	83.588	(29.473)	43.166	-	97.281
Informações adicionais					
Total do ativo	362.940	340.510	603.756	70.379	1.377.585
Total do passivo	191.668	613.667	22.476	(31.505)	796.306
Aquisições de imobilizado e intangível	311	45	-		356
Depreciações e amortizações	1.455	142	5.508		7.105

	31/03/2010			
	(a)	(c)		
	Editoras	Outras	Eliminação	Consolidado
Receita líquida (i)	105.377	-	-	105.377
Custos dos produtos e serviços	(36.541)	-	-	(36.541)
Lucro bruto	**68.836**	**-**	**-**	**68.836**
Despesas com vendas	(31.167)	-	-	(31.167)
Despesas gerais e administrativas	(7.518)	-	-	(7.518)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.013	(1.220)	-	(207)
Resultado da equivalência patrimonial	-	25.642	(25.642)	-
Lucro operacional	**31.164**	**24.422**	**(25.642)**	**29.944**
Receitas financeiras	2.986	-		2.986
Despesas financeiras	(3.129)	-		(3.129)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**31.021**	**24.422**	**(25.642)**	**29.801**
Imposto de renda e contribuição social	(5.379)	-		(5.379)
Lucro líquido do exercício	**25.642**	**24.422**	**(25.642)**	**24.422**
Atribuído à				
Acionistas da Companhia	25.642	24.422	(25.642)	24.422

24. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31/03/11	31/03/10
Vendas brutas de produtos e serviços	205.206	105.384
Impostos sobre vendas	(1.399)	(7)
Receita Líquida	**203.807**	**105.377**

25. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	Controladora		
	31/03/11		
	Vendas	Administrativas	Total
Despesas com pessoal	-	(1.313)	(1.313)
Serviços de terceiros	-	(1.200)	(1.200)
Eventos e seminários	(141)	-	(141)
Aluguel	-	(11)	(11)
Outras despesas	-	(102)	(102)
	(141)	**(2.626)**	**(2.767)**

	Consolidado			
	31/03/11			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(175)	(5.065)	(1.865)	(7.105)
Despesas com pessoal	(6.410)	(13.947)	(6.787)	(27.144)
Matéria-prima e materiais	-	-	-	-
de uso e consumo	(27.521)	(232)	(70)	(27.823)
Amortização de investimento				
editorial	(14.066)	-	-	(14.066)
Serviços de terceiros	(15.266)	(3.454)	(5.378)	(24.098)
Fretes	(1.777)	(139)	(3)	(1.919)
Manutenção e reparos	(59)	(1.383)	(546)	(1.988)
Direitos autorais	(106)	(16.307)	-	(16.413)
Mídia	-	(344)	-	(344)
Eventos e seminários	-	(650)	-	(650)
Promoções	-	(808)	(3)	(811)
Provisão para créditos de liquidaçã	-	(290)	-	(290)
Aluguel	(648)	(1.778)	(384)	(2.810)
Outras Despesas/Receitas	6.013	(3.614)	(4.417)	(2.018)
	(60.015)	**(48.011)**	**(19.453)**	**(127.479)**

O montante registrado de despesa com pessoal inclui além dos salários, encargos previdenciários.

O montante relativo a custos dos produtos e dos serviços vendidos foram aqui apresentados nas rubricas de matéria-prima, materiais de uso e consumo, vendas diretas, serviços de terceiros, fretes e outras despesas.

Os valores de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, conforme apresentado na Demonstração do Valor adicionado, estão acima apresentados nas contas: serviços de terceiros, matéria-prima e materiais de uso e consumo e em outras receitas (despesas).

	Consolidado			
	31/03/10			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	(44)	(105)	(855)	(1.004)
Despesas com pessoal	(1.307)	(8.969)	(1.988)	(12.264)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(20.753)	(50)	-	(20.803)
Amortização de investimento editorial	(8.801)	-	-	(8.801)
Vendas diretas	(12)	-	-	(12)
Impressões	(214)	-	-	(214)
Serviços de terceiros	(9.344)	(3.998)	(3.392)	(16.734)
Fretes	(1.167)	(130)	-	(1.297)
Manutenção e reparos	(15)	(497)	(282)	(794)
Direitos autorais	-	(9.219)	-	(9.219)
Comissões	-	(177)	-	(177)
Mídia	-	(184)	-	(184)
Eventos e seminários	-	(952)	-	(952)
Promoções	-	(258)	(2)	(260)
Provisão para créditos de liquidação	-	(388)	-	(388)
Aluguel	(28)	(1.923)	(295)	(2.246)
Outras Despesas/Receitas	5.144	(4.317)	(704)	123
	(36.541)	**(31.167)**	**(7.518)**	**(75.226)**

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora	Consolidado	
	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Recuperação de despesas	-	212	-
Aluguéis	-	83	7
Sucatas	-	10	-
Perda (ganho) líquido de capital em controladas	(1.220)	-	(214)
	(1.220)	305	(207)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	Consolidado	
	31/03/11	31/03/11	31/03/10
Receitas:			
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	5.042	6.995	719
Mútuos	322	-	-
Descontos obtidos	-	578	-
Juros ativos (i)	10	510	2.268
Outros	90	90	-
	5.464	**8.173**	**2.986**
Despesas:			
Juros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	-	(11.842)	(2.556)
Perdas cambiais	-	36	(8)
Impostos	-	(328)	(35)
Encargos sobre parcelamentos tributários	-	(394)	(520)
Descontos concedidos	-	(95)	(3)
Juros de outros passivos (ii)	-	(6.945)	(2)
Outros	-	(924)	(5)
	-	**(20.492)**	**(3.129)**
Resultado financeiro, líquido	**5.464**	**(12.319)**	**(143)**

(i) Referem-se principalmente, a juros pagos por clientes pelo atraso no pagamento de faturas.
(ii) Referem-se principalmente a juros sobre contas a pagar por aquisição de participação societária.

28. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

28.1. Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, no resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 compõem-se de:

	Controladora	Consolidado	
	31/03/11	31/03/11	31/03/10
Imposto de renda e contribuição social constituídos no exercício	(555)	(17.094)	(6.381)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	-	(4.376)	1.002
	(555)	**(21.470)**	**(5.379)**

28.2. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	43.399	24.422	64.314	29.801
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(14.756)	(8.303)	(21.867)	(10.132)
Resultado de equivalência patrimônial	13.839	8.718		-
Diferenças temporárias, sem constituição do imposto de renda diferido	(140)	-	310	343
Diferenças permanentes		-	(724)	3.440
Compensação de prejuízos fiscais e base negativas anos anteriores	241	-	241	-
Benefícios fiscais		-	297	119
Outros	261	(415)	273	851
Total do imposto de renda e contribuição social	**(555)**	**(0)**	**(21.470)**	**(5.379)**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(555)	-	(17.094)	(6.381)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(4.376)	1.002

29. CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Lucro líquido do exercício	42.844	24.422	42.844	24.422
Ajustes de:				
Depreciações e amortizações	-	-	7.105	1.004
Resultado de equivalência patrimonial	(40.702)	(25.642)	-	-
Ganhos com investimentos	-	1.220	-	1.220
Provisão para contingências	-	-	5.205	207
Realização de imposto de renda diferido	-	-	4.376	(1.002)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	290	388
Juros e variação cambial, líquida	(323)	-	19.017	2.887
Variação no capital circulante				
Contas a receber de clientes	(1.486)	-	43.037	41.281
Estoques	-	-	2.551	(10.249)
Impostos a recuperar	(997)	-	6.507	7.254
Adiantamentos e despesas antecipadas	(1.829)	-	(2.362)	1.106
Depósitos judiciais	-	-	(741)	(1.881)
Fornecedores e demais contas a pagar	391	-	(15.856)	(9.346)
Impostos e contribuições a pagar	5	-	(517)	(1.732)
Provisão para contingências	-	-	(6.473)	888
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	(4.349)	(5.708)
	(2.097)	**-**	**100.634**	**50.739**

30. CONTAS A PAGAR POR AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO Ssocietária

Conforme mencionado na nota 1.1, em 6 de julho de 2010, a Abril Educação S.A., por meio da controlada Greentree Educacional S.A., adquiriu 100% das quotas representativas do capital social de cada uma das empresas que formavam o Grupo Anglo. Naquela data, o valor de R$249.704 foi registrado como saldo a pagar pela aquisição, sendo atualizado pelo CDI. Quando da incorporação da Greentree Educacional S.A., esses saldos a pagar foram assumidos pela Companhia.

A composição dos saldos em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante	67.475	65.738
Não circulante	202.423	197.215
	269.898	**262.953**

As parcelas classificadas como não circulante terão seus vencimentos como segue:

	Não Circulante
2012	67.475
2013	67.474
2014	67.474
	202.423

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

31.1 Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010, estão sumariados a seguir:

	Controladora 31/03/2011				
			Circulante	Não circulante	
Partes relacionadas	Contas a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar	Empréstimos e outros créditos concedidos	Receitas (despesas) financeiras, líquidas
Abrilpar Participações S.A.	-	-	1	-	-
Ativic S.A.	29	-	-	-	-
Editora Abril S.A.	9	-	-	-	-
Editora Ática S.A. (i)	-	2.560	-	-	222
Editora Scipione S.A. (i)	-	1.860	-	-	100
Gráfica e Editora Anglo S.A.	-	-	-	27.085	-
	38	**4.420**	**1**	**27.085**	**322**

	Controladora 31/12/2010				
			Circulante	Não circulante	
Partes relacionadas	Contas a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar	Empréstimos e outros créditos concedidos	Receitas (despesas) financeiras, líquidas
Abril S.A.	-	-	4	-	-
Abrilpar Participações S.A.	1	-	-	-	-
Ativic S.A.	-	-	29	-	-
Editora Abril S.A.	-	-	55	-	-
Editora Ática S.A. (i)	-	2.560	45	29.209	959
Editora Scipione S.A. (i)	-	1.860	-	15.731	641
Gráfica e Editora Anglo S.A. (i)	-	-	-	27.085	-
	1	**4.420**	**133**	**72.025**	**1.600**

(i) Sobre os empréstimos concedidos e obtidos por meio de contratos de mútuo com partes relacionadas incidem juros de CDI mais 1,25% ao ano.

(ii) Valor referente a adiantamento para futuro aumento de capital.

	Consolidado		
	31/03/2011		
		Circulante	
Partes relacionadas	Contas a receber	Contas a pagar	Vendas (gastos), líquidos
Abrilpar Participações S.A.	-	1	
Ativic S.A.	29	-	
Dinap S/A - Distribuidora Nacional de Publicações	-	17	
Editora Abril S.A.	4.772	314	(5.253)
Editora Caras S.A.	4	-	(2)
Editora Novo Continente S.A.	2	-	(2)
Fundação Victor Civita	12	-	
Treelog S.A. Logística e Distribuição	69	-	(238)
	4.888	**332**	**(5.495)**

	Consolidado		
	31 de dezembro de 2010		
		Circulante	
Partes relacionadas	Contas a receber	Contas a pagar	Vendas (gastos), líquidos
Abril S.A.	-	4	-
Abrilpar Participações S.A.	1	-	-
Ativic S.A.	-	29	-
Canais Abril de Televisão Ltda.	-	-	(1)
Dinap S.A. - Distribuidora Nacional de Publicações	19	-	-
Editora Abril S.A.	20	4.369	(12.169)
Editora Caras S.A.	-	-	(1)
Editora Novo Continente S.A.	-	1	(2)
Fundação Victor Civita	-	-	(466)
Treelog S.A.- Logística e Distribuição	-	54	(826)
	40	**4.457**	**(13.465)**

As transações com partes relacionadas foram efetuadas por valores e prazos usuais de mercado.

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia celebrou um contrato de consultoria com a empresa Via-W Consultoria Ltda., relativo à prestação de serviços de consultoria para redução de custos de telecomunicações. Os serviços foram realizados de setembro de 2010 a março de 2011, quando então foi realizado o pagamento do total dos serviços prestados, no valor de R$2.200. O Diretor Presidente da Companhia é acionista detentor de 28% do capital social da Via-W Consultoria Ltda. O contrato de consultoria já não está mais em vigor.

31.2 Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal chave da administração inclui o presidente e os diretores da Companhia e suas controladas. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	31/03/11	31/12/10
Salários e encargos	-	1.861
Honorários da diretoria	669	1.044
Participação nos lucros	548	2.743
	1.217	**5.648**

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia não efetuou pagamento de valores a seus administradores a qualquer título, além da remuneração salarial e participação no lucro (nota 2.18 (ii)).

32. SEGUROS

A política da controladora Abrilpar Participações S.A., é a de manter cobertura de seguros para as empresas do grupo por meio de apólice coletiva em montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos queenvolvem, entre outros, incêndios, alagamentos, quebras de máquinas, bens e mercadorias próprias e de terceiros, acidentes de trabalho e danos ambientais.

Para todas as nossas unidades de escritórios, escolas e armazéns, são contratadas apólice de Seguro Patrimonial, estando em vigor e contando com as principais coberturas para eventos de incêndio, raios, explosões, vendavais, quebras de máquinas, danos elétricos, derrame de água e roubo. O limite máximo de indenização para esta apólice de seguro soma o montante de R$602.000, devendo sempre serem observados os sub-limites por localidade e cobertura.

Adicionalmente, temos também contratadas e em vigor as seguintes apólices de seguros:

- Responsabilidade Civil Geral — R$10.000
  (danos causados perante terceiros)

- D&O (directors & officers) — R$40.000
  (ações contra os executivos e membros do Conselho de Administração)

- Frotas:
  Cobertura de casco (290 veículos) — Tabela FIPE
  Danos morais e corporais — R$100
  Danos materiais — R$50

- Transportes Nacionais, que suportam toda movimentação de papel e produtos acabados realizados em território nacional.

- Transportes Importação, que suporta todo processo de importação de papel.

Todas as apólices de seguros foram contratadas com companhias de seguros do mercado brasileiro de 1ª linha.

33. PLANO DE SAÚDE ABRIL

As controladas da Companhia participam do Plano de Saúde Abril, o qual foi criado para garantir a assistência médica e hospitalar aos funcionários e dependentes das empresas Abril. Assim, as empresas e funcionários possuem a responsabilidade pela contribuição mensal à Associação Abril de Benefícios, empresa gestora do plano. Durante o período findo em 31 de março de 2011 a Companhia e suas controladas efetuaram contribuições no montante de R$847 (R$710 em 31de março de 2010).

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia adquiriu 99,9% das quotas representativas do capital social total da sociedade ATB - Agência de Talentos Brasileiros Ltda., sendo 1 (uma) quota detida pelo sócio Roberto Civita que renuncia ao direito de preferência. Esta Companhia faz parte do Grupo Abril.

Em contrapartida à aquisição a Companhia pagou o preço de R$1,00 em uma única parcela.

Após a aquisição, a denominação social da sociedade ATB - Agência de Talentos Brasileiros Ltda. foi alterada para CAEP - Central Abril Educação e Participações Ltda.

a) Curso P.H. Ltda. e Sistema P.H. de Ensino Ltda.

Em 14 de abril de 2011, por meio de sua controlada CAEP - Central Abril Educação e Participações Ltda., a Companhia adquiriu 100% das quotas representativas do capital social de cada uma das empresas Curso P.H. Ltda. e Sistema P.H. de Ensino Ltda., empresas que atuam no mercado de ensino brasileiro, especialmente ministrando cursos de ensinos fundamental e médio, bem como cursos livres de ensino, incluindo curso pré-vestibular.

Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são:

Contraprestação pela compra:	
Pagamento em caixa	160.500
Saldo do preço de aquisição	67.500
Contraprestação total pela compra	**228.000**
Valor contábil dos ativos adquiridos	(7.871)
Ágio	**220.129**

Os ativos e passivos decorrentes da aquisição, determinados preliminarmente, são:

	Valor contábil da adquirida	Ajustes de valor justo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4.557	-	4.557
Investimento em cultura	60	-	60
Contas a receber (cheques devolvidos)	84	-	84
Impostos a recuperar	6.082	-	6.082
Outros ativos diversos	1.631	-	1.631
Ativo imobilizado	5.148	(3.074)	2.074
Intangível - carteira de clientes	-	33.473	33.473
Intangível - marca PH	-	51.709	51.709
Intangível - contrato de não competição	-	2.184	2.184
Fornecedores e outras obrigações	(3.582)	-	(3.582)
Salários e encargos sociais	(6.109)	-	(6.109)
Total de ativos líquidos adquiridos	**7.871**	**84.292**	**92.163**

b) Nice Participações S.A.

Em 15 de abril de 2011, por meio de sua controlada CAEP - Central Abril Educação e Participações Ltda., a Companhia adquiriu, pelo montante de R$4.001, 61,60% das quotas representativas do capital social da empresa Nice Participações S.A. e suas subsidiárias, cujo total do patrimônio líquido contábil na data de aquisição era de R$187.

Essas sociedades atuam no mercado de ensino brasileiro, editora e instituição de ensino sem fins lucrativos.

c) Livemocha Inc

Em 1º de julho de 2011, a Companhia adquiriu, pelo montante de U$2 milhões, 5,9% das quotas representativas do capital social da empresa Livemocha Inc., sociedade com sede nos Estados Unidos da América cujo total do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2010 era de U$3,497 milhões.

Essa sociedade atua no mercado de ensino de idiomas a distancia em todo o mundo.

d) Alterações Societárias

Em 24 de maio de 2011, nossos acionistas aprovaram a emissão de 2.234.939 ações da Companhia, sendo 1.117.470 ações ordinárias e 1.117.469 ações preferenciais ao preço de R$0,01, assim o capital social da Companhia passou a ser representado por R$370.420.134,96, dividido em 170.800.947 ações ordinárias e 170.800.946 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

Em 28 de junho de 2011, nossos acionistas aprovaram a conversão da totalidade das suas ações preferenciais de nossa emissão em ações ordinárias também de nossa emissão. Assim, as 85.400.473 ações preferenciais de nossa emissão foram convertidas em igual número de ações ordinárias também de nossa emissão, de modo que o nosso capital social passou a ser dividido em 170.800.946 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. Adicionalmente, em decorrência da entrada em vigor da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, que alterou o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, suprimindo a obrigatoriedade de que os Conselheiros de sociedades por ações fossem também acionistas, os membros da nossa administração que detinham ações de nossa emissão em virtude exclusiva do exercício da função de administrador, não mais são nossos acionistas.

Em 30 de junho de 2011, nossos acionistas aprovaram a conversão de parte de suas ações ordinárias de nossa emissão em ações preferenciais também de nossa emissão. Assim, 65.153.374 ações ordinárias de nossa emissão foram convertidas em igual número de ações preferenciais também de nossa emissão, de modo que o nosso capital social passou a ser dividido em 105.647.572 ações ordinárias e 65.153.374 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ROBERTO CIVITA
Conselheiro Presidente

GIANCARLO FRANCESCO CIVITA
Conselheiro Vice-Presidente

Conselheiros:

VICTOR CIVITA
DOUGLAS DURAN
ARNALDO FIQUEIREIDO TIBYRIÇÁ
PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
JONAS DE MIRANDA GOMES
MARCOS ANTONIO MAGALHÃES
MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

DIRETORIA

MANOEL LUIZ FERRÃO DE AMORIM
Diretor Presidente

Diretores:

MARCELO SCHMIDT
MARCELO VAZ BONINI
MILTON DA ROCHA CAMARGO
MANOEL BIZARRIA GUILHERME NETO
MARIO GHIO JUNIOR

MAURO CATUCCI
Contador CRC - 1SP 165.052/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Abril Educação S.A.

Examinamos as informações financeiras trimestrais individuais da Abril Educação S.A. ("Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as informações financeiras trimestrais consolidadas da Abril Educação S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações financeiras trimestrais

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações financeiras trimestrais individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e das informações financeiras trimestrais consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pela *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas informações financeiras trimestrais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as informações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas informações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas informações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das informações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das informações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as informações financeiras trimestrais

Em nossa opinião, as informações financeiras trimestrais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Abril Educação S.A. em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Opinião sobre as informações financeiras trimestrais consolidadas

Em nossa opinião, as informações financeiras trimestrais consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Abril Educação S.A. e suas controladas em 31 de março de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o trimestre findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*".

Outros assuntos

Reapresentação

As informações financeiras trimestrais do trimestre findo 31 de março de 2011 estão sendo reapresentadas em virtude das modificações descritas na Nota 2.1. Este relatório substitui o anteriormente emitido em 30 de maio de 2011.

Informações financeiras trimestrais comparativas

As informações financeiras trimestrais da Abril Educação S.A., individuais e consolidadas, incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010. No contexto do exame das informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2011, procedemos à revisão limitada das informações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2010. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre as informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2010. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2010 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*".

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária

brasileira para companhias abertas ou em processo de abertura de capital, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações financeiras trimestrais tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de julho de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC1SP168728/O-4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SIMÃO E GABRIADES VESTIBULARES LTDA. RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e sociedades controladas

31 de dezembro de 2009 e 2008

Com Parecer dos Auditores Independentes

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2009 e 2008

Índice

Parecer dos auditores independentes 339

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 341
Demonstrações do resultado 343
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 344
Demonstrações dos fluxos de caixa 345
Notas explicativas às demonstrações financeiras 346

Condomínio Centenário Plaza
Av. das Nações Unidas, 12.995
13º ao 16º andar - Brooklin Novo
04578-000 - São Paulo, SP, Brasil

Tel: (5511) 3054-0000
Fax: (5511) 3054-0077
www.ey.com.br

Parecer dos auditores independentes

Aos
Administradores e Quotistas da
Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Simão e Gabriades Vestibulares Ltda., individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Sociedade e sociedades controladas, a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Simão e Gabriades Vestibulares Ltda., em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações financeiras da Simão e Gabriades Vestibulares Ltda., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 foram originalmente examinadas pela Terco Grant Thornton Auditores Independentes (Terco), entidade separada legalmente da Ernst & Young Auditores Independentes S. S., que emitiu parecer sem ressalvas em 6 de março de 2010. Em 1 de outubro de 2010, a Terco foi incorporada pela Ernst & Young Auditores Independentes S. S. Após essa incorporação, a Ernst & Young Auditores Independentes S. S. passou a ser denominada Ernst & Young Terco Auditores Independentes S. S.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

5. Em 5 de maio de 2011, emitimos nosso parecer sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras da Sociedade (individual e consolidado). Conforme descrito na Nota Explicativa n° 2.1, a Sociedade refez as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 e 2008 para corrigir a apresentação de determinados itens identificados no exercício de 2010. Concordamos com os ajustes efetuados. Portanto, nenhuma alteração é requerida em nosso parecer sobre as referidas demonstrações financeiras refeitas e, desta forma, estamos reemitindo nosso parecer sobre as demonstrações financeiras reapresentadas.

São Paulo, 6 de março de 2010 (exceto pelas notas explicativas n^{os} 2.1 e 22, cuja a data é 5 de maio de 2011).

ERNST YOUNG TERCO
Auditores Independentes
CRC 2SP-018.196/O-8

Lourinaldo da Silva Mestre
Contador CRC 1SP-126.047/O-8

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em Reais)

		Controladora - Reapresentado		Consolidado - Reapresentado	
Ativo	Notas	2009	2008	2009	2008
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	-	**392.084**	210.676	**918.281**	987.046
Títulos e valores mobiliários	3	**57.647.243**	55.007.069	**225.930.457**	186.801.311
Contas a receber	4	**2.245.923**	2.962.749	**6.571.884**	6.953.321
Estoques	5	**17.852**	27.865	**12.189.965**	10.848.212
Tributos a recuperar	6	**4.208.337**	1.701.575	**4.565.563**	2.014.994
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	**1.992.740**	1.700.680	**1.992.740**	1.700.680
Adiantamentos a fornecedores e outros	7	**-**	90.856	**181.054**	2.857.145
Créditos diversos	-	**87.129**	98.044	**143.319**	154.234
Despesas do exercício seguinte	-	**34.433**	3.338	**49.969**	10.388
Total do ativo circulante		**66.625.741**	61.802.852	**252.543.231**	212.327.332
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de partes relacionadas	14	**369.018**	743.840	**-**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	**4.323.579**	4.494.640	**6.316.620**	6.195.620
Depósitos judiciais	-	**76.624**	-	**149.705**	11.482
		4.769.221	5.238.480	**6.466.325**	6.207.102
Investimentos	8.b	**164.479.436**	127.067.886	**-**	-
Imobilizado	9	**4.432.811**	4.413.141	**9.003.292**	5.792.134
Intangível	-	**1.271.192**	1.117.992	**1.425.019**	1.152.448
		170.183.439	132.599.019	**10.428.311**	6.944.582
Total do ativo não circulante		**174.952.660**	137.837.499	**16.894.636**	13.151.684
Total do ativo		**241.578.401**	199.640.351	**269.437.868**	225.479.016

Passivo	Notas	Controladora - Reapresentado		Consolidado - Reapresentado	
		2009	2008	2009	2008
Circulante					
Fornecedores	-	**696.844**	521.559	**3.052.692**	3.519.241
Obrigações trabalhistas e tributárias	10	**14.136.968**	14.043.247	**35.153.209**	33.886.567
Contas a pagar	-	**47.375**	96.035	**725.985**	783.780
Adiantamento de mensalidades	11	**3.403.996**	3.346.027	**3.637.013**	3.499.762
Juros sobre capital próprio	15.c	**8.808.939**	8.104.392	**8.808.939**	8.104.392
Total do passivo circulante		**27.094.122**	26.111.260	**51.377.838**	49.793.741
Passivo não circulante					
Provisão para passivo a descoberto	8.c	**562.977**	1.193.308	**-**	**-**
Provisão para contingências	12	**2.791.000**	2.791.000	**3.291.000**	3.291.000
Total do passivo não circulante		**3.353.977**	3.984.308	**3.291.000**	3.291.000
Partcipação de minoritários	13	**-**	-	**3.638.728**	2.849.492
Patrimônio líquido					
Capital social	15.a	**1.000.000**	1.000.000	**1.000.000**	1.000.000
Reserva de capital	15.b	**5.480.812**	5.480.812	**5.480.812**	5.480.812
Reserva de lucros	-	**204.649.490**	163.063.971	**204.649.490**	163.063.971
		211.130.302	169.544.783	**211.130.302**	169.544.783
Total do passivo e patrimônio líquido		**241.578.401**	199.640.351	**269.437.868**	225.479.016

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

Demonstrações do resultado
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em Reais)

	Notas	Controladora - Reapresentado		Consolidado - Reapresentado	
		2009	2008	2009	2008
Receita com prestação de serviços	-	**49.198.625**	50.411.420	**52.947.534**	45.534.210
(-) Desistências de serviços	-	**(606.005)**	(632.736)	**(903.866)**	(768.226)
Receita de venda de material didático	-	**-**	-	**94.906.265**	92.688.906
(-) Devoluções de material didático	-	**-**	-	**(2.301.821)**	(1.505.775)
Deduções das receitas	-	**(6.947.862)**	(7.034.977)	**(7.483.453)**	(7.421.494)
Receita operacional líquida		**41.644.758**	42.743.707	**137.164.659**	128.527.621
Custo dos produtos vendidos	-	**-**	-	**(10.246.269)**	(10.776.859)
Custo dos serviços prestados	16	**(27.806.008)**	(26.299.560)	**(29.559.310)**	(27.875.824)
Lucro bruto		**13.838.750**	16.444.147	**97.359.080**	89.874.938
Receitas/(despesas) operacionais:					
Administrativas e gerais	17	**(9.141.874)**	(8.700.818)	**(12.318.160)**	(11.527.416)
Despesas comerciais	18	**(2.023.529)**	(1.335.558)	**(24.342.215)**	(23.724.888)
Despesas financeiras	-	**(135.549)**	(138.272)	**(502.744)**	(362.545)
Receitas financeiras	-	**5.948.560**	6.530.158	**20.363.993**	21.395.040
Equivalência patrimonial	8	**46.442.412**	41.093.087	**-**	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	**1.211.818**	902.099	**1.248.826**	257.214
		42.301.838	38.350.696	**(15.550.300)**	(13.962.596)
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social e participação dos minoritários		**56.140.588**	54.794.843	**81.808.780**	75.912.342
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19.1	**(17.000)**	(2.778.473)	**(24.952.036)**	(23.146.491)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19.2	**121.000**	252.000	**413.060**	318.300
Lucro líquido do exercício antes da participação dos minoritários		**56.244.588**	52.268.370	**57.269.805**	53.084.151
Participação de minoritários	-	**-**	-	**(1.025.217)**	(815.781)
Lucro líquido		**56.244.588**	52.268.370	**56.244.588**	52.268.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007 (ajustado)	1.000.000	5.480.812	137.330.179	-	143.810.991
Lucro líquido do exercício	-	-	-	52.268.370	52.268.370
Distribuição de lucros	-	-	(17.000.000)	-	(17.000.000)
Juros s/ capital próprio	-	-	(9.534.578)	-	(9.534.578)
Transferências para reserva de lucros			52.268.370	(52.268.370)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2008 (Reapresentado)	1.000.000	5.480.812	163.063.971	-	169.544.783
Lucro líquido do exercício	-	-	-	56.244.588	56.244.588
Distribuição de lucros	-	-	(4.295.611)	-	(4.295.611)
Juros sobre capital próprio	-	-	(10.363.458)	-	(10.363.458)
Transferências para reserva de lucros	-	-	56.244.588	(56.244.588)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Reapresentado)	1.000.000	5.480.812	204.649.490	-	211.130.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em Reais)

	Controladora - Reapresentado		Consolidado - Reapresentado	
	2009	2008	2009	2008
Das atividades operacionais				
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	56.140.588	54.794.843	81.808.780	75.912.342
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	352.385	263.596	921.637	406.309
Resultado na venda de ativos permanentes	-	-	10.749	-
Resultado de equivalência patrimonial	(46.442.412)	(41.093.087)	-	-
Provisão para contingências	-	1.591.000	-	2.091.000
Provisão para estoques obsoletos	-	-	350.000	74.000
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	571.336	1.028.761	571.336	1.028.761
Decréscimo/(acréscimo) em ativos				
Títulos e valores mobiliários	(2.640.174)	(8.130.908)	(39.129.145)	(33.388.390)
Contas a receber	(429.510)	(1.127.801)	(189.899)	(3.308.876)
Estoques	10.014	(7.061)	(1.691.753)	(9.890)
Tributos a recuperar	(2.506.762)	(1.105.997)	(2.550.569)	(1.099.802)
Adiantamentos a fornecedores e outros	90.856	(66.427)	2.676.091	(2.517.109)
Créditos diversos	10.915	366.510	10.915	581.239
Despesas do exercício seguinte	(31.095)	7.743	(39.581)	6.687
Depósitos judiciais	(76.624)	-	(138.223)	-
(Decréscimo)/acréscimo em passivos				
Fornecedores	175.285	(572.459)	(466.549)	(576.642)
Obrigações trabalhistas e tributárias	668.721	(522.031)	1.266.642	4.665.770
Contas a pagar	(48.660)	30.189	(57.795)	234.306
Adiantamento de clientes	57.969	(327.295)	137.251	(262.008)
Caixa proveniente das operações	5.902.833	5.129.575	43.489.888	43.837.697
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.000)	(2.778.473)	(24.952.036)	(23.146.491)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.885.833	2.351.102	18.537.853	20.691.206
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Acréscimo do imobilizado e intangível	(525.256)	(1.628.521)	(4.416.115)	(1.544.753)
Contas a receber de partes relacionadas	374.822	-	-	-
Dividendos	8.400.531	17.000.000		
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	8.250.097	15.371.479	(4.416.115)	(1.544.753)
Das atividades de financiamento				
Distribuições de lucros e juros sobre capital próprio	(13.954.522)	(18.430.186)	(13.954.522)	(18.430.186)
Distribuições de lucros a minoritários	-	-	(235.981)	(339.861)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento	(13.954.522)	(18.430.186)	(14.190.503)	(18.770.048)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	181.408	(707.605)	(68.765)	376.405
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	210.676	918.281	987.046	610.641
No final do exercício	392.084	210.676	918.281	987.046
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	181.408	(707.605)	(68.765)	376.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e de 2008
(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A Simão e Gabriades Vestibulares Ltda., sediada na Cidade de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços educacionais por meio da criação e manutenção de cursos preparatórios às escolas superiores, médias e profissionais, bem como para concursos públicos, podendo ainda participar do capital de outras sociedades, como acionista ou sócia, assim, detalhamos a seguir as empresas com participação no capital:

- **Gráfica e Editora Anglo Ltda.:** tem por objeto a impressão, a composição, inclusive artística, a fotolitografia, iconografia e a edição de livros, apostilas, revistas especializadas, discos, fitas, CDs e outros materiais gravados, a compra, a venda, a produção, a reprodução, a distribuição, a importação e a exportação de livros, jornais, revistas, apostilas, papel, materiais didáticos e científicos, e recursos áudio visuais; atividades de banco de dados e distribuição online de conteúdo eletrônico, podendo ainda participar do capital de outras sociedades como acionista ou sócia. A prestação de serviços de treinamento especializado para professores e gestores escolares, atividades de workshops, reuniões e palestras;
- **Siga Educacional Ltda.:** tem por objeto a prestação de serviços educacionais por meio da criação e manutenção de cursos preparatórios às escolas superiores, médias, profissionais e concursos públicos e agenciamento de propaganda, podendo ainda participar do capital de outras sociedades, como acionista ou sócia;
- **Editora Anglo Ltda.:** tem por objeto a edição de livros, apostilas, revistas, jornais, cadernos, CD-ROM e similares; a compra, venda, distribuição, importação e exportação de livros, jornais, revistas, apostilas, cadernos e similares; a compra e venda de papel; a produção e comercialização de recursos áudios-visuais, materiais didáticos, científicos e similares; a comercialização e representação de materiais de escritório como lápis, canetas, borrachas, réguas, estojos, porta crachás, mouse pad, adesivos e similares; materiais de armarinho, como: camisetas, lenços, bonés, mochilas, uniformes, sacolas, bolsas, chaveiros, bichos de pelúcia, xícaras, relógios e similares; material de papelaria como envelopes de carta, envelopes ofício, blocos de anotações, papéis de carta, pastas e similares e material promocional como cartazes, banners, reprints, outdoors, folders, folhetos e similares.

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis

2.1. Reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 e 2008 em 5 de maio de 2011

Após a emissão das demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a Sociedade, no curso normal de suas atividades, revisitou certos critérios utilizados na avaliação e apresentação de itens do seu ativo e passivo, concluindo pela reapresentação, conforme demonstrado abaixo:

31 de dezembro de 2008 - Controladora

	Saldos originais	*Ajuste*	*Saldos reapresentados*
Ativo			
*Contas a receber **(1)***	*337.749*	*2.625.000*	*2.962.749*
*Imposto de renda e contribuição social diferidos **(2)***	*-*	*6.195.320*	*6.195.320*
*Investimentos **(3)***	*130.304.500*	*(3.236.614)*	*127.067.886*
Total dos ajustes no ativo	***-***	***5.583.706***	***-***
Passivo			
*Obrigações trabalhistas e tributárias **(4)***	*4.419.247*	*9.624.001*	*14.043.247*
*Adiantamento de mensalidades **(5)***	*3.243.027*	*103.000*	*3.346.027*
*Provisão para contingências **(6)***	*1.500.000*	*1.291.000*	*2.791.000*
Total dos ajustes no passivo	***-***	***11.018.001***	***-***
Patrimônio líquido			
*Reserva de lucros **(7)***	*168.498.266*	*(5.434.295)*	*163.063.971*
Total dos ajustes no patrimônio líquido	***-***	***(5.434.295)***	***-***
Resultado			
*Receita com prestação de serviços **(8)***	*49.780.420*	*631.000*	*50.411.420*
*Despesas administrativas e gerais **(9)***	*(8.339.818)*	*(361.000)*	*(8.700.818)*
*Despesas comerciais **(10)***	*(1.151.558)*	*(184.000)*	*(1.335.558)*
*Equivalência patrimonial **(11)***	*41.219.265*	*(126.178)*	*41.093.087*
*Imposto de renda e contribuição social corrente **(12)***	*(2.564.473)*	*(214.000)*	*(2.778.473)*
*Imposto de renda e contribuição social diferidos **(13)***	*-*	*252.000*	*252.000*
Total dos ajustes no resultado	***-***	***2.178***	***-***

(1) *Refere-se ao efeito líquido no contas a receber, referente a receita de prestação de serviços deduzido do complemento da provisão para crédito de liquidação duvidosa;*

(2) *Refere-se à constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa, obrigações trabalhistas e provisão para contingências;*

(3) *Efeito no investimento e na equivalência patrimonial após os ajustes na Gráfica e Editora Anglo Ltda.;*

(4) *Refere-se a complemento de obrigações trabalhistas e tributárias devidas;*

(5) *Refere-se à contabilização de recebimentos antecipados de mensalidades;*

(6) *Refere-se a complemento da provisão para contingências;*

(7) *Efeito líquido dos ajustes mencionados nos itens anteriores;*

(8) *Refere-se a complemento da receita de prestação de serviços;*

(9) *Refere-se a despesas administrativas inerentes ao reconhecimento de obrigações trabalhistas;*

(10) *Refere-se a complemento de provisão para crédito de liquidação duvidosa;*

(11) *Efeito na equivalência patrimonial dos ajustes efetuados na Gráfica e Editora Anglo;*

(12) *Complemento da provisão de imposto de renda e contribuição social;*

(13) *Complemento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias reconhecidas no exercício.*

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e de 2008
(Valores expressos em Reais)

31 de dezembro de 2009 - Controladora

	Saldos originais	Ajustes em 2008	Ajustes em 2009	Saldos reapresentados
Ativo				
Contas a receber ***(1)***	*195.923*	*2.625.000*	*(575.000)*	*2.245.923*
Imposto de renda e contribuição social diferidos ***(2)***	*-*	*6.195.320*	*121.000*	*6.316.319*
Investimentos ***(3)***	*168.271.877*	*(3.236.614)*	*(555.827)*	*164.479.436*
Total dos ajustes no ativo	***-***	***5.583.706***	***(1.009.827)***	***-***
Passivo				
Obrigações trabalhistas e tributárias (4)	*4.763.968*	*9.624.001*	*(251.000)*	*14.136.968*
Adiantamento de mensalidades (5)	*3.300.996*	*103.000*	*-*	*3.403.996*
Provisão para contingências (6)	*1.500.000*	*1.291.000*	*-*	*2.791.000*
Total dos ajustes no passivo	*-*	***11.018.001***	***(251.000)***	*-*
Patrimônio líquido				
Reserva de lucros (7)	*210.842.612*	*(5.434.295)*	*(758.827)*	*204.649.490*
Total dos ajustes no patrimônio líquido	***-***	***(5.434.295)***	***(758.827)***	***-***
Resultado				
Receita com prestação de serviços (8)	*49.149.625*	*-*	*49.000*	*49.198.625*
Despesas administrativas e gerais (9)	*(9.409.874)*	*-*	*268.000*	*(9.141.874)*
Despesas comerciais (10)	*(1.399.529)*	*-*	*(624.000)*	*(2.023.529)*
Equivalência patrimonial (11)	*46.998.239*	*-*	*(555.827)*	*46.442.412*
Imposto de renda e c. social corrente (12)	*-*	*-*	*(17.000)*	*(17.000)*
Imposto de renda e c. social diferidos (13)	*-*	*-*	*121.000*	*121.000*
Total dos ajustes no resultado	***-***	***-***	***(758.827)***	***-***

(1) *Refere-se ao efeito líquido no contas a receber, referente a receita de prestação de serviços deduzido do complemento da provisão para crédito de liquidação duvidosa;*

(2) *Refere-se à constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa, obrigações trabalhistas e provisão para contingências;*

(3) *Efeito no investimento e na equivalência patrimonial após os ajustes na Gráfica e Editora Anglo Ltda.;*

(4) *Refere-se a complemento de obrigações trabalhistas e tributárias devidas;*

(5) *Refere-se a contabilização de recebimentos antecipados de mensalidades;*

(6) *Refere-se a complemento da provisão para contingências;*

(7) *Efeito líquido dos ajustes mencionados nos itens anteriores;*

(8) *Refere-se a complemento da receita de prestação de serviços;*

(9) *Refere-se a despesas administrativas inerentes ao reconhecimento de obrigações trabalhistas;*

(10) *Refere-se a complemento de provisão para crédito de liquidação duvidosa;*

(11) *Efeito na equivalência patrimonial dos ajustes efetuados na Gráfica e Editora Anglo;*

(12) *Complemento da provisão de imposto de renda e contribuição social;*

(13) *Complemento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias reconhecidas no exercício.*

31 de dezembro de 2008 - Consolidado

	Saldo original	***Ajuste***	***Saldo reapresentado***
Ativo			
*Contas a receber **(1)***	*4.328.321*	*2.625.000*	*6.953.321*
*Estoques **(2)***	*14.464.212*	*(3.616.000)*	*10.848.212*
*Imposto de renda e contribuição social diferidos **(3)***	*-*	*7.896.300*	*7.896.300*
Total dos ajustes no ativo	***-***	***6.905.300***	***-***
Passivo			
*Obrigações trabalhistas e tributárias **(4)***	*22.876.567*	*11.010.000*	*33.886.567*
*Adiantamento de mensalidades **(5)***	*3.396.762*	*103.000*	*3.499.762*
*Provisão para contingencias **(6)***	*2.000.000*	*1.291.000*	*3.291.000*
Total dos ajustes no passivo	***-***	***12.404.000***	***-***
Participação dos minoritários			
*Participação dos minoritários **(7)***	*2.913.897*	*(64.405)*	*2.849.492*
Total dos ajustes na participação dos minoritários	***-***	***(64.405)***	***-***
Patrimônio líquido			
*Reserva de lucros **(8)***	*168.498.266*	*(5.434.295)*	*163.063.971*
Total dos ajustes no patrimônio líquido	***-***	***(5.434.2950)***	***-***
Resultado			
*Receita com prestação de serviços **(9)***	*44.903.210*	*631.000*	*45.534.210*
*Custos dos produtos vendidos **(10)***	*(10.702.859)*	*(74.000)*	*(10.776.859)*
*Despesas administrativas e gerais **(11)***	*(11.045.416)*	*(482.000)*	*(11.527.416)*
*Despesas comerciais **(12)***	*(23.540.888)*	*(184.000)*	*(23.724.888)*
*Imposto de renda e contribuição social corrente **(13)***	*(22.932.491)*	*(214.000)*	*(23.146.491)*
*Imposto de renda e contribuição social diferidos **(14)***	*-*	*318.300*	*318.300*
Total dos ajustes no resultado	***-***	***(363.300)***	***-***

(1) *Refere-se ao efeito líquido no contas a receber, referente à receita de prestação de serviços e o complemento da provisão para crédito de liquidação duvidosa;*

(2) *Refere-se à constituição de provisão para estoques obsoletos;*

(3) *Refere-se à constituição de provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para estoques obsoletos, obrigações trabalhistas e tributárias e da provisão para contingências;*

(4) *Refere-se a obrigações trabalhistas e tributárias;*

(5) *Refere-se à contabilização de recebimentos antecipados de mensalidades;*

(6) *Refere-se a complemento de provisão para contingências;*

(7) *Refere-se à redução da participação dos minoritários em decorrência dos ajustes efetuados;*

(8) *Efeito líquido dos ajustes mencionados nos itens de (1) a (6);*

(9) *Refere-se a complemento da receitas de prestação de serviços;*

(10) *Custos incorridos no exercício referentes à provisão para estoques obsoletos;*

(11) *Refere-se a despesas administrativas inerentes ao reconhecimento de obrigações trabalhistas;*

(12) *Refere-se a complemento da provisão para crédito de liquidação duvidosa;*

(13) *Complemento da provisão sobre o imposto de renda e contribuição social;*

(14) *Complemento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias reconhecidas no exercício.*

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2009 e de 2008
(Valores expressos em Reais)

31 de dezembro de 2009 Consolidado

	Saldo original	Ajustes 2008	Ajustes 2009	Saldo reapresentado
Ativo				
Contas a receber ***(1)***	*4.521.884*	*2.625.000*	*(575.000)*	*6.571.884*
Estoques ***(2)***	*16.155.965*	*(3.616.000)*	*(350.000)*	*12.189.965*
Imposto de renda e contribuição social diferidos ***(3)***	*-*	*7.896.300*	*413.060*	*8.309.360*
Total dos ajustes no ativo	***-***	***6.905.300***	***(511.940)***	***-***
Passivo				
Obrigações trabalhistas e tributárias ***(4)***	*23.885.209*	*11.010.000*	*258.000*	*35.153.209*
Adiantamento de mensalidades ***(5)***	*3.534.013*	*103.000*	*-*	*3.637.013*
Provisão para contingências ***(6)***	*2.000.000*	*1.291.000*	*-*	*3.291.000*
Total dos ajustes no passivo	*-*	***12.404.000***	***258.000***	*-*
Participação dos minoritários				
Participação dos minoritários ***(7)***	*3.714.245*	*(64.405)*	*(11.113)*	*3.638.728*
Total dos ajustes na participação dos minotitários	*-*	***(64.405)***	***(11.113)***	*-*
Patrimônio líquido				
Reserva de lucros ***(8)***	*210.842.612*	*(5.434.295)*	*(758.827)*	*204.649.490*
Total dos ajustes no patrimônio líquido	*-*	***(5.434.295)***	***(758.827)***	*-*
Resultado				
Receita com prestação de serviços ***(9)***	*52.898.799*	*-*	*49.000*	*52.947.534*
Custos dos produtos vendidos ***(10)***	*(9.896.269)*	*-*	*(350.000)*	*(10.246.269)*
Despesas administrativas e gerais ***(11)***	*(12.077.160)*	*-*	*(241.000)*	*(12.318.160)*
Despesas comerciais ***(12)***	*(23.718.215)*	*-*	*(624.000)*	*(24.342.215)*
Imposto de renda e contribuição social corrente ***(13)***	*(24.935.036)*	*-*	*(17.000)*	*(24.952.036)*
Imposto de renda e contribuição social diferidos ***(14)***	*-*	*-*	*413.060*	*413.060*
Total dos ajustes no resultado	*-*	*-*	***(769.940)***	*-*

(1) *Refere-se ao efeito líquido no contas a receber, referente à receita de vendas no exercício e o complemento da provisão para crédito de liquidação duvidosa;*

(2) *Refere-se à constituição de provisão para estoques obsoletos;*

(3) *Refere-se à constituição de provisão para o imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para estoques obsoletos, obrigações trabalhistas e tributárias e da provisão para contingências;*

(4) *Refere-se a obrigações trabalhistas e tributárias;*
(5) *Refere-se à contabilização de recebimentos antecipados de mensalidades;*
(6) *Refere-se a complemento de provisão para contingências;*
(7) *Refere-se à redução da participação dos minoritários em decorrência dos ajustes.*
(8) *Efeito líquido dos ajustes mencionados nos itens de (1) a (7);*
(9) *Refere-se a complemento de receitas de prestação de serviços;*
(10) *Custos incorridos no exercício referentes à provisão para estoques obsoletos;*
(11) *Refere-se a despesas administrativas inerentes ao reconhecimento de obrigações trabalhistas;*
(12) *Refere-se a complemento da provisão para crédito de liquidação duvidosa;*
(13) *Complemento da provisão sobre o imposto de renda e contribuição social;*
(14) *Complemento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias reconhecidas no exercício.*

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas de suas controladas indicadas na Nota 8, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.
O balanço patrimonial apresentado de 31/12/2008 foi ajustado com a reclassificação do saldo de perdas com investimentos (ativo não circulante) para provisão para passivo a descoberto (passivo não circulante).

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

2.4. Títulos e valores mobiliários

São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do encerramento dos exercícios, não excedendo os seus respectivos valores de mercado. A abertura destas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 3.

2.5. Contas a receber

São apresentadas aos valores presente e de realização. É constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

2.6. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.7. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas (nas quais a Sociedade possui influência significativa) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8. Imobilizado

É registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, de acordo com as taxas informadas na Nota 9.

2.9. Obrigações trabalhistas e tributárias

Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Sociedade. O referido grupo contempla também os valores a pagar a funcionários decorrentes de salários, benefícios, direitos autorais e etc.

2.10. Juros sobre capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio para fins fiscais é registrado como despesa financeira e para fins de apresentação das demonstrações financeiras é tratado como distribuição de lucros, em redução a lucros acumulados, no patrimônio líquido.

2.11. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro anual excedente a R$240.000. A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.
As antecipações ou valores passíveis de compensação são deduzidos nas respectivas provisões a pagar.

2.12. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.13. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** Passivos contingentes e obrigações legais são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

2.14. Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.15. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com os princípios de consolidação, emanados da legislação societária brasileira e compreendem a Sociedade e suas sociedades controladas, relacionadas na Nota 8.

As práticas contábeis foram consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas e também são uniformes em relação àquelas utilizadas no exercício anterior.

Na consolidação são eliminados os investimentos nas sociedades controladas, assim como saldos a receber e a pagar e as receita, despesas e os lucros não realizados, decorrentes de transações entre as sociedades.

2.16. Pronunciamentos com impacto em 2010

No transcorrer de 2009, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu diversos pronunciamentos com implementação obrigatória para o ano 2010 e facultativa para o ano de 2009.

A Sociedade não antecipou a adoção de nenhum dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores. Quando da elaboração das demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010, caso aplicável, as demonstrações financeiras de 2009 serão reapresentadas com vistas à comparabilidade entre os exercícios, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Apresentamos a seguir os principais pronunciamentos que podem ter efeitos na preparação das demonstrações financeiras de 2010:

CPC	***Objetivo***
CPC 15 - Combinação de negócios	*Determina o tratamento contábil em combinação de negócios quanto ao reconhecimento e mensuração de ativos adquiridos e passivos assumidos, ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") e as informações mínimas a serem divulgadas pela Sociedade nestas operações.*
CPC 18 - Investimentos em coligada e controlada	*Determina como devem ser contabilizados os investimentos em coligadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do investidor e em controladas nas demonstrações financeiras da controladora.*
CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	*Estabelece que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriada a provisões e a passivos e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.*
CPC 27 - Ativo Imobilizado	*Estabelece o tratamento contábil para ativos imobilizados no que tange o reconhecimento, a mensuração, a depreciação e as perdas por desvalorização.*
CPC 32 - Tributos sobre o lucro	*Prescreve o tratamento contábil de todas as formas de tributos sobre o lucro.*
CPC 33 - Benefícios a empregados	*Estabelece a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados.*
CPC 37 - Adoção inicial das normas Internacionais de Contabilidade	*Esta norma estabelece os critérios para garantir que as primeiras demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade estejam em de acordo as normas emitidas pelo IASB - Inaternational Accounting Standards Board.*
CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração	*Disciplina o reconhecimento e a mensuração de operações realizadas com instrumentos financeiros - incluindo derivativos.*
CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação	*Este pronunciamento tem como objetivo estabelecer os princípios para a apresentação de instrumentos financeiros como passivos ou instrumentos patrimoniais e para a compensação de ativos e passivos financeiros.*
CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação	*Estabelece que as Sociedades apresentem evidenciações em suas demonstrações financeiras que permitam que os usuários avaliem a significância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e performance da Sociedade, a natureza e a extensão dos riscos oriundos de instrumentos financeiros, aos quais a Sociedade está exposta e a forma pela qual a Sociedade gerencia estes riscos.*

3. Títulos e valores mobiliários

Instituições financeiras	Vencimentos em 31/12/2009	Tipo da aplicação	R$ - Controladora		R$ - Consolidado	
			2009	2008	2009	2008
Santander	04/09 a 12/11	CDB	39.507.574	44.021.846	69.713.027	66.929.472
Panamericano	08/10 a 09/11		11.672	10.601	991.997	892.696
Unibanco	09/09 a 03/11		-	1.166.703	-	17.481.461
Itaú	05/09 a 11/11		1.156.392	-	94.243.347	60.337.260
Daycoval	05/11 a 06/11		-	-	2.666.603	-
Santander	-	Fundos DI	5.877.501	-	8.528.315	-
Panamericano	11/11 a 03/12	Debêntures	9.251.179	8.101.112	34.498.744	27.236.057
Unibanco	-		-	-	-	-
Bradesco	04/11 a 07/11		1.408.395	1.304.116	14.839.489	13.638.641
Outros	-	Diversos	434.530	402.691	448.935	285.724
Total			**57.647.243**	**55.007.069**	**225.930.457**	**186.801.311**

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs), operações compromissadas (operações lastreadas em debêntures com compromisso de recompra pelo emitente) e Fundo Referenciado DI.

4. Contas a receber

Descrição	R$ - Controladora		R$ - Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Venda de material didático	-	-	9.153.609	8.641.929
(-) Provisão para devedores duvidosos	-	-	(6.529.798)	(5.905.798)
Subtotal	**-**	**-**	**2.623.811**	**2.736.131**
Cheques a receber	12.203	98.454	656.931	742.752
(-) Provisão para devedores duvidosos	-	-	(538.813)	(591.480)
Subtotal	**12.203**	**98.454**	**118.118**	**151.272**
Prestação de serviço	2.233.720	2.864.295	3.800.166	3.898.400
Outras contas a receber	-	-	29.789	167.518
Subtotal	**2.233.720**	**2.864.295**	**3.829.955**	**4.065.918**
Total	**2.245.923**	**2.962.749**	**6.571.884**	**6.953.321**

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	R$
Saldo em 31 de dezembro de 2007	5.468.517
Movimentação em 2008	1.028.761
Saldo em 31 de dezembro de 2008	6.497.278
Movimentação em 2009	571.333
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.068.611

5. Estoques

	R$ - Controladora		R$ - Consolidado	
Descrição	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Matérias-primas	-	-	5.848.949	5.221.006
Produtos acabados	17.852	27.865	10.307.016	9.243.206
Provisão para estoques obsoletos	-	-	(3.966.000)	(3.616.000)
Total	**17.852**	**27.865**	**12.189.965**	**10.848.212**

6. Tributos a recuperar

	R$ - Controladora		R$ - Consolidado	
Descrição	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
IRRF sobre aplicações financeiras	1.248.821	-	1.259.067	-
IRPJ	1.997.281	1.104.240	2.047.764	1.152.951
CSSL	962.235	597.192	980.058	640.435
IPI	-	-	261.674	210.857
Outros	-	143	17.000	10.751
Total	**4.208.337**	**1.701.575**	**4.565.563**	**2.014.994**

7. Adiantamento a fornecedores e outros

	R$ - Controladora		R$ - Consolidado	
Descrição	**2009**	**2008**	**2009**	**2008**
Adiantamentos para despesas	-	9.644	5.502	11.622
Outros adiantamentos	-	81.212	175.552	81.212
Adiantamentos diversos	-	-	-	2.764.311
Total	**-**	**90.856**	**181.054**	**2.857.145**

8. Investimentos

a) As principais informações das participações societárias mantidas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 estão resumidas a seguir:

	% - Participação		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		Equivalência patrimonial	
Sociedade investida	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Gráfica e Editora Anglo Ltda.	98,04	98,04	167.708291	129.548.280	46.728.028	41.728.797	45.812159	40.910.912
Editora Anglo Ltda.	13,14	13,14	446.526	447.130	78.254	(16.354)	(78)	(2.149)
Siga Educacional Ltda.	93,84	93,84	(599.933)	(1.271.641)	671.708	196.424	630.331	184.324
Total							**46.442.412**	**41.093.087**

b) A movimentação dos investimentos em 2009 e de 2008 está assim apresentada:

31/12/2009

Sociedade investida	No início do exercício	Equivalência patrimonial	Distribuição de lucros	No final do exercício
Gráfica e Editora Anglo Ltda.	127.009.133	45.812.159	(8.400.531)	**164.420.779**
Editora Anglo Ltda.	58.753	(78)	-	**58.657**
Total	**127.067.886**	**45.812.081**	**(8.400.531)**	**164.479.436**

31/12/2008

Sociedade investida	No início do exercício	Equivalência patrimonial	Distribuição de lucros	No final do exercício
Gráfica e Editora Anglo Ltda.	103.098.221	40.910.912	(17.000.000)	**127.009.133**
Editora Anglo Ltda.	60.902	(2.149)	-	**58.753**
Total	**103.159.123**	**40.908.763**	**(17.000.000)**	**127.067.886**

c) A movimentação da provisão para passivo a descoberto em 2009 e de 2008 está assim apresentada:

31/12/2009

Sociedade investida	*No início do exercício*	*Equivalência patrimonial*	*Distribuição de lucros*	*No final do exercício*
Siga Educacional Ltda.	*(1.193.308)*	*630.331*	*-*	***(562.977)***

31/12/2008

Sociedade investida	*No início do exercício*	*Equivalência patrimonial*	*Distribuição de lucros*	*No final do exercício*
Siga Educacional Ltda.	*(1.377.632)*	*184.324*	*-*	***(1.193.308)***

9. Imobilizado

		R$ - Controladora		R$ - Consolidado	
Descrição	% - Taxa anual de depreciação	2009	2008	2009	2008
Edificações	4	6.172.050	6.043.063	6.495.496	6.400.842
Móveis e utensílios	10	1.528.679	1.494.717	1.812.178	1.759.066
Veículos	20	232.066	232.066	232.066	247.116
Máquinas e equipamentos	10	1.204.694	1.153.232	7.199.526	3.429.652
Benfeitorias em imóveis	10	1.090.612	941.327	1.159.637	970.535
Equip. de informática	20	560.623	696.316	1.020.824	1.283.812
Outras imobilizações	10	59.975	107.512	64.393	52.997
Subtotal		**10.848.699**	**10.668.233**	**17.984.120**	**14.144.020**
(-) Depreciações acumuladas		(6.415.888)	(6.255.092)	(8.980.828)	(8.351.886)
Imobilizado líquido		**4.432.811**	**4.413.141**	**9.003.292**	**5.792.134**

10. Obrigações trabalhistas e tributárias

	R$ - Controladora		R$ - Consolidado	
Descrição	2009	2008	2009	2008
IRRF	1.802.029	1.693.150	2.153.770	2.050.843
PIS	68.541	69.369	71.281	73.466
COFINS	315.702	319.521	328.290	338.389
ISS	135.374	133.164	145.885	147.049
IRPJ	870.465	875.000	14.090.531	13.930.031
CSSL	319.535	315.000	4.616.899	4.292.122
INSS	6.316.140	6.039.926	6.841.011	6.577.8644
FGTS	2.468.546	2.824.341	4.113.393	4.041.804
Provisão de férias	1.840.428	1.634.408	2.768.772	2.330.042
Outras obrigações	208	333	23.377	104.957
Total	**14.136.968**	**14.043.247**	**35.153.209**	**33.886.567**

11. Adiantamento de mensalidades

A Sociedade tem como política comercial conceder um desconto de 5% a 15% para os alunos que anteciparem a matrícula e os pagamentos das mensalidades que irão incorrer de acordo com a competência, ou seja, durante o ano-calendário, para tanto, os recebimentos antecipados são registrados como adiantamento de mensalidades e são baixados para o resultado de acordo com a realização dos cursos contratados pelos alunos.

12. Provisão para contingências

Durante o curso normal de seus negócios, a Sociedade fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base na análise dos riscos identificados de natureza tributária, a Sociedade constituiu provisão para contingências cíveis e trabalhistas no valor de R$3.291.000 (Controladora R$2.791.000) para fazer face às perdas prováveis. As principais obrigações consideradas como risco de perda possível com base na avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos e, portanto, não provisionadas, somam R$2.770.550 (controladora R$2.640.000).

13. Participação de minoritários

As demonstrações financeiras foram consolidadas de forma integral, destacando as participações minoritárias.

14. Partes relacionadas

O saldo do contas receber com partes relacionada se refere ao saldo de um empréstimo de mútuo com a Siga Educacional Ltda., cujo os saldos montam R$369.018 e R$ 743.840 em 31 de dezembro de 2009 e 2008, respectivamente. Durante os exercícios de 2008 e de 2009, ocorreram transações de vendas de material didático da Gráfica e Editora Anglo para a Simão e Gabriades no montante R$6.543.727 em 2009 e 6.862.570 em 2008.
As transações de vendas referem-se substancialmente a venda de impressos gráficos e são praticados os valores de mercado nas referidas transações. Além dos lucros distribuídos e dos juros sobre o capital próprio, conforme divulgado na Nota explicativa n° 15. c, as Sociedades remuneraram seus administradores através de pró-labore, assim distribuídos:

R$ - Controladora		*R$ - Consolidado*	
2009	***2008***	***2009***	***2008***
486.000	*486.000*	*810.000*	*810.000*

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é de R$1.000.000, representado por 1.000.000 de quotas, no valor nominal de R$1 cada.

b) Reserva de capital

Constituída com o saldo da correção monetária de balanço apurado até 1995.

c) Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio

Os lucros líquidos terão a destinação que lhes for dada pelos sócios, que poderão determinar o seu reinvestimento, permanência na Sociedade ou distribuição, assim como o levantamento de balanços semestrais para efeito de distribuição de lucros, assim, a Sociedade optou em realizar a distribuição de lucros ao longo do exercício social de 2009.
Ainda durante o exercício, a Sociedade realizou o cálculo dos juros sobre o capital próprio dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95. O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais. Para efeito de apresentação este valor foi demonstrado como dividendos, não afetando o resultado.
O lucro remanescente do exercício foi destinado à constituição de reserva de lucros para investimentos e capital de giro na forma do contrato social.

16. Custos dos serviços prestados

	R$ - Controladora		***R$ - Consolidado***	
	2009	***2008***	***2009***	***2008***
Pessoal	*17.100.178*	*16.457.565*	*17.974.611*	*17.360.972*
Aluguel	*2.101.085*	*1.797.547*	*2.101.085*	*1.797.547*
Água e energia	*988.125*	*1.112.763*	*988.125*	*1.112.763*
Depreciação	*352.385*	*311.467*	*354.160*	*315.389*
Material didático	*6.661.891*	*6.051.914*	*7.521.207*	*7.282.099*
Outros custos	*602.344*	*616.175*	*620.122*	*7.054*
Total	***27.806.008***	***26.299.560***	***29.559.310***	***27.875.824***

17. Despesas administrativas e gerais

	R$			
	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Pessoal	7.356.866	7.087.753	9.026.990	8.347.660
IPTU	341.819	334.398	575.873	571.492
Aluguel de equipamentos	141.477	120.113	141.477	120.113
Material de conservação	239.618	131.421	239.618	207.699
Serviços de informática	107.660	168.528	595.765	477.555
Telefone	336.872	302.910	336.872	302.910
Outras despesas e serviços	617.562	555.695	1.401.565	1.499.987
Total	**9.141.874**	**8.700.818**	**12.318.160**	**11.527.416**

18. Despesas comerciais

	R$ - Controladora		R$ - Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Pessoal	1.074.495	908.211	4.378.087	3.792.490
Direitos autorais	-	-	15.081.541	14.210.786
Propaganda e publicidade	-	65.613	1.031.757	1.368.664
Eventos e outros	23.608	24.570	741.465	782.864
Assessoria de marketing	60.000	60.000	257.140	227.790
Anúncios	-	19.280	205.995	173.468
Brindes	1.954	10.861	801.347	1.022.207
Devedores duvidosos	757.273	184.000	757.273	1.047.663
Outras despesas	106.199	63.023	1.087.610	1.098.956
Total	**2.023.529**	**1.335.558**	**24.342.215**	**23.724.888**

19. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação, em seus valores à alíquota nominal:

19.1. Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação, em seus valores à alíquota nominal:

	R$ - Controladora		R$ - Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Resultado antes da tributação	56.140.588	54.794.843	81.808.780	75.912.342
Resultado de equivalência patrimonial	(46.442.412)	(41.093.087)	-	-
Juros sobre capital próprio	(10.363.458)	(9.534.578)	(10.363.458)	(9.534.578)
Diferenças permanentes e temporárias (IRPJ e CSSL)	573.569	5.125.397	2.366.248	3.810.941
(=) Base de cálculo do IRPJ	**(91.713)**	**9.292.575**	**73.811.570**	**70.188.705**
Diferenças permanentes e temporárias (CSSL)	-	(3.879.764)	-	(8.708.090)
(=) Base de cálculo da CSSL	**(91.713)**	**5.412.811**	**73.811.570**	**61.480.615**
(=) Alíquota de IRPJ	25%	25%	25%	25%
(=) Alíquota da CSSL	9%	9%	9%	9%
Total da alíquota efetiva	-18,5%	29,9%	33,8%	32,9%
Total da alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
	17.000	2.778.473	24.952.036	23.146.491

19.2. O imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos sobre as diferenças temporárias da provisão para estoques obsoletos, da provisão para crédito de liquidação duvidosa, das obrigações tributárias e trabalhistas e da provisão para contingências.

	R$ - Controladora		R$ - Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Provisão para estoques obsoletos	-	-	3.966.000	3.616.000
Obrigações trabalhistas e tributárias	10.166.000	10.434.000	12.061.000	11.820.000
Provisão para contingências	1.291.000	1.291.000	1.291.000	1.291.000
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**7.121.294**	**6.497.412**	7.121.294	6.497.412
Base de cálculo	**18.578.294**	**18.222.412**	**24.439.294**	**23.224.412**
IRPJ	25%	25%	25%	25%
CSSL	9%	9%	9%	9%
Total	34%	34%	34%	34%
Efeito dos impostos diferidos no resultado	121.000	252.000	413.060	318.300
Circulante	1.992.740	1.700.680	1.992.740	1.700.680
Não circulante	4.323.579	4.494.640	6.316.620	6.195.620
	6.316.319	6.195.320	8.309.360	7.896.300

20. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pela Sociedade restringem-se substancialmente aos títulos e valores mobiliários, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos na Nota 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. A Sociedade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.
Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- **Títulos e valores mobiliários:** as aplicações foram contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha e seus valores de mercado são idênticos aos saldos contábeis.

21. Seguros

As Sociedades mantêm seguros para ativos imobilizados, estoques, entre outros, coberturas estas consideradas suficientes pela Administração para cobrir os riscos possíveis de seus ativos e/ou responsabilidades. Os demais ativos não possuem cobertura, pois a Administração entende que o risco de perda com estes ativos é considerado remoto.
As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.
Nossos seguros estão descritos a seguir:

Cobertura	***R$ - Consolidado***
Incêndio/raio/explosão	*35.524*
Roubo e furto de bens, danos elétricos e outros	*4.183*
Total	***39.707***

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22. Eventos subsequentes

Em 6 de julho de 2010, a Abril Educação S.A., por meio da controlada Greentree Educacional S.A., adquiriu 100% das quotas representativas do capital social de cada uma das empresas que formavam o Grupo Anglo: Anglo Vestibulares Ltda. (anteriormente denominada Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.), Gráfica e Editora Anglo Ltda., Siga Educacional Ltda. e Editora Anglo Ltda.
A Sociedade, durante o mês de novembro de 2010, efetuou uma reorganização societária envolvendo as empresas do grupo. Nessa operação, a Anglo Vestibulares Ltda. incorporou as empresas Editora Anglo Ltda. e Siga Educacional Ltda. Posteriormente, a Anglo Vestibulares Ltda. foi incorporada pela Gráfica e Editora Anglo Ltda., que teve sua razão social alterada para Gráfica e Editora Anglo S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SIMÃO GABRIADES VESTIBULARES LTDA (ANGLO VESTIBULARES) DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e sociedades controladas

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2010
e relatório de revisão dos auditores independentes

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e Sociedades Controladas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 30 de junho de 2010 e
Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

ÍNDICE

	Página
Balanços patrimoniais	373 – 374
Demonstrações do resultado	375
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	376
Demonstrações dos fluxos de caixa	377
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	378 – 400
Relatório de revisão dos auditores independentes	401

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5.(a)	28.706	41.068	158.310	168.533
Titulos e valores mobiliários	5.(b)	32.232	16.971	85.091	58.315
Contas a receber	6	360	2.246	11.287	6.572
Estoques	7	26	18	9.262	12.190
Tributos a recuperar	8	5.141	4.208	5.529	4.566
Adiantamentos a fornecedores e outros		131	122	266	374
		66.596	64.633	269.745	250.550
NÃO CIRCULANTE					
Valores a receber		9	369	-	-
Depósitos judiciais	16	77	77	204	151
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	8.079	6.316	10.072	8.309
Investimentos	9	187.897	164.479	-	-
Imobilizado	10	5.149	4.433	9.463	9.003
Intangível	11	1.271	1.271	1.408	1.425
		202.482	176.945	21.147	18.888
TOTAL DO ATIVO		**269.078**	**241.578**	**290.892**	**269.438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
CIRCULANTE					
Fornecedores e demais conta a pagar	12	23.196	15.018	28.349	21.504
Obrigações tributárias	13	1.465	2.077	1.791	2.358
Imposto de renda e Contribuição Social	15	1.190	1.190	13.725	18.707
Dividendos a distribuir	19.2	215.726	-	215.726	-
Juros sobre capital próprio		9.285	8.809	9.285	8.809
		250.862	27.094	268.876	51.378
NÃO CIRCULANTE					
Provisão para passivo a descoberto	9.3	255	563	-	-
Provisão para contingências	16	1.341	2.791	1.341	3.291
		1.596	3.354	1.341	3.291
Participação de minoritários		-	-	4.055	3.639
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18	1.000	1.000	1.000	1.000
Reservas	19	5.481	210.130	5.481	210.130
Lucros acumulados	19.1	10.139	-	10.139	-
		16.620	211.130	16.620	211.130
Total do passivo e patrimônio líquido		**269.078**	**241.578**	**290.892**	**269.438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
SEMESTRESFINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009
(valores expressos em milhares de reais)

		Controladora (não revisado)		Consolidado (não revisado)	
	Notas	2010	2009	2010	2009
Receita líquida	20	14.856	18.307	76.394	75.860
Custos dos produtos e serviços	21	(12.962)	(12.847)	(23.537)	(17.524)
Lucro bruto		1.894	5.460	52.857	58.336
Despesas com vendas	23	(2.356)	(691)	(14.043)	(11.362)
Despesas gerais e administrativas	22	(5.519)	(5.162)	(6.947)	(6.396)
Equivalência patrimonial	9.2	28.526	30.885	-	-
Outras receitas		360	380	269	81
Lucro operacional		22.905	30.872	32.136	40.659
Receitas financeiras	24	2.751	3.180	10.326	10.600
Despesas financeiras	24	(45)	(53)	(357)	(292)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		25.611	33.999	42.105	50.967
Imposto de renda e contribuição social	25	1.763	(3.056)	(14.219)	(19.369)
Lucro líquido do semestre		**27.374**	**30.943**	**27.886**	**31.598**
Participação de minoritários		-	-	(512)	(655)
Lucro líquido após a participação dos minoritários		**27.374**	**30.943**	**27.374**	**30.943**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	1.000	5.481	163.064	-	169.545
Lucro líquido do período de 01 de janeiro a 30 de junho				31.598	31.598
Participação de minoritários de 01 de janeiro a 30 de junho				(655)	(655)
Lucro líquido do período de 01 de julho a 31 de dezembro				25.436	25.436
Participação de minoritários de 01 de junho a 31 de dezembro				(134)	(134)
Distribuição de lucros			(4.296)		(4.296)
Juros sobre capital próprio			(10.364)		(10.364)
Transferência para reserva de lucros			56.245	(56.245)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**1.000**	**5.481**	**204.649**	**-**	**211.130**
Lucros líquido do semestre				27.886	27.886
Participação de minoritários				(512)	(512)
Distribuição de lucros			(198.441)	(17.235)	(215.676)
Juros sobre capital próprio			(6.208)		(6.208)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	**1.000**	**5.481**	**-**	**10.139**	**16.620**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
		(não revisado)		(não revisado)
	2010	2009	2010	2009
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre	27.374	30.943	27.374	30.943
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes a caixa gerados pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	217	186	523	434
Resultado de equivalência patrimonial	(28.526)	(30.886)	-	-
Participação dos minoritários			512	655
Provisão para contingências	(1.450)	-	(1.950)	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Títulos e valores mobiliários	(15.261)	(301)	(26.776)	(2.463)
Contas a receber	1.886	541	(4.715)	(7.501)
Estoques	(8)	(23)	2.928	(813)
Tributos a recuperar	(573)	7	(963)	(7.356)
Adiantamentos a fornecedores e outros	(9)	80	108	2.680
Depósitos judiciais	-	-	(53)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.763)	-	(1.763)	-
Acréscimo (decréscimo) em passivos				
Fornecedores e demais contas a pagar	6.762	3.086	4.400	2.364
Obrigações trabalhistas e tributárias	495	(1.527)	(3.511)	1.067
Juros sobre capital próprio a pagar	476	-	476	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**(10.380)**	**2.106**	**(3.410)**	**20.010**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Acréscimo do imobilizado e intangível	(934)	(258)	(966)	(3.736)
Dividendos	4.800	1	4.800	1
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimento	3.866	(257)	3.834	(3.735)
Das atividades de financiamento com acionistas				
Distribuições de lucros e juros sobre capital próprio	(6.208)	-	(11.007)	(7.344)
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	360	43
Contas a pagar para partes relacionadas	360	43	-	(37)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	(5.848)	43	(10.647)	(7.338)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(12.362)**	**1.892**	**(10.223)**	**8.937**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do semestre	41.068	45.410	168.533	146.627
No final do semestre	28.706	47.302	158.310	155.564
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(12.362)**	**1.892**	**(10.223)**	**8.937**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2010

(valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

▪ A Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. ("Empresa"), sociedade constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços educacionais por meio da criação e manutenção de cursos preparatórios às escolas superiores, médias e profissionais, bem como para concursos públicos, podendo ainda participar do capital de outras sociedades, como acionista ou sócia, sua controladora é a Abrilpar S.A., e em conjunto com as controladas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais. A Empresa não possui ações na bolsa de valores. A seguir, está detalhado as empresas na qual a Empresa possui participação no capital:

▪ **Gráfica e Editora Anglo Ltda.:** tem por objeto a impressão, a composição, inclusive artística, a fotolitografia, iconografia e a edição de livros, apostilas, revistas especializadas, discos, fitas, CDs e outros materiais gravados, a compra, a venda, a produção, a reprodução, a distribuição, a importação e a exportação de livros, jornais, revistas, apostilas, papel, materiais didáticos e científicos, e recursos áudios-visuais; atividades de banco de dados e distribuição online de conteúdo eletrônico. A prestação de serviços de treinamento especializado para professores e gestores escolares, atividades de workshops, reuniões e palestras.

▪ **Siga Educacional Ltda.:** tem por objeto a prestação de serviços educacionais por meio da criação e manutenção de cursos preparatórios às escolas superiores, médias, profissionais e concursos públicos e agenciamento de propaganda.

▪ **Editora Anglo Ltda.:** tem por objeto a edição de livros, apostilas, revistas, jornais, cadernos, CD-ROM e similares; a compra venda, distribuição, importação e exportação de livros, jornais, revistas, apostilas, cadernos e similares; a compra e venda de papel; a produção e comercialização de recursos áudios-visuais, materiais didáticos, científicos e similares; a comercialização e representação de materiais de escritório como lápis, canetas, borrachas, réguas, estojos, porta crachás, mouse pad, adesivos e similares; materiais de armarinho, como: camisetas, lenços, bonés, mochilas, uniformes, sacolas, bolsas, chaveiros, bichos de pelúcia, xícaras, relógios e similares; material de papelaria como envelopes de carta, envelopes ofício, blocos de anotações, papéis de carta, pastas e similares e material promocional como cartazes, banners, reprints, outdoors, folders, folhetos e similares.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para o semestre findo em 30 de junho de 2010, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº.11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na **Nota 4.**

2.2 Consolidação

2.2.a Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Empresa controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas - Saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

(ii) Transações e participações minoritárias

A Empresa trata as transações com participações minoritárias como transações com proprietários de ativos da Empresa. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Empresa deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro.

2.2.b Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional do grupo e, também, a moeda de apresentação da Empresa.

2.4 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

2.4.a Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4.b Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

. **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem: contas a receber de clientes, créditos tributários e previdenciários, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

. **Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Empresa estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.4.c *Impairment* de ativos financeiros

A Empresa avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subseqüente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.d Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente a comercialização de apostilas voltadas para a educação e às mensalidades dos cursos preparatórios para exames de vestibular e concursos públicos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise do nível de perdas históricas e no conhecimento e acompanhamento da situação individual de seus clientes, sendo considerada suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

2.4.e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para obsolescência e para redução ao valor de mercado (**nota 7**).

A Empresa efetuou provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa utilização. Tal provisão é constituída com base em percentual pelo tempo de

permanência dos itens nos estoques até o limite máximo de três anos, quando são totalmente provisionados como prováveis de perda.

2.4.f Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.4.g Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando aplicável.

2.4.h Imobilizado

O Imobilizado é avaliado ao custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na **nota 10**. Terrenos não são depreciados.

2.4.i Intangíveis

Programas de computador (software)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (**nota 11**).

2.4.j Redução ao valor recuperável de ativos

Para fazer face a eventuais perdas na recuperação dos ativos circulantes mantidos pela Empresa, provisões retificadoras dos saldos destes ativos são constituídas e revisadas periodicamente. Para constituição destas provisões a Empresa faz uso de premissas e estimativas que podem resultar em variações nos saldos apresentados destes ativos dependendo do comportamento destas premissas. Os critérios para ajustes a valor recuperável dos ativos circulantes e não circulantes são os seguintes:

a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa: A Empresa adota o critério de provisão para o títulos vencidos acima de 90 dias, neste caso, quando há acordo com alunos inadimplentes o reconhecimento e estorno da provisão é feito na medida em que os pagamentos relativos a tais acordos ocorrerem.

b) Provisão para obsolescência: A Empresa possui em seu estoque livros e apostilas relativas a edições passadas, assim, de acordo com a política de atualização e revisão do conteúdo pedagógico destes materiais a Empresa, avalia suas perdas com índices históricos os quais sugerem uma provisão integral para materiais cujo a edição se dê em período superior a 3 anos.

c) Perda por *Impairment* - imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.4.l Recebimentos antecipados

Os recebimentos antecipados de clientes referem-se aos adiantamentos obtidos por conta do pagamento antecipado das mensalidades dos alunos matriculados nos cursos ministrados pela Empresa e são registrados como receita quando da efetiva prestação de serviços para os alunos.

2.4.m Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.4.n Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para contingências, os depósitos judiciais e compulsórios, mencionados na **nota 15,** são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

2.4.o Direitos autorais

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito do resultado com base nas receitas de vendas dos livros de acordo com o período de competência.

2.4.p Benefícios a funcionários

Participação nos lucros

A Empresa oferece aos funcionários participação nos resultados por meio de um programa definido e homologado pelo Sindicato.

Conforme programa, funcionários (exceto professores) recebem 21% dos seus respectivos salários, tendo como base o salário vigente no mês do pagamento do PPR. Os professores recebem o mesmo percentual de 21% sobre seus respectivos salários, contudo, tendo como base o salário vigente no mês anterior ao pagamento do PPR.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Empresa.

2.4.q Receitas com vendas

As receitas com venda de produtos e dos serviços são creditadas aos resultados quando da efetiva entrega do produto e da efetiva prestação do serviço e o respectivo custo é reconhecido no mesmo período em que a receita é contabilizada. As despesas e receitas são registradas quando incorridas e auferidas, respectivamente.

2.4.r Normas, alterações e interpretações de normas com adoção obrigatória para exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. A adoção integral destas normas deverá ser feita somente para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e neste caso, para as cifras comparativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, os saldos serão reapresentados ajustados dos efeitos apurados. A seguir relação das normas emitidas, porém não adotadas nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que são somente obrigatórias para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

(a) Pronunciamentos

. CPC 15 - Combinações de negócios
. CPC 16 - Estoques
. CPC 17 - Contratos de construção
. CPC 18 - Investimento em coligada e controladas
. CPC 19 - Investimento em empreendimento controlado em conjunto
. CPC 15 - Combinações de negócios
. CPC 20 - Custos de empréstimos
. CPC 21 - Demonstração intermediária
. CPC 22 - Informação por segmento
. CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificações de erros
. CPC 24 - Eventos subseqüentes
. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
. CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
. CPC 27 - Ativo imobilizado
. CPC 28 - Propriedade para investimento
. CPC 29 - Ativo biológico e atividade agrícola
. CPC 30 - Receitas
. CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
. CPC 32 - Tributos sobre o lucro
. CPC 33 - Benefícios a empregados
. CPC 35 - Demonstrações separadas
. CPC 36 - Demonstrações consolidadas
. CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
. CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
. CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
. CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação
. CPC 41 - Resultado por ação
. CPC 43 - Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40
. CPC PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas

(b) Estimativa dos efeitos

A Empresa efetuou análise em período subseqüente e, considerando todos os pronunciamentos em vigor em 30 de junho de 2010 com aplicação para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não houve efeito da adoção destes pronunciamentos acima descritos.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Considerações gerais e políticas

A Empresa e suas controladas possuem e seguem política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

3.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A tesouraria avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Empresa contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

a) Risco de mercado

A Empresa e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentemente classificadas com rating mínimo “brAAA”. As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, que são remuneração que variam entre 100% e 105% do CDI.

A política de vendas da Empresa e suas controladas está diretamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos

prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Empresa e suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas e julgamentos, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

A Empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Empresa revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(b) Contingências

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota 16. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos, que consideram entre outras o ordenamento jurídico aplicável ao processo bem como a jurisprudência existente para a matéria em discussão sendo provisionados os valores de provável desembolso relativos a estes processos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
Caixa	1	1	2	2
Bancos c/ movimento, líquido	101	391	769	916
Certificados de Depósito Bancários - CDBs	28.604	40.676	157.539	167.615
Total	**28.706**	**41.068**	**158.310**	**168.533**

Os CDBs são remunerados a taxas que variam entre 100,00% e 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, designado a valor justo contra o resultado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento.

b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
Fundos DI	17.976	5.878	27.571	8.528
Operações compromissadas	13.807	10.659	57.056	49.338
Outros	449	434	464	449
Total	**32.232**	**16.971**	**85.091**	**58.315**

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostos de:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
Venda de material didático	-	-	17.416	12.703
Prestação de serviços	1.859	3.733	220	251
Cheques a receber	-	12	703	657
Outras contas a receber	-	-	17	30
	1.859	3.745	18.356	13.641
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.499)	(1.499)	(7.069)	(7.069)
Total	**360**	**2.246**	**11.287**	**6.572**

A totalidade do contas a receber é denominada em Reais (R$).

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
Matérias primas	-	-	6.292	5.849
Produtos acabados	26	18	8.988	10.307
(-) Provisão para obsolescência	-	-	(6.018)	(3.966)
Total	**26**	**18**	**9.262**	**12.190**

A movimentação da provisão para perdas na realização de estoques é como segue:

	2010
Saldos em 1º de janeiro	(3.966)
Adições	(2.217)
Reversões e baixas	165
Saldos em 30 de junho	**(6.018)**

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
IRRF sobre aplicações financeiras	-	1.249	429	1.259
IRPJ e CSSL antecipados	2.856	2.959	2.927	3.027
IPI	-	-	-	262
Outros impostos a restituir	2.285	-	2.173	18
Total	**5.141**	**4.208**	**5.529**	**4.566**

9. INVESTIMENTOS

9.1. Investimentos em controladas

A participação direta da Empresa em empresas controladas em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 está a seguir demonstrada:

	% Participação		Patrimônio líquido	
Sociedade investida	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
Gráfica e Editora Anglo Ltda.	98,04	98,04	191.603	167.707
Editora Anglo Ltda.	13,14	13,14	367	447
Siga Educacional Ltda.	93,84	93,84	(272)	(600)
Total			**191.698**	**167.554**

9.2. A equivalência patrimonial das participações diretas da Empresa em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 está a seguir demonstrada:

	Lucro líquido (prejuízo)		Equivalência patrimonial	
Sociedade investida	**30 de junho de 2010**	**31 de dezembro de 2009**	**30 de junho de 2010**	**31 de dezembro de 2009**
Gráfica e Editora Anglo Ltda.	28.792	47.295	28.228	46.368
Editora Anglo Ltda.	(76)	76	(10)	10
Siga Educacional Ltda.	328	672	308	631
Total	**29.044**	**48.044**	**28.526**	**47.009**

9.3. Movimentação dos investimentos / passivo a descoberto:

Sociedade investida	**Início do período**	**Equivalência patrimonial**	**Distribuição de lucros**	**Final do período**
Gráfica e Editora Anglo Ltda.	164.420	28.228	(4.800)	187.848
Editora Anglo Ltda.	59	(10)		49
Investimentos	**164.479**	**28.218**	**(4.800)**	**187.897**
Siga Educacional Ltda.	(563)	308	-	(255)
Passivo a descoberto	**(563)**	**308**	**-**	**(255)**

10. IMOBILIZADO

a) Saldos em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009:

		Controladora		Consolidado	
Descrição	**Taxa anual de depreciação**	**30 de junho de 2010**	**31 de dezembro de 2009**	**30 de junho de 2010**	**31 de dezembro de 2009**
Terrenos		2.142	2.141	2.402	2.402
Edificações	4%	1.796	1.796	1.796	1.796
Instalações	10%	2.330	2.215	2.393	2.278
Móveis e utensílios	10%	1.541	1.529	1.828	1.812
Veículos	20%	209	232	209	232
Máquinas e equipamentos	10%	1.244	1.205	7.238	7.200
Benfeitorias em imóveis	10%	1.837	1.091	1.906	1.160
Equipamentos de informática	20%	564	561	959	929
Outras imobilizações	10%	79	79	84	84
Subtotal		11.742	10.849	18.815	17.893
(-) Depreciações acumuladas		(6.593)	(6.416)	(9.352)	(8.890)
Total		**5.149**	**4.433**	**9.463**	**9.003**

b) Movimentação Controladora

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2010
Imobilizado	10.849	916	(23)	-	11.742
(-) Depreciação	(6.416)	-	23	(200)	(6.593)
Total	**4.433**	**916**	**-**	**(200)**	**5.149**

c) Movimentação Consolidado

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/06/2010
Imobilizado	17.893	945	(23)	-	18.815
(-) Depreciação	(8.890)	-	23	(485)	(9.352)
Total	**9.003**	**945**	**-**	**(485)**	**9.463**

11. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
Software	314	297	733	712
Marcas e patentes	1.118	1.118	1.153	1.153
Amortização	(161)	(144)	(478)	(440)
Total	**1.271**	**1.271**	**1.408**	**1.425**

a) Movimentação

	Controladora			
Descrição	Saldo em 31/12/2009	Adição	Amortização	Saldo em 30/06/2010
Software	297	17		314
(-) Amortização	(144)		(17)	(161)
Total	**153**	**17**	**(17)**	**153**

	Consolidado			
Descrição	Saldo em 31/12/2009	Adição	Amortização	Saldo em 30/06/2010
Software	712	21		733
(-) Amortização	(440)		(38)	(478)
Total	**272**	**21**	**(38)**	**255**

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 junho de 2010	31 de dezembro de 2009
Fornecedores	1.476	697	916	3.053
Salários e encargos sociais	12.286	10.870	16.437	14.088
Recebimentos antecipados de clientes	7.494	3.404	7.897	3.637
Outras contas a pagar	1.940	47	3.099	726
	23.196	**15.018**	**28.349**	**21.504**

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
IRRF	933	1.557	1.206	1.789
PIS	60	68	65	71
COFINS	277	316	298	328
ISS	189	135	203	146
Outras Obrigações	6	1	19	24
Total	**1.465**	**2.077**	**1.791**	**2.358**

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
Imposto de renda	875	875	10.479	14.095
Contribuição social sobre o lucro	315	315	3.246	4.612
Total	**1.190**	**1.190**	**13.725**	**18.707**

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Empresa e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas e, quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A Administração da Empresa, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
Tributários	1.341	2.791	1.341	3.291
Total	**1.341**	**2.791**	**1.341**	**3.291**

b) A movimentação pode ser sumariada como segue:

Descrição	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**3.291**	**3.291**
Atualização monetária e juros	50	50
Reclassificação para contas a pagar	(2.000)	(2.000)
Saldo em 30 de junho de 2010	**1.341**	**1.341**

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos tributários

A Empresa e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária que a Administração, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, efetua provisão para contingências relativa à esses processos. A principal demanda tributária refere-se a exclusão da base de cálculo baixa para Finan/Finor no ano calendário de 2008.

Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009	30 de junho de 2010	31 de dezembro de 2009
Trabalhistas	77	77	77	77
Cíveis	-		127	74
	77	**77**	**204**	**151**

Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não

existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial, classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas, somam R$ 5.754 (Controladora) e R$ 1.762 (Consolidado).

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias são como segue:

			Consolidado
	31 de dezembro de 2009	**Debitado/ (creditado) ao resultado**	**30 de junho de 2010**
Imposto de renda e Contribuição social diferidos ativo			
Provisão para contingências	1.119	(664)	455
Provisão para baixa estoque de produtos acabados	1.348	698	2.046
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.403	-	2.403
Outras diferenças temporárias	3.439	1.729	5.168
	8.309	**1.763**	**10.072**

	31 de dezembro de 2009	**30 de junho de 2010**
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	6.040	7.803
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	2.269	2.269
	8.309	**10.072**

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social em 30 de junho de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 é de R$ 1.000.000,00, dividido em 1.000.000 de quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada.

18. RESERVAS

	30 de junho de 2010	**31 de dezembro de 2009**
Reserva de capital	5.481	5.481
Outras reservas		
Reserva retenção de lucros	-	204.649
	5.481	**210.130**

18.1. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, que terão a destinação que lhes for dada pelos sócios-quotistas, podendo determinar o seu re-investimento, permanência na Sociedade, ou distribuição, assim como o levantamento de balanços semestrais para efeito de distribuição de lucros.

18.2. Dividendos propostos

Conforme estabelecido no Contrato Social da Empresa, com sua última alteração datada de 11 de dezembro de 2009, foi proposta a distribuição de dividendos no valor de R$ 215.726. Referido valor foi reduzido da reserva de retenção de lucros e de lucros acumulados.

Também foi proposto o pagamento no valor de R$6.208 a título de juros sobre o capital próprio, sendo o referido valor reduzido da reserva de retenção de lucros.

18.3. Participação dos minoritários

A participação dos minoritários em cada uma das empresas é demonstrada abaixo:

- Gráfica e Editora Anglo Ltda.: 1,96%
- Editora Anglo Ltda.: 86,86%
- Siga Educacional Ltda.: 6,16%

Em 30 de junho de 2010, o saldo da parcela atribuível aos minoritários, com base nos percentuais de participação acima, totaliza o valor de R$ 4.130.

19. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
		(não revisado)		**(não revisado)**
Vendas brutas de produtos e serviços	18.122	21.817	79.909	79.630
Impostos sobre vendas	(3.266)	(3.510)	(3.515)	(3.770)
Receita Líquida	**14.856**	**18.307**	**76.394**	**75.860**

20. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
		(não revisado)		**(não revisado)**
Pessoal	(7.551)	(7.728)	(10.981)	(10.276)
Aluguel	(1.350)	(1.027)	(1.633)	(1.293)
Água e energia	(545)	(502)	(545)	(502)
Depreciação e amortização	(217)	(186)	(522)	(433)
Material didático	(2.924)	(3.013)	(6.855)	(3.096)
Outros custos	(375)	(391)	(1.460)	(1.574)
Provisão para obsolescência	-	-	(1.541)	(350)
Total	**(12.962)**	**(12.847)**	**(23.537)**	**(17.524)**

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
		(não revisado)		**(não revisado)**
Pessoal	(4.213)	(3.399)	(4.960)	(3.957)
IPTU	(419)	(350)	(419)	(403)
Aluguel de equipamentos	(90)	(81)	(90)	(81)
Material de conservação	(105)	(137)	(105)	(137)
Serviços de informática	(104)	(47)	(328)	(283)
Telefone	(173)	(167)	(173)	(168)
Outras despesas	(415)	(981)	(872)	(1.367)
Total	**(5.519)**	**(5.162)**	**(6.947)**	**(6.396)**

22. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
		(não revisado)		**(não revisado)**
Pessoal	(762)	(517)	(2.664)	(2.179)
Direitos autorais	(1.438)	-	(9.463)	(7.497)
Propaganda e publicidade	-	-	(297)	(349)
Eventos e outros	(3)	(24)	(321)	(266)
Assessoria de marketing	(30)	(30)	(127)	(110)
Anúncios	-	-	(154)	(128)
Brindess	-	-	(26)	(114)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	(719)
Outras despesas	(123)	(120)	(991)	-
Total	**(2.356)**	**(691)**	**(14.043)**	**(11.362)**

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas:		(não revisado)		(não revisado)
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	2.631	3.063	10.138	10.330
Descontos obtidos	2	5	14	9
Juros ativos (i)	118	112	174	261
	2.751	**3.180**	**10.326**	**10.600**
Despesas:				
Descontos concedidos	-	-	(282)	(218)
Outros	(45)	(53)	(75)	(74)
	(45)	**(53)**	**(357)**	**(292)**
Resultado financeiro, líquido	**2.706**	**3.127**	**9.969**	**10.308**

(i) Refere-se principalmente, a juros pagos por clientes pelo atraso no pagamento de faturas.

24. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

24.1. Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e na conta de imposto de renda e contribuição social diferidos, nos resultados dos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009 compõem-se de:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
		(não revisado)		(não revisado)
Imposto de renda e contribuição social constituídos no exercício	-	(3.056)	(15.982)	(19.369)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	1.763	-	1.763	-
	1.763	**(3.056)**	**(14.219)**	**(19.369)**

24.2. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos semestres findos em 30 de junho de 2010 e 2009 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
		(não revisado)		(não revisado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	25.611	33.999	42.105	50.967
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(8.708)	(11.560)	(14.316)	(17.329)
Equivalência patrimônial	9.699	10.501		
Diferenças permanentes	772	(1.997)	97	(2.040)
Total do imposto de renda e contribuição social	**1.763**	**(3.056)**	**(14.219)**	**(19.369)**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave da Administração:

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2010, a Empresa efetuou pagamentos a seus administradores a título de remuneração salarial no valor de R$108.

26. SEGUROS

As Sociedades mantêm seguros para ativos imobilizados, estoques, entre outros, coberturas estas consideradas suficientes pela Administração para cobrir os riscos possíveis de seus ativos e/ou responsabilidades. Os demais ativos não possuem cobertura, pois a Administração entende que o risco de perda com estes ativos é considerado remoto.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Administração entende que possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Nossos seguros estão descritos a seguir:

Cobertura	R$
Incêndio/raio/explosão	35.524
Roubo e furto de bens, danos elétricos e outros	4.183
Total	**39.707**

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 6 de julho de 2010, a Abril Educação S.A., por meio de sua controlada Greentree Educacional S.A., adquiriu 100% das quotas representativas do capital social de cada uma das empresas que formavam o Grupo Anglo: Simão e Gabriades Vestibulares Ltda., Gráfica e Editora Anglo Ltda., Siga Educacional Ltda. e Editora Anglo Ltda..

Em 30 de novembro de 2010 diversos atos societários foram realizados com o propósito de manter as operações da Simão Gabriades Vestibulares Ltda (Anglo) em uma única entidade.

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e Sociedades Controladas

Abaixo segue um resumo das alterações societárias ocorridas em 30 de novembro de 2010:

a) Aumento de capital na Anglo Vestibulares (Simão Gabriades Vestibulares Ltda), no qual a Greentree Educacional aportou ações detidas nas empresas Editora Anglo, Gráfica e Editora Anglo e SIGA.

b) Incorporação societária, na qual a Anglo Vestibulares incorpora as participações detidas nas empresas Editora Anglo e SIGA.

c) Incorporação societária, na qual a Gráfica e Editora Anglo incorpora sua controladora Anglo Vestibulares, mediante a troca de ações. No mesmo ato transforma a Gráfica e Editora Anglo Ltda. em Sociedade Anônima (S.A.).

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

1 Efetuamos revisão limitada do balanço patrimonial da Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. (a "Empresa") e do balanço patrimonial consolidado da Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e suas controladas em 30 de junho de 2010 e das correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Empresa e das correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir relatório sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e consistiram, principalmente, na aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras junto aos responsáveis pelas áreas contábil e financeira. Considerando que essas revisões não representaram um exame de acordo com as Normas de Auditoria Independente das demonstrações financeiras, não estamos expressando opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

3 Com base em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações financeiras para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Conforme mencionado na Nota 2.4, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.281/10, a administração da Empresa optou por apresentar suas demonstrações financeiras intermediárias utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. A Empresa divulgou esse fato na Nota 2.4, bem como a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e a estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado.

5 O exame do balanço patrimonial e do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 5 de maio de 2011, sem ressalvas. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e as demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa do período de seis meses findo em 30 de junho de 2009, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas ou revisadas por auditores independentes. Nosso parecer não abrange as demonstrações financeiras dessa data.

São Paulo, 30 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SIMÃO GABRIADES VESTIBULARES LTDA (ANGLO VESTIBULARES) DO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e sociedades controladas

Demonstrações financeiras em
31 de março de 2010
e relatório de revisão dos auditores independentes

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda e Sociedades Controladas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de março de 2010 e
Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

ÍNDICE

	Página
Balanços patrimoniais	407 – 408
Demonstrações do resultado	409
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	410
Demonstrações dos fluxos de caixa	411
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	412 – 435
Relatório de revisão dos auditores independentes	436

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e Sociedades Controladas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5. (a)	35.413	41.068	154.958	168.533
Títulos e valores mobiliários	5. (b)	25.273	16.971	71.715	58.315
Contas a receber de clientes	6	1.721	2.246	17.839	6.572
Estoques	7	104	18	13.037	12.190
Tributos a recuperar	8	3.460	4.208	5.245	4.566
Adiantamentos a fornecedores e outros		77	122	580	374
		66.046	**64.633**	**263.374**	**250.550**
NÃO CIRCULANTE					
Valores a receber		-	369	-	-
Depósitos judiciais	15	77	77	178	151
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	6.316	6.316	8.009	8.309
Investimentos	9	179.613	164.479	-	-
Imobilizado	10	4.980	4.433	9.423	9.003
Intangível	11	1.266	1.271	1.412	1.425
		192.252	**176.945**	**19.022**	**18.888**
TOTAL DO ATIVO		**258.298**	**241.578**	**282.395**	**269.438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e Sociedades Controladas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/03/2010	31/12/2009	31/03/2010	31/12/2009
CIRCULANTE					
Fornecedores e demais contas a pagar	12	22.891	15.018	32.888	21.504
Obrigações tributárias	13	1.193	2.077	1.506	2.358
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	3.313	1.190	13.387	18.707
Juros sobre capital próprio		6.409	8.809	6.409	8.809
		33.807	**27.094**	**54.190**	**51.378**
NÃO CIRCULANTE					
Provisão para passivo a descoberto	9.3	281	563	-	-
Provisão para contingências	15	1.316	2.791	1.316	3.291
		1.597	**3.354**	**1.316**	**3.291**
Participação de minoritarios		-	-	3.995	3.639
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	17	1.000	1.000	1.000	1.000
Reservas	18	210.130	210.130	210.130	210.130
Lucros acumulados		11.764		11.764	
		222.894	**211.130**	**222.894**	**211.130**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**258.298**	**241.578**	**282.395**	**269.438**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e Sociedades Controladas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E DE 2009
(valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2010	2009	2010	2009
			(não revisado)		(não revisado)
Receita Líquida	19	3.655	3.692	42.288	39.797
Custos dos produtos e serviços	20	(5.412)	(5.194)	(11.410)	(11.212)
Lucro bruto		**(1.757)**	**(1.502)**	**30.878**	**28.585**
Despesas com vendas	22	(612)	(419)	(7.465)	(5.138)
Despesas gerais e administrativas	21	(2.993)	(2.602)	(3.743)	(3.270)
Equivalência Patrimonial	9	17.815	18.971	-	-
Outras receitas		171	194	192	200
Lucro operacional		**12.625**	**14.642**	**19.862**	**20.377**
Receitas financeiras	23	1.284	1.719	4.854	5.784
Despesas financeiras	23	(21)	(26)	(399)	(447)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**13.887**	**16.335**	**24.317**	**25.714**
Imposto de renda e contribuição social	24	(2.123)	(2.586)	(12.197)	(11.573)
Lucro líquido do trimestre		**11.764**	**13.749**	**12.120**	**14.141**
Participação de minoritários		-	-	(356)	(392)
Lucro líquido após a participação dos minoritários		**11.764**	**13.749**	**11.764**	**13.749**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	**1.000**	**5.481**	**163.064**	**-**	**169.545**
Lucro líquido do período de 01 de janeiro a 31 de março	-	-	-	14.141	14.141
Participação de minoritários de 01 de janeiro a 31 de março	-	-	-	(392)	(392)
Lucro líquido do período de 01 de abril a 31 de dezembro	-	-	-	42.893	42.893
Participação de minoritários de 01 de abril a 31 de dezembro	-	-	-	(397)	(397)
Distribuição de lucros	-	-	(4.296)	-	(4.296)
Juros s/ capital próprio	-	-	(10.364)	-	(10.364)
- Transferência para reserva	-	-	56.245	(56.245)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**1.000**	**5.481**	**204.649**	**-**	**211.130**
Lucro líquido do trimestre	-	-	-	12.120	12.120
Participação de minoritários	-	-	-	(356)	(356)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010	**1.000**	**5.481**	**204.649**	**11.764**	**222.894**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e Sociedades Controladas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E DE 2009
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
		(não revisado)		**(não revisado)**
Das atividades operacionais				
Lucro líquido do trimestre	11.764	13.749	11.764	13.749
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes a caixa gerados pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	105	94	262	189
Resultado de equivalência patrimonial	(17.815)	(18.971)	-	-
Participação de minoritários	-	-	356	392
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133	-	148	-
Provisão para contingências	(1.475)		(1.975)	
Provisão para obsolêscência	-	-	(233)	-
Decréscimo (acréscimo) em ativos				
Títulos e valores mobiliários	(8.302)	(72)	(13.400)	(1.523)
Contas a receber	761	6.820	(11.415)	(4.692)
Estoques	(86)	-	(614)	1.474
Tributos a recuperar	748	(818)	(679)	-
Adiantamentos a fornecedores e outros	46	75	95	(293)
Depósitos judiciais	-	-	(27)	1
Acréscimo (Decréscimo) em passivos				
Fornecedores e demais contas a pagar	7.873	2.339	11.384	3.196
Impostos e contribuições a pagar	(884)	3.475	(852)	(4.540)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.123	2.586	(5.320)	(5.459)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais	**(5.008)**	**9.277**	**(10.506)**	**2.494**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Acréscimo do imobilizado e intangível	(647)	(3.388)	(669)	(3.617)
Dividendos	2.400	-	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimento	1.753	(3.388)	(669)	(3.617)
Das atividades de financiamento com acionistas				
Distribuições de lucros e juros sobre capital próprio	(2.400)	(3.600)	(2.400)	(3.600)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento com acionistas	(2.400)	(3.600)	(2.400)	(3.600)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5.655)**	**2.289**	**(13.575)**	**(4.723)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do trimestre	41.068	45.410	168.533	146.627
No final do trimestre	35.413	47.699	154.958	141.904
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(5.655)**	**2.289**	**(13.575)**	**(4.723)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e Sociedades Controladas

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2010

(valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

- A Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. ("Empresa"), sociedade constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços educacionais por meio da criação e manutenção de cursos preparatórios às escolas superiores, médias e profissionais, bem como para concursos públicos, podendo ainda participar do capital de outras sociedades, como acionista ou sócia, sua controladora é a Abrilpar S.A., e em conjunto com as controladas, compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais. A Empresa não possui ações na bolsa de valores. A seguir, está detalhado as empresas na qual a Empresa possui participação no capital:

- **Gráfica e Editora Anglo Ltda.:** tem por objeto a impressão, a composição, inclusive artística, a fotolitografia, iconografia e a edição de livros, apostilas, revistas especializadas, discos, fitas, CDs e outros materiais gravados, a compra, a venda, a produção, a reprodução, a distribuição, a importação e a exportação de livros, jornais, revistas, apostilas, papel, materiais didáticos e científicos, e recursos áudio visuais; atividades de banco de dados e distribuição online de conteúdo eletrônico. A prestação de serviços de treinamento especializado para professores e gestores escolares, atividades de workshops, reuniões e palestras.

- **Siga Educacional Ltda.:** tem por objeto a prestação de serviços educacionais por meio da criação e manutenção de cursos preparatórios às escolas superiores, médias, profissionais e concursos públicos e agenciamento de propaganda.

- **Editora Anglo Ltda.:** tem por objeto a edição de livros, apostilas, revistas, jornais, cadernos, CD-ROM e similares; a compra, venda, distribuição, importação e exportação de livros, jornais, revistas, apostilas, cadernos e similares; a compra e venda de papel; a produção e comercialização de recursos áudios-visuais, materiais didáticos, científicos e similares; a comercialização e representação de materiais de escritório como lápis, canetas, borrachas, réguas, estojos, porta crachás, mouse pad, adesivos e similares; materiais de armarinho, como: camisetas, lenços, bonés, mochilas, uniformes, sacolas, bolsas, chaveiros, bichos de pelúcia, xícaras, relógios e similares; material de papelaria como envelopes de carta, envelopes ofício, blocos de anotações, papéis de carta, pastas e similares e material promocional como cartazes, banners, reprints, outdoors, folders, folhetos e similares.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os períodos findos em 31 de março de 2010, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº.11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na **Nota 4.**

2.2 Consolidação

2.2.a Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras.

(i) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Empresa controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Empresa. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas

contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Empresa.

(ii) Transações e participações minoritárias

A Empresa trata as transações com participações minoritárias como transações com proprietários de ativos da Empresa. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Empresa deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro.

2.2.b Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional do grupo e, também, a moeda de apresentação da Empresa.

2.4 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

2.4.a Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4.b Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

. **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem: contas a receber de clientes, créditos tributários e previdenciários, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

. **Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Empresa estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.4.c *Impairment* de ativos financeiros

A Empresa avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment.*

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.d Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente a comercialização de apostilas voltadas para a educação e às mensalidades dos cursos preparatórios para exames de vestibular e concursos públicos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise do nível de perdas históricas e no conhecimento e acompanhamento da situação individual de seus clientes, sendo considerada suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

2.4.e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para obsolescência e para redução ao valor de mercado (**nota 7**).

A Empresa efetuou provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa utilização. Tal provisão é constituída com base em percentual pelo tempo de permanência dos itens nos estoques até o limite máximo de três anos, quando são totalmente provisionados como prováveis de perda.

2.4.f Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.4.g Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando aplicável.

2.4.h Imobilizado

O Imobilizado é avaliado ao custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na **nota 10**. Terrenos não são depreciados.

2.4.i Intangíveis

Programas de computador (software)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (**nota 11**).

2.4.j Redução ao valor recuperável de ativos

Para fazer face a eventuais perdas na recuperação dos ativos circulantes mantidos pela Empresa, provisões retificadoras dos saldos destes ativos são constituídas e revisadas periodicamente. Para constituição destas provisões a Empresa faz uso de premissas e estimativas que podem resultar em variações nos saldos apresentados destes ativos dependendo do comportamento destas premissas. Os critérios para ajustes a valor recuperável dos ativos circulantes e não circulantes são os seguintes:

a) Provisão para crédito de liquidação duvidosa: A Empresa adota o critério de provisão para o títulos vencidos acima de 90 dias, neste caso, quando há acordo com alunos inadimplentes o reconhecimento e estorno da provisão é feito na medida em que os pagamentos relativos a tais acordos ocorrerem.

b) Provisão para obsolescência: A Empresa possui em seu estoque livros e apostilas relativas a edições passadas, assim, de acordo com a política de atualização e revisão do conteúdo pedagógico destes materiais a Empresa, avalia suas perdas com índices históricos os quais sugerem uma provisão integral para materiais cujo a edição se dê em período superior a 3 anos.

c) Perda por *Impairment* - imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.4.l Recebimentos antecipados

Os recebimentos antecipados de clientes referem-se aos adiantamentos obtidos por conta do pagamento antecipado das mensalidades dos alunos matriculados nos cursos ministrados pela Empresa e são registrados como receita quando da efetiva prestação de serviços para os alunos.

2.4.m Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo

operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.4.n Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para contingências, os depósitos judiciais e compulsórios, mencionados na **nota 15,** são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

2.4.o Direitos autorais

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito do resultado no período com base nas receitas de vendas dos livros de acordo com o período de competência.

2.4.p Benefícios a funcionários

Participação nos lucros

A Empresa oferece aos funcionários participação nos resultados por meio de um programa definido e homologado pelo Sindicato.

Conforme programa, funcionários (exceto professores) recebem 21% dos seus respectivos salários, tendo como base o salário vigente no mês do pagamento do PPR. Os professores recebem o mesmo percentual de 21% sobre seus respectivos salários, contudo, tendo como base o salário vigente no mês anterior ao pagamento do PPR.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Empresa.

2.4.q Receitas com vendas

As receitas com venda de produtos e dos serviços são creditadas aos resultados quando da efetiva entrega do produto e da efetiva prestação do serviço e o respectivo custo é

reconhecido no mesmo período em que a receita é contabilizada. As despesas e receitas são registradas quando incorridas e auferidas, respectivamente.

2.4.r Normas, alterações e interpretações de normas com adoção obrigatória para exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010.

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais. A adoção integral destas normas deverá ser feita somente para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 e neste caso, para as cifras comparativas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, os saldos serão reapresentados ajustados dos efeitos apurados. A seguir relação das normas emitidas, porém não adotadas nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que são somente obrigatórias para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

(a) Pronunciamentos

. CPC 15 - Combinações de negócios
. CPC 16 - Estoques
. CPC 17 - Contratos de construção
. CPC 18 - Investimento em coligada e controladas
. CPC 19 - Investimento em empreendimento controlado em conjunto
. CPC 15 - Combinações de negócios
. CPC 20 - Custos de empréstimos
. CPC 21 - Demonstração intermediária
. CPC 22 - Informação por segmento
. CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificações de erros
. CPC 24 - Eventos subseqüentes
. CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
. CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
. CPC 27 - Ativo imobilizado
. CPC 28 - Propriedade para investimento
. CPC 29 - Ativo biológico e atividade agrícola
. CPC 30 - Receitas
. CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada
. CPC 32 - Tributos sobre o lucro
. CPC 33 - Benefícios a empregados
. CPC 35 - Demonstrações separadas
. CPC 36 - Demonstrações consolidadas
. CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade

. CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
. CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
. CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidenciação
. CPC 41 - Resultado por ação
. CPC 43 - Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40
. CPC PME - Contabilidade para pequenas e médias empresas

(c) Estimativa dos efeitos

A Empresa efetuou análise em período subseqüente e, considerando todos os pronunciamentos em vigor em 31 de março de 2010 com aplicação para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, não houve efeito da adoção destes pronunciamentos acima descritos.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

3.1 Considerações gerais e políticas

A Empresa e suas controladas possuem e seguem política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

3.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A tesouraria avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Empresa contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

a) Risco de mercado

A Empresa e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentemente classificadas com rating mínimo “brAAA”. As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, que são remuneração que variam entre 100% e 105% do CDI.

A política de vendas da Empresa e suas controladas está diretamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Empresa e suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas e julgamentos, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

A Empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Empresa revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de

possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(b) Contingências

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota 16. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos, que consideram entre outras o ordenamento jurídico aplicável ao processo bem como a jurisprudência existente para a matéria em discussão sendo provisionados os valores de provável desembolso relativos a estes processos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Caixa	1	1	2	2
Bancos c/ movimento, líquido	257	391	805	916
Certificados de depósitos bancários - CDBs	35.155	40.676	154.151	167.615
	35.413	**41.068**	**154.958**	**168.533**

Os CDBs são remunerados à taxas que variam entre 100,00% e 102,00% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, designado ao valor justo contra o resultado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento.

b) Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Fundos DI	13.252	5.878	17.526	8.528
Operações compromissadas	11.579	10.659	53.732	49.338
Outros	442	434	457	449
	25.273	**16.971**	**71.715**	**58.315**

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostos de:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Venda de material didático		-		12.703
Prestação de serviços	3.145	3.733	24.167	251
Cheques a receber	187	12	852	657
Outras contas a receber	21	-	37	30
	3.353	3.745	25.056	13.641
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.632)	(1.499)	(7.217)	(7.069)
Total	**1.721**	**2.246**	**17.839**	**6.572**

A totalidade do contas a receber é denominada em Reais (R$).

b) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no consolidado é como segue:

	2010
Saldos em 1º de janeiro	(7.069)
Adições	(148)
Saldos em 31 de março	**(7.217)**

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Matérias primas		-	7.515	5.849
Produtos acabados	104	18	9.255	10.307
(-) Provisão para obsolescência			(3.733)	(3.966)
Total	**104**	**18**	**13.037**	**12.190**

A movimentação da provisão para perdas na realização de estoques é como segue:

	2010
Saldos em 1º de janeiro	(3.966)
Reversões e baixas	233
Saldos em 30 de junho	**(3.733)**

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de março de 2010**	**31 de dezembro de 2009**	**31 de março de 2010**	**31 de dezembro de 2009**
IRRF sobre aplicações financeiras	170	1.249	510	1.259
IRPJ e CSLL Antecipados	282	2.959	1.410	3.027
IPI	3.008	-	3.305	262
Outros impostos a restituir	-	-	20	18
Total	**3.460**	**4.208**	**5.245**	**4.566**

9. INVESTIMENTOS

9.1. Investimentos em controladas

A participação direta da Empresa em empresas controladas em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009, está a seguir demonstrada:

	% Participação		Patrimônio líquido	
Sociedade investida	**31 de março de 2010**	**31 de dezembro de 2009**	**31 de março de 2010**	**31 de dezembro de 2009**
Gráfica e Editora Anglo Ltda.	98,04	98,04	184.218	167.707
Editora Anglo Ltda.	13,14	13,14	450	447
Siga Educacional Ltda.	93,84	93,84	(298)	(600)
Total			**184.370**	**167.554**

9.2. A equivalência patrimonial das participações diretas da Empresa em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009, está a seguir demonstrada:

	Lucro líquido		Equivalência patrimonial	
Sociedade investida	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Gráfica e Editora Anglo Ltda	17.884	47.295	17.533	46.368
Editora Anglo Ltda	3	76	-	10
Siga Educacional Ltda	302	672	282	631
Total	**18.189**	**48.043**	**17.815**	**47.009**

9.3. Movimentação dos investimentos / passivo a descoberto:

Sociedade investida	Início do período	Equivalência patrimonial	Distribuição de lucros	Final do trimestre
Gráfica e Editora Anglo Ltda.	164.420	17.533	(2.400)	179.553
Editora Anglo Ltda.	59	-	-	59
Investimentos	**164.479**	**17.533**	**(2.400)**	**179.612**
Siga Educacional Ltda.	(563)	282	-	(281)
Passivo a descoberto	**(563)**	**282**	**-**	**(281)**

10. IMOBILIZADO

a) Saldos em 31 de março de 2010 e 31 de dezembro de 2009:

		Controladora		Consolidado	
Descrição	Taxa anual de depreciação	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Terrenos		2.141	2.141	2.402	2.402
Edificações	4%	1.796	1.796	1.796	1.796
Instalações	10%	2.324	2.215	2.387	2.278
Móveis e utensílios	10%	1.539	1.529	1.825	1.812
Veículos	20%	232	232	232	232
Máquinas e equipamentos	10%	1.238	1.205	7.233	7.200
Benfeitorias em imóveis	10%	1.580	1.091	1.649	1.160
Equipamentos de informática	20%	561	561	941	929
Outras imobilizações	10%	79	79	85	84
Subtotal		11.490	10.849	18.550	17.893
(-) Depreciações acumuladas		(6.510)	(6.416)	(9.127)	(8.890)
Total		**4.980**	**4.433**	**9.423**	**9.003**

b) Movimentação Controladora

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Adição	Depreciação	Saldo em 31/03/2010
Imobilizado	10.849	641		11.490
(-) Depreciação	(6.416)		(94)	(6.510)
Total	**4.433**	**641**	**(94)**	**4.980**

c) Movimentação Consolidado

Descrição	Saldo em 31/12/2009	Adição	Depreciação	Saldo em 31/03/2010
Imobilizado	17.893	657		18.550
(-) Depreciação	(8.890)		(237)	(9.127)
Total	**9.003**	**657**	**(237)**	**9.423**

11. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Software	300	297	718	712
Marcas e Patentes	1.118	1.118	1.153	1.153
Amortização	(152)	(144)	(459)	(440)
Total	**1.266**	**1.271**	**1.412**	**1.425**

a) Movimentação

			Controladora	
Descrição	Saldo em 31/12/2009	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2010
Software	297	3		300
(-) Amortização	(144)		(8)	(152)
Total	**153**	**3**	**(8)**	**148**

			Consolidado	
Descrição	Saldo em 31/12/2009	Adição	Amortização	Saldo em 31/03/2010
Software	712	6		718
(-) Amortização	(440)		(19)	(459)
Total	**272**	**6**	**(19)**	**259**

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Fornecedores	1.624	697	4.741	3.053
Salários e encargos sociais	11.496	10.870	15.357	14.088
Recebimentos antecipados de clientes	9.727	3.404	10.127	3.637
Credores por devoluções	-	-	810	-
Outras contas a pagar	44	47	1.853	726
	22.891	**15.018**	**32.888**	**21.504**

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
IRRF	99	1.557	353	1.789
PIS	70	68	76	71
COFINS	320	316	350	328
ISS	704	135	726	146
Outras Obrigações		1	1	24
Total	**1.193**	**2.077**	**1.506**	**2.358**

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Imposto de renda	2.433	875	9.837	14.095
Contribuição social sobre o lucro	880	315	3.550	4.612
Total	**3.313**	**1.190**	**13.387**	**18.707**

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Empresa e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas e, quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A Administração da Empresa, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de março de 2010**	**31 de dezembro de 2009**	**31 de março de 2010**	**31 de dezembro de 2009**
Tributários	1.316	2.791	1.316	3.291
Total	**1.316**	**2.791**	**1.316**	**3.291**

b) Movimentação:

Descrição	**Tributários**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2009	**3.291**	**3.291**
Atualização monetária e juros	25	25
Reclassificação para contas a pagar	(2.000)	(2.000)
Saldo em 31 de março de 2010	**1.316**	**1.316**

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos tributários

A Empresa e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária que a Administração, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, efetua provisão para contingências relativa à esses processos. A principal demanda tributária refere-se a exclusão da base de cálculo baixa para Finan/Finor no ano calendário de 2008.

d) Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31 de março de 2010**	**31 de dezembro de 2009**	**31 de março de 2010**	**31 de dezembro de 2009**
Trabalhistas	77	77	77	77
Cíveis			101	74
	77	**77**	**178**	**151**

Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial, classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas, somam R$ 2.556 (Controladora) e R$ 2.606 (Consolidado).

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias são como segue:

			Consolidado
	31 de dezembro de 2009	Creditado/ (debitado) ao resultado	31 de março de 2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo			
Provisão para contingências	1.119	(672)	447
Provisão para baixa estoque de produtos acabados	1.348	(79)	1.269
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.403	50	2.453
Outras diferenças temporárias	3.439	401	3.840
	8.309	**(300)**	**8.009**

	31 de dezembro de 2009	31 de março de 2010
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	6.040	5.740
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	2.269	2.269
	8.309	**8.009**

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social em 31 de março de 2010 e em 31 de dezembro de 2009 é de R$ 1.000.000,00, dividido em 1.000.000 de quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada.

18. RESERVAS

	31 de março de 2010	31 de dezembro de 2009
Reserva de capital	5.481	5.481
Outras reservas		
Reserva retenção de lucros	204.649	204.649
	210.130	**210.130**

18.1. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, que terão a destinação que lhes for dada pelos sócios-quotistas, podendo determinar o seu re-investimento, permanência na Sociedade, ou distribuição, assim como o levantamento de balanços semestrais para efeito de distribuição de lucros.

18.2. Dividendos propostos

A última alteração do Contrato Social datada de 11 de dezembro de 2009, prevê a distribuição de dividendos intermediário, contudo, em 30 de março de 2010 não foram deliberados dividendos a serem distribuídos para o lucro acumulado no trimestre.

18.3 Participação dos minoritários

A participação dos minoritários em cada uma das empresas é demonstrada abaixo:

- Gráfica e Editora Anglo Ltda.: 1,96%
- Editora Anglo Ltda.: 86,86%
- Siga Educacional Ltda.: 6,16%

Em 31 de março de 2010, o saldo da parcela atribuível aos minoritários, com base nos percentuais de participação acima, totaliza o valor de R$ 4.070.

19. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
		(não revisado)		(não revisado)
Vendas brutas de produtos e serviços	5.589	5.668	44.370	42.646
Impostos sobre vendas	(1.934)	(1.976)	(2.082)	(2.849)
Receita Líquida	**3.655**	**3.692**	**42.288**	**39.797**

20. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
		(não revisado)		**(não revisado)**
Pessoal	(3.026)	(2.808)	(4.672)	(4.062)
Aluguel	(641)	(593)	(789)	(730)
Água e energia	(183)	(134)	(193)	(134)
Depreciação e amortização	(102)	(94)	(256)	(189)
Material didático	(1.276)	(1.371)	(5.085)	(5.154)
Outros custos	(184)	(194)	(648)	(943)
Provisão para obsolescência	-	-	233	-
Total	**(5.412)**	**(5.194)**	**(11.410)**	**(11.212)**

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
		(não revisado)		**(não revisado)**
Pessoal	(2.056)	(1.788)	(2.467)	(2.044)
IPTU	-	(3)	(3)	(3)
Aluguel de equipamentos	(41)	(45)	(43)	(54)
Material de conservação	(9)	(4)	(18)	(5)
Serviços de informática	(6)	(19)	(111)	(146)
Telefone	(85)	(83)	(89)	(83)
Outras despesas	(796)	(660)	(1.012)	(935)
Total	**(2.993)**	**(2.602)**	**(3.743)**	**(3.270)**

22. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
		(não revisado)		**(não revisado)**
Pessoal	(383)	(230)	(1.346)	(1.046)
Direitos autorais	(16)	(13)	(4.944)	(3.016)
Propaganda e publicidade	(2)	-	(263)	(269)
Eventos e outros	(3)	(24)	(148)	(183)
Assessoria de marketing	(15)	(15)	(63)	(54)
Anúncios	(167)	(91)	(381)	(92)
Brindess	-	(1)	-	(1)
Outras despesas	(26)	(45)	(320)	(477)
Total	**(612)**	**(419)**	**(7.465)**	**(5.138)**

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
		(não revisado)		(não revisado)
Receitas:				
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	1.228	1.659	4.770	5.680
Descontos obtidos	-	3	10	4
Juros ativos (i)	56	57	74	100
	1.284	**1.719**	**4.854**	**5.784**
Despesas:				
Impostos	-	-	(276)	(316)
Descontos concedidos	-	-	(92)	(93)
Outros	(21)	(26)	(31)	(38)
	(21)	**(26)**	**(399)**	**(447)**
Resultado financeiro, líquido	**1.263**	**1.693**	**4.455**	**5.337**

(i) Refere-se principalmente, a juros pagos por clientes pelo atraso no pagamento de faturas.

24. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

24.1. Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social e na conta de imposto de renda e contribuição social diferidos, nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2009 compõem-se de:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
		(não revisado)		(não revisado)
Imposto de renda e contribuição social constituídos no exercício	(1.559)	(1.900)	(8.962)	(8.504)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	(564)	(686)	(3.235)	(3.069)
	(2.123)	**(2.586)**	**(12.197)**	**(11.573)**

24.2. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos trimestres findos em 31 de março de 2010 e 2009 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
		(não revisado)		(não revisado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.887	16.335	24.317	25.714
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(4.722)	(5.554)	(8.268)	(8.743)
Diferenças permanentes	2.599	2.968	(3.929)	(2.830)
Total do imposto de renda e contribuição social	**(2.123)**	**(2.586)**	**(12.197)**	**(11.573)**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Remuneração do pessoal chave da Administração:

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2010, a Empresa efetuou pagamentos a seus administradores a título de remuneração salarial no valor de R$54.

26. SEGUROS

As Sociedades mantêm seguros para ativos imobilizados, estoques, entre outros, coberturas estas consideradas suficientes pela Administração para cobrir os riscos possíveis de seus ativos e/ou responsabilidades. Os demais ativos não possuem cobertura, pois a Administração entende que o risco de perda com estes ativos é considerado remoto.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. Consideramos que temos um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Nossos seguros estão descritos a seguir:

Cobertura	R$
Incêndio/raio/explosão	35.524
Roubo e furto de bens, danos elétricos e outros	4.183
Total	**39.707**

As premissas de riscos adotadas e suas respectivas coberturas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 6 de julho de 2010, a Abril Educação S.A., por meio de sua controlada Greentree Educacional S.A., adquiriu 100% das quotas representativas do capital social de cada uma das empresas que formavam o Grupo Anglo: Simão e Gabriades Vestibulares Ltda., Gráfica e Editora Anglo Ltda., Siga Educacional Ltda. e Editora Anglo Ltda..

Em 30 de novembro de 2010 diversos atos societários foram realizados com o propósito de manter as operações da Simão Gabriades Vestibulares Ltda (Anglo) em uma única entidade.

Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e Sociedades Controladas

Abaixo segue um resumo das alterações societárias ocorridas em 30 de novembro de 2010:

a) Aumento de capital na Anglo Vestibulares (Simão Gabriades Vestibulares Ltda), no qual a Greentree Educacional aportou ações detidas nas empresas Editora Anglo, Gráfica e Editora Anglo e SIGA.

b) Incorporação societária, na qual a Anglo Vestibulares incorpora as participações detidas nas empresas Editora Anglo e SIGA.

c) Incorporação societária, na qual a Gráfica e Editora Anglo incorpora sua controladora Anglo Vestibulares, mediante a troca de ações. No mesmo ato transforma a Gráfica e Editora Anglo Ltda. em Sociedade Anônima (S.A.).

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Simão e Gabriades Vestibulares Ltda.

1 Efetuamos revisão limitada do balanço patrimonial da Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. (a "Empresa") e do balanço patrimonial consolidado da Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. e suas controladas em 31 de março de 2010 e das correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Empresa e das correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa do trimestre findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir relatório sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e consistiram, principalmente, na aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras junto aos responsáveis pelas áreas Contábil e Financeira. Considerando que essas revisões não representaram um exame de acordo com as normas de auditoria independente das demonstrações financeiras, não estamos expressando opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

3 Com base em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações financeiras para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Conforme mencionado na Nota 2.4, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.281/10, a administração da Empresa optou por apresentar suas demonstrações financeiras intermediárias utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009. A Empresa divulgou esse fato na Nota 2.4, bem como a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e a estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado.

5 O exame do balanço patrimonial e do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram parecer com data de 5 de maio de 2011, sem ressalvas. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e as demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa do trimestre findo em 31 de março de 2009, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas ou revisadas por auditores independentes. Nosso parecer não abrange as demonstrações financeiras dessa data.

São Paulo, 30 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO SISTEMA P.H. DE ENSINO LTDA. RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Sistema P.H. de Ensino Ltda.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes

Sistema P.H. de Ensino Ltda.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
em 31 de Dezembro de 2010 e
Relatório dos Auditores Independentes

Í N D I C E

	Página
Balanços patrimoniais	441 – 442
Demonstrações do resultado	443
Demonstrações do resultado abrangente	444
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	445
Demonstrações dos fluxos de caixa	446
Demonstrações do valor adicionado	447
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	448 – 475
Relatório dos auditores independentes	476 – 477

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.841	2.845	3.675
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	8	4.830	1.940	36
Estoques	9	37	95	89
Impostos a recuperar	10	1.350	1.099	932
Adiantamentos a fornecedores e outros	11	1.423	780	657
		11.481	**6.759**	**5.389**
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos judiciais	16	103	56	37
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.022	959	949
Intangível	12	178	136	113
Imobilizado	13	2.861	2.601	2.040
		4.164	**3.752**	**3.139**
TOTAL DO ATIVO		**15.645**	**10.511**	**8.528**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

	Nota	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
CIRCULANTE				
Fornecedores e demais contas a pagar	14	4.201	4.114	3.258
Receitas antecipadas		5.412	4.881	4.720
Impostos e contribuições a pagar	15	1.733	1.342	1.867
Imposto de renda e contribuição social a pagar		2.367	1.008	195
		13.713	**11.345**	**10.040**
NÃO CIRCULANTE				
Provisão para contingências	16	3.003	2.819	2.790
		3.003	**2.819**	**2.790**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a Descoberto)				
Capital social	18	76	76	76
Ajuste de avaliação patrimonial		(3.636)	(3.636)	(3.636)
Lucros (prejuízos) acumulados		2.489	(93)	(742)
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		**(1.071)**	**(3.653)**	**(4.302)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a Descoberto)		**15.645**	**10.511**	**8.528**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2010	2009
Operações continuadas			
Receita Líquida	19	65.218	57.981
Custos dos produtos e serviços	21	(25.246)	(19.081)
Lucro bruto		**39.972**	**38.900**
Despesas com vendas	21	(3.033)	(2.262)
Despesas gerais e administrativas	21	(18.863)	(22.755)
Outras receitas, líquidas	20	110	132
Lucro operacional		**18.186**	**14.015**
Receitas financeiras	22	454	522
Despesas financeiras	22	(219)	(225)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**18.421**	**14.312**
Imposto de renda e contribuição social	23	(5.738)	(4.512)
Lucro líquido do exercício		**12.683**	**9.800**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	**12.683**	**9.800**
Total do resultado abrangente do exercício	**12.683**	**9.800**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras .

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2009	**76**	**(3.636)**	**(742)**	**(4.302)**
Lucro líquido do exercício			9.800	9.800
Destinação do resultado:				
Pagamento de dividendos			(9.151)	(9.151)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**76**	**(3.636)**	**(93)**	**(3.653)**
Lucro líquido do exercício			12.683	12.683
Destinação do resultado:				
Pagamento de dividendos			(10.101)	(10.101)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**76**	**(3.636)**	**2.489**	**(1.071)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa gerado nas operações (Nota 24)	16.643	13.249
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.686)	(3.779)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**11.957**	**9.470**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de:		
Imobilizado	(703)	(945)
Intangível	(157)	(137)
Outros investimentos	-	(48)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(860)**	**(1.130)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Mútuos recebidos de partes relacionadas	-	(19)
Dividendos pagos	(10.101)	(9.151)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(10.101)**	**(9.170)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**996**	**(830)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**2.845**	**3.675**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**3.841**	**2.845**
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**996**	**(830)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009
RECEITAS	**71.362**	**63.505**
Venda de produtos	71.252	63.325
Outras receitas	110	180
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**14.453**	**13.444**
Matérias-primas consumidas	495	673
Custo de produtos vendidos	1.149	913
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	12.809	11.858
VALOR ADICIONADO BRUTO	**56.909**	**50.061**
RETENÇÕES	**558**	**498**
Depreciações e amortizações	558	498
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**56.351**	**49.563**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**454**	**522**
Receitas financeiras	454	522
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**56.805**	**50.085**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	**22.692**	**21.469**
Remuneração direta	18.994	17.891
Benefícios	1.882	1.913
FGTS	1.816	1.665
Impostos, taxas e contribuições	**17.456**	**15.122**
Federais	13.812	11.941
Estaduais	5	14
Municipais	3.639	3.167
Remuneração de capital de terceiros	**3.974**	**3.694**
Juros	219	225
Alugueis	3.893	3.591
Outros	(138)	(122)
Remuneração de capitais próprios	**12.683**	**9.800**
Distribuição de dividendos	10.101	9.151
Lucros retidos	2.582	649
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**56.805**	**50.085**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Sistema P.H. de Ensino Ltda. (“Empresa”), é uma sociedade constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

O objeto social da Empresa é a prestação de serviços de ensino, especialmente ministrando cursos de Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, desenvolvendo e exercendo, ainda, toda e qualquer atividade ligada ao ramo de ensino e outros característicos da prestação de serviços de ensino.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais foi aprovada pela Administração da Empresa em 23 de maio de2011.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As demonstrações financeiras também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs e IFRS pela Empresa. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil (BR GAAP antigo) e CPCs/IFRS, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado abrangente, estão descritas na nota 27.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

A Administração da Empresa analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas demonstrações financeiras, em função das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho serem elaboradas considerando os resultados agrupados, a Empresa possui somente um segmento. Adicionalmente, os tomadores de decisões podem efetuar caso necessário, determinadas análises sobre certas informações mais detalhadas das unidades de ensino e graduação dos alunos, que não se qualificam como segmentos para divulgação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis, não existindo, nas presentes demonstrações financeiras, instrumentos financeiros derivativos ou mensurados a valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem o contas a receber de clientes e partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(d) *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente a mensalidades a receber dos alunos matriculados nos cursos Pré-Escolar, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise do nível de perdas históricas e no conhecimento e acompanhamento da situação individual de seus clientes, em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos (nota 8). Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Empresa não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por considerar insignificante o risco com perdas por inadimplência.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para obsolescência e para redução ao valor de mercado (nota 9)**.**

2.7 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante (nota 16).

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, exceto aqueles para os quais foram atribuídos valores de mercado (*deemed cost)* na data de transição, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.13).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Intangíveis

(a) Programas de computador (software)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (nota 12).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Empresa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 12.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para contingências, assim como os depósitos judiciais, mencionados na nota 16 são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

2.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa.

A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir.

(a) Receita com mensalidades de alunos

A receita com mensalidades de alunos do colégio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando-se o método linear de reconhecimento de receita, vinculado ao período do contrato. As receitas recebidas antecipadamente são reconhecidas no passivo circulante na rubrica de Receitas antecipadas, e são apropriadas ao resultado na medida em que os serviços são prestados.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.15 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Empresa iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Empresa.

IFRS 9, "Instrumentos financeiros". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos e passivos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Empresa para seus ativos financeiros, mas não terá impacto sobre os passivos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. Não se espera que haja algum impacto relevante nas demonstrações financeiras da Empresa.

IAS 24 Revisado (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011.
Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. A Empresa está atualmente avaliando o impacto do IAS 24.

O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais" está em vigor desde 1 de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. A Empresa aplicará a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

(b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Empresa

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Empresa iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos . Entretanto, não são relevantes para as operações da Empresa:

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2011:

. Alteração no IAS 32, "Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações"

. Alteração no IFRS 1 - "Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez"

. Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (funding) e sua Interação"

Aprimoramentos aos IFRS em 2011

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil. Abaixo relação das principais alterações a serem aplicadas:

IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"
(i) Mudanças na política contábil no ano da adoção
(ii) Base de reavaliação como custo atribuído (*deemed cost*)
(iii) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos)

IFRS 3 - "Combinações de Negócios"
(i) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado
(ii) Mensuração de participações não controladoras
(iii) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente

IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"

IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"

IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"

IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários"

IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas e julgamentos, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

A Empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Empresa revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(b) Contingências

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota 16**.** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

4.2 Fatores de risco financeiro

A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a) Risco de mercado

Considerando que a Empresa não tem ativos ou passivos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Empresa são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentemente classificadas com rating mínimo “AAA”.

A política de concessão de crédito da Empresa está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do “Contas a Receber”.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez das Sociedades, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, os passivos financeiros da Empresa eram de curto prazo sem qualquer exposição a oscilação de taxas de juros.

5. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo da Empresas ao administrar seu capital são os de garantir sua continuidade oferecendo retorno adequado aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Empresa não possui nenhuma dívida o que determina seu índice de alavancagem financeira igual a zero.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo títulos e valores mobiliários, duplicatas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º. de janeiro de 2009, a Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos ou mensurados a valor justo.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Caixa	8	185	400
Bancos conta movimento, líquido	1.147	611	1.042
Fundos DI (i)	2.686	2.049	2.233
	3.841	**2.845**	**3.675**

(i) Os Fundos DI são remunerados a taxas que variam entre 10,71% e 11,96% a.a., resgatáveis a qualquer momento.

(ii) A totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa é denominada em Reais (R$).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

a) Composição:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Contas a receber de clientes	260	129	-
Cheques em cobrança	75	45	34
	335	174	34
Contas a receber de partes relacionadas (nota 25)	4.495	1.766	2
	4.830	**1.940**	**36**

A totalidade do contas a receber é denominada em Reais (R$).

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Composição	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
A vencer:	**239**	**109**	**-**
Vencidas:			
Até 30 dias	63	63	23
De 31 a 60 dias	11	2	-
De 61 a 90 dias	3	-	2
De 91 a 180 dias	9	-	9
De 181 a 360 dias	10	-	-
há mais de 360 dias	-	-	-
	335	**174**	**34**

9. ESTOQUES

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Matérias-primas	-	17	12
Outros	37	78	77
	37	**95**	**89**

Os custos dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em “custos das vendas” totalizaram R$ 934 em 31 de dezembro de 2010 e R$ 906 em 31 de dezembro de 2009.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Imposto de renda e contribuição social antecipados	1.239	952	778
Outros	111	147	154
	1.350	**1.099**	**932**

11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTROS

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Adiantamentos a empregados (*)	1.092	753	614
Adiantamentos a fornecedores	126	5	8
Pagamentos antecipados	205	16	15
Outros	-	6	20
	1.423	**780**	**657**

(*) Referem-se substancialmente a adiantamentos de férias concedidos aos funcionários da Empresa.

12. INTANGÍVEL

Os saldos apresentam-se como segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Sistemas de computação	178	136	113
	178	**136**	**113**

a) Movimentação

					2010
	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/09	Adições	Amortização	Saldo líquido em 31/12/10
Sistemas de computação	20%	136	157	(115)	178
		136	**157**	**(115)**	**178**

					2009
	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 01/01/09	Adições	Amortização	Saldo líquido em 31/12/09
Sistemas de computação	20%	113	137	(114)	136
		113	**137**	**(114)**	**136**

b) Revisão de vida útil estimada

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 “Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28” do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Empresa realizou, análise da vida útil dos sistemas de computação, com o objetivo de ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da amortização desses itens. Esta análise foi efetuada por empresa independe especializada, tendo como data base 01 de janeiro de 2009. Estas novas vidas úteis passaram a impactar os resultados da Empresa a partir de 01 de janeiro de 2009.

13. IMOBILIZADO

a) Movimentação

		2010			
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/09	Adições	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/10
Máquinas e equipamentos industriais	5% a 50%	410	-	(45)	365
Móveis e utensílios	5% a 50%	1.745	256	(227)	1.774
Veículos	9% a 20	151	35	(21)	165
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	3	-	(1)	2
Equipamentos de computação	9% a 20%	292	412	(149)	555
		2.601	**703**	**(443)**	**2.861**

		2009			
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 01/01/09	Adições	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/09
Máquinas e equipamentos industriais	5% a 50%	455	-	(45)	410
Móveis e utensílios	5% a 50%	1.197	747	(199)	1.745
Veículos	9% a 20%	169	-	(18)	151
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	-	3	-	3
Equipamentos de computação	9% a 20%	219	195	(122)	292
		2.040	**945**	**(384)**	**2.601**

(i) Revisão da vida útil estimada

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09, a Empresa contratou empresa especializada para realização de revisão de vida útil e emissão do correspondente Laudo de Avaliação. Referido Laudo já foi concluído e foi elaborado com data-base de 01 de janeiro de 2009. Para elaboração do laudo, a empresa de avaliação considerou o planejamento operacional da Empresa para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens.

A nova estimativa da vida útil remanescente dos itens do imobilizado, passou a impactar os resultados a partir de 1º. de janeiro de 2009.

	Taxa de depreciação	
Itens do imobilizado	Anterior	Atual
Máquinas e equipamentos	10%	5% a 50%
Móveis e utensílios	10%	5% a 50%
Veículos	20%	9% a 20%
Equipamentos de computação	20%	9% a 20%
Software	20%	20% a 50%
Benfeitorias em bens de terceiros	10%	20%

14. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Fornecedores	698	577	125
Salários e encargos sociais	3.500	3.537	2.810
Credores por devoluções	3	-	17
Outras contas a pagar	-	-	306
	4.201	**4.114**	**3.258**

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
IPTU a recolher	-	-	632
INSS a recolher	565	475	444
ISSQN a recolher	441	391	363
IRRF a recolher	324	143	145
PIS a recolher	47	38	32
COFINS a recolher	216	174	149
CSL a recolher	3	2	3
Outros	137	119	99
	1.733	**1.342**	**1.867**

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Empresa é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A Administração da Empresa, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

Processos	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Trabalhistas	2.911	2.654	2.717
Tributários	92	165	73
	3.003	**2.819**	**2.790**

b) Movimentação:

Descrição	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009	2.717	73	2.790
Constituição/(Reversão) de provisão	(63)	92	29
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.654	165	2.819
Constituição/(Reversão) de provisão	257	(73)	184
Saldo em 31 de dezembro de 2010	**2.911**	**92**	**3.003**

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos trabalhistas

A Empresa é parte em ações de natureza trabalhista, principalmente devido a demissões decorrentes do curso normal de seus negócios. Os pedidos mais frequentes referem-se a descontos salariais, direitos descritos nas convenções coletivas e responsabilidade solidária em processos envolvendo funcionários terceirizados.

Processos cíveis

A Empresa responde a ações de natureza cível em diversos níveis judiciais. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica. De acordo com a avaliação da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, nenhum processo foi avaliado com chances prováveis de perda.

Processos tributários

A Empresa é parte em ações judiciais de natureza tributária que a Administração, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, efetua provisão para contingências relativa a esses processos. Não há nenhuma ação individual de valor relevante que necessite divulgação específica.

Os depósitos judiciais realizados pela Empresa, em sua grande maioria, referem-se a processos trabalhistas e cíveis. Os depósitos judiciais relativos aos processos de natureza tributária não estão associados aos processos com chances prováveis de perda. Desta forma, a provisão para contingências não está reduzida por nenhum depósito judicial.

Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Processos		Não circulante	
	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Trabalhistas	49	41	37
Tributários	54	15	-
	103	**56**	**37**

Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas são como seguem:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009	01 de janeiro de 2009
Tributárias	693	693	693
Trabalhistas	242	430	212
	935	**1.123**	**905**

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias, são como segue:

	31 de dezembro de 2010	Debitado/ (creditado) ao resultado	31 de dezembro de 2009
Imposto diferido ativo			
Provisão para contingências	1.022	63	959
	1.022	**63**	**959**

	31 de dezembro	
	2010	2009
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em mais de 12 meses	1.022	959

18. PATRIMÕNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Empresa é de R$ 75. 810 (sete e oito mil e oitocentos e dez reais), dividido em 75.810 (sete e oito mil e oitocentos e dez) quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada.

b) Dividendos

Os dividendos propostos são reconhecidos e pagos ao longo do exercício social.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 1.o de janeiro de 2009, balanço de transição para adoção dos CPCs e IFRS, a Empresa adotou o conceito custo atribuído ("*Deemed cost*") para os itens de seu ativo imobilizado. A contrapartida da avaliação do imobilizado pelo valor justo, foi registrada diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial". Este montante não foi utilizado para reduzir a base de cálculo dos dividendos incluído na determinação dos dividendos distribuíveis.

19. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2010	2009
Vendas brutas de produtos e serviços	71.252	63.325
Impostos sobre vendas	(6.034)	(5.344)
Receita Líquida	**65.218**	**57.981**

20. OUTRAS RECEITAS, LÍQUIDAS

	2010	2009
Outras Receitas Operacionais		
Aluguéis	100	88
Outras	10	92
	110	**180**
Outras Despesas Operacionais		
Outras	-	(48)
	-	**(48)**
	110	**132**

21. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

			2010	
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	-	-	(558)	(558)
Despesas com pessoal	(19.992)	-	(8.592)	(28.584)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(934)	-	(3.857)	(4.791)
Serviços de terceiros	(656)	-	(3.228)	(3.884)
Fretes	-	-	(492)	(492)
Manutenção e reparos	-	-	(471)	(471)
Eventos e seminários	(710)	-	(306)	(1.016)
Publicidade	-	(3.033)	-	(3.033)
Aluguel	(2.954)	-	(733)	(3.687)
Outras Despesas/Receitas	-	-	(626)	(626)
	(25.246)	**(3.033)**	**(18.863)**	**(47.142)**

			2009	
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	-	-	(498)	(498)
Despesas com pessoal	(14.345)	-	(12.620)	(26.965)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(906)	-	(3.909)	(4.815)
Serviços de terceiros	(473)	-	(3.271)	(3.744)
Fretes	-	-	(459)	(459)
Manutenção e reparos	-	-	(534)	(534)
Eventos e seminários	(680)	-	(332)	(1.012)
Publicidade	-	(2.262)	-	(2.262)
Aluguel	(2.677)	-	(574)	(3.251)
Outras Despesas/Receitas	-	-	(558)	(558)
	(19.081)	**(2.262)**	**(22.755)**	**(44.098)**

22. RESULTADO FINANCEIRO

	2010	2009
Receitas Financeiras:		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	441	428
Descontos obtidos	7	1
Juros recebidos	5	11
Outros	1	82
	454	**522**
Despesas Financeiras:		
Juros de outros passivos	(196)	(201)
Outros	(23)	(24)
	(219)	**(225)**
Resultado financeiro, líquido	**235**	**297**

23. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

23.1. Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social e na conta de imposto de renda e contribuição social diferidos, nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 compõem-se de:

	2010	2009
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.801)	(4.522)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	63	10
	(5.738)	**(4.512)**

23.2. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	18.421	14.312
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(6.263)	(4.866)
Diferenças permanentes	525	354
Total do imposto de renda e contribuição social	**(5.738)**	**(4.512)**

24. CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES

	2010	2009
Lucro líquido do exercício	12.683	9.800
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	558	498
Baixas de outros investimentos	-	48
Provisão para contingências	184	29
Imposto de renda e contribuição social diferidos	600	697
Variação no capital circulante		
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	(2.890)	(1.904)
Estoques	58	(6)
Impostos a recuperar	36	(64)
Adiantamentos a fornecedores e outros	(643)	(123)
Depósitos judiciais	(47)	-
Fornecedores e demais contas a pagar	618	385
Impostos e contribuições a pagar	391	(38)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	5.095	3.927
	16.643	**13.249**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1. Transações e saldos:

As transações e saldos que a Empresa efetuou e mantém com partes relacionadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estão sumariados a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2010	
	Circulante	
Partes relacionadas	**Contas a receber**	**Receitas (despesas) financeiras, líquidas**
Azuleno Emprendimentos e Participações Ltda. (*)		(1.432)
Curso P.H. Ltda (**)	4.495	2.732
	4.495	**1.300**

	Em 31 de dezembro de 2009	
	Circulante	Receitas (despesas)
Partes relacionadas	Contas a receber	financeiras, líquidas
Azuleno Emprendimentos e Participações Ltda. (*)	3	(1.694)
Curso P.H. Ltda. (**)	1.763	1.763
	1.766	**69**

(*) Refere-se ao pagamento de aluguel de imóveis de propriedade da Azuleno Empreendimentos e Participações Ltda.

(**) Refere-se substancialmente ao rateio de despesas administrativas, de acordo com critério estabelecido pela Administração.

25.2. Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal chave da administração inclui o presidente e os diretores da Empresa. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, inclui proventos, benefícios e assistência médica, que totalizou o valor R$ 1.220 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (2009 – R$ 1.114).

26. SEGUROS

A Empresa possui seus bens segurados no montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, vendaval, danos elétricos, veículos e responsabilidade cível.

27. ADOÇÃO DO IFRS E CPCs PELA PRIMEIRA VEZ

27.1 Base da transição

27.1.1 Aplicação dos CPCs 37 a 43 e do IFRS 1

As demonstrações financeiras individuais da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Empresa aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras.

A data de transição é 1º de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS nessa data.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Empresa aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva..

27.1.2 Isenções da aplicação retrospectiva completa - escolhidas pela Empresa

Isenção do valor justo como custo presumido

A Empresa optou por mensurar certos itens do imobilizado pelo valor justo em 1º de janeiro de 2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na Nota 27.2.

As isenções opcionais abaixo não se aplicam à Empresa:

- combinação de negócios uma vez que não houve nenhuma transação desta natureza na história da Empresa;

- o pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já se encontram alinhadas com relação a essas transações para 2009;

- os contratos de seguro, os ganhos e perdas atuariais e as diferenças acumuladas de conversão, pois a Empresa não tem operações deste tipo;

- ativos e passivos de subsidiárias, coligadas e joint ventures, uma vez que somente as demonstrações financeiras individuais da Empresa foram preparadas;

- instrumentos financeiros compostos porque a Empresa não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;

- passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Empresa não tem quaisquer passivos deste tipo;

- ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12, já que a Empresa não tem contratos firmados sob o escopo desta interpretação.

27.1.3 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Empresa

A Empresa aplicou a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva.

Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Contabilização de hedge
- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.

27.2 Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

Adoção do "*Deemed cost*"

A administração aplicou o valor justo como isenção de custo atribuído com relação a certos itens do ativo imobilizado. O laudo de avaliação desses itens realizado em 1º de janeiro de 2009 determinou seu valor justo em R$ 2.153, uma diminuição de R$ 3.636 em relação ao valor contábil de acordo com o BR GAAP antigo, que totalizava R$ 5.789. A diminuição em 31 de dezembro de 2009 representava R$ 4.036.

27.2.1 Conciliação do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2009

	De acordo com BR GAAP antigo	Adoção do "Deemed cost"	De acordo com IFRS
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3.675		3.675
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	36		36
Estoques	89		89
Impostos a recuperar	161		161
Adiantamentos a fornecedores e outros	657		657
	4.618		**4.618**
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	37		37
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.720		1.720
Intangível	261	(148)	113
Imobilizado	5.528	(3.488)	2.040
	7.546	**(3.636)**	**3.910**
TOTAL DO ATIVO	**12.164**	**(3.636)**	**8.528**

	De acordo com BR GAAP antigo	Adoção do "Deemed cost"	De acordo com IFRS
CIRCULANTE			
Fornecedores e demais contas a pagar	3.258		3.258
Receitas Antecipadas	4.720		4.720
Impostos e contribuições a pagar	1.867		1.867
Imposto de renda e contribuição social a pagar	195		195
	-		-
	10.040		**10.040**
	-		-
NÃO CIRCULANTE	-		-
Provisão para contingências	2.790		2.790
	-		-
Total do Passivo	**2.790**		**2.790**
	-		-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a decoberto)	-		-
Capital social	76		76
Ajuste de avaliação patrimonial		(3.636)	(3.636)
Prejuízos acumulados	(742)		(742)
	-		
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	**(666)**	**(3.636)**	**(4.302)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a Descoberto)	**12.164**	**(3.636)**	**8.528**

27.2.2 Conciliação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009

	De acordo com BR GAAP antigo	Adoção do "Deemed cost"	De acordo com IFRS
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	2.845		2.845
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	1.940		1.940
Estoques	95		95
Impostos a recuperar	225		225
Adiantamentos a fornecedores e outros	780		780
	5.885		**5.885**
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	56		56
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.023		1.023
Intangível	192	(56)	136
Imobilizado	5.334	(3.133)	2.201
	6.605	**(3.189)**	**3.416**
TOTAL DO ATIVO	**12.490**	**(3.189)**	**9.301**

	De acordo com BR GAAP antigo	Adoção do "Deemed cost"	De acordo com IFRS
CIRCULANTE			
Fornecedores e demais contas a pagar	4.114		4.114
Receitas Antecipadas	4.881		4.881
Impostos e contribuições a pagar	1.342		1.342
Imposto de renda e contribuição social a pagar	198		198
	10.535		**10.535**
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências	2.819		2.819
	-		-
	2.819		**2.819**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a descoberto)			
Capital social	76		76
Ajuste de avaliação patrimonial		(4.036)	(4.036)
Prejuízos acumulados	(940)	847	(93)
	-		-
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	**(864)**	**(3.189)**	**(4.053)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a Descoberto)	**12.490**	**(3.189)**	**9.301**

27.2.3 Conciliação da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	De acordo com BR GAAP antigo	Adoção do "Deemed cost"	De acordo com IFRS
Operações continuadas			
Receita Líquida	57.981		57.981
Custos dos produtos e serviços	(19.081)		(19.081)
Lucro bruto	**38.900**	**-**	**38.900**
Despesas com vendas	(2.262)		(2.262)
Despesas gerais e administrativas	(23.602)	847	(22.755)
Outras receitas, líquidas	132		132
Lucro operacional	**13.168**	**847**	**14.015**
Receitas financeiras	522		522
Despesas financeiras	(225)		(225)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**13.465**	**847**	**14.312**
Imposto de renda e contribuição social	(4.512)		(4.512)
Lucro líquido do exercício	**8.953**	**847**	**9.800**

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de abril de 2011 a Abril Educação S.A., empresa pertencente ao Grupo Abril, adquiriu 100% das quotas representativas do capital social do Sistema P.H. de Ensino Ltda.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Sistema P.H. de Ensino Ltda.

Examinamos as demonstrações financeiras do Sistema P.H. de Ensino Ltda. (a "Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Sistema P.H. de Ensino Ltda.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema P.H. de Ensino Ltda. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS DO SISTEMA P.H. DE ENSINO LTDA. RELATIVAS AOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011 E 2010 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Sistema P.H. de Ensino Ltda.

Informações financeiras
em 31 de março de 2011 e
relatório dos auditores independentes

Sistema P.H. de Ensino Ltda.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS
em 31 de março de 2011 e
Relatório dos Auditores Independentes

Í N D I C E

	Página
Balanços patrimoniais	483 – 484
Demonstrações do resultado	485
Demonstrações do resultado abrangente	486
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	487
Demonstrações dos fluxos de caixa	488
Demonstrações do valor adicionado	489
Notas explicativas	490 – 510
Relatório dos auditores independentes	511 – 512

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	7	3.831	3.841
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	8	5.511	4.830
Estoques	9	142	37
Impostos a recuperar	10	3.403	1.350
Adiantamentos a fornecedores e outros	11	620	1.423
		13.507	**11.481**
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	16	103	103
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	1.020	1.022
Intangível	12	218	178
Imobilizado	13	2.728	2.861
		4.069	**4.164**
TOTAL DO ATIVO		**17.576**	**15.645**

:ativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

	Nota	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
CIRCULANTE			
Fornecedores e demais contas a pagar	14	3.930	4.201
Receitas antecipadas		4.443	5.412
Impostos e contribuições a pagar	15	1.461	1.733
Imposto de renda e contribuição social a pagar		5.190	2.367
		15.024	**13.713**
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências	16	2.996	3.003
		2.996	**3.003**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a Descoberto)			
Capital social	18	76	76
Ajuste de avaliação patrimonial		(3.636)	(3.636)
Lucros acumulados		3.116	2.489
Total do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)		**(444)**	**(1.071)**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a Descoberto)		**17.576**	**15.645**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
Operações continuadas			
Receita Líquida	19	19.617	18.387
Custos dos produtos e serviços	21	(5.400)	(4.984)
Lucro bruto		**14.217**	**13.403**
Despesas com vendas	21	(758)	(873)
Despesas gerais e administrativas	21	(5.160)	(5.143)
Outras receitas (despesas), líquidas	20	(19)	18
Lucro operacional		**8.280**	**7.405**
Receitas financeiras	22	164	123
Despesas financeiras	22	(39)	(115)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**8.405**	**7.413**
Imposto de renda e contribuição social	23	(2.778)	(2.336)
Lucro líquido do período		**5.627**	**5.077**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro líquido do período	**5.627**	**5.077**
Total do resultado abrangente do período	**5.627**	**5.077**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	**76**	**(3.636)**	**(93)**	**(3.653)**
Lucro líquido do período	-		5.077	5.077
Destinação do resultado:				
Pagamento de dividendos	-		(3.000)	(3.000)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010	**76**	**(3.636)**	**1.984**	**(1.576)**
Lucro líquido do período	-		7.606	7.606
Destinação do resultado:				
Pagamento de dividendos	-		(7.101)	(7.101)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	**76**	**(3.636)**	**2.489**	**(1.071)**
Lucro líquido do período	-		5.627	5.627
Destinação do resultado:				
Pagamento de dividendos	-	-	(5.000)	(5.000)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2011	**76**	**(3.636)**	**3.116**	**(444)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa gerado nas operações (Nota 24)	7.051	8.890
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.994)	(1.651)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**5.057**	**7.239**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisições de:		
Imobilizado		(198)
Intangível	(67)	(6)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(67)**	**(204)**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos pagos	(5.000)	(3.000)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(5.000)**	**(3.000)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(10)**	**4.035**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**3.841**	**2.845**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**3.831**	**6.880**
MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(10)**	**4.035**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
RECEITAS	**21.369**	**20.084**
Venda de produtos	21.338	20.066
Outras receitas	31	18
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**3.923**	**3.820**
Matérias-primas consumidas	124	143
Custo de produtos vendidos	279	204
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	3.520	3.473
VALOR ADICIONADO BRUTO	**17.447**	**16.264**
RETENÇÕES	**160**	**123**
Depreciações e amortizações	160	123
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**17.286**	**16.141**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**164**	**123**
Receitas financeiras	164	123
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**17.450**	**16.264**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal e encargos	**4.958**	**4.755**
Remuneração direta	4.098	3.909
Benefícios	456	526
FGTS	404	320
Impostos, taxas e contribuições	**5.876**	**5.260**
Federais	4.621	4.146
Estaduais	4	3
Municipais	1.251	1.111
Remuneração de capital de terceiros	**989**	**1.172**
Juros	39	115
Alugueis	939	1.057
Outros	11	-
Remuneração de capitais próprios	**5.627**	**5.077**
Distribuição de dividendos	5.000	3.000
Lucros retidos	627	2.077
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	**17.450**	**16.264**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS
REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM
31 DE MARÇO DE 2011
(valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Sistema P.H. de Ensino Ltda. ("Empresa"), é uma sociedade constituída sob a forma de quotas de responsabilidade limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

O objeto social da Empresa é a prestação de serviços de ensino, especialmente ministrando cursos de Pré-Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, desenvolvendo e exercendo, ainda, toda e qualquer atividade ligada ao ramo de ensino e outros característicos da prestação de serviços de ensino.

A emissão dessas informações financeiras foi aprovada pela Administração da Empresa em 23 de maio de 2011.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados.

2.1 Base de apresentação

As informações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de itens do ativo imobilizado na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação das informações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações financeiras, estão divulgadas na Nota 3**.**

(a) Informações financeiras trimestrais

As informações financeiras trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPCs).

2.2 Apresentação de informação por segmentos

A Administração da Empresa analisou e concluiu que para fins de divulgações nessas informações financeiras, em função das informações utilizadas para tomadas de decisão e avaliações de desempenho serem elaboradas considerando os resultados agrupados, a Empresa possui somente um segmento. Adicionalmente, os tomadores de decisões podem efetuar caso necessário, determinadas análises sobre certas informações mais detalhadas das unidades de ensino e graduação dos alunos, que não se qualificam como segmentos para divulgação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis, não existindo, nas presentes informações financeiras, instrumentos financeiros derivativos ou mensurados a valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem contas a receber de clientes e partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(d) Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Empresa avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) a Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente a mensalidades a receber dos alunos matriculados nos cursos livres de ensino, pré-vestibulares, Pré-Escolar, Ensino Fundamental e ensino médio. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise do nível de perdas históricas e no conhecimento e acompanhamento da situação individual de seus clientes, em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos (nota 8). Em 31 de março de 2011 a Empresa não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa por considerar insignificante o risco com perdas por inadimplência.

2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para obsolescência e para redução ao valor de mercado (nota 9)**.**

2.7 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante (nota 16).

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, exceto aqueles para os quais foram atribuídos valores de mercado (“deemed cost”) na data de transição, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na nota 13.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.10).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 Intangíveis

(a) Programas de computador (software)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada (nota 12).

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Empresa e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 12.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.
A provisão para contingências, assim como os depósitos judiciais, mencionados na nota 16, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

2.13 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa.

A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Empresa, conforme descrição a seguir.

(a) Receita com mensalidades de alunos

A receita com mensalidades de alunos do colégio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando-se o método linear de reconhecimento de receita, vinculado ao período do contrato. As receitas recebidas antecipadamente são reconhecidas no passivo circulante na rubrica de Receitas antecipadas, e são apropriadas ao resultado na medida em que os serviços são prestados.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.15 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não houve emissão de novos pronunciamentos contábeis que afetem as informações financeiras trimestrais do trimestre findo em 31 de março de 2011. Os pronunciamentos contábeis mencionados na Nota 3 às Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram integralmente adotados. Para as informações financeiras trimestrais, houve a emissão do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros em 2010, que introduz novas exigências para classificação e mensuração de instrumentos financeiros ativos e passivos. Esse pronunciamento tem aplicação antecipada permitida. A administração da Empresa ainda não adotou o novo pronunciamento contábil, por não existir ainda uma definição completa de classificação e mensuração dos instrumentos financeiros.

A Empresa entende que os outros pronunciamentos contábeis recentemente emitidos, que não são efetivos a partir de e para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, não deverão ser relevantes para as informações financeiras trimestrais.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas e julgamentos, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Impostos diferidos

A Empresa reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas informações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Empresa revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

(b) Contingências

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota 16**.** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas informações financeiras.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Considerações gerais e políticas

A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

4.2 Fatores de risco financeiro

A Empresa possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a) Risco de mercado

Considerando que a Empresa não tem ativos ou passivos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Empresa são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentemente classificadas com rating mínimo “AAA”.

A política de concessão de créditos da Empresa está diretamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do “Contas a Receber”.

c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez das Sociedades, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de março de 2011, os passivos financeiros da Empresa eram de curto prazo sem qualquer exposição a oscilação de taxas de juros.

5. GESTÃO DE CAPITAL

O objetivo da Empresa ao administrar seu capital são os de garantir sua continuidade oferecendo retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Empresa não possuía nenhuma dívida o que determina seu índice de alavancagem financeira igual a zero.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Empresa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo duplicatas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos ou mensurados a valor justo.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa	8	8
Bancos conta movimento, líquido	712	1.147
Fundos DI	3.111	2.686
	3.831	**3.841**

(i) Os Fundos DI são remunerados a taxas que variam entre 10,71% e 11,96% a.a., resgatáveis a qualquer momento.

(ii) A totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa é denominada em Reais (R$).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

a) Composição:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de clientes	446	260
Cheques em cobrança	51	75
	497	335
Contas a receber de controladas (nota 25)	5.014	4.495
Total contas a receber	**5.511**	**4.830**

A totalidade do contas a receber é denominada em Reais (R$).

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

Composição	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer:	**401**	**239**
Vencidas:		
Até 30 dias	65	63
De 31 a 60 dias	2	11
De 61 a 90 dias	-	3
De 91 a 180 dias	12	9
De 181 a 360 dias	17	10
	497	**335**

9. ESTOQUES

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Matérias-primas	42	-
Outros	100	37
	142	**37**

Os custos dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em “custos das vendas” totalizaram R$ 265 em 31 de março de 2011 e R$ 260 em 31 de março de 2010.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda e contribuição social antecipados	3.403	1.239
Outros	-	111
	3.403	**1.350**

11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTROS

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Adiantamentos a empregados(*)	128	1.092
Adiantamentos a fornecedores	148	126
Pagamentos antecipados	281	205
Outros	63	-
	620	**1.423**

(*) Referem-se substancialmente a adiantamentos de férias concedidos aos funcionários da Empresa.

12. INTANGÍVEL

Os saldos apresentam-se como segue:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Sistemas de computação	320	178
	320	**178**

a) Movimentação

					2011
	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/10	Adições	Amortização	Saldo líquido em 31/03/11
Sistemas de computação	20% a 50%	178	67	(27)	218
		178	**67**	**(27)**	**218**

					2010
	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/09	Adições	Amortização	Saldo líquido em 31/12/10
Sistemas de computação	20% a 50%	136	157	(115)	178
		136	**157**	**(115)**	**178**

13. IMOBILIZADO

a) Movimentação

					2011
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/10	Adições	Depreciação	Saldo líquido em 31/03/11
Máquinas e equipamentos industriais	5% a 50%	365	-	(11)	354
Móveis e utensílios	5% a 50%	1.774		(68)	1.706
Veículos	9% a 20%	165		(7)	158
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	2		-	2
Equipamentos de computação	9% a 20%	555		(47)	508
		2.861	**-**	**(133)**	**2.728**

					2010
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/09	Adições	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/10
Máquinas e equipamentos industriais	5% a 50%	410	-	(45)	365
Móveis e utensílios	5% a 50%	1.745	256	(227)	1.774
Veículos	9% a 20	151	35	(21)	165
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	3	-	(1)	2
Equipamentos de computação	9% a 20%	292	412	(149)	555
		2.601	**703**	**(443)**	**2.861**

14. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Fornecedores	1.080	698
Salários e encargos sociais	2.839	3.500
Credores por devoluções	-	3
Outras contas a pagar	11	-
	3.930	**4.201**

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
INSS a recolher	539	565
ISSQN a recolher	310	441
IRRF a recolher	170	324
PIS a recolher	46	47
COFINS a recolher	211	216
CSL a recolher	4	3
Outros	181	137
	1.461	**1.733**

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Empresa é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais.

A Administração da Empresa, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

Processos	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Trabalhistas	2.904	2.911
Tributários	92	92
	2.996	**3.003**

b) Movimentação:

Descrição	Trabalhista	Tributários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	2.654	165	2.819
Constituição/(reversão) de provisão	257	(73)	184
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.911	92	3.003
Constituição/(reversão) de provisão	(7)	-	(7)
Saldo em 31 de março de 2011	**2.904**	**92**	**2.996**

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos trabalhistas

A Empresa é parte em ações de natureza trabalhista, principalmente devido a demissões decorrentes do curso normal de seus negócios. Os pedidos mais frequentes referem-se a descontos salariais, direitos descritos nas convenções coletivas e responsabilidade solidária em processos envolvendo funcionários terceirizados.

Processos cíveis

A Empresa responde a ações de natureza cível em diversos níveis judiciais. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica. De acordo com a avaliação da Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos, nenhum processo foi avaliado com chances prováveis de perda.

Processos tributários

A Empresa é parte em ações judiciais de natureza tributária que a Administração, baseado na opinião de seus assessores jurídicos, efetua provisão para contingências relativa à esses processos. Não há nenhuma ação individual de valor relevante que necessite divulgação específica.

Os depósitos judiciais realizados pela Empresa, em sua grande maioria, referem-se a processos trabalhistas e cíveis. Os depósitos judiciais relativos aos processos de natureza tributária não estão associados aos processos com chances prováveis de perda. Desta forma, a provisão para contingências não está reduzida por nenhum depósito judicial.

Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

Processos	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Trabalhistas	49	49
Tributários	54	54
	103	**103**

Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas são como seguem:

	31 de março de 2011	31 de dezembro de 2010
Trabalhistas	693	693
Tributários	242	242
	935	**935**

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre diferenças temporárias são como segue:

	31 de dezembro de 2010	Debitado/ (creditado) ao resultado	31 de março de 2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos			
Provisão para contingências	1.022	(2)	1.020
	1.022	**(2)**	**1.020**

	31 de dezembro de 2010	31 de março de 2011
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em mais de 12 meses	1.022	1.020

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social combinado é de R$ 75. 810 (sete e oito mil e oitocentos e dez reais), dividido em 75.810 (sete e oito mil e oitocentos e dez) quotas no valor nominal de R$ 1,00 cada.

b) Dividendos

Os dividendos propostos são reconhecidos e pagos ao longo do exercício social.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 1.o de janeiro de 2009, balanço de transição para adoção dos CPCs e IFRS, a Empresa adotou o conceito custo atribuído ("*Deemed cost*") para os itens de seu ativo imobilizado. A contrapartida da avaliação do imobilizado pelo valor justo, foi registrada diretamente no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial". Este montante não foi utilizado para reduzir a base de cálculo dos dividendos incluído na determinação dos dividendos distribuíveis.

19. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Vendas brutas de produtos e serviços	21.338	20.066
Impostos sobre vendas	(1.721)	(1.679)
Receita Líquida	**19.617**	**18.387**

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

Outras Receitas	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Aluguéis	3	6
Outras	28	12
	31	**18**

Outras Despesas	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Outras	(50)	-
	(50)	**-**
	(19)	**18**

21. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	31 de março de 2011			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	-	-	(160)	(160)
Despesas com pessoal	(4.048)	-	(2.041)	(6.089)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(265)	-	(852)	(1.117)
Serviços de terceiros	(130)	-	(1.467)	(1.597)
Fretes	-	-	(112)	(112)
Manutenção e reparos	-	-	(132)	(132)
Eventos e seminários	(138)	-	(22)	(160)
Publicidade	-	(758)	-	(758)
Aluguel	(819)	-	(76)	(895)
Outras Despesas/Receitas	-	-	(298)	(298)
	(5.400)	**(758)**	**(5.160)**	**(11.318)**

	31 de março de 2010			
	Custo	Vendas	Administrativas	Total
Depreciações e amortizações	-	-	(123)	(123)
Despesas com pessoal	(3.702)	-	(1.917)	(5.619)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(260)	-	(847)	(1.107)
Serviços de terceiros	(120)	-	(1.421)	(1.541)
Fretes	-	-	(97)	(97)
Manutenção e reparos	-	-	(189)	(189)
Eventos e seminários	(87)	-	(13)	(100)
Publicidade	-	(873)	-	(873)
Aluguel	(815)	-	(214)	(1.029)
Outras Despesas/Receitas	-	-	(322)	(322)
	(4.984)	**(873)**	**(5.143)**	**(11.000)**

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Receitas Financeiras:		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	163	121
Juros recebidos	1	2
	164	**123**
Despesas Financeiras:		
Juros de outros passivos	(34)	(111)
Outros	(5)	(4)
	(39)	**(115)**
Resultado financeiro, líquido	**125**	**8**

23. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

23.1. Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social e na conta de imposto de renda e contribuição social diferidos, nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010 compõem-se de:

	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.776)	(2.219)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2)	(117)
	(2.778)	**(2.336)**

23.2. A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social dos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 é como segue:

	2011	2010
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	8.405	7.413
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	(2.858)	(2.520)
Diferenças permanentes	80	184
Total do imposto de renda e contribuição social	**(2.778)**	**(2.336)**

24. CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES

	31 de março de 2011	31 de março de 2010
Lucro líquido do exercício	5.627	5.077
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	160	123
Provisão para contingências	(7)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	483	117
Variação no capital circulante		
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	(681)	(217)
Estoques	(105)	(28)
Impostos a recuperar	(2.290)	(2.173)
Adiantamentos a fornecedores e outros	802	558
Depósitos judiciais	-	(42)
Fornecedores e demais contas a pagar	(1.238)	822
Impostos e contribuições a pagar	(272)	198
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.572	4.455
	7.051	**8.890**

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1. Transações e saldos:

As transações e saldos que a Empresa efetuou e mantém com partes relacionadas para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, estão sumariados a seguir:

	31 de março de 2011	
	Circulante	
Partes relacionadas	**Contas a receber**	**Receitas (despesas) financeiras, líquidas**
Azuleno Empreend.Participações Ltda (*)	28	(353)
Curso P.H. Ltda (**)	4.986	491
	5.014	**138**

	31 de dezembro de 2010	
	Circulante	Receitas (despesas) financeiras, líquidas
Partes relacionadas	Contas a receber	
Azuleno Empreend.Participações Ltda (*)		(1.432)
Curso P.H. Ltda (**)	4.495	2.732
	4.495	**2.732**

(*) Refere-se ao pagamento de aluguel de imóveis de propriedade da Azuleno Empreendimentos e Participações Ltda..

(**) Refere-se substancialmente ao rateio de despesas administrativas, de acordo com critério estabelecido pela Administração.

As transações com partes relacionadas foram efetuadas por valores e prazos usuais de mercado.

25.2. Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal chave da administração inclui o presidente e os diretores da Empresa. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, inclui proventos e benefício de assistência médica, totalizando o valor de R$ 298 para o período findo em 31 de março de 2011.

26. SEGUROS

A Empresa possui seus bens segurados no montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, vendaval, danos létricos, veículos e responsabilidade cível.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de abril de 2011 a Abril Educação S.A., empresa pertencente ao Grupo Abril, adquiriu 100% das quotas representativas do capital social do Sistema P.H. de Ensino Ltda.

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Sistema P.H. de Ensino Ltda.

Examinamos as informações financeiras trimestrais do Sistema P.H. de Ensino Ltda. (a "Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as informações financeiras trimestrais

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações financeiras trimestrais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pela *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas informações financeiras trimestrais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as informações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas informações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas informações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das informações financeiras para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das informações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Sistema P.H. de Ensino Ltda.

Opinião

Em nossa opinião, as informações financeiras trimestrais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema P.H. de Ensino Ltda. em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Outros assuntos

Informações financeiras trimestrais comparativas

As informações financeiras trimestrais do Sistema P.H. de Ensino Ltda. incluem, também, informações contábeis comparativas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010. No contexto do exame das informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2011, procedemos à revisão limitada das informações financeiras do trimestre findo em 31 de março de 2010. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre as informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2010. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras trimestrais em 31 de março de 2010 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*".

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4 "S" RJ

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

- Formulário de Referência da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 523

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 524

2.3 - Outras informações relevantes 525

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 526

3.2 - Medições não contábeis 527

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 530

3.4 - Política de destinação dos resultados 531

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 534

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 535

3.7 - Nível de endividamento 536

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento 537

3.9 - Outras informações relevantes 538

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 539

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco 550

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 551

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 555

4.5 - Processos sigilosos relevantes 556

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 557

4.7 - Outras contingências relevantes 558

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 559

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado 560

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado 562
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado 564
5.4 - Outras informações relevantes 565

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 566
6.3 - Breve histórico 567
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas 569
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 581
6.7 - Outras informações relevantes 582

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas 583
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 585
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 589
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 609
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 610
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 614
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 615
7.8 - Relações de longo prazo relevantes 616
7.9 - Outras informações relevantes 617

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico 624
8.2 - Organograma do Grupo Econômico 626
8.3 - Operações de reestruturação 627
8.4 - Outras informações relevantes 628

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 629
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 630

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia 631

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 670

9.2 - Outras informações relevantes 674

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 675

10.2 - Resultado operacional e financeiro 700

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 701

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 702

10.5 - Políticas contábeis críticas 703

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor 714

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 715

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 716

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 717

10.10 - Plano de negócios 718

10.11 - Outros fatores com influência relevante 719

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 725

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 726

12. Assembléia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 727

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 732

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76 734

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 735

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 736

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 737

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração 741

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 743

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 760

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 776

12.12 - Outras informações relevantes 777

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 778

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 780

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 783

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 785

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 793

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 796

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária 797

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária 798

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções 799

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 800

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 801

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 802

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 803

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 804

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 805

13.16 - Outras informações relevantes 806

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 807

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 811

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 812

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 813

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária 814

15.3 - Distribuição de capital 825

15.4 - Organograma dos acionistas 826

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 827

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 831

15.7 - Outras informações relevantes 832

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 833

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 835

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 844

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 845

17.2 - Aumentos do capital social 846

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 847

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 848

17.5 - Outras informações relevantes 849

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 850

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 852

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 855

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 856

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos 857

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 858

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 859

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 860

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 861

18.10 - Outras informações relevantes 862

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 864

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 865

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social 866

19.4 - Outras informações relevantes 867

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 868

20.2 - Outras informações relevantes 869

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 870

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 871

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 874

21.4 - Outras informações relevantes 875

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor 876

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 877

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 878

22.4 - Outras informações relevantes 879

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Manoel Luiz Ferrão de Amorim**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Marcelo Schmidt**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0001-20
Período de prestação de serviço	01/01/2007
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados à auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, com emissão de parecer sobre referidas demonstrações financeiras. Não foram prestados serviços que não tivessem relação com os serviços de auditoria independente.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração total dos auditores independentes relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 foi de R$ 456.474,91, referente à prestação de serviços de auditoria no exercício de 2010.
Justificativa da substituição	Não houve.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Sergio Eduardo Zamora	01/01/2007	107.092.038-02	Avenida Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Barra Funda, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05011-100, Telefone (011) 36742460, Fax (011) 36742464, e-mail: sergio.zamora@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 2 do Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (31/03/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
Patrimônio Líquido	581.279.000,00	548.707.000,00	202.192.000,00	0,00
Ativo Total	1.377.585.000,00	1.340.720.000,00	406.448.000,00	0,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	203.807.000,00	512.174.000,00	365.972.000,00	0,00
Resultado Bruto	143.792.000,00	280.635.000,00	208.991.000,00	0,00
Resultado Líquido	42.844.000,00	14.417.000,00	38.940.000,00	0,00
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	1,680000	1,620000	12,850000	0,000000
Resultado Líquido por Ação	0,120000	0,040000	0,250000	0,000000

3.2 - Medições não contábeis

a. valor das medições não contábeis

	Exercício findo em	
	31/12/2010	31/12/2009
	(R$ milhões)	
(=) EBITDA	102,5	85,8
Margem EBITDA/Receita Líquida	20,0%	23,4%
(=) EBITDA Ajustado	132,2	97,7
Margem EBITDA Ajustado/Receita Líquida	25,8%	26,7%

	Trimestre findo em	
	31/3/2011	31/3/2010
	(R$ milhões)	
(=) EBITDA	97,8	39,7
Margem EBITDA/Receita Líquida	48,0%	37,7%
(+) Itens Não Recorrentes	1,1	1,7
(=) EBITDA Ajustado	98,9	41,4
Margem EBITDA Ajustado/Receita Líquida	48,5%	39,3%

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O EBITDA, segundo disposições do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, juros, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

O nosso EBITDA Ajustado, por usa vez, significa o EBITDA adicionado das seguintes despesas não recorrentes: (i) adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV; (ii) reorganização administrativa; (iii) comissões e honorários pagos em razão de assessoria para a aquisição das sociedades do Anglo, quais sejam, a Editora Anglo Ltda. (“Editora Anglo”); a Anglo Vestibulares Ltda. (“Anglo Vestibulares”), a Gráfica e Editora Anglo e a Siga Educacional Ltda. (“Siga”) (que, em conjunto com a Editora Anglo, o Anglo Vestibulares e a Gráfica e Editora Anglo são denominadas “Grupo Anglo”); (iv) projetos comerciais extraordinários; e (iv) obsolescência de estoques relativos ao material do sistema de ensino SER, tendo em vista a reformulação do conteúdo do material.

O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou (i) como uma alternativa ao lucro líquido, (ii) como medida operacional, (iii) alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou (iv) como medida de liquidez. Outras companhias podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação, a amortização e as despesas não recorrentes, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e despesas não recorrentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

3.2 - Medições não contábeis

As informações a seguir ilustram o cálculo do nosso EBITDA e do nosso EBITDA Ajustado consolidado, relativos aos períodos abaixo indicados.

	Exercício findo em	
	31/12/2010	31/12/2009
	(R$ milhões)	
Receita líquida	512,2	366,0
(-) Custos dos produtos e serviços	(231,5)	(157,0)
(=) Lucro bruto	280,6	209,0
(-) Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras	(218,6)	(151,1)
(=) Lucro operacional	62,0	57,9
(-) Resultado financeiro	(28,9)	4,8
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33,1	62,7
(-) Imposto de renda e contribuição social	(18,7)	(23,7)
(=) Lucro líquido	14,4	39,0
Cálculo do EBITDA e do EBITDA Ajustado		
Lucro operacional	62,0	57,9
(+) Depreciação e amortização	14,9	2,5
(+) Amortização do investimento editorial[1]	25,6	25,4
(=) EBITDA	**102,5**	**85,8**
Margem EBITDA/Receita Líquida	**20,0%**	**23,4%**
(+) Itens Não Recorrentes	**29,7**	**11,9**
AdesãoaoREFISIV[2]	–	11,9
Reorganização administrativa[3]	5,4	–
Comissões/honorários com aquisição do Anglo[4]	8,7	–
Projetos comerciais extraordinários[5]	8,0	–
Obsolescência de estoques[6]	7,6	–
(=) EBITDA Ajustado	**132,2**	**97,7**
Margem EBITDA Ajustado/Receita Líquida	**25,8%**	**26,7%**

(1) Investimento editorial significa os investimentos realizados por nós para a elaboração de novos conteúdos para os nossos livros e materiais didáticos de nossos sistemas de ensino, que incluem principalmente os valores relativos aos gastos com pessoal editorial (próprio ou terceiro), ilustrações, fotos e direitos de imagem e de texto.

(2) Em novembro de 2009, nós e nossas controladas aderimos ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS IV"), instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, que se constitui em um programa de parcelamento de débitos fiscais e previdenciários. Em 31 de março de 2011, possuíamos uma dívida reconhecida no valor de R$11,0 milhões, a ser paga em 60 meses, com juros de 100% da variação da taxa SELIC. Em decorrência de tal adesão, reconhecemos uma provisão de R$11,9 milhões em 2009, que não se repetiu em 2010.

(3) Em 2010 implementamos a reorganização administrativa das Editoras que gerou custos não recorrentes de desligamento de pessoal e resultou na criação e estabelecimento da Companhia.

(4) Em 2010 efetuamos o pagamento de despesas não recorrentes de comissões e honorários a bancos e advogados relativos a serviços de assessoria financeira e jurídica prestados a nós para a aquisição do Anglo.

(5) Em 2010 realizamos uma série de ações comerciais extraordinárias de marketing das editoras Ática e Scipione e do sistema de ensino SER, que representou um custo de R$8,0 milhões referentes ao relançamento do sistema de ensino SER e de suporte dos reforços das editoras Ática e Scipione devido à falta de novos produtos no mercado privado.

(6) Em 2010 realizamos uma reformulação do conteúdo do material didático do SER, a fim de garantir a continuidade do crescimento do número de escolas e alunos para os quais o SER é fornecido, cujos custos foram contabilizados juntamente com os custos das Editoras. Dessa forma, foi realizado um reconhecimento não recorrente de estoques obsoletos acima dos nossos níveis históricos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R$7,6 milhões.

3.2 - Medições não contábeis

	Trimestre findo em	
	31/3/2011	31/3/2010
	(R$ milhões)	
Receita líquida	203,8	105,4
(-) Custos dos produtos e serviços	(60,0)	(36,5)
(=) Lucro bruto	143,8	68,9
(-) Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras	(67,2)	(38,9)
(=) Lucro operacional	76,6	29,9
(-) Resultado financeiro	(12,3)	(0,2)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	64,3	29,8
(-) Imposto de renda e contribuição social	(21,5)	(5,4)
(=) Lucro líquido	42,8	24,4
Calculo do EBITDA e do EBITDA Ajustado		
Lucro Operacional	76,6	29,9
(+) Depreciação e amortização	7,1	1,0
(+) Amortização do investimento editorial[(1)]	14,1	8,8
(=) EBITDA	**97,8**	**39,7**
Margem EBITDA/Receita Líquida	**48,0%**	**37,7%**
(+) Itens Não Recorrentes	**1,1**	**1,7**
Comissões/honorários com aquisição do Anglo[(2)]	1,1	–
Projetos comerciais extraordinários[(3)]	–	1,7
(=) EBITDA Ajustado	**98,9**	**41,4**
Margem EBITDA Ajustado/Receita Líquida	**48,5%**	**39,3%**

(1) Investimento editorial significa os investimentos realizados por nós para a elaboração de novos conteúdos para os nossos livros e materiais didáticos de nossos sistemas de ensino, que incluem principalmente os valores relativos aos gastos com pessoal editorial (próprio ou terceiro), ilustrações, fotos e direitos de imagem e de texto.

(2) Comissão de consultoria paga aos ex-acionistas do Anglo.

(3) No trimestre findo em 31 de março de 2010 realizamos uma série de ações comerciais extraordinárias relacionadas ao sistema de ensino SER e de suporte dos reforços das editoras Ática e Scipione devido à falta de novos produtos no mercado privado, que representou um custo de R$1,7 milhões.

c. motivo pelo qual a Companhia acredita que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado são utilizados como uma medida de desempenho pela nossa Administração, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A nossa Administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são uma medida prática para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-los de maneira diferente.

A nossa Administração acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado retratam o nosso desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outras: (i) à estrutura de capital, como despesas com juros de endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à estrutura tributária, como imposto de renda e contribuição social, (iii) às despesas com depreciações e amortizações e (iv) às despesas não recorrentes. Estas características, no nosso entendimento, tornam o EBITDA e o EBITDA Ajustado medidas mais práticas e mais apropriadas de nosso desempenho, pois aferem de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de nossas atividades.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Posteriormente a 31 de março de 2011, data de nossa última informação financeira consolidada, cuja emissão foi autorizada em 25 de maio de 2011, ocorreram os eventos subsequentes abaixo indicados.

Aquisição do PH

Em 14 de abril de 2011, adquirimos pelo valor de R$57,0 milhões a totalidade das quotas representativas do capital social da Curso P.H. Ltda. (“Curso PH”) e pelo valor de R$171,0 milhões a totalidade das quotas representativas do capital social da Sistema P.H. de Ensino Ltda. (“Sistema PH”, que, em conjunto com o Curso PH, são denominados “PH”), empresas que atuam no mercado de ensino brasileiro, especialmente ministrando cursos de ensinos fundamental e médio, bem como cursos livres de ensino, incluindo curso pré-vestibular.

O PH é um dos mais tradicionais colégios no Rio de Janeiro, com nove unidades e mais de 6.600 alunos no Rio de Janeiro e em Niterói, e que possui uma marca forte e equipe altamente qualificada. Face às receitas e rentabilidade geradas pelo PH, esperamos que esta aquisição incremente nossas receitas consolidadas e nossa rentabilidade.

Aquisição do controle da Nice Participações S.A. (ETB)

Em 15 de abril de 2011, adquirimos pelo valor de R$4,0 milhões, uma participação equivalente a 61,6% do capital social da empresa Nice Participações S.A. (“Nice”), sociedade *holding* que tem por subsidiárias o Instituto Educacional Alberto Santos Dumont Ltda. (“Santos Dumont”), a ETB Editora Técnica do Brasil Ltda. (“ETB Editora”) e a Enfermap – Centro de Aprendizado Educacional Ltda. (“Enfermap”, que, em conjunto com a Nice, o Santos Dumont, a ETB Editora e a Enfermap denominadas “ETB”).

O saldo remanescente do preço de aquisição do ETB, no valor de R$2,0 milhões, será pago em noventa dias, aos respectivos vendedores, a partir da data de fechamento da aquisição. O respectivo contrato de compra e venda prevê um aumento de capital da Nice, a ser subscrito e integralizado pelos demais acionistas da Nice, subsequente ao pagamento do saldo remanescente do preço de aquisição, que fará com que nossa participação passe a ser de cerca de 53,0% do capital social da Nice.

O ETB atua no segmento de escolas técnicas e cursos profissionalizantes e possui unidades localizadas nas cidades de Jundiaí, Osasco, Piracicaba e Sorocaba, no Estado de São Paulo.

Aquisição de participação minoritária no Livemocha Inc.

Em 1º de julho de 2011, adquirirmos, pelo montante de U$$2,0 milhões, 5,9% do capital social da empresa Livemocha Inc., sociedade com sede nos Estados Unidos da América cujo total do patrimônio líquido contábil em 31 de dezembro de 2010 era de U$$3,497 milhões. Essa sociedade atua no mercado de ensino de idiomas a distancia em todo o mundo.

Alterações Societárias

Em 24 de maio de 2011, nossos acionistas aprovaram a emissão de 2.234.939 ações da Companhia, sendo 1.117.470 ações ordinárias e 1.117.469 ações preferenciais ao preço de R$0,01, assim o nosso capital social passou a ser representado por R$370.420.134,96, dividido em 170.800.947 ações ordinárias e 170.800.946 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

Em 28 de junho de 2011, nossos acionistas aprovaram a conversão da totalidade das suas ações preferenciais de nossa emissão em ações ordinárias também de nossa emissão. Assim, as 85.400.473 ações preferenciais de nossa emissão foram convertidas em igual número de ações ordinárias também de nossa emissão, de modo que o nosso capital social passou a ser dividido em 170.800.946 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. Adicionalmente, em decorrência da entrada em vigor da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, que alterou o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, suprimindo a obrigatoriedade de que os Conselheiros de sociedades por ações fossem também acionistas, os membros da nossa administração que detinham ações de nossa emissão em virtude exclusiva do exercício da função de administrador, não mais são nossos acionistas.

Em 30 de junho de 2011, nossos acionistas aprovaram a conversão de parte de suas ações ordinárias de nossa emissão em ações preferenciais também de nossa emissão. Assim, 65.153.374 ações ordinárias de nossa emissão foram convertidas em igual número de ações preferenciais também de nossa emissão, de modo que o nosso capital social passou a ser dividido em 105.647.572 ações ordinárias e 65.153.374 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

3.4 - Política de destinação dos resultados

a. regras sobre retenção de lucros para os três últimos exercícios sociais

b. regras sobre distribuição de dividendos para os três últimos exercícios

Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2010, 2009 e 2008: o exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, data em que a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras, que deverão ser auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM e publicadas nos termos da legislação societária aplicável.

O Conselho de Administração está autorizado a (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Os dividendos intermediários e intercalares poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Do resultado apurado em cada exercício social serão deduzidos, antes de qualquer distribuição de dividendos, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, 5% do resultado obtido após referida dedução (lucro líquido), serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% do capital social.

Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ressalvada a hipótese prevista no § 4º desse mesmo artigo.

Os dividendos serão pagos a quem, na data do ato da declaração de dividendos, estiver inscrito como proprietário ou beneficiários das ações pertinentes.

Observadas as disposições legais pertinentes, poderemos pagar aos nossos acionistas, por deliberação da Assembleia Geral, juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Novas Regras Aprovadas em 31 de maio de 2011: atualmente, o nosso Estatuto Social, estabelece que o exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano, sendo que ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar as nossas demonstrações financeiras, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações; e (f) formada por até 100% dos lucros que remanescer após as deduções legais e estatutárias será destinada à formação de reserva para expansão, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

3.4 - Política de destinação dos resultados

A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria uma participação nos lucros, não superior a 10% do remanescente do resultado do exercício, limitada à remuneração anual global dos administradores, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social, nos termos do artigo 152, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição da participação nos lucros em favor dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria somente poderá ocorrer nos exercícios em que for assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, poderemos pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto em nosso Estatuto Social.

Não obstante o acima, poderemos elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a seis meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver.

Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o saldo remanescente do valor do dividendo obrigatório a que têm direito. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, não poderemos cobrar dos acionistas o saldo excedente. O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de três anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em nosso favor.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A distribuição de dividendos ocorre anualmente, observadas as regras mencionadas nos itens “a” e “b” deste item 3.4.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Nos termos da “Escritura de Emissão das Debêntures da Gráfica e Editora Anglo Ltda.” (“Gráfica e Editora Anglo”), estamos obrigados a, não obstante as disposições de nosso Estatuto Social, observar o limite máximo de 25% na distribuição de dividendos, incluindo juros sobre capital próprio, do lucro líquido de cada exercício social, exceto caso o índice de alavancagem máxima apurado pelo quociente obtido da divisão da Dívida Líquida pelo nosso EBITDA seja igual ou inferior a 3,0x, hipótese em que referida distribuição poderá ser superior a 25%, a critério nosso exclusivo. Para efeitos de tal restrição, considera-se (a) Dívida Líquida como sendo o somatório sem duplicação, de (i) todo endividamento bancário, (ii) todas as obrigações nos termos de arrendamentos mercantis, (iii) todas as obrigações decorrentes de pagamento parcelado relativo à aquisição de negócio, (iv) todas as garantias de dívidas de terceiros, e (v) todas as dívidas tributárias, subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades, não se considerando o endividamento proveniente de dívidas tributárias da editora Ática e da editora Scipione constantes do Programa de Recuperação Fiscal IV; e (b) EBITDA como sendo o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos doze meses, conforme cada item seja reportado nas nossas mais recentes demonstrações financeiras, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Em decorrência da nossa reorganização societária, ocorrida em 30 de novembro de 2010, a Gráfica e Editora Anglo assumiu da dívida relativa às debêntures emitidas pela Greentree Educacional S.A. (“Greentree”). Em função de a Greentree ser à época uma sociedade *holding*, as obrigações relativas às debêntures (incluindo as limitações na distribuição de dividendos acima mencionada), passaram a ser apuradas na Companhia. (para maiores informações sobre as debêntures de emissão da Gráfica e Editora Anglo Ltda., vide item 18.10 deste Formulário de Referência. Para maiores informações acerca da reorganização societária mencionada, vide item 6.5 deste Formulário de Referência).

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Para informações sobre distribuição de nossos dividendos e retenção de nossos lucros líquidos vide item 3.9 deste Formulário de Referência.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores nos três últimos exercícios sociais.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/03/2011	796.305.888,91	Índice de Endividamento	1,36991875	
31/12/2010	792.013.304,21	Índice de Endividamento	1,44341665	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (31/03/2011)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	82.021.977,71	400.985.931,36	66.187.500,00	0,00	549.195.409,07
Garantia Flutuante	4.791.906,70	50.875.056,20	25.437.528,08	0,00	81.104.490,98
Quirografárias	117.709.110,64	47.268.129,62	1.028.748,60	0,00	166.005.988,86
Total	204.522.995,05	499.129.117,18	92.653.776,68	0,00	796.305.888,91
Observação					

Exercício social (31/12/2010)					
Tipo de dívida	**Inferior a um ano**	**Um a três anos**	**Três a cinco anos**	**Superior a cinco anos**	**Total**
Garantia Real	71.776.532,14	395.777.349,22	66.187.500,00	0,00	533.741.381,36
Garantia Flutuante	2.726.759,64	50.875.056,20	25.437.528,08	0,00	79.039.343,92
Quirografárias	127.201.687,29	50.049.181,78	1.981.709,86	0,00	179.232.578,93
Total	201.704.979,07	496.701.587,20	93.606.737,94	0,00	792.013.304,21
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido.

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009	Exercício social 31/12/2008
Lucro líquido ajustado	42.844.000,00	14.417.000,00	38.940.000,00	
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	23,750000	23,750000	
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	7,370000	2,630000	19,260000	
Dividendo distribuído total	0,00	3.423.952,42	9.248.000,00	
Lucro líquido retido	0,00	9.248.000,00	27.745.000,00	
Data da aprovação da retenção		25/05/2011	30/04/2010	

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
		0,00							
Dividendo Obrigatório									
Ordinária				1.711.976,21		1.156.000,00	30/04/2009		
Preferencial				1.711.976,21		1.156.000,00	30/04/2009		
Outros									
Ordinária						3.468.000,00	30/04/2009		
Preferencial						3.468.000,00	30/04/2009		

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento em nossas units, que são certificados de ações que correspondem a uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Abril Educação S.A. ("Units" e "Companhia", respectivamente), envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de nossa emissão, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as nossas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado de nossas Units poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que nós conhecemos e que acreditamos que, na data deste Formulário de Referência, podem nos afetar adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos por nós atualmente ou que consideramos irrelevantes também poderão nos afetar adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para nós, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros e de nossas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de nossa emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" e na seção "5. Riscos de Mercado" devem ser compreendidas nesse contexto.

Ademais, não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco" e da seção "5. Riscos de Mercado".

a. ao emissor

Podemos não ser capazes de atrair ou de reter escolas associadas.

Parte substancial das nossas receitas é proveniente das parcerias que mantemos no setor de sistemas de ensino. A maioria dos contratos firmados com as escolas associadas públicas e privadas que utilizam nossos sistemas de ensino tem duração de apenas um ano. Não temos como assegurar que seremos capazes de renovar os contratos com as escolas associadas quando de seus vencimentos, ou de renová-los em termos favoráveis.

Nossa capacidade de atrair e reter escolas associadas depende da qualidade de nossa metodologia, conteúdo e serviços educacionais percebida por escolas e municípios parceiros atuais ou potenciais e do custo do nosso pacote de serviços. Podemos não ser capazes, ainda, de (i) aprimorar nossos serviços pedagógicos; e (ii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes, a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado; o que poderá impactar negativamente nossa capacidade de atrair e reter parceiros, causando um impacto negativo sobre nós.

Podemos ser impedidos de participar nos programas oficiais de compras de livros pelo Governo Federal do Brasil ("Governo Federal") ou nossos livros podem não ser aprovados em tais programas.

Uma parcela significativa de nossa receita decorre da venda de livros didáticos para o Governo Federal. Para o fornecimento de livros didáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático para o ensino básico (ensinos fundamental e médio) ("PNLD"), as editoras precisam submeter previamente o conteúdo de suas obras à avaliação pedagógica da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e Cultura ("MEC"), conforme critérios pré-divulgados em editais. A avaliação é realizada por uma banca de acadêmicos escolhidos anualmente pela Secretaria de Educação Básica, que define e publica uma lista de obras aprovadas. A partir dessa lista, cerca de dois milhões de professores das instituições de ensino público selecionam os livros que serão adotados pelas escolas públicas.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de interpretar os critérios divulgados pela Secretaria de Educação Básica nos editais do PNLD e de submeter nossos materiais de maneira adequada, em especial devido à alteração anual na composição da banca de acadêmicos. Podemos, ainda, não ser capazes de persuadir os professores da rede pública a escolher os livros didáticos editados por nós, ou não ser capazes de vender nossos livros didáticos em condições comerciais favoráveis no âmbito dos programas de compra de livros do Governo Federal, o que pode nos afetar negativamente.

Adicionalmente, a irregularidade temporária da nossa situação cadastral perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), sistema eletrônico que cadastra e centraliza as principais certidões negativas de tributos federais expedidas por determinados órgãos públicos, pode impedir nossa participação em programas governamentais e a celebração de contratos com órgãos públicos, ou adiar o recebimento de valores a nós devidos no âmbito desses programas e contratos.

Se, por qualquer razão, estivermos impedidos de participar nos programas oficiais de compra de livros pelo Governo Federal ou se os nossos livros não forem aprovados em tais programas, podemos sofrer impactos adversos significativos.

Podemos não ser capazes de crescer de forma adequada por meio de aquisições e as aquisições já realizadas podem nos trazer riscos e desafios.

Adquirimos recentemente empresas do setor de educação, tais como o Anglo, em julho de 2010, que atua principalmente no ensino básico e em cursos pré-vestibulares, e o PH e o ETB, em abril de 2011, que atuam, respectivamente, no ensino básico e em cursos pré-vestibulares e no ensino técnico. Pretendemos continuar adquirindo empresas ou ativos como parte de nossa estratégia de expansão. Podemos não obter êxito em continuar identificando empresas do setor educacional que ofereçam oportunidades adequadas de aquisição ou em adquirir tais empresas em termos favoráveis.

Além disso, as aquisições já realizadas por nós e as futuras aquisições envolvem uma série de riscos e desafios que podem nos afetar adversamente, especialmente porque, entre outros: (i) a aquisição pode não contribuir com nossa estratégia comercial ou com a nossa imagem; (ii) o processo de aquisição pode ser demorado e, até certo ponto, a atenção de nossa administração pode ser desviada das nossas operações regulares; (iii) as aquisições podem não gerar os retornos e sinergias esperados; (iv) podemos não ser capazes de integrar de forma satisfatória as empresas e negócios adquiridos e de implantar nosso padrão de qualidade; (v) podemos não ser capazes de manter ou substituir adequadamente as relações com as escolas que utilizam alguns sistemas de ensino adquiridos por nós; (vi) as aquisições podem gerar intangíveis cuja amortização resultará na redução do nosso lucro líquido e dos dividendos; (vii) as empresas adquiridas podem possuir contingências não identificadas que representem prejuízos ou perdas para nós; (viii) as aquisições podem estar sujeitas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); e (ix) podemos perder membros do corpo docente das instituições de ensino que forem adquiridas.

Caso não sejamos capazes de superar esses riscos e desafios, podemos perder participação de mercado e nosso negócio poderá ser afetado negativamente.

Podemos não ser capazes de acompanhar as mudanças tecnológicas no setor de educação.

Temos necessidade constante de realizar investimentos relevantes em tecnologia da informação, que é um fator essencial de nossa estratégia de crescimento e para o desenvolvimento de nossos negócios. Podemos adotar novos sistemas e tecnologias que venham a se tornar excessivamente onerosas ou não atingir níveis de qualidade adequados ou, ainda, ter dificuldades em nos adaptar às mudanças tecnológicas no setor educacional, especialmente no segmento de educação à distância em que pretendemos atuar.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A título ilustrativo, o lançamento contínuo e a popularização de novas tecnologias e equipamentos utilizados no setor de educação, tais como os *tablets* que funcionam como equipamentos digitais de leitura de livros, representam uma nova e dinâmica forma de distribuição de conteúdo. Podemos não ser capazes de adaptar adequadamente o nosso modelo de negócio na elaboração e na comercialização de nossos conteúdos digitais ou de contratar e manter profissionais competentes para o desenvolvimento de tais conteúdos. Além disso, nosso sucesso depende da nossa capacidade de melhorar nossos atuais produtos e desenvolver e introduzir novos produtos que sejam aceitos pelo mercado. Os nossos concorrentes podem introduzir produtos ou plataformas de serviços superiores aos que oferecemos. Caso não sejamos capazes de acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico de disponibilização de conteúdo, podemos ser afetados negativamente.

Enfrentamos concorrência diversificada em cada segmento em que atuamos e, se não competirmos com eficiência, poderemos perder nossa participação de mercado e nossa lucratividade poderá ser prejudicada.

Competimos diretamente com outras empresas fornecedoras de sistemas de ensino, editoras de livros e materiais didáticos e paradidáticos e escolas de ensino médio e fundamental. Não podemos garantir nosso êxito ao competir com nossos concorrentes atuais e futuros, o que nos pode obrigar a reduzir os preços dos nossos produtos ou serviços, ou até mesmo a descontinuá-los. Se não conseguirmos manter nossa posição competitiva ou responder às pressões competitivas com eficiência, nossa lucratividade poderá ser comprometida e podemos perder nossa participação de mercado.

Podemos não ser capazes de manter ou de atrair alunos e professores para nossas escolas próprias.

Nossa capacidade de atrair e manter alunos para as nossas escolas próprias depende da qualidade de nossos cursos e do padrão de excelência associado às nossas marcas, das mensalidades que cobramos e da conveniência da localização e infra-estrutura das nossas unidades. Fatores críticos para a atração dos alunos incluem: (i) oferecer aos alunos um *curriculum* de alta qualidade, (ii) manter um time de professores bem formados; (iii) obter altas taxas de aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nas melhores universidades do País; (iv) manter a reputação de qualidade e de excelência de nossas marcas, o que nos permite cobrar um preço *premium* pelos nossos serviços; e (v) implementar com sucesso nossa estratégia de expansão e, ao mesmo tempo, manter nosso padrão de qualidade.

Caso não sejamos capazes de preparar adequadamente nossos alunos para que sejam aprovados nas melhores universidades do País, podemos deixar de atrair novos alunos ou não conseguir manter nossos atuais alunos sem termos que reduzir o preço de nossas mensalidades. Caso isso ocorra, nossas receitas poderão diminuir e nossa situação financeira poderá ser negativamente impactada.

Não podemos, ainda, garantir que teremos condições de manter nossos atuais professores ou contratar novos professores que atendam aos nossos padrões de qualidade. A manutenção do nosso vínculo com os atuais professores, bem como a contratação de novos professores que atendam aos nossos padrões de qualidade podem estar sujeitos a condições que se encontram fora de nosso controle, tais como propostas de contratação feitas em termos mais favoráveis por nossos concorrentes e razões pessoais que levem tais professores a se desvincularem de nós, Em tais casos a impossibilidade de manter nossos atuais professores e/ou de contratar novos professores poderia resultar em um efeito adverso para as nossas operações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de estabelecer ou manter relações comerciais duradouras e atraentes com os autores de nosso material didático, bem como ser afetados negativamente pela disseminação da violação de direitos autorais.

Os sistemas de ensino e livros que oferecemos são elaborados por autores independentes ou que mantêm relação laboral ou contratual conosco. Podemos não ser capazes de manter a relação que atualmente possuímos com tais autores, especialmente porque, dentre outros motivos: (i) os autores podem ser atraídos pela concorrência; (ii) os autores podem não mais aceitar as condições praticadas por nós, em particular os valores de direitos autorais que oferecemos; (iii) os autores mais renomados podem querer publicar suas obras de maneira independente, inclusive aproveitando-se de novas tecnologias; e (iv) os autores podem vir a falecer, a se aposentar ou a abandonar suas profissões. Se não conseguirmos substituir tais autores, renovar seus contratos em termos favoráveis ou oferecer obras alternativas, a nossa capacidade competitiva e desempenho podem vir a ser impactados. Adicionalmente, estamos sujeitos a determinadas práticas de terceiros que desrespeitam os direitos autorais, tais como cópias reprográficas não autorizadas de livros, reprodução ilegal de CDs e DVDs, bem como a disseminação de bibliotecas digitais que comercializam ilegalmente o nosso conteúdo. A incapacidade de manutenção das relações com os autores, bem como a disseminação da violação dos direitos autorais podem acarretar um impacto negativo sobre nós.

A sazonalidade das vendas nos nossos segmentos editoriais, incluindo os sistemas de ensino, pode acarretar impacto em nosso capital de giro.

Nossas vendas apresentam concentração acentuada no primeiro e no último trimestre de cada exercício social, quando realizamos a maior parte das vendas de nossos livros didáticos, paradidáticos e sistemas de ensino. Em função dessa sazonalidade, antecipamos nossa produção durante todo o ano, aumentando a necessidade de capital de giro. Podemos sofrer com a diminuição na capacidade de aquisição de nossos clientes, impedindo a venda programada da totalidade do estoque formado anteriormente. Como consequência, podemos necessitar de maior capital de giro, o que poderá impactar adversamente nossos resultados.

Dependemos de membros de nossa administração, os quais podem não ser retidos ou substituídos por pessoas com mesma experiência e qualificação.

Parte do nosso sucesso depende das habilidades e esforços de nossa administração, sendo que alguns de nossos administradores são remunerados com base em salários fixos somados a bônus de desempenho, bem como, ocasionalmente, planos de opção de compra de ações. Podemos não ser capazes de manter tais administradores, pois eles podem optar por não mais participar da gestão dos nossos negócios. Adicionalmente, podemos não ser capazes de contratar profissionais igualmente qualificados para acompanhar nossa estratégia de crescimento ou para substituir aqueles que eventualmente deixarem a nossa administração, o que poderá ter um efeito prejudicial sobre os nossos negócios.

A natureza cíclica da indústria gráfica e a concentração de fornecedores de papel podem afetar nossos custos de maneira relevante.

O papel é uma das principais matérias primas dos nossos negócios. A indústria do papel apresenta natureza cíclica, sendo a sua produção e seus preços sensíveis às condições econômicas mundiais e brasileiras. Normalmente os preços dos produtos fabricados pelos fornecedores de papel que utilizamos acompanham os preços do papel praticados no resto do mundo e estão sujeitos a diversos fatores tais como a variação cambial (principalmente do dólar norte-americano) e consolidação do mercado. Podemos não ser capazes de negociar a compra de matéria prima em termos favoráveis, o que poderá acarretar em aumento de nossos custos de produção e impacto adverso em nosso resultado.

Ações e práticas de escolas associadas podem prejudicar nossos negócios.

Monitoramos o uso de nossos sistemas de ensino nas escolas associadas e fornecemos treinamento às equipes de professores das escolas associadas para que utilizem o conteúdo didático de acordo com nossos padrões e exigências e para que ajam dentro da legalidade e nos termos por nós autorizados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos não ser capazes de fornecer treinamento adequado aos professores ou realizar um monitoramento eficaz das escolas associadas, levando à queda na qualidade dos serviços prestados por tais escolas e à associação pelo público de tais condutas ilegais com as nossas marcas, o que pode nos afetar negativamente.

Podemos ser responsabilizados por eventos que possam ocorrer em nossas unidades educacionais.

Atos praticados contra pessoas dentro de nossas unidades educacionais (inclusive alegações de assédio moral ou outros atos ilícitos), bem como acidentes, lesões ou outros danos aos alunos, professores ou colaboradores podem nos levar a enfrentar ações judiciais sob a alegação de que fomos negligentes, que realizamos supervisão inadequada ou fomos, de modo direto ou indireto, responsáveis pela lesão ou pelo ato cometido. Adicionalmente, podemos ser objeto de ações judiciais movidas por alunos e/ou ex-alunos, alegando eventuais lesões a direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990). Tais ações, ainda que mal sucedidas, podem causar publicidade negativa, diminuição do número de matrículas, aumento nas evasões, despesas substanciais e desvio de tempo e atenção da nossa administração, afetando-nos negativamente.

Podemos ser prejudicados por negociações desfavoráveis em convenções coletivas assinadas entre os sindicatos que representam nossos empregados e aqueles que representam nossas instituições de educação.

Nossos professores e funcionários são representados por sindicatos. As convenções coletivas regulam a duração da hora aula, a remuneração mínima, férias e benefícios diretos dos professores, reajustes salariais (que normalmente são baseados na taxa de inflação) entre outros. Podemos ser prejudicados se não mantivermos bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários, se enfrentarmos greves, interrupções de trabalho ou outros transtornos trabalhistas por parte de professores ou funcionários, e se não formos capazes de repassar um aumento de custos decorrente da renegociação de contratos coletivos para nossas mensalidades ou produtos e serviços prestados, o que poderá ter um efeito prejudicial significativo sobre os nossos negócios.

Podemos ser prejudicados caso seja considerado que nossas publicações infringem direitos de propriedade intelectual.

Em razão do grande número de autores que contratamos para produzir nossas publicações, estamos sujeitos ao risco de ações judiciais que tenham por base alegações de infrações de direito de propriedade intelectual com relação às nossas publicações caso algum autor infrinja direitos autorais ao escrever as obras que publicamos. Caso sejamos considerados culpados pela infração de direitos de propriedade intelectual, poderemos ser forçados a revisar, completa ou parcialmente, a publicação que for considerada irregular e pagar quantias que podem ser significativas a título de indenização ou *royalties*, o que poderá afetar adversamente nosso negócio, ainda que nossos contratos firmados com estes autores prevejam a responsabilidade por ressarcimento via direito de regresso.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.

Somos e poderemos ser, no futuro, parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em matéria cível, tributária e trabalhista, inclusive envolvendo nossos fornecedores, alunos, membros do nosso corpo docente e/ou autoridades ambientais, concorrenciais e tributárias, dentre outras, decorrentes tanto dos nossos negócios em geral como de eventos não recorrentes de natureza societária, tributária, regulatória, dentre outros. Não podemos garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos nossos interesses ou, ainda, que teremos provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos que eventualmente decorrerem desses processos. Decisões contrárias aos nossos interesses que eventualmente alcancem valores substanciais podem afetar adversamente nossos resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em 31 de março de 2011, o montante em discussão nos processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em que éramos parte somava R$70,3 milhões, sendo que possuíamos R$11,5 milhões provisionados para contingências e R$4,1 milhões depositados em juízo. Esses valores não incluem contingências relativas ao PH e ao ETB, adquiridos em abril de 2011, em relação às quais possuímos garantias prestadas pelos respectivos vendedores do PH e do ETB, na forma de dedução de parcelas vincendas do preço de aquisição ou de recebimento de participação societária adicional na sociedade. Podemos não ser capazes de cobrar tais garantias ou tais garantias poderão não ser suficientes. Para informações adicionais sobre os processos judiciais, administrativos e arbitrais relevantes, ver seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Após a conclusão da Oferta, continuaremos sendo controlados pelos nossos atuais acionistas controladores, cujos interesses poderão diferir daqueles de outros acionistas.

Após a conclusão da Oferta, nossos acionistas controladores serão titulares de ações representando mais da metade do nosso capital social com direito a voto. Os acionistas controladores têm poderes para, entre outros: (i) eleger e destituir a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração, estabelecer a nossa política administrativa e exercer o controle geral sobre a nossa administração e de nossas controladas; (ii) vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle do nosso capital social; e (iii) determinar o resultado de qualquer deliberação dos nossos acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, submetidos à aprovação dos acionistas, incluindo a venda de ativos, assim como determinar a época de distribuição e o pagamento de dividendos. Enquanto os acionistas controladores forem titulares da maioria do nosso capital social votante, continuarão a ter o poder de decidir sobre a maior parte dos nossos assuntos e tais decisões podem não coincidir com os interesses dos demais acionistas.

A aprovação de matérias relevantes para nós depende do voto afirmativo de alguns dos nossos acionistas minoritários, cujos interesses podem diferir dos interesses do nosso acionista controlador e dos interesses dos investidores.

Nosso acionista controlador Abrilpar Participações S.A. (“Abrilpar”) possui um acordo de acionistas (“Acordo de Acionistas”) celebrado com BR Educacional Fundo de Investimento em Participações (“BR Educacional”) e FIP Brasil de Governança Corporativa (“FIP Brasil”), pelo qual enquanto BR Educacional e FIP Brasil detiverem, isoladamente ou em conjunto, pelo menos 10% do nosso capital social, terão o direito de veto para aprovação, em Assembleia Geral ou em Reuniões do Conselho de Administração, de matérias relevantes para nós, como: (i) alterações das atribuições ou funções do conselho de administração e criação de novas diretorias acima de um limite de oito diretorias; (ii) alteração da nossa política de dividendos; (iii) contratação ou assunção de qualquer dívida que nos torne responsável por qualquer Dívida Líquida (conforme definida no nosso Acordo de Acionistas) adicional que, em conjunto com as nossa demais Dívidas Líquidas, faça com que a razão da Dívida Líquida/EBITDA ultrapasse índices específicos previstos no nosso Acordo de Acionistas; (iv) compra, por nós ou nossas subsidiárias, de bens do ativo permanente em valor superior a R$50,0 milhões, bem como a venda de bens do ativo permanente em valor superior a R$50,0 milhões por preços abaixo de seu valor de mercado; ou (v) constituição de qualquer ônus sobre qualquer bem do nosso ativo permanente, móvel ou imóvel, ou de nossas subsidiárias ou controladas, cujo valor exceda R$20,0 milhões. Estamos sujeitos ao fato de que os interesses dos acionistas minoritários BR Educacional e FIP Brasil podem diferir daqueles do nosso acionista controlador Abrilpar, ocasionando disputas societárias que poderão afetar negativamente nossos resultados. Para informações adicionais sobre o nosso Acordo de Acionistas, ver seção 15.5 deste Formulário de Referência.

Caso não possamos continuar nos beneficiando de determinados relacionamentos que atualmente mantemos com nosso acionista controlador, podemos ser adversamente impactados.

Fazemos uso do centro de compartilhamento de estrutura administrativa da Editora Abril S.A. (“Editora Abril”), sociedade detida por nosso acionista controlador. No âmbito desse relacionamento, compartilhamos com outras empresas do grupo de nosso acionista controlador, a preço de custo, serviços de contabilidade e controladoria financeira, jurídicos, de recursos humanos, de atendimento ao consumidor, suprimentos, infra-estrutura de tecnologia, entre outros.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos incorrer em maiores despesas administrativas caso passemos a contratar de terceiros, no futuro, os serviços atualmente prestados a nós no âmbito dos contratos de compartilhamento de estrutura administrativa com a Editora Abril.

Adicionalmente, adquirimos de alguns veículos de comunicação de nosso acionista controlador, a preços diferenciados, publicidade para nossos negócios e alguns conteúdos para nossos sistemas de ensino, e nossa marca “Abril Educação” é de titularidade da Editora Abril, sociedade controlada por nosso acionista controlador, e licenciada gratuitamente a nós enquanto o controle do nosso capital social for detido pelo nosso acionista controlador. Para maiores informações sobre o contrato de licenciamento da nossa marca Abril Educação, ver seção 16.2 deste Formulário de Referência.

Caso nosso acionista controlador, por qualquer razão, deixe de deter o controle do nosso capital social, ou passe a cobrar preços de mercado pela publicidade, pelo conteúdo ou pelos serviços prestados a nós no âmbito do compartilhamento da estrutura administrativa da Editora Abril, podemos ser adversamente impactados.

c. a seus acionistas

As nossas Units e ações nunca foram negociadas em bolsa de valores, e, portanto, um mercado ativo para essas Units e ações pode não se desenvolver e a cotação das nossas Units e ações pode ser adversamente afetada após a nossa oferta pública inicial de Units. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão restringir consideravelmente a capacidade dos investidores das nossas Units e ações pelo preço desejado e no momento desejado.

Antes de nossa oferta inicial, as nossas Units e ações não eram negociadas em bolsa de valores. Ademais, um mercado ativo e líquido de negociação poderá não se desenvolver ou, se for desenvolvido, poderá não conseguir se manter. O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o brasileiro, envolve, um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários mundiais. A BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”) apresentou uma capitalização de mercado de R$2,5 trilhões em 30 de abril de 2011, e um volume médio diário de negociação no mercado à vista de R$6,7 bilhões no mês de abril de 2011. Adicionalmente, em 30 de abril de 2011 as dez ações mais negociadas na BM&FBOVESPA foram responsáveis por 49,4% do volume total de ações negociadas na BM&FBOVESPA. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das nossas Units e ações de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização de nossas Units e ações.

Adicionalmente, o preço das nossas Units na nossa oferta inicial será determinado por meio de procedimento de coleta de intenções de investimento com investidores institucionais, realizado pelos coordenadores da nossa oferta (*bookbuilding*), que não é indicativo do preço pelo qual as nossas Units serão comercializadas no mercado após a nossa oferta inicial. O preço de mercado das nossas Units e ações poderá variar por diversas razões, incluindo aquelas descritas nesta seção.

Podemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de nossa emissão pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos nossos acionistas antigos, incluindo os investidores nas Units, o que pode resultar na diluição da participação do referido investidor nas Units.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O cancelamento de Units poderá ter efeito adverso significativo sobre o mercado das Units e sobre o valor das Units lastreadas em ações ordinárias e preferenciais.

Nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Emissão e Escrituração de Units Ações e Custódia de Ações Lastro celebrado entre a nós e a Itaú Corretora de Valores S.A., os detentores de Units poderão apresentá-las para cancelamento no Brasil em troca das ações ordinárias e preferenciais que compõem tais Units. Se os detentores de Units apresentarem para cancelamento um número significativo de Units em troca de ações ordinárias e preferenciais, a liquidez e o preço das Units e o preço das ações ordinárias e preferenciais que compõem tais Units poderão sofrer um impacto negativo significativo.

Os detentores das Units e/ou ações poderão não receber dividendos.

A Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social exigem que sejam pagos aos detentores das nossas Units e/ou ações um dividendo mínimo obrigatório (que poderá vir na forma de juros sobre o capital próprio) de 25% do nosso lucro líquido anual ajustado. A distribuição de dividendos, entretanto, está sujeita às deliberações do nosso Conselho de Administração, no sentido de determinar que esse dividendo ou pagamento de juros sobre o capital próprio não seja realizado em vista de nossa situação financeira e anuncie a suspensão na Assembleia Geral. Adicionalmente, como parte do cálculo do nosso lucro líquido nos termos da Lei das Sociedades por Ações para fins de dividendos, são feitos ajustes que incluem alocações a várias reservas, os quais podem reduzir o valor disponível para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Adicionalmente, nossa capacidade de pagar dividendos aos nossos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das nossas controladas, além de ausência de restrições contratuais para o pagamento de dividendos. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das nossas controladas serão positivos ou de que serão suficientes, e de que não haverá restrições contratuais no futuro para a distribuição de lucros pelas nossas controladas, para o pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

As ações preferenciais subjacentes às Units têm direitos de voto limitados.

Das nossas duas classes de ações em circulação, somente nossas ações ordinárias têm direito de voto integral. Exceto em determinadas matérias e circunstâncias, nossas ações preferenciais que compõem as Units não conferem direito a voto aos seus titulares. Nossos principais acionistas são titulares da maioria das nossas ações ordinárias com direito a voto, controlando-nos e, portanto, têm condições de tomar medidas societárias sem a aprovação dos acionistas que são titulares de nossas ações preferenciais. Por conseguinte, detentores de nossas ações preferenciais não terão controle sobre a aprovação de medidas societárias, tais como a nomeação de conselheiros, aprovação de deliberações relevantes ou alterações em nossa estrutura de capital.

d. a suas controladas e coligadas

Podemos não ser capazes de extrair as sinergias que planejamos entre nossas coligadas e/ou controladas, prejudicando nossos resultados.

Parte do nosso sucesso depende das sinergias com nossas controladas, que visam ao aumento do volume de vendas realizadas, bem como à redução de custos e despesas. As sinergias entre nós e nossas controladas incluem, dentro outros aspectos, (i) a unificação dos esforços comerciais de venda de livros didáticos e sistemas de ensino; (ii) a unificação dos esforços comerciais de compra de insumos e custos de produção, como por exemplo, compra de papel para todos os segmentos; (iii) o aproveitamento de conteúdo entre editoras e sistemas de ensino, (iv) a venda de produtos diferenciados desenvolvidos por nossas controladas; (v) a unificação dos esforços de contratação de funcionários; e (vi) a unificação dos custos e investimentos relativos à tecnologia da informação, publicidade, logística e atendimento ao cliente. Podemos não ser capazes de extrair adequadamente as sinergias necessárias para aumentar o volume de nossas vendas e diminuir nossos custos de produção, o que pode afetar negativamente nosso negócio.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em algumas das nossas controladas existem sócios que não são nossos sócios, podendo surgir conflitos societários que prejudiquem a condução dos negócios da controlada e seus respectivos resultados.

Recentemente, adquirimos 61,6% do capital social da Nice Participações S.A. ("Nice"), sociedade *holding* do ETB, sendo que os 38,4% restantes permaneceram com os antigos sócios do ETB. O interesse de tais antigos sócios pode diferir dos nossos interesses, ocasionando disputas societárias que poderão afetar negativamente os resultados de nossa controlada e, por consequência, nossos resultados.

e. a seus fornecedores

Vide os fatores de risco "**Podemos não ser capazes de estabelecer ou manter relações comerciais duradouras e atraentes com os autores de nosso material didático, bem como ser afetados negativamente pela disseminação da violação de direitos autorais**" e "**A natureza cíclica da indústria gráfica e a concentração de fornecedores de papel pode afetar nossos custos de maneira relevante"** na página **542.**

f. a seus clientes

Vide também os fatores de risco "**Podemos não ser capazes de atrair ou de reter Escolas Associadas**" e "**Podemos ser impedidos de participar nos programas oficiais de compras de livros pelo Governo Federal ou nossos livros podem não ser aprovados em tais programas"** na página **539.**

A mudança nos processos de compras das escolas podem afetar negativamente o negócio dos nossos distribuidores

A cada ano, é mais comum escolas negociarem a compra de livros didáticos diretamente com as editoras. Em decorrência de tal fato, poderá haver um enfraquecimento das atividades dos distribuidores que são nossos parceiros, o que exigirá maiores investimentos nossos direcionados ao processo de venda. Poderemos, ainda, perceber um aumento significativo na inadimplência, por passarmos a cobrar diretamente as escolas. Podemos não ser capazes de atender a esse contexto e não estruturar nossa rede de distribuição de acordo com essa realidade, o que poderá resultar na perda de participação de mercado e/ou impactar negativamente nossos negócios.

O aumento dos níveis de inadimplência de nossas escolas associadas ou também, em alguma medida, no pagamento das mensalidades pelos alunos de nossas escolas próprias poderá nos afetar negativamente.

Dependemos do pagamento integral e pontual dos valores contratados com nossas escolas associadas e, em alguma medida, também das mensalidades que cobramos de nossos alunos. O aumento dos níveis de inadimplência destes pagamentos pode comprometer nosso fluxo de caixa e nossa capacidade de cumprir com as nossas obrigações.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Podemos ser negativamente afetados por medidas adotadas pelo Governo Federal, que possam gerar o aumento prolongado da taxa de juros no País, a desaceleração da economia e o aumento da dívida pública brasileira.

Nosso sucesso depende também dos rumos da economia brasileira. O Governo Federal poderá adotar medidas que nos afetem negativamente. Tais medidas podem incluir, dentre outros aspectos: (i) o aumento prolongado da taxa de juros no Brasil, que poderá impactar nosso nível de endividamento e nossos custos financeiros; (ii) a desaceleração da economia, afetando o crescimento dos segmentos nos quais atuamos, bem como impactando o poder de compra de nossos clientes e gerando inadimplência; e (iii) o aumento da dívida pública brasileira, o que pode levar ao agravamento do déficit fiscal, afetando os programas de investimento em educação e compras governamentais, nos diversos níveis. Podemos não ser capazes de nos adaptar às medidas governamentais adotadas para o controle da economia brasileira, o que poderá nos afetar negativamente.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

Alguns dos nossos segmentos de negócios estão sujeitos a diversas leis e regulamentos e o não cumprimento das leis e dos regulamentos existentes ou futuros poderá prejudicar nossos negócios.

Os nossos segmentos de venda de livros para o Governo Federal, de elaboração de conteúdo de materiais didáticos e nossas escolas próprias estão sujeitos a diversas leis federais e à regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Para mais informações, veja item 7.5, na página 610 deste Formulário de Referência.

Podemos não ser capazes de cumprir as leis e os regulamentos aplicáveis ao setor educacional e manter nossos credenciamentos, autorizações e reconhecimentos válidos no futuro. Se não cumprirmos com essas exigências regulatórias, podemos não ser capazes de vender livros para o Governo Federal e o MEC poderá impor restrições sobre nossas operações, prejudicando nossa situação financeira e resultados operacionais. O Governo Federal poderá rever as leis e regulamentos que regem as empresas do setor educacional no Brasil ou sugerir alterações nessas leis e regulamentos ao Congresso Nacional. Podemos ser significativamente prejudicados por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às empresas do setor de ensino médio e fundamental, especialmente por mudanças relativas a (i) conteúdos de material didático, que podem representar aumento em nossos custos de produção; (ii) descredenciamento de instituições de ensino privadas, (iii) imposição de controles de mensalidades ou restrições sobre os níveis de lucratividade, (iv) exigências de qualificação de membros do corpo docente, (v) exigências acadêmicas para cursos e currículos, (vi) exigências de infra-estrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios e suporte administrativo, entre outras. Além disso, somos obrigados a registrar nossas novas unidades no MEC, antes de abri-las ou operá-las, bem como providenciar o credenciamento de nossos novos cursos no MEC, a fim de expedir diplomas e certificados aos nossos alunos. Podemos ser prejudicados se não conseguirmos obter essas autorizações ou credenciamentos de forma tempestiva ou se não pudermos introduzir novos cursos de maneira tão rápida quanto nossos concorrentes, perdendo boas oportunidades de mercado e não obtendo retorno dos investimentos empregados na criação de tais novos cursos.

Nossa atuação no segmento de escolas próprias no ensino básico pode ser prejudicada se o Governo Federal alterar sua estratégia de investimento em educação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), o Governo Federal deve priorizar investimentos públicos no ensino fundamental e médio e estimular investimentos no ensino superior por entidades privadas. O Governo Federal pode aumentar a concorrência que enfrentamos no segmento de escolas próprias no ensino básico por meio (i) do aumento do nível de investimentos públicos no ensino básico e uma maior oferta de vagas e melhoria na qualidade do ensino oferecido e (ii) da transferência dos recursos de incentivo a instituições privadas às públicas. Em geral, qualquer alteração da política que afete o nível de investimentos públicos em educação poderá nos prejudicar.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Casos determinadas alterações na Lei dos Direitos Autorais sejam aprovadas, nossa relação com autores e com o mercado em geral poderá ser impactada.

No Brasil, a propriedade intelectual é regida principalmente pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 ("Lei de Direitos Autorais") e, também, por outras leis e normas esparsas. Constantemente são apresentados ao Congresso Nacional projetos de lei que visam alterar trechos relevantes da atual Lei de Direitos Autorais. Além disso, o Ministério da Cultura disponibilizou para audiência pública, em 14 de junho de 2010, o texto do Anteprojeto de Reforma da Lei de Direitos Autorais ("Anteprojeto") que deve ser encaminhado em breve ao Congresso Nacional para análise. Esse Anteprojeto contempla alterações significativas no regime jurídico da propriedade intelectual no Brasil, que incluem (i) aumento no rol de exceções ao direito de exclusividade do autor sobre a sua obra; (ii) a possibilidade de reprodução, distribuição e comunicação ao público de obras protegidas quando a utilização ocorrer para fins educacionais, didáticos, informativos, de pesquisa ou para uso como recurso criativo e feita na medida justificada para o fim a se atingir, sem prejudicar a exploração normal da obra utilizada e nem causar prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores; (iii) a titularidade do empregador dos direitos patrimoniais de obras criadas em cumprimento a dever funcional ou a contrato de trabalho ou criadas em cumprimento de contrato de encomenda; (iv) a possibilidade de concessão de licenças não voluntárias e não exclusivas para tradução, reprodução, distribuição, edição e exposição de obras, desde que a licença atenda necessariamente aos interesses da ciência, da cultura, da educação ou do direito fundamental de acesso à informação; e (v) a proibição que o contrato de edição contenha cláusula de cessão de direitos patrimoniais do autor. Caso determinados projetos de lei atualmente em trâmite junto ao Congresso Nacional sejam aprovados ou na hipótese de o texto do Anteprojeto ser aprovado da forma como está sendo proposto, o regime jurídico da propriedade intelectual no Brasil poderá ser substancialmente alterado, o que poderá afetar negativamente nossa relação com autores e com o mercado em geral.

A perda ou redução do benefício fiscal na venda de livros poderá nos afetar significativamente.

O Governo Federal, por meio da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, reduziu a zero as alíquotas das contribuições ao Programa de Integração Social ("PIS") e ao Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") incidentes sobre o faturamento resultante da venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004. Essa redução da carga tributária tem como objetivo estimular a cadeia de produção e comercialização de livros no Brasil. Contudo, não é possível garantir a manutenção dessa isenção, nem tão pouco prever mudanças na forma de tributação da cadeia produtiva de livros no futuro. Caso essa isenção seja revogada ou as alíquotas de PIS e COFINS sejam majoradas, nossos resultados poderão ser afetados adversamente.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

Não aplicável, uma vez que não atuamos em países estrangeiros.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Temos como prática a análise constante dos riscos aos quais estamos expostos e que possam afetar, de forma adversa, nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados de nossas operações, bem como monitoramos periodicamente mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através do acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Os possíveis cenários de aumento ou redução dos riscos mencionados neste Formulário de Referência estão descritos dentro do próprio risco.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Em 31 de março de 2011, éramos partes em processos judiciais e administrativos trabalhistas, cíveis e tributários oriundos do curso normal de nossos negócios, no montante de R$70,3 milhões. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de nossos advogados, foram provisionadas as causas com chances de perda consideradas prováveis. Em 31 de março de 2011, tais causas perfaziam um valor total de R$11,5 milhões.

i. trabalhistas

Em 31 de março de 2011, éramos parte em reclamações trabalhistas no curso normal de nossos negócios. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de nossos advogados, foram provisionadas as causas com chances de perda consideradas prováveis. Em 31 de março de 2011, as reclamações trabalhistas perfaziam um valor total de R$17,1 milhões dos quais R$5,0 milhões estavam por nós provisionados.

ii. tributários

Em 31 de março de 2011, éramos parte em processos de natureza tributária no curso normal de nossos negócios. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de nossos advogados, foram provisionadas as causas com chances de perda consideradas prováveis. Em 31 de março de 2011, os processos de natureza tributária perfaziam um valor total estimado em R$48,2 milhões dos quais R$4,4 milhões estavam por nós provisionados.

Adicionalmente, em 31 de março de 2011, as sociedades ETB e pH eram parte em processos judiciais e administrativos trabalhistas, cíveis e tributários oriundos do curso normal de seus negócios, no montante de R$0,7 milhão. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus respectivos advogados, não foi constituída provisão para tais contingências. Nos termos dos contratos de aquisição das sociedades ETB e pH, os acionistas vendedores são responsáveis pelo pagamento de tais contingências.

iii. cíveis

Em 31 de março de 2011, éramos parte em processos de natureza civil no curso normal de nossos negócios. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de nossos advogados, foram provisionadas as causas com chances de perda consideradas prováveis. Em 31 de março de 2011, os processos de natureza civil perfaziam um valor total de R$8,2 milhões e dos quais R$2,0 milhões estavam por nós provisionadas.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

iv. outros

Não há.

As ações judiciais ou processos administrativos individualmente considerados e pendentes, que se decididos de maneira desfavorável à nós causariam efeito adverso relevante sobre nossas atividades, nossa situação financeira ou resultados operacionais foram listados abaixo:

Processo nº 19.515.002021/2005-19	
a. juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais CARF
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	1/7/2005
d. partes no processo	Editora Scipione X Receita Federal
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$7.024.833,57
f. principais fatos	Objeto: Exigência de supostos débitos relativos ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, apurado no ano calendário de 2001, decorrentes de suposta omissão de receita caracterizada pela falta ou insuficiência de contabilização, omissão de receita caracterizada pela manutenção no passivo, glosa de custos dos bens ou serviços vendidos e despesas indedutíveis. Andamento: lavrado o auto, apresentamos impugnação, a qual foi julgada parcialmente procedente. Apresentamos recurso voluntário. Desistimos parcialmente para inclusão no Programa de Recuperação Fiscal (“Refis”).
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, considerada remota seremos compelidos ao recolhimento dos valores (R$5.153.124,28)
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 19515.002200/2005-48	
a. juízo	Delegacia de Julgamento
b. instância	1° Instância
c. data de instauração	28/7/2005
d. partes no processo	Editora Ática S.A. X Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$5.907.793,95
f. principais fatos	Objeto: exigência de débitos relativos ao Imposto de Renda da Pessoa Física (“IRPF”) apurado entre 2000 e 2005, uma vez constatada discrepância entre os valores das contas que registravam previsões para pagamento e aqueles declarados em Declaração de Débitos e Créditos Federais. Andamento: Lavrado o auto, apresentamos impugnação. Aguardando julgamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro. Em caso de perda, considerada remota, poderemos ser compelidos ao recolhimento do IRRF. (R$5.907.793,95)
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

Processo nº 19679.010640/2005-04	
a. juízo	Delegacia de Julgamento
b. instância	1° Instância
c. data de instauração	20/8/2010
d. partes no processo	Editora Ática S.A. X Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$3.027.979,55
f. principais fatos	Objeto: exigência de débitos relativos ao IRRF, apurado em janeiro de 2006, compensados com créditos decorrentes do recolhimento a maior da Cofins, no 4º trimestre de 2004. Andamento: Aguarda julgamento do recurso voluntário.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Impacto Financeiro. Em caso de perda, a empresa será compelida ao recolhimento dos valores compensados. (R$3.027.979,55)
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 13899.000792/2006-09	
a. juízo	Delegacia de Julgamento
b. instância	1° Instância
c. data de instauração	24/7/2006
d. partes no processo	Editora Ática S.A. X Receita Federal do Brasil
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$4.878.647,41
f. principais fatos	Objeto: exigência do IPI, referente ao período de apuração de julho a dezembro de 2001, em decorrência de suposto desvio de finalidade de papel (empréstimo Editora Ática S.A. e Editora Scipione S.A.). Andamento: lavrado auto, apresentamos impugnação. Aguardando julgamento.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, considerada remota, poderemos ser compelidos ao recolhimento do montante relativo ao IPI. (R$4.878.647,41). Há, ainda, o risco da perda do registro de papel imune, por suposto desvio da finalidade do mesmo.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

Notificação Extrajudicial	
a. juízo	Não aplicável
b. instância	Não aplicável
c. data de instauração	29/04/11
d. partes no processo	Nicolau Marmo X Gráfica e Editora Anglo Ltda.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$14,0 milhões
f. principais fatos	O Sr. Nicolau Marmo exerceu as funções de professor no Anglo Vestibulares entre os anos de 1966 e 1973 e de Coordenador Geral do Anglo Vestibulares de 1973 a 2011. Nesse período, foi responsável pela contratação e coordenação do corpo docente, bem como no planejamento dos materiais didáticos usados no curso Anglo e posteriormente estendidos ao Sistema Anglo de Ensino. Em 2011, o Sr. Nicolau Marmo foi desligado de suas funções executivas e, por meio de notificação extrajudicial, comunicou à nós seu desejo de reclamar na Justiça do Trabalho o montante de R$14,0 milhões referentes à benefícios trabalhistas não recebidos ao longo de sua carreira no Anglo Vestibulares.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	No caso de o Sr. Nicolau Marmo ingressar com ação trabalhista contra nós e formos condenados, acreditamos que seremos obrigados a desembolsar o montante de R$6,0 milhões. De qualquer forma, nos termos do “Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças”, firmado em 6 de julho de 2010, por meio do qual adquirimos o Anglo, os vendedores são obrigados a nos reembolsar por todas as despesas que incorrermos (incluindo condenação) em decorrência do fato acima citado, de forma que esperamos não haver impacto adverso para nós.
i. valor provisionado (se houver provisão)	Não há.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que nós sejamos parte e cujas partes contrárias sejam nossos administradores, ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores ou de nossas controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Não há processos sigilosos relevantes em que nós ou nossas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Em 31 de março de 2011, éramos parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, conforme abaixo:

PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS	
Nós figuramos como parte em ações de natureza trabalhista, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
Valores envolvidos (aproximados)	R$ 9,8 milhões.
Valor provisionado, se houver provisão (aproximado)	R$ 1,0 milhão.
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência	Os processos são relativos ao pagamento de horas extras, recolhimento de FGTS, sobreaviso, descanso semanal remunerado, e seus reflexos nas demais obrigações trabalhistas, bem como danos morais.

PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS	
Nós figuramos como parte em ações de natureza trabalhista, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
Valores envolvidos (aproximados)	R$ 6,8 milhões.
Valor provisionado, se houver provisão (aproximado)	R$ 2,5 milhões.
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência	Quando da junção das operações de venda das editoras Ática e Editora Scipione, houve a decisão de reduzir o percentual da comissão paga à nossa força de vendas sobre as vendas efetivas, tendo em vista a maior diversidade e capacidade de venda com aumento do catálogo de livro. Contudo, alguns de nossos ex-funcionários têm buscado a justiça com alegação de diminuição salarial. O resultado até agora tem sido desfavorável à tese de ambas as editoras, representando perda provável.

PROCEDIMENTOS TRIBUTÁRIOS	
Nós figuramos como parte ações de natureza tributária, consideradas como repetitivas ou conexas e não sigilosas e relevantes.	
Valores envolvidos (aproximados)	R$ 14,2 milhões.
Valor provisionado, se houver provisão (aproximado)	Não há.
Prática do emissor ou de suas controladas que causou tal contingência	Os processos são relativos à compensação de débitos de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL contra créditos de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL a maior ou fora do prazo legal, bem como falta de recolhimento ou recolhimento a menor de tais tributos.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta Seção 4 do Formulário de Referência.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não detemos valores mobiliários custodiados fora do Brasil, país de nossa origem.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

No curso normal de nossos negócios, estamos expostos a diversos riscos que são inerentes às nossas atividades. A maneira como identificamos e gerimos esses riscos é crucial para a nossa lucratividade, sendo os riscos mais significativos os seguintes:

Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre os nossos negócios e o nosso acesso ao capital internacional e aos mercados de dívida, e pode afetar negativamente os resultados das nossas suas operações e nossa condição financeira.

Nossas operações são conduzidas no Brasil. A nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais são substancialmente dependentes das condições econômicas no Brasil. O Produto Interno Bruto do Brasil, em termos reais, cresceu 7,5% em 2010. Não podemos assegurar que o Produto Interno Bruto aumentará ou manter-se-á estável no futuro. Futuros desenvolvimentos na economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, o consumo dos nossos produtos e serviços. Como resultado, esses desenvolvimentos podem afetar as nossas estratégias de negócio, nossos resultados operacionais, ou nossa condição financeira.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente faz alterações significativas nas políticas e regulamentações. Os nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira poderão ser adversamente afetados por mudanças nas políticas governamentais, bem como os fatores econômicos globais, incluindo: (i) desvalorizações e outros movimentos da taxa de câmbio; (ii) política monetária; (iii) taxas de inflação; (iv) instabilidade dos preços das commodities; (v) instabilidade social ou econômica; (vi) escassez de energia; (vii) taxas de juros; (viii) controles cambiais e restrições sobre remessas para o exterior; (ix) liquidez do capital interno e dos mercados de crédito; (x) política fiscal e (xi) outras eventualidades diplomáticas, políticas, econômicas e sociais dentro de ou afetando o Brasil.

Historicamente, o cenário político do Brasil tem influenciado o desempenho da economia brasileira e as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, que resultou na desaceleração econômica e na maior volatilidade nos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Futuros desenvolvimentos nas políticas do Governo Federal e/ou a incerteza de saber se e quando tais políticas e regulamentos podem ser aplicadas, as quais estão além do nosso controle, poderiam ter um efeito material adverso sobre nós.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, e podem ter efeitos adversos sobre nossos negócios e resultados operacionais.

O Brasil historicamente apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do Governo Federal para combatê-la tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, particularmente antes de 1995. Taxas de inflação foram de 3,8% em 2006, 7,7% em 2007 e 9,8% em 2008, em comparação com a deflação de 1,7% para o período 2009. Já em 2010, tivemos uma inflação de 11,3% medida pelo Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”) calculado pela Fundação Getúlio Vargas, enquanto em 30 de abril de 2011, a inflação acumulada, calculada pelo mesmo índice, foi de 2,9%.

Nossos custos e despesas operacionais são substancialmente denominados em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira porque nossos fornecedores geralmente aumentam preços para refletir a depreciação da moeda. Se a taxa de inflação no Brasil aumentar mais rapidamente do que a taxa de valorização do Dólar americano, as nossas despesas operacionais podem aumentar. Além disso, a inflação alta geralmente leva a uma maior taxa de juros doméstica e, como consequência, os custos de dívida denominados em Reais podem aumentar.

As medidas do Governo Federal para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária conservadora, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. As ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir substancialmente para a incerteza econômica no Brasil e, consequentemente, enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, influenciando nossa capacidade de acesso aos mercados de capitais internacionais, o que poderia ter um efeito adverso sobre nós.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, os nossos negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas Units, além de poder limitar o nosso acesso aos mercados internacionais.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, principalmente dos Estados Unidos e da China, bem como países da América Latina e países de economia emergente.

Condições econômicas adversas em outros mercados emergentes resultaram algumas vezes em significativos fluxos de saída de recursos do Brasil ao exterior. Além disso, a crise financeira originada nos Estados Unidos no quarto trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que direta ou indiretamente afetam de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das nossas Units. Crises em outros países podem dificultar ou impedir o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis, bem como, direta ou indiretamente, dificultar ou impedir o nosso acesso a mercados internacionais, afetando negativamente nossos resultados operacionais, o valor de mercado de nossas Units e a nossa condição financeira.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

a. riscos para os quais se busca proteção

Estamos expostos a riscos de mercado decorrentes das nossas atividades e adotamos planos de ação para tentar mitigá-los. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Possuímos fornecedores contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esse passivo surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar o saldo desse passivo. O passivo sujeito a esse risco representava cerca de 2,3% do nosso saldo total de fornecedores e despesas diversas em 31 de março de 2011. O valor de mercado do passivo em moeda estrangeira não difere substancialmente daqueles registrados nas nossas demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro 2010 e 2009. Vale mencionar que podemos adquirir insumos com diversos fornecedores nacionais e internacionais, o que nos permite uma flexibilidade maior para a eliminação de riscos.

Possuímos empréstimos e financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores de Taxa de Juros de Longo Prazo e Certificados de Depósito Interbancário. O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

Analisamos diferentes conjunturas macroeconômicas como subsídio para nossa estratégia de negócios, planejamento estratégico e orçamentário com indicação de alternativas a serem adotadas em cada um destes cenários. Entre estes riscos estão a inflação, que pode afetar a nossa estrutura de custos (preço de insumos relativas às atividades de edição de livros e sistemas de ensino), e a perda de poder de compra do consumidor, que pode afetar os nossos níveis de inadimplência.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A nossa política de gerenciamento de risco foi estabelecida pelo nosso Conselho de Administração e prevê a existência de um Comitê Financeiro, instituído como um órgão colegiado de assessoramento ao nosso Conselho de Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são endereçados com o objetivo de resguardar a nossa estratégia de negócios, mantendo, entretanto, um nível adequado de flexibilidade financeira.

c. instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge)

Utilizamos a negociação de preços e taxas com fornecedores na aquisição de insumos, e a antecipação de pagamentos, como principais instrumentos de proteção patrimonial, o que possibilita descontos de preço e alargamento de prazos de pagamento, resultando em redução dos riscos associados.

Não possuímos contratos de derivativos para fazer *hedge* contra os riscos de mercado a que estamos sujeitos. Contudo, há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para nos proteger contra o risco de volatilidade das taxas, que são apresentados pelo Comitê Financeiro como alternativas ao nosso Conselho Administrativo.

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Não utilizamos outros parâmetros para o gerenciamento de riscos de mercado além do que já foi citado no item (a) acima. Adicionalmente, o nosso Conselho de Administração e/ou nosso Comitê Financeiro poderá direcionar a nossa Diretoria na determinação de outros parâmetros do modelo de gestão de nossos riscos, conforme citado no item (f) abaixo.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável, uma vez que não utilizamos atualmente instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O nosso Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do nosso modelo de gerenciamento de riscos, bem como pela aprovação de aplicações financeiras realizados por nós ou nossas subsidiárias ou controladas em desacordo com suas respectivas políticas de risco.

As políticas de riscos são elaboradas e os riscos avaliados, pelo nosso Comitê Financeiro, que assessora Conselho de Administração na análise das aplicações financeiras realizadas por nós, nossas subsidiárias e controladas.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Cabe ao nosso Comitê de Financeiro, junto com nosso Conselho de Administração, avaliar periodicamente as políticas de gerenciamento de riscos, seus recursos e tolerância máxima a riscos, além de monitorar a efetividade da implementação das recomendações efetuadas por nossa auditoria interna e pelos nossos auditores externos. Eventuais ajustes e adaptações aos nossos procedimentos de controle interno são realizados por nosso Comitê Financeiro, junto com nosso Conselho de Administração, à medida que sejam considerados necessários. Considerando a definição das obrigações e responsabilidades do nosso Comitê Financeiro e nossa estrutura organizacional objetiva, entendemos que nossa estrutura operacional de controle interno é adequada.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

No último exercício social, não houve qualquer alteração relevante nos principais riscos de mercado a que estamos expostos, ou na política de gerenciamento de riscos.

5.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 5 do Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	04/05/1998
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

O Grupo Abril e seus controladores têm uma história de mais de 60 anos bem sucedidos no setor de comunicação e mídia, tendo construído uma posição de liderança na América Latina. Responsável pela publicação de algumas das revistas e portais mais respeitados do Brasil, conta uma reputação marcada por grande pioneirismo e capacidade de criação, inovação e adaptação das mudanças culturais da nossa sociedade.

O vinculo do Grupo Abril com a educação tem sua origem na década de 60, quando foi pioneiro na criação de materiais didáticos usados no Movimento Brasileiro de Alfabetização (“Mobral”), que alfabetizou milhares de jovens e adultos. Na década de 70 a Divisão de Educação desenvolveu outro projeto buscando melhorar a qualidade da educação brasileira, o Programa Alfa, que procurava lidar com os elevados índices de repetência da época. Em 1958, a Família Civita criou a Fundação Victor Civita dedicada ao desenvolvimento da educação no Brasil e responsável pela revista Nova Escola, lançada em parceria com o MEC e que hoje tem a segunda maior circulação dentre as revistas publicadas no país, atingindo mensalmente, 1,5 milhão de leitores.

Em 1999, o Grupo Abril passou a atuar no setor de editoração de livros e materiais didáticos adquirindo as editoras líderes neste segmento no Brasil: editora Ática e editora Scipione. As editoras Ática e Scipione trouxeram uma longa história de pioneirismo e liderança no mercado brasileiro de livros didáticos e na geração de conteúdo educacional.

Em 2009, a Abril Educação lançou o Sistema de Ensino SER, por meio das editoras Ática e Scipione, e ainda oferece serviços educacionais para a formação continuada de professores, como oficinas, cursos e assessorias pedagógicas.

No início de 2010, as editoras Ática e Scipione, o recém-lançado Sistema de Ensino SER e todos os ativos relacionados ao negócio de educação, foram cindidos do Grupo Abril e passaram a formar a Abril Educação. Este movimento foi realizado para permitir-nos explorar de maneira mais sistemática e com maior foco todo o potencial do nosso segmento. Este movimento foi concomitante com a contratação de uma nova equipe de profissionais com extensivo histórico de sucesso, que recebeu a missão de maximizar o resultado dos negócios atuais, acelerar o crescimento, a rentabilidade e a consolidação das oportunidades do setor, consolidando assim nossa posição de liderança.

Em 6 de julho de 2010, a Companhia, adquiriu as sociedades do Anglo, quais sejam, a Editora Anglo Ltda. (“Editora Anglo”); a Simão e Gabriades Vestibulares Ltda. (que posteriormente passou a denominar-se Anglo Vestibulares Ltda.) (“Anglo Vestibulares”), a Gráfica e Editora Anglo Ltda. (que posteriormente passou a denominar-se Gráfica e Editora Anglo S.A.) (“Gráfica e Editora Anglo”) e a Siga Educacional Ltda. (“Siga”). A aquisição do Anglo nos tornou uma das maiores redes de sistema de ensino do País, com mais de 1000 Escolas Associadas e mais de 317 mil alunos nas redes pública e privada. Além disso, nos trouxe a marca Anglo, que desfruta de grande reconhecimento de qualidade na região, e uma importante operação de rede de ensino própria, ativos que combinados completam nossa estratégia para continuar crescendo na região.

Em 27 de julho de 2010, recebemos aporte de R$100,0 milhões, mediante emissão de 98.231.828 novas ações, subscritas e integralizadas pelos seus acionistas, Roberto Civita, Giancarlo Francesco Civita, Victor Civita e Roberta Anamaria Civita (“Família Civita”). Neste momento, a Abrilpar, controlada direta da ATIVIC S.A. (“Ativic”), teve sua participação diluída para 35,74%, ficando a Família Civita com os 64,26% restantes (para maiores informações acerca dos aumentos do nosso capital social, vide Item 17 deste Formulário de Referência).

Em 11 de agosto de 2010, recebemos aporte de capital do nosso atual acionista minoritário, BR Investimentos, que detém, através de dois fundos de *private equity*, sendo um desses fundos focado no setor de Educação, 24,63% do nosso capital social total. A BR Investimentos foi fundada por Paulo Guedes, economista que tem uma carreira muito bem-sucedida nas áreas de Educação e no Setor Financeiro, tendo sido um dos quatro fundadores do Banco Pactual, atual BTG Pactual, hoje o maior banco de investimentos independente do país, e foi sócio fundador e CEO do IBMEC, uma das principais escolas de negócios do país. Por isto, acreditamos que este passo chancelou nossa posição diferenciada no setor e cria um impulso adicional para execução de nossa estratégia e para aprimoramento de nossa governança corporativa, com foco na transparência de informações (para maiores informações acerca do ingresso dos Investidores, vide Item 6.5 deste Formulário de Referência). Paulo Guedes passou a integrar nosso Conselho de Administração.

6.3 - Breve histórico

Em 25 de outubro de 2010, a Greentree, nossa controlada direta à época, que, por sua vez era controlada indiretamente pela Abrilpar, pela Ativic e pela Família Civita, realizou sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, contando também com garantia fidejussória e com garantia adicional, para distribuição pública com esforços restritos (para maiores informações acerca da emissão das debêntures, vide Item 18.10 deste Formulário de Referência).

Em 30 de novembro de 2010, implementamos nova reorganização societária envolvendo suas subsidiárias, de forma a possibilitar a simplificação operacional, no melhor aproveitamento das sinergias e na redução de custos e gastos, com otimização das estruturas societária e administrativa então existentes, de forma que (i) a Siga e a Editora Anglo, ambas então subsidiárias da Anglo Vestibulares foram por ela incorporadas, (ii) concomitantemente, a Anglo Vestibulares foi incorporada por sua subsidiária Gráfica e Editora Anglo e (iii) a Greentree foi extinta em decorrência de sua cisão total, sendo as parcelas cindidas de seu patrimônio vertidas às suas subsidiárias Editora Ática, Editora Scipione e Gráfica e Editora Anglo (para maiores informações acerca de referida reorganização societária, vide Item 6.5 deste Formulário de Referência).

Em 1º de abril de 2011, a Editora Abril nos cedeu a totalidade de sua participação societária na CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda. (“CAEP”) (para maiores informações acerca da CAEP, vide Item 6.5 deste Formulário de Referência).

Em 14 de abril de 2011, por meio de nossa subsidiária CAEP, adquirimos 100,00% das quotas das sociedades das sociedades do PH. As escolas do PH e o curso preparatório para vestibulares PH têm nove unidades e em 31 de março de 2011 atendiam a aproximadamente 6.600 alunos nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, ambas no Estado do Rio de Janeiro (para maiores informações acerca da aquisição do PH, vide Item 6.5 deste Formulário de Referência).

Em 15 de abril de 2011, por meio de nossa subsidiária CAEP, adquirimos 61,6% do capital social da Nice, sociedade *holding* do ETB. O ETB possui quatro unidades no interior do Estado de São Paulo e visa suprir a demanda por mão-de-obra qualificada de nível pré-universitário em áreas de forte demanda como saúde, tecnologia e serviços entre outros. O ETB foi adquirido em abril de 2011 e desde 2008, aumentou sua base de alunos de 198 para 2.400 (para maiores informações acerca da aquisição do ETB, vide Item 6.5 deste Formulário de Referência).

Em 2 de maio de 2011, a Família Civita e a Abrilpar realizaram um aporte de recursos no montante de R$25,0 milhões, sem a emissão de novas ações, que foi integralizado moeda corrente nacional, sem resultar na alteração da participação acionária de cada um dos acionistas (para maiores informações acerca deste aumento de capital social, vide Seção 17 e Item 6.5 deste Formulário de Referência).

Finalmente, em 1º de julho de 2011, adquirimos pelo valor de US$2,0 milhões, uma participação minoritária representativa de 5,90% do capital social da sociedade Livemocha Inc., sociedade com sede nos Estados Unidos da América que atua em ensino de idiomas à distância em todo o mundo e que em 2010 foi eleita pela revista Time um dos 5 melhores websites de educação, ofertando mais de 30 cursos de idiomas para mais de 6 milhões de membros em todo o mundo. Com a aquisição, nos tornamos sua representante exclusiva no Brasil. Nos próximos meses, nós e a Livemocha Inc. definiremos planos conjuntos para o incremento dos negócios da Livemocha Inc. no Brasil, onde a empresa conta com uma base extensa de usuários cadastrados.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Primeira Reorganização Societária Envolvendo a Companhia: em 28 de fevereiro de 2010, teve início a reorganização societária das nossas controladoras, a fim de que deixássemos de ser controlada diretamente pela Abril S.A. e passássemos a ser controlada diretamente pela Abrilpar. Referida reorganização societária foi composta dos seguintes passos:

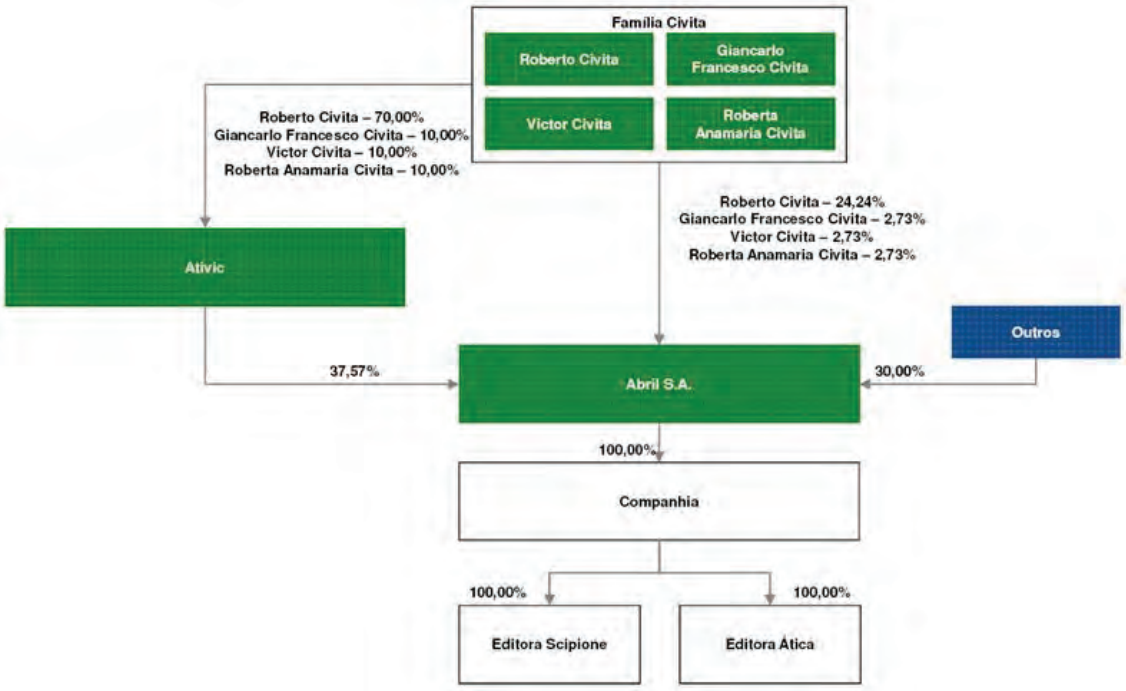
(i) Cisão da Abril S.A.: em 28 de fevereiro de 2010, foi aprovada a cisão da nossa controladora direta è época, a Abril S.A., com troca de ações, por meio da qual a totalidade de sua participação societária em nosso capital social foi vertida para a Ativic e Família Civita, de modo que deixamos de ser controlados diretamente pela Abril S.A., passando a Família Civita a deter diretamente ações de nossa emissão. Assim, nossa composição acionária, passou a ser a seguinte forma: Ativic (58,05%) e Família Civita (41,95%).

(ii) Transferência da Greentree: também em 28 de fevereiro de 2010, a totalidade das ações da Greentree, então detidas pela Ativic, foram transferidas para nós, que conferimos à Greentree as participações por nós detidas na Editora Ática e na Editora Scipione.

(iii) Aumento de Capital da Abrilpar: Em 22 de julho de 2010, foi concluída a reorganização societária, por meio do aumento do capital social da Abrilpar, então no valor de R$1,0 mil passando para R$120.300.750,00, um aumento portanto, de R$120.299.750,00, mediante a emissão de 120.299.750 novas ações, sem valor nominal, sendo 60.149.875 ações ordinária nominativas e 60.149.750 ações preferenciais, pelo preço de emissão de R$1,00 cada uma. Referido aumento de capital social foi subscrito pela Ativic e por ela integralizado mediante a conferência à Abrilpar da totalidade das ações de nossa emissão então detidas pela Ativic.

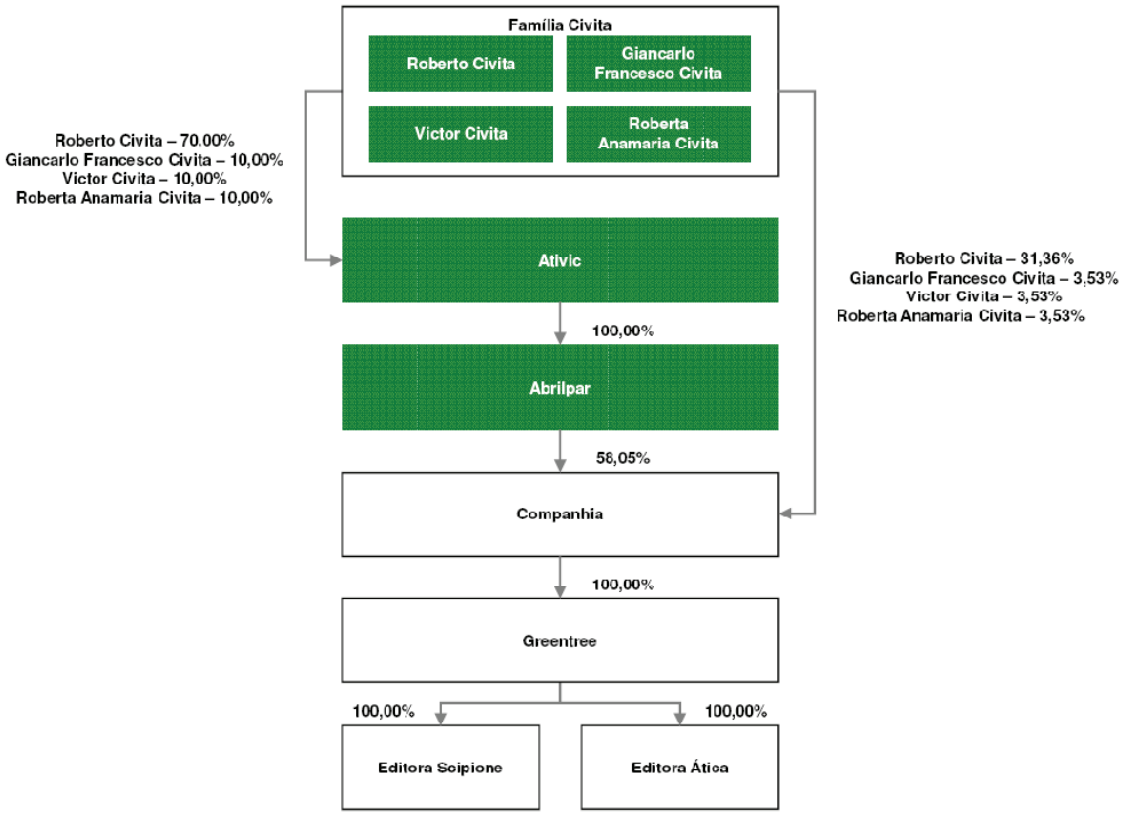
Em vista da reorganização societária acima, nosso o organograma societário foi alterado conforme abaixo:

(i) organograma societário previamente à reorganização societária:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

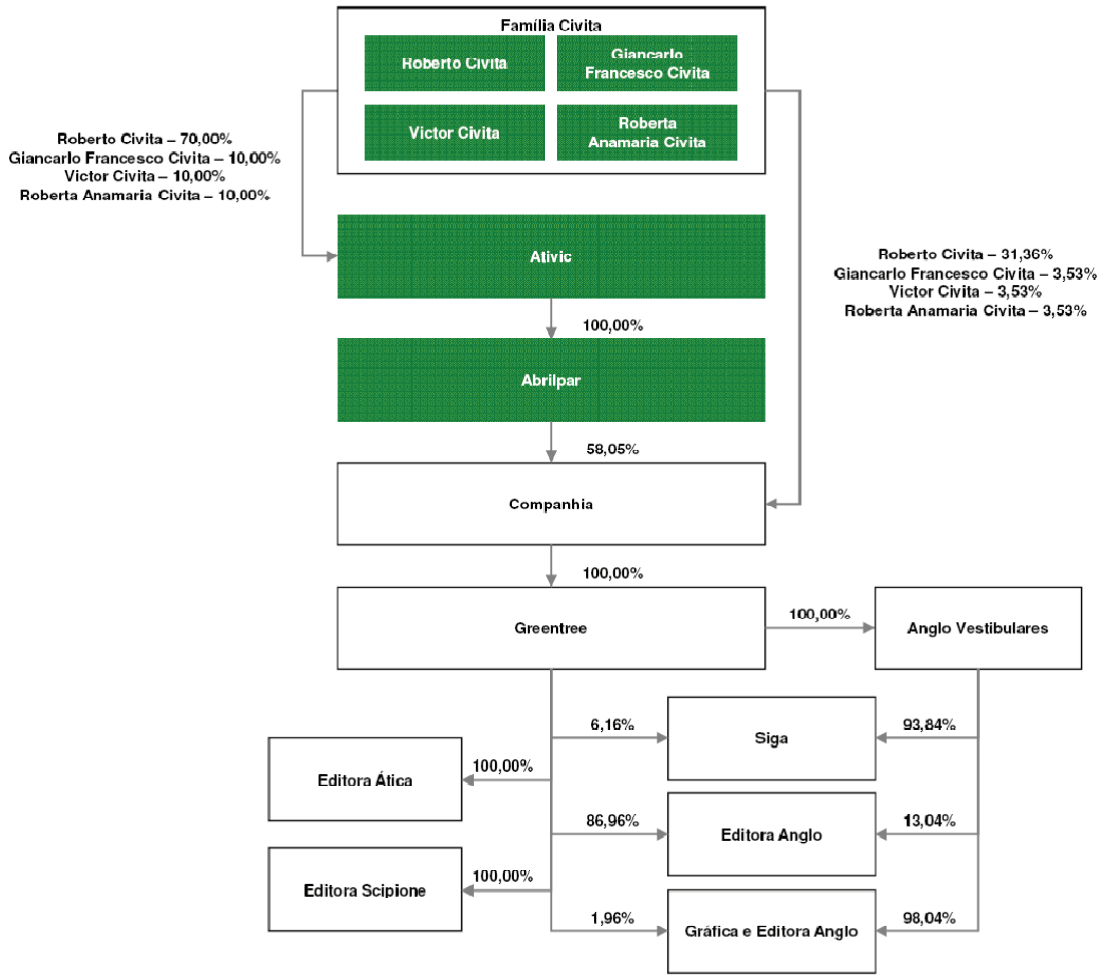
(ii) organograma societário posteriormente à reorganização societária:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição do Anglo: em 6 de julho de 2010, por meio da Greentree, então nossa subsidiária integral, nos termos do "Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças", adquirimos 100,00% das quotas de emissão de todas as sociedades do Anglo, quais sejam, Editora Anglo; Anglo Vestibulares, Gráfica e Editora Anglo e Siga. O ingresso da Greentree no quadro societário das sociedades do Anglo ocorreu em 10 de setembro de 2010. Em 31 de março de 2011, havia um saldo de R$269,9 milhões a ser pago por nós, referente à aquisição do Anglo.

Após a conclusão da aquisição acima mencionada, o nosso organograma, incluindo nossos controladores e subsidiárias, passou a ser o seguinte:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aporte de Capital na Companhia: em 27 de julho de 2010, recebemos aporte de R$100,0 milhões, mediante emissão de 98.231.828 novas ações, subscritas e integralizadas pela Família Civita, de modo que a Abrilpar, controlada direta da Ativic, teve sua participação diluída para 35,74%, ficando a Família Civita com os 64,26% restantes.

Abaixo segue a alteração nas participações societárias dos nossos acionistas previa e posteriormente à realização do aporte:

(i) nossa posição acionária previamente ao aporte:

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	% Total do Capital Social
Abrilpar[(1)]	78.664.786	100,00	12.669.435	8,05	58,05
Roberto Civita	0	0,00	49.351.612	31,37	31,37
Giancarlo Francesco Civita	0	0,00	5.547.913	3,53	3,53
Victor Civita	0	0,00	5.547.913	3,53	3,53
Roberta Anamaria Civita	0	0,00	5.547.913	0,00	3,53
Total	**78.664.786**	**100,00**	**78.664.786**	**100,00**	**100,00**

(1) as ações de nossa emissão que eram detidas pelos Conselheiros que não sejam membros da Família Civita estão consideradas nas ações detidas pela Abrilpar.

(ii) nossa posição acionária posteriormente ao aporte:

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	% Total do Capital Social
Abrilpar[(1)]	78.664.786	61,56	12.669.435	9,91	35,74
Roberto Civita	34.381.141	26,91	83.732.753	65,53	46,22
Giancarlo Francesco Civita	4.911.591	3,84	10.459.504	8,19	6,01
Victor Civita	4.911.591	3,84	10.459.504	8,19	6,01
Roberta Anamaria Civita	4.911.591	3,84	10.459.504	8,19	6,01
Total	**127.780.700**	**100,00**	**127.780.700**	**100,00**	**100,00**

(1) as ações de nossa emissão que eram detidas pelos Conselheiros que não sejam membros da Família Civita estão consideradas nas ações detidas pela Abrilpar.

Ingresso de Investidores: em 11 de agosto de 2010, assinamos juntamente com a Abrilpar; a Ativic, a Greentree; a Família Civita e os Investidores firmaram o "Instrumento Particular de Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças", por meio do qual os Investidores subscreveram suas respectivas participações societárias atualmente detidas em nosso capital social. Os Investidores subscreveram e integralizaram as ações da seguinte forma: (i) o BR Educacional subscreveu 39.361.110 ações de nossa emissão, sendo 19.680.555 ações ordinárias e 19.680.555 ações preferenciais, correspondentes a 11,60% do nosso capital social, pelo preço de R$2,70 por ação de nossa emissão, totalizando o montante de R$106,2 milhões, que foi totalmente integralizado em moeda corrente nacional, por meio de aporte de recursos próprios; e (ii) o FIP Brasil subscreveu 44.444.444 ações de nossa emissão, sendo 22.222.222 ações ordinárias e 22.222.222 ações preferenciais, correspondentes a 13,10% do nosso capital social, pelo preço de R$2,70 por ação de nossa emissão, totalizando o montante de R$120,0 milhões, que foi totalmente integralizado em moeda corrente nacional, por meio de aporte de recursos próprios.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em vista do acima, as participações societárias da Abrilpar e da Família Civita foram alteradas conforme abaixo demonstrado:

(i) nossa posição acionária previamente ao ingresso dos Investidores:

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	% Total do Capital Social
Abrilpar[1]	78.664.786	61,56	12.669.435	9,91	35,74
Roberto Civita	34.381.141	26,91	83.732.753	65,53	46,22
Giancarlo Francesco Civita	4.911.591	3,84	10.459.504	8,19	6,01
Victor Civita	4.911.591	3,84	10.459.504	8,19	6,01
Roberta Anamaria Civita	4.911.591	3,84	10.459.504	8,19	6,01
Total	**127.780.700**	**100,00**	**127.780.700**	**100,00**	**100,00**

(1) as ações de nossa emissão que eram detidas pelos Conselheiros que não sejam membros da Família Civita estão consideradas nas ações detidas pela Abrilpar.

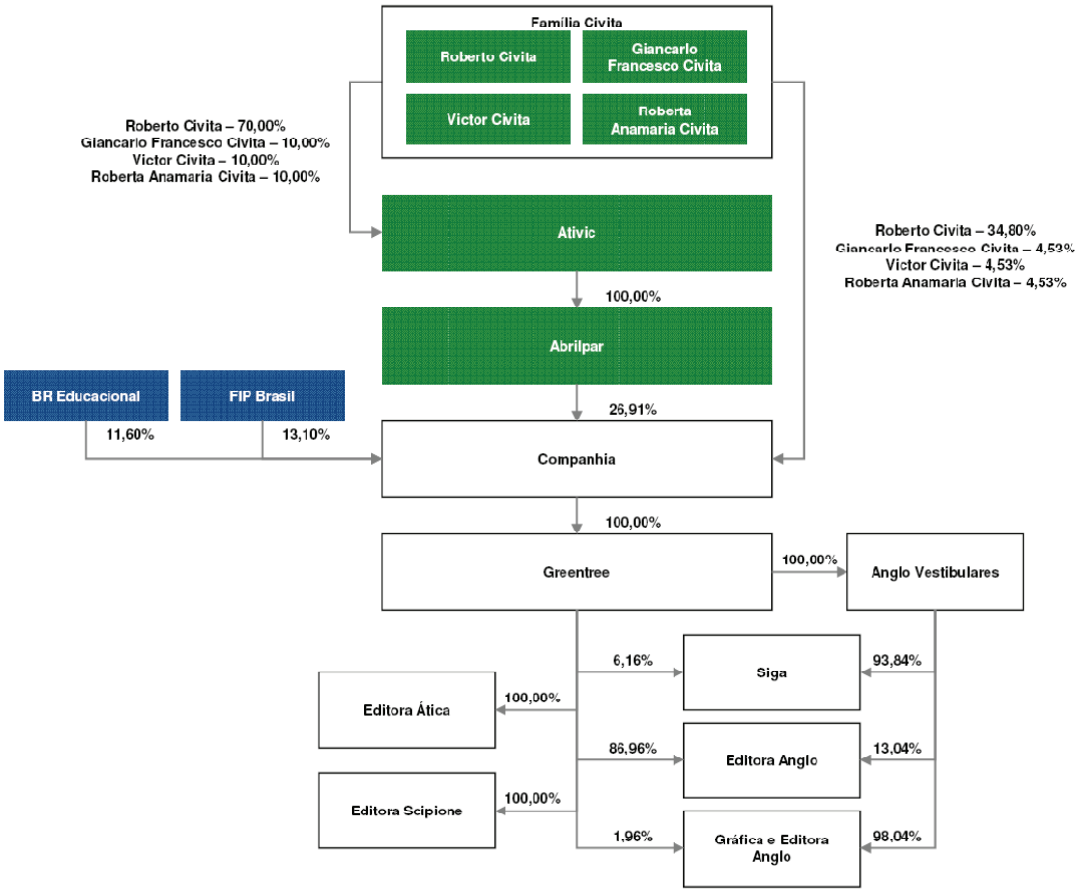
(ii) nossa posição acionária posteriormente ao ingresso dos Investidores:

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	% Total do Capital Social
Abrilpar[1]	78.664.786	46,36	12.669.435	7,47	26,91
Roberto Civita	34.381.141	20,26	83.732.753	49,35	34,80
Giancarlo Francesco Civita	4.911.591	2,89	10.459.504	6,16	4,53
Victor Civita	4.911.591	2,89	10.459.504	6,16	4,53
Roberta Anamaria Civita	4.911.591	2,89	10.459.504	6,16	4,53
BR Educacional[1]	19.680.555	11,60	19.680.555	11,60	11,60
FIP Brasil[1]	22.222.222	13,10	22.222.222	13,10	13,10
Total	**169.683.477**	**100,00**	**169.683.477**	**100,00**	**100,00**

(1) as ações de nossa emissão que eram detidas pelos Conselheiros indicados pelo BR Educacional e pelo FIP Brasil estão consideradas nas ações detidas pelos Investidores. Já as ações de nossa emissão que eram detidas pelos demais Conselheiros que não são membros da Família Civita estão consideradas nas ações detidas pela Abrilpar.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Após o ingresso dos Investidores, nosso organograma, incluindo nossos controladores e subsidiárias, passou a ser o seguinte:



Segunda Reorganização Societária da Envolvendo a Companhia: em 30 de novembro de 2010, foi aprovada nossa segunda reorganização societária e de nossas subsidiárias, de forma a possibilitar a simplificação operacional, o melhor aproveitamento das sinergias e a relação de custos e gastos, com a otimização das estruturas societária e administrativa à época existentes.

A reorganização societária foi composta dos seguintes passos, todos realizados em 30 de novembro de 2010:

(i) Aumento de Capital do Anglo Vestibulares: foi aprovado aumento do capital social do Anglo Vestibulares, no montante de R$809.980,00, de modo que o capital social passou de R$1,0 milhão para R$1.809.980,00, mediante a emissão de 80.998 novas quotas, totalmente subscritas e integralizadas pela Greentree por meio da conferência da totalidade da participação societária que ela detinha (i) na Editora Anglo; (ii) na Gráfica e Editora Anglo; e (iii) na Siga, de modo que (a) a Greentree passou a deter 100,00% do capital social do Anglo Vestibulares; (b) o Anglo Vestibulares passou a deter 100,00% da Editora Anglo, da Gráfica e Editora Anglo; e da Siga.

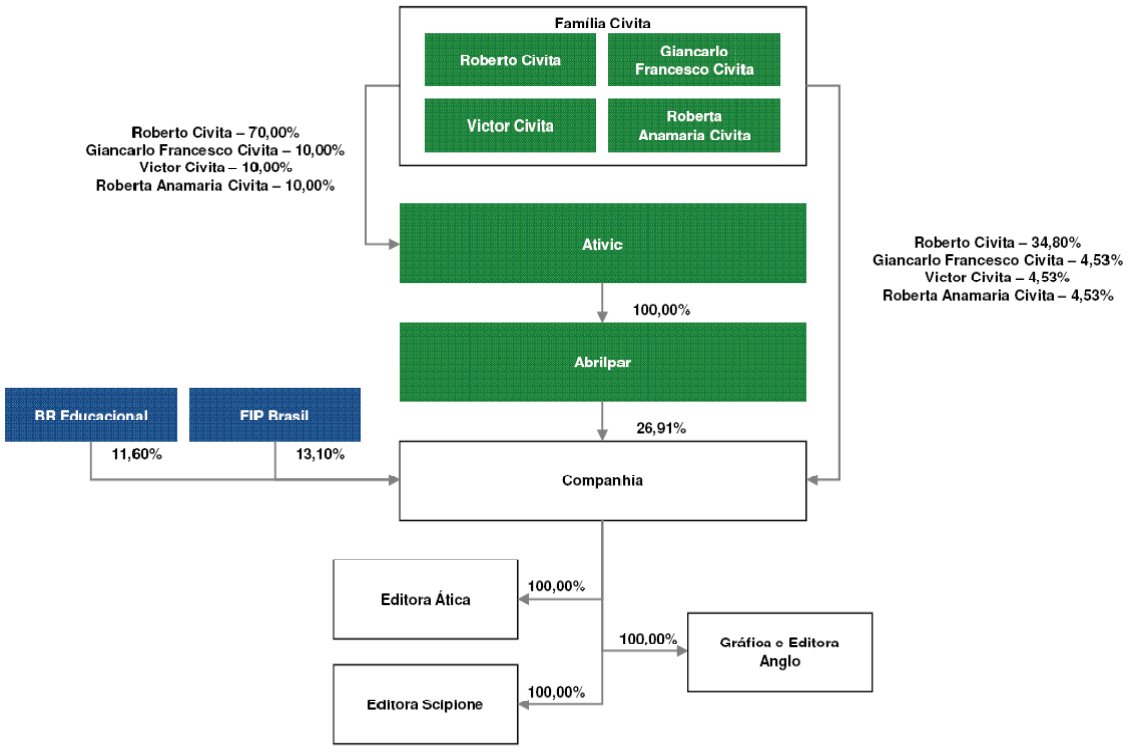
(ii) Incorporação da Editora Anglo e da Siga pelo Anglo Vestibulares: foram aprovadas as incorporações da Siga e da Editora Anglo pelo Anglo Vestibulares. Referidas incorporações não resultaram em aumento do capital social do Anglo Vestibulares, uma vez que as sociedades incorporadas eram totalmente detidas por aquela sociedade.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(iii) Incorporação do Anglo Vestibulares pela Gráfica e Editora Anglo: foi aprovada a incorporação da totalidade do patrimônio líquido do Anglo Vestibulares pela Gráfica e Editora Anglo. Como resultado da incorporação, a Greentree subscreveu aumento do capital social da Grafica e Editora Anglo, que foi por ela integralizado por meio da versão do acervo líquido incorporado pela Gráfica e Editora Anglo, de modo que a Greentree passou a deter 100,00% do capital social da Gráfica e Editora Anglo.

(iv) Cisão Total da Greentree: foi aprovada a cisão total da Greentree com versão do acervo cindido para a Gráfica e Editora Anglo, para a Editora Ática e para a Editora Scipione, subsidiárias diretas da Greentree, com a consequente extinção da Greentree. Referida cisão total não resultou em aumento de capital social da Editora Ática e da Editora Scipione, uma vez que estas incorporaram somente o acervo cindido relacionado às participações detidas nelas próprias pela Greentree. À Gráfica e Editora Anglo foram vertidos, além da participação detida nela própria pela Greentree, outros bens, direitos, obrigações e deveres não atrelados à referida participação (incluindo a dívida relacionada à 1ª Emissão de Debêntures da Greentree), de forma que a Gráfica e Editora Anglo teve seu capital social aumentado no montante correspondente ao valor total do acervo líquido a ela vertido, deduzido o valor da participação anteriormente detida pela Greentree. As ações das Editora Ática, Editora Scipione e Gráfica e Editora Anglo, anteriormente detidas pela Greentree, foram canceladas, tendo sido emitidas novas ações por cada uma delas que foram entregues à Companhia.

Uma vez concluída a nossa segunda reorganização societária e de nossas subsidiárias acima mencionada, nosso organograma, incluindo nossos controladores e nossas subsidiárias, passou a ser o seguinte:



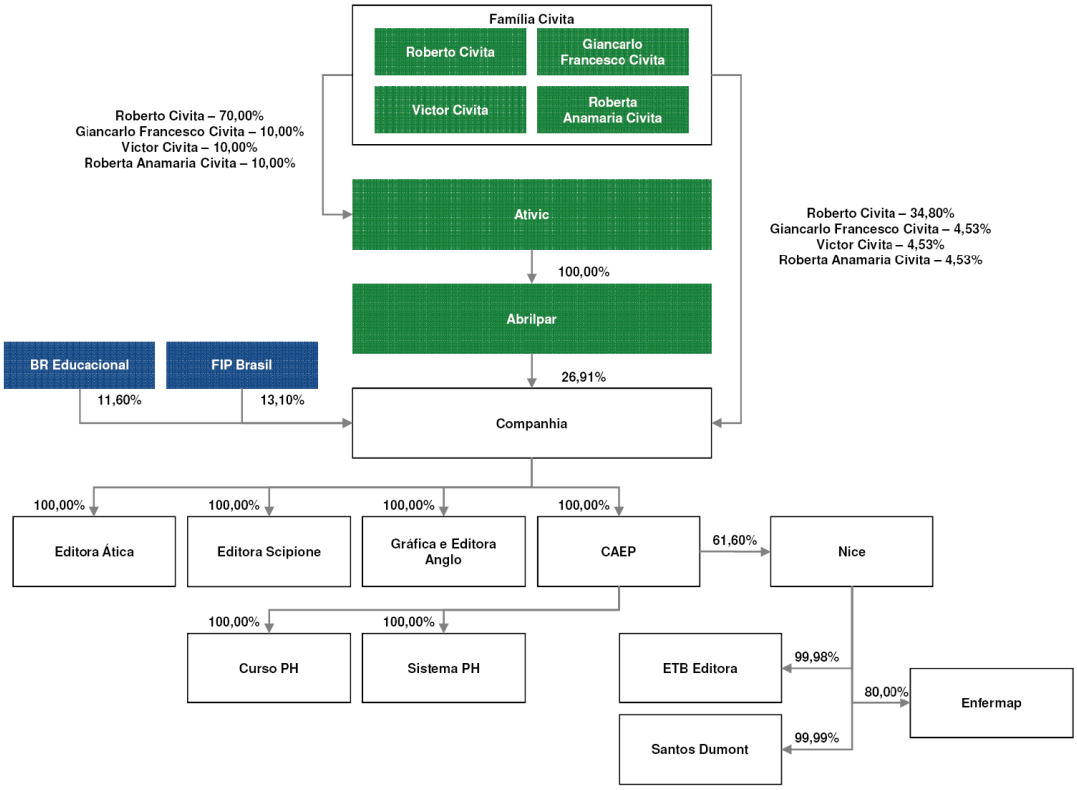
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Transferência da CAEP: em 1º de abril de 2011, a Editora Abril nos cedeu pelo preço de R$999,00 a totalidade de sua participação societária na CAEP, sociedade atualmente voltada para a atividade editorial e comércio de livros, revistas, apostilas, sistemas de ensino (módulos didáticos) e publicações em geral, produtos didáticos e paradidáticos, todos fixados sob qualquer natureza e forma.

Aquisição do PH: em 14 de abril de 2011, por meio de nossa subsidiária CAEP, adquirimos 100,00% das quotas de emissão de todas as sociedades do PH, quais sejam, Curso PH e Sistema PH Em 31 de março de 2011, havia um saldo de R$67,5 milhões a ser pago por nós referente à aquisição do PH. O preço de aquisição poderá ter pagamentos anuais adicionais que serão calculados com base no lucro obtido por meio da comercialização e/ou utilização do material didático do sistema de ensino PH, seja em suas próprias unidades de ensino, seja em unidades de ensino de terceiros, a serem apuradas a partir de 1º de janeiro de 2012 até o encerramento do exercício social do Curso PH e do Sistema PH referente ao ano de 2021.

Aquisição do ETB: em 15 de abril de 2011, por meio de nossa subsidiária CAEP, adquirirmos 61,6% das ações da Nice, sociedade *holding* do ETB, que tem por suas subsidiárias as sociedades Santos Dumont, ETB Editora e Enfermap. Os membros do Conselho de Administração da Nice são ainda membros associados do Instituto Transforma de Educação Técnica e Profissional, uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objeto o ensino em seus vários graus. Em 31 de março de 2011, havia um saldo de R$2,0 milhões a ser pago por nós referente à aquisição do ETB.

Uma vez concluída as aquisições acima mencionadas, nosso organograma, incluindo nossos controladores e nossas subsidiárias, passou a ser o seguinte:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aumento de Capital Social da Companhia: em 2 de maio de 2011, com o intuito de manter o nosso endividamento próximo de R$585,0 milhões, foi aprovado novo aumento do nosso capital social no montante de R$25,0 milhões, de modo que ele passou a ser de R$370.397.785,57. Referido aumento de capital foi realizado sem emissão de novas ações, de modo que a participação societária de cada um dos acionistas manteve-se inalterada. Em garantia da subscrição e integralização deste aumento do nosso capital social, a Abrilpar havia emitido uma nota promissória em nosso favor, no montante de R$25,0 milhões, que foi por nós devolvida à Abrilpar, tão logo o aumento de capital foi integralizado, tendo tal nota promissória perdido todos os seus efeitos jurídicos.

Reestruturação da Composição do Capital Social e Ingresso de Administradores: com a intenção de nos preparar para a nossa abertura de capital e oferta inicial de ações de nossa emissão, foram realizados os seguintes atos:

(i) em 24 de maio de 2011, nossos acionistas aprovaram o nosso Plano de Opção de Compra de Ações e o Programa Especial de Incentivo a Administradores e Executivos, bem como o nosso capital autorizado no montante de até 235,0 milhões de ações de nossa emissão (para maiores informações sobre os referidos Plano de Opção de Compra de Ações e Programa Especial de Incentivo a Administradores e Executivos, vide item 13.4).

(ii) em 24 de maio de 2011, um de nossos Diretores, dentro do limite do capital autorizado, mencionado no item (i) acima, subscreveu e integralizou em moeda corrente nacional 2.234.939 ações de nossa emissão, sendo 1.117.470 ações ordinárias de nossa emissão e 1.117.469 ações preferenciais de nossa emissão no âmbito do Programa Especial de Incentivo a Administradores e Executivos, ao preço de emissão de R$0,01 por ação, totalizando o montante de R$22.349,39. Assim, nosso capital social passou de R$370.397.785,57 para R$370.420.134,96.

(iii) em 31 de maio de 2011, os membros da Família Civita acordaram em realização a reestruturação de suas respectivas composições acionárias em nosso capital social, de modo que (a) Roberto Civita passasse a deter diretamente o correspondente a 26,62% do nosso capital social; e (b) Giancarlo Francesco Civita, Victor Civita e Roberta Anamaria Civita passassem a deter diretamente e individualmente 7,26% do nosso capital social. Assim, Roberto Civita doou 27.788.946 ações preferenciais de nossa emissão, da seguinte forma: (i) para Giancarlo Francesco Civita foram doadas 9.262.982 ações preferenciais de nossa emissão; (ii) para Victor Civita foram doadas 9.262.982 ações preferenciais de nossa emissão; e (iii) para Roberta Anamaria Civita foram doadas 9.262.982 ações preferenciais de nossa emissão.

(iv) em 31 de maio de 2011, nossos acionistas aprovaram o grupamento das ações de nossa emissão na proporção de 2:1, ou seja, cada duas ações ordinárias de nossa emissão foram grupadas em uma única ação ordinária de nossa emissão, enquanto cada duas ações preferenciais de nossa emissão foram grupadas em uma única ação preferencial de nossa emissão.

(v) em 28 de junho de 2011, nossos acionistas aprovaram a conversão da totalidade das suas ações preferenciais de nossa emissão em ações ordinárias também de nossa emissão. Assim, as 85.400.473 ações preferenciais de nossa emissão foram convertidas em igual número de ações ordinárias também de nossa emissão, de modo que o nosso capital social passou a ser dividido em 170.800.946 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal. Adicionalmente, em decorrência da entrada em vigor da Lei n° 12.431, de 24 de junho de 2011, que alterou o artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, suprimindo a obrigatoriedade de que os Conselheiros de sociedades por ações fossem também acionistas, os membros da nossa administração que detinham ações de nossa emissão em virtude exclusiva do exercício da função de administrador, não mais são nossos acionistas.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(vi) em 29 de junho de 2011, os membros da Família Civita (Roberto Civita, Giancarlo Francesco Civita, Victor Civita e Roberta Anamaria Civita) subscreveram aumento do capital social da Abrilpar, no montante de R$51.299.468,70, que foi integralizado por meio da contribuição de parte de suas respectivas participações societárias detidas em nosso capital social, correspondente a 31.788.026 ações ordinárias de nossa emissão, de modo que passaram a deter 25.649.734 ações ordinárias e 25.649.734 ações preferenciais (no total de 51.299.468 ações) de emissão da Abrilpar. Ato contínuo e na mesma data, os citados membros da Família Civita subscreveram aumento do capital social da Ativic, no montante de R$51.299.468,70, que foi integralizado por meio da contribuição da totalidade das 51.299.468 ações que passaram a deter no capital social da Abrilpar.

(vii) em 30 de junho de 2011, nossos acionistas aprovaram a conversão de parte de suas ações ordinárias de nossa emissão em ações preferenciais também de nossa emissão. Assim, 65.153.374 ações ordinárias de nossa emissão foram convertidas em igual número de ações preferenciais também de nossa emissão, de modo que o nosso capital social passou a ser dividido em 105.647.572 ações ordinárias e 65.153.374 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

Em vista do acima, as participações societárias da Abrilpar, da Família Civita e dos Investidores foram alteradas conforme abaixo demonstrado:

(i) nossa posição acionária previamente à reestruturação da composição do nosso capital social e ingresso de administradores:

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	% Total do Capital Social
Abrilpar[1]	78.664.786	46,36	12.669.435	7,47	26,91
Roberto Civita	34.381.141	20,26	83.732.753	49,35	34,80
Giancarlo Francesco Civita	4.911.591	2,89	10.459.504	6,16	4,53
Victor Civita	4.911.591	2,89	10.459.504	6,16	4,53
Roberta Anamaria Civita	4.911.591	2,89	10.459.504	6,16	4,53
BR Educacional[1]	19.680.555	11,60	19.680.555	11,60	11,60
FIP Brasil[1]	22.222.222	13,10	22.222.222	13,10	13,10
Total	**169.683.477**	**100,00**	**169.683.477**	**100,00**	**100,00**

(1) as ações de nossa emissão que eram detidas pelos Conselheiros indicados pelo BR Educacional e pelo FIP Brasil estão consideradas nas ações detidas pelos Investidores. Já as ações de nossa emissão que eram detidas pelos demais Conselheiros que não são membros da Família Civita estão consideradas nas ações detidas pela Abrilpar.

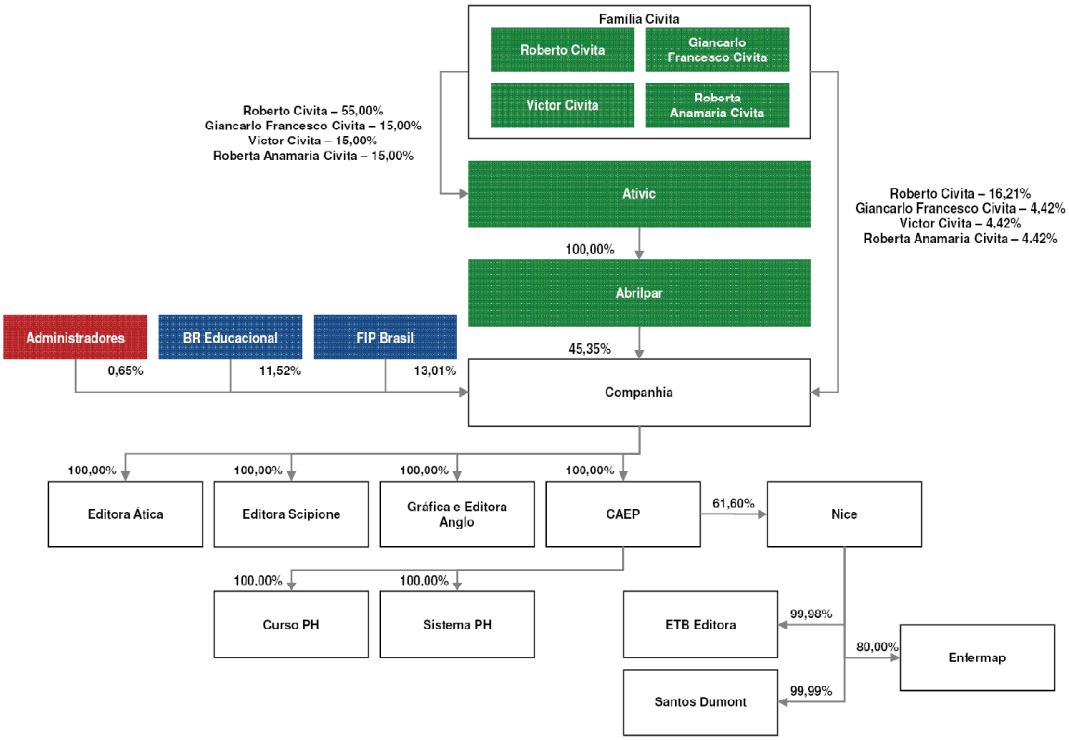
(ii) nossa posição acionária posteriormente à reestruturação da composição do nosso capital social e ingresso de administradores:

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	% Total do Capital Social
Abrilpar	74.532.302	70,55	2.922.834	4,49	45,35
Roberto Civita	9.226.354	8,73	18.452.708	28,32	16,21
Giancarlo Francesco Civita	2.516.278	2,38	5.032.556	7,72	4,42
Victor Civita	2.516.278	2,38	5.032.556	7,72	4,42
Roberta Anamaria Civita	2.516.278	2,38	5.032.556	7,72	4,42
BR Educacional	6.560.185	6,21	13.120.370	20,14	11,52
FIP Brasil	7.407.407	7,01	14.814.814	22,74	13,01
Administradores[1]	372.490	0,35	744.980	1,14	0,65
Total	**105.647.572**	**100,00**	**65.153.374**	**100,00**	**100,00**

(1) considera apenas as ações de nossa emissão detidas por membros de nossa Diretoria.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

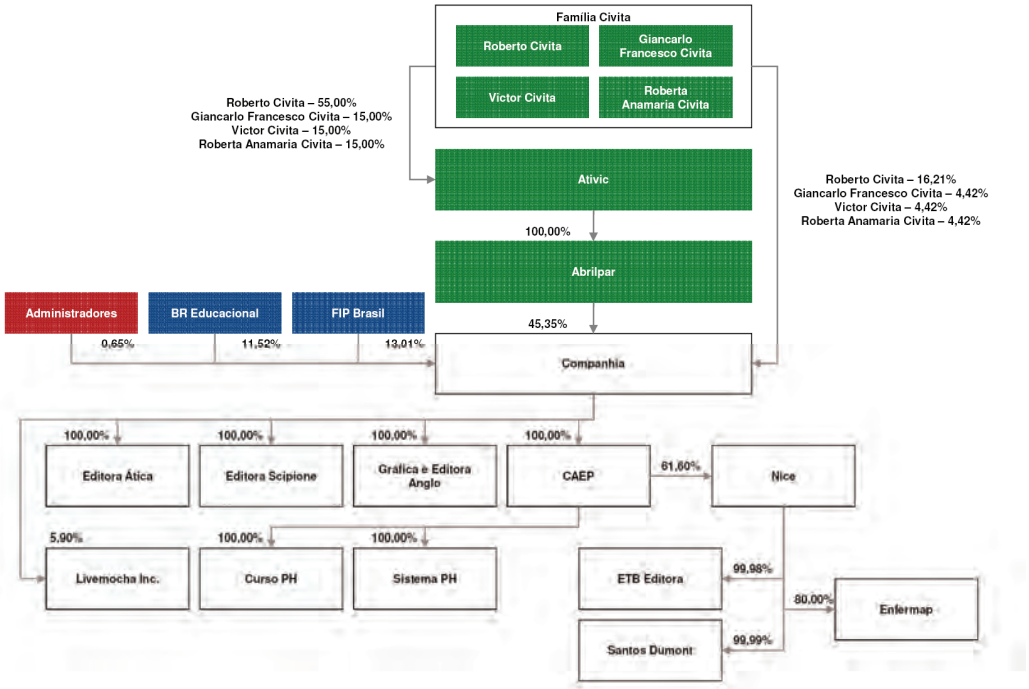
Ademais, após as operações acima, nosso organograma, incluindo nossos controladores e nossas subsidiárias, é atualmente o seguinte:



6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Aquisição do Livemocha: em 1° de julho de 2011, adquirimos pelo valor de US$2,0 milhões, uma participação minoritária representativa de 5,90% do capital social da sociedade Livemocha Inc.

Após referida aquisição, nosso organograma, incluindo nossos controladores e nossas subsidiárias, é atualmente o seguinte:



6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 6 do Formulário de Referência.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Somos uma companhia com foco na educação básica e pré-universitária, o maior segmento do mercado de educação do País em número de alunos, de acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Estimamos que cerca de 71% dos alunos e mais de 63% das escolas de nível básico do País utilizaram nossos serviços ou materiais didáticos em 2009. Possuímos marcas reconhecidas nos principais segmentos onde atuamos. Nossos negócios têm fontes de receita diversificadas, são complementares, sinérgicos e capazes de atender todas as necessidades de conteúdo e serviços do ciclo educacional básico e pré-universitário. Atualmente, estamos presentes em cinco linhas de negócios e preparamos nossa entrada em mais duas:

- **Sistemas de Ensino Básico.** Sistema de ensino é um conjunto de produtos e serviços através do qual é oferecida uma solução educacional completa às escolas que o adotam, que chamamos de "escolas associadas". As escolas associadas podem optar pela associação do nome da escola ao do sistema de ensino. Neste caso, o mercado guarda semelhança com o mercado de franquias, onde o franqueado é responsável pelo investimento e operação de seu estabelecimento, porém utiliza a marca e produtos do franqueador. Nossos sistemas de ensino atendem alunos, professores e escolas de nível básico por meio de produtos e serviços que incluem: (i) conteúdo didático; (ii) portais educacionais; (iii) assessoria pedagógica; (iv) apoio de marketing e captação de alunos; (v) avaliação de desempenho de alunos e escolas, (vi) treinamento de professores, dentre outros. Atuamos nesse segmento por meio das marcas Anglo e SER. A marca Anglo está associada à excelência de ensino e à preparação de alunos para a educação universitária. A marca SER oferece proposta pedagógica flexível para atender às necessidades e objetivos específicos de suas escolas associadas.

- **Escolas próprias de Ensino Básico e cursos preparatórios para o vestibular.** Este mercado é formado por escolas e redes de escolas públicas e privadas que atuam desde a pré-escola até o ensino médio, correspondente ao segmento K-12 (do inglês, *Kindergarten through 12th grade*, ou Jardim de Infância até 12ª série, em livre tradução). Nossas escolas e cursos preparatórios para o vestibular atuam sob as marcas Anglo e pH. Adquirimos o Anglo em julho de 2010 e o pH em abril de 2011. Essas redes de escolas funcionam como escolas de aplicação de nossa metodologia de ensino, de nossos serviços e de nossos produtos. Ambas têm foco nas classes alta e média-alta. Sua excelente prestação de serviços e seus resultados nos permitem praticar preços *premium* e levar sistemas de ensino com suas respectivas marcas às escolas associadas. O curso preparatório para vestibulares Anglo tem três unidades e atendia mais de 5.900 alunos na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em 31 de março de 2011. As escolas pH e o curso preparatório para vestibulares pH tem nove unidades e em 31 de março de 2011 atendiam a aproximadamente 6.600 alunos nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, ambas no Estado do Rio de Janeiro. As marcas Anglo e pH são líderes em aprovação em algumas das melhores universidades dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, os Estados com maior PIB do País, de acordo com dados do IBGE.

- **Editoras.** O mercado de livros escolares é dividido em (i) livros didáticos e (ii) livros paradidáticos, de conteúdo literário ou informativo, que complementam a formação oferecida nos livros didáticos. Nossas editoras de livros didáticos e conteúdo digital, Ática e Scipione têm aproximadamente 3.000 títulos e 1.000 autores em seus portfólios conjuntamente. No mercado de escolas públicas, nossas editoras são líderes em obras vendidas para o ciclo de Ensino Básico desde 2008, tendo alcançado participação de 38,2% do número de obras vendidas para o setor público em 2010, de acordo com dados do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Governo Federal. No PNLD de 2011, tivemos o maior número de títulos aprovados: o dobro do número de aprovações do segundo concorrente. No mercado de escolas privadas, estimamos que nossa participação em número de obras vendidas em 2010 foi de 24%. Nossas editoras de livros didáticos possuem conteúdos digitais integrados a seus produtos editoriais com acervo personalizado e organizado em portais. Os ambientes virtuais possuem integração dos dados com ferramenta de busca avançada por obra, sumário, autor, área curricular, conteúdo digital e indicação de leitura, funcionando como ferramenta de divulgação e relacionamento com escolas e educadores.

- **Escolas e sistemas de ensino técnico**. O ensino técnico capacita alunos que concluem o nível básico para o mercado de trabalho. É um nível intermediário entre o Ensino Básico e o ensino superior, ou um substituto ao ensino superior. Nossa marca de escolas de ensino técnico é a ETB – Escolas Técnicas do Brasil, que possui quatro unidades no interior do Estado de São Paulo e visa suprir a demanda por mão-de-obra qualificada de nível pré-universitário em áreas de forte demanda como saúde, tecnologia e serviços, entre outros. O controle do ETB foi adquirido em abril de 2011 e, desde 2008, aumentou sua base de alunos de cerca de 198 para cerca de 2.400.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

- **Cursos preparatórios para concursos públicos**. Os cursos preparatórios para concursos públicos preparam candidatos para as provas de seleção para empregos públicos municipais, estaduais e federais. Atuamos nesta linha de negócio através da marca Siga, que desenvolve material didático e ministra cursos preparatórios para concursos de seleção para vagas no serviço público dos diversos estados e municípios do País, assim como no Governo Federal. O Siga atendeu a 2.036 alunos em 2010.

- A empresa atualmente trabalha para entrar em duas novas linhas de negócios relacionadas àquelas em que já atua: **ensino de idiomas** e **ensino à distância**.

Investimos permanentemente no desenvolvimento de tecnologias de educação, produtos e serviços inovadores, buscando vantagens competitivas para as nossas marcas. Nossas soluções tecnológicas são desenvolvidas para enriquecer a experiência de ensino-aprendizagem apoiadas em roteiros que estimulem o uso significativo dos recursos digitais, tais como: (i) conteúdos digitais integrados aos produtos editoriais (apostilas/livros); (ii) portais educacionais estruturados em repositórios compartilhados de acervo de conteúdos digitais, ferramentas educacionais e soluções de apoio à comunidade escolar; (iii) Web TV ao vivo e *on-demand* para assuntos interdisciplinares; (iv) aulas-modelo, planos de aulas e projetos interdisciplinares para apoio a prática pedagógica; (v) ferramentas para a criação/edição de aulas. Praticamente todo o nosso acervo de obras está digitalizado, permitindo escalabilidade, otimização do conteúdo e crescimento com investimento marginal baixo.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

Somos a única empresa no setor de educação básica e pré-universitária no Brasil com presença simultânea e marcas fortes nas maiores linhas de negócio desse setor: Sistemas de Ensino, escolas privadas, editoras de conteúdo didático e escolas de Ensino Técnico. Nossa amplitude e diversidade de atuação em negócios de elevada demanda do setor de Educação no Brasil permitem escalabilidade e exploração de sinergias.

Em vista da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade a partir deste ano, as nossas informações contábeis relativas ao exercício de 2008 estão em um padrão contábil diferente daquele relativo aos exercícios de 2009 e 2010. Assim, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 007/2011, e para evitar a comparação de números que estão em padrões contábeis diferentes, deixamos de apresentar os números relativos ao exercício de 2008 nesta seção 7.

De acordo com a nota explicativa n° 23 de nossas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2011 e 2010, as linhas de nossa demonstração de resultado apresentam como os nossos segmentos de negócio a Ática e a Scipione (“Editoras”), o Anglo e Outros. Em “Editoras” estão inclusos os resultados oriundos das linhas de negócio de venda de livros didáticos e paradidáticos por meio da Ática e da Scipione, bem como os resultados oriundos do fornecimento de materiais didáticos e prestação de serviços relativos à linha de negócio do Sistema de Ensino SER, tendo em vista que o SER é fornecido pela Ática. Em “Anglo” estão inclusos os resultados oriundos do fornecimento e da prestação de serviços relativos à linha de negócio do Sistema de Ensino Anglo, bem como os resultados das linhas de negócio dos cursos pré-vestibulares e para concursos públicos. Em “Outros” estão inclusas receitas e despesas relativas à própria Companhia, bem como à Greentree Educacional S.A., sociedade incorporada pelo Anglo em 2010.

Com a aquisição do PH e do ETB em abril de 2011, passamos a auferir receitas decorrentes de serviços educacionais prestados por nossas escolas de ensino básico, cursos pré-vestibular, escolas técnicas e cursos profissionalizantes. Tendo em vista as recentes aquisições que realizamos e a conseqüente adição de novas linhas de negócios que se encontram em processo de integração aos nossos negócios, nossa Diretoria está reavaliando a forma de segmentação dos nossos negócios para apresentação em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Sistemas de ensino básico

Através dos sistemas de ensino Anglo e SER, oferecemos soluções educacionais completas para escolas públicas e privadas, incluindo: materiais didáticos, conteúdos digitais, metodologias de ensino, ferramentas de análise e gerenciamento escolar, capacitação de gestores e professores, entre outras.

- *Sistema Anglo*: com uma trajetória de mais de 60 anos, é um dos sistemas de ensino mais conceituados do Brasil. Sua metodologia tem aulas planejadas detalhadamente e é voltada para a preparação do aluno para ingressar nas melhores universidades do país. Em 31 de março de 2011, o Sistema Anglo era um dos maiores sistemas de ensino do Brasil, com mais de 200 mil alunos matriculados em suas 544 escolas privadas conveniadas, além de forte presença na educação pública municipal com 170 escolas em 25 municípios. Estimamos que o Anglo seja líder no Estado de São Paulo com 19,4% de *market share* em 2010. De acordo com pesquisa conduzida pelo Instituto Ibope em novembro de 2010 com donos de escolas privadas, o Sistema Anglo é reconhecido como o melhor provedor de conteúdo e material educacional do Brasil. Devido à sua qualidade e reconhecimento, o Sistema Anglo pratica preços superiores à média do mercado no ensino infantil e médio. A maioria das escolas associadas adota o nome Anglo ou o associa a seu nome, o que demonstra o reconhecimento do valor agregado da marca. A satisfação com o conteúdo e a qualidade dos serviços Anglo são comprovadas uma vez que mais de 98% das suas escolas associadas renovaram contratos ao final de 2010, e mais de 75% das suas escolas associadas o adotam há mais de seis anos.

- *Sistema SER*: criado em 2007, possui atualmente mais de 115 mil alunos atendidos através de 427 escolas privadas espalhadas por todos os estados. De acordo com nossas estimativas, a marca SER apresentou uma das maiores taxas de crescimento em número de alunos no País nos últimos dois anos, sendo 38% de 2009 para 2010, enquanto nos pedidos para o início do ano escolar de 2011 o crescimento foi de cerca de 43% comparado com o período equivalente de 2010.

Juntas, nossas marcas atenderam em 2010 a 1.008 escolas e 317.212 alunos, nos 26 Estados e no Distrito Federal. A diversidade de nossa oferta e a qualidade de nossos serviços permite-nos manter um relacionamento duradouro com nossas escolas associadas assim como alta previsibilidade nos nossos negócios.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Escolas próprias de ensino básico e cursos preparatórios para o vestibular

- *Escolas de Ensino Básico*: iniciamos nossa atividade na administração de escolas direcionadas ao ensino básico através da aquisição da rede de Colégios pH, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Fundado em 1992, o Colégio pH é um dos mais tradicionais do Rio de Janeiro e oferece ensino fundamental e médio a seus cerca de 4.200 alunos. O Colégio pH possui nove unidades espalhadas pelo Rio de Janeiro e Niterói, e oferece ensino regular do 1º. ano do Ensino Fundamental ao 3º. ano do Ensino Médio, nas unidades da Barra II e Barra III (em conjunto), Botafogo II e Tijuca; do 6º. ano do Ensino Fundamental ao 2º. ano do Ensino Médio em Niterói II; o 3º. ano do Ensino Médio em Niterói I; o Ensino Médio em Ipanema e na unidade da Barra I; e a turma IME/ITA (3º. ano do Ensino Médio) na unidade de Botafogo I.

- *Cursos pré-vestibulares*: atuamos no segmento de cursos preparatórios para vestibulares através das marcas Anglo e pH. O Anglo Vestibulares de São Paulo tem três unidades e atendia mais de 5.900 alunos na cidade de São Paulo, em 31 de março de 2011, enquanto o Curso pH no Rio de Janeiro conta com mais de 2.300 alunos. O Curso pH é ministrado em cinco das nove unidades do Colégio pH: Barra I, Botafogo I, Ipanema, Niteroi I e Tijuca.

Nossas escolas próprias e cursos pré-vestibulares são símbolo de excelência. Por exemplo, alunos dos cursos Anglo preencheram mais de 57% das vagas do vestibular de Medicina da Universidade de São Paulo, uma das melhores do Brasil, em 2011. No Rio de Janeiro, os alunos do PH preencheram mais de 50% das vagas de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no vestibular 2011, além de ocupar três dos seis primeiros colocados no curso de Engenharia de Produção nessa universidade. Também em 2011, cinco dos seis primeiros colocados do vestibular de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, uma das mais renomadas do Estado, foram alunos do PH.

Editoras

As Editoras Ática e Scipione editam e publicam livros didáticos, materiais de ensino, literatura infantil e juvenil, dicionários, idiomas e paradidáticos para os mercados público e privado.

- *Editora Ática*: com uma trajetória de 46 anos, tem um portfólio de aproximadamente 2.000 títulos em catálogo e 648 autores.

- *Editora Scipione*: com uma trajetória de 28 anos, tem um portfólio de aproximadamente 1.000 títulos em catálogo e 322 autores.

Juntas, as Editoras Ática e Scipione venderam 43,8 milhões de livros para o setor público, e 7,1 milhões de livros para o setor privado em 2010. No mercado público, as editoras Ática e Scipione possuem juntas 38% de *market share* em 2010 de acordo com a FNDE. Nos últimos três ciclos de compras do Governo Federal obtiveram aprovação média de 78% de seus livros, acima da média do mercado. No mercado privado K-12 em 2010, as editoras Ática e Scipione detinham 24% de *market share* em livros didáticos e 34,4% em livros paradidáticos, de acordo com nossas estimativas.

Nossas editoras são as que mais aprovam livros nos programas de compra do Governo Federal desde 2002. Dentre os muitos prêmios de importância nacional conquistados por estas editoras destacam-se 8 prêmios Jabuti (CBL – Câmara Brasileira do Livro), 56 prêmios FNLIJ (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil) e 2 APCAS (Associação Paulista dos Críticos de Arte).

Escolas de ensino técnico e profissionalizante

Em 2011, iniciamos a administração de escolas direcionadas ao ensino técnico e profissionalizante, através da aquisição de 53% da rede de ensino técnico Escolas Técnicas do Brasil – “ETB”. Criada em 2006, a ETB tem cerca de 2.400 alunos no Estado de São Paulo, distribuídos entre as unidades de Jundiaí, Osasco, Piracicaba e Sorocaba. Atualmente, a ETB oferece curso técnico, de especialização técnica e cursos profissionalizantes voltados à formação de profissionais em três áreas principais: Saúde, Indústria e Tecnologia da Informação/Comunicação. A ETB também oferece cursos customizados para empresas e recentemente lançou o Programa Aprendiz Produtivo, validado pelo Ministério do Trabalho, que permite a inclusão de jovens adultos (18 a 24 anos) no programa de aprendizagem de produção através de estágio em área produtiva da empresa.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Pretendemos oferecer um sistema de ensino técnico ETB aos 544 mil alunos atendidos por escolas técnicas privadas, de acordo com dados do censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) de 2010, e à base de escolas associadas aos sistemas de ensino Anglo e SER.

Cursos preparatórios para concursos públicos

A preparação para concursos públicos é uma extensão de nossa oferta para que alunos concludentes do ensino básico possam ingressar no mercado de trabalho em vagas de emprego no setor público brasileiro. Iniciamos a atuação neste segmento com a aquisição do Siga, junto com o Grupo Anglo. O Siga é um curso preparatório para as carreiras públicas e é o único estruturado como um sistema de ensino e, portanto, escalável para toda a rede de escolas associadas dos sistemas de ensino Anglo e SER.

Tecnologia Educacional

Temos quase todo o nosso acervo de conteúdos digitalizado. Além de desenvolvedores experientes de conteúdo digital, investimos consistentemente na construção de tecnologias educacionais para enriquecer a experiência de ensino-aprendizagem de alunos e o desenvolvimento profissional de educadores da Educação Básica. Nossos portais educacionais oferecem mais de 65.000 conteúdos, que contam com aproximadamente: 2.000 vídeos educacionais; 600 infográficos animados; 1.600 áudios de apoio ao portfolio de idiomas; 3.000 atividades de aula, planos e artigos; Enciclopédia Almanaque Abril, integração de conteúdo Abril Mídias. Além disso, contamos com um dos maiores bancos de questões e gabaritos de pré-vestibular e ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio, além de ferramentas educacionais e soluções de apoio a comunidade escolar tais como: versões digitais de apostilas e obras selecionadas, personalização de portais, videoconferência, TV corporativa, tutoria *on-line* para estimular uso significativo dos recursos digitais, ambientes de colaboração, interação e suporte. A qualidade de nossa plataforma nos conferiu parcerias exclusivas com empresas de renome internacional, como a *Discovery Education,* para fornecimento de conteúdo digital para nossos clientes. A integração da tecnologia digital diferencia nossos produtos e permite a exploração crescente dos mercados em que atuamos.

O nosso objeto social inclui: (a) editoração e edição de livros e material de ensino em geral; (b) a edição, publicação, divulgação, distribuição, pesquisa, desenvolvimento, produção e comercialização, no atacado e no varejo, e em todo território nacional e no exterior, de livros, apostilas, sistemas de ensino (módulos didáticos) e publicações educacionais em geral, produtos didáticos e paradidáticos, todos fixados sob qualquer natureza e forma, tais como, livros eletrônicos, especialmente livros-discos, livros-fitas, livros-disquetes e livros em forma de *cd-roms*, discos, fitas de áudio, *compact-disc* de áudio, *disc-laser*, vídeo ou qualquer outros que venham a ser criados para a reprodução de som e imagem, games, brinquedos educativos e similares; (c) a prestação de serviços de apoio às instituições de ensino, educadores e estudantes, utilizando os canais de distribuição mais adequados às suas necessidades, na forma de informações digitalizadas, como provedor de conteúdos, na forma de dados, áudio, vídeo e voz para distribuição por meio de redes, tais como, internet, redes similares e/ou tecnologia que venha a complementá-las e/ou substituí-las no futuro; (d) a atuação no mercado atacadista e varejista de materiais artísticos, didáticos, de pintura, de papelaria e livrarias, em geral, bem como na prestação de serviços pertinentes a tais atividades e na comercialização de brinquedos em geral; (e) a importação de todos os produtos e serviços especificados acima, assim como a representação de sociedades congêneres, nacionais ou estrangeiras, referentes àqueles produtos e serviços; (f) a prestação de serviços de intermediação na venda de produtos; (g) o licenciamento de obras próprias e de terceiros; (h) a prestação de serviços de ensino, especialmente ministrando cursos de pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, cursos livres de ensino, incluindo curso pré-vestibular ao ensino superior, cursos profissionalizantes em geral, desenvolvendo e exercendo, ainda, toda e qualquer atividade ligada ao ramo de ensino e outros característicos da prestação de serviços de ensino; e (j) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. Podemos explorar, ainda, outros ramos que tenham afinidade com o objeto social acima.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Com a aquisição do PH e do ETB em abril de 2011, passamos a auferir receitas decorrentes de serviços educacionais prestados por nossas escolas de ensino básico, cursos pré-vestibular, escolas técnicas e cursos profissionalizantes. Tendo em vista as recentes aquisições que realizamos e a conseqüente adição de novas linhas de negócios que se encontram em processo de integração aos nossos negócios, nossa Diretoria está reavaliando a forma de segmentação dos nossos negócios para apresentação em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

	Exercício findo em 31 de Dezembro de		Variação	Trimestre findo em 31 de Março de		Variação
Dados Financeiros	**2010**	**2009**	**2010/2009**	**2011**	**2010**	**1T11/1T10**
	(R$ milhões, exceto percentuais)					
Receita Líquida	512,2	366,0	40%	203,8	105,4	93%
Ática e Scipione (Sist. SER e livros)	444,4	366,1	21%	156,6	105,4	49%
Anglo (Escolas e Sist. de Ensino)	67,7	–	100%	47,2	–	100%
Outras	–	–	NA	–	–	NA
Eliminação	–	-0,1	100%	–	–	NA

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Exercício findo em 31 de Dezembro de		Variação	Trimestre findo em 31 de Março de		Variação
Dados Financeiros	**2010**	**2009**	**2010/2009**	**2011**	**2010**	**1T11/1T10**
	(R$ milhões, exceto percentuais)					
Lucro líquido	14,4	39,0	-63%	42,8	24,4	75%
Ática e Scipione (Sist. SER e livros)	36,7	39,0	-5,9%	37,4	25,6	46%
Anglo (Escolas e Sist. de Ensino)	15,7	–	100%	6,9	–	100%
Outras	-22,7	39,0	-158%	42,8	24,4	75%
Eliminação	-15,3	-39,0	61%	-44,3	-25,6	73%

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a. características do processo de produção

Sistemas de ensino

Sistema de ensino é um conjunto de produtos e serviços integrados oferecidos às escolas associadas. Os principais produtos oferecidos incluem material didático impresso, material de apoio para professores, guia para preparação de aulas, testes e exames de avaliação de alunos, material multimídia complementar e conteúdo na internet. Os principais serviços prestados contemplam o treinamento e suporte aos professores e aos diretores, avaliação de performance de alunos, ferramentas *online* para professores e assessoria para administração escolar.

O conteúdo dos nossos sistemas de ensino é desenvolvido a partir de um projeto pedagógico elaborado pela direção pedagógica do sistema, em conjunto com as áreas editorial e comercial. A partir da definição do projeto, os autores, que são sempre professores, elaboram o conteúdo de forma que as aulas atendam aos objetivos do curso em desenvolvimento. A produção editorial (digitação, diagramação, ilustração, revisão) é realizada por equipe especializada e a revisão final é feita pela área pedagógica.

O conteúdo do nosso sistema de ensino SER é integrado com as publicações didáticas da Ática e Scipione. No sistema Anglo, estamos iniciando o processo de integração da produção editorial e o uso de conteúdos compartilhados.

Os preços praticados pelos nossos sistemas de ensino são baseados em um valor por aluno e cobrados diretamente das escolas associadas ou distribuidores. Não há relação comercial com o consumidor final (aluno). A precificação considera os custos de produção, os custos relacionados aos serviços de suporte demandados pelas escolas, o preço dos concorrentes e o posicionamento *premium* das nossas marcas.

Escolas próprias de ensino básico e cursos preparatórios para vestibulares

O PH oferece desde o primeiro ano do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, sendo o Ensino Fundamental composto de 9 anos com mensalidades a partir de R$1.520,00 e o Ensino Médio, com duração de três anos, com mensalidades de R$2.300,00 até R$3.000,00, aproximadamente. Os valores são negociados caso a caso, tendo hoje o PH um desconto médio em torno de 34%. Cada aluno tem um responsável financeiro, que é o responsável pelos pagamentos, e não há possibilidade de utilização de crédito estudantil privado ou governamental.

Ao longo de sua trajetória, o PH desenvolveu um método de ensino próprio, agregando o que há de melhor nas diversas correntes pedagógicas existentes, adotando material didático próprio em todo o 3º ano do Ensino Médio e em algumas disciplinas do Ensino Fundamental. Os livros didáticos utilizados são escolhidos a partir de um rigoroso critério pedagógico, sendo que boa parte é composta de livros das editoras Ática e Scipione. Além de todo o material didático, os alunos contam com a monitoria, que pode ser presencial ou pela internet; exercícios semanais propostos (pHs); aulas de apoio; orientação educacional e vocacional; aulas de vida e testes semanais e simulados para os alunos do 3º ano do Ensino Médio. Nossas escolas oferecem um ensino de excelente qualidade, que acompanha o aluno individualmente em cada etapa de seu processo de aprendizado cognitivo. A metodologia pedagógica adotada visa preparar o aluno gradualmente, com suporte pedagógico e tecnológico compatíveis, para que ele possa sedimentar os conteúdos aprendidos e aprofundá-los de forma consistente.

As unidades PH contam com salas de aula, em grande parte equipadas com computadores conectados à internet, projetores multimídia e lousa digital, laboratórios de biologia, física e química, laboratórios multimídia, ginásios, quadras poliesportivas, piscinas, xadrez gigante e bibliotecas à disposição dos alunos. O corpo docente conta com cerca de 130 professores, alguns com mestrado ou doutorado, 60 auxiliares e 250 monitores, que são, em sua maioria, jovens universitários.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os cursos pré-vestibulares são cursos livres do ponto de vista regulatório e visam à complementação da formação acadêmica dos estudantes para que possam obter resultados satisfatórios nos exames vestibulares e ingressar nas universidades mais concorridas e de qualidade elevada. Os cursos pré-vestibulares mantidos por nós focam nas melhores universidades federais, estaduais e escolas militares. Os cursos do Anglo são segmentados de acordo com a duração da preparação para o vestibular sendo, o curso extensivo com duração de 1 ano e mensalidades em torno de R$850,00 (10 parcelas), o curso “Turmas de Maio” com duração de aproximadamente 8 meses e mensalidades em torno de R$600,00 (8 parcelas) e o curso intensivo com início em agosto e mensalidades em torno de R$480,00 (6 parcelas).

Acreditamos que o professor é o principal fator para o sucesso dos cursos pré-vestibulares e a formação de professores de alto desempenho está entre as nossas atividades de excelência. Docentes em formação são acompanhados pelos profissionais mais experientes e são expostos a desafios crescentes até que estejam preparados para assumir na íntegra as funções acadêmicas. Os materiais didáticos dos cursos pré-vestibulares mantidos por nós são escritos pelos nossos professores e testados continuamente em sala de aula.

Editoras

Os principais passos do processo produtivo dos livros produzidos pelas Editoras Ática e Scipione são:

- *Desenvolvimento de conteúdo*: esta etapa inicia-se com o planejamento editorial, através do qual são definidos os temas que serão desenvolvidos. O planejamento é específico para cada mercado: no caso do mercado público, o plano é feito com base nas diretrizes dos planos PNLD e EJA, enquanto para o mercado privado, a decisão é tomada com base em oportunidades identificadas através de pesquisas e análise de deficiências nos catálogos das editoras. Uma vez definido o tema, contratam-se profissionais para o desenvolvimento do conteúdo do livro. Quando o material é finalizado pelo autor, este passa por um processo de revisão editorial, para assegurar o alinhamento com o portfólio das nossas editoras. No caso específico do mercado público, a revisão permite também a verificação da adequação do seu conteúdo às regras definidas pelos editais do Governo Federal antes que eles sejam encaminhados para avaliação do Governo, conforme descrito na seção 7.3 deste Formulário de Referência.

- *Divulgação / pré-venda*: antes de serem adotados, livros e materiais didáticos precisam ser aprovados por professores, escolas e agentes do Governo. Dessa forma, uma importante etapa da venda de nossos produtos é a divulgação de nossos catálogos para o mercado privado. Para o mercado público, divulgamos os livros aprovados nos programas de Governo. Adicionalmente, contamos com uma rede de distribuidores exclusivos.

- *Produção*: a impressão dos livros e materiais didáticos é totalmente terceirizada, sendo que somos atendidos por mais de 20 gráficas. Os livros direcionados ao mercado privado são impressos com base em estimativas de vendas e estocados no depósito localizado em Itapecerica da Serra, Estado de São Paulo. Os livros direcionados ao mercado público são impressos imediatamente após o pedido pelo governo ao longo de aproximadamente 12 semanas, sendo o material estocado no bairro de Vila Maria, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A remuneração de nossos autores varia de acordo com o mercado em que a obra é vendida. Nas vendas para o mercado privado, os autores recebem um percentual sobre o preço de capa. Quando ocorre uma venda com desconto significativo, o valor do direito autoral pago é renegociado de acordo com o preço de venda final. Nas vendas para o Governo (FNDE), os autores recebem um percentual sobre o preço de venda. Os pagamentos aos autores nacionais acontecem 60 dias após a venda, enquanto para os contratos internacionais, o pagamento é realizado em fevereiro e agosto.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A negociação de preços de papel ocorre uma vez ao ano, com base nos volumes planejados para o mercado privado e Governo. A entrega é acordada conforme a capacidade de entrega das empresas papeleiras, capacidade de armazenagem das editoras e principalmente do fluxo de produção. As condições de pagamento variam de acordo com a negociação, podendo variar de 60 a 180 dias para os papéis importados e 21 dias para os nacionais. No caso das compras nacionais, fechamos contrato de Vendor com o fornecedor, estendendo o prazo para 180 dias. Além da compra anual, realizamos compras spot quando aparecem oportunidades no mercado de papel ou quando novos programas (do governo ou privados) demandam um papel específico. Os principais fornecedores de papel nacionais são Suzano Papel e Celulose, Stora Enso Arapoti Ind. De Papel Ltda e International Paper do Brasil Ltda. Os principais fornecedores internacionais são UPM, M-Real International Ltd., Copap Inc., Stora Enso OYJ.

Escolas e sistemas de ensino técnico e profissionalizante

O ensino técnico caracteriza-se pelo ensino de uma profissão específica para promover a capacitação de jovens adultos e o seu ingresso mais rápido no mercado de trabalho. O ensino técnico é uma alternativa eficiente para qualificar trabalhadores de diversas faixas etárias, promovendo acesso a profissões qualificadas e ascensão no mercado formal de trabalho. Os cursos tem duração média de um ano e meio, têm relevante aspecto prático oferecendo práticas em laboratórios e estágios nas áreas de estudo.

Os cursos da ETB estão organizados de uma maneira modular e não sequencial, permitindo a entrada de alunos em vários momentos. As matrículas acontecem em quatro períodos no ano (fevereiro, maio, agosto e outubro). Os cursos técnicos tem duração entre 12 e 18 meses e mensalidades médias de R$250. Os preços são formados com base em um estudo da concorrência local e da vantagem competitiva de cada escola em sua praça. Os preços de balcão têm descontos de 21% em média da parcela para pagamentos realizados até o vencimento, chamado de desconto pontualidade. Concedemos crédito estudantil via nossa parceira Idealinvest e oferecemos bolsas com desconto de 50% e 100% para um grupo seleto de alunos.

A ETB oferece seus cursos em quatro unidades: Piracicaba, que possui 27 salas de aula e nove laboratórios; Sorocaba, com onze salas de aula e três laboratórios; Osasco, com 16 salas de aula e quatro laboratórios e Jundiaí, com 18 salas de aula e seis laboratórios. O nosso corpo docente é formado por aproximadamente 220 professores e coordenadores. Muitos professores atuam diariamente em sua profissão e levam os aspectos práticos do trabalho para a sala de aula e laboratórios. Os laboratórios de aulas práticas permitem aos alunos o desenvolvimento de técnicas e procedimentos específicos ao curso oferecido. Os laboratórios são equipados com equipamentos e dispositivos de ensino específicos de cada curso, tais como painéis eletrônicos, motores elétricos, circuitos pneumáticos, equipamentos hospitalares e bonecos de simulação de procedimentos hospitalares, dentre outros.

Cursos preparatórios para concursos públicos

Os cursos preparatórios para concursos são, como os cursos pré-vestibulares, livres de regulamentação, e preparam os alunos para os exames de seleção para carreiras públicas municipais, estaduais, federais e de companhias estatais e de capital misto. Os cursos SIGA são direcionados para aqueles candidatos que buscam uma vaga no setor público para a qual não seja necessário ter curso superior. Os cursos são ministrados presencialmente e têm como pilar a capacitação de professores e a produção de materiais didáticos de suporte ao ensino que funcionam nas aulas e preparam para os exames. Ao longo do ano, são ministradas as disciplinas básicas e, quando um edital de concurso é publicado, normalmente 30 a 40 dias antes do exame, as matérias específicas do edital passam a ser ministradas. Nossas oportunidades de crescimento nesse mercado em expansão incluem parcerias pretendidas com a Editora Abril para distribuição de material preparatório em bancas de jornal e oferta de cursos a distância com pólos para atendimento presencial nas escolas associadas aos sistemas de ensino SER e Anglo.

b. características do processo de distribuição

Os processos de distribuição dos livros, sistemas de ensino e materiais didáticos variam de acordo com o mercado. Possuímos três centros de distribuição e seis filiais e operamos em 33 localidades distribuídas pelo País por meio de distribuidores exclusivos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Sistemas de ensino

Os sistemas de ensino são vendidos anualmente para as escolas associadas de forma integrada, ou seja, a escola paga para a provedora de conteúdo um valor por aluno, e tem acesso a todos os produtos e serviços oferecidos durante o ano letivo. As escolas associadas podem, inclusive, optar pela associação do nome da escola àquele do sistema de ensino. Neste caso, o mercado funciona de forma similar ao mercado de franquias, na qual o franqueado é responsável pelo investimento e pela operação de seu estabelecimento, porém, utiliza a marca e produtos do franqueador, de forma a beneficiar-se do reconhecimento da marca e de seu padrão de qualidade.

O projeto pedagógico de cada escola dita o ritmo de utilização dos sistemas de ensino e as suas orientações de uso. Para isso, contamos com consultores que fazem a divulgação de nossos sistemas para escolas. Esses consultores conhecem a vocação de cada material didático e sabem oferecê-los adequadamente para as escolas conveniadas. A força de vendas dos sistemas de ensino está dividida entre própria e de distribuidores. A força própria possui 21 consultores para a rede privada e 3 para a rede pública. O nosso distribuidor, cujo foco é a região Norte e Nordeste do País, possui 14 vendedores.

No mercado de escolas privadas, a venda é negociada individualmente com os proprietários de cada escola ou rede de escolas e, no mercado de escolas públicas, a venda se dá por meio de licitação pública instalada pela prefeitura e/ou secretaria de educação municipal. Os contratos de fornecimento de sistemas de ensino são anuais, mas os pedidos de materiais são confirmados trimestralmente, com pequenos ajustes em relação aos valores do primeiro trimestre. Os módulos são distribuídos bimestralmente, diretamente para a escola e de acordo com a negociação do contrato. Normalmente, o cliente paga os custos de transporte ou pode retirar o material nos centros de distribuição de Itapecerica e Santo Amaro, ambos no Estado de São Paulo.

O marketing e publicidade dos nossos sistemas de ensino é realizado através de propaganda dos sistemas em algumas publicações especializadas e da divulgação dos materiais didáticos pelos nossos vendedores.

Editoras

A força de vendas das editoras é composta por vendedores próprios, revendedores e distribuidores. Os vendedores, também chamados de divulgadores, atuam como os propagandistas, ou seja, seu trabalho é convencer os professores e escolas a adotarem os livros da Ática e Scipione. A venda efetiva é realizada através das filiais ou distribuidores. As editoras atuam em todos os Estados do País, sendo que possuem filiais em SP, RJ, BA e PE e, nos demais estados, possuem distribuidores exclusivos.

A divulgação de livros didáticos para o mercado público (PNLD) ocorre em geral no primeiro semestre. No PNLD, a definição da quantidade de exemplares a ser adquirida é feita pelas próprias escolas, em parceria com as secretarias estaduais e municipais de educação. Os resultados do processo de escolha são publicados no Diário Oficial da União, para conhecimento dos Estados e Municípios. Os livros são encaminhados para as escolas através dos Correios, no início do ano letivo. Para maiores detalhes sobre os programas de compra de livro pelo Governo, favor referir-se ao item 7.3 c deste Formulário de Referência.

A divulgação de livros didáticos para o mercado privado ocorre no período de agosto a dezembro. Para garantir que os distribuidores e livrarias estejam abastecidos para atender à demanda do mercado privado (pais de alunos), as editoras criaram o Pedido Base, que é um pedido em condições especiais, como, por exemplo, frete por conta da editora, venda com direito à devolução e troca, dentre outros. Para o restante do ano, a maior parte das vendas é faturada, havendo algumas consignações para livrarias. Os livros didáticos e paradidáticos são distribuídos através de uma rede de filiais, distribuidores exclusivos e da Treelog S.A Logística e Distribuição.

As ações de *marketing* diferem para a rede privada e pública, porém dentre os principais investimentos estão eventos para professores, brindes de relacionamento, catálogos, mídia em revistas de educação e treinamento.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Escolas próprias de ensino básico e cursos preparatórios para vestibulares

O processo de admissão ao Colégio pH tem início em meados de setembro de cada ano quando é aberto o período de inscrição para a seleção de alunos vindos de outras instituições de ensino, com campanhas publicitárias em várias mídias locais, tais como: rádios, jornais, TV, folders, hotsites e redes sociais. Após o pagamento de uma pequena taxa de inscrição, o candidato é submetido a uma prova de redação, interpretação e raciocínio lógico ou conteúdo, apenas para o Ensino Médio. O processo é composto ainda de uma entrevista da direção com o candidato e os pais ou responsáveis. Se aprovado no processo de seleção, os valores da mensalidade são apresentados aos pais e negociados em particular. Os pagamentos podem ser feitos mensalmente ou se o responsável preferir, anual ou semestralmente, tendo essas duas últimas formas descontos financeiros embutidos no valor. Caso algum responsável não efetue o pagamento na data acordada, como estabelecido em contrato entre as partes, recai sobre ele a perda do desconto (se houver) e o acréscimo de multa e juros previstos em lei. A cobrança no decorrer do ano é feita amigavelmente entre o Colégio e os responsáveis, partindo da premissa que problemas e esquecimentos acontecem. Nessa perspectiva, o pH tem mantido uma taxa de inadimplência abaixo de 1% e uma taxa de evasão que não chega a 3% na educação básica, ratificando o trabalho de qualidade e parceira que tem sido feito entre escolas, pais e responsáveis.

No Anglo, as matrículas são comercializadas por equipe específica própria ou temporária treinada para essa atividade e gerenciada pelos coordenadores pedagógicos das unidades e pela gerência geral administrativa. Diversos períodos de matrícula são abertos ao longo do ano e o processo tem início com a divulgação de concursos de bolsas na mídia, redes sociais e e-mail marketing. Após a inscrição, realização do exame e comunicação dos resultados de cada candidato, é feito um processo de telemarketing ativo sobre a base de candidatos. Parte importante do trabalho de captação é a publicidade em jornais de grande circulação da lista de ex-alunos aprovados nos melhores vestibulares.

Escolas de ensino técnico e profissionalizante

O processo de vendas e marketing dos nossos cursos técnicos acontece em quatro momentos no ano (fevereiro, maio, agosto e outubro) e a modularidade dos nossos cursos permite o início de novas turmas nesta periodicidade. Cada unidade tem sua força de vendas dedicada que atrai o aluno e o assessora na escolha do melhor curso para seus objetivos. A publicidade e marketing são feitos nas comunidades em que as unidades estão localizadas.

Cursos preparatórios para concursos públicos

A atração de alunos para o SIGA se dá primordialmente através da divulgação de nossos cursos em jornal especializado para interessados em concursos. As matrículas seguem a sazonalidade de oferta de concursos públicos pelos diversos órgãos do governo.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

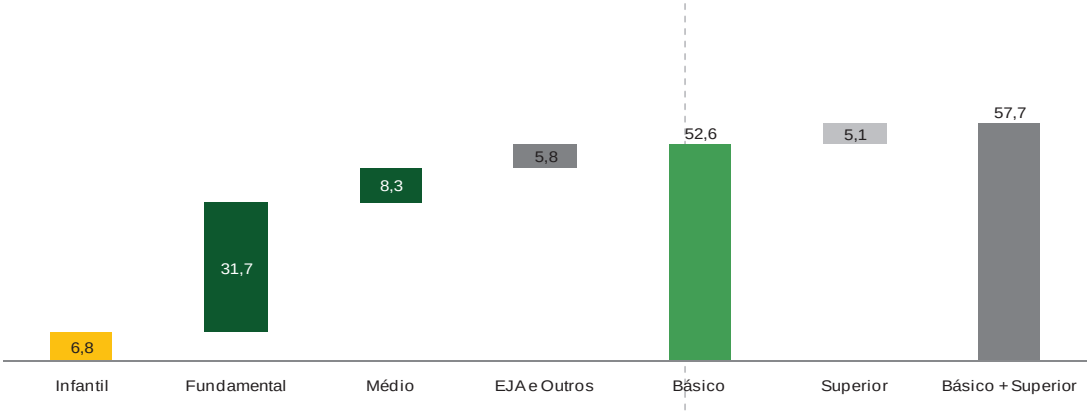
VISÃO GERAL DA INDÚSTRIA

AS OPORTUNIDADES DO SETOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA E PRÉ-UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Introdução

O mercado de Ensino Básico é o maior segmento do setor de Educação no Brasil. Este mercado é composto por 52,6 milhões de alunos matriculados, que representam 91% do total de alunos no País, segundo dados do Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC), relativos a 2009. O Ensino Básico é formado principalmente pelos segmentos de Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, correspondentes ao chamado K-12 (do inglês, *Kindergarten through 12th grade*, ou Jardim de Infância até 12ª série, em tradução livre).

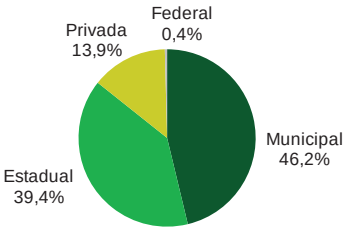
Número de Matrículas Total de Educação Básica por Etapas e Modalidades de Ensino¹ - 2009 (mil matrículas)



Fonte: MEC/ Inep.
Nota: (1) Conforme definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação as etapas e modalidades referem-se a: (i) Infantil: (a) Creches: para crianças de até três anos de idade; (b) Pré-escolas: para as crianças de quatro a seis anos de idade; (ii) Ensino Fundamental: com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, tem por objetivo a formação básica do cidadão; (iii) Ensino Médio: etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos; (iv) Educação de Jovens e Adultos: destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria; (v) Outros: (a) Educação Profissional: integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva; e (b) Educação Especial: modalidade de educação oferecida para alunos portadores de necessidades especiais.

Em 2009, existiam 197.468 estabelecimentos de Educação Básica do País, de acordo com o MEC. Do total de alunos matriculados na Educação Básica em 2009, 45,3 milhões (86,1%) estavam em escolas públicas e 7,3 milhões (13,9%) em escolas - privadas. Entre 2007 e 2009, as escolas privadas apresentaram crescimento de 14,5% no número de matrículas, passando de 6,4 milhões de alunos em 2007 para 7,3milhões de alunos em 2009.

Composição das Matrículas de Educação Básicas por Dependência Administrativa - 2009



Fonte: MEC/ Inep / Deep.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Além dos cursos do Ensino Básico, existem outros importantes segmentos da educação majoritariamente voltada para o público pré-universitário que são: (i) Ensino Técnico, (ii) cursos preparatórios para o vestibular, (iii) cursos preparatórios para concursos públicos, e (iv) ensino de idiomas. Outra importante linha de negócio relacionada à educação é a modalidade de ensino a distância, que pode ser uma excelente opção para o ensino de diversos conteúdos educacionais.

O mercado de Ensino Básico e Pré-universitário apresentou receita total superior a R$34,5 bilhões em 2010, significativamente maior do que o segmento de ensino superior, cuja receita total estimada foi de R$28,5 bilhões em 2010 de acordo com a Hoper Educação.

Acreditamos que este mercado apresente alguns importantes desafios e tendências para os próximos anos, gerando grandes oportunidades de crescimento para as empresas que nele atuam:

- o Brasil ainda é um país com baixo desempenho educacional da população comparado com outros países, principalmente no Ensino Básico;

- o Governo Federal tem investido crescentemente e implementado diversos programas de incentivo à educação, com cada vez mais foco no segmento Básico, que vem sendo reconhecido como o alicerce para o desenvolvimento dos níveis mais avançados (e.g. ensino superior, pós-graduação, especialização, etc.); e

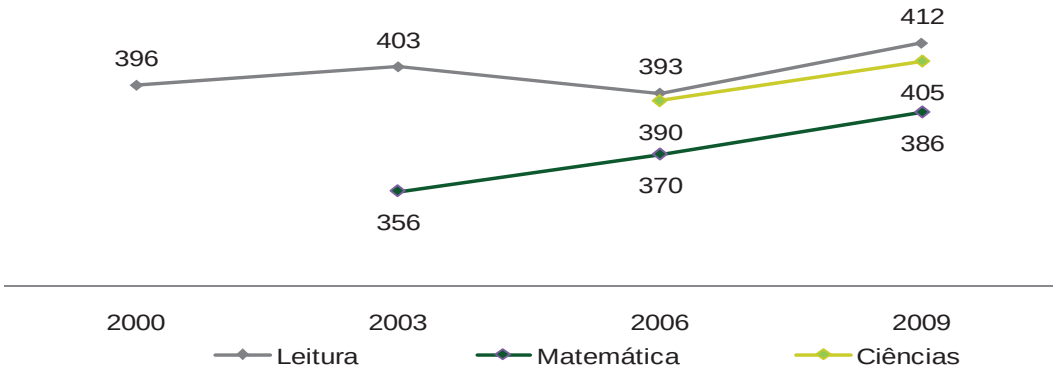
- o crescimento econômico, a globalização e consequente aumento de renda no Brasil nos últimos anos elevou significativamente a demanda por mão-de-obra qualificada, criando urgência na melhoria da qualidade do Ensino Básico e impulsionando cursos técnicos e profissionalizantes, de idiomas e outros. O aumento da renda também permite maior dispêndio da população com educação e qualificação.

Acreditamos que o Ensino Básico e Pré-Universitário deverá receber investimentos expressivos ao longo dos próximos anos, tanto do Governo Federal quanto da iniciativa privada.

Nos últimos vinte anos, o Governo Federal realizou investimentos relevantes principalmente voltados à universalização do Ensino Básico, desenvolvendo programas direcionados a garantir acesso a escolas, incentivar assiduidade dos estudantes e reduzir a evasão escolar. Em 2010, o Brasil atingiu a marca de 95% da população com acesso à Educação Básica, segundo a OECD (*Organization for Economic Cooperationand Development*).

Com relação à qualidade do ensino, o PISA (*Programme for International Student Assessment* ou Programa para Avaliação Internacional de Estudantes), desenvolvido pela OECD, indicou que o Brasil ainda está muito abaixo da média dos países avaliados pela OECD. Apesar de ter apresentado evolução entre 2000 e 2009, as notas do Brasil encontram-se abaixo de 500, nota média dos países avaliados pela OCDE, o que não o qualifica entre os países de alto desempenho acadêmico.

Evolução da Nota Média do Brasil no PISA



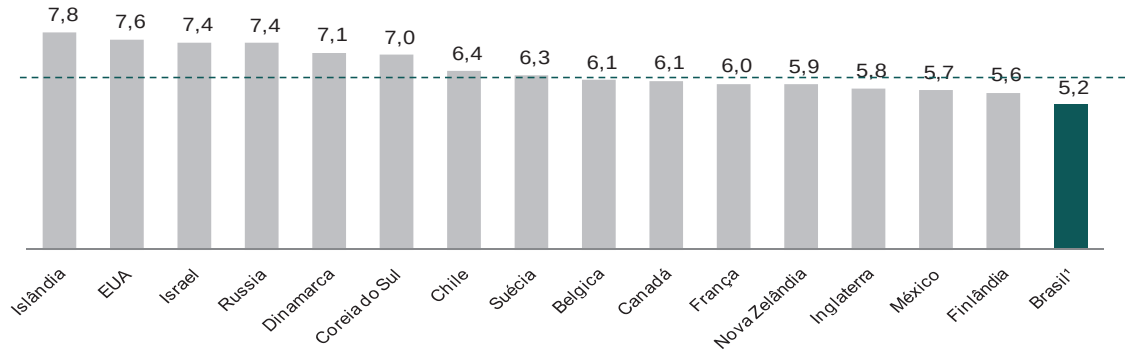
Fonte: OECD.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A relevância atribuída pelo Governo Federal ao desenvolvimento da Educação Básica tem se refletido em aumento dos investimentos públicos, visando consolidar a universalização e promover a melhoria da qualidade do ensino. O investimento público direto em educação correspondeu a 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2009 ou cerca de R$166 bilhões, ficando abaixo da média dos países da OECD – de 6,2% em 2007. Entretanto este valor significa que o investimento do governo em educação atingiu a meta proposta pelo MEC e representa uma evolução significativa com relação aos R$47 bilhões ou 4% do PIB gastos em 2000.

Investimento em Educação como Percentual do PIB - 2007

Média OECD = 6,2%



Fonte: OECD Nota(1): Dados referentes ao Brasil de 2009.

Segundo o MEC, o aumento do investimento no setor tem sido destinado principalmente à Educação Básica. Em 2009, o investimento público em Educação Básica correspondeu a 4,3% do PIB, enquanto o investimento em Educação Superior a 0,7% do PIB. Embora esses valores ainda representem um investimento por aluno mais elevado no Ensino Superior do que no Ensino Básico, esta diferença vem sendo reduzida ao longo dos últimos anos: entre 2000 e 2009, a diferença de investimento por aluno caiu de 11,0 para 5,1 vezes, tendência que, segundo o MEC, deve se manter nos próximos anos.

O Plano Nacional de Educação (PNE), elaborado pelo Ministério da Educação, descreve as principais metas da educação e as iniciativas que serão tomadas pelo Governo Federal para atingí-las. Entre as prioridades estão: (i) generalizar a utilização e estabelecer metas de resultados para os instrumentos de avaliação de qualidade, que são principalmente o IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica, desenvolvido no Brasil) e o PISA e; (ii) aumentar o percentual do PIB investido em educação.

Hoje, a média brasileira do IDEB está em 4,6 nos anos iniciais do ensino fundamental (primeiro ao quinto ano). A meta é chegar a 6,0 (em uma escala até 10) em 2021. Outra norma prevista no projeto é o confronto dos resultados do IDEB com a média dos resultados em matemática, leitura e ciências obtidos nas provas do PISA. Em 2009, a média foi de 395 pontos. A expectativa é chegar a 473 em 2021.

O PNE determina a ampliação progressiva do investimento público em educação até atingir o mínimo de 7,0% do produto interno bruto (PIB) do País, com revisão desse percentual em 2015. Isto significa que o investimento público em educação nos próximos 10 anos deve passar da ordem de R$166 bilhões para mais de R$200 bilhões por ano, principalmente destinados ao Ensino Básico.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O crescimento econômico brasileiro dos últimos anos e o consequente aumento no nível de renda da população aumentou a urgência dos temas relacionados à Educação Básica para o Governo Federal e para a iniciativa privada. Entre 2000 e 2010, o PIB per capita do Brasil, em termos nominais, apresentou crescimento médio de 10,7% ao ano, passando de R$6,9 mil para R$19,0 mil. Segundo o IBGE, em 2011, a taxa de desemprego atingiu o menor índice da série histórica para o mês de março, de 6,5% da população economicamente ativa. Além disso, a crescente internacionalização da economia e a realização de eventos como a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016 no Brasil devem impulsionar o mercado de educação, principalmente Técnico e de idiomas, dada a necessidade de mão de obra qualificada para diversos segmentos ligados ao comércio internacional, ao turismo e serviços.

Assim, acreditamos que o mercado brasileiro de Educação Básica e Pré-Universitária apresenta oportunidades relevantes de crescimento para as empresas que nele atuam, principalmente relacionados a: (i) o aumento do investimento público em Ensino Básico e Profissionalizante com foco na melhora da qualidade; (ii) o crescimento de escolas privadas e da procura por produtos e serviços educacionais relacionados ao Ensino Básico e Técnico e a outros segmentos da educação pré-universitária e de cursos livres como cursos preparatórios para vestibular, cursos preparatórios para concursos públicos e cursos de idiomas.

1. Mercado de Sistemas de Ensino

Sistema de Ensino é uma solução educacional completa para escolas privadas e públicas composta por produtos e serviços que incluem: conteúdo didático, portais educacionais e material multimídia, assessoria pedagógica para os professores (material de apoio e guia para preparação de aulas), apoio de marketing para captação de alunos, avaliação de desempenho de alunos e escolas, treinamento e suporte aos professores e diretores, ferramentas *online* para professores e assessoria para administração escolar, entre outros.

As Escolas Associadas podem optar pela associação do nome da escola àquele do Sistema de Ensino. Neste caso o mercado guarda semelhanças com o mercado de franquias, onde o franqueado é responsável pelo investimento e operação de seu estabelecimento, porém utiliza a marca e produtos do franqueador, de forma a beneficiar-se do reconhecimento da marca e de seu padrão de qualidade.

No mercado de escolas privadas a venda de sistemas de ensino é negociada individualmente com cada escola e, no mercado de escolas públicas, a venda se dá por meio de licitação pública instalada pela prefeitura e/ou secretaria de educação municipal.

Acreditamos que os Sistemas de Ensino serão a principal ferramenta tanto para o setor público quanto privado para elevar a qualidade, garantir padronização, disseminar as melhores práticas e melhorar o desempenho dos alunos. Para as escolas públicas os Sistemas de Ensino são uma solução excelente para os problemas de qualidade, oferecendo aulas pré-planejadas, treinamento pedagógico e recursos online, que são respostas eficientes para escolas com recursos limitados e professores, de modo geral, com qualificação deficiente.

Estimamos que o mercado de Sistemas de Ensino ainda possui baixa penetração no Brasil, mas vem crescendo de forma rápida. De acordo com dados do EducaCenso 2010 e estimativas internas, estimamos que a penetração de sistemas de ensino em escolas privadas cresceu em média 10% em número de alunos nos últimos dois anos. Em dezembro de 2010, estimamos que cerca de 37% dos alunos K-12 de escolas privadas e menos de 3% de escolas públicas utilizavam Sistemas de Ensino, conforme dados do EducaCenso 2010 e estimativas internas.

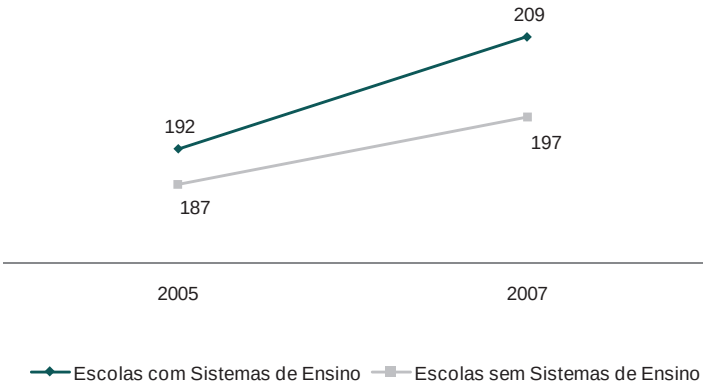
De acordo com a Hoper Educação, em 2010 o mercado privado de sistemas de ensino no Brasil gerou receitas brutas da ordem de R$1,34 bilhão. A participação de mercado estimado em alunos de nossos sistemas Anglo e SER, de 11,2% para os dois sistemas, representa uma grande oportunidade de crescimento em um mercado em expansão acelerada.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

No estado de São Paulo, o número de alunos da rede pública que utilizam Sistema de Ensino passou de aproximadamente 440.000 em 2008, para 1,2 milhão em 2010, distribuídos em cerca de 200 municípios, representando 46% dos municípios do Estado de São Paulo, segundo dados da Fundação Lemann. Este número representa menos de 12%[1] dos alunos do estado e acreditamos que o estado de São Paulo é um dos mais desenvolvidos na utilização de Sistemas de Ensino no Brasil.

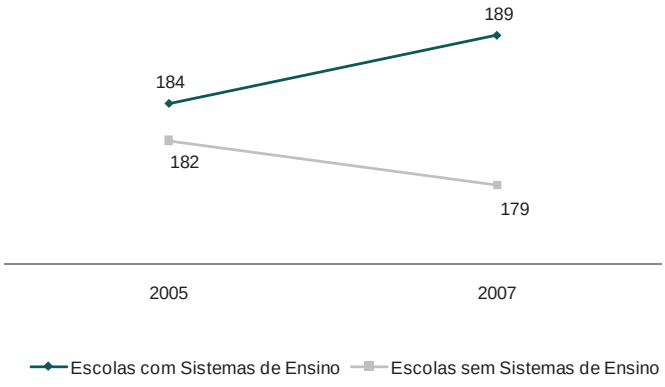
Ainda segundo a Fundação Lemann, as escolas que utilizaram Sistemas de Ensino mostraram média maior na Prova Brasil[2] que as escolas que não utilizam Sistemas de Ensino. O mesmo estudo afirma que esse resultado pode ser explicado porque os Sistemas de Ensino introduzem nas escolas: (i) maior exposição dos alunos ao conteúdo; (ii) melhor uso do tempo em sala de aula; (iii) maior controle do trabalho do professor por diretores, pais e alunos; (iv) padronização do material didático do aluno, (v) orientações ao professor e capacitação docente que ajudam a garantir uma qualidade adequada de aula para todos os alunos.

Nota na Prova Brasil nos Municípios do Estado de São Paulo – Matemática



Fonte: Fundação Lemann.

Nota na Prova Brasil nos Municípios do Estado de São Paulo – Português



Fonte: Fundação Lemann.

(1) Referente ao número de alunos do Estado de São Paulo em 2009, de acordo com último dado divulgado pelo Inep.
(2) É uma avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvida pelo Inep e MEC. Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Portanto, esperamos forte desenvolvimento deste mercado devido aos fatores discutidos acima: (i) mercado ainda pouco explorado pelas escolas públicas; (ii) crescente número de escolas privadas no País que optaram por Sistemas de Ensino como melhor solução educacional; (iii) solução eficiente para oferta de qualidade em um mercado com deficiência de professores bem formados e baixa dedicação exclusiva.

O mercado de Sistemas de Ensino apresenta ainda significativas barreiras à entrada de novos *players*, associadas principalmente à qualificação para elaboração do material didático, importância das marcas no processo de escolha do sistema pelas escolas e à necessidade de frequentes atualizações do conteúdo.

2. Mercado de escolas de Ensino Básico e cursos preparatórios para o vestibular

O mercado de escolas de Ensino Básico, composto pelo Ensino Infantil, Fundamental, Médio, EJA e outros, é formado por 197.468 escolas e redes de escolas públicas e privadas que atuam através de administração de infra-estrutura e gestão dos 52,6 milhões de alunos, conforme dados de 2009 do MEC e Inep. O segmento de escolas privadas principalmente do Ensino Infantil, Fundamental e Médio ainda é bastante fragmentado, com mais de 20 mil escolas ou redes de escolas. Os principais níveis do Ensino Básico são o Infantil, Fundamental e o Médio que representam cerca de 46,8 milhões de alunos ou 90,0% do total dos alunos.

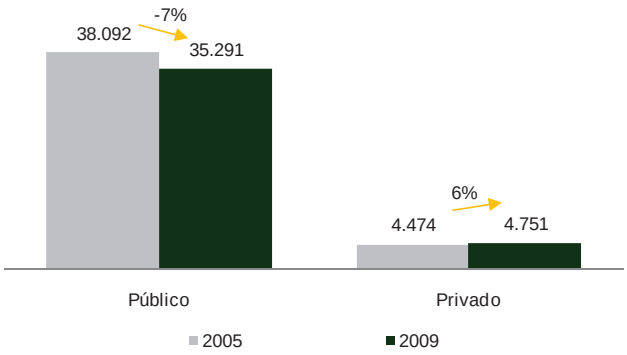
Número de Matrículas por Dependência Administrativa e Nível Escolar – 2009

	Número de Alunos				Número de Escolas[1]		
Dependência Administrativa	**Ensino Infantil**	**Ensino Fundamental**	**Ensino Médio**	**Total**	**Ensino Infantil**	**Ensino Fundamental**	**Ensino Médio**
Federal.....	2454	25.005	90.353	117.812	21	44	217
Estadual.....	76971	10.572.496	7.163.020	17.812.487	1.475	27416	17730
Municipal.....	4909091	17.329.638	110.780	22.349.509	84.863	104494	561
Privada.....	1774115	3.778.389	973.007	6.525.511	27.799	20297	7415
Total.....	**6.762.631**	**31.705.528**	**8.337.160**	**46.805.319**	**114.158**	**152.251**	**25.923**

Fonte: MEC/Inep.
Nota: (1) Um estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino, desta forma, a soma simples do número de escolas em cada nível de ensino não reflete o correto número total de escolas.

Apesar da relevância do setor público no número de escolas e matrículas de Educação Básica, há uma clara tendência de aumento da participação do mercado privado. De acordo com o MEC e Inep, entre 2005 e 2009, houve um aumento de 6% no número de alunos matriculados nas escolas privadas de Ensino Fundamental e Médio e de 6% no número de estabelecimentos de escolas privadas em ambos os segmentos, enquanto, no setor público, houve redução de 7% no número de matrículas, redução de 8% no número de escolas no Ensino Fundamental e aumento de 12% no número de escolas no Ensino Médio.

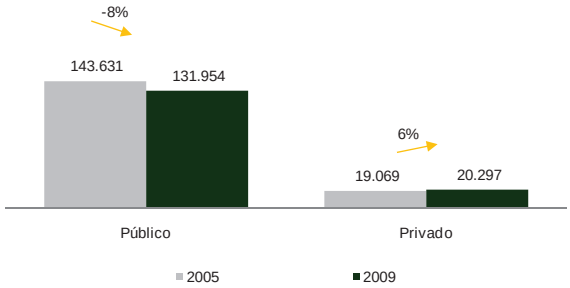
Evolução do Número de Alunos do Ensino Fundamental e Médio (em Mil de Alunos)



Fonte: Inep/MEC.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

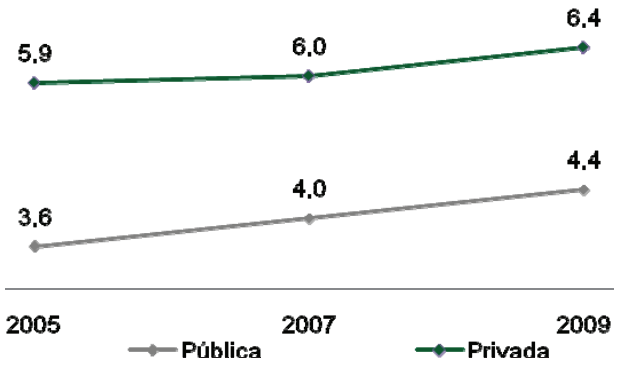
Evolução do Número de Escolas por Dependência Administrativa – Ensino Fundamental



Fonte: Inep/MEC.

Em geral, as escolas privadas são mais bem equipadas e oferecem ensino de qualidade superior às escolas públicas, conforme reflete o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Esse índice foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para avaliar a qualidade dos estabelecimentos de ensino brasileiros a partir de informações sobre a entrada de alunos no sistema, aprovação escolar e desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na Prova Brasil. O IDEB também permite o acompanhamento da meta definida pelo Plano de Desenvolvimento da Educação para o sistema de educação nacional: um padrão de qualidade comparável aos países desenvolvidos, a ser atingido em 2021, e que corresponde a um valor 6,0 para o índice.

Resultado IDEB por Dependência Administrativa – Anos Iniciais do Ensino Fundamental



Fonte: Inep/MEC.

A busca por ensino básico de melhor qualidade e por melhor preparo para o mercado de trabalho tem estimulado os gastos da população com educação privada, tendência que acreditamos que deverá permanecer ao longo dos próximos anos. Além disso, o mercado de escolas privadas de Ensino Básico e Pré-vestibular é bastante fragmentado, formado por muitas escolas independentes e poucas redes, com elevado potencial de consolidação.

Não existe uma estatística específica para a quantidade de alunos matriculados em cursos pré-vestibulares, por tratar-se de curso não regulado pelo MEC. Com base nas experiências dos nossos cursos Anglo e pH, acreditamos que a maioria dos alunos matriculados em cursos pré-vestibulares seja formada por alunos que cursam a última série do nível médio em outra instituição, ou por alunos que tenham concluído a mesma no ano anterior e não tenham sido admitidos na universidade de sua preferência.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

3. Mercado de Livros Escolares

O mercado de publicação de livros escolares é dividido em: (i) Livros Didáticos e (ii) Livros Paradidáticos, de conteúdo literário ou informativo, que complementam a formação oferecida nos livros didáticos.

Em 2010, foram vendidos 150,0 milhões de livros didáticos para todo o Brasil e para os programas do Governo Federal em todo o Brasil, 14% mais do que em 2009, de acordo com nossas estimativas. Segundo estimativas da Hoper Educação o segmento do mercado voltado para livros didáticos em 2010 representou cerca de R$1,86 bilhão de faturamento.

No segmento de Livros Didáticos, a dinâmica de venda para os setores público e privado ocorrem de formas distintas:

3.1. Setor Privado

As vendas de livros no setor privado são realizadas, em geral, a partir das recomendações feitas pelas escolas e/ou professores através das listas de materiais a serem adquiridos pelos alunos a cada ano letivo. A venda de livros didáticos para o consumidor final é feita através de revendedores, lojas de livros físicas e virtuais, ou até mesmo dentro das próprias escolas, sendo os pais dos alunos os responsáveis pela compra.

O mercado privado possui ciclo de compra de um ano letivo, uma vez que os livros, de modo geral, não são reutilizados e, consequentemente, são repostos todos os anos. Dessa forma, a previsibilidade da receita do ano seguinte é elevada neste segmento, considerando a evolução do número de alunos em cada período.

No mercado privado de livros didáticos, nossas marcas reconhecidas e nossa tradição na geração de conteúdo educacional de qualidade nos garantem uma vantagem competitiva relevante para continuar aumentando nossa participação de mercado, que em 2010 estimamos ter sido de 24% em número de obras vendidas.

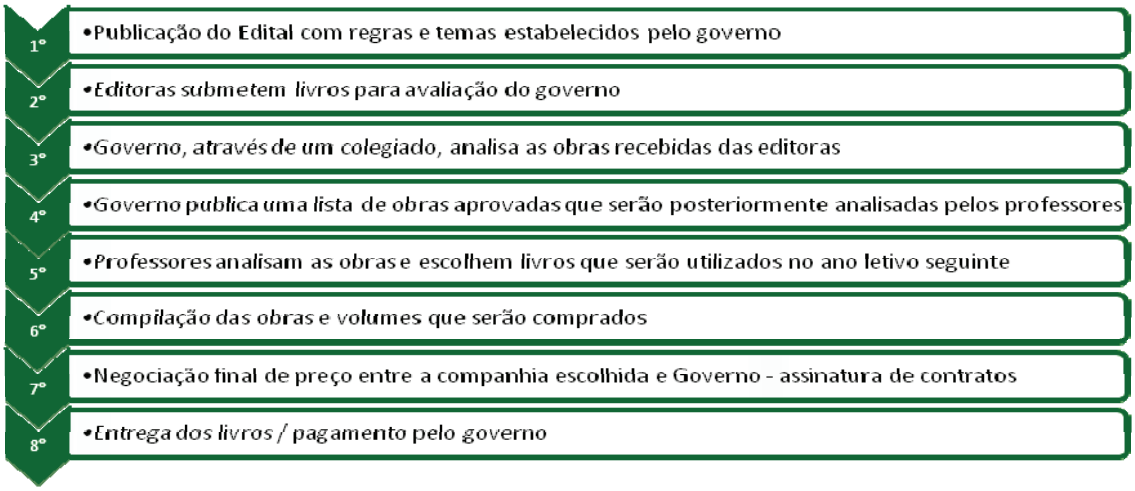
3.2. Setor Público

O setor público compra Livros Didáticos por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento à Educação (FNDE), agência vinculada ao Ministério da Educação. O FNDE atua por meio de três programas, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que é o maior, Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), além de compra esporádica de Dicionários e Atlas.

O PNLD distribui gratuitamente obras didáticas para todos os alunos do Ensino Básico (Ensinos Fundamental e Médio) de cerca de 162 mil escolas da rede pública de ensino. O PNLD possui um ciclo de três anos, sendo que no primeiro ano, são adotados livros novos para alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental; no segundo ano são adotados livros novos para os alunos do 6º ao 9º ano; e no terceiro ano, são adotados livros novos para os alunos do 1º ao 3º anos do Ensino Médio. A cada ano o Governo Federal investe ainda na aquisição de aproximadamente 20% das obras a título de reposição do material danificado pelos alunos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Descrição do Processo de Compra de Livro pelo Governo Federal (PNLD)



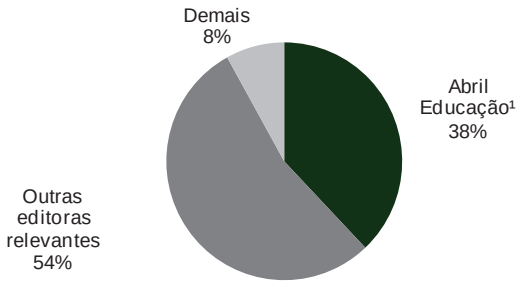
O processo de avaliação dos livros é feito de modo transparente, através de audiência julgadora aberta à participação do público geral. A avaliação das obras é feita por um colegiado, com representantes do Conselho Nacional de Secretários da Educação (Consed), outros órgãos públicos ligados a educação e técnicos e intelectuais do Ministério da Educação. O critério de escolha das obras é técnico, com base na qualidade do conteúdo editorial, já que o colegiado não tem acesso à identificação do autor ou da editora da obra sob avaliação.

Após a divulgação da lista dos livros aprovados pelo Governo Federal, as escolas podem optar pelos livros de sua preferência, e o Governo Federal negocia de forma centralizada com cada editora. Somente depois de concluída a negociação, as empresas dão início à produção dos livros.

O comprometimento do Governo Federal com a qualidade do Ensino Básico é evidente, como exemplo o volume e o crescimento dos gastos públicos destinados ao PNLD entre 2008 e 2011 somaram R$2,2 bilhões.

As receitas brutas totais no setor público no âmbito do PNLD no Brasil em 2011 foram estimadas em R$880 milhões, segundo a FNDE. Somos líderes neste mercado, com 38% de participação de mercado, em número de exemplares vendidos. Esse mercado é concentrado em quatro companhias de educação, que juntas apresentaram participação de mercado de 92% em termo de exemplares vendidos no PNLD 2011, segundo a FNDE.

Participação de Mercado no Setor Público



Fonte: FNDE.
Nota (1): Abril Educação considera a soma das editoras Ática e Scipione.

Acreditamos que temos condições de ganhar participação de mercado adicional neste segmento devido à tradição das nossas marcas editoriais, qualidade do nosso conteúdo didático e nossa capacidade de cumprir os requerimentos dos processos licitatórios. Além disso, acreditamos que estes pontos representam fortes barreiras à entrada para novos concorrentes.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

4. Mercado de Ensino Técnico

O Ensino Técnico capacita alunos que concluem o nível básico para o mercado de trabalho. É um nível intermediário entre o ensino básico e superior, ou um substituto para o ensino superior. Os estabelecimentos públicos e privados que oferecem Ensino Técnico são classificados em escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional, dentre outros. O Ensino Técnico diferencia-se do Ensino Profissionalizante por ter seu conteúdo regulado e reconhecido pelo MEC. De forma geral, os cursos técnicos e profissionalizantes têm duração de 18 meses a 36 meses.

Entre 2007 e 2010, o número de alunos matriculados em cursos técnicos cresceu em média 13,5% ao ano, passando de 780 mil para 1,1 milhão, segundo dados do INEP. Destes, 545 mil alunos (47,8% do total) estavam matriculados em cursos privados e 596 mil alunos (ou 52,2% do total) estavam matriculados em cursos públicos. Estimamos que 2,3 mil estabelecimentos privados e 1,2 mil estabelecimentos públicos oferecem cursos técnicos no Brasil. As instituições privadas são bastante pulverizadas. As instituições públicas normalmente são gratuitas e de melhor qualidade, mas não são suficientes para a demanda.

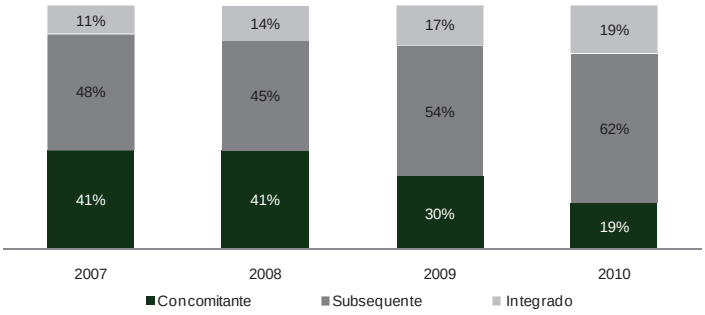
O Ensino Técnico é dividido em três principais segmentos:

(i) Curso Técnico Integrado: substitui parcialmente o Ensino Médio e pode ser iniciado logo após o primeiro ano do Ensino Médio;

(ii) Curso Técnico Concomitante: realizado em paralelo ao Ensino Médio; e

(iii) Curso Técnico Subsequente: destinado àqueles que já concluíram o Ensino Médio

Distribuição do Número de Matrículas no Ensino Técnico

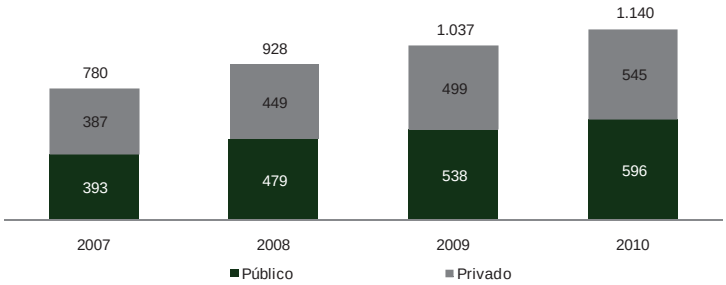


Fonte: Inep/MEC.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Segundo o MEC, os cursos técnicos com maior número de matrículas na rede privada são enfermagem, segurança do trabalho, informática, radiologia, mecânica, administração, eletrônica, química e mecatrônica. Já na rede pública, os principais cursos são agropecuária, informática, edificações, eletrotécnica, mecânica, eletrônica, química, segurança do trabalho e administração.

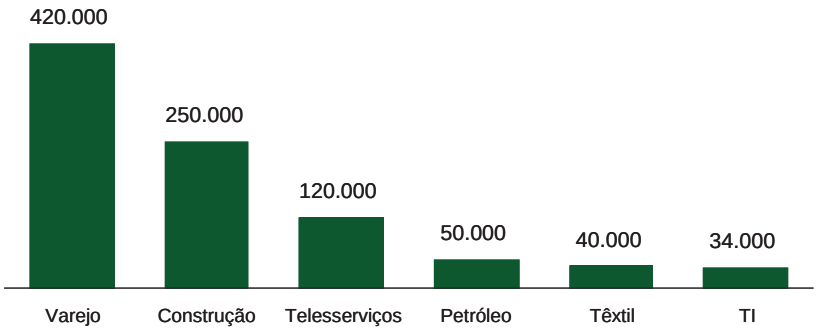
Evolução do Número de Matrículas no Ensino Técnico (mil matrículas)



Fonte: Inep/MEC.

Segundo pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicada em abril de 2011, 69% das empresas enfrentam dificuldades com falta de trabalhador qualificado e 52% das empresas industriais afirmam que a má qualidade da Educação Básica é uma das principais dificuldades que enfrentam para qualificar os trabalhadores. Segundo dados da revista Exame há uma grande perspectiva de criação de vagas de trabalho para 2011, para os quais a qualificação técnica é altamente desejada.

Mercado de Trabalho: Expectativa de criação de vagas formais no Brasil em 2011



Fonte: Revista Exame, edição 989 de 6 de abril de 2011.

O Ensino Técnico é considerado uma das mais rápidas e eficazes soluções para a atual escassez de trabalhadores qualificados no Brasil, uma vez que: (i) oferece qualificação adequada em prazo curto; (ii) permite melhor conciliação entre trabalho e estudo pelo aluno; e (iii) é mais direcionado às necessidades educacionais específicas dos diferentes negócios. Dessa forma, acreditamos que haverá um grande crescimento na demanda por cursos técnicos, visando à preparação da mão-de-obra para funções técnicas específicas e qualificadas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A importância deste segmento para o Governo Federal brasileiro fica evidente com a criação do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica), programa que visa expandir o número de estabelecimentos de educação técnica, fomentar e financiar iniciativas da rede de ensino privado, melhorar a qualidade do ensino e estimular a formação profissional continuada. As principais metas do PRONATEC são a criação de 8 milhões de vagas em instituições públicas e privadas até 2014, a construção de escolas técnicas federais e o fortalecimento do Sistema S (Sesi, Senai, Sesc e Senac). O programa conta com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e orçamento de R$1,0 bilhão, sendo R$700 milhões destinados à bolsas em cursos técnicos e profissionalizantes e R$300 milhões ao Fundo de Financiamento Estudantil ao Ensino Superior (FIES) especificamente para educação técnica e profissional.

Estimamos que em 2010 as receitas brutas totais desse segmento tenham alcançado R$1,24 bilhão, segundo estimativa da Hoper Educação. Além do crescimento natural do mercado de ensino técnico, vemos uma grande oportunidade de consolidação das escolas técnicas privadas, por este ser um segmento pulverizado, com poucos recursos e tecnologias deficientes.

5. Mercado de Ensino para Concursos Públicos

O mercado de Ensino para Concursos Públicos oferece cursos e materiais para a preparação de candidatos para concursos públicos nas esferas municipal, estadual e federal. De forma geral, as contratações de funcionários para o setor público, com exceção dos cargos indicados por representantes dos poderes executivo, judiciário e legislativo, são realizadas através de concursos abertos ao público. Cerca de 34% das vagas no setor público disponibilizadas por meio de concursos não requerem nível universitário.

O mercado de preparação para concursos públicos movimenta aproximadamente R$1,0 bilhão por ano, incluindo a venda de materiais, de acordo com a ANPAC (Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos). No Brasil, há aproximadamente 12 milhões de inscritos por ano em concursos públicos, de acordo com a ANPAC, sendo que grande parte dos candidatos prepara-se por meio de materiais vendidos em bancas de jornal e livrarias.

O Brasil possui um dos maiores índices de funcionalismo público sobre a população trabalhadora do mundo, uma vez que 22% dos trabalhadores formais do Brasil ocupam posições nos governos federal, estadual, municipal e instituições públicas. A carreira pública é atraente para os profissionais principalmente em função da estabilidade de emprego, remuneração, condições de trabalho flexíveis e plano de aposentadoria.

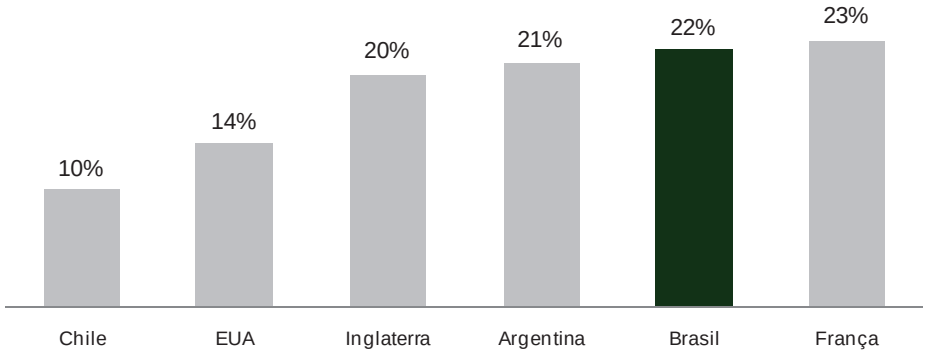
Atratividade do Funcionalismo Público – Comparativo Entre Países

	Estabilidade	Aposentadoria	Idade Mínima Aposentadoria
Brasil	Sim	Integral	60 anos
EUA	Não	30%	55 anos
França	Sim	75%	60 anos
Inglaterra	Não	Privada	65 anos
Chile	Sim	Privada	65 anos

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Penetração do Funcionalismo Público – Funcionários Públicos como % da Força de Trabalho



Fonte: Fundação Getúlio Vargas, 2007.

Adicionalmente, de acordo com o Instituto IOB, estima-se que nos próximos 10 anos, 60% dos funcionários públicos deverão se aposentar, representando um grande número de vagas a serem preenchidas pelos concursos públicos. Dessa forma, acreditamos que a atratividade da carreira pública somada à grande oferta de vagas nos próximos anos tende a favorecer o mercado de cursos e de distribuição de materiais com foco na preparação para concursos públicos.

6. Mercado de Ensino de Idiomas

O mercado de Ensino de Idiomas é formado por escolas ou redes de escolas privadas que oferecem ensino de um ou mais idiomas. No Brasil, as principais redes privadas atuam através do sistema de franquias, em que o franqueado é responsável pelo investimento inicial na escola, e utiliza a metodologia de ensino e a marca do franqueador. O curso de idioma mais frequentado no Brasil é o de inglês, seguido pelo espanhol.

Segundo dados da Hoper Educação, em 2010 havia aproximadamente 3,4 milhões de brasileiros matriculados em cursos de idiomas, e 60 redes e centenas de escolas de idiomas registradas.

Os tipos e durações de cursos de idiomas variam bastante entre as instituições mas, de forma geral, existem dois principais formatos:

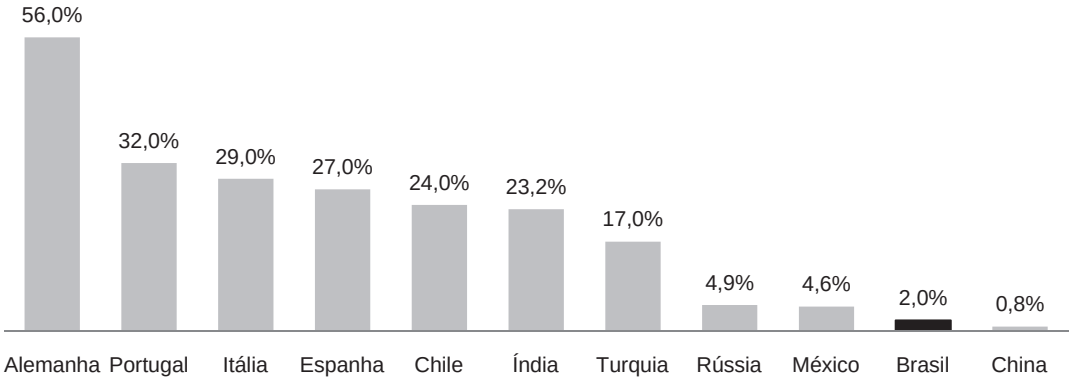
(i) Curso Extensivo: inicia normalmente na infância e estende-se, em média, por 4 a 6 anos, divididos em etapas semestrais; e

(ii) Cursos Intensivos: destinados a jovens e adultos, cuja duração varia em média de 18 a 36 meses.

A penetração do idioma inglês no Brasil ainda é muito baixa em relação a outros países em desenvolvimento. De acordo com dados da Eurobarometer que aproximadamente 2,0% da população brasileira fala inglês, enquanto em outros países em desenvolvimento, como México, Rússia e Índia, esse índice é de 4,6%, 4,9% e 26,8%, respectivamente.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Penetração do Idioma Inglês na População – Comparativo Entre Países



Fonte: Eurobarometer (2006).

Acreditamos que existem grandes oportunidades de crescimento deste segmento: (i) crescente demanda do mercado de trabalho por profissionais com nível de proficiência em inglês, associada ao desenvolvimento econômico do País e globalização; (ii) necessidade de mão-de-obra ligada aos segmentos do setor de turismo, hotelaria, restaurantes, transportes, e outros, em função da Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 que o Brasil hospedará; e (iii) as disciplinas de idiomas ofertadas nas escolas básicas continuam a focar na leitura e comunicação escrita, enquanto as necessidades do mercado de trabalho são de comunicação oral.

Além de cursos, o mercado de Idiomas também representa oportunidades para a oferta de Sistemas de Ensino e materiais complementares, além do desenvolvimento de tecnologias de Ensino a Distância

7. Mercado de ensino a distância e novas tecnologias educacionais

A tecnologia tem permitido inovações relevantes na educação e cada vez mais o conteúdo digitalizado tem facilitado novas formas de ensino, como o ensino a distância. Os materiais educacionais crescentemente utilizam recursos multimídia e conteúdos digitais para complementar e até substituir os produtos tradicionais impressos. À medida que as crianças e jovens têm acesso a recursos tecnológicos e modificam seus hábitos estas tendências ganham força dentro do setor educacional.

O mercado de Ensino a Distância (EaD) caracteriza-se pela oferta de ensino através do uso de tecnologias e ferramentas de aprendizagem remotas, uma vez que professores e alunos encontram-se separados espacial e/ou temporalmente. Para escolas de educação básica, a oferta de educação a distancia é feita a professores em atividade para suporte a suas práticas pedagógicas em ambientes de colaboração à distância (Moodle). Por meio de um portfólio de conteúdos teóricos e práticos multiplataforma, interação de tutores *on-line* e ferramentas de interatividade integradas, realizaram atividades de formação e apoio a educadores, atualmente com mais de 1.800 participantes.

Esse mercado atualmente encontra-se mais desenvolvido para ensino superior e Técnico, e é regulamentado pela Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, além das portarias, resoluções e normas do MEC e das Secretarias Estaduais de Educação (SEED).

Segundo o Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil (CensoEAD.br da ABED/2009), em 2008, aproximadamente 2,6 milhões de brasileiros se matricularam em algum curso de ensino a distância no País. Pelo mapeamento, verifica-se crescimento do número de alunos em todos os níveis educacionais. A oferta de cursos em todas as áreas curriculares quase dobrou, de acordo com relatório elaborado pela Associação Brasileira de Educação a Distância. Desde o início desta década, os números da educação a distância (EaD) no Brasil têm mostrado, por todos os levantamentos feitos a respeito, uma evolução significativa em relação ao crescimento econômico do País.

De acordo com a ABED, em 2010 havia 973 mil matrículas de EaD para Graduação, representando um mercado de R$2,2 bilhões. Para 2011, a instituição espera crescimento de 8% no número de matrículas, o que representaria uma injeção de R$176 milhões na movimentação do segmento.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O EaD representa um mercado de elevado potencial de crescimento porque possibilita a inclusão de pessoas com dificuldades em frequentar cursos presenciais por falta de tempo, por morar em regiões isoladas ou por não poderem se deslocar. A disponibilização de cursos na modalidade a distância tende a facilitar o acesso e a permanência de alunos tanto do Ensino Básico, quanto de cursos técnicos, de preparatórios para concursos e de idiomas, entre outros.

ii. condições de competição nos mercados

Concorremos com diversas empresas especializadas no desenvolvimento de sistemas de ensino e edição de livros didáticos.

O ambiente competitivo varia de acordo com o mercado em que atuamos. Em sistemas de ensino, tem ocorrido um movimento de consolidação que se deu por transações de fusões e aquisições, inclusive transações realizadas por nós.

Entre os principais competidores em sistema de ensino, podemos destacar Positivo, Objetivo, Pearson/SEB e Kroton/Pitágoras. No mercado de editoras, somos um dos 4 principais participantes, sendo os nossos concorrentes as editoras Moderna/Santiliana. Existem diversas barreiras de entrada para pequenas editoras, como exemplo: a necessidade de capilaridade de rede de distribuição e força de vendas, o expertise em livros escolares e o investimento editorial antecipado.

Os mercados de escolas próprias de ensino básico, técnico e profissionalizante, bem como de cursos preparatórios são muito pulverizados, com baixa sofisticação administrativa e sem presença de redes grandes, oferecendo um grande potencial para consolidação.

d. eventual sazonalidade

No negocio de sistema de ensino e de escolas própria de ensino básico e cursos pré-vestibulares praticamente não existe sazonalidade, já que a grande maioria de matrículas e contratos é feita no inicio do ano letivo com baixo índice de evasão ao longo do ano.

Nos cursos preparatórios para concursos públicos e nos cursos técnico e profissionalizante as matriculas ocorrem ao longo do ano sem sazonalidade característica.

No negócio de editoras, os recebimentos estão concentrados no primeiro e no quarto trimestres de cada ano, uma vez que as vendas públicas são concentradas no último trimestre e as privadas de livros didáticos no último e primeiro trimestres.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A nossa principal matéria-prima é o papel, que normalmente é adquirido de fornecedores nacionais e internacionais. A negociação de papel é feita de forma conjunta, permitindo escala suficiente para realizar compras diretamente de fabricantes. Os insumos adquiridos por nós, nossas subsidiárias e controladas, não estão sujeitos a controle ou regulamentação governamental específica.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não possuímos dependência de qualquer fornecedor, dado que os insumos que consumimos podem ser fornecidos por uma gama diversa de empresas.

iii. eventual volatilidade em seus preços

O preço dos produtos praticados pelos nossos fornecedores de papel normalmente acompanha os preços de papel praticados no resto do mundo.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Para as editoras Ática e Scipione, uma parte relevante das receitas provém da venda de livros para o Governo Federal, dentro dos programas explicados nos itens anteriores: em 2009, as compras do Governo Federal representaram 50,7% da receita do segmento de editoras, enquanto em 2010 o percentual foi de 60,3%.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

O segmento de editoras é diretamente afetado pelas receitas provenientes do Governo Federal. No mercado público do segmento de sistemas de ensino, as compras públicas são feitas pelos governos municipais individualmente e, portanto, são muito mais pulverizadas.

No mercado privado de sistemas de ensino e nas escolas próprias, não temos nenhum cliente que seja representativo e as receitas são bastante pulverizadas.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação do Setor de Educação no Brasil

Órgãos Reguladores

O Ministério da Educação ("MEC") é o órgão máximo em matéria de educação no País. Ao MEC cabe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e pelo cumprimento das leis que regem o atual sistema educacional.

O MEC é auxiliado pelo Conselho Nacional de Educação ("CNE"), que possui atribuições normativas, deliberativas, de forma a assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional. O CNE é composto pela Câmara de Educação Básica (principal órgão federal de regulação do ensino básico) e pela Câmara de Educação Superior (principal órgão federal de regulação do ensino superior), cada um deles composto por 12 membros indicados pelo Presidente da República.

A regulação do ensino básico é realizada pelos Estados e pelos Municípios, sendo que Secretarias Estaduais de Educação (auxiliadas pelos Conselhos Estaduais de Educação) são os principais órgãos de regulação do ensino médio e fundamental, e as Secretarias Municipais de Educação (auxiliadas pelos Conselhor Municipais de Educação) os principais órgãos de regulação da educação infantil.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) é um ente federal, vinculado ao MEC, responsável pela avaliação de instituições de ensino no Brasil e o responsável pelo censo escolar – que funciona como base de dados para os cálculos do FUNDEB.

Programas Governamentais de Incentivo à Educação

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB

O FUNDEB é um fundo de natureza contábil, que tem por finalidade a sub-vinculação de 20% (vinte por cento) das receitas de parte dos impostos e transferências realizados pela União para os Estados, Distrito Federal e Municípios, para toda a educação básica, sendo a distribuição de recursos do Governo Federal realizada com base no número de alunos matriculados em instituições de educação básica mantidas pelo poder público, por nível de atendimento.

O FUNDEB entrou em vigor em janeiro de 2007 por Medida Provisória e foi regulamentado em junho do mesmo ano pela lei nº 11.494/2007. Ele substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que abrangia apenas o Ensino Fundamental. É composto na quase totalidade por recursos dos estados e municípios e em 2009 foram distribuídos aproximadamente R$73 bilhões, em 2010, aproximadamente R$84 bilhões.

Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE

Em março de 2007, o Ministro da Educação, apresentou aos Poderes Executivo e Legislativo, bem como às entidades relacionadas à educação, o Programa de Desenvolvimento da Educação ("PDE"), também conhecido como "PAC da Educação", que estabelece metas de qualidade a serem atingidas pelo poder público, instituições de ensino e sociedade civil, para a melhoria da qualidade de ensino no País, em todos os níveis, com prioridade para a educação básica pública.

Constituem prioridades do PDE, dentre outras:

- criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que leva em consideração o rendimento dos alunos, a taxa de repetência e a evasão escolar;

- distribuição de obras e livros didáticos a instituições de ensino públicas de todo o País, devidamente cadastradas;

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- implantação da “Provinha Brasil”, para avaliar a alfabetização de crianças de 6 a 8 anos;
- informatização de todas as escolas públicas;
- criação de 150 escolas profissionalizantes do País; e
- fornecimento de energia elétrica a todas as escolas públicas.

Educação Básica

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) regula, em âmbito nacional, a base comum do currículo, a carga horária e presença mínima em aula e as formas de promoção de série, cabendo aos Estados, Municípios e até mesmo às escolas a normatização das peculiaridades regionais e locais, curriculares e de calendário, de promoção de série e a expedição da documentação escolar de cada aluno da educação básica.

De acordo com as Leis de Diretrizes e Bases, a educação básica pode ser organizada em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar. O calendário escolar deve adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto na LDB.

A Lei de Diretrizes e Bases subdividiu a educação básica em três níveis, conforme abaixo:

- *Educação Infantil*: primeira etapa da educação básica; tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complemento à atuação da família e da comunidade em seu desenvolvimento, e é oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade;
- *Ensino Fundamental*: iniciado aos seis anos de idade, com duração de nove anos; tem por finalidade realizar a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender (pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo), a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem (formação de atitudes e valores), e o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca; e
- *Ensino Médio*: etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos; deverá consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos durante ensino fundamental, preparar o aluno para o trabalho e a cidadania, aprimorar o aluno como pessoa humana (formação ética e desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico), e auxiliar na compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos.

Credenciamento de Instituições de Ensino Básico e Autorização de Cursos

A Lei de Diretrizes e Bases outorgou aos Estados e aos Municípios competência para autorizar, credenciar e supervisionar as instituições de ensino básico. Esta competência é realizada por meio das respectivas secretarias ou conselhos de educação. Com relação à educação infantil, compete às Secretarias Municipais de Ensino autorizar o funcionamento de instituições de ensino infantil.

Educação Profissional

A educação profissional é regulada pela Lei de Diretrizes e Bases e pelo Decreto nº. 5154, de 23 de julho de 2004 e pelos regulamentos do MEC e do CNE. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a educação profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A educação profissional é desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho, por meio de cursos e programas de (i) formação inicial e continuada de trabalhadores, (ii) educação profissional técnica de nível médio, e (iii) educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

A educação profissional técnica de nível médio deve ser desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, de três formas diferentes:

- *integrada*: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

- *concomitante*: oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou que esteja cursando o ensino médio. A complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino, ou em instituições de ensino distintas visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados, ou

- *subsequente:* oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, possuem validade nacional.

As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, podem oferecer cursos especiais, abertos à comunidade, sendo a matrícula condicionada à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Ensino a distância (“EaD”)

O ensino a distância no Brasil é regulado pela Lei de Diretrizes e Bases, pelo “Decreto 5622”, e pela Portaria do MEC nº. 4059, de 10 de novembro de 2004 e pela Portaria Normativa do MEC nº.2, de 10 de janeiro de 2007. É definido como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou momentos distintos.

Cursos pré-Vestibulares e preparatórios para concursos públicos

Os cursos pré-vestibulares e preparatórios para concursos são cursos livres do ponto de vista regulatório. Isso significa que não há regulamentação específica regendo o formato ou o conteúdo dos mesmos.

Edição de livros didáticos e de sistemas de ensino

Não há regulamentação específica para o exercício das atividades de edição de livros didáticos e de sistemas de ensino, no que se refere à necessidade de obtenção de autorização governamental para o desenvolvimento de tais atividades. De qualquer forma, a Companhia e suas subsidiárias devem observar, na edição de seus livros didáticos e sistemas de ensino, a lei que trata sobre os direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998), bem como a Lei 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.
Cabe ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, inciso VI, alínea “d” estabelece a União, os Estados e os Municípios não podem cobrar impostos (como é o caso do IPI e do ICMS) sobre a venda de livros, jornais, periódicos e do papel destinado a sua impressão. Os tribunais ainda não decidiram se essa imunidade de impostos criada pela Constituição se estende também aos livros eletrônicos (como é o caso dos livros em CDs, DVDs e por *download*). A esse respeito, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Senado nº 144/2010, propondo alteração na Lei nº 10.753/2003 (que institui a Política Nacional do Livro) para incluir na definição de livro também os formatos digital, magnético e ótico.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A última palavra sobre a abrangência da imunidade de impostos sobre livros, jornais e periódicos será dada pelo Supremo Tribunal Federal ("STF"). De qualquer forma, eventual inclusão dos livros, jornais e periódicos digitais na Lei nº 10.753/2003 poderá influir na decisão do STF.

Vale notar que a imunidade constitucional vale para impostos, mas não para contribuições sociais (como é o caso do PIS e da COFINS). Em vista disso, o Governo Federal, por meio da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, reduziu a zero as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre o faturamento resultante da venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004. Essa redução da carga tributária tem como objetivo estimular a cadeia de produção e comercialização de livros no Brasil. É importante que o conceito de livro para efeito dessa redução é aquele contido atualmente na Lei nº 10.753/2003, que eventualmente será alterado para incluir os materiais digitais, conforme discutido acima.

No caso específico da venda de livros didáticos para o Governo Federal, a submissão de obras para avaliação e venda para o setor público devem seguir os procedimentos de licitação descritos no item 7.3 c.

b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Não desenvolvemos atividades que possam ocasionar danos ambientais relevantes. Adquirimos apenas papel certificado.

c*. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades*

Vide Seção 9.1.b deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, uma vez que não atuamos no exterior.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, uma vez que não atuamos no exterior.

c. *receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor*

Não aplicável, uma vez que não atuamos no exterior.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Tendo em vista que não atuamos no exterior, não estamos sujeitos à regulação de outros países.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Responsabilidade Social e Ambiental

Acreditamos que nosso compromisso com a sustentabilidade e transparência nos ajudará a criar uma plataforma de negócios que manterá o crescimento de nossas operações a longo prazo. Nosso foco de sustentabilidade contempla aspectos ligados a nossos produtos, funcionários e clientes, bem como ao meio ambiente e a diversidade de pessoas.

Entendendo a importância de contribuir para um mundo melhor, estamos desenvolvendo importantes ações nesse sentido, privilegiando espaços de diálogo para a construção de novas realidades.

No mês de agosto/2010, a Editora Ática lançou o primeiro livro com a certificação *Forest Stewardship Council* (“FSC”), a Fábrica de Brinquedos, que apóia o manejo florestal responsável no mundo. O título teve mais de cinco mil unidades impressas.

Os livros de inglês da Editora Ática e da Editora Scipione, distribuídos no Programa Nacional do Livro Didático de 2011, foram impressos com o selo de certificação FSC, totalizando cerca e 11 milhões de livros “verdes”. O sistema de ensino SER, já produziu mais de um milhão e meio de exemplares, entre apostilas e demais materiais didáticos, com certificação.

Dentro da metodologia da construção coletiva, oferecemos palestras e oficinas sobre ecoeficiência para todos os seus colaboradores, viabilizando assim, um importante espaço para o debate.

Um equilíbrio entre contraprestações econômicas, sociais e ambientais impulsiona as políticas que adotamos para contribuir com o desenvolvimento social no Brasil. Geralmente focamos na educação e no fornecimento de exposição à cultura e às artes e buscamos envolver grupos sócio-econômicos de todos os níveis, em um esforço para fortalecer e enriquecer os indivíduos e comunidades.

7.9 - Outras informações relevantes

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos estar muito bem posicionados para nos beneficiar das oportunidades de crescimento existentes no setor de educação básica e pré-universitária do Brasil.

Estimamos ser uma das maiores companhias de educação com foco na educação básica e pré-universitária no Brasil em termos de receita e temos margem de EBITDA maior do que todas as empresas do setor de educação listadas na BM&FBOVESPA.

Somos a única empresa no setor de educação básica e pré-universitária no Brasil com presença simultânea e marcas fortes nas maiores linhas de negócio desse setor: Sistemas de Ensino, escolas privadas, editoras de conteúdo didático e escolas de Ensino Técnico. Nossa receita líquida foi de R$203,8 milhões no primeiro trimestre de 2011, excluindo a receita das recém-adquiridas Colégio pH e ETB.

Nossa capacidade de integração e de exploração de sinergias entre diferentes negócios permite-nos minimizar custos e garantir margens elevadas de rentabilidade.

Além disso, as escolas de Ensino Básico apresentam taxas de evasão mínimas contra 26% de evasão anual média total no ensino superior privado, de acordo com dados do Instituto Lobo (2005). Ademais, o ciclo de educação básica é de 12 anos, enquanto o de ensino superior no Brasil é no máximo 6 anos ponderando-se as matrículas e duração dos bacharelados e das graduações tecnológicas, de acordo com o Censo Universitário INEP de 2009. Nossos custos docentes, tendo em vista que não possuímos escolas de nível superior, são também menores, já que a regulação imposta pelo MEC às escolas de nível superior exige números relevantes de mestres e doutores. A oferta de vagas e a aprovação de praças no nível superior passam por longo processo burocrático de autorização no Governo Federal, enquanto os processos relacionados no Ensino Básico são muito mais simples e localizados nos Estados e Municípios. Nossos negócios não são intensivos em capital. Nossa geração de caixa operacional é elevada, e nosso nível de inadimplência estava abaixo de 1% em 2010, o que fortalece nossa estrutura de capital.

Como consequência da atratividade do nosso setor e das nossas linhas de negócios, apresentamos, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, margem de EBITDA *pro forma* de 23,6%, maior do que qualquer empresa de educação listada na BM&FBOVESPA no mesmo período.

Nossa plataforma captura as oportunidades e sinergias de todo o ciclo de educação pré-universitária

Temos ampla gama de produtos e serviços em diversos formatos e canais (livros e apostilas, disponíveis em diversas plataformas digitais, serviços pedagógicos e de treinamento) para permitir a adoção de diferentes metodologias (ensino presencial tradicional, Sistemas de Ensino, ensino a distância e formação de educadores). Nossos clientes são variados: escolas, professores e alunos, do ensino público e privado, em níveis de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico. A diversidade da nossa base de receitas e clientes garante maior estabilidade e previsibilidade de resultados, minimizando riscos que afetem segmentos ou níveis específicos. Nossa capacidade de atender às demandas de todos os níveis do ciclo de educação básica e pré-universitária nos permite acompanhar o aluno em todas as etapas de sua vida acadêmica nesta fase, permitindo-nos oferecer uma gama variada de produtos e serviços, facilitando a fidelização de nossos clientes.

Atuamos em linhas de negócios capazes de capturar sinergias em diversas etapas e nossos negócios beneficiam-se de nossa escala em negociações com parceiros e fornecedores. Como exemplo, na área editorial, nossos Sistemas de Ensino e editoras são capazes de compartilhar a criação e controle de conteúdo didático, trazendo-nos maior poder de negociação junto aos autores. Concluímos recente negociação com os autores do sistema Anglo, reduzindo o pagamento de direitos autorais em função da perspectiva de novas oportunidades em outras unidades de negócio.

7.9 - Outras informações relevantes

Gozamos de uma plataforma comercial, industrial e logística com força e presença relevante no mercado de educação. Contamos com uma força de vendas com 167 vendedores, além das forças de vendas de nossos 34 distribuidores, todos aptos a vender os produtos presentes e futuros de nosso portfólio. Nossos produtos são distribuídos através de 3 centros de distribuição e seis filiais estrategicamente localizados em todo o País. Contamos ainda com capacidade gráfica própria e através da parceria com terceiros para produção em larga escala.

Nossas marcas são referências de qualidade.

Acreditamos que a força de nossas marcas gera maior demanda por nossos produtos, facilitando nossos esforços de marketing; e nos permite estabelecer preços premium no mercado. A qualidade de nossos produtos assegura a satisfação e a fidelização de nossos parceiros.

Nossos Sistemas de Ensino estão entre os melhor avaliados pelas escolas privadas do País. Pesquisa do IBOPE realizada em 2010 indicou que nossos dois sistemas são os que mais conquistam escolas que utilizam Sistemas de Ensino de outras marcas. A satisfação com o conteúdo e a qualidade dos serviços do Anglo e SER explica por que mais de 94% das suas Escolas Associadas renovaram contratos ao final de 2010, e porque mais de 75% das Escolas Associadas ao Anglo o adotam há mais de seis anos.

Nossas escolas próprias e cursos pré-vestibulares são símbolo de excelência. Por exemplo, alunos do Anglo preencheram mais de 57% das vagas do vestibular de Medicina da Universidade de São Paulo, uma das melhores do Brasil, em 2011. No Rio de Janeiro, os alunos do Curso pH e do Colégio pH preencheram mais de 50% das vagas de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no vestibular 2011, além de ocupar três dos seis primeiros colocados no curso de Engenharia de Produção nessa universidade. Também em 2011, cinco dos seis primeiros colocados do vestibular de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, uma das mais renomadas do Estado, foram alunos do pH.

Adicionalmente, nossas editoras Ática e Scipione em conjunto são as que mais aprovam livros nos programas de compra do Governo Federal desde 2002. Dentre os muitos prêmios de importância nacional conquistados por estas editoras destacam-se oito prêmios Jabuti (Câmara Brasileira do Livro), 56 prêmios FNLIJ (Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil) e dois APCAS (Associação Paulista dos Críticos de Arte).

Para garantir a qualidade de nossos produtos e serviços, implementamos amplo sistema de monitoramento, que inclui pesquisas de satisfação, sondagens e avaliações de mercado independentes. Planos de bonificação para professores e executivos também levam em conta a satisfação de clientes.

Possuímos uma das mais completas plataformas digitais de conteúdo didático do País.

Temos quase todo o nosso acervo de conteúdos digitalizado. Além de desenvolvedores experientes de conteúdo digital, investimos consistentemente na construção de tecnologias educacionais para enriquecer a experiência de ensino-aprendizagem de alunos e o desenvolvimento profissional de educadores da educação básica. Nossos portais educacionais oferecem mais de 65.000 conteúdos, que contam com aproximadamente: 2.000 vídeos educacionais; 600 infográficos animados; 1.600 áudios de apoio ao portfolio de idiomas; 3.000 atividades de aula, planos e artigos; Enciclopédia Almanaque Abril, integração de conteúdo Abril Mídias. Além disso, contamos com um dos maiores bancos de questões e gabaritos de pré-vestibular e ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio, além de ferramentas educacionais e soluções de apoio a comunidade escolar tais como: versões digitais de apostilas e obras selecionadas, personalização de portais, videoconferência, tv corporativa, tutoria on-line para estimular uso significativo dos recursos digitais, ambientes de colaboração, interação e suporte. A qualidade de nossa plataforma nos conferiu parcerias com empresas de renome internacional, como a Discovery Education, para fornecimento de conteúdo digital para nossos clientes. A integração da tecnologia digital diferencia nossos produtos e permite a exploração crescente dos mercados em que atuamos.

7.9 - Outras informações relevantes

Nossos administradores têm comprovada competência em executar uma estratégia de crescimento orgânico, de aquisições de ativos de qualidade, de integração e de extração de sinergias de novas aquisições.

Nosso time de administradores assumiu a gestão da empresa a partir de junho de 2010 para promover nosso crescimento e aumento de nossa rentabilidade. Como resultado dos primeiros esforços do nosso time de administradores, apresentamos no primeiro trimestre de 2011 um crescimento da receita líquida de 93,4% e crescimento de EBITDA de 145,7% em comparação ao mesmo período de 2010.

Em apenas nove meses adquirimos duas das melhores e mais reconhecidas instituições de ensino nas duas principais regiões econômicas do País: o Anglo, em São Paulo, e a o pH, no Rio de Janeiro. Integramos o Anglo de maneira bem sucedida em pouco tempo. Nos oito meses seguidos à aquisição, conseguimos: (i) fidelizar 98,1% dos clientes; (ii) promover o crescimento da base de clientes para 2011; (iii) restaurar o crescimento dos cursos preparatórios para vestibulares, em queda nos últimos três anos; (iv) promover a compra de papel a preços reduzidos; (v) integrar e fundir as áreas de apoio pedagógico, operações e vendas dos sistemas Anglo e SER; (vi) concluir de forma bem sucedida um processo de renegociação de direitos autorais; e (vii) reter os principais talentos da empresa.

O plano de remuneração variável e de incentivos de longo prazo atualmente em vigor para os principais executivos fortalece o comprometimento do nosso time com o seu mandato.

Nossas práticas de governança corporativa são modernas e elevadas, e nossos acionistas contribuem com experiência relevante nos setores editorial e de educação.

Nossas Units serão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa, que reflete nosso compromisso de governança corporativamais rigorosos do que de outras companhias. Nosso Conselho é composto por nove membros, sendo dois representantes de acionistas minoritários e dois independentes.

O histórico e conhecimento de mercado dos nossos acionistas, com quem interagimos frequentemente, são um importante suporte para nós e para nossos administradores.

A família Civita controla o Grupo Abril – um dos maiores e mais tradicionais grupos de mídia da América Latina, responsável pela publicação das revistas e portais mais respeitados do Brasil. O Grupo Abril foi pioneiro na criação de materiais didáticos usados no Movimento Brasileiro de Alfabetização na década de 60, que alfabetizou milhares de jovens e adultos. A família criou a Fundação Victor Civita em 1985, dedicada ao desenvolvimento da educação no Brasil e responsável pela revista Nova Escola, lançada em parceria com o Ministério da Educação e que tem a segunda maior circulação dentre as revistas publicadas no País, atingindo mensalmente 1,5 milhão de leitores.

A BR Investimentos investe na empresa através de dois fundos de private equity, sendo um desses fundos focado no setor de Educação. A BR Investimentos foi fundada por Paulo Guedes, economista que tem uma carreira muito bem-sucedida nas áreas de Educação e no Setor Financeiro, tendo sido um dos quatro fundadores do Banco Pactual, atual BTG Pactual, hoje o maior banco de investimentos independente do País, e foi sócio fundador e CEO do IBMEC, uma das principais escolas de negócios do País.

Visão Estratégica

Buscamos contribuir para que o Brasil consiga dar um salto de qualidade na formação de crianças e de jovens das escolas públicas e privadas de nível básico, preparando-os para cursar as melhores universidades do País e do mundo, ou para ingressar com habilidades diferenciadas em um mercado globalmente competitivo.

A fim de alcançar esse objetivo, continuaremos a desenvolver e aperfeiçoar conteúdos, metodologias, tecnologias educacionais, serviços pedagógicos e de treinamento e formação de professores. Também continuaremos a oferecer e aperfeiçoar produtos e serviços para escolas de nível técnico e profissionalizante, e planejamos fortalecer nossa presença na área de ensino de inglês, para complementar a formação básica pré-universitária dos alunos de nível básico e pré-universitário. Esses alunos serão atendidos diretamente em nossas escolas próprias ou através de nossos futuros serviços de ensino a distância, ou serão atendidos através das escolas de nível de Ensino Básico e Ensino Técnico, associadas a nossos Sistemas de Ensino.

7.9 - Outras informações relevantes

Através da qualidade de nossos produtos e serviços, e de nossa escala, alcançada através de crescimento orgânico e de aquisições de ativos de qualidade, buscamos ser referência de rentabilidade e de criação de valor para nossos investidores.

Estamos comprometidos em atrair e reter o melhor talento disponível no mercado de educação do País.

Principais Iniciativas Estratégicas

Nossa estratégia de crescimento e de geração de valor será executada através de seis iniciativas chave:

Acelerar o crescimento orgânico através da transferência de práticas comprovadamente eficazes às nossas unidades de negócios existentes e adquiridas e força da marca Abril Educação.

No primeiro trimestre de 2011 nossos negócios experimentaram crescimento importante por meio da aplicação de políticas comerciais agressivas, de inteligência de marketing, do aumento da força de vendas e pela força e credibilidade da nossa marca Abril Educação.

Sistemas de ensino. Acreditamos que podemos continuar a promover o crescimento de nossos Sistemas de Ensino recém adquiridos, aplicando as práticas desenvolvidas no SER, uma das marcas de maior crescimento do País, através da:

- Oferta do sistema Anglo a escolas privadas de municípios do Estado de São Paulo e regiões circunvizinhas, onde a marca é forte e reconhecida, que ainda não contam com presença de escolas associadas ao sistema;
- Consolidação, aumento e treinamento de nossas forças de vendas para que estejam aptas a vender todos os nossos sistemas e implementação de políticas de controle e incentivo mais agressivas para nossos vendedores;
- Aumento do esforço de divulgação promocional e publicitária;
- Implementação de programas de incentivo para o crescimento das Escolas Associadas, gerando mais demanda e mais alunos atendidos por nossos produtos e serviços; e
- Revisão da política de preços em relação à concorrência, buscando oportunidades de praticar preços maiores e mais consistentes com a qualidade oferecida.

Escolas próprias de nível básico e cursos pré-vestibulares e de escolas de Ensino Técnico. creditamos que podemos fomentar o crescimento orgânico de nossas marcas atuais, Anglo, pH e ETB, e das que iremos adquirir através de:

- abertura de novas unidades;
- melhoria da qualidade de nossas instalações;
- foco continuado na excelência do serviço prestado e dos resultados de colocação nas melhores universidades das regiões onde atuamos, dada a relevância da publicidade “boca a boca” neste mercado; e
- treinamento de nosso pessoal e implementação de políticas de incentivo aos mesmos;

Editoras. No primeiro trimestre de 2011, a receita das nossas editoras cresceu 48,6% em relação ao primeiro trimestre de 2010. Esse crescimento foi promovido pelas seguintes iniciativas, as quais pretendemos consolidar e sustentar nos próximos anos:

- Aumento da força de vendas das editoras Ática e Scipione e implementação de processos de avaliação de vendedores;

7.9 - Outras informações relevantes

- Lançamento de novas coleções e títulos, com foco nas matérias de maior demanda pelo mercado; e

- Disponibilização de conteúdos digitais que se adaptem ao surgimento de novas formas de uso e acesso ao nosso conteúdo, bem como de serviços e tecnologias digitais que complementem a experiência didática promovida por nossos livros, tanto em sala de aula, quanto na casa dos alunos.

Cursos preparatórios para concursos públicos. O foco para o crescimento do nosso negócio preparatório para concursos públicos, com a marca Siga, será centrado na oferta de nosso material para que as Escolas Associadas a nossos Sistemas de Ensino SER e Anglo utilizem capacidade ociosa de suas instalações para oferecer cursos utilizando nosso material Siga em suas comunidades de influência. Pretendemos também desenvolver acordos com a Editora Abril para distribuição do Siga nas 16 mil bancas de jornal espalhadas pelo País.

Crescimento de Sistemas de Ensino em Prefeituras e Governos Estaduais, onde a quantidade de alunos é maior e a penetração de Sistemas de Ensino ainda é baixa.

Os Sistemas de Ensino são uma solução excelente para os problemas de qualidade enfrentados pelas escolas públicas. Aulas pré-planejadas, treinamento pedagógico e recursos on-line característicos dos Sistemas de Ensino são resposta eficiente para escolas com poucos recursos e professores com treinamento deficiente. De acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Lehmann, escolas que usam sistemas estruturados de ensino, mostraram maior proficiência em português e matemática nas séries testadas do que as escolas que não utilizavam sistemas estruturados. Em 31 de março de 2011, atendíamos a 38.663 alunos em 170 escolas públicas de 25 municípios do País. A substituição de livros didáticos por Sistemas de Ensino é atraente para empresas que vendem ambos para o governo, pois (i) são vendas com ciclos anuais, pois materiais de Sistemas de Ensino não são reutilizados, enquanto livros didáticos são comprados em ciclos de três anos; (ii) as margens de Sistemas de Ensino são significativamente maiores; e (iii) os Sistemas de Ensino vêm acompanhados de serviços, comandando preços maiores.

Planejamos crescer no mercado de Sistemas de Ensino para escolas públicas através das seguintes iniciativas:

- Adaptação de nossos sistemas para atender de forma ainda mais eficaz às necessidades das escolas públicas;

- Foco em prefeituras de cidades menores, onde os processos decisórios de adoção são mais simples e rápidos;

- Foco nas prefeituras de cidades vizinhas às das que já adotam nossos Sistemas de Ensino, onde as evidências dos benefícios pelo uso dos mesmos e nossos sistemas estão mais próximas e são mais facilmente verificáveis; e

- Implementação uma força de vendas especializada na segunda metade de 2011.

Captura do alto potencial de sinergias entre nossas linhas de negócios.

Pretendemos explorar as sinergias entre negócios para alavancar nosso crescimento e melhorar nossa rentabilidade, criando valor para os nossos acionistas. Dentre essas iniciativas, destacamos:

- ***Sinergias comerciais***. Combinaremos as capacitações comerciais de diferentes unidades de negócio para acelerar as vendas de nossos produtos e serviços. Em 2011 as forças de vendas dos sistemas SER e Anglo foram fundidas e aumentadas, passando a vender ambos os sistemas. Esta força de vendas passou a servir-se da inteligência de Marketing e estudos de segmentação disponíveis nos Sistemas de Ensino e nas editoras, criando roteiros mais eficientes e aumentando a abrangência do esforço de vendas. Continuaremos a priorizar a exploração de oportunidades comerciais entre as unidades de negócio existentes e adquiridas, pois nossos negócios têm alto grau de correlação.

- ***Cross-Selling***. Em 2011, a força de vendas de Sistemas de Ensino passou a vender livros paradidáticos para Escolas Associadas. Ambas as forças de vendas (Sistemas de Ensino e editoras) passarão, em 2012, a oferecer também os sistemas de Ensino Técnico e profissionalizante, tanto a escolas adotantes de livros das nossas editoras como de nossos Sistemas de Ensino.

7.9 - Outras informações relevantes

- ***Compras***. Nossa escala permitirá reduções de preços em materiais e contratações comuns entre as unidades de negócios. Como exemplo, a compra de papel para o Anglo teve reduções de preços de 13% em 2011 devido às compras conjuntas com papel para o negócio de livros didáticos. Os contratos com autores do Anglo foram também renegociados no início de 2011 com a perspectiva de aproveitamento de sua propriedade intelectual nos sistemas a serem lançados em outras regiões do País. Os direitos autorais do material didático adotado na rede de escolas do pH, de propriedade dos vendedores, passou à Abril Educação e planejamos aproveitá-los em partes de outros Sistemas de Ensino, melhorando sua qualidade e reduzindo custos com direitos autorais.

- ***Custos***. Continuaremos a explorar oportunidades para reduzir nossos custos. No início de 2011 consolidamos as áreas de atenção ao cliente e de serviços pedagógicos de nossos dois Sistemas de Ensino, como primeiro passo para explorar as reduções de custo possíveis com esta consolidação. Parte da melhoria de resultados de nossos Sistemas de Ensino em 2011 deve-se às contribuições desta sinergia.

Crescimento por meio de Aquisições.

Pretendemos continuar adquirindo ativos com marcas fortes e reconhecidas que nos ajudem a estabelecer rapidamente a liderança e consolidação nos segmentos em que atuamos.

- ***Sistemas de ensino***. Buscamos adquirir Sistemas de Ensino líderes em regiões geográficas onde nossa presença ainda seja tímida. Após as aquisições das marcas mais fortes nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, os dois Estados de maior relevância econômica do País, voltaremos nosso foco para o Estado de Minas Gerais, terceiro maior do País, e para as Regiões Sul e Nordeste, onde já prospectamos ativamente.

- ***Escolas próprias de nível básico e cursos pré-vestibulares***. Nosso interesse se concentra em escolas ou redes de escolas privadas com marcas reconhecidas e associadas a elevados índices de aprovação nas melhores universidades das regiões geográficas onde ainda não temos uma presença forte, e onde possamos usar as marcas adquiridas para alavancar o crescimento de nossos Sistemas de Ensino, adaptados para atender a necessidades regionais específicas.

- ***Escolas de Ensino Técnico***. Buscaremos adquirir escolas técnicas privadas que complementem o nosso portfólio atual em áreas complementares às que ensinamos em nossas quatro escolas e que tenham desenvolvido conteúdos e metodologia de ensino de qualidade, a fim de construir uma plataforma a partir da qual possamos franquear nossa marca e promover a venda de nossos sistemas de Ensino Técnico em desenvolvimento.

- ***Empresas de ensino de idiomas***. Pretendemos também adquirir empresas de ensino de idiomas, no Brasil ou no exterior, que permitam trazer ao mercado brasileiro tecnologias inovadoras e eficazes para nosso público alvo. Em 1° de julho de 2011, adquirimos pelo valor de US$2,0 milhões, uma participação minoritária representativa de 5,90% do capital social da sociedade Livemocha Inc., sociedade com sede nos Estados Unidos da América que atua em ensino de idiomas à distância em todo o mundo e que em 2010 foi eleita pela revista Time um dos 5 melhores websites de educação, ofertando mais de 30 cursos de idiomas para mais de 6 milhões de membros em todo o mundo. Com a aquisição, nos tornamos sua representante exclusiva no Brasil. Nos próximos meses, nós e a Livemocha Inc. definiremos planos conjuntos para o incremento dos negócios da Livemocha Inc. no Brasil, onde a empresa conta com uma base extensa de usuários cadastrados.

7.9 - Outras informações relevantes

Crescimento por meio de Ofertas Complementares.

Sistemas de Ensino Técnico. Nossa entrada no negócio de formação técnica com a aquisição da ETB nos abre nova oportunidade de crescimento, além de permitir uma fidelização ainda maior de nossas Escolas Associadas. A ETB multiplicou por dez o número de alunos nos últimos dois anos apesar de investimentos modestos, através de aquisições e de crescimento orgânico. Nossa iniciativa de crescimento para a ETB se resumirá em:

- Oferecer as metodologias e Sistemas de Ensino aplicadas ou desenvolvidas em suas escolas de São Paulo às mais de mil escolas atendidas por nossos Sistemas de Ensino de nível básico Anglo e SER. Algumas destas escolas já oferecem cursos técnicos complementares à formação básica que ministram. A oferta de novos cursos e oportunidades para complementar a formação de alunos existentes ou de captar novos alunos para nossas escolas afiliadas nos permitirá fidelizá-las ainda mais;

- Buscar a consolidação das escolas técnicas privadas existentes no País através de um sistema de franquias e de oferta de sistemas de Ensino Técnico; e

- Expandir a oferta da ETB para cobrir a maioria dos cursos mais demandados do País.

Ensino de inglês. Além do Ensino Técnico, pretendemos lançar, em parceria com empresas especializadas, Sistemas de Ensino de inglês para crianças e jovens, como mais uma oferta para as Escolas Associadas a nossos Sistemas de Ensino e às escolas públicas. Alguns governos estaduais iniciaram recentemente programas de subsídio para que alunos de suas redes estudem inglês. A oferta de um Sistema de Ensino de inglês com auxílio de tecnologias diferenciadas e de eficácia comprovada irá permitir enriquecer nossa oferta ao universo de escolas de nível básico e técnico profissionalizante.

Crescimento por meio de Novas Tecnologias e de Ensino a Distância.

Atuamos nesse mercado através de ofertas para escolas que necessitam de cursos, conteúdos e ambiente de colaboração para o apoio de seus alunos e/ou educadores.

Para escolas de educação básica, a oferta de educação a distancia é feita a professores em atividade para suporte a suas práticas pedagógicas em ambientes de colaboração a distância (Moodle). Por meio de um portfólio de conteúdos teóricos e práticos multiplataforma, interação de tutores on-line e ferramentas de interatividade integradas, realizamos atividades de formação e apoio a educadores, atualmente com mais de 1.800 participantes.

A utilização de nossos conteúdos digitais nos oferece muitas oportunidades de crescimento. Pretendemos expandir nossa presença no ensino a distância através de cursos técnicos e profissionalizantes desenvolvidos pela ETB e de programa EJA próprio, tendo como pólos de apoio as Escolas Associadas a nossos Sistemas de Ensino. A oferta de cursos de idiomas online, em parceria com empresas especializadas, também faz parte de nossa estratégia de crescimento neste segmento.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a. controladores diretos e indiretos

(i) Companhia

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	% Total do Capital Social
Abrilpar	74.532.302	70,55	2.922.834	4,49	45,35
Roberto Civita	9.226.354	8,73	18.452.708	28,32	16,21
Giancarlo Francesco Civita	2.516.278	2,38	5.032.556	7,72	4,42
Victor Civita	2.516.278	2,38	5.032.556	7,72	4,42
Roberta Anamaria Civita	2.516.278	2,38	5.032.556	7,72	4,42
BR Educacional	6.560.185	6,21	13.120.370	20,14	11,52
FIP Brasil	7.407.407	7,01	14.814.814	22,74	13,01
Administradores[1]	372.490	0,35	744.980	1,14	0,65
Total	**105.647.572**	**100,00**	**65.153.374**	**100,00**	**100,00**

(1) considera apenas as ações de nossa emissão detidas por membros de nossa Diretoria.

(ii) Abrilpar

Acionistas[1]	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	% Total do Capital Social
Ativic	85.800.109	100,00	85.800.109	100,00	100,00
Total	**85.800.109**	**100,00**	**85.800.109**	**100,00**	**100,00**

(1) as ações de emissão da Abrilpar detidas pelos Conselheiros estão consideradas nas ações da Ativic.

(iii) Ativic

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	% Total do Capital Social
Roberto Civita	67.015.626	55,00	0	0,00	55,00
Giancarlo Francesco Civita	18.276.990	15,00	0	0,00	15,00
Victor Civita	18.276.990	15,00	0	0,00	15,00
Roberta Anamaria Civita	18.276.990	15,00	0	0,00	15,00
Total	**121.846.596**	**100,00**	**0**	**0,00**	**100,00**

b. controladas e coligadas

(i) Sociedades Controladas Diretamente por Nós:

Sociedades	CNPJ/MF	%
Editora Ática S.A.[1]	61.259.958/0001-96	100,00
Editora Scipione S.A.[1]	44.127.355/0001-11	100,00
Gráfica e Editora Anglo S.A.[1]	49.323.314/0001-14	100,00
CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.[2]	03.824.725/0001-92	100,00

(1) as ações detidas pelos Conselheiros estão consideradas nas ações da detidas por nós.
(2) as quotas detidas por outros sócios apenas para efeitos de pluralidade de sócios estão consideradas como quotas detidas por nós.

(ii) Sociedades Controladas Indiretamente por Nós via CAEP:

Sociedades	CNPJ/MF	%
Curso P.H. Ltda.[1]	31.363.344/0001-99	100,00
Sistema P.H. de Ensino Ltda.[1]	40.345.365/0001-72	100,00
Nice Participações S.A.	10.778.464/0001-87	61,60

(1) as quotas detidas por outros sócios apenas para efeitos de pluralidade de sócios estão consideradas como quotas detidas pela CAEP.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

(iii) Sociedades Controladas Indiretamente por Nós via Nice:

Sociedades	CNPJ/MF	%(1)
Instituto Educacional Alberto Santos Dumont Ltda.	05.995.538/0001-05	61,58
ETB Editora Técnica do Brasil Ltda.	12.286.877/0001-70	61,57
Enfermap – Centro de Aprendizado Educacional Ltda.	03.890.544/0001-64	49,27

(1) As participações informadas levam em consideração que a CAEP detém apenas 61,60% do capital social da Nice.

c. participações da Companhia em sociedades do grupo

Sociedade	CNPJ/MF	%
Livemocha Inc.	N/A	5,90

d. participações de sociedades do grupo na Companhia

(i) BR Educacional

Cotistas	Cotas	%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS	8.856	25,00
BNDES Participações SA – BNDESPAR	7.085	20,00
Instituto Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS	6.000	16,94
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF	6.000	16,94
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI	3.542	10,00
Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV	2.000	5,65
Fundo Banespa de Seguridade Social – BANESPREV	1.000	2,82
Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA – FIPECq	500	1,40
BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.	442	1,25
Total	**35.425**	**100,00**

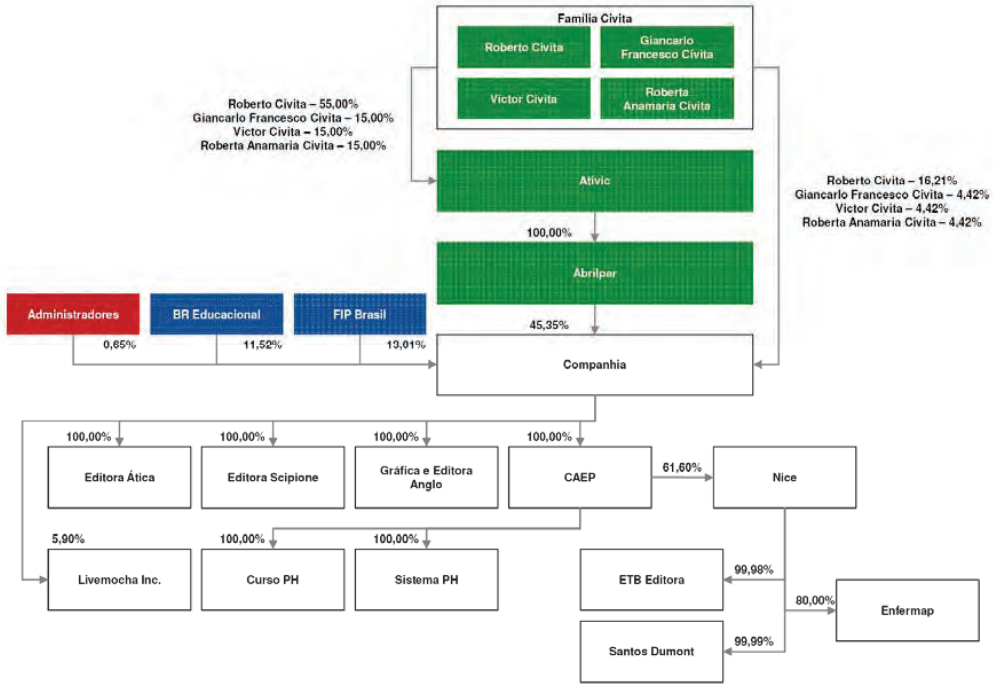
(ii) FIP Brasil

Cotistas	Cotas	%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS	150.000	25,00
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI	120.000	20,00
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF	120.000	20,00
BB Banco de Investimentos SA	82.500	13,75
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA	60.000	10,00
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP	30.000	5,00
Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES	30.000	5,00
BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.	7.500	1,25
Total	**600.000**	**100,00**

e. sociedades sob controle comum

Não há sociedades sob controle comum com nós.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Para informações relativas às nossas operações de reestruturação societária, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

8.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 8 do Formulário de Referência.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que sejam relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Terrenos	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Edifícios	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Edifícios	Brasil	BA	Salvador	Própria
Edifícios	Brasil	PE	Recife	Própria
Instalações	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Instalações	Brasil	PE	Recife	Própria
Instalações	Brasil	BA	Salvador	Própria
Instalações	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Máquinas e Equipamentos Industriais	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Máquinas e Equipamentos Industriais	Brasil	PE	Recife	Própria
Máquinas e Equipamentos Industriais	Brasil	BA	Salvador	Própria
Máquinas e Equipamentos Industriais	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	PE	Recife	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	BA	Salvador	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Veículos	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos de Computação	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos de Computação	Brasil	PE	Salvador	Própria
Equipamentos de Computação	Brasil	BA	Salvador	Própria
Equipamentos de Computação	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Outras Imobilizações	Brasil	SP	São Paulo	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ANGLO (INPI 007146370)	Brasil	15/5/2020	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ATICA (INPI 007086350)	Brasil	25/3/2020	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ATICA (INPI 007086369)	Brasil	25/3/2020	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ATICA (INPI 812303920)	Brasil	7/8/2010	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ATICA (INPI 812303938)	Brasil	12/7/2018	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA ATICA (INPI 818482125)	Brasil	21/10/2017	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EDITORA ÁTICA (INPI 200051792)	Brasil	22/10/2011	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA ÁTICA (INPI 814873251)	Brasil	22/10/2011	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EDITORA ÁTICA (INPI 902831089)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA ÁTICA (INPI 902831100)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EDITORA ÁTICA (INPI 902831143)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA ÁTICA (INPI 902831151)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EDITORA ÁTICA (INPI 902831569)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	SCIPIONE (INPI 816982015)	Brasil	20/9/2014	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SCIPIONE (INPI 816982023)	Brasil	20/9/2014	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 812961765)	Brasil	03/4/2010	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 816985391)	Brasil	20/9/2014	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 816985405)	Brasil	20/9/2014	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 811680690)	Brasil	10/6/2016	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 812961757)	Brasil	29/11/2018	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 902830970)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 902830988)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 902831003)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 902831011)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PH (INPI 814737609)	Brasil	18/6/2011	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ABRIL EDUCAÇÃO (INPI 824773675)	Brasil	19/5/2019	Esta marca é de titularidade da Editora Abril, de modo que a Companhia a utiliza por meio do Contrato de Licença de Uso de Marca, firmado em 11 de agosto de 2010. Não obstante a titularidade da marca ser controlada pelos mesmos acionistas controladores da Companhia, referido contrato pode ser rescindido de comum acordo entre nós, a Editora Abril e os Investidores, resultando na impossibilidade da Companhia utilizar a marca legalmente. Em especial, o Contrato de Licença de Uso de Marca estabelece que a perda do controle da Companhia pelas empresas do Grupo Abril resultará na resolução da licença de uso de marcas após um ano a contar da data da perda do controle. (para maiores informações sobre o Contrato de Licenciamento de Uso de Marca, vide item 16.2 deste Formulário de Referência).	Caso a Companhia não possa mais utilizar a marca, não é possível assegurar que terceiros, inclusive a Editora Abril, não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ABRIL EDUCAÇÃO (INPI 824774981)	Brasil	28/9/2020	Esta marca é de titularidade da Editora Abril, de modo que a Companhia a utiliza por meio do Contrato de Licença de Uso de Marca, firmado em 11 de agosto de 2010. Não obstante a titularidade da marca ser controlada pelos mesmos acionistas controladores da Companhia, referido contrato pode ser rescindido de comum acordo entre nós, a Editora Abril e os Investidores, resultando na impossibilidade da Companhia utilizar a marca legalmente. Em especial, o Contrato de Licença de Uso de Marca estabelece que a perda do controle da Companhia pelas empresas do Grupo Abril resultará na resolução da licença de uso de marcas após um ano a contar da data da perda do controle. (para maiores informações sobre o Contrato de Licenciamento de Uso de Marca, vide item 16.2 deste Formulário de Referência).	Caso a Companhia não possa mais utilizar a marca, não é possível assegurar que terceiros, inclusive a Editora Abril, não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ABRIL EDUCAÇÃO (INPI 824774884)	Brasil	19/5/2019	Esta marca é de titularidade da Editora Abril, de modo que a Companhia a utiliza por meio do Contrato de Licença de Uso de Marca, firmado em 11 de agosto de 2010. Não obstante a titularidade da marca ser controlada pelos mesmos acionistas controladores da Companhia, referido contrato pode ser rescindido de comum acordo entre nós, a Editora Abril e os Investidores, resultando na impossibilidade da Companhia utilizar a marca legalmente. Em especial, o Contrato de Licença de Uso de Marca estabelece que a perda do controle da Companhia pelas empresas do Grupo Abril resultará na resolução da licença de uso de marcas após um ano a contar da data da perda do controle. (para maiores informações sobre o Contrato de Licenciamento de Uso de Marca, vide item 16.2 deste Formulário de Referência).	Caso a Companhia não possa mais utilizar a marca, não é possível assegurar que terceiros, inclusive a Editora Abril, não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ABRIL EDUCAÇÃO (INPI 824774922)	Brasil	28/9/2020	Esta marca é de titularidade da Editora Abril, de modo que a Companhia a utiliza por meio do Contrato de Licença de Uso de Marca, firmado em 11 de agosto de 2010. Não obstante a titularidade da marca ser controlada pelos mesmos acionistas controladores da Companhia, referido contrato pode ser rescindido de comum acordo entre nós, a Editora Abril e os Investidores, resultando na impossibilidade da Companhia utilizar a marca legalmente. Em especial, o Contrato de Licença de Uso de Marca estabelece que a perda do controle da Companhia pelas empresas do Grupo Abril resultará na resolução da licença de uso de marcas após um ano a contar da data da perda do controle. (para maiores informações sobre o Contrato de Licenciamento de Uso de Marca, vide item 16.2 deste Formulário de Referência).	Caso a Companhia não possa mais utilizar a marca, não é possível assegurar que terceiros, inclusive a Editora Abril, não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.
Marcas	ÁTICA MULTIMÍDIA (INPI 819447072_	Brasil	6/4/2019	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ÁTICA MULTIMÍDIA (INPI 819447080)	Brasil	6/4/2019	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ÁTICA MULTIMÍDIA (INPI 819447099)	Brasil	7/5/2012	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ÁTICA MULTIMÍDIA (INPI 819530913)	Brasil	27/4/2019	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ÁTICA MULTIMÍDIA (INPI 821178377)	Brasil	26/11/2012	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ÁTICA MULTIMÍDIA (INPI 821178385)	Brasil	2/7/2012	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA ÁTICA (INPI 902831119)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ÁTICA EDUCADORES (INPI 903020521)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ÁTICA EDUCADORES (INPI 903020530)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 902831038)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	EDITORA SCIPIONE (INPI 902831062)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CASA DO PROFESSOR EDITORA SCIPIONE (INPI 814967477)	Brasil	27/8/2011	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	CASA DO PROFESSOR EDITORA SCIPIONE (INPI 814967493)	Brasil	1/10/2011	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CASA DO PROFESSOR EDITORA SCIPIONE (INPI 815097824)	Brasil	4/3/2012	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	CASA DO PROFESSOR EDITORA SCIPIONE (INPI 815097832)	Brasil	21/1/2012	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SCIPIONE CULTURAL (INPI 820138711)	Brasil	2/10/2011	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 819446084)	Brasil	6/4/2019	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 819446092)	Brasil	6/4/2019	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 819446106)	Brasil	6/4/2019	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 819776726)	Brasil	13/7/2019	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 820499005)	Brasil	31/10/2010	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 820499013)	Brasil	21/11/2010	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 820499021)	Brasil	30/9/2013	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 820499030)	Brasil	Marca ainda não registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 823051030)	Brasil	28/11/2016	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 823051048)	Brasil	28/11/2016	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	SCIPIONE INTERATIVA (INPI 823051056)	Brasil	28/11/2016	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ANGLO LATINO (INPI 006915574)	Brasil	25/02/2019	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ANGLO (INPI 817067787)	Brasil	08/02/2013	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ANGLO VESTIBULARES (INPI 822850788)	Brasil	10/10/2016	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ANGLO SISTEMA DE ENSINO (INPI 822850796)	Brasil	10/10/2016	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ANGLO DE SÃO PAULO (INPI 824576225)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ANGLO SÃO PAULO (INPI 824576233)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ANGLO BRASIL (INPI 824576241)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	NOVO ANGLO (INPI 902169254)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Marca figurativa registrada no INPI sob nº 006874479	Brasil	25/9/2019	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	Marca figurativa registrada no INPI sob nº 812303946	Brasil	06/10/2017	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ANGLO (INPI 007146370)	Brasil	10/05/2020	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ANGLO GRÁFICA E EDITORA (INPI 822879930)	Brasil	17/10/2016	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ANGLO LATINO (INPI 811180034)	Brasil	06/11/2014	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	ANGLO SISTEMA DE ENSINO (INPI 822879948)	Brasil	17/10/2016	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	ANGLO VESTIBULARES (INPI 822879956)	Brasil	17/10/2016	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	MODULADO ANGLO (INPI 827708416)	Brasil	11/12/2017	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	MODULANGLO (INPI 827708408)	Brasil	11/12/2017	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	NOVO ANGLO (INPI 902169750)	Brasil	Marca ainda não foi registrada	No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual. Adicionalmente, eventual indeferimento do pedido de registro da marca (seja pela via administrativa ou pela via judicial) acarretaria na não possibilidade de uso exclusivo da marca em território nacional.	A Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SIGA (INPI 824576250)	Brasil	10/07/2017	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.
Marcas	SIGA CONCURSOS (INPI 823494950)	Brasil	13/03/2017	No âmbito judicial, mesmo que a Companhia seja titular do registro de suas marcas e nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A Companhia não tem conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.	A eventual perda dos direitos sobre a marca pela Companhia (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre ela em território nacional. Em decorrência disso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marca idêntica ou semelhante para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	exercer atividade editorial; publicar, divulgar, distribuir pesquisar, desenvolver, produzir e comercializar livros, revistas, apostilas, sistemas de ensino e publicações em geral, produtos didáticos e para-didáticos; prestar serviços de apoio às instituições de ensino, educadores e estudantes; atuar no mercado de materiais artísticos, didáticos, de pintura, de papelaria e livrarias, em geral, bem como na prestação de serviços pertinentes a tais atividades e na comercialização de brinquedos em geral; importar todos os produtos e serviços supra especificados, assim como representar sociedade congênere, nacionais ou estrangeiras referentes àqueles produtos e serviços; prestar serviços de intermediação na venda de produtos; licenciar obras próprias e de terceiros; prestar serviços de administrativos financeiros e, administração de estoque em geral e serviços de distribuição; e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2011	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	01/04/2011	999,00
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A CAEP foi utilizada como sociedade veículo para as aquisições do Grupo pH e Grupo ETB, de modo que até 31 de maio de 2011, seu capital social era de apenas R$ 1,0 mil.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	exercer atividade editorial; publicar, divulgar, distribuir pesquisar, desenvolver, produzir e comercializar livros, revistas, apostilas, sistemas de ensino e publicações em geral, produtos didáticos e para-didáticos; prestar serviços de apoio às instituições de ensino, educadores e estudantes; atuar no mercado de materiais artísticos, didáticos, de pintura, de papelaria e livrarias, em geral, bem como na prestação de serviços pertinentes a tais atividades e na comercialização de brinquedos em geral; importar todos os produtos e serviços supra especificados, assim como representar sociedade congênere, nacionais ou estrangeiras referentes àqueles produtos e serviços; prestar serviços de intermediação na venda de produtos; licenciar obras próprias e de terceiros; prestar serviços de administrativos financeiros e, administração de estoque em geral e serviços de distribuição; e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2011	27,470000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2010	31,870000	0,000000	44.867,00	**Valor contábil**	31/12/2010	78.347.000,00
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilização e concretização das nossas atividades fins.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	exercer atividade editorial; publicar, divulgar, distribuir pesquisar, desenvolver, produzir e comercializar livros, revistas, apostilas, sistemas de ensino e publicações em geral, produtos didáticos e para-didáticos; prestar serviços de apoio às instituições de ensino, educadores e estudantes; atuar no mercado de materiais artísticos, didáticos, de pintura, de papelaria e livrarias, em geral, bem como na prestação de serviços pertinentes a tais atividades e na comercialização de brinquedos em geral; importar todos os produtos e serviços supra especificados, assim como representar sociedade congênere, nacionais ou estrangeiras referentes àqueles produtos e serviços; prestar serviços de intermediação na venda de produtos; licenciar obras próprias e de terceiros; prestar serviços de administrativos financeiros e, administração de estoque em geral e serviços de distribuição; e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2011	23,960000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2010	25,710000	0,000000	4.300,00	**Valor contábil**	31/12/2010	69.120.000,00
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilização e concretização das nossas atividades fins.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Gráfica e Editora Anglo S.A.	49.323.314/0001-14	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	a prestação de serviços educacionais, através da criação e manutenção de cursos preparatórios às escolas superiores, médias e profissionais, bem como, para concursos públicos e agenciamento de propaganda; a impressão, a composição, a fotolitografia, iconografia e a edição de livros, apostilas, revistas, revistas especializadas, cadernos, jornais, discos, fitas, CDs, CD-ROMS e similares, e outros materiais gravados; comércio, a produção, a reprodução, a distribuição, a importação e a exportação de livros, jornais, revistas, apostilas, papel, materiais didáticos e científicos, e recursos áudio visuais e similares; a comercialização e representação de materiais de escritório; materiais de armarinho; material de papelaria; e material promocional; atividades de banco de dados e distribuição on line de conteúdo eletrônico; participação no capital de outras sociedades como acionista ou sócia; e prestação de serviços de treinamento especializado para professores e gestores escolares, atividade	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/03/2011	48,570000	0,000000	0,00	Valor mercado		
31/12/2010	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	171.078.000,00
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Viabilização e concretização das nossas atividades fins.

9.2 - Outras informações relevantes

Em complementação ao item 9.1.b deste Formulário de Referência, informamos que somos titulares dos seguintes nomes de domínio:

Nome de Domínio	Território	Expiração
www.atica.com.br	Brasil	27 de junho de 2011
www.cursoanglo.com.br	Brasil	4 de junho de 2013
www.etb.com.br	Brasil	28 de agosto de 2011
www.ph.com.br	Brasil	10 de outubro de 2015
www.scipione.com.br	Brasil	8 de agosto de 2011
www.ser.com.br	Brasil	31 de agosto de 2011

No âmbito judicial, mesmo que sejamos titulares do registro dos nomes de domínio, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por sua parte ou de suas controladas desses direitos de propriedade intelectual.

A eventual perda dos direitos sobre o uso dos nomes de domínio por nós (seja por alienação ou por condenação judicial) acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre tais domínios em território nacional. Em decorrência disso, encontraríamos grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar nomes de domínio idênticos para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes.

Com relação ao nome de domínio www.abrileducacao.com.br, ressaltamos que tal nome de domínio e a marca “Abril Educação” são de titularidade da Editora Abril, de modo que utilizamos tal domínio por meio de Contrato de Licença de Uso de Marca, firmado em 11 de agosto de 2010. Não obstante a titular da marca ser controlada pelos mesmos acionistas controladores da Companhia, referido contrato pode ser rescindido entre nós, a Editora Abril e os Investidores, resultando na impossibilidade da Companhia utilizar a marca legalmente. Em especial, o contrato de licença de uso de marcas estabelece que a perda do controle da Companhia pelas empresas do Grupo Abril resultará na resolução da licença de uso de marcas após um ano a contar da data da perda do controle (para maiores informações sobre o Contrato de Licença de Uso de Marca, vide item 16.2 deste Formulário de Referência).

Caso não possamos mais utilizar a marca, não é possível assegurar que terceiros, inclusive a Editora Abril, não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de nenhum procedimento relativo à violação por nossa parte desses direitos de propriedade intelectual.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas anuais em conformidade com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM ("CPCs") e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (International Accounting Standards Board – "IASB"). Aplicamos os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. Com a adoção dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC que alteraram as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, para fins de apresentação das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram efetuados ajustes retroativos às informações comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009. Dessa forma, os saldos e informações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 apresentados como informações comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são diferentes daquelas anteriormente apresentadas nas nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Assim, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 007/2011, e para evitar a comparação de números que estão em padrões contábeis diferentes, deixamos de preencher as colunas relativas ao exercício de 2008 nesta seção 10.

Somos uma companhia dedicada à educação básica e pré-universitária. Estimamos ser umas das maiores companhias de educação básica no Brasil em termos de receita. Seremos a primeira empresa listada com foco no segmento de formação básica e pré-universitária, o maior do mercado de educação do País em número de alunos, de acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Estimamos que cerca de 71,0% dos alunos e mais de 63,0% das escolas de nível básico do País utilizaram nossos serviços ou materiais didáticos em 2010. Possuímos marcas reconhecidas nos principais segmentos onde atuamos. Nossos negócios tem fontes de receita diversificadas, são complementares, sinérgicos e capazes de atender todas as necessidades de conteúdo e serviços do ciclo educacional básico e pré-universitário.

Nossa Diretoria acredita que apresentamos condições financeiras e patrimoniais satisfatórias para implementar o nosso plano de negócios e cumprir as nossas obrigações de curto e médio prazo. O nosso capital de giro atual é suficiente para as nossas necessidades e os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos e linhas de crédito junto a instituições financeiras de primeira linha, permitem financiar nossas atividades e satisfazer nossa necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

Crescemos constantemente nos últimos dois anos, por meio da combinação de crescimento orgânico e aquisições.

Como parte de nossa estratégia de diversificação dos nossos segmentos de atuação no âmbito da educação básica e pré-universitária, em 6 de julho de 2010 adquirimos a totalidade do Anglo, com o que incorporamos ao nosso portfólio o sistema de ensino da marca Anglo e seus cursos pré-vestibulares e preparatórios para concursos públicos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 contamos com R$67,7 milhões de receita líquida advinda diretamente das operações do Anglo referente ao período de 7 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Em abril de 2011, passamos a atuar em escolas próprias de ensino fundamental e ensino médio, por meio da aquisição do PH no Rio de Janeiro. O PH é um dos mais tradicionais colégios do Rio de Janeiro, com nove unidades e mais de 6.600 alunos em 31 de março de 2011, no Rio de Janeiro e Niterói, e que possui uma marca forte e equipe de ótimo nível.

Ainda em abril de 2011, adquirimos o ETB, iniciando nossas atividades no segmento de escolas técnicas e cursos profissionalizantes. O ETB possui unidades localizadas nas cidades de Jundiaí, Osasco, Piracicaba e Sorocaba.

As aquisições do PH e do ETB foram realizadas com caixa gerado por meio de nossas operações. Esperamos que esses dois negócios recentemente adquiridos gerem um impacto positivo em nossos resultados operacionais nos próximos trimestres.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir contém alguns de nossos principais indicadores financeiros para os períodos indicados:

Indicadores financeiros

	Trimestre findo em 31 de março de		Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2011	2010	2010	2009
	(em milhões de reais, exceto se de outra forma indicado)			
Receita líquida	203,8	105,4	512,2	366,0
Custos dos produtos e serviços	(60,0)	(36,5)	(231,5)	(157,0)
Lucro Bruto	**143,8**	**68,9**	**280,6**	**209,0**
Despesas com vendas	(48,0)	(31,2)	(159,3)	(111,5)
Despesas gerais e administrativas	(19,5)	(7,5)	(56,6)	(27,5)
Outras receitas (despesas), líquidas	0,3	(0,2)	(2,7)	(0,2)
Resultado decorrente da adesão ao Refis IV	–	–	–	(11,9)
Lucro operacional	**76,6**	**29,9**	**62,0**	**57,9**
Receitas financeiras	8,2	3,0	23,2	18,4
Despesas financeiras	(20,5)	(3,2)	(52,1)	(13,6)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**64,3**	**29,8**	**33,1**	**62,7**
Imposto de renda e contribuição social	(21,5)	(5,4)	(18,7)	(23,7)
Lucro líquido do exercício	**42,8**	**24,4**	**14,4**	**39,0**

Os nossos Diretores possuem o entendimento de que os principais índices para avaliação de nossa liquidez e de nosso endividamento, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e no trimestre findo em 31 de março de 2011 são os apresentados abaixo:

	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009
Índice de liquidez corrente[(1)]	3,06	2,87	2,15
Índice de liquidez seca[(2)]	2,27	2,05	1,27
Indicador de endividamento:			
Dívida líquida[(3)] / EBITDA	3,60	4,23	1,01

(1) Para o cálculo do índice de liquidez corrente, divide-se o Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.
(2) Para o cálculo do índice de liquidez seca, subtrai-se do Ativo Circulante o montante do Estoque e das Despesas Antecipadas e divide-se o resultado de tal operação pelo Passivo Circulante.
(3) Para o cálculo da dívida líquida, soma-se os Empréstimos e Financiamentos de Curto e Longo Prazo com as Contas a Pagar por Aquisição de Participações Societárias e subtrai-se o resultado de tal operação pelo resultado da soma do Caixa com os Equivalentes de Caixa.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate:

Em 31 de março de 2011, o nosso patrimônio líquido totalizava R$581,3 milhões e nosso endividamento líquido era de R$352,5 milhões. Entre 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010, o nosso patrimônio líquido aumentou de R$202,2 milhões para R$548,7 milhões, enquanto o nosso endividamento líquido passou de R$86,5 milhões para R$434,0 milhões. O aumento do endividamento líquido de 2009 para 2010 deveu-se à nossa decisão de acelerar nosso crescimento naquele período e maximizar o valor para os nossos acionistas, a qual foi financiada em sua maior parte por capital de terceiros. Nosso endividamento é denominado exclusivamente em reais.

A tabela abaixo ilustra a evolução da nossa estrutura de capital:

	Em 31 de março de 2011	Em 31 de dezembro de	
		2010	2009
	(em milhões de reais, exceto se de outra forma indicado)		
Endividamento bruto[(1)(A)]	661,0	645,2	103,7
Total de caixa e equivalentes de caixa[(B)]	308,5	211,2	17,2
Endividamento líquido[(A) – (B)]	**352,5**	**434,0**	**86,5**
Patrimônio líquido	**581,3**	**548,7**	**202,2**

(1) Inclui empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e contas a pagar por aquisição de participação societária.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

i. hipóteses de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, além das previstas na Lei das Sociedades por Ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há hipóteses de resgate de ações de nossa emissão, bem como fórmula de cálculo.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Cumprimos com todas as nossas obrigações financeiras até a data deste Formulário de Referência, bem como mantivemos assiduidade nos pagamentos desses compromissos.

Caso seja necessário contrair empréstimos para financiar nossas atividades, investimentos e aquisições, acreditamos ser capazes de contratá-los no mercado em condições atrativas.

Cada um dos nossos segmentos apresenta prazos de recebimento de receita e pagamento diferenciados, que impactam nosso ciclo operacional e financeiro. Em Editoras, os recebimentos de receita estão concentrados no primeiro e no quarto trimestres de cada ano. Nossa principal matéria prima nesse segmento é o papel e, assim, procuramos negociar com os nossos fornecedores nacionais prazos longos de pagamento, para alinhar os prazos de pagamento com os de recebimento de receita. Os demais pagamentos ocorrem de forma regular ao longo do ano.

No Anglo, grande parte das receitas dos sistemas de ensino são recebidas mensalmente entre fevereiro e outubro, enquanto as vendas decorrentes de cursos tem caráter de recebimento antecipado em relação à efetiva prestação dos serviços, financiando eventuais necessidades de capital de giro oriundas das vendas de sistemas de ensino.

Em 31 de março de 2011, nosso endividamento líquido era de R$352,5 milhões, equivalente a um endividamento bruto total de R$661,0 milhões, líquido de caixa e equivalentes de caixa de R$308,5 milhões. Do total da nossa dívida, 85,4% correspondiam a dívidas de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2010, nosso endividamento líquido era de R$434,0 milhões, equivalente a um endividamento bruto total de R$645,2 milhões, líquido de caixa e equivalentes de caixa de R$211,2 milhões. Do total da nossa dívida, 87,1% correspondiam a dívidas de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2009, nosso endividamento líquido era de R$86,5 milhões, equivalente a um endividamento bruto total de R$103,7 milhões, líquido de caixa e equivalentes de caixa de R$17,2 milhões. Do total da nossa dívida, 43,0% correspondiam a dívidas de longo prazo.

Nossas necessidades de recursos referem-se a: (i) capital de giro; (ii) investimentos; e (iii) pagamento de serviços de dívidas financeiras. Nossas principais fontes de recursos são: (i) a geração de caixa por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos bancários de longo prazo. Em 2010, também nos utilizamos de aportes de acionistas para fazer frente às aquisições que realizamos.

A nossa geração de caixa operacional medida pelo EBITDA foi de R$97,8 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011, de R$39,7 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010, de R$102,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e de R$85,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Para maiores esclarecimentos sobre o EBITDA, ver seção 3.2 deste Formulário de Referência.

Adquirimos o Anglo em 6 de julho de 2010, tendo sido a aquisição parcialmente financiada com dívida no valor de aproximadamente R$517,4 milhões, que inclui debêntures emitidas no valor de R$264,8 milhões e R$252,6 milhões mediante parcelamento com juros perante os vendedores do Anglo. Como resultado dessa aquisição, em 31 de dezembro de 2010, nossos índices de cobertura de dívida e despesa financeira contemplavam um saldo de dívida majorado, enquanto que a nossa demonstração de resultados do exercício findo em 31 de dezembro 2010 contemplava receitas e despesas decorrentes das operações do Anglo somente para o período de 7 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Nossa principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes é a nossa geração própria de caixa operacional. Também utilizamos linhas de crédito de bancos e operações de mercado de capitais como alternativas de financiamento. Para maiores informações acerca dos nossos contratos financeiros e do nosso endividamento, vide seção 10.1(f) deste Formulário de Referência.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Nossa Diretoria acredita que nossa geração de caixa operacional é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no curto prazo, acreditamos poder ter acesso a linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no País.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, tais como (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário:

Nossa Diretoria acredita que nossa geração de caixa operacional garante nossa capacidade de pagamento da nossa dívida. Havendo eventuais necessidades de caixa no curto prazo, acreditamos poder ter acesso a linhas de crédito nos principais bancos comerciais de primeira linha atuantes no País.

Endividamento Bancário

Em 31 de março de 2011, nossos contratos de empréstimo e financiamento somavam R$661,0 milhões, sendo que R$96,5 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R$564,5 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2010, nossos contratos de empréstimo e financiamento somavam R$645,2 milhões, sendo que R$83,2 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R$562,0 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2009, nossos contratos de empréstimo e financiamento somavam R$103,7 milhões, sendo que R$59,1 milhões representavam empréstimos de curto prazo e R$44,6 milhões correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Contraímos dívidas bancárias de longo prazo com o intuito de financiar as nossas aquisições, investimentos e atividades operacionais, assim como para adequar a nossa estrutura de capital aos níveis que a nossa Diretoria acredita serem adequados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo apresenta a composição do nosso endividamento nas datas indicadas.

Consolidado

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Em 31 de dezembro de 2010	Em 31 de dezembro de 2009	Em 31 de março de 2011
		(em milhões de R$, exceto se de outra forma indicado)		
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado:				
Debêntures colocadas (moeda nacional)	Juros de CDI + 2% ao ano	270,8	0,0	279,3
Aquisição de Participação Societária[1]	Juros de CDI	262,9	0,0	269,9
		533,7	0,0	**549,2**
Empréstimos para capital de giro:				
Empréstimos bancários[2]	Juros de CDI + 2% ao ano	79,0	78,0	81,1
BNDES – FINAME[3]	TJLP + 4,17 % ao ano	32,5	25,7	30,7
		111,5	**103,7**	**111,8**
Total				
Desmembramento:				
Passivo circulante		83,2	59,1	96,5
Passivo não circulante		562,0	44,6	564,5

(1) Parcelamento do pagamento do preço de aquisição do Anglo com vendedores: Emílio Gabriades (e Maria Lourdes Alves Gabriades), Guilherme Faiguenboim (e Paulina Zilberg Faiguenboim) e Irene Faiguenboim (e Jorge Zaverucha).
(2) Empréstimos com Itaú BBA.
(3) FINAME é uma modalidade de financiamento do BNDES e significa Financiamento de Máquinas e Equipamentos.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da nossa dívida, conforme apurado em 31 de março de 2011:

Tipo de Dívida	Em 31 de março de 2011				
	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
	(em milhões de reais)				
Garantia real	82,0	401,0	66,2	–	549,2
Garantia flutuante	4,8	50,9	25,4	–	81,1
Quirografária	9,7	20,0	1,0	–	30,7
Total	**96,5**	**471,9**	**92,7**	–	**661,0**

Contratos Financeiros

A seguir apresentamos uma breve descrição dos principais termos e condições dos contratos de empréstimo bancário celebrados com nossos principais credores, que estavam vigentes em 31 de março de 2011.

Itaú BBA

Cédula de Crédito Bancário. Em 01 de março de 2004, a Ática em conjunto com a Scipione emitiram em favor do Banco Itaú BBA uma cédula de crédito bancário ("CCB") no valor de R$220,0 milhões, sobre o qual incide taxa de juros fixa de CDI + 2,0% a a.

Esta CCB é garantida exclusivamente por aval nosso e da Ativic, sociedade detida pelos nossos Acionistas Controladores, bem como por cessão de recebíveis correspondente à 100% do saldo devedor.

O valor residual do principal em 31 de março de 2011 é de R$45,0 milhões e deverá ser amortizado em seis iguais, semestrais, a partir de 03 de abril de 2013, com vencimento final em 06 de outubro de 2015. No caso de atraso no pagamento será cobrada comissão de permanência, correspondente à taxa média cobrada nas operações ativas praticada no mercado financeiro, conforme critérios divulgados pelo Banco Central aplicada sobre o saldo devedor, além de juros moratórios de 1,0% e multa não indenizatória de 2,0% sobre o saldo devedor.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Essa CCB estabelece como limite de alavancagem a relação entre Dívida Líquida e EBITDA de no máximo (a) 6,2x para 2010; (b) 4,0x para 2011; (c) 3,5x para 2012; e (d) 3,0x a partir de 2013, sendo que Dívida Líquida significa “o somatório sem duplicação, de (i) todo o nosso endividamento bancário, (ii) todas as nossas obrigações nos termos de arrendamentos mercantis, (iii) todas as obrigações decorrentes de pagamento parcelado relativo à aquisição de negócios, (iv) todas as garantias de dívidas de terceiros, e (v) todas as dívidas tributárias, subtraído de tal somatório o valor de nossas disponibilidades, não se considerando o endividamento proveniente de dívidas tributárias da Ática e da Scipione constantes do programa de parcelamento REFIS IV”.

Com relação ao limite de cobertura de juros, a relação entre EBITDA e Despesas Financeiras desta CCB (excetuada variação cambial positiva ou negativa) de, no mínimo (a) 1,0x para 2010; (b) 1,5x para 2011; (c) 2,0x para 2012; e (d) 2,5x a partir de 2013, sendo que Despesas Financeiras significa “o somatório de despesas de juros, comissões e impostos referentes a (i) empréstimos, financiamentos e debêntures, (ii) todas as obrigações nos termos de arrendamentos mercantis e (iii) todas as obrigações bancárias decorrentes de pagamento parcelados relativos a aquisição de negócios, (iv) todas as dívidas tributárias, não se considerando o endividamento proveniente de dívidas tributárias da Editora Ática e da Editora Scipione constantes do programa de parcelamento REFIS IV”.

Para o cálculo dos indicadores, considera-se EBITDA como sendo “o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses”.

Além dos limites de alavancagem e cobertura de juros, esta CCB poderá ser declarada vencida antecipadamente se: (i) as empresas incorrerem em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação por ela assumida na CCB, bem como em outros contratos celebrados por elas com o Itau BBA ou qualquer outra empresa ligada/coligada/controlada e/ou controladora de forma direta ou indireta; (ii) qualquer das empresas não cumpra qualquer de suas obrigações assumidas na CCB, inclusive aquelas referentes à utilização dos recursos relativos ao empréstimos com o Itaú BBA;(iii) verificar-se que qualquer das declarações prestadas na CCB sejam falsas ou incompletas; (iv) qualquer uma das emitentes ou avalistas sofra procedimento judicial ou extrajudicial que afete qualquer das garantias prestadas; (v) qualquer das emitentes ou avalistas impetre concordata, requeira falência ou insolvência civil requerida ou decretada; bem como haja propositura pelas emitentes ou avalistas de plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (vi) haja a deterioração ou perecimento, total ou parcial, de qualquer dos bens dados em garantia, ou caso esse se tornem inúteis, inábeis ou impróprios para garantir as obrigações decorrentes da CCB, e tal garantia não seja substituída; (vii) haja qualquer modalidade de fusão, cisão, incorporação ou dissolução das empresas ou das avalistas sem prévio e expresso consentimento do Itaú BBA, exceto se atendidas cumulativamente as seguintes condições (i) se a operação envolver somente sociedades controladas, direta ou indiretamente pela Ativic; (ii) se a sociedade após operação ou dela resultante apresentar (a) o indicador financeiro correspondente à razão entre Patrimônio Líquido e Ativos Totais e (b) o indicador financeiro correspondente à razão entre EBITDA e Passivos Totais iguais ou melhores que aqueles apresentados pela sociedade original antes da operação (iii) se inexistirem passivos ocultos na sociedade ou ativo objeto da reorganização societária, e (iv) se a totalidade das ações ou quotas representativas do capital social da sociedade resultante for previamente alienada fiduciariamente ao Itau BBA. (vii) haja fusão, cisão incorporação de sociedades, ativos ou ações, ou qualquer outro processo de reestruturação societária ou, ainda dissolução da Ativic, sem prévio e expresso consentimento do Itaú BBA, exceto: (i) operações de fusão, cisão, incorporação ou outro processo de reestruturação societária que envolva somente empresas controladas direta ou indiretamente pela Ativic; e (ii) operações que não possam afetar negativamente a situação econômico – financeira da Ativic, ou a capacidade desta de suportar as responsabilidades previstas na CCB; (ix) qualquer das devedoras ou avalistas pratique ato ou atividade que não esteja conforme seu atual objeto societário, incluindo a participação em outra sociedade, já existente ou que venha a ser criada; (x) haja protesto legítimo de títulos, contra qualquer das empresas que afete as garantias prestadas; (xi) ocorra qualquer das hipóteses previstas em lei; (xii) ocorrer vencimento antecipado da CCB n° 100107080040000; (xii) houver alteração no controle efetivo, direto ou indireto das empresas ou avalistas; (xiii) se as empresas locarem, arrendarem, ou transferirem sob qualquer título seus bens, ativos ou propriedades relevantes; (xiv) se qualquer das empresas celebrar mútuo, realizar adiantamentos ou efetuar qualquer operação de crédito ou com efeito similar à concessão de crédito (como credora ou devedora), com sociedades controladoras, controladas, coligadas, afiliadas ou sob controle comum, direto e indireto, sem a prévia e expressa autorização do Itaú BBA, exceto as seguintes operações firmadas com referidas pessoas em bases comutativas (“arm´s length”): (i) mútuo ativo (posição de credora), com valor bruto agregado, a qualquer tempo, inferior a R$10 milhões, considerando o somatório das operações de cada uma das empresas; e (ii) mútuo passivo (posição de devedora), sem limite de valor, desde que os juros praticados não sejam superiores aos desta cédula; (xv) se houver mudança no estado econômico-financeiro das empresas e/ou avalistas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Cédula de Crédito Bancário. Em 30 de agosto de 2007, a Ática em conjunto com a Scipione emitiram em favor do Banco Itaú BBA uma CCB no valor de R$50,0 milhões, sobre o qual incide taxa de juros fixa de CDI + 2,0% a a.

Esta CCB é garantida exclusivamente por aval nosso e da Ativic, bem como por cessão de recebíveis correspondente à 100% do saldo devedor.

O valor residual do principal em 31 de março de 2011 é de R$31,3 milhões e deverá ser amortizado em seis parcelas iguais a partir de 03 de abril de 2013, sendo a última em 06 de outubro de 2015. No caso de atraso no pagamento será cobrada comissão de permanência, correspondente à taxa média cobrada nas operações ativas praticada no mercado financeiro, conforme critérios divulgados pelo Banco Central aplicada sobre o saldo devedor, além de juros moratórios de 1% e multa não indenizatória de 2% sobre o saldo devedor.

Essa CCB estabelece como limite de alavancagem a relação entre Dívida Líquida e EBITDA de no máximo (a) 6,2x para 2010; (b) 4,0x para 2011; (c) 3,5x para 2012; e (d) 3,0x a partir de 2013, sendo que Dívida Líquida significa “o somatório sem duplicação, de (i) todo o nosso endividamento bancário, (ii) todas as nossas obrigações nos termos de arrendamentos mercantis, (iii) todas as obrigações decorrentes de pagamento parcelado relativo à aquisição de negócios, (iv) todas as garantias de dívidas de terceiros, e (v) todas as dívidas tributárias, subtraído de tal somatório o valor de nossas disponibilidades, não se considerando o endividamento proveniente de dívidas tributárias da Editora Ática e da Editora Scipione constantes do programa de parcelamento REFIS IV”.

Com relação ao limite de cobertura de juros, a relação entre EBITDA e Despesas Financeiras desta CCB (excetuada variação cambial positiva ou negativa) de, no mínimo (a) 1,0x para 2010; (b) 1,5x para 2011; (c) 2,0x para 2012; e (d) 2,5x a partir de 2013, sendo que Despesas Financeiras significa “o somatório de despesas de juros, comissões e impostos referentes a (i) empréstimos, financiamentos e debêntures, (ii) todas as obrigações nos termos de arrendamentos mercantis e (iii) todas as obrigações bancárias decorrentes de pagamento parcelados relativos a aquisição de negócios, (iv) todas as dívidas tributárias, não se considerando o endividamento proveniente de dívidas tributárias da Editora Ática e da Editora Scipione constantes do programa de parcelamento REFIS IV”.

Para o cálculo dos indicadores, considera-se EBITDA como sendo “o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses”.

Além dos limites de alavancagem e cobertura de juros, esta CCB poderá ser declarada vencida antecipadamente se: (i) as empresas incorrerem em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação por ela assumida na CCB, bem como em outros contratos celebrados por elas com o Itau BBA ou qualquer outra empresa ligada/coligada/controlada e/ou controladora de forma direta ou indireta; (ii) qualquer das empresas não cumpra qualquer de suas obrigações assumidas na CCB, inclusive aquelas referentes à utilização dos recursos relativos ao empréstimos com o Itaú BBA;(iii) verificar-se que qualquer das declarações prestadas na CCB sejam falsas ou incompletas; (iv) qualquer uma das emitentes ou avalistas sofra procedimento judicial ou extrajudicial que afete qualquer das garantias prestadas; (v) qualquer das emitentes ou avalistas impetre concordata, requeira falência ou insolvência civil requerida ou decretada; bem como haja propositura pelas emitentes ou avalistas de plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (vi) haja a deterioração ou perecimento, total ou parcial, de qualquer dos bens dados em garantia, ou caso esse se tornem inúteis, inábeis ou impróprios para garantir as obrigações decorrentes da CCB, e tal garantia não seja substituída; (vii) haja qualquer modalidade de fusão, cisão, incorporação ou dissolução das empresas ou das avalistas sem prévio e expresso consentimento do Itaú BBA, exceto se atendidas cumulativamente as seguintes condições (i) se a operação envolver somente sociedades controladas, direta ou indiretamente pela Ativic; (ii) se a sociedade após operação ou dela resultante apresentar (a) o indicador financeiro correspondente à razão entre Patrimônio Líquido e Ativos Totais e (b) o indicador financeiro correspondente à razão entre EBITDA e Passivos Totais iguais ou melhores que aqueles apresentados pela sociedade original antes da operação (iii) se inexistirem passivos ocultos na sociedade ou ativo objeto da reorganização societária, e (iv) se a totalidade das ações ou quotas representativas do capital social da sociedade resultante for previamente alienada fiduciariamente ao Itau BBA. (vii) haja fusão, cisão incorporação de sociedades, ativos ou ações, ou qualquer outro processo de reestruturação societária ou, ainda dissolução da Ativic, sem prévio e expresso consentimento do Itaú BBA, exceto: (i) operações de fusão, cisão, incorporação ou outro processo de reestruturação societária que envolva somente empresas controladas direta ou indiretamente pela Ativic; e (ii) operações que não possam afetar negativamente a situação econômico –financeira da Ativic, ou a capacidade desta de suportar as responsabilidades previstas na

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

CCB; (ix) qualquer das devedoras ou avalistas pratique ato ou atividade que não esteja conforme seu atual objeto societário, incluindo a participação em outra sociedade, já existente ou que venha a ser criada; (x) haja protesto legítimo de títulos, contra qualquer das empresas que afete as garantias prestadas; (xi) ocorra qualquer das hipóteses previstas em lei; (xii) ocorrer vencimento antecipado da CCB n° 044.308.2799; (xii) houver alteração no controle efetivo, direto ou indireto das empresas ou avalistas; (xiii) se as empresas locarem, arrendarem, ou transferirem sob qualquer título seus bens, ativos ou propriedades relevantes; (xiv) se qualquer das empresas celebrar mútuo, realizar adiantamentos ou efetuar qualquer operação de crédito ou com efeito similar à concessão de crédito (como credora ou devedora), com sociedades controladoras, controladas, coligadas, afiliadas ou sob controle comum, direto e indireto, sem a prévia e expressa autorização do Itaú BBA, exceto as seguintes operações firmadas com referidas pessoas em bases comutativas (“arm´s length”): (i) mútuo ativo (posição de credora), com valor bruto agregado, a qualquer tempo, inferior a R$10 milhões, considerando o somatório das operações de cada uma das empresas; e (ii) mútuo passivo (posição de devedora), sem limite de valor, desde que os juros praticados não sejam superiores aos desta cédula; (xv) se houver mudança no estado econômico-financeiro das empresas e/ou avalistas.

Cédula de Crédito Bancário via BNDES. Em 24 de maio de 2010, a Scipione emitiu em favor do Banco Itaú BBA uma CCB via BNDES no valor de R$10,0 milhões, sobre o qual incide taxa de juros anual de 4,8% acima da taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), para a parcela de R$8,0 milhões, e de 7,86% acima da variação da cesta de moedas, para a parcela de R$2,0 milhões.

O contrato é garantido pelo aval de Ativic.

O valor principal deverá ser amortizado em 48 parcelas mensais de igual valor, sendo a última em 15 de junho de 2015. No caso de atraso caberá multa de 2,0% sobre a parcela em inadimplemento, mais 1,0% sobre o saldo devedor, a título de multa não remuneratória.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido na hipótese de não-comprovação física e/ou financeira da realização do projeto objeto da colaboração financeira, assim como de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista na CCB.

Cédula de Crédito Bancário via BNDES. Em 24 de maio de 2010, a Ática emitiu em favor do Banco Itaú BBA uma CCB via BNDES no valor de R$10,0 milhões, sobre o qual incide taxa de juros anual de 4,8% acima da TJLP, para a parcela de R$8,0 milhões, e de 7,86% acima da variação da cesta de moedas, para a parcela de R$2,0 milhões.

O contrato é garantido pelo aval de Ativic.

O valor principal deverá ser amortizado em 48 parcelas mensais de igual valor, sendo a última em 15 de junho de 2015. No caso de atraso caberá multa de 2,0% sobre a parcela em inadimplemento, mais 1,0% sobre o saldo devedor, a título de multa não remuneratória.

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido na hipótese de não-comprovação física e/ou financeira da realização do projeto objeto da colaboração financeira, assim como de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista na CCB.

Unibanco

BNDES AUTOMÁTICO. Em 25 de setembro de 2008, a Ática contratou com o Unibanco um financiamento via BNDES AUTOMÁTICO no valor de R$10,0 milhões, sobre o qual incide taxa de juros anual de 3,7% acima da TJLP para a parcela de R$9,0 milhões e 3,7% acima da variação da cesta de moedas para a parcela de R$1,0 milhão.

O contrato é garantido exclusivamente pelo aval da Ativic.

O valor principal deverá ser amortizado em 48 parcelas mensais de igual valor, sendo a última em 15 de outubro de 2013. No caso de atraso caberá multa de 2,0% sobre a parcela em inadimplemento, mais 1,0% sobre o saldo devedor, a título de multa não remuneratória.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O contrato poderá ser declarado vencido antecipadamente se ocorrer: (i) qualquer das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "Disposições aplicáveis aos contratos do BNDES"; (ii) a aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da informada; (iii) se a empresa sofrer qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, ou diminuição do seu patrimônio, que, a critério do banco comprometa o cumprimento de suas obrigações ou das garantias constituídas; (iv) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social empresa ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras e/ou das garantias constituídas; (v) fusão, cisão, dissolução, incorporação de sociedade, ativos ou ações, alteração no controle efetivo, direto ou indireto da empresa, ou qualquer outro processo de reestruturação societária da empresa sofrer modificação após a contratação da presente operação sem a prévia anuência do banco e do BNDES; (vi) se qualquer declaração falsa ou imprecisa for prestada ou qualquer documento falso for apresentado pela empresa ou por qualquer dos seus garantidores; (vii) propositura de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores ou requerimento de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores ou requerimento de recuperação judicial da empresa; (viii)caso a empresa requeira falência ou tenha sua falência ou insolvência civil requerida ou decretada ou esteja sujeita a qualquer forma de concurso de credores; (ix) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela empresa, suas controladas, controladoras ou coligadas, junto ao banco ou qualquer controlada ou coligada dele, advindas de quaisquer contratos, termos ou compromissos; (x) qualquer fato ou circunstancia que implique, a exclusivo critério do banco, deterioração significativa do nível de risco de crédito da empresa.

Cédula de Crédito Bancário via BNDES. Em 17 de outubro de 2008 a Scipione emitiu em favor do Unibanco uma CCB via BNDES no valor de R$10,0 milhões, sobre o qual incide taxa de juros anual de 3,7% acima da TJLP para a parcela de R$9,0 milhões e 3,7% acima da variação da cesta de moedas para a parcela de R$1,0 milhão.

O contrato é garantido exclusivamente pelo aval de Ativic.

O valor principal deverá ser amortizado em 48 parcelas mensais de igual valor, sendo a última em 15 de novembro de 2013. No caso de atraso caberá multa de 2,0% sobre a parcela em inadimplemento, mais 1,0% sobre o saldo devedor, a título de multa não remuneratória.

O contrato poderá ser declarado vencido antecipadamente se ocorrer: (i) qualquer das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "Disposições aplicáveis aos contratos do BNDES"; (ii) a aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da informada; (iii) se a empresa sofrer qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, ou diminuição do seu patrimônio, que, a critério do banco comprometa o cumprimento de suas obrigações ou das garantias constituídas; (iv) inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social empresa ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras e/ou das garantias constituídas; (v) fusão, cisão, dissolução, incorporação de sociedade, ativos ou ações, alteração no controle efetivo, direto ou indireto da empresa, ou qualquer outro processo de reestruturação societária da empresa sofrer modificação após a contratação da presente operação sem a prévia anuência do banco e do BNDES; (vi) se qualquer declaração falsa ou imprecisa for prestada ou qualquer documento falso for apresentado pela empresa ou por qualquer dos seus garantidores; (vii) propositura de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores ou requerimento de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores ou requerimento de recuperação judicial da empresa; (viii)caso a empresa requeira falência ou tenha sua falência ou insolvência civil requerida ou decretada ou esteja sujeita a qualquer forma de concurso de credores; (ix) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária assumida pela empresa, suas controladas, controladoras ou coligadas, junto ao banco ou qualquer controlada ou coligada dele, advindas de quaisquer contratos, termos ou compromissos; (x) qualquer fato ou circunstancia que implique, a exclusivo critério do banco, deterioração significativa do nível de risco de crédito da empresa.

Banco ABC Brasil

FINAME-BNDES. Em 15 de abril de 2007 a Ática emitiu contratou com o Banco ABC Brasil um financiamento via BNDES-FINAME no valor de R$10,0 milhões, sobre o qual incide taxa de juros anual de 7,39% acima da TJLP para a parcela de R$9,0 milhões e 6,89% acima da variação da cesta de moedas para a parcela de R$1,0 milhão.

O contrato é garantido por nota promissória emitida pela própria Ática, no valor de R$13,0 milhões, e por aval da Ativic.

O valor principal deverá ser amortizado em 54 parcelas mensais de igual valor, sendo a última em 15 de maio de 2012. No caso de atraso em alguma parcela, caberá multa de 10% sobre o saldo devedor.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O contrato poderá ser declarado antecipadamente vencido sem prejuízo das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das “Disposições Aplicáveis aos Contratos de BNDES” e da comunicação ao Ministério Público, para os efeitos da Lei n° 7.492, na hipótese de não realização do projeto objeto da colaboração financeira, assim como de aplicação de recursos concedidos em finalidade diversa da proposta.

No melhor entendimento da nossa Administração, até a data deste Formulário de Referência, os nossos limites de alavancagem e de cobertura de juros, assim como eventuais restrições contratuais impostas a nós no âmbito dos nossos contratos financeiros, estão sendo estritamente cumpridos.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Não aplicável aos nossos contratos de financiamento.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2010 e 2009 e aos períodos findos nessas datas, e as informações financeiras consolidadas relativas a 31 de março de 2011 e 2010 e aos períodos de três meses findos nessas datas, as quais foram elaboradas de acordo com o IFRS, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos de 31 de dezembro de 2010 e 2009 e aos períodos findos nessas datas, e as informações financeiras consolidadas relativas a 31 de março de 2011 e 2010 e aos trimestres nessas datas foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e o Parecer dos Auditores Independentes possui parágrafo de ênfase quanto à preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No nosso caso, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria a custo ou valor justo.

As nossas informações financeiras consolidadas relativas ao trimestre findos em 31 de março de 2010 foram revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

De acordo com a nota explicativa n° 23 de nossas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2011 e 2010, as linhas de nossa demonstração de resultado são segmentadas entre Ática e Scipione (“Editoras”), Anglo e Outros. Em “Editoras” estão inclusos os resultados oriundos da venda de livros didáticos e paradidáticos por meio da Ática e da Scipione, bem como os resultados oriundos do fornecimento de materiais didáticos e prestação de serviços relativos ao Sistema de Ensino SER, tendo em vista que o SER é fornecido pela Ática. Em “Anglo” estão inclusos os resultados oriundos do fornecimento e da prestação de serviços relativos ao Sistema de Ensino Anglo, bem como os resultados dos cursos pré-vestibulares e para concursos públicos. Em “Outros” estão inclusas receitas e despesas relativas à própria Companhia, bem como à Greentree Educacional S.A., sociedade incorporada pelo Anglo em 2010.

Com a aquisição do PH e do ETB em abril de 2011, passamos a auferir receitas decorrentes de serviços educacionais prestados por nossas escolas de ensino básico, cursos pré-vestibular, escolas técnicas e cursos profissionalizantes. Tendo em vista as recentes aquisições que realizamos e a conseqüente adição de novas linhas de negócios que se encontram em processo de integração aos nossos negócios, nossa Diretoria está reavaliando a forma de segmentação dos nossos negócios para apresentação em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Trimestre findo em 31 de março de 2011 comparado ao trimestre findo em 31 de março de 2010.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos indicados

Demonstração do Resultado Consolidado

	Para os trimestres findos em 31 de março de				
	2011		2010		2011/2010
		AV %		AV %	AH%
	(em milhões de reais)				
Receita líquida	203,8	100,0%	105,4	100,0%	93,4%
Custos dos produtos e serviços	(60,0)	-29,4%	(36,5)	-34,7%	64,2%
LUCRO BRUTO	143,8	70,6%	68,9	65,3%	108,9%
Despesas com vendas	(48,0)	-23,6%	(31,2)	-29,6%	54,0%
Despesas gerais e administrativas	(19,5)	-9,5%	(7,5)	-7,1%	158,7%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	0,3	0,1%	(0,2)	-0,2%	-247,5%
LUCRO OPERACIONAL	**76,6**	**37,6%**	**29,9**	**28,4%**	**155,9%**
Receitas financeiras	8,2	4,0%	3,0	2,8%	173,7%
Despesas financeiras	(20,5)	-10,1%	(3,2)	-3,0%	554,9%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**64,3**	**31,6%**	**29,8**	**28,2%**	**115,8%**
Imposto de renda e contribuição social	(21,5)	-10,6%	(5,4)	-5,1%	299,1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**42,8**	**21,0%**	**24,4**	**23,1%**	**75,4%**

Comparação dos resultados dos trimestres meses findos em 31 de março de 2011 e 2010

As comparações quantitativas e as descrições qualitativas abaixo foram realizadas tomando-se por base os valores constantes das nossas demonstrações financeiras consolidadas, bem como os valores para cada um dos nossos segmentos de Editoras e Anglo em relação às linhas de receita líquida e de custos de produtos e serviços, conforme apresentado nas notas explicativas às nossas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, os valores relativos ao trimestre findo em 31 de março de 2010 não incluem receitas e despesas do Anglo, que passaram a ser consolidadas por nós a partir de 7 de julho de 2010.

Receita líquida

A receita líquida aumentou 93,4%, passando de R$105,4 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$203,8 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011. Este aumento resulta do crescimento orgânico de nossos negócios e da aquisição do Anglo em 2010. As editoras Ática e Scipione contribuíram com R$51,2 milhões para este aumento, com destaque para (i) R$22,0 milhões em vendas para o mercado privado, e (ii) R$23,1 milhões em vendas ao Governo Federal, sendo R$4,1 milhões relativos aos programas Educação de Jovens e Adultos - EJA e Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE e R$19,0 milhões decorrentes do faturamento no trimestre findo em 31 de março de 2011 de parte das vendas no âmbito do PNLD 2011 realizadas em 2010.

O volume de livros vendidos no trimestre findo em 31 de março de 2011 foi de 3,7 milhões, representando um crescimento de 21% sobre o trimestre findo em 31 de março de 2010. O preço médio praticado cresceu 3,0% no trimestre findo em 31 de março de 2011 em relação ao trimestre findo em 31 de março de 2010. Desconsiderado o efeito das vendas para os Governos Estaduais e Municipais, o preço médio cresceu 15,0% em relação ao trimestre findo em 31 de março de 2010.

Com a aquisição do Anglo por nós em 6 de julho de 2010, as receitas líquidas do Anglo passaram a ser reconhecidas em nossas demonstrações financeiras consolidadas a partir de 7 de julho de 2010. As receitas líquidas do Anglo no trimestre findo em 31 de março de 2011 foram de R$47,2 milhões.

As receitas de vendas e prestação de serviços relativos ao Sistema de Ensino Anglo, que representaram cerca de 90,0% do total das receitas do Anglo no trimestre findo em 31 de março de 2011, bem como as receitas advindas dos cursos pré-vestibulares e para concursos públicos do Anglo, são contabilizadas em conjunto sob a rubrica Anglo em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Custos dos produtos e serviços

Os custos dos produtos e serviços aumentaram em 64,2%, passando de R$36,5 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$60,0 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011, devido principalmente ao crescimento do volume de vendas da Ática e da Editora Scipione para o Governo Federal e à adição dos custos do Anglo no montante de R$12,2 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Nossos custos aumentaram menos do que nossa receita líquida, portanto como percentual da receita líquida, os custos dos produtos e serviços passaram de 34,7% no trimestre findo em 31 de março de 2010 para 29,4% no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 108,9%, passando de R$68,9 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$143,8 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011 devido principalmente aos fatos acima apresentados, com aumento da margem bruta de 65,3% no trimestre findo em 31 de março de 2010 para 70,6% no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram em 54,0%, passando de R$31,2 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$48,0 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011 em decorrência, principalmente, do aumento de comissões pagas a representantes comerciais decorrente do aumento das vendas, e de reajustes em razão da inflação.

Como percentual da receita líquida, as despesas com vendas diminuíram de 29,6% no trimestre findo em 31 de março de 2010 para 23,6% no trimestre findo em 31 de março de 2011, representando uma diminuição de 6,0 pontos percentuais.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em 158,7%, passando de R$7,5 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$19,5 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011 em decorrência, principalmente, ao aumento de despesas operacionais para suportar o aumento no volume de vendas para o Governo Federal. Além disso, as despesas gerais e administrativas do Anglo contribuíram com R$3,3 milhões para o total de nossas despesas gerais e administrativas no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Como percentual da receita líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 7,1% no trimestre findo em 31 de março de 2010 para 9,5% no trimestre findo em 31 de março de 2011, representando um aumento de 2,4 pontos percentuais.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

O resultado de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas aumentou em R$0,5 milhão, passando de despesas no valor R$0,2 milhão no trimestre findo em 31 de março de 2010 para receitas de R$0,3 milhão no trimestre findo em 31 de março de 2011, em decorrência, principalmente, (i) de recebimento de aluguéis de cantinas das escolas do Anglo, (ii) da venda de sucatas de aparas, e (iii) da recuperação de despesas duplicadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 no Anglo e estornadas em março de 2011.

Lucro operacional

O lucro operacional aumentou 155,9%, passando de R$29,9 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$76,6 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011, em decorrência, principalmente, dos fatos acima apresentados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram 173,7%, passando de R$3,0 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$8,2 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011, em decorrência, principalmente, dos ganhos resultantes do maior volume nas aplicações financeiras (i) do caixa operacional gerado, que aumentou em razão do maior volume de vendas para o Governo Federal e do resultado do Anglo no período, e (ii) dos valores decorrentes de emissão de dívida e aporte de capital na Companhia. As aplicações foram realizadas em títulos de renda fixa com liquidez emitidos por bancos nacionais de primeira linha.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram de R$3,2 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$20,5 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011, em decorrência, principalmente, dos juros incidentes sobre as debêntures emitidas para a aquisição do Anglo e sobre o parcelamento do preço de aquisição do Anglo.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Devido às variações das contas, acima descritas, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou em 115,8%, passando de R$29,8 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$64,3 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Como percentual da receita líquida, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aumentou de 28,2% no trimestre findo em 31 de março de 2010 para 31,6% no trimestre findo em 31 de março de 2011, representando um aumento de 3,4 pontos percentuais.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro aumentaram de R$5,4 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$21,5 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011 devido ao aumento nos resultados da Ática e da Scipione no período, resultando em um total de impostos de renda e contribuição social de R$9,9 milhões na Ática e R$8,6 milhões na Scipione. O Anglo contribuiu com R$4,2 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos, que foram totalmente baixados contra a amortização do ágio relativo à aquisição do Anglo.

Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social passaram de 5,1% no trimestre findo em 31 de março de 2010 para 10,6% no trimestre findo em 31 de março de 2011, representando um aumento de 5,4 pontos percentuais.

Lucro líquido do exercício

Pelos motivos expostos acima, o lucro líquido do período aumentou de R$24,4 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2010 para R$42,8 milhões no trimestre findo em 31 de março de 2011, representando um aumento de 75,4%.

Como percentual da receita líquida, o lucro líquido do exercício passou de 23,1% no trimestre findo em 31 de março de 2010 para 21,0% no trimestre findo em 31 de março de 2011, representando uma redução de 2,1 pontos percentuais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanços patrimoniais consolidados em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010

	31 de março 2011		31 de dezembro 2010		2011/2010
		AV %		AV %	AH%
	(em milhões de reais)				
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	308,5	22,4%	211,2	15,8%	46,1%
Contas a receber de clientes	128,5	9,3%	171,8	12,8%	-25,2%
Estoques	160,7	11,7%	163,2	12,2%	-1,6%
Impostos a recuperar	22,2	1,6%	28,7	2,1%	-22,6%
Adiantamentos e despesas antecipadas	6,6	0,5%	4,4	0,3%	51,6%
TOTAL DO CIRCULANTE	**626,5**	**45,5%**	**579,3**	**43,2%**	**8,1%**
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	4,1	0,3%	4,1	0,3%	0,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18,1	1,3%	22,5	1,7%	-19,5%
Depósitos judiciais	4,0	0,3%	3,3	0,2%	22,3%
Adiantamentos e despesas antecipadas	1,2	0,1%	1,1	0,1%	9,9%
Intangível	667,0	48,4%	672,3	50,2%	-0,8%
Imobilizado	56,7	4,1%	58,1	4,3%	-2,5%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**751,1**	**54,5%**	**761,4**	**56,8%**	**-1,4%**
TOTAL DO ATIVO	**1.377,6**	**100,0%**	**1.340,7**	**100,0%**	**2,7%**

	31 de março 2011		31 de dezembro 2010		2011/2010
		AV %		AV %	AH%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e demais contas a pagar	86,1	6,3%	101,9	7,6%	-15,6%
Empréstimos e financiamentos	29,0	2,1%	17,5	1,3%	66,0%
Impostos e contribuições a pagar	1,5	0,1%	2,0	0,2%	-25,4%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6,7	0,5%	11,2	0,8%	-39,2%
Dividendos a pagar	13,7	1,0%	3,4	0,3%	300,0%
Contas a pagar por aquisição de participação Societária	67,5	4,9%	65,7	4,9%	2,6%
TOTAL DO CIRCULANTE	**204,5**	**14,8%**	**201,7**	**15,1%**	**1,4%**
NÃO CIRCULANTE					
Contas a pagar por aquisição de participação Societária	202,4	14,7%	197,2	14,7%	2,6%
Empréstimos e financiamentos	362,1	26,3%	364,8	27,2%	-0,7%
Impostos e contribuições a pagar	11,0	0,8%	10,8	0,8%	2,4%
Provisão para contingências	11,5	0,8%	12,7	1,0%	-10,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4,8	0,3%	4,8	0,4%	-0,3%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**591,8**	**42,9%**	**590,3**	**44,0%**	**0,2%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	–		–		
Capital social	345,4	25,1%	345,4	25,8%	0,0%
Reservas de capital	141,5	10,3%	141,5	10,6%	0,0%
Reservas de Lucros	51,6	3,7%	51,5	3,8%	0,0%
Lucros acumulados	42,8	3,1%	10,3	0,8%	317,1%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**581,3**	**42,2%**	**548,7**	**40,9%**	**5,9%**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.377,6**	**100,0%**	**1.340,7**	**100,0%**	**2,7%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das contas patrimoniais em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu 8,1%, passando de R$579,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$626,5 milhões em 31 de março de 2011. As principais variações foram:

a) aumento de 46,1% de caixa e equivalentes de caixa, de R$211,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$308,5 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência principalmente do incremento das vendas e recebimentos no período;

b) diminuição de 25,2% de contas a receber de clientes, de R$171,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$128,5 milhões em 31 de março de 2011 devido ao fluxo de recebimento nas vendas para o Governo Federal, cujo pagamento é realizado trinta dias após o respectivo faturamento;

c) diminuição de 1,6% de estoques, de R$163,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$160,7 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência do incremento de vendas no período;

d) diminuição de 22,6% de impostos a recuperar, de R$28,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$22,2 milhões em 31 de março de 2011, decorrente principalmente de antecipação de recolhimento de imposto de renda e contribuição social, compensados com imposto de renda e contribuição social a pagar; e

e) aumento de 51,6% de adiantamentos e despesas antecipadas, de R$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$6,6 milhões em 31 de março de 2011, em razão do adiantamento realizado no valor de R$1,8 milhão em 17 de fevereiro de 2011 para aquisição do ETB.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou uma diminuição de 1,4%, passando de R$761,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$751,1 milhões em 31 de março de 2011. As principais variações foram:

a) diminuição de 19,5% de imposto de renda e contribuição social diferidos, de R$22,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$18,0 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência principalmente do impacto fiscal pela baixa do ágio fiscal gerado na reorganização da Companhia;

b) aumento de 22,3% de depósitos judiciais, de R$3,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$4,0 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência da contabilização de novos processos;

c) diminuição de 0,8% de intangível, de R$672,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$667,0 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência da amortização reconhecida no período; e

d) diminuição de 2,5% de imobilizado, de R$58,1 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$56,7 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência de depreciações do período.

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou 1,4%, passando de R$201,7 milhões em 31 de dezembro 2010 para R$204,5 milhões em 31 de março de 2011. As principais variações foram:

a) diminuição de 15,6% de fornecedores e demais contas a pagar, de R$101,9 milhões em dezembro de 2010 para R$86,1 milhões em março de 2011, em decorrência da redução de fornecedores e direitos autorais a pagar, tendo em vista a sazonalidade de nossos negócios;

b) aumento de 66,0% de empréstimos e financiamentos, de R$17,5 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$29,0 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência principalmente da apropriação de juros;

c) diminuição de 25,4% de impostos e contribuições a pagar, de R$2,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$1,5 milhão em 31 de março de 2011 em decorrência da redução de encargos sobre serviços de terceiros;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d) diminuição de 39,2% de imposto de renda e contribuição social a pagar, de R$11,2 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$6,7 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência principalmente da compensação com impostos a recuperar;

e) aumento de dividendos a pagar, de R$3,4 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$13,7 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência da distribuição de dividendos sobre o resultado de 2010; e

f) aumento de contas a pagar por aquisição de participação societária, de R$1,8 milhão em 31 de março de 2011, em decorrência da atualização monetária mensal das parcelas devidas em relação ao preço de aquisição da participação societária adquirida no Anglo.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso passivo não circulante aumentou em 0,2%, passando de R$590,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$591,8 milhões em 31 de março de 2011. As principais variações foram:

a) diminuição de 0,7% de empréstimos e financiamentos, de R$364,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$362,1 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência da transferência para curto prazo de parte do valor total;

b) aumento de 2,4% de impostos e contribuições a pagar, de R$10,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$11,0 milhões em 31 de março de 2011, referente à apropriação de juros no período sobre o parcelamento de tributos no âmbito do REFIS IV; e

c) diminuição de 10,0% de provisão para contingências, de R$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$11,5 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência principalmente de movimentações no período.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 5,9%, passando de R$548,8 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R$581,3 milhões em 31 de março de 2011, em decorrência do lucro do período.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os exercícios e períodos indicados

Demonstração do Resultado Consolidado

	Para os exercícios findos em 31 de dezembro de				
	2010		2009		2010/2009
		AV %		AV %	AH%
	(em milhões de reais)				
Receita líquida	512,2	100,0%	366,0	100,0%	39,9%
Custos dos produtos e serviços	(231,5)	-45,2%	(157,0)	-42,9%	47,5%
LUCRO BRUTO	280,6	54,8%	209,0	57,1%	34,3%
Despesas com vendas	(159,3)	-31,1%	(111,5)	-30,5%	43,0%
Despesas gerais e administrativas	(56,6)	-11,0%	(27,5)	-7,5%	105,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2,7)	-0,5%	(0,2)	-0,1%	1.097,4%
Resultado Decorrente da Adesão ao Refis IV	–	–	(11,9)	-3,2%	100,0%
LUCRO OPERACIONAL	**62,0**	**12,1%**	**57,9**	**15,8%**	**7,1%**
Receitas financeiras	23,2	4,5%	18,4	5,0%	26,4%
Despesas financeiras	(52,1)	-10,2%	(13,6)	-3,7%	283,3%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**33,1**	**6,5%**	**62,7**	**17,1%**	**-47,1%**
Imposto de renda e contribuição social	(18,7)	-3,7%	(23,7)	-6,5%	-21,1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**14,4**	**2,8%**	**39,0**	**10,6%**	**-63,0%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

As comparações quantitativas e as descrições qualitativas abaixo foram realizadas tomando-se por base os valores constantes das nossas demonstrações financeiras consolidadas, bem como os valores para cada um dos nossos segmentos de Editoras e Anglo em relação às linhas de receita líquida e de custos de produtos e serviços, conforme apresentado nas notas explicativas às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Receita líquida

A receita líquida aumentou 39,9%, passando de R$366,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$512,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 devido principalmente ao aumento da receita líquida da Ática e da Scipione em R$78,4 milhões, que representou um aumento de 21,4% sobre o faturamento de 2009 da Ática e da Scipione. Esse aumento resultou, principalmente, da participação da Ática e da Scipione no programa de venda de livros didáticos para o Governo Federal – PNLD 2011. Foram faturados aproximadamente 44 milhões de livros para o Governo Federal, com um crescimento de mais de 12 milhões de exemplares em relação a 2009. Os preços médios das vendas para o Governo Federal em 2010 aumentaram 3% em relação a 2009. O aumento de exemplares vendidos e o aumento nos preços levaram a um incremento no faturamento voltado para o Governo Federal em 2010 de 43,0% relação a 2009.

Parte significativa do crescimento em volume de vendas decorreu da inclusão de livros de ensino dos idiomas inglês e espanhol no PNLD 2011 e ao fato de que a Ática e a Scipione alcançaram uma participação de mercado de mais de 90% no total de vendas dos livros de idiomas para o Governo Federal no PNLD 2011. Desconsiderando-se as vendas de livros de idiomas, a participação de mercado da Ática e da Scipione nas vendas no âmbito do PNLD 2011 foi de 28% do volume total de livros vendidos, sendo que esta participação de mercado no PNLD 2011 sobe para 38% se considerados os livros de idiomas.

As receitas oriundas das vendas e prestação de serviços relativos ao Sistema de Ensino SER, por serem realizadas pela Ática, são contabilizadas em nossas demonstrações financeiras consolidadas juntamente com as receitas das Editoras. As receitas oriundas do Sistema de Ensino SER foram de R$12,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e de R$18,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de R$6,1 milhões, ou de 48,9%, em linha com o crescimento do número de escolas associadas e alunos para os quais o SER é fornecido, que aumentou de 56,1 mil alunos atendidos em 2009 para 77,6 mil alunos atendidos em 2010.

Com a aquisição do Anglo por nós em 6 de julho de 2010, as receitas líquidas do Anglo passaram a ser reconhecidas em nossas demonstrações financeiras consolidadas a partir de 7 de julho de 2010. As receitas líquidas do Anglo no período entre 7 de julho de 2010 e 31 de dezembro de 2010 foram de R$67,7 milhões. Tendo em vista que a aquisição ocorreu no exercício de 2010, nenhum resultado do Anglo foi registrado em nossas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. O efeito da aquisição do Anglo influencia também as explicações das outras rubricas da demonstração dos resultados.

As receitas de vendas de materiais didáticos e prestação de serviços relativos ao sistema de ensino Anglo, que representaram cerca de 69,0% do total das receitas do Anglo em 2010, bem como as receitas advindas dos cursos pré-vestibulares e para concursos públicos do Anglo, são contabilizadas em conjunto sob a rubrica Anglo em nossas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data da aquisição.

Custos dos produtos e serviços

Os custos dos produtos e serviços aumentaram em 47,5%, passando de R$157,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$231,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

No âmbito dos custos dos produtos e serviços das Editoras, o crescimento esteve associado, principalmente, aos custos atrelados ao crescimento do volume de livros vendidos e dos custos atrelados à inclusão dos idiomas inglês e espanhol na elaboração dos livros e materiais vendidos no PNLD 2011.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Além disso, foi realizada uma reformulação do conteúdo do material didático do SER, a fim de garantir a continuidade do crescimento do número de escolas e alunos para os quais o SER é fornecido, cujos custos foram contabilizados juntamente com os custos das Editoras. Dessa forma, foi realizado um reconhecimento de estoques obsoletos acima dos nossos níveis históricos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R$7,6 milhões.

Adicionalmente, os custos do Anglo no montante de R$25,6 milhões, entre 7 de julho de 2010 e 31 de dezembro de 2010, foram somados aos nossos custos dos produtos e serviços totais no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Como percentual da receita líquida, os custos dos produtos e serviços passaram de 42,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 45,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Os nossos custos aumentaram mais que a nossa receita líquida no exercício findo de 31 de dezembro de 2010 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, devido à mudança no *mix* de vendas da Ática e da Scipione, com um crescimento mais acelerado no volume de vendas para o Governo Federal em comparação com o volume de vendas para o mercado privado, onde são praticadas margens superiores.

Lucro Bruto

O lucro bruto aumentou 34,3%, passando de R$209,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$280,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, devido principalmente aos fatos acima apresentados, ficando a margem bruta em 57,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 ante a uma margem bruta de 54,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Despesas com vendas

As despesas com vendas aumentaram 43,0%, passando de R$111,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$159,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 em decorrência, principalmente (i) da aquisição do Anglo, que agregou despesas de R$13,7 milhões às nossas despesas com vendas, relativas ao período entre 7 de julho de 2010 e 31 de dezembro de 2010; (ii) da amortização da mais valia de intangíveis relativa à aquisição do Anglo representando uma despesa de R$8,9 milhões; e (iii) de ações comerciais extraordinárias de *marketing* da Ática e da Scipione no valor de R$8,0 milhões, com o objetivo de impulsionar as vendas para o mercado privado, visando aumento na participação nesse mercado.

Como percentual da receita líquida, as despesas com vendas passaram de 30,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 31,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 0,6 ponto percentual.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 105,6%, passando de R$27,5 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$56,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu, principalmente (i) da reorganização administrativa das Editoras que gerou custos não recorrentes de desligamento de pessoal e de criação e estabelecimento da Companhia no valor de R$13,2 milhões; (ii) do aumento de custos operacionais da Ática e da Scipione no valor de R$5,2 milhões para suportar o crescimento de vendas para o Governo Federal; (iii) da amortização da mais valia de imobilizados relativa à aquisição do Anglo no valor de R$1,6 milhão; e (iv) da inclusão das despesas administrativas do Anglo relativas ao período de 7 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010 no montante de R$7,6 milhões.

Como percentual da receita líquida, as despesas gerais e administrativas passaram de 7,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 11,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 3,5 pontos percentuais.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

O resultado de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas aumentou de despesas de R$0,2 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para despesas de R$2,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em decorrência, principalmente, do pagamento de despesas não recorrentes de comissões a bancos relativas a serviços de assessoria financeira para a aquisição do Anglo.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Resultado decorrente da adesão ao REFIS IV

Em novembro de 2009, nós e nossas controladas aderimos ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, que se constitui em um programa de parcelamento de débitos fiscais e previdenciários. Em decorrência de tal adesão, reconhecemos uma provisão de R$11,9 milhões em 2009, de efeito não recorrente, que não se repetiu em 2010.

Lucro Operacional

O lucro operacional aumentou 7,1%, passando de R$57,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$62,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em decorrência, principalmente, dos fatos acima apresentados.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram 26,4%, passando de R$18,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$23,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em decorrência, principalmente, dos ganhos decorrentes das aplicações financeiras do caixa oriundo de emissão de dívida e aporte de capital na Companhia no valor aproximado de R$230,0 milhões, em títulos de renda fixa com liquidez emitidos por bancos nacionais de primeira linha.

Despesas financeiras

As despesas financeiras aumentaram 283,3%, passando de R$13,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$52,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em decorrência, principalmente, do custo financeiro da divida contraída no segundo semestre de 2010 por meio da emissão de debêntures pela Companhia no valor total de R$264,8 milhões para o financiamento parcial da aquisição do Anglo, bem como do custo dos juros incidentes sobre a parcela vincenda no valor de R$252,6 milhões do preço de aquisição do Anglo, pactuado na data da efetivação da transação.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Devido às variações das contas acima descritas, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social diminuiu 47,1%, passando de R$62,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$33,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Como percentual da receita líquida, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social passou de 17,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 6,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 10,6 pontos percentuais.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diminuíram em 21,1%, passando de R$23,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$18,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Como percentual da receita líquida, o imposto de renda e contribuição social passaram de 6,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 3,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 2,8 pontos percentuais, em decorrência da baixa do prejuízo fiscal gerado na reorganização societária envolvendo a Greentree Educacional S.A., no valor de R$10,8 milhões.

Lucro líquido do exercício

Pelos motivos expostos acima, o lucro líquido do período diminuiu de R$39,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para R$14,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, representando uma diminuição de 63,0%.

Como percentual da receita líquida, o lucro liquido do exercício passou de 10,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para 2,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 7,8 pontos percentuais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanços patrimoniais consolidados
em 31 de dezembro de 2010 e 2009

	2010		2009		2010/2009
		AV %		AV %	AH%
	(em milhões de reais)				
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	211,2	15,8%	17,2	4,24%	1.124,6%
Contas a receber de clientes	171,8	12,8%	116,3	28,6%	47,7%
Estoques	163,2	12,2%	118,9	29,3%	37,3%
Impostos a recuperar	28,7	2,1%	33,8	8,3%	-15,0%
Adiantamentos e despesas antecipadas	4,4	0,3%	3,3	0,8%	32,4%
TOTAL DO CIRCULANTE	**579,3**	**43,2%**	**289,5**	**71,2%**	**100,1%**
NÃO CIRCULANTE	–		–		
Empréstimos e outros créditos com partes Relacionadas	–	–	80,9	19,9%	-100,0%
Impostos a recuperar	4,1	0,3%	0,4	0,1%	1080%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22,5	1,7%	4,8	1,2%	366,7%
Depósitos judiciais	3,3	0,2%	1,6	0,4%	103,7%
Adiantamentos e despesas antecipadas	1,1	0,1%	–	–	100,0%
Intangível	672,3	50,2%	23,8	5,9%	2.726,7%
Imobilizado	58,1	4,3%	5,4	1,3%	977,1%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**761,4**	**56,8%**	**116,9**	**28,8%**	**551,5%**
TOTAL DO ATIVO	**1.340,7**	**100,0%**	**406,4**	**100,0%**	**229,9%**

	2010		2009		2010/2009
		AV %		AV %	AH%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e demais contas a pagar	101,9	7,6%	58,3	14,4%	74,7%
Empréstimos e financiamentos	17,5	1,3%	59,1	14,5%	-70,4%
Impostos e contribuições a pagar	2,0	0,2%	0,8	0,2%	158,2%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	11,2	0,8%	7,0	1,7%	57,9%
Dividendos a pagar	3,4	0,3%	9,3	2,3%	-63,2%
Contas a pagar por aquisição de participação societária	65,7	4,9%	–	–	100,0%
TOTAL DO CIRCULANTE	**201,7**	**15,1%**	**134,5**	**33,1%**	**50,0%**
NÃO CIRCULANTE					
Contas a pagar por aquisição de participação societária	197,2	14,7%	–	–	100,0%
Empréstimos e financiamentos	364,8	27,2%	44,6	11,0%	718,1%
Impostos e contribuições a pagar	10,8	0,8%	11,9	2,9%	-9,6%
Provisão para contingências	12,7	1,0%	8,4	2,1%	50,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4,8	0,4%	4,8	1,2%	-0,5%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**590,3**	**44,0%**	**69,7**	**17,2%**	**746,5%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	–		–		
Capital social	345,4	25,8%	160,1	39,4%	115,8%
Reservas de capital	141,5	10,6%	0,5	0,1%	27.003,8%
Reservas de Lucros	51,5	3,8%	41,6	10,2%	24,0%
Dividendos adicional proposto	10,3	0,8%	–	–	100,0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**548,7**	**40,9%**	**202,2**	**49,7%**	**171,4%**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.340,7**	**100,0%**	**406,4**	**100,0%**	**229,9%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das contas patrimoniais dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

Ativo Circulante

O ativo circulante cresceu 100,1%, passando de R$289,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$579,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações foram:

a) aumento de caixa e equivalentes de caixa de R$17,2 milhões em 2009 para R$211,2 milhões em 2010, em decorrência principalmente do caixa gerado pelo crescimento das vendas para o mercado público e da emissão de debêntures por controlada da Companhia;

b) aumento de 47,7% de contas a receber de clientes, de R$116,3 milhões em 2009 para R$171,8 milhões em 2010, em decorrência principalmente do faturamento maior no âmbito do programa PNLD de 2011 em comparação ao de 2010 e do acréscimo de saldo do Anglo, em função da sua aquisição por nós;

c) aumento de 37,3% de estoques, de R$118,9 milhões em 2009 para R$163,2 milhões em 2010, em decorrência principalmente do aumento da compra de papel diante de oportunidades comerciais vantajosas no mercado e do incremento dos saldos em razão da aquisição do Anglo;

d) redução de 15,0% de impostos a recuperar, de R$33,8 milhões em 2009 para R$28,7 milhões em 2010, em decorrência da compensação com impostos a pagar; e

e) aumento de 32,4% de adiantamentos a fornecedores e outros, de R$3,3 milhões em 2009 para R$4,4 milhões em 2010, em razão da provisão de comissões para os representantes comerciais por conta de incremento nas vendas no PNLD 2011.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante registrou um aumento de 551,5%, passando de R$116,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$761,4 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações foram:

a) liquidação de 100% dos empréstimos e outros créditos com partes relacionadas, que passaram de R$80,9 milhões em 2009 para zero em 2010;

b) aumento de impostos a recuperar, de R$0,4 milhão em 2009 para R$4,1 milhões em 2010, em virtude das antecipações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido das nossas controladas;

c) aumento de imposto de renda e contribuição social diferidos, de R$4,8 milhões em 2009 para R$22,5 milhões em 2010, em decorrência principalmente de constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as operações do Anglo;

d) aumento de depósitos judiciais, de R$1,6 milhão em 2009 para R$3,3 milhões em 2010, em decorrência principalmente da inclusão de R$1,3 milhão advindos das operações do Anglo;

e) aumento de intangível, de R$23,8 milhões em 2009 para R$672,3 milhões em 2010, em decorrência da alocação do ágio e intangíveis decorrentes da aquisição do Anglo, sendo R$231,1 milhões de ágio e R$425,0 milhões de intangíveis;

f) aumento de imobilizado, de R$5,4 milhões em 2009 para R$58,1 milhões em 2010, em decorrência principalmente da alocação da mais valia de imobilizado, decorrente da análise da alocação de parte do ágio gerado na operação de aquisição do Anglo, no montante de R$39,5 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo Circulante

O saldo do nosso passivo circulante aumentou 50,0%, passando de R$134,5 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$201,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações estão relacionadas à aquisição do Anglo e ao aumento no volume de nossas vendas, conforme descrito abaixo:

a) aumento de 74,7% de fornecedores e demais contas a pagar, de R$58,3 milhões em 2009 para R$101,9 milhões em 2010, em decorrência principalmente de (i) aumento de direitos autorais a pagar em função de saldos decorrentes da aquisição do Anglo, e (ii) aumento de pagamentos a fornecedores locais da Scipione;

b) redução de 70,4% de empréstimos e financiamentos, de R$59,1 milhões em 2009 para R$17,5 milhões em 2010, em decorrência de (i) refinanciamento de empréstimo bancário no valor de R$68,2 milhões, com transferência de uma parcela de R$33,3 milhões do curto prazo para o longo prazo, (ii) juros decorrentes da emissão de debêntures no valor R$6,0 milhões e (iii) pagamento de juros no valor de R$12,7 milhões relativos a provisão de juros sobre o nosso endividamento bancário;

c) aumento de 158,2% de impostos e contribuições a pagar, de R$0,8 milhão em 2009 para R$2,0 milhões em 2010, em decorrência principalmente de pagamentos de impostos e contribuições sobre serviços de terceiros e da inclusão do saldo de impostos do Anglo;

d) aumento de 57,9% de imposto de renda e contribuição social a pagar, de R$7,0 milhões em 2009 para R$11,2 milhões em 2010, em decorrência principalmente da inclusão do saldo do Anglo no valor de R$6,9 milhões. Em Editoras obtivemos um crédito no valor de R$2,7 milhões em decorrência de compensações dos créditos de PIS e COFINS;

e) redução de 63,2% de dividendos a pagar, de R$9,3 milhões em 2009 para R$3,4 milhões em 2010, em decorrência da redução do resultado distribuível no período;

f) contabilização de contas a pagar por aquisição de participação societária, o qual possui parcela de vencimento no curto prazo no montante de R$65,7 milhões em 2010, em decorrência do parcelamento do preço de aquisição do Anglo.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso passivo não circulante aumentou em 746,5%, passando de R$69,7 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$590,3 milhões em 31 de dezembro de 2010. As principais variações estão relacionadas à aquisição do Anglo e ao endividamento relacionado a esta aquisição, conforme descrito abaixo:

a) contabilização de contas a pagar por aquisição de participação societária, o qual possui montante com vencimento no longo prazo de R$197,2 milhões em 2010, em decorrência do parcelamento do preço de aquisição do Anglo;

b) aumento de 718,1% de empréstimos e financiamentos, de R$44,6 milhões em 2009 para R$364,8 milhões em 2010, em decorrência principalmente de captação de recursos com emissão de debêntures;

c) redução de 9,6% de impostos e contribuições a pagar, de R$11,9 milhões em 2009 para R$10,8 milhões em 2010; e

d) aumento de 50,8% de provisão para contingências, de R$8,4 milhões em 2009 para R$12,7 milhões em 2010, em decorrência principalmente de constituição de provisões derivadas da aquisição do Anglo.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido aumentou 171,4%, passando de R$202,2 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R$548,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, em decorrência, principalmente, do aumento de capital de R$185,3 milhões realizado pelo nosso acionista controlador, pelo BR Educacional Fundo de Investimento em Participações e pelo FIP Brasil de Governança Corporativa, e do aumento de reserva de ágio no valor de R$141,0 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxo de Caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010

O aumento líquido do caixa no trimestre findo em 31 de março de 2011 foi de R$97,3 milhões, sendo que foram gerados R$99,9 milhões com as atividades operacionais, foi investido R$0,4 milhão nas atividades de investimento e houve uso de R$2,2 milhões em atividades de financiamento.

	Trimestre findo em 31 de março de	
Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado	**2011**	**2010**
	(em milhões de R$)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa aplicado nas operações	100,7	50,7
Juros pagos	(0,8)	(8,5)
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**99,9**	**42,2**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de:		
Imobilizado	(0,4)	(0,4)
Intangível	(0,0)	(0,6)
Reorganização societária	0,0	(0,6)
Mútuos concedidos a partes relacionadas	0,0	(1,1)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(0,4)**	**(2,7)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(2,2)	(2,9)
Pagamento de PAES e impostos parcelados	(0,0)	(0,1)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(2,2)**	**(3,0)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do trimestre	211,2	17,2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do trimestre	308,5	53,7
Movimentação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**97,3**	**36,5**

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos dos produtos, das despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010, o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R$99,9 milhões (gerados) e R$42,2 milhões (gerados), respectivamente. Esse aumento no fluxo de caixa das atividades operacionais é decorrente da inclusão do caixa gerado pelo Anglo e de incremento nos recebimentos do Governo Federal no âmbito do PNLD 2011, decrescidos dos juros pagos sobre o nosso endividamento.

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de ativo imobilizado (móveis e utensílios, veículos, equipamentos de computação e outros); (ii) às aquisições de ativos intangíveis relativos a sistemas de computação e desenvolvimento interno de softwares; e (iii) aos mútuos e juros recebidos de partes relacionadas no primeiro trimestre de 2010. Foram aplicados nas atividades de investimento nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 R$0,4 milhão e R$2,7 milhões, respectivamente.

Atividades de Financiamento

O caixa aplicado nas atividades de financiamentos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010 foi de R$2,2 milhões e de R$3,0 milhões, respectivamente. Essa diferença deveu-se a pagamentos de nosso endividamento bancário e impostos parcelados no âmbito do REFIS IV em 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

O aumento líquido do caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R$193,9 milhões, sendo que foram aplicados R$7,3 milhões com as atividades operacionais, foram investidos R$400,8 milhões nas atividades de investimento e houve R$602,0 milhões de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, conforme reconciliação abaixo:

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado	**2010**	**2009**
	(em milhões de R$)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado (aplicado) nas operações	(5,3)	3,7
Juros pagos	–	(1,4)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2,0)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**(7,3)**	**2,2**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de:		
Imobilizado	(7,6)	(2,4)
Intangível	(2,3)	(2,7)
Aquisição de subsidiária, líquida do caixa adquirido	(445,5)	–
Reorganização societária	(3,1)	
Mútuos concedidos a partes relacionadas	–	(2,3)
Mútuos recebidos de partes relacionadas	54,1	40,5
Juros recebidos	3,7	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**(400,8)**	**33,2**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	284,9	6,0
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(9,1)	(36,4)
Pagamento de PAES e impostos parcelados	(0,1)	(0,4)
Aumento de capital	185,3	(0,1)
Reserva de ágio – aumento de capital	141,0	–
Dividendos pagos	–	(54,0)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**602,0**	**(84,8)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	17,2	66,6
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	211,2	17,2
Movimentação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**193,9**	**(49,3)**

Atividades Operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos dos produtos, das despesas operacionais e do resultado financeiro.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R$7,3 milhões (aplicados) e R$2,2 milhões (gerados), respectivamente. Houve aumento na aplicação de caixa nas atividades operacionais, o que é decorrente da sazonalidade do negócio das Editoras com vendas de livros e material didático para o Governo Federal, incrementando, assim, os movimentos de contas a receber, fornecedores, estoques e de imposto de renda e contribuição social.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Atividades de Investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) à aquisição do Anglo menos caixa líquido na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) aos mútuos e juros recebidos de partes relacionadas. As atividades de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foram de R$400,8 milhões (aplicados) e de R$33,2 milhões (gerados), respectivamente, consistentes com os dispêndios na aquisição de empresas, na compra de intangíveis e de ativo imobilizado nos períodos indicados.

Atividades de Financiamento

O caixa gerado pelas atividades de financiamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R$602,0 milhões e em 31 de dezembro de 2009 foram aplicados R$84,8 milhões, respectivamente. A diferença entre 2010 e 2009 deveu-se (i) à captação de recursos através de emissão de debêntures, no valor de R$264,8 milhões; e (ii) ao aumento de capital social no valor de R$100,0 milhões realizado pelo nosso acionista controlador, e R$226,3 milhões pelo BR Educacional Fundo de Investimento em Participações, sendo tendo sido R$85,3 milhões registrados como capital e R$141,0 milhões como reserva de ágio em subscrição de aumento de capital.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações da Companhia:

Os comentários desta seção 10 são comentários dos nossos Diretores. Em vista da adoção inicial das normas internacionais de contabilidade a partir deste ano, as nossas informações contábeis relativas ao exercício de 2008 estão em um padrão contábil diferente daquele relativo aos exercícios de 2009 e 2010. Assim, conforme orientação do Ofício-Circular CVM/SEP/Nº 007/2011, e para evitar a comparação de números que estão em padrões contábeis diferentes, deixamos de preencher as colunas relativas ao exercício de 2008 nesta seção 10.

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

De acordo com a nota explicativa n° 23 de nossas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as linhas de nossa demonstração de resultado são segmentadas entre Ática e Scipione ("Editoras"), Anglo e Outros. Em "Editoras" estão inclusos os resultados oriundos da venda de livros didáticos e paradidáticos por meio da Ática e da Scipione, bem como os resultados oriundos do fornecimento de material didático e prestação de serviços relativos ao sistema de ensino SER, tendo em vista que o SER é fornecido pela Ática. Em "Anglo" estão inclusos os resultados oriundos do fornecimento de material didático e da prestação de serviços relativos ao sistema de ensino Anglo, bem como os resultados dos cursos pré-vestibulares e para concursos públicos. Em "Outros" estão inclusas receitas e despesas relativas a nós, bem como à Greentree, sociedade cujo patrimônio cindido foi incorporado pelo Anglo em 2010.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As principais variações de receitas entre os períodos de três meses findos em 31 de março de 2011 e 2010 e entre os exercícios de 2009 e 2010 são explicadas em decorrência da aquisição do Anglo, cujas receitas passamos a consolidar em nossos resultados a partir de 7 de julho de 2010, e do aumento das vendas de livros para o Governo Federal no PNLD 2011.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Todas as receitas sofrem impacto direto da inflação. No ano de 2010, fomos capazes de efetuar o repasse de grande parte da inflação, mediante a correção dos preços dos nossos produtos e serviços.

O volume de vendas dos sistemas de ensino SER aumentou no exercício de 2010 em relação ao exercício de 2009. Adicionalmente, agregamos os sistemas de ensino Anglo ao nosso portfólio a partir de 7 de julho de 2010.

O volume de vendas de livros para o mercado privado se manteve relativamente estável nos dois últimos exercícios de 2010 e 2009, contrapondo-se ao aumento do volume de vendas de livros para o Governo Federal, de 2009 para 2010.

A partir de julho de 2010, agregamos ao nosso resultado as mensalidades dos cursos pré-vestibular do Anglo.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:

Nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que possuímos uma parcela relevante dos nossos custos e despesas operacionais incorrida em reais e tais custos e despesas são reajustados pela composição de diversos índices de inflação, tais como IGP-M e Índice Nacional De Preços Ao Consumidor ("INPC"). Especificamente, os custos com a folha salarial, com a terceirização de serviços gráficos e os com a aquisição de papel, que são os mais relevantes para nossas atividades, são influenciados, respectivamente, pela variação do INPC, pela variação do IGP-M, e, por fim, pela variação dos preços no mercado internacional.

O papel tipo *off-set* é um dos principais insumos para a produção de nossos livros e apostilas para os sistemas de ensino. As oscilações do preço da celulose no mercado internacional de *commodities* tem impacto direto na formação do preço do produto final do papel que utilizamos.

A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação. De modo geral, somos capazes de repassar aos nossos clientes o aumento dos custos de nossos produtos e serviços.

Captamos recursos no mercado financeiro por meio da emissão de debêntures no valor de R$264,8 milhões para financiar parcialmente a aquisição do Anglo em julho de 2010 e incorremos em maiores despesas financeiras que impactaram o nosso resultado no exercício de 2010. Os indicadores que impactam o nosso endividamento são TJLP (BNDES-FINAME) e CDI (empréstimos bancários e debêntures). Atualmente não temos endividamento bancário indexado em moeda estrangeira.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

Em julho de 2010, concluímos a aquisição do Anglo, com o que ampliamos significativamente nossa atuação no negócio de sistemas de ensino e passamos a atuar nos negócios de cursos pré-vestibulares e preparatórios para concursos públicos. Após a aquisição, o Anglo passou a constituir um novo segmento operacional, com base nos relatórios utilizados por nossa Administração para tomada de decisões estratégicas.

Em abril de 2011, passamos a atuar no segmento de escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, por meio da aquisição do PH. O PH é um dos mais tradicionais colégios no Rio de Janeiro, com 9 unidades e 6.600 alunos no Rio de Janeiro e em Niterói, e que possui uma marca forte e equipe de ótimo nível. Face às receitas e rentabilidade geradas pelo PH, esperamos que esta aquisição incremente nossas receitas consolidadas e nossa rentabilidade.

Adicionalmente, com a aquisição do ETB em abril de 2011, iniciamos nossa atuação no negócio de escolas técnicas e cursos profissionalizantes de curta e média duração. O ETB possui unidades localizadas em Jundiaí, Osasco, Piracicaba e Sorocaba.

As aquisições do PH e do ETB, nos valores de R$228,0 milhões (sendo R$171,0 milhões relativos ao Sistema PH e R$57,0 milhões relativos ao Curso PH) e R$4,0 milhões, respectivamente, foram realizadas com caixa operacional gerado por nós. No caso do PH, há um saldo remanescente do preço de aquisição de R$67,5 milhões, a ser pago em cinco parcelas anuais a partir de 2012, corrigidas pela variação de 100% da taxa CDI. O saldo remanescente do preço de aquisição do ETB será pago em noventa dias aos respectivos vendedores, a partir da data de fechamento da aquisição.

Celebramos um Acordo de Acionistas com os acionistas pessoas físicas da ETB, por meio do qual temos uma opção de compra da totalidade das suas ações, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2015 e 1º de janeiro de 2017. Durante o mesmo período, cada um dos acionistas pessoa física da ETB terá uma opção de venda da totalidade das ações de sua titularidade. O preço de exercício das opções, entre outras condições previstas no contrato, será auferido de acordo com a performance da ETB, calculada com base em seu EBITDA.

Fomos capazes d rapidamente integrar as atividades e os negócios do Anglo aos nossos negócios, aproveitando as sinergias existentes e esperamos ser capazes de reproduzir tais benefícios também em relação às aquisições do PH e do ETB.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

É parte de nossa estratégia a busca pela diversificação dos nossos segmentos de atuação no âmbito da educação básica e pré-universitária.

Em 6 de julho de 2010, adquirimos a totalidade das ações do Anglo, pelo valor de R$717,4 milhões, com o que incorporamos ao nosso portfólio o Sistema de Ensino da marca Anglo e seus cursos pré-vestibulares e preparatórios para concursos públicos. Nosso resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 contou com R$15,7 milhões advindos diretamente das operações do Anglo referente ao período de 7 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2010.

Conforme anteriormente referido, em abril de 2011 adquirimos a totalidade das ações do PH do Rio de Janeiro e 61,6% do capital social do ETB, com atuação no Estado de São Paulo, com o objetivo de ampliar o nosso portfólio de produtos dedicados aos negócios de educação básica e pré-universitária.

c. dos eventos ou operações não usuais:

Não há eventos ou operações não usuais praticadas por nós.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Elaboramos nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards* – "IFRS"), emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board* – "IASB"), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Elaboramos nossas demonstrações financeiras individuais de acordo com as com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP), que estão substancialmente convergidas ao IFRS.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Os pronunciamentos técnicos contábeis vem sendo expedidos pelo CPC em consonância com o IFRS.

As nossas demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com o IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Adicionalmente, como adotamos o IFRS e o conjunto dos CPCs em 1º de janeiro de 2009, conforme declarado na nota explicativa 34 de nossas demonstrações financeiras, e pelo fato de as práticas contábeis adotadas no Brasil estarem substancialmente convergidas ao IFRS, nosso patrimônio líquido constante nas demonstrações financeiras individuais reflete o mesmo saldo do patrimônio líquido consolidado preparado conforme o IFRS e BR GAAP. Adicionalmente, não ocorreram mudanças significativas em nossas práticas contábeis, uma vez que estas foram aplicadas em todos os períodos das demonstrações financeiras apresentadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Não aplicável, pois não houve alterações em nossas práticas contáveis.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

O parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 contém ênfases a quanto à preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No nosso caso, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Elaboramos as nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que estão substancialmente convergidas ao IFRS, emitidas pelo IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM. Os pronunciamentos técnicos contábeis vem sendo expedidos pelo CPC em consonância com o IFRS.

Revisamos nossas demonstrações financeiras regularmente para assegurar que elas representem as informações relacionadas às condições econômicas de nosso ambiente de negócios.

Na aplicação das políticas contábeis do Grupo Abril Educação, a nossa administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na nossa experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos posteriores se a revisão afetar os resultados futuros.

De modo a proporcionar um entendimento de como o Grupo Abril Educação forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas em nossas estimativas, sumarizamos as principais práticas contábeis, conforme a opinião de nossa Diretoria.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC.

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidos pelo IASB.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são publicadas juntas com as demonstrações financeiras consolidadas.

Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais o Grupo tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se nós controlamos outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Usamos o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais por nós emitidos. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

10.5 - Políticas contábeis críticas

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da nossa participação em ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio (*goodwill*).

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre nossas empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas por nós adotadas.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Informações por segmento de negócios

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada de nossas decisões estratégicas.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas nossas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a nossa moeda de apresentação.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como outras receitas ou despesas operacionais.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

Ativos financeiros

Classificação

Os nossos ativos financeiros atendem à classificação de empréstimos e recebíveis e foram classificados dessa forma nas demonstrações financeiras. Dessa forma, não existem, nas presentes demonstrações financeiras, instrumentos financeiros derivativos ou mensurados a valor justo. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Nossos empréstimos e recebíveis compreendem os empréstimos à controladas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

***Impairment* de ativos financeiros**

Ativos mensurados ao custo amortizado

Avaliamos no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

(i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;

(ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

(iii) nós, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantimos ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;

(iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; ou

(v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente a comercialização no atacado e no varejo de livros e apostilas voltados para a educação e as mensalidades dos cursos preparatórios para exames de vestibular e de concursos públicos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise do nível de perdas históricas e no conhecimento e acompanhamento da situação individual de seus clientes, sendo considerada suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização e, quando aplicável, reduzido por provisão para obsolescência e para redução ao valor de mercado.

Os custos fixos indiretos de fabricação são alocados às unidades produzidas considerando a capacidade normal de produção. Em casos de ociosidade na produção, os custos fixos referentes a essa parcela ociosa são reconhecidos diretamente no resultado no período em que são incorridos. Atualmente, parcela significativa da produção é terceirizada. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não foram identificados casos de ociosidade na produção.

Efetuamos provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação. Tal provisão é constituída com base em percentual pelo tempo de permanência dos itens nos estoques até o limite máximo de três anos, quando são totalmente provisionados.

Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

Intangíveis

Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisição de controladas é registrado nas demonstrações financeiras consolidadas como “ativo intangível”, enquanto que, nas demonstrações financeiras individuais, é registrado como “investimentos”, a menos que a empresa adquirida tenha sido por nós incorporada. Caso apuremos deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGC que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico.

Se parte do valor pago em uma combinação de negócios relaciona-se a marcas, elas são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas, uma vez que têm vida útil indefinida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. As marcas são testadas anualmente para verificar seu valor recuperável.

Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos no resultado como despesa.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida média esperada da relação com o cliente.

Programas de computador (software)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

(i) é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;

(ii) a administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;

(iii) o software pode ser vendido ou usado;

(iv) pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;

(v) estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e

(vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Imobilizado

O Imobilizado é avaliado ao custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para nós. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A depreciação é calculada pelo método linear. Terrenos não são depreciados.

De acordo com a Deliberação CVM nº 527/07, que aprovou a CPC 01, “Redução ao valor recuperável de ativos”, realizamos, em conjunto com empresa especializada, a revisão da vida útil econômica dos bens do imobilizado e registrou os efeitos desta revisão a partir de 1º de janeiro de 2009.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o nosso ativo imobilizado, consequentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

***Impairment* de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando temos uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para contingências, assim como os depósitos judiciais, mencionados na nota 18, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Direitos autorais

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito do resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros de acordo com o período de competência.

Impostos e contribuições a pagar

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Redução das alíquotas de PIS e COFINS

O Governo Federal, com o objetivo de estimular a cadeia de produção e comercialização de livros no Brasil, reduziu a zero as alíquotas das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre o faturamento resultante da venda de livros no Brasil a partir de dezembro de 2004, por tempo indeterminado.

Benefícios a funcionários

Obrigações de pensão

O nosso plano de pensão é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

Participação nos lucros

Oferecemos aos funcionários participação nos resultados, por meio do Superação, programa de participação nos resultados do Grupo vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável por nós.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.
Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os nossos acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no nosso Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das nossas atividades.

Reconhecemos a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma nossas das atividades, conforme descrição a seguir. Baseamos suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receita de venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é creditada ao resultado quando da entrega do produto.

Receita de cursos preparatórios

A receita de cursos preparatórios para vestibulares e concursos é reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, já estão apresentados a valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos de curto prazo é calculado e, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, registrado contabilmente. O cálculo do ajuste a valor presente leva em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita dos respectivos ativos e passivos. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, não foram identificados ativos e passivos para os quais fosse requerido o registro do ajuste a valor presente.

Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram por nós adotadas antecipadamente.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os nossos períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por nossa parte.

IFRS 9, “Instrumentos financeiros”. O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e poderá afetar a nossa contabilização para seus ativos financeiros, mas não terá impacto sobre os passivos financeiros. A norma não é aplicável até 1o de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

10.5 - Políticas contábeis críticas

IAS 24 Revisado (revisado), “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, “Divulgações de Partes Relacionadas”, emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1º de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida. Estamos atualmente avaliando o impacto do IAS 24.

O IFRIC 19, “Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais” está em vigor desde 1 de julho de 2010. A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto. Aplicaremos a interpretação a partir de 1º de janeiro de 2011. Não se espera que haja algum impacto nas nossas demonstrações financeiras ou da nossa controladora.

Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as nossas operações

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os nossos períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as nossas operações.

Apresentamos a seguir uma lista de normas/interpretações emitidas e que estão em vigor para períodos após 1º de janeiro de 2011:

(i) alteração no IAS 32, “Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações”

(ii) alteração no IFRS 1 - “Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez”

(iii) lteração ao IFRIC 14, IAS 19 - “Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (*funding*) e sua Interação”

Aprimoramentos aos IFRS em 2011

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1º de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil. Abaixo relação das principais alterações a serem aplicadas:

IFRS 1 – “Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade”

(i) mudanças na política contábil no ano da adoção

(ii) base de reavaliação como custo atribuído (*deemed cost*)

(iii) uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos)

IFRS 3 – “Combinações de Negócios”

(i) exigências de transição para contraprestação contingente a partir de combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado

(ii) mensuração de participações não controladoras

(iii) concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente

IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros”

IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Financeiras”

10.5 - Políticas contábeis críticas

IAS 27 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas”

IAS 34 – “Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários”

IFRIC – “Programas de Fidelização de Clientes”

10.5 - Políticas contábeis críticas

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, fazemos estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

Perda (impairment) estimada do ágio e de marcas

Anualmente, testamos eventuais perdas (*impairment*) no ágio e de marcas adquiridas, de acordo com a nossa política contábil. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Não apresentamos perda em seus testes estimados de *impairment*.

Impostos diferidos

Reconhecemos ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Revisamos regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

Contingências

Somos parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Julgamentos críticos na aplicação das nossas políticas contábeis

Alocação do preço de compra de subsidiária

Em 2010, o Grupo adquiriu o controle do Grupo Anglo, o que requereu que os ativos adquiridos e os passivos assumidos fossem mensurados a valor justo na data de aquisição. Em particular, as estimativas mais críticas estiveram relacionadas às taxas de crescimento e desconto, à avaliação da rotatividade da carteira de clientes e à estimativa de economia de royalties pela propriedade da marca.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las:

Nossa Diretoria acredita que os procedimentos internos e sistemas de elaboração de demonstrações financeiras são suficientes para assegurar a eficiência, precisão e confiabilidade, não tendo sido detectadas imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia. No trimestre findo em 31 de março de 2011 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, nossa Diretoria considera que eventuais falhas de controles internos nos processos operacionais da Companhia são irrelevantes e não geram riscos consideráveis. Todos os controles-chaves são mapeados para mitigar riscos e validados periodicamente pelas auditorias interna e externa.

Adicionalmente, cumpre esclarecer que não houve ressalvas no parecer emitido pela Pricewaterhousecoopers para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2010 no que se refere a falhas nos nossos procedimentos e controles internos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente:

No exame das nossas demonstrações financeiras e das nossas controladas, os nossos auditores independentes conduziram o exame de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre nossas demonstrações financeiras.

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras, foram selecionados procedimentos de auditoria com o objetivo de obter evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas nossas demonstrações financeiras. Dentre esses procedimentos, foram obtidos entendimentos sobre nós e nosso ambiente, o que incluiu a análise de nossos controles internos, para a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados, mas não para fins de que nossos auditores independentes expressassem opinião sobre a eficácia de nossos controles internos.

Neste contexto, as deficiências identificadas pelos auditores foram analisadas por nossa administração, que adotou plano de ação para corrigi-las. De qualquer modo, na avaliação de nossa administração, nenhum dos pontos identificados pelos auditores independentes se configura como uma deficiência significativa do sistema contábil e de controles internos.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

a. como os recursos resultante da oferta foram utilizados:

Não aplicável, tendo em vista que não efetuamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição:

Não aplicável, tendo em vista que não efetuamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios:

Não aplicável, tendo em vista que não efetuamos oferta pública de distribuição de valores mobiliários anteriormente.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet intens):

Até a presente data, não possuíamos quaisquer passivos ou operações não registrados nas demonstrações financeiras para financiar as nossas operações. Não possuímos subsidiárias nas quais detemos participação majoritária ou controles sobre suas operações que não estejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não existem ativos e passivos detidos por nós que não aparecem em nosso balanço patrimonial.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não existem ativos e passivos detidos por nós não evidenciados em nosso balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não existem ativos e passivos detidos por nós não evidenciados em nosso balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não existem ativos e passivos detidos por nós não evidenciados em nosso balanço patrimonial.

10.10 - Plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

Nosso plano de negócios tem por objetivo (i) investimentos para o crescimento orgânico de nossas linhas de negócio atuais que contemplam investimento em imobilizado e investimento editorial; e (ii) o crescimento de nossas atividades por meio de aquisições.

ii. fontes de financiamento dos investimentos; e

Nossos investimentos são suportados pela nossa geração de caixa operacional e, sempre que necessário, por financiamentos de longo prazo junto a terceiros.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não foram realizados desinvestimentos de capital nos últimos 3 anos, bem como não há desinvestimentos de capital em andamento.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva

A influência de todas as aquisições que realizamos já está refletida nas seções 6.5 e 10.2 acima.

c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, pois não houve a inclusão de novos produtos e serviços em nossas linhas de negócios.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRO FORMA NÃO AUDITADAS

As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas apresentadas abaixo derivam (a) das nossas demonstrações financeiras históricas auditadas preparadas em conformidade com o IFRS (i) para o período findo em 31 de dezembro de 2010; e (ii) para 31 de março de 2011 e trimestre findo em 31 de março de 2011; (b) das nossas informações financeiras históricas consolidadas revisadas para o trimestre findo em 31 de março de 2010; (c) das informações financeiras históricas consolidadas revisadas do Anglo preparadas de acordo com o antigo BRGAAP: (i) para o trimestre findo em 31 de março de 2010, e (ii) para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2010; (d) das demonstrações financeiras históricas auditadas do Sistema PH em 31 de março de 2011 e para os trimestres findo em 31 de março de 2011 e 2010 em conformidade com o IFRS e; (e) das demonstrações financeiras históricas auditadas do Sistema PH para 31 de dezembro de 2010 preparadas em conformidade com o IFRS. Avaliamos as demonstrações contábeis do Anglo e não foram identificados ajustes para alinhamento destas ao IFRS. Assim sendo, as informações financeiras *pro forma* foram preparadas de forma consistente e comparativa, estando todas as demonstrações financeiras históricas seguindo critérios contábeis similares. As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras históricas supra citadas, bem como com a seção 10 deste Formulário de Referência.

Em 6 de julho de 2010 adquirimos a totalidade das ações do Anglo em São Paulo, com o que incorporamos ao nosso portfólio de negócios o sistema de ensino da marca Anglo e seus cursos pré-vestibulares e preparatórios para concursos públicos. O Anglo passou a ser consolidado em nossas demonstrações financeiras a partir de 7 de julho de 2010.

Em 14 de abril de 2011 adquirimos a totalidade do capital social do Curso PH e do Sistema PH, localizadas no Rio de Janeiro. Com isto passamos a atuar em escolas próprias de ensino fundamental e ensino médio. O PH passou a ser consolidado em nossas demonstrações financeiras a partir de 15 de abril de 2011. As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas apresentadas abaixo levaram em consideração somente as demonstrações financeiras históricas auditadas do Sistema PH, tendo em vista que os resultados do Curso PH não são relevantes para tal fim.

Ainda 14 de abril de 2011 adquirimos 61,6% do capital do ETB, com o que iniciamos nossas atividades no segmento de escolas técnicas e cursos profissionalizantes, no interior do Estado de São Paulo. O ETB passou a ser consolidado em nossas demonstrações financeiras a partir de 15 de abril de 2011. As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas apresentadas abaixo não levaram em consideração as demonstrações financeiras históricas do ETB, tendo em vista que os resultados do ETB não são relevantes para tal fim.

As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e ao trimestre findo em 31 de março de 2010 refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito às aquisições do Anglo e do Sistema PH por nós como se houvessem ocorrido desde 1° de janeiro de 2010. As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito à aquisição do Sistema PH por nós como se houvesse ocorrido desde 1º de janeiro de 2011. As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas em 31 de março de 2011 refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito à aquisição do Sistema PH por nós como se houvesse ocorrido em 31 de março de 2011. Os ajustes e suposições pro forma estão abaixo.

As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas abaixo foram preparadas com base em demonstrações financeiras históricas de acordo com o IFRS e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e se baseiam nas informações e hipóteses disponíveis que acreditamos ser razoáveis. As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas são apenas para fins ilustrativos e informativos e não pretendem representar ou ser indicador do que nossa situação financeira ou resultados operacionais teriam sido, caso as operações descritas acima tivessem ocorrido nas datas indicadas. As informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas também não devem ser consideradas representativas de nossa situação financeira ou de nossos resultados operacionais futuros.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Em relação às informações financeiras consolidadas *pro forma* não auditadas abaixo, nosso auditor independente, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, declarou que, conforme a regra NBC TA 700, o auditor independente deve formar sua opinião sobre se as demonstrações contábeis são elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável. Para formar essa opinião, o auditor deve concluir se obteve segurança razoável sobre se as demonstrações contábeis tomadas em conjunto não apresentam distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. As informações financeiras consolidadas *pro forma* tem por objetivo prover aos investidores informações referentes ao impacto de determinadas transações nas demonstrações financeiras históricas caso estas tivessem ocorrido em data anterior à efetiva data da transação, e além disso não atendem aos requerimentos completos de preparação de demonstrações contábeis. Desta forma, os auditores não podem emitir um opinião, porém é permitido emitir um relatório de asseguração limitada sobre a preparação das demonstrações *pro forma*, nos termos da Norma e Procedimentos de Asseguração ("NPA") – NBC TO 01 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 – "*International Standards on Assurance Engagements*". Tal relatório de asseguração foi emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e confirma que: (a) as informações financeiras consolidadas *pro forma* abaixo foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras históricas auditadas ou revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (b) foram realizados pela nossa administração ajustes *pro forma* ao somatório das demonstrações financeiras histórias auditadas e que a coluna referente a esses ajustes, bem como o somatório final, foram objeto de revisão pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; (c) tal revisão incluiu discussão das premissas utilizadas pela nossa administração na elaboração das informações financeiras consolidadas *pro forma* e a verificação dos ajustes *pro forma* ao somatório das demonstrações financeiras históricas auditadas utilizadas; e (d) foi elaborado nos termos da Norma e Procedimentos de Asseguração ("NPA") – NBC TO 01 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e/ou Revisão e ISAE 3000 – "*International Standards on Assurance Engagement*".

Demonstrações do Resultado Pro Forma Não Auditado para o Trimestre Findo em 31 de Março de 2011

	Companhia Histórico	Sistema PH Histórico	Ajuste Amortização do Intangível Sistema PH (A)	Ajuste Receitas/Despesas Financeiras Sistema PH (B)	Demonstração do Resultado Pro Forma
			(em milhares de reais)		
Receita Líquida	203.807	19.617	–	–	223.424
Custos dos produtos e serviços	(60.015)	(5.400)	–	–	(65.415)
Lucro bruto	143.792	14.217	–	–	158.009
Despesas com vendas	(48.011)	(758)	(661)	–	(49.430)
Despesas gerais e administrativas	(19.453)	(5.160)	(86)	–	(24.699)
Outras receitas/(despesas)	305	(19)	–	–	286
Lucro operacional	76.633	8.280	(746)	–	84.167
Receitas financeiras	8.173	164	–	(3.106)	5.231
Despesas financeiras	(20.492)	(39)	–	(1.306)	(21.837)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	64.314	8.405	(746)	(4.412)	67.562
Imposto de renda e contribuição social	(21.470)	(2.778)	254	1.500	(22.494)
Lucro líquido do trimestre	42.844	5.627	(492)	(2.912)	45.067

Ver notas explicativas às informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Demonstrações do Resultado Pro Forma Não Auditado para o Trimestre Findo em 31 de Março de 2010

	Companhia Histórico	Anglo Histórico	Sistema PH Histórico	Ajuste Amortização de PPA do Anglo (C)	Ajuste Despesa financeira Dívida Anglo (D)	Ajuste Amortização de PPA Sistema PH (A)	Ajuste Despesas/Receitas financeiras Sistema PH (B)	Demonstração do Resultado Pro Forma
					(em milhares de reais)			
Receita Líquida	105.377	42.288	18.387	–	–	–	–	166.053
Custos dos produtos e serviços	(36.541)	(11.410)	(4.984)	–	–	–	–	(52.935)
Lucro bruto	68.836	30.878	13.403	–	–	–	–	113.118
Despesas com vendas	(31.167)	(7.465)	(873)	(4.467)	–	(661)	–	(44.634)
Despesas gerais e administrativas	(7.518)	(3.743)	(5.143)	(819)	–	(86)	–	(17.309)
Outras receitas/ (despesas)	(207)	192	18	–	–	–	–	3
Lucro operacional	29.944	19.862	7.405	(5.286)	–	(746)	–	51.178
Receitas financeiras	2.986	4.854	123	–	–	–	(2.383)	5.580
Despesas financeiras	(3.129)	(399)	(115)	–	(15.937)	–	(1.002)	(20.582)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	29.801	24.317	7.413	(5.286)	(15.937)	(746)	(3.386)	36.176
Imposto de renda e contribuição social e contribuição social	(5.379)	(12.197)	(2.336)	1.797	5.419	254	1.151	(11.291)
Lucro líquido do trimestre	24.422	12.120	5.077	(3.489)	(10.518)	(492)	(2.235)	24.885

Ver notas explicativas às informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas.

Demonstrações do Resultado Pro Forma Não Auditado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010

	Companhia Histórico	Anglo Histórico	Sistema PH Histórico	Ajuste Amortização de PPA do Anglo (C)	Ajuste Despesa financeira Dívida Anglo (D)	Ajuste resultado período de 6 dias Anglo (E)	Ajuste Amortização de PPA Sistema PH	Ajuste Despesas/Receitas financeiras Sistema PH	Demonstração do Resultado Pro Forma
					(em milhares de reais)				
Receita Líquida	512.174	76.394	65.218	–	–	4.623	–	–	658.410
Custos dos produtos e serviços	(231.539)	(23.537)	(25.246)	–	–	(1.907)	–	–	(282.229)
Lucro bruto	280.635	52.857	39.972	–	–	2.716	–	–	376.181
Despesas com vendas	(159.346)	(14.043)	(3.033)	(8.935)	–	(737)	(2.643)	–	(188.736)
Despesas gerais e administrativas	(56.575)	(6.947)	(18.863)	(1.638)	–	(141)	(342)	–	(84.506)
Outras receitas/ (despesas)	(2.730)	269	110	–	–	(469)	–	–	(2.820)
Lucro operacional	61.984	32.136	18.186	(10.573)	–	1.369	(2.985)	–	100.118
Receitas financeiras	23.206	10.326	454	–	–	1.338	–	(9.534)	25.791
Despesas financeiras	(52.056)	(357)	(219)	–	(31.874)	–	–	(4.010)	(88.516)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	33.134	42.105	18.421	(10.573)	(31.874)	2.708	(2.985)	(13.543)	37.393
Imposto de renda e contribuição social	(18.717)	(14.219)	(5.738)	3.595	10.837	(921)	1.015	4.605	(19.544)
Lucro líquido do exercício	14.417	27.886	12.683	(6.978)	(21.037)	1.787	(1.970)	(8.939)	17.849

Ver notas explicativas às informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Balanço Patrimonial Pro Forma Não Auditado em 31 de Março de 2011

	Companhia	Sistema PH	Ajustes PPA	Ajuste Dívida	Companhia Pro Forma
			(em milhares de reais)		
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	308.451	3.831	(120.375)(B)	–	191.907
Contas a receber de clientes	128.498	5.511	–	–	134.009
Estoques	160.677	142	–	–	160.819
Impostos a recuperar	22.238	3.403	–	–	25.641
Adiantamentos e despesas antecipadas	6.638	620	–	–	7.258
Total do ativo circulante	**626.502**	**13.507**	**(120.375)(A)**	**–**	**519.634**
NÃO CIRCULANTE REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Impostos a recuperar	4.076				4.076
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.089	1.020			19.109
Depósitos judiciais	4.055	103			4.158
Adiantamentos e despesas antecipadas	1.158				1.158
Intangível	667.041	218	171.000		838.259
Imobilizado	56.664	2.728			59.392
Total do ativo não circulante	**751.083**	**4.069**	**171.000**		**926.152**
Total do ativo	**1.377.585**	**17.576**	**50.625**	**–**	**1.445.786**
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores e demais contas a pagar	86.077	3.930	–	–	90.007
Empréstimos e financiamentos	29.011	–	–	10.125(B)	39.136
Impostos e contribuições a pagar	1.518	1.461	–	–	2.979
Imposto de renda e contribuição social a pagar	6.758	5.190	–	–	11.948
Receita antecipada	–	4.443	–	–	4.443
Dividendos a pagar	13.696		–	–	13.696
Contas a pagar por aquisição de participação societária	67.475	–	–	–	67.475
Total do circulante	**204.535**	**15.024**	**–**	**10.125**	**229.684**
NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Contas a pagar por aquisição de participação societária	202.423	–	–	–	202.423
Empréstimos e financiamentos	362.097	–	–	40.500(B)	402.597
Impostos e contribuições a pagar	11.007	–	–	–	11.007
Provisão para contingências	11.470	2.996	–	–	14.466
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.774		–	–	4.774
Receita diferida					
Total do não circulante	**591.771**	**2.996**	**–**	**40.500**	**635.267**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	345.398	76	–	–	345.474
Reservas de capital	141.482	–	–	–	141.482
Reservas de lucros	51.555	–	–	–	51.555
Dividendo adicional proposto	42.844	–	–	–	42.844
Ajuste de avaliação patrimonial		(3.636)			(3.636)
Lucros acumulados	–	3.116	–	–	3.116
Total do patrimônio líquido	581.279	(444)	–	–	580.835
Total do passivo	**1.377.585**	**17.576**	**–**	**50.625**	**1.445.786**

Ver notas explicativas às informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Notas explicativas às informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas

Os ajustes pro forma dizem respeito aos impactos descritos abaixo, sendo estes suscetíveis a imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferidos, os quais foram calculados com base nas alíquotas de 34%, respectivamente, sobre cada ajuste pro forma.

(A) ajuste decorrente do reconhecimento de ativos intangíveis identificados no processo de alocação do preço de aquisição (PPA) do Sistema PH. Consideramos para fins deste ajuste que não houve alteração no preço de venda, sendo que qualquer variação foi alocada como ágio. Este ajuste gera os seguintes impactos: (i) a despesa de amortização dos intangíveis aumenta as despesas de vendas em R$2,6 milhões e as despesas administrativas em R$342 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e aumenta as despesas de vendas em R$661 mil e as despesas administrativas em R$86 mil para os trimestres findos em 31 de março de 2010 e de 2011; e (ii) o saldo de ativos intangíveis aumenta em 31 de março de 2011 em R$171,0 milhões.

(B) o valor pago pela aquisição do Sistema PH foi de R$171,0 milhões, dos quais R$120,4 milhões referem-se a um pagamento parcial em caixa, e os restantes R$50,6 milhões são relativos a uma dívida a ser paga a partir de 2012 aos vendedores do Sistema PH, indexada a 100% do CDI. Este ajuste gera: (i) reconhecimento de aumento de despesa de juros referentes à dívida de R$50,6 milhões. Houve um aumento das despesas financeiras em R$4,0 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em R$1,0 milhão para o trimestre findo em 31 de março de 2010, e em R$1,3 milhão para o trimestre findo em 31 de março de 2011, (ii) reconhecimento de redução da receita de juros referentes à parcela da dívida paga em caixa no montante de R$120,0 milhões, considerando-se que o rendimento médio da nossa carteira de investimentos é de 100% do CDI. Houve uma redução de receita financeira em R$9,5 milhões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, em R$2,4 milhões para o trimestre findo em 31 de março de 2010, e em R$3,1 milhões para o trimestre findo em 31 de março de 2011; (iii) aumento do saldo de dívida em 31 de março de 2011 em R$50,6 milhões, sendo R$10,0 milhões no passivo corrente e R$40,5 milhões no passivo não corrente em decorrência da parcela financiada, e (iv) redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa em 31 de março de 2011 em R$120,4 milhões decorrente da parcela paga à vista.

(C) ajuste decorrente do reconhecimentos de ativos intangíveis identificados no processo de alocação do preço de aquisição (PPA) do Anglo. Consideramos para fins desde ajuste que não houve alteração no preço de venda, sendo que qualquer variação foi alocada como ágio. Este ajuste gera os seguintes impactos: (i) a despesa de depreciação referente à mais-valia do imobilizado aumenta as despesas administrativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 em R$1,0 milhão, e em R$515 mil para o trimestre findo em 31 de março de 2010; e (ii) a despesa de amortização dos intangíveis aumenta as despesas de vendas em R$8,9 milhões e as despesas administrativas em R$609 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e aumenta as despesas de vendas em R$4,5 milhões e as despesas administrativas em R$305 mil para o trimestre findo em 31 de março de 2010.

(D) o preço de aquisição do Anglo foi de R$717,4 milhões, reduzido por um pagamento parcial R$200,0 milhões realizado com recursos obtidos de um aumento de capital na Abril Educação. O saldo remanescente de R$517,4 milhões gera uma dívida indexada a CDI + 2% ao ano. Devido ao reconhecimento desta dívida, há um impacto na despesa de juros, gerando um aumento nas despesas financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 em R$31,9 milhões e, em para o trimestre findo em 31 de março de 2010 há um aumento de R$15,9 milhões.

(E) ajuste para refletir os seis dias das operações do Anglo ocorridas entre 30 de junho de 2010 (data das informações financeiras históricas) e 6 de julho de 2010 (data da aquisição por nós), os quais não estão refletidos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas históricas para 31 de dezembro de 2010 ou nas informações financeiras revisadas históricas do Anglo para 30 de junho de 2010.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

As informações a seguir ilustram o cálculo do nosso EBITDA, EBITDA Pro Forma e EBITDA Pro Forma Ajustado, com base em nossas informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas, relativos aos períodos abaixo indicados.

	Trimestre findo em		Exercício findo em
	31/03/2011	31/03/2010	31/12/2010
		(R$ mil)	
Lucro líquido pro forma	45.067	24.885	17.849
Imposto de renda e contribuição social pro forma	22.494	11.291	19.544
Depreciação e amortizações pro forma	7.554	1.403	16.031
Amortização do investimento editorial pro forma	14.066	8.801	25.649
Despesas de amortização/Depreciação PPA Anglo pro forma	–	5.286	10.573
Despesas de amortização/Depreciação PPA Sistema PH pro forma	746	746	2.985
Receitas/Despesas financeiras pro forma	16.606	15.002	62.725
EBITDA Pro Forma	**106.534**	**67.416**	**155.356**
Itens não recorrentes:	1.100	1.700	29.700
Reorganização administrativa			5.400
Comissões/honorários com aquisição do Anglo	1.100		8.700
Projetos comerciais extraordinários		1.700	8.000
Obsolescência de estoques			7.600
EBITDA Pro Forma Ajustado	**107.634**	**69.116**	**185.056**

O EBITDA, segundo disposições do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, juros, depreciação e amortização. O EBITDA e o EBITDA pro forma não são medidas contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou para o fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA e o EBITDA pro forma não tem uma definição padronizada e podem não ser comparáveis ao EBITDA utilizado por outras companhias.

O nosso EBITDA Ajustado pro forma, por usa vez, significa o EBITDA adicionado das seguintes despesas não recorrentes: (i) adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV; (ii) reorganização administrativa; (iii) comissões e honorários pagos em razão de assessoria para a aquisição das sociedades do Anglo, quais sejam, a Editora Anglo; a Anglo Vestibulares, a Gráfica e Editora Anglo e a Siga (que, em conjunto com a Editora Anglo, o Anglo Vestibulares e a Gráfica e Editora Anglo são denominadas “Grupo Anglo”); (iv) projetos comerciais extraordinários; e (iv) obsolescência de estoques relativos ao material do sistema de ensino SER, tendo em vista a reformulação do conteúdo do material.

O EBITDA Ajustado pro forma não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou (i) como uma alternativa ao lucro líquido, (ii) como medida operacional, (iii) alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou (iv) como medida de liquidez. Outras companhias podem calcular o EBITDA Ajustado pro forma de maneira diferente de nós. Em razão de não serem considerados para o seu cálculo o resultado financeiro, o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação, a amortização e as despesas não recorrentes, o EBITDA Ajustado pro forma funciona como um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado pro forma funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Uma vez que o EBITDA Ajustado pro forma não considera certos custos intrínsecos aos nossos negócios, que por sua vez poderiam afetar significativamente os nossos lucros, tais como o resultado financeiro, impostos, depreciação e despesas não recorrentes, o EBITDA Ajustado pro forma apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de nossa rentabilidade.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a. objeto da projeção

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

b. período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

d. valores dos indicadores que são objeto da projeção

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data da entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, uma vez que não divulgamos projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a. atribuições de cada órgão e comitê

Conselho de Administração: O Conselho de Administração será composto de no mínimo cinco e no máximo nove membros, todos acionistas, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, os quais serão designados Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e Conselheiro sem designação específica, com mandato unificado de dois anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento de nossas políticas e diretrizes gerais de negócio, incluindo sua estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização do nosso desempenho. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos nossos Diretores. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro do Conselho de Administração deve ser titular de, pelo menos, uma ação de nossa emissão. No mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no § 2º do artigo 16 do nosso Estatuto Social.

O Conselho de Administração tem as seguintes competências fixadas pelo nosso Estatuto Social sem prejuízo das demais que lhe são atribuídas por lei: (i) fixar a orientação geral dos nossos negócios; (ii) eleger e destituir os Diretores, bem como discriminar as suas atribuições; (iv) fixar a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores e dos membros dos Comitês de Assessoria, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral; (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo nossos os livros e papéis; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos; (v) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; (vi) apreciar o relatório da administração, as contas da Diretoria e as nossas demonstrações financeiras, que incluem as demonstrações financeiras de encerramento de exercício social e as informações financeiras trimestrais, e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral; (vii) aprovar e rever o orçamento anual; (viii) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; (ix) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral; (x) apresentar à Assembleia Geral proposta de reforma do Estatuto Social; (xi) apresentar à Assembleia Geral proposta de nossa dissolução, fusão, cisão e incorporação e de incorporação, por nós, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias; (xii) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral; aprovar nosso voto em qualquer deliberação societária relativa às nossas controladas ou coligadas, que não seja da alçada da Diretoria; (xiii) autorizar a emissão de nossas ações, nos limites autorizados no artigo 6º do Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; (xiv) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, nos termos do § 2º do artigo 6º do Estatuto Social; (xv) outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que nos prestem serviços ou a sociedades controladas por nós, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral; (xvi) deliberar sobre a negociação com ações de nosso emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes; (xvii) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, bem como de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real; (xviii) deliberar, por delegação da Assembleia Geral quando da emissão de debêntures por nós, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e o modo de subscrição ou colocação bem como os tipos de debêntures; (xix) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam *bonds*, notes, *commercial papers*, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato; (xx) estabelecer o valor da participação nos lucros da nossa Diretoria, Comitês de Assessoria e empregados e de sociedades por nós controladas, podendo decidir por não atribuir-lhes qualquer participação; (xxi) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável; (xxii) autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros; (xxiii) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no nosso orçamento anual; (xxiv) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e prestação de garantias relativas a obrigações assumidas por nós, e a prestação de avais e fianças em garantias de obrigações de terceiros, bem como autorizar a constituição de ônus reais e prestação de garantias relativas a obrigações assumidas por nós, e autorizar a prestação de avais e fianças em garantia de obrigações de terceiros de valor superior ao valor de alçada da Diretoria; (xxv) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a nossa estrutura de capital, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura do nosso capital de valor superior ao valor de alçada da Diretoria; (xxvi) aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações e certificados de depósito de ações (Units); (xxvii) aprovar nossas políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários de nossa emissão; (xxviii) definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações de nossa emissão, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, na forma definida no artigo 43 do Estatuto Social; (xxix) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e/ou pelos Comitês de Assessoria, bem como convocar os membros da Diretoria e dos Comitês de Assessoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; (xxx) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de nossa emissão, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os nossos interesses; (c) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à nós; e (d) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e (xxxi) dispor, observadas as normas do Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento.

Na tabela abaixo estão os nomes, data de eleição e cargos dos membros do nosso Conselho de Administração cujos mandatos são válidos até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Membro	Idade	Data de Eleição	Cargo
Roberto Civita	74	31 de maio de 2011	Presidente
Giancarlo Francesco Civita	47	31 de maio de 2011	Vice-Presidente
Victor Civita	46	31 de maio de 2011	Membro Efetivo
Douglas Duran	58	31 de maio de 2011	Membro Efetivo
Arnaldo Figueiredo Tibyriçá	52	31 de maio de 2011	Membro Efetivo
Jonas Miranda Gomes	58	31 de maio de 2011	Membro Efetivo
Paulo Roberto Nunes Guedes	62	31 de maio de 2011	Membro Efetivo
Marcos Antônio Magalhães	64	31 de maio de 2011	Independente Efetivo
Maria Helena Guimarães de Castro	64	31 de maio de 2011	Independente Efetivo

Comitês de Assessoria: O Conselho de Administração poderá instituir Comitês de Assessoria, nos termos do artigo 16, § 6º, do Estatuto Social, os quais não terão poderes executivos ou deliberativos e funcionarão nos termos de seus respectivos regimentos internos.

.

As decisões tomadas em Comitês de Assessoria são meramente indicativas e não vinculam, nem de qualquer forma, condicionam a atuação do Conselho de Administração, bem como de qualquer outro órgão da Companhia e/ou de qualquer outra subsidiária dela. O Conselho de Administração poderá, a qualquer tempo, instituir, extinguir, aprovar e reformar os regimentos internos de cada Comitê de Assessoria.

Cada Comitê de Assessoria será composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. O mandato dos membros dos Comitês de Assessoria se encerrará juntamente com o mandato do Conselho de Administração que os eleger, podendo ser renovado.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Atualmente a Companhia possui apenas dois Comitês de Assessoria obrigatórios acima mencionados, que possuem as atribuições e composições abaixo mencionadas:

Comitê de Governança Corporativa: nos termos do Regimento Interno do Comitê de Governança Corporativa, aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2011, referido comitê tem as seguintes atribuições e responsabilidades: (i) conforme a necessidade e/ou conveniência do nosso Conselho de Administração, apoiar na seleção e indicação de pessoas aptas a ocupar cargos nos órgãos de nossa administração e em outros Comitês de Assessoria; (ii) fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre a composição, competência e regras de funcionamento dos órgãos da administração e dos outros Comitês de Assessoria; (iii) apoiar o Conselho de Administração, quando este demandar, no processo de seleção e indicação de Diretores; (iv) recomendar e acompanhar a adoção de boas práticas de governança corporativa, assim como a eficácia de seus processos, propondo atualizações e melhorias quando necessário; (v) recomendar ao Conselho de Administração, a elaboração ou a atualização de quaisquer documentos da Companhia destinados a implementar, criar ou desenvolver melhores práticas de governança corporativa; (vi) avaliar e sugerir estratégias que mantenham ou agreguem valor à nossa imagem institucional; (vii) acompanhar assuntos relacionados à sustentabilidade e responsabilidade corporativa em apoio à visão que o Conselho de Administração deva ter desses temas; e (viii) acompanhar o cumprimento das diretrizes dos códigos nossos internos, as políticas de divulgação de informações e negociação de valores mobiliários, sistema de gestão e diretrizes relacionadas à sustentabilidade.

As reuniões do Comitê de Governança Corporativa ocorrerão trimestralmente, com base em calendário aprovado na primeira reunião ordinária do ano, e extraordinariamente, quando convocadas pelo Coordenador a pedido de qualquer dos membros, com pelo menos cinco dias de antecedência.

Na tabela abaixo estão os nomes, data de eleição e cargos dos membros do nosso Comitê de Governança Corporativa cujos mandatos são válidos até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Membro	Idade	Data de Eleição	Cargo
Rafael Gomes Martinez	38	31 de maio de 2011	Coordenador
Arnaldo Figueiredo Tibyriçá	52	31 de maio de 2011	Membro Efetivo
Douglas Duran	58	31 de maio de 2011	Membro Efetivo
Fátima Nunes Fernandes	52	31 de maio de 2011	Membro Efetivo

Comitê Financeiro: nos termos do Regimento Interno do Comitê Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de janeiro de 2011, referido comitê tem as seguintes atribuições e responsabilidades: (i) acompanhar e avaliar as atividades exercidas pelos nossos auditores independentes, examinando os relatórios e pareceres resultantes de tais atividades e podendo opinar sobre sua contratação e destituição; (ii) examinar, previamente, as propostas e o escopo de serviços de auditoria e de outros serviços apresentados pelos nossos auditores independentes, e formular recomendações quanto à aceitação ou rejeição dessas propostas e quanto à redefinição do escopo dos serviços; (iii) assessorar o Conselho de Administração no processo de supervisão da elaboração das nossas demonstrações financeiras e demais relatórios exigidos por lei, a fim de assegurar que tais demonstrações e relatórios cumpram os requisitos legais aplicáveis; (iv) assessorar o Conselho de Administração no exame e discussão com a Diretoria, nossos advogados e auditores independentes da avaliação de processos judiciais, arbitrais ou administrativos em curso perante as autoridades competentes e que possam ter impacto relevante nos nossos negócios; (v) assessorar o Conselho de Administração no exame e discussão com a Diretoria e os auditores independentes das nossas demonstrações financeiras auditadas, incluindo a Carta de Controles Internos emitida pelos auditores independentes; (vi) assessorar o Conselho de Administração na fixação da estrutura de controles internos dos nossos processos relevantes, inclusive na implementação de sistema integrado de informações, e auxiliar a Diretoria na sua revisão periódica, visando a garantir sua eficácia; (vii) assessorar e emitir recomendações ao Conselho de Administração quanto à elaboração e revisão da nossa política de riscos e de nossas subsidiárias, incluindo, mas não se limitando a, aplicações e operações financeiras, investimentos financeiros, captação e gestão de caixa e de riscos financeiros; e (viii) assessorar o Conselho de Administração nos assuntos específicos de sua competência e de acordo com as solicitações efetuadas.

As reuniões do Comitê Financeiro ocorrerão trimestralmente, com base em calendário aprovado na primeira reunião ordinária do ano, e extraordinariamente, quando convocadas pelo Coordenador a pedido de qualquer dos membros, com pelo menos cinco dias de antecedência.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Na tabela abaixo estão os nomes, data de eleição e cargos dos membros do nosso Comitê Financeiro cujos mandatos são válidos até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013:

Membro	Idade	Data de Eleição	Cargo
Jaime Cardoso Danvila	43	31 de maio de 2011	Coordenador
Marcelo Vaz Bonini	45	31 de maio de 2011	Membro Efetivo
Douglas Duran	58	31 de maio de 2011	Membro Efetivo
Fátima Nunes Fernandes	52	31 de maio de 2011	Membro Efetivo

Diretoria: a Diretoria, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, será composta de, no mínimo, três e, no máximo, oito Diretores, dos quais um será designado Diretor Presidente, um será designado Diretor Financeiro e um será designado como Diretor de Relações com Investidores e os demais serão designados Diretores Executivos, podendo haver cumulação de funções. Os Diretores terão prazo de mandato unificado até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após dois anos da elição, considerando-se ano o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo para renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Observados os valores de alçada da Diretoria fixada pelo Conselho de Administração nos casos previstos no artigo 19 do Estatuto Social, compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente: (i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (ii) elaborar, anualmente, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (iii) propor ao Conselho de Administração o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual, se houver, o qual deverá ser revisto e aprovado anualmente; (iv) deliberar sobre a instalação e o fechamento de escritórios, filiais, sucursais, estabelecimentos ou representações da Companhia em qualquer parte do território nacional ou fora dele; e (v) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Na tabela abaixo estão os nomes, data de eleição e cargos dos membros da Diretoria cujos mandatos são válidos até a primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer após a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012:

Membro	Idade	Data de Eleição	Cargo
Manoel Luiz Ferrão de Amorim	52	31 de maio de 2011	Diretor Presidente
Marcelo Schmidt	49	31 de maio de 2011	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Mario Ghio Junior	41	31 de maio de 2011	Diretor Executivo
Daniela Ungari da Costa Menusier	38	31 de maio de 2011	Diretora Executiva
Ana Teresa Ralston Ferraz do Amaral	45	31 de maio de 2011	Diretora Executiva

Conselho Fiscal: o Conselho Fiscal é um órgão separado, independente da administração e dos auditores independentes. As responsabilidades principais do Conselho Fiscal são fiscalizar os atos dos administradores, opinar sobre determinadas propostas dos órgãos de administração a serem submetidas à Assembleia Geral para deliberação, examinar as nossas demonstrações contábeis e denunciar aos órgãos de administração e à Assembleia Geral os erros, fraudes ou crimes de que tiverem conhecimento. O Conselho Fiscal funciona de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei. O nosso Conselho Fiscal é composto de no mínimo três e no máximo cinco membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

b. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Atualmente não possuímos Conselho Fiscal instalado.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

c. mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não realizamos avaliação de desempenho do nosso Conselho de Administração e dos nossos Comitês de Assessoria.

A nossa Diretoria é avaliada anualmente com base no desempenho dos negócios e no alcance de metas individuais fixadas ao início de cada ano. As principais métricas de desempenho utilizadas são o EBITDA, a geração de caixa operacional e o crescimento de *market share*.

d. em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente: (i) executar e fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia; (iii) dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual; (iv) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as nossas operações, incluindo as nossas áreas contábil, financeira, administrativa, de recursos humanos e comercial, acompanhando seu andamento; (v) dirigir e distribuir os serviços e tarefas da nossa administração interna; (vi) dirigir, no mais alto nível, as nossas relações públicas e orientar a publicidade institucional; (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (viii) nos representar, pessoalmente ou por mandatário que nomear, nas Assembléias Gerais, reuniões ou outros atos societários de sociedades das quais tenhamos participação; (ix) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades e o andamento das nossas operações; e (x) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Diretor Financeiro: (i) substituir o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos, sempre que indicado pelo Diretor Presidente; (ii) estruturar e liderar a nossa equipe financeira e contábil; (iii) implementar e supervisionar os nossos processos financeiros, seus controladas e coligadas, incluindo o processo orçamentário; (iv) supervisionar a estruturação dos instrumentos de dívida para nós, nos termos em que vierem a ser aprovados; (v) supervisionar a estruturação dos documentos financeiros e contábeis quando cabível; (vi) elaborar relatórios gerenciais, incluindo os de acompanhando do orçamento físico e financeiro, com indicadores estratégicos para o Conselho de Administração; (vii) supervisionar os nossos processos de auditoria interna e externa; (viii) propor políticas de gestão de riscos para nós e implementá-las quando aprovadas; (ix) assegurar a confiabilidade dos nossos dados financeiros e contábeis; (x) elaborar o benchmark da concorrência e de outras indústrias; (xi) implementar os processos de nossa gestão estratégica, se for o caso; (xii) sob a direção do Diretor Presidente, coordenar as nossas operações de fusões e aquisições e (xiii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Diretor de Relações com Investidores: (i) sob a orientação do Diretor Presidente, coordenar os processos da Companhia relativos a oferta de valores mobiliários; (ii) nos representar perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as bolsas de valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Diretores Executivos: auxiliar o Diretor Presidente na supervisão, coordenação, direção e administração das atividades e dos nossos negócios e em todas as tarefas que estes lhe consignarem.

e. mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Não realizamos avaliação de desempenho dos membros do nosso Conselho de Administração e dos membros do nossos Comitês de Assessoria.

Com relação à nossa Diretoria, os mesmos critérios utilizados para avaliação do órgão como um todo são aplicados para cada um dos Diretores, ou seja, os membros da nossa Diretora são avaliados anualmente com base no desempenho dos negócios e no alcance de metas individuais fixadas ao início de cada ano. As principais métricas de desempenho utilizadas são o EBITDA, a geração de caixa operacional e o crescimento de market share.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e com oito dias corridos de antecedência no caso de segunda convocação.

b. competências

Compete à Assembleia Geral da Companhia: (i) reformar o Estatuto Social; (ii) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; (iii) fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado; (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) deliberar sobre a emissão de debêntures pela Companhia, ressalvado o disposto no artigo 19, XVII, do Estatuto Social; (vi) suspender o exercício dos direitos do acionista; (vii) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (viii) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (ix) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial; (x) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (xi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados, bem como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (xii) deliberar sobre a saída do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA nas hipóteses previstas no Capítulo VII do Estatuto Social; (xiii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM; (xiv) escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta e/ou saída do Nível 2 da BM&FBOVESPA, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; e (xv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

c. endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos estarão disponíveis na sede da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Otaviano Alves de Lima, 4400, 7º andar, Ala C, Bairro Vila Arcádia, CEP 02909-900, e no *website* da Companhia: www.abrileducacao.com.br.

d. identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembléias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das Sociedades por Ações prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da Assembleia Geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do conselho de administração.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

e. solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras, políticas ou práticas relativas à solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto, utilizando-se daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação da CVM.

f. formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o acionista pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado; na companhia aberta, como é o caso da Companhia, o procurador pode, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão apresentar, com no mínimo 72 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, cinco dias antes da data da realização da Assembléia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

h. transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

A Companhia não transmite ao vivo o vídeo e/ou o áudio das assembléias.

i. mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

A Companhia ainda não adotou mecanismos para permitir a inclusão de propostas de acionistas na ordem do dia das suas assembléias gerais.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	31/05/2011
		O Estado de São Paulo - SP	30/05/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado de São Paulo - SP	24/04/2010
		O Estado de São Paulo - SP	24/04/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	O Estado de São Paulo - SP	29/04/2009
			29/04/2009

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. frequência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, ao menos uma vez por trimestre, podendo a periodicidade de tais reuniões ser modificada pelo voto favorável da maioria dos membros do Conselho de Administração. As reuniões extraordinárias acontecerão a qualquer tempo, sempre que for necessário.

b. se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas assinado em 11 de agosto de 2010 estabelece que os membros do Conselho de Administração da Companhia deverão votar na reunião do Conselho de Administração, de forma a eleger para os cargos de membros dos Comitês de Assessoria da Companhia as pessoas indicadas pelos acionistas controladores (para maiores informações sobre o Acordo de Acionistas, vide Item 15.5 deste Formulário de Referência).

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse no Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo presidente do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não poderá ser eleito como administrador da Companhia, salvo dispensa da assembleia geral, aquele que tiver interesse conflitante com a sociedade. A lei dispõe, ainda, que é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e extensão do seu interesse. Não obstante, admite-se que o administrador contrate com a companhia em condições razoáveis ou equitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a companhia contrataria com terceiros.

No que se refere especificamente aos administradores que também forem acionistas da Companhia, a Lei das Sociedades por Ações dispõe que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembléia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável; o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central e pela CVM, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Regulamento de Aplicação de Sanções Pecuniárias do Nível 2 de Governança Corporativa, a qual deve ser conduzida junto à Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA, em conformidade com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção de direitos, seja em procedimento arbitral já instituído ou ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer medida dessa natureza seja concedida, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por árbitros escolhidos na forma estabelecida no procedimento de Arbitragem previsto no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Manoel Luiz Ferrão de Amorim	52	Pertence apenas à Diretoria	31/05/2011	2 anos
509.274.777-34	Administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	31/05/2011	Sim
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Marcelo Schmidt	49	Pertence apenas à Diretoria	31/05/2011	2 anos
738.874.987-04	Engenheiro	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	31/05/2011	Sim
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Mario Ghio Junior	41	Pertence apenas à Diretoria	31/05/2011	2 anos
127.225.868-86	Administrador	Diretor Executivo	31/05/2011	Sim
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Daniela Ungari da Costa Menusier	38	Pertence apenas à Diretoria	31/05/2011	2 anos
179.533.438-00	Engenheira	Diretora Executiva	31/05/2011	Sim
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Ana Teresa Ralston Ferraz do Amaral	45	Pertence apenas à Diretoria	31/05/2011	2 anos
092.464.118-54	Pedagoga	Diretora Executiva	31/05/2011	Sim
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Roberto Civita	74	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/05/2011	2 anos
006.890.178-04	Editor	20 - Presidente do Conselho de Administração	31/05/2011	Sim
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Giancarlo Francesco Civita	47	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/05/2011	2 anos
040.666.108-11	Bacharel em Comunicação Social	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	31/05/2011	Sim
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Victor Civita	46	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/05/2011	2 anos
040.666.138-37	Cientista Político	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/05/2011	Sim
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Douglas Duran	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/05/2011	2 anos
541.326.068-72	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/05/2011	Sim
Membro do Comitê de Governança Corporativa e do Comitê Financeiro.				
Paulo Roberto Nunes Guedes	62	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/05/2011	2 anos

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
156.305.876-68	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/05/2011	Não
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Jonas Miranda Gomes	58	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/05/2011	2 anos
137.092.164-00	Matemático	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/05/2011	Não
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Arnaldo Figueiredo Tibyriçá	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/05/2011	2 anos
074.279.518-75	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	31/05/2011	Sim
Membro do Comitê de Governança Corporativa				
Marcos Antônio Magalhães	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/05/2011	2 anos
021.241.064-49	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/05/2011	Sim
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				
Maria Helena Guimarães de Castro	64	Pertence apenas ao Conselho de Administração	31/05/2011	2 anos
059.237.468-83	Socióloga	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	31/05/2011	Sim
Não aplicável, uma vez que não ocupa outro cargo ou exerce outra função na Companhia.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Manoel Luiz Ferrão de Amorim - 509.274.777-34

52. É graduado em Engenharia Química pelo Instituto Militar de Engenharia do Rio de Janeiro, em 1983, com MBA na Universidade de Harvard, em 1990. Entre os anos de 1990 e 1999, atuou na Procter & Gamble em diversas funções de Marketing e como Gerente Geral na Divisão America Latina. Durante o ano de 2000 atuou na America Online Brasil como Presidente. Entre os anos de 2000 e 2005, atuou na Telecomunicações de São Paulo (Telefonica) como Diretor Geral. Em 2006 atuou na Telefonica Internacional como Diretor Geral de Clientes Residenciais para a America Latina e como Presidente do Conselho de Administração da Vivo Participações. Entre os anos de 2007 e 2009 atuou na Globex (Ponto Frio) como Diretor Presidente. De setembro de 2009 a março de 2010 foi Diretor Presidente da Laureate Inetrnational Universities no Brasil. Em junho de 2010 ingressou na Companhia e desde então atua como Diretor Presidente. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Marcelo Schmidt - 738.874.987-04

49. É graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1984, com MBA em Finanças pela University of Southern Califórnia, Los Angeles, Estados Unidos, em 1989. Em 2001, participou do Programa de Educação Executiva em Finanças Corporativas Internacionais do Insead, Fontainebleau, França. Possui experiência de mais de 20 anos nas áreas financeira e de relações com investidores. Durante os anos de 2099 e 2011, ocupou a posição de Diretor de Finanças e Tesouraria da Endesa Brasil S/A. Durante os anos de 1999 e 2004, atuou na Elektro Eletricidade e Serviços S/A, como Gerente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores e posteriormente entre 2005 e 2008, como Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores. Entre 1989 e 1999, atuou nas áreas financeiras e de relações com investidores de empresas como Du Pont do Brasil S/A, Grupo Caemi e Aços Villares S/A.. Durante os anos de 2003 e 2005, participou do Conselho Deliberativo da Fundação CESP. Ingressou na Companhia em março de 2011 eleito como Diretor Financeiro e em maio de 2011 passou também a exercer o cargo de Diretor de Relações com Investidores. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Mario Ghio Junior - 127.225.868-86

41. É graduado em Engenharia Química pela Poli-USP, em 1993, e em Gestão de Negócios Empresariais na Universidade Anhembi-Morumbi/SP, em 2006. Atualmente, cursa MBA Executivo no Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa. Durante os anos de 1988 e 1998, atuou como Professor de Química no Sistema Anglo de Ensino, onde atuou durante 10 anos, chegando a posição de Diretor Pedagógico de Escolas. Durante os anos de 1999 e 2008, foi Diretor Editorial do Grupo COC, Diretor Geral do Sistema UNO de Ensino e CEO da Avalia Qualidade Educacional. Entre outubro de 2008 e início de 2011, foi Diretor de Suporte ao Ensino da Estácio Participações S.A. Em 2011, ingressou na Companhia e atualmente atua como Diretor Executivo da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Daniela Ungari da Costa Menusier - 179.533.438-00

38. É formada em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1994. Possui MBA pela University of Michigan Business School, nos Estados Unidos, em 2000. Possui experiência de mais de 10 anos em planejamento estratégico, mercado financeiro e consultoria. Durante os anos de 2003 e 2010, foi Superintendente Executiva de Planejamento Estratégico do Banco ABN AMRO Real e, posteriormente, do Banco Santander Brasil, assessorando o Diretor Presidente e o Comitê Executivo em diversas revisões estratégicas de negócios, no planejamento financeiro e na avaliação de oportunidades de parcerias e vendas de ativos. No mesmo período foi também responsável pela área de Relações com Investidores do Banco Real e representou o Banco nos Comitês de Auditoria da Fidelity e Cielo (Visanet). Entre 2000 e 2003, foi gerente de projetos da ATKearney liderando projetos em diversos clientes. Durante os anos de 1996 e 1998, atuou como gerente de relacionamento do Corporate do Citibank. Ingressou na Companhia em março de 2010 e atualmente exerce o cargo de Diretora Executiva da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que a impeça de exercer cargos de administração.

Ana Teresa Ralston Ferraz do Amaral - 092.464.118-54

45. Pedagoga especializada em Gestão Escolar e Educação Básica pelo Mackenzie em 1992. Mestrando em Currículo para Tecnologias de Educação pela PUC-SP em 2005. MBA Corporativo -- Programa de Extensão -- Setor Público da GV em e Programa de Extensão para Empreendedorismo 2008, Babson University, em 2009. Em 1987 iniciou a carreira docente como Professora de escolas públicas e particulares. Durante os anos de 1990 e 1999 lecionou no Colégio Dante Alighieri, onde implantou programas de formação de educadores e o centro digital de pesquisa da escola. Durante os anos de 1996 e 2002 foi docente de Formação de educadores no Centro de Pesquisa Escola do Futuro, da USP e durante os anos de 2000 e 2003 trabalhou no Grupo Klick como Diretora de Tecnologia Educacional. Durante os anos de 2009 e 2010 desenvolveu na Fundação Padre Anchieta – TV Cultura o programa educacional para Centros de Inclusão Digital. Durante os anos de 2003 e 2009 trabalhou na Microsoft Brasil, onde foi Gerente Sênior de Educação e Gerente de Programas Acadêmicos, desenvolvendo projetos de integração de Tecnologias em Educação voltados a posicionar a Microsoft no setor de Educação junto a empresas, ONGs, Universidades e Secretarias de Educação. Não possui condenação criminal ou administrativa que a impeça de exercer cargos de administração.

Roberto Civita - 006.890.178-04

74. Nasceu em Milão, em 1936. Formado em Jornalismo e em Economia pela Wharton School, da Universidade da Pensilvânia, em 1957. Tem pós-graduação em Sociologia pela Universidade de Colúmbia. Desde de 1968 é Editor Chefe da VEJA. Em 1990, assumiu a Presidência da Abril, sendo que atualmente ocupa os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Editorial. No ano de 2010, ingressou na Companhia e desde então atua como Presidente de seu Conselho de Administração. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Giancarlo Francesco Civita - 040.666.108-11

47. É formado pela ESPM, em 1989. Tem pós-graduação pela Harvard Business School, em 1991. Em 1982, ingressou na Abril como trainee na gráfica. Foi, a partir de 1990, sucessivamente, Diretor de Programação da TVA, Diretor Geral da MTV, Vice-Presidente da Unidade Temática, Vice-Presidente da Divisão Entretenimento e Vice-Presidente da Unidade Jovem. Em fevereiro de 2003, afastou-se da rotina executiva do Grupo para assumir a Vice-Presidência do Conselho de Administração da Abril e, paralelamente, montar sua própria empresa. Em 2006, regressou às atividades da Abril e tornou-se Vice-Presidente Executivo. Em março de 2007 assumiu a Presidência Executiva do Grupo Abril, bem como o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Victor Civita - 040.666.138-37

46. É formado em Ciências Políticas pela Columbia University, em 1989. Em 1990, Ingressou na Abril como Diretor de Programação e Produção da MTV, sendo responsável pela implantação da emissora no Brasil. Durante os anos de 1992 e 2002, foi também Diretor de Programação e Produção da TVA, da Abril Produções e Vice-Presidente da Unidade Jovem na Editora Abril. Membro do Conselho de Administração do Grupo Abril e Vice-Presidente de Iniciativas Digitais, desde 2010. Ingressou na Companhia no ano de 2010 e desde então ocupa o Cargo de Conselheiro de Administração da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Douglas Duran - 541.326.068-72

58. É formado em administração de empresas pela Faculdade Amador Aguiar, em 1979. Tem especialização em finanças pela USP, em 1989, tendo cursado o Program for Management Development pela Harvard Business School, em 1999. Ingressou no Grupo Abril em 1978, tendo ocupado, desde então, os cargos de Diretor Tesoureiro da Editora Abril, Diretor Financeiro da TVA, Diretor de Planejamento e Negócios da Abril Entretenimento, Diretor Superintendente da Dinap e Diretor de Relações Internacionais. Desde 2006 atua como Vice-Presidente de Finanças e Controle e Serviços Compartilhados do Grupo Abril. Ingressou na Companhia no ano de 2010 e desde então ocupa o Cargo de Conselheiro de Administração e membro do Comitê Financeiro e do Comitê de Governança Corporativa da Companhia. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Paulo Roberto Nunes Guedes - 156.305.876-68

61 Economista com Ph.D. pela Universidade de Chicago, em 1978. Em 1983, fundou o Banco Pactual, tendo atuado também como seu Diretor. Durante os anos de 1984 a 2004, foi sócio e Diretor Presidente do IBMEC, uma das principais escolas de negócios do País, que veio a ser um marco no ensino de negócios do Brasil. Durante os anos 80 foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada. Em 2007, fundou o grupo financeiro BR Investimentos, sendo seu Diretor Presidente, desde então. Desde 2009, é também membro do Conselho de Administração da HSM Educação. Atualmente é colunista semanal do jornal O Globo e escreve a cada duas semanas para a revista Época. Ingressou na Companhia em 2010, e atualmente atua como membro de seu Conselho de Administração. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Jonas Miranda Gomes - 137.092.164-00

58. Possui Doutorado em Matemática pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), em 1984. De 1985 a 1989, coordenou o grupo de desenvolvimento da tecnologia de Computação Gráfica da Rede Globo. De 1990 a 1999 atuou como pesquisador do IMPA, tendo sido pesquisador Nivel I do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Publicou diversos trabalhos científicos e livros no Brasil e no exterior sobre o tema de Computação Gráfica. Em 1991, fundou do grupo de Pesquisa e Desenvolvimento em Computação Gráfica do IMPA. Foi um dos fundadores da Rede Nacional de Pesquisas (RNP), em 1991, projeto responsável pela introdução da Internet no Brasil. De 2000 a 2003, foi Diretor-Presidente da Internet Novel Technologies S.A., empresa de investimentos em participações em empresas nascentes e emergentes na área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Desde 2008 é sócio diretor da BR Investimentos, onde atua como um dos co-heads da área de private equity. É membro da Academia Brasileira de Ciências, membro do Conselho de Administração do IMPA, indicado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), e membro do Conselho de Tecnologia da FIRJAN. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Arnaldo Figueiredo Tibyriçá - 074.279.518-75

52. Formado em Direito pela PUC-SP, em 1983. Durante os anos de 1984 e 1987, atuou no Grupo C&A, no Banco Itaú e na BCP Telecomunicações. Em janeiro de 2008, assumiu a Vice-Presidência Jurídica do Grupo Abril, depois de ser Diretor Jurídico Corporativo desde 2003. Ingressou na Companhia em 2010, e atualmente ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Marcos Antônio Magalhães - 021.241.064-49

64. É formado em Engenharia Eletrônica, pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1969. Em 1971 ingressou como treinee na Royal Philips Electronics, ocupando diversas posições no Brasil e no Exterior. Em 1996 assumiu a Presidência Executiva da Philips do Brasil. Em 1997 assumiu, cumulativamente, a Presidência Executiva da Philips na America Latina. Em 2007 assumiu a Presidência do Conselho Consultivo da Philips na America Latina, tendo concluído o seu mandato em abril de 2009. Foi professor de matemática no Colégio São Luis, de física no Colégio Nóbrega , de matemática e física no Curso Prof. Heitor Maia, de física no Colégio Boa Vista, e de Teoria de Controle e Servomecanismo Universidade Federal de Pernambuco e na Escola Politécnica. Foi Vice-Presidente da ELETROS – Associação de Indústria Eletrônica Brasileira, Conselheiro da ABILUX – Associação de Indústria Brasileira de Iluminação, e Conselheiro da TELEBRASIL – Associação Brasileira de Telecomunicações. Atualmente é membro do Conselho Consultivo da LIDE – Lideranças Empresariais e do Conselho do Instituto Fernando Braudel de Economia Mundial. Presidente do Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação – ICE e presidente do Conselho do Instituto de Qualidade no Ensino – IQE. Membro do Conselho da Fundação Victor Civita e membro do Conselho do Comitê para a Democratização da Informática. Ingressou na Companhia em 2011, ocupando atualmente o cargo de membro do Conselho de Administração. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração.

Maria Helena Guimarães de Castro - 059.237.468-83

64. Bacharel em ciência política pela UNICAMP, em 1980. Mestre em ciência Política pela Unicamp, em 1987; doutorado em Ciência Política na USP, em andamento. Durante os anos de 1985 a 2010, foi professora de Ciência Política da UNICAMP e pesquisadora associada do Núcleo de Políticas Públicas da mesma universidade. Durante os anos de 2007 a 2009, foi secretária de Estado de Educação de São Paulo e do Distrito Federal. De 2003 a 2005, foi Secretária de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo; em 2006, foi Secretária de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Durante os anos de 1995 a 2002, atuou no Ministério de Educação do Governo FHC, onde ocupou vários cargos: de 1995 a 2002, presidiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/INEP, a Secretaria Nacional Educação Superior (2001) e a Secretaria-Executiva do Ministério da Educação (2002), sendo responsável pela implantação do Exame nacional de Cursos – Provão, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e pela implantação do Sistema Nacional de Informação Educacional. Ingressou na Companhia em 2011 e ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração. Não possui condenação criminal ou administrativa que a impeça de exercer cargos de administração.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					
Douglas Duran	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	31/05/2011	2 anos
541.326.068-72		Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Governança Corporativa.	58	31/05/2011	
Fátima Nunes Fernandes	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Estatística	31/05/2011	2 anos
608.426.957-53		Membro do Comitê de Governança Corporativa.	52	31/05/2011	
Jaime Cardoso Danvila	Comitê Financeiro	Outros	Economista	31/05/2011	2 anos
233.062.888-96		Não aplicável, uma vez que não ocupa outros cargos ou exerce outra função na Companhia.	43	31/05/2011	
Coordenador					
Marcelo Vaz Bonini	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Contador	31/05/2011	2 anos
086.949.108-37		Membro da Diretoria.	45	31/05/2011	
Arnaldo Figueiredo Tibyriçá	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	31/05/2011	2 anos
074.279.518-75	Comitê de Governança Corporativa	Membro do Conselho de Administração.	52	31/05/2011	
Douglas Duran	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	31/05/2011	2 anos
541.326.068-72	Comitê de Governança Corporativa	Membro do Conselho de Administração e do Comitê Financeiro.	58	31/05/2011	
Fátima Nunes Fernandes	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Estatística	31/05/2011	2 anos
608.426.957-53	Comitê de Governança Corporativa	Membro do Comitê Financeiro.	52	31/05/2011	
Rafael Gomes Martinez	Outros Comitês	Outros	Engenheiro	31/05/2011	2 anos
034.006.577-00	Comitê de Governança Corporativa	Não aplicável, uma vez que não ocupa outros cargos ou exerce outra função na Companhia.	38	31/05/2011	

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor					

Coordenador

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberta Anamaria Civita	040.666.168-52	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92	
Diretor				
Observação				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberta Anamaria Civita	040.666.168-52	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberta Anamaria Civita	040.666.168-52	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberta Anamaria Civita	040.666.168-52	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Victor Civita	040.666.138-37	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberta Anamaria Civita	040.666.168-52	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberta Anamaria Civita	040.666.168-52	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Roberta Anamaria Civita	040.666.168-52	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberta Anamaria Civita	040.666.168-52	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92	
Diretor				
Observação				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Diretor				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10	
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Victor Civita	040.666.138-37	Abril Educação S.A.	02.541.982/0001-54	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Roberto Civita	006.890.178-04	Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2010			
Administrador do Emissor			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Victor Civita	040.666.138-37	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Victor Civita	040.666.138-37	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Manoel Luiz Ferrão Amorim	509.274.777-34	Subordinação	Controlada Direta
Membro da Diretoria			
Pessoa Relacionada			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Manoel Luiz Ferrão Amorim	509.274.777-34	Subordinação	Controlada Direta
Membro da Diretoria			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A	44.127.355/0001-11		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Vaz Bonini	086.949.108-37	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Comitê Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Vaz Bonini	086.949.108-37	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Comitê Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11		
Membro da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Douglas Duran	541.326.068-72	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e do Comitê de Governança Corporativa			
Pessoa Relacionada			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arnaldo Figueirero Tibyriçá	074.279.518-75	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Governança Corporativa			
Pessoa Relacionada			
Gráfica e Editora Anglo S.A.	49.323.314/0001-14		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Vaz Bonini	086.949.108-37	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Comitê Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Douglas Duran	541.326.068-72	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e do Comitê de Governança Corporativa			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arnaldo Figueiredo Tibyriçá	074.279.518-75	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Governança Corporativa			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro da Diretoria			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Douglas Duran	541.326.068-72	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e do Comitê de Governança Corporativa			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Exercício Social 31/12/2009

Administrador do Emissor			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Victor Civita	040.666.138-37	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Victor Civita	040.666.138-37	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92		
Diretor			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Vaz Bonini	086.949.108-37	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Comitê Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Vaz Bonini	086.949.108-37	Subordinação	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do Comitê Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11		
Membro da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Douglas Duran	541.326.068-72	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e do Comitê de Governança Corporativa			
Pessoa Relacionada			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Arnaldo Figueirero Tibyriçá	074.279.518-75	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Governança Corporativa			
Pessoa Relacionada			
Gráfica e Editora Anglo S.A.	49.323.314/0001-14		
Membro da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Marcelo Vaz Bonini	086.949.108-37	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Comitê Financeiro			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Douglas Duran	541.326.068-72	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e do Comitê de Governança Corporativa			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Douglas Duran	541.326.068-72	Subordinação	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração, do Comitê Financeiro e do Comitê de Governança Corporativa			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

Exercício Social 31/12/2008

Administrador do Emissor			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Roberto Civita	006.890.178-04	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Editora Ática S.A.	61.259.958/0001-96		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Editora Scipione S.A.	44.127.355/0001-11		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			
Administrador do Emissor			
Victor Civita	040.666.138-37	Controle	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
ATIVIC S.A.	02.291.096/0001-10		
Membro do Conselho de Administração e da Diretoria			
Observação			
Administrador do Emissor			
Victor Civita	040.666.138-37	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Abrilpar Participações S.A.	03.555.186/0001-33		
Membro do Conselho de Administração			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Giancarlo Francesco Civita	040.666.108-11	Controle	Controlada Direta
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
CAEP – Central Abril Educação e Participações Ltda.	03.824.725/0001-92		
Diretor			
Observação			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Os membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, bem como os administradores de suas controladas, estão segurados por uma apólice de seguro D&O. Referido seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas dos administradores caso seus patrimônios pessoais sejam atingidos em decorrência de atos praticados no exercício regular de seus respectivos cargos na Companhia e/ou suas controladas. A cobertura da apólice é limitada ao valor global de R$40 milhões. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, foi desembolsado a título de prêmio o montante de R$139,0 mil.

12.12 - Outras informações relevantes

Conforme informado no item 12.10 deste Formulário de Referência, os membros da Família Civita que também são nossos administradores ou administradores de nossas controladoras ou controladas diretas ou indiretas (Roberto Civita, Giancarlo Francesco Civita e Victor Civita) possuem relação de controle com nossas controladoras ou controladas, diretas ou indiretas, e não de subordinação ou de prestação de serviço, pelo fato de que citados membros da Família Civita são nossos controladores indiretos e, portanto, também são controladores de nossa controladora direta, a Abrilpar, de sua controladora direta, a Ativic, e, por nosso intermédio, controladores indiretos de nossas controladas diretas ou indiretas, não recebendo qualquer remuneração pelo exercício do cargo de administradores que exercem em tais sociedades, conforme mencionado no item 13.1 deste Formulário de Referência.

Em maio de 2010, o Ministério Público de São Paulo ajuizou uma ação civil pública por suposto ato de improbidade administrativa contra a Sra. Maria Helena Guimarães de Castro, membro independente do nosso Conselho de Administração, e outros réus indicados na referida ação. Alega-se na demanda que a Sra. Maria Helena, na qualidade de Secretária de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, teria ratificado a decisão de sua chefe de gabinete (co-ré na ação) que dispensou indevidamente de licitação uma entidade sem fins lucrativos. Além disso, esta entidade teria atuado como intermediária do contrato administrativo, subcontratando o objeto do contrato para terceiros (também co-réus na ação), e por um suposto preço superfaturado. A Sra. Maria Helena se considera inocente e alega que ao ratificar o ato em questão, baseou-se em pareceres técnicos e jurídicos que confirmavam a legalidade da operação e que não houve a intenção de praticar qualquer ilegalidade, o que, por si só, afastaria a tipificação da improbidade administrativa. Acreditamos que, em eventual decisão adversa nessa ação, nenhuma sanção seria aplicável a nós e que esta demanda não possa ter qualquer impacto adverso sobre nós.

Adicionalmente, em janeiro de 2011, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios ajuizou uma ação civil pública por suposto ato de improbidade administrativa contra a Sra. Maria Helena Guimarães de Castro, membro independente do nosso Conselho de Administração, e outros réus indicados na referida ação. Alega-se na demanda que a Sra. Maria Helena, na qualidade de Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal, teria contratado professores temporários para suprir carências definitivas na rede pública de ensino local, ato este supostamente considerado como improbidade administrativa. A Sra. Maria Helena se considera inocente e alega que as contratações foram regulares. Acreditamos que, em eventual decisão adversa nessa ação, nenhuma sanção seria aplicável a nós e que esta demanda não possa ter qualquer impacto adverso sobre nós.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A nossa política de remuneração para os nossos administradores tem como objetivo garantir possibilidade de oportunidades de desenvolvimento, o equilíbrio entre as metas da organização, a estratégia de nossos negócios e as práticas do mercado. Essa política visa a retribuição do desempenho de nossos administradores e recompensar-lhes pelas metas alcançadas. Estabelecemos a nossa remuneração com base em pesquisas realizadas no mercado.

Apenas nossos dois Conselheiros Independentes são remunerados em razão de sua participação nas reuniões do Conselho de Administração, portanto, nossa política de remuneração não é aplicável a esse órgão.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: os membros do nosso Conselho de Administração podem fazer jus a uma remuneração fixa (que inclui salários e encargos e honorários dos administradores) e a uma remuneração variável (que inclui a participação nos nossos resultados e a remuneração com base no plano de opção de compra de ações de nossa emissão). Atualmente, apenas nossos dois Conselheiros Independentes são remunerados em razão de sua participação nas reuniões do Conselho de Administração.

Diretoria Estatutária: os membros da nossa Diretoria fazem jus a uma remuneração fixa (que inclui salários e encargos e honorários dos administradores e a uma remuneração variável (que inclui a participação nos nossos resultados e a remuneração com base no plano de opção de compra de ações de nossa emissão).

Conselho Fiscal: na data deste Formulário, a não possuímos possui Conselho Fiscal instalado.

Comitês de Assessoria: os membros dos nossos Comitês de Assessoria não fazem jus a remuneração exclusivamente pelo cargo que ocupam em tais comitês.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração: nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, os membros do nosso Conselho de Administração não receberam remuneração.

Diretoria Estatutária: no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a remuneração fixa (incluindo benefícios) correspondeu a 51,43% da remuneração total, enquanto a remuneração variável correspondeu aos demais 48,57%. Já no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a remuneração fixa correspondeu a 56,82% da remuneração total, enquanto a remuneração variável correspondeu aos demais 43,18%.

Conselho Fiscal: nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, não possuíamos Conselho Fiscal instalado, de modo que não houve pagamento de qualquer remuneração.

Comitês de Assessoria: nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, não possuíamos Comitês de Assessoria, de modo que não houve pagamento de qualquer remuneração.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Não existe metodologia de cálculo e de reajuste específica para os elementos de remuneração dos nossos administradores, dado que para calcularmos o reajuste dos valores de remuneração pagos por nós aos nossos administradores comparamos a remuneração periodicamente com o mercado, buscando estabelecer a equidade entre as funções exercidas. A comparação com o mercado é feita por meio de pesquisas realizadas por uma consultoria especializada junto a companhias nacionais e multinacionais de grande porte e reconhecidas por suas boas práticas de recursos humanos, sendo que algumas delas atuam em atividades semelhantes àquelas desenvolvidas por nós. Desta forma, podemos aferir a competitividade da remuneração e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum de seus componentes.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iv. razões que justificam a composição da remuneração

As razões para composição da remuneração são o incentivo na melhoria da nossa gestão e a permanência dos seus executivos, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e com o desempenho de curto prazo.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação dos elementos da remuneração dos nossos administradores compreendem o alcance de metas operacionais (tais como volume de vendas) e financeiras (tais como EBITDA) e o desempenho individual de cada um deles em relação às metas traçadas no início de cada ano. Com exceção de tais indicadores, não aplicamos metodologia específica adicional para o cálculo de desempenho levados em consideração na determinação dos elementos de remuneração dos nossos administradores.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A parcela variável da remuneração dos nossos administradores está vinculada ao nosso próprio desempenho no período em questão (tais como aumento do volume de vendas e do nosso EBITDA). Sendo assim, os valores a serem pagos aos nossos administradores a título de bônus, participação nos resultados ou outorga de opções de compra de ações, dependem da evolução da Companhia e do alcance de metas individuais dos seus administradores. Com exceção de tal verificação de desempenho, não aplicamos metodologia específica adicional para o cálculo de desempenho levados em consideração na determinação dos valores pagos a nossos administradores.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração descrita acima procura incentivar os nossos administradores a buscar maior rentabilidade aos nossos investimentos em projetos diversos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, não houve remuneração fixa ou variável suportada por nossas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, foram realizados pagamentos pela Editora Abril, então nossa parte relacionada, a título de remuneração fixa e variável que foi posteriormente repassado para a Editora Ática e Editora Scipione por meio de contrato de compartilhamento de serviços.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do nosso controle societário do emissor

Não aplicável, uma vez que não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como alienação do nosso controle societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	9,00	7,00	0,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	220.000,00	3.086.600,00	0,00	3.306.600,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	44.000,00	617.320,00	0,00	661.320,00
Descrição de outras remunerações fixas	R$ 44.000,00 referentes ao recolhimento de contribuição ao INSS.	R$ 617.320,00 referentes ao recolhimento de contribuição ao INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.451.475,00	0,00	2.451.475,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	7.000.000,00	0,00	7.000.000,00
Observação	Apenas os nossos dois Conselheiros Independentes recebem remuneração.	Apenas seis membros da Diretoria recebem remuneração		
Total da remuneração	264.000,00	13.155.395,00	0,00	13.419.395,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	9,00	0,00	17,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.735.475,00	0,00	1.735.475,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.169.104,00	0,00	1.169.104,00

Descrição de outras remunerações fixas		R$ 682.157,00 referentes à remuneração decorrente de desligamento de Diretor. R$ 486.947,00 referentes ao recolhimento de contribuição ao INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.743.417,00	0,00	2.743.417,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		Apenas três de nossos Diretores receberam remuneração neste exercício social.		
Total da remuneração	0,00	5.647.996,00	0,00	5.647.996,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	3,00	2,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	812.476,00	0,00	812.476,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	497.398,00	0,00	497.398,00
Descrição de outras remunerações fixas		R$ 497.398,00 referente ao recolhimento de contribuição ao INSS.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	995.529,00	0,00	995.529,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		Apenas um de nossos Diretores recebeu remuneração neste exercício social.		
Total da remuneração	0,00	2.305.403,00	0,00	2.305.403,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

	Remuneração Variável Prevista para o Exercício Social Corrente (31/12/2011) – Valores Anuais Estimados			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	(Em Reais (R$))			
Nº. de membros	**9**	**7**	**0**	**16**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.662.907,00	0,00	5.662.907,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	2.451.475,00	0,00	2.451.475,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00

	Remuneração Variável – Exercício Social Encerrado em 31/12/2010 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	(Em Reais (R$))			
Nº. de membros	**8**	**9**	**0**	**17**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	3.100.368,00	0,00	3.100.368,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1.342.151,00	0,00	1.342.151,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	2.743.417,00	0,00	2.743.417,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

	Remuneração Variável – Exercício Social Encerrado em 31/12/2009 – Valores Anuais			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
		(Em Reais (R$))		
Nº. de membros	**3**	**2**	**0**	**5**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	1.345.075,00	0,00	1.345.075,00
Valor previsto no plano de remuneração caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	582.284,00	0,00	582.284,00
Valor efetivamente reconhecido	0,00	995.529,00	0,00	995.529,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Possuímos dois tipos de planos de remuneração baseados em ações, quais sejam, (i) o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") e (ii) o Programa Especial de Incentivo a Administradores e Executivos ("Programa"), ambos aprovados por nossos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de maio de 2011, que são detalhados abaixo:

1. Plano

a. termos e condições gerais

O Plano estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de Units (certificados de depósito de ações representativos, cada um, de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de nossa emissão ("Opções do Plano") nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de Opções do Plano, nos termos do Plano os nossos administradores e empregados ou de outras sociedades sob o seu controle ("Beneficiários do Plano").

O Plano será administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as restrições previstas em lei, servir-se de comitê, específico ou não, designado para assessorá-lo na administração do Plano ("Comitê do Plano").

Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, o nosso Conselho de Administração e o Comitê do Plano, conforme o caso e na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções do Plano, nos termos do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos nossos administradores e empregados ou outras sociedades sob o seu controle, que possam ser utilizados como critérios auxiliares para a eleição dos Beneficiários do Plano; (c) a eleição dos Beneficiários do Plano do Plano e a autorização para outorgar Opções do Plano em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções do Plano a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as Opções do Plano às nossas necessidades, aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; e (d) a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou a alienação de ações em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções do Plano outorgadas nos termos do Plano.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, pela regulamentação da CVM e no Plano, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os nossos administradores e empregados ou de outras sociedades sob o seu controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do nosso Conselho de Administração têm força vinculante para nós relativamente a todas as matérias relacionadas com o Plano.

b. principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que nossos administradores ou executivos chave ou de outras sociedades sob o seu controle direto ou indireto, sujeito a determinadas condições, adquiram nossas Units, com vistas a: (a) alinhar os interesses dos executivos chave com os nossos interesses os interesses dos nossos acionistas e incentivar a criação de valor; (b) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e executivos; e (c) atrair, reter e motivar os executivos chave.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano visa despertar nos Beneficiários do Plano o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no nosso sucesso financeiro, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos nossos interesses e de nossos acionistas. Este modelo visa ainda reter os Beneficiários do Plano em face do compartilhamento da valorização das ações de nossa emissão.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

d. como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

O Plano insere-se numa política de remuneração que visa premiar os Beneficiários do Plano que tenham se destacado por contribuir significativamente para o nosso desempenho, ou cuja contratação seja de vital importância para a boa execução dos nossos planos e estratégias.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha com os interesses dos Beneficiários do Plano e nossos na medida em que visa despertar neles o senso de propriedade e o envolvimento pessoal no desenvolvimento e no nosso sucesso financeiro, encorajando-os a devotar os seus melhores esforços aos negócios sociais, contribuindo, assim, para o implemento dos nossos interesses e de nossos acionistas no curto, médio e longo prazo.

f. número máximo de ações abrangidas

O número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano não excederá 1,3% das ações representativas do nosso capital social total (excluídas as ações que forem emitidas com base no Plano), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do nosso capital autorizado. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais Opções do Plano tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções do Plano.

Com o propósito de satisfazer o exercício de Opções do Plano outorgadas nos termos do Plano, poderemos, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações ou Units mantidas em tesouraria.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários de nossa emissão, caberá ao nosso Conselho de Administração ou ao Comitê do Plano, conforme o caso, realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções do Plano outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Plano, dentro dos limites do Plano.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano estabelece que poderão ser emitidas Opções do Plano que correspondam, até, no máximo, 1,3% das ações representativas do nosso capital social total (excluídas as ações que forem emitidas com base no Plano).

h. condições de aquisição de ações

Durante a vigência do Plano, o nosso Conselho de Administração, elegerá os Beneficiários do Plano em favor dos quais serão outorgadas Opções do Plano nos termos do Plano, o preço de exercício de cada Opção e as condições de seu pagamento, os prazos e condições de exercício das Opções do Plano e quaisquer outras condições relativas a tais Opções do Plano.

A outorga de Opções do Plano nos termos do Plano é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre nós e os Beneficiários do Plano, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano, conforme o caso: (a) a quantidade de Opções do Plano objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício da Opção; (c) o prazo final para exercício da Opção; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento ("Contrato de Opção").

Os Contratos de Opção serão individualmente elaborados para cada Beneficiário, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê do Plano, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários do Plano, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

As Opções do Plano outorgadas nos termos do Plano, bem como o seu exercício pelos Beneficiários do Plano, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Plano ou em Contrato de Opção, as Opções do Plano outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da Opção; (c) mediante o distrato do Contrato de Opção; (d) se formos dissolvidos, liquidados ou tivermos nossa falência decretada; ou (e) nas hipóteses de desligamento dos Beneficiários do Plano da Companhia.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das Opções do Plano outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano, conforme o caso, com base em critérios objetivos e com observância das melhores práticas aplicáveis à matéria.

Enquanto as Units de nossa emissão não forem negociadas na BM&FBOVESPA, o preço de exercício das Opções do Plano será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano, conforme o caso, com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, ou com base em outro critério aceitável.

j. critérios para fixação de prazo de exercício

Os Opções do Plano outorgadas nos termos do Plano poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano, conforme o caso, e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

A parcela da Opção não exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das Opções do Plano, que será de até cinco anos a partir da respectiva outorga.

O Beneficiário que desejar exercer a sua Opção deverá nos comunicar, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de Opções do Plano que deseja exercer, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano, conforme o caso.

Informaremos ao Beneficiário, no prazo de dez dias úteis, a contar do recebimento da comunicação referida acima, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de Opções do Plano informada pelo Beneficiário, cabendo à nossa administração tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das Units objeto do exercício.

k. forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários do Plano nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Plano, conforme o caso.

l. restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração ou o Comitê do Plano, conforme o caso, poderá subordinar o exercício da Opção ao atendimento de determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das Units adquiridas com o exercício das Opções do Plano, podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Units.

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as Units adquiridas com o exercício das Opções do Plano nos termos do Plano não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário para com nós.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração ou o Comitê do Plano, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções do Plano, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários do Plano.

Nenhum Beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de nosso acionista até que a sua Opção seja devidamente exercida, nos termos do Plano e respectivo Contrato de Opção. Nenhuma ação ou Unit será entregue ao titular em decorrência do exercício da Opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no parágrafo abaixo.

Se, a qualquer tempo, o Beneficiário: (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 180 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 180 dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção na data do seu desligamento poderão ser exercidos no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o acima, o Conselho de Administração ou o Comitê do Plano, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas no parágrafo acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

2. Programa

a. termos e condições gerais

O Programa estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de Units (certificados de depósito de ações representativos, cada um, de uma ação ordinária e duas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, de nossa emissão ("Opções Especiais") nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

Poderão ser eleitos como beneficiários de outorgas de Opções Especiais do Programa, nos termos do Programa de Incentivo apenas os nossos administradores e empregados ou outras sociedades sob o nosso controle especificamente indicados pelo nosso Conselho de Administração ("Beneficiários do Programa").

O Programa será administrado pelo nosso Conselho de Administração, o qual poderá, observadas as restrições previstas em lei, servir-se de comitê, específico ou não, designado para assessorá-lo na administração do Programa ("Comitê do Programa").

Obedecidas as condições gerais do Programa e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral, o nosso Conselho de Administração e o Comitê do Programa, conforme o caso e na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social, terão amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Programa, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções Especiais, nos termos do Programa, e a solução de dúvidas de interpretação do Programa; (b) a eleição dos Beneficiários do Programa e a autorização para outorgar Opções Especiais em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções Especiais a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário apenas para adequar as Opções Especiais aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; e (c) a emissão de novas ações dentro do nosso limite do capital autorizado ou a alienação de ações de nossa emissão em tesouraria, para satisfazer o exercício de Opções Especiais outorgadas nos termos do Programa.

No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da CVM e no Programa, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os nossos administradores e empregados ou de outras sociedades sob o nosso controle que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns.

As deliberações do nosso Conselho de Administração têm força vinculante para nós relativamente a todas as matérias relacionadas com o Programa.

b. principais objetivos do plano

O Programa tem por objetivo incentivar um grupo restrito de nossos executivos e administradores (ou de outras sociedades sob nosso controle) a levar a bom termo o nosso processo de abertura de capital e nossa oferta pública inicial de ações no menor prazo possível, permitindo como premiação pelo êxito nessa empreitada que esses nossos administradores ou executivos, adquiram ações ou Units de nossa emissão, e assim garantir alinhamento entre os Beneficiários do Programa e os nossos acionistas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O Programa visa fazer com que os Beneficiários do Programa tomem todas as medidas necessárias para a conclusão do nosso processo de abertura de capital e da nossa oferta pública inicial de ações no menor prazo possível, evitando, assim, que eventuais oscilações do mercado de ações brasileiro obriguem que o processo seja postergado.

d. como o plano se insere na nossa política de remuneração do emissor

O Programa insere-se numa política de remuneração que visa premiar os Beneficiários do Programa do Programa que tenham se destacado por contribuir significativamente para a conclusão do nosso processo de abertura de capital e da nossa oferta pública inicial de ações no menor prazo possível.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

No curto prazo, o Programa alinha com os interesses dos Beneficiários do Programa e nossos na medida em que visa premiá-los pela dedicação na conclusão do nosso processo de abertura de capital e da nossa oferta pública inicial de ações, de modo a permitir que captemos recursos para expansão de nossas atividades. No médio e longo prazo, os benefícios da nossa abertura de capital permitirá, caso a administração entenda necessária, a possibilidade de captação mais célere de recursos (seja por meio de endividamento ou por meio de investimento nas ações de nossa emissão), uma vez que já teremos efetivado nosso registro de companhia aberta perante a CVM.

f. número máximo de ações abrangidas

O Programa estabelece que poderão ser emitidas opções que correspondam, até, no máximo, 1,7% das ações representativas do nosso capital social total (excluídas as ações que forem emitidas com base Programa), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Programa esteja dentro do limite do nosso capital autorizado.

Com o propósito de satisfazer o exercício de Opções Especiais outorgadas nos termos do Programa, poderemos, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações ou Units mantidas em tesouraria.

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Programa venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários por nós emitidos, caberá ao nosso Conselho de Administração ou ao Comitê do Programa, conforme o caso, realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções Especiais outorgadas e seu respectivo preço de exercício, para evitar distorções na aplicação do Programa, dentro dos limites do Programa.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O Programa estabelece que poderão ser emitidas opções que correspondam, até, no máximo, 1,7% das ações representativas do nosso capital social total (excluídas as ações que forem emitidas com base no Programa).

h. condições de aquisição de ações

No prazo de até 30 dias contados da Assembleia Geral que aprovou o Programa, o nosso Conselho de Administração elegerá os Beneficiários do Programa em favor dos quais serão outorgadas as Opções Especiais nos termos do Programa e fixará os prazos e condições de outorga e exercício das Opções Especiais e quaisquer outras condições relativas a tais Opções Especiais, respeitadas as regras estabelecidas no Programa.

A outorga de Opções Especiais nos termos do Programa é realizada mediante a celebração de contratos de outorga de opção entre nós e os Beneficiários do Programa, os quais deverão especificar, com observância das disposições constantes deste instrumento: (a) a quantidade de Opções Especiais objeto da outorga; (b) os termos e condições para aquisição do direito ao exercício da Opção; (c) o prazo final para exercício da Opção; e (d) o preço de exercício e condições de pagamento (“Contrato de Opção Especial”).

Os Contratos de Opção Especial serão individualmente elaborados para cada Beneficiário do Programa, podendo o Conselho de Administração ou o Comitê do Programa, conforme o caso, estabelecer termos e condições diferenciados para cada Contrato de Opção Especial, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os Beneficiários do Programa, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no Programa ou em Contrato de Opção Especial, as Opções Especiais outorgadas nos termos do Programa extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (a) mediante o seu exercício integral; (b) após o decurso do prazo de vigência da Opção Especial; (c) mediante o distrato do Contrato de Opção Especial; (d) se a formos dissolvidos, liquidados ou tivermos nossa falência decretada; ou (e) nas hipóteses de desligamento dos Beneficiários do Programa da Companhia.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício das Opções Especiais é de R$ 0,01 para cada Opção Especial ("Preço de Exercício da Opção Especial).

j. critérios para fixação de prazo de exercício

As Opções Especiais outorgadas nos termos do Programa poderão ser exercidas, total ou parcialmente, observados os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Programa, conforme o caso, e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção Especial, observadas as regras contidas neste Programa.

A parcela da Opção Especial não exercida nos prazos e condições estipulados será considerada automaticamente extinta, sem direito a indenização, observado o prazo máximo de vigência das Opções Especiais, que será de cinco anos a partir da respectiva outorga.

O Beneficiário do Programa que desejar exercer a sua Opção Especial deverá nos comunicar, por escrito, a sua intenção de fazê-lo e indicar a quantidade de Opções Especiais que deseja exercer, nos termos do modelo de comunicação a ser divulgado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Programa, conforme o caso.

Informaremos ao Beneficiário do Programa, no prazo de dez dias úteis, a contar do recebimento da comunicação referida acima mencionada, o preço de exercício a ser pago, com base na quantidade de Opções Especiais informada pelo Beneficiário do Programa, cabendo à nossa administração tomar todas as providências necessárias para formalizar a aquisição das ações ou Units objeto do exercício.

O Conselho de Administração ou o Comitê do Programa, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções Especiais, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários do Programa.

Nenhum Beneficiário do Programa terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia até que a sua Opção Especial seja devidamente exercida, nos termos do Programa e respectivo Contrato de Opção Especial. Nenhuma ação ou Unit será entregue ao titular em decorrência do exercício da Opção Especial a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

k. forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários do Programa nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê do Programa, conforme o caso.

l. restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração ou o Comitê do Programa, conforme o caso, poderá subordinar o exercício da Opção ao atendimento de determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das Units adquiridas com o exercício das Opções Especiais, podendo também reservar para nós opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Beneficiário dessas mesmas Units.

Enquanto o Preço de Exercício da Opção Especial não for pago integralmente, as ações ou Units adquiridas com o exercício das Opções Especiais nos termos do Programa não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do Beneficiário do Programa para com nós.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das Opções Especiais, sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos Beneficiários do Programa.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Nenhum Beneficiário do Programa terá quaisquer dos direitos e privilégios de nosso acionista até que a sua Opção Especial seja devidamente exercida, nos termos do Programa e respectivo Contrato de Opção Especial. Nenhuma ação ou Unit será entregue ao titular em decorrência do exercício da Opção Especial a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Nas hipóteses de desligamento do Beneficiário do Programam por demissão, com ou sem justa causa, renúncia ou destituição ao cargo, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, os direitos a ele conferidos de acordo com o Programa poderão ser extintos ou modificados, observado o disposto no parágrafo abaixo.

Se, a qualquer tempo, o Beneficiário do Programa: (a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão do seu emprego, ou renunciando ao seu cargo de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção Especial, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção Especial, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data de desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (b) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, todos os direitos já exercíveis ou ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção Especial, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (c) for desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem violação dos deveres e atribuições de administrador: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção Especial, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção Especial, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos, no prazo de 30 dias contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; (d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção Especial, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o Contrato de Opção Especial na data do seu desligamento poderão ser exercidos no prazo de doze meses contados da data do desligamento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (e) desligar-se da Companhia por falecimento: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção Especial, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo Contrato de Opção Especial, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do Beneficiário, desde que o façam no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Não obstante o acima, o Conselho de Administração ou o Comitê do Programa, conforme o caso, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas no parágrafo acima, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário do Programa.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

As tabelas abaixo demonstram, de forma consolidada, por órgão, os valores mobiliários detidos, em 31 de dezembro de 2010, pelos membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (atualmente não instalado), nas nossas subsidiárias diretas ou indiretas e nos nossos controladores diretos ou indiretos.

(i) Ativic

			% de participação	
Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	11.150.281	90,00	
	Ações Preferenciais	0	0	90,00
Diretoria	Ações Ordinárias	0	0	
	Ações Preferenciais	0	0	0,00
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0	
	Ações Preferenciais	0	0	0,00

(ii) Abrilpar

			% de participação	
Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	3	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	
Diretoria	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	

(iii) Companhia

			% de participação	
Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	44.204.323	26,04	43.86
	Ações Preferenciais	104.651.761	61,67	
Diretoria	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0,00	0
	Ações Preferenciais	0	0,00	

(iv) Ática

			% de participação	
Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	2	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	
Diretoria	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

(v) Scipione

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação Mesma Espécie/ Classe	% de participação Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	2	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	
Diretoria	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	

(vi) Gráfica e Editora Anglo

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação Mesma Espécie/ Classe	% de participação Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	
Diretoria	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
	Ações Preferenciais	0	0,00	

(vii) CAEP

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação Mesma Espécie/ Classe	% de participação Total
Conselho de Administração	Quotas	1	0,00	0,00
Diretoria	Quotas	0	0,00	0,00
Conselho Fiscal	Quotas	0	0,00	0,00

(viii) Nice

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação Mesma Espécie/ Classe	% de participação Total
Conselho de Administração	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
Diretoria	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00
Conselho Fiscal	Ações Ordinárias	0	0,00	0,00

(ix) Editora ETB

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação Mesma Espécie/ Classe	% de participação Total
Conselho de Administração	Quotas	0	0,00	0,00
Diretoria	Quotas	0	0,00	0,00
Conselho Fiscal	Quotas	0	0,00	0,00

(x) Santos Dumont

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação Mesma Espécie/ Classe	% de participação Total
Conselho de Administração	Quotas	0	0,00	0,00
Diretoria	Quotas	0	0,00	0,00
Conselho Fiscal	Quotas	0	0,00	0,00

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

(xi) Enfermap

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Quotas	0	0,00	0,00
Diretoria	Quotas	0	0,00	0,00
Conselho Fiscal	Quotas	0	0,00	0,00

(xii) Curso PH

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Quotas	0	0,00	0,00
Diretoria	Quotas	0	0,00	0,00
Conselho Fiscal	Quotas	0	0,00	0,00

(xiii) Sistema PH

Grupo e Pessoas Ligadas	Características dos Títulos	Quantidade	% de participação	
			Mesma Espécie/ Classe	Total
Conselho de Administração	Quotas	0	0,00	0,00
Diretoria	Quotas	0	0,00	0,00
Conselho Fiscal	Quotas	0	0,00	0,00

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não houve remuneração baseada em ações de nossa emissão para o nosso Conselho de Administração e para a nossa Diretoria nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2010.

Para o exercício social corrente (2011), não houve e não haverá remuneração baseada em ações de nossa emissão para o nosso Conselho de Administração. Já com relação à nossa Diretoria, a remuneração baseada em ações de nossa emissão para o exercício social corrente (2011) compreenderá tanto a outorga de Opções Especiais no âmbito do Programa como a outorga de Opções do Plano no âmbito do Plano.

A tabela abaixo mostra a remuneração baseada em ações no âmbito no Programa:

Exercício Social Corrente (2011)

	Diretoria
Nº. de membros	1
Outorga de opções de compras de ações	0
Data de outorga	24/5/2011
Quantidade de opções outorgadas	4.469.876
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	50% a partir de 24/5/2011; 25% a partir de doze meses após a oferta pública inicial de ações de nossa emissão; e 25% a partir de 24 meses após a oferta pública inicial de ações de nossa emissão.
Prazo máximo para exercício das opções	Cinco anos a contar de 24 de maio de 2011.
Prazo de restrição à transferência das ações	Até a listagem das ações de nossa emissão na BM&FBOVESPA.
Preço médio ponderado de exercício	
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R$ 0,01
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	Não aplicável
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	R$ 0,01
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	Não aplicável
Valor justo das opções na data da outorga	O valor justo será calculado tão logo seja precificada a oferta pública inicial de ações de nossa emissão (para maiores informações sobre o calculo do preço justo, vide item 13.9.c deste Formulário de Referência).
Diluição no caso do exercício de todas as opções outorgadas	A diluição no caso do exercício de todas as opções outorgadas será calculada tão logo seja estimada o ponto médio do intervalo mínimo e máximo da faixa de preço da oferta pública inicial de ações de nossa emissão

Com relação à remuneração baseada em ações no âmbito do Plano, não temos previsão dos temos em que serão outorgas as Opções do Plano para o exercício social corrente (2011), dado que os termos para a outorga das Opções do Plano estão ainda sendo analisados pelo nosso Conselho de Administração.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

	Exercício Social encerrado em 2010	
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Número de membros	**8**	**9**
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	0	0
Data em que se tornarão exercíveis	Não aplicável	Não aplicável
Prazo máximo para exercício das opções	Não aplicável	Não aplicável
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável	Não aplicável
Valor justo das opções no último dia do exercício	Não aplicável	Não aplicável
Opção exercíveis		
Quantidade	**0**	**0**
Prazo máximo para exercício das opção	Não aplicável	Não aplicável
Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável	Não aplicável
Preço médio ponderado de exercício	Não aplicável	Não aplicável
Valor justo das opções no último dia do exercício social	Não aplicável	Não aplicável
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	Não aplicável	Não aplicável

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Exercício Social encerrado em 2010

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº. de membros	**8**	**9**
Opções exercidas	**0**	**0**
Número de ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício (R$)	0,00	0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R$)	0,00	0,00
Ações entregues	**0**	**0**
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição (R$)	0,00	0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas (R$)	0,00	0,00

Exercício Social encerrado em 2009

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº. de membros	**3**	**2**
Opções exercidas	**0**	**0**
Número de ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício (R$)	0,00	0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R$)	0,00	0,00
Ações entregues	**0**	**0**
Número de ações entregues	0	0
Preço médio ponderado de aquisição (R$)	0,00	0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas (R$)	0,00	0,00

Exercício Social encerrado em 2008

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº. de membros	**4**	**3**
Opções exercidas	**0**	**0**
Número de ações	0	0
Preço médio ponderado de exercício (R$)	0,00	0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas (R$)	0,00	0,00
Ações entregues	**0**	**0**
Número de ações entregues	0,00	0,00
Preço médio ponderado de aquisição (R$)	0,00	0,00
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções adquiridas (R$)	0,00	0,00

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a. modelo de precificação

Com relação ao Plano de Opção, não aplicável, visto que, embora tal plano tenha sido aprovado em 24 de maio de 2011, nenhuma houve outorga de Opções do Plano até o momento.

Com relação ao Programa, foram outorgadas 4.469.878 Opções Especiais ao preço fixo de exercício de R$ 0,01 cada uma.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Com relação ao Plano de Opção, não aplicável, visto que, embora tal plano tenha sido aprovado em 24 de maio de 2011, nenhuma outorga foi feita até o momento.

Com relação ao Programa, não foram utilizados dados ou premissas no modelo de precificação, dado que o preço de exercício das Opções Especiais é fixo em R$ 0,01 cada uma. De qualquer forma, reconhecemos que o preço de exercício das Opções Especiais é intencionalmente simbólico e não reflete o valor das Opções Especiais segundo os métodos usuais de avaliação. Entendemos que o calculo da volatilidade esperada só será possível após as ações de nossa emissão passarem a ser negociadas na BM&FBOVESPA. O prazo máximo para o exercício das Opções Especiais já outorgadas é de cinco anos a contar de 24 de maio de 2011. Não é aplicável qualquer taxa de juros para precificação das Opções Especiais. As ações de nossa emissão adquiridas com o exercício das Opções Especiais gozarão dos mesmos direitos conferidos às demais ações de emissão de igual espécie emitidas por nós, de modo que a expectativa de recebimento de dividendos é a mesma dos nossos demais acionistas.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Com relação ao Plano de Opção, não aplicável, visto que, embora tal plano tenha sido aprovado em 24 de maio de 2011, nenhuma outorga foi feita até o momento.

Com relação ao Programa, não é aplicável, dado que o modelo não permite exercício antecipado.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

Será definida por nós tão logo nossas ações passem a ser negociadas na BM&FBOVESPA.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Com relação ao Plano de Opção, não aplicável, visto que, embora tal plano tenha sido aprovado em 24 de maio de 2011, nenhuma outorga foi feita até o momento.

Com relação ao Programa, foram outorgadas 4.469.876 Opções Especiais aos membros da nossa Diretoria. Cada opção dava direito de compra de uma ação de nossa emissão ao preço de R$ 0,01 por ação, perfazendo um total de 4.469.876 ações de nossa emissão. O período de restrição das ações era de 24 meses distribuídos da seguinte forma: (i) 50% a partir da data da outorga das Opções Especiais; (ii) 25% a partir de doze meses após a oferta pública inicial de ações de nossa emissão; e (iii) 25% a partir de 24 meses após a oferta pública inicial de ações de nossa emissão. Nos termos acima, apenas 2.234.938 Opções Especiais (equivalentes à 2.234.938 novas ações de nossa emissão) foram exercidas. Tendo em vista o baixo valor do preço pelo qual as Opções Especiais dão o direito de compra das ações de nossa emissão, e considerando que nossas ações não eram negociadas em bolsa de valores quando do exercício das Opções Especiais, o cálculo do valor justo será realizado através do valor intrínseco das Opções Especiais, ou seja, o valor justo das Opções Especiais será o valor de mercado das ações de nossa emissão quando da precificação de oferta publica inicial de ações de nossa emissão menos o preço pelo qual as ações de nossa emissão poderiam ser compradas com o exercício da Opções Especiais (R$ 0,01).

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, uma vez que não há planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração		Conselho Fiscal	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	9,00	2,00	8,00	3,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	3.085.031,00	2.305.403,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	615.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.882.665,33	2.305.403,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2010	Apenas três de nossos Diretores receberam remuneração neste exercício, de modo que para o cálculo do valor médio da remuneração, levamos em consideração apenas o número de Diretores que receberam remuneração.
31/12/2009	Apenas um de nossos Diretores recebeu remuneração neste exercício, de modo que para o cálculo do valor médio da remuneração, levamos em consideração apenas o Diretor que recebeu remuneração.

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

No âmbito do contrato de trabalho que celebramos com nosso Diretor Presidente para o exercício do cargo, há a previsão de indenização a ser paga por nós a ele em caso de eventual mudança do nosso controle ou demissão sem justa causa. Referida previsão contratual deixará de ser válida e perderá seus efeitos com a conclusão de nossa oferta pública inicial de Units.

Não possuímos outros arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Órgão	2010 (%)	2009 (%)
Conselho de Administração	0,00	0,00
Diretoria Estatutária	0,00	0,00
Conselho Fiscal	0,00	0,00

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Em 23 de agosto de 2010, a Editora Abril S.A. celebrou um contrato de consultoria com a sociedade Via-W Consultoria Ltda., relativo à prestação de serviços de consultoria para redução de custos de telecomunicações. Nosso Diretor Presidente é acionista detentor de 28% (vinte e oito por cento) do capital social da Via-W Consultoria Ltda. Houve a prestação de serviços com base no contrato de consultoria durante os meses de setembro de 2010 a março de 2011, pelo valor de R$2,2 milhões. Reembolsamos esse valor à Editora Abril S.A. nos termos do contrato de serviços compartilhados que celebramos com tal entidade. O contrato de consultoria já não está mais em vigor.

Não há qualquer outro valor reconhecido no nosso resultado como remuneração dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria que não em razão da função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

	Exercício Social de 2010			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
		(em Reais)		
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	12.595.936	9.939.763	0,00	22.535.699

	Exercício Social de 2009			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
		(em Reais)		
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedades sob controle comum	5.901.256	833.787	0,00	6.735.043

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 13 do Formulário de Referência.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

(i) Companhia:

Número de empregados	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Administrativo	4	0	0	0
Por Localização Geográfica				
São Paulo	4	0	0	0
Total de Empregados	**4**	**0**	**0**	**0**

(ii) Ática

Número de empregados	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Administrativa	171	171	148	131
Aprendiz	3	6	2	3
Comercial	112	109	25	20
Administrativa/antiga inativos	17	18	102	94
Editorial	107	106	93	91
Estagiários	27	21	19	16
Operacional	51	54	60	64
Por Localização Geográfica				
Bahia	15	15	26	28
São Paulo	415	415	378	351
Pernambuco	20	19	9	9
Rio de Janeiro	38	36	36	31
Total de Empregados	**488**	**485**	**449**	**419**

(iii) Scipione

Número de empregados	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Administrativa	98	91	85	84
Aprendiz	2	3	2	2
Comercial	50	48	14	10
Administrativa/antiga inativos	12	12	44	44
Editorial	55	55	53	54
Estagiários	10	8	9	9
Operacional	40	38	41	42
Por Localização Geográfica				
Bahia	15	15	15	15
São Paulo	216	204	199	196
Pernambuco	19	19	18	18
Rio de Janeiro	17	17	16	16
Total de Empregados	**267**	**255**	**248**	**245**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(iv) Gráfica e Editora Anglo

Número de empregados	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Administrativo	34	36	37	36
Comercial	58	53	56	51
Industrial	31	29	28	23
Serviços	244	260	282	264
Operacional	223	214	227	222
Por Localização Geográfica				
São Paulo	590	592	630	596
Total de Empregados	**590**	**592**	**630**	**596**

(v) CAEP

Número de empregados	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Empregados em geral	0	0	0	0
Total de Empregados	**0**	**0**	**0**	**0**

(vi) PH (considerando Curso PH e Sistema PH)

Número de empregados	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Administrativo	20	20	18	16
Ensino	488	451	454	407
Financeiro	4	4	4	4
Operações	230	221	253	260
Tecnologia da Informação	9	10	9	7
Por Localização Geográfica				
Rio de Janeiro	751	706	738	694
Total de Empregados	**751**	**706**	**738**	**694**

(vi) ETB (considerando Nice; ETB Editora; Santos Dumont e Enfermap)

Número de empregados	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Administrativo	22	21	22	4
Pedagógico	78	47	69	4
Por Localização Geográfica				
São Paulo	100	68	91	8
Total de Empregados	**100**	**68**	**91**	**8**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

(i) Gráfica e Editora Anglo

Número de empregados	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Administrativo	1	1	1	1
Comercial	6	101	139	151
Industrial	0	0	0	0
Serviços	28	31	27	27
Operacional	35	21	12	18
Por Localização Geográfica				
São Paulo	70	154	179	197
Total de Empregados	**70**	**154**	**179**	**197**

(ii) PH (considerando Curso PH e Sistema PH)

Número de empregados	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Limpeza	64	52	0	0
Segurança	35	37	36	37
Tecnologia da Informação	3	3	3	3
Por Localização Geográfica				
Rio de Janeiro	102	92	39	40
Total de Empregados	**102**	**92**	**39**	**40**

(iii) ETB (considerando Nice; ETB Editora; Santos Dumont e Enfermap)

Número de empregados	31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Por grupos				
Administrativo	0	0	0	0
Pedagógico	118	51	16	20
Por Localização Geográfica				
São Paulo	118	51	16	20
Total de Empregados	**118**	**51**	**16**	**20**

c. índice de rotatividade

(i) Companhia:

31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
0,0%	0,00%	0,00%	0,00%

(ii) Ática

31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
6,40%	21,40%	14,7%	26,5%

(iii) Scipione

31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
3,40%	19,60%	9,7%	18,4%

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(iv) Gráfica e Editora Anglo

31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
7,3%	27,4%	18,3%	27,0%%

(v) PH (considerando Curso PH e Sistema PH)

31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
6,4%	33,8%	24,4%	36,8%

(vI) ETB (considerando Nice; ETB Editora; Santos Dumont e Enfermap)

31/3/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
0,00%	50,8%	5,5%	30,0%

d. exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Estes passivos estão mencionados nos Itens 4.3 e 4.6 deste Formulário de Referência.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Não há alterações relevantes além daquelas descritas na Seção 14 do Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A nossa política salarial é baseada na média das remunerações praticadas no mercado, sendo que efetuamos o reajuste das faixas salariais, sempre que necessário e em conformidade com a legislação trabalhista e a data base dos dissídios coletivos inerente à categoria dos empregados.

b. política de benefícios

Oferecemos pacote de benefícios competitivo com o padrão oferecido por empresas com dimensões e complexidade semelhantes às nossas e de nossas subsidiárias. O pacote de benefícios varia de acordo com a sociedade do nosso grupo os empregados são alocados. De maneira geral, os pacotes de benefícios incluem: assistência médica, seguro de vida, cursos e treinamentos, vale transporte, vale refeição, cestas básicas, previdência privada, creche, refeições, assistência odontológica e participação nos resultados e descontos na assinatura de revistas da Editora Abril. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, foi pagos a título de benefícios aos empregados da Companhia o montante total de R$ 17,5 milhões.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não- administradores, identificando: (i) grupos de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preços de exercício; (iv) prazos de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável, uma vez que não adotamos plano de remuneração baseado em ações para os empregados que não sejam administradores.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Nosso relacionamento com os sindicatos tem como base a comunicação, compreensão, tolerância, sociabilidade, confiança e respeito. Com isto, as negociações são sempre pacíficas, de modo que mantemos um histórico de harmonia com estas organizações.

Abaixo segue a lista de todos os sindicatos com os quais mantemos relações:

(i) Estado do Rio de Janeiro

Sindicato dos Empregados em Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais do Município do Rio De Janeiro - SEEL-RJ;

Sindicados dos Professores do Ensino Privado do Estado do Rio de Janeiro – SINPRO/RJ;

Sindicato dos Auxiliares de Administração do Estado do Rio de Janeiro – SAAE-RJ;

Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional no Estado do Rio de Janeiro – SENALBA/RJ; e

Sindicato dos condutores de veículos rodoviários e transportes urbanos do Município do Rio de Janeiro.

(ii) Estado de São Paulo

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Livros, Publicações, Culturais e Categorias Afins do Estado de São Paulo - SEEL-SP.

(iii) Nacional

Sindicato Nacional dos Editores de Livros – SNEL.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
BR Educacional Fundo de Investimento em Participações					
08.961.139/0001-03	Brasileira-RJ	Sim	Não	24/05/2011	
6.560.185	6,210000%	13.120.370	20,140000%	19.680.555	11,520000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
Roberta Anamaria Civita					
040.666.168-52	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2011	
2.516.278	2,380000%	5.032.556	7,720000%	7.548.834	4,420000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
Manoel Luiz Ferrão de Amorim					
509.274.777-34	Brasileira-SP	Não	Não		
372.490	0,350000%	744.980	1,140000%	1.117.470	0,650000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
FIP Brasil de Governança Corporativa					
08.909.578/0001-77	Brasileira-RJ	Sim	Não	24/05/2011	
7.407.407	7,010000%	14.814.814	22,740000%	22.222.221	13,010000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
Roberto Civita					
006.890.178-04	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2011	
9.226.354	8,735000%	18.452.708	28,325000%	27.679.062	16,210000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Abrilpar Participações S.A.					
03.555.186/0001-33	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2011	
74.532.302	70,555000%	2.922.834	4,495000%	77.455.136	45,350000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
Victor Civita					
040.666.138-37	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2011	
2.516.278	2,380000%	5.032.556	7,720000%	7.548.834	4,420000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
Giancarlo Francesco Civita					
040.666.108-11	Brasileira-SP	Sim	Sim	24/05/2011	
2.516.278	2,380000%	5.032.556	7,720000%	7.548.834	4,420000%
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000%			
OUTROS					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
TOTAL					
105.647.572	100,000000%	65.153.374	100,000000%	170.800.946	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Abrilpar Participações S.A.				**03.555.186/0001-33**	
ATIVIC S.A.					
02.291.096/0001-10	Brasileira-SP	Não	Não	22/07/2010	
85.800.109	50,000000	85.800.109	50,000000	171.600.218	100,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
85.800.109	50,000000	85.800.109	50,000000	171.600.218	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BR Educacional Fundo de Investimento em Participações				**08.961.139/0001-03**	
BNDES Participações SA - BNDESPAR					
00.383.281/0001-09	Brasileira-DF	Não	Não	08/08/2007	
7.085	20,000000	0	0,000000	7.085	20,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.					
08.560.870/0001-27	Brasileira-RJ	Não	Não	08/08/2007	
442	1,250000	0	0,000000	442	1,250000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI					
33.754.482/0001-24	Brasileira-RJ	Não	Não	08/08/2007	
3.542	10,000000	0	0,000000	3.542	10,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP					
00.529.958/0001-74	Brasileira-DF	Não	Não	08/08/2007	
500	1,400000	0	0,000000	500	1,400000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BR Educacional Fundo de Investimento em Participações				**08.961.139/0001-03**	
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF					
00.436.923/0001-90	Brasileira-DF	Não	Não	08/08/2007	
6.000	16,940000	0	0,000000	6.000	16,940000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS					
34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	08/08/2007	
8.856	25,000000	0	0,000000	8.856	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundo Banespa de Seguridade Social – BANESPREV					
57.125.288/0001-48	Brasileira-SP	Não	Não	08/08/2007	
1.000	2,820000	0	0,000000	1.000	2,820000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV					
27.644.368/0001-49	Brasileira-RJ	Não	Não	08/08/2007	
2.000	5,650000	0	0,000000	2.000	5,650000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BR Educacional Fundo de Investimento em Participações				**08.961.139/0001-03**	
Instituto Social dos Correios e Telégrafos – POSTALIS					
00.627.638/0001-57	Brasileira-DF	Não	Não	08/08/2007	
6.000	16,940000	0	0,000000	6.000	16,940000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
35.425	100,000000	0	0,000000	35.425	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FIP Brasil de Governança Corporativa				**08.909.578/0001-77**	
BB Banco de Investimentos S.A.					
24.933.830/0001-30	Brasileira-RJ	Não	Não	02/07/2007	
82.500	13,750000	0	0,000000	82.500	13,750000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
BR Educacional Gestora de Recursos Ltda.					
08.560.870/0001-27	Brasileira-RJ	Não	Não	02/07/2007	
7.500	1,250000	0	0,000000	7.500	1,250000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI					
33.754.482/0001-24	Brasileira-RJ	Não	Não	02/07/2007	
120.000	20,000000	0	0,000000	120.000	20,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					
33.749.086/0001-09	Brasileira-DF	Não	Não	02/07/2007	
30.000	5,000000	0	0,000000	30.000	5,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FIP Brasil de Governança Corporativa				**08.909.578/0001-77**	
Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES					
00.397.695/0001-97	Brasileira-RJ	Não	Não	02/07/2007	
30.000	5,000000	0	0,000000	30.000	5,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF					
00.436.923/0001-90	Brasileira-DF	Não	Não	02/07/2007	
120.000	20,000000	0	0,000000	120.000	20,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS					
34.053.942/0001-50	Brasileira-RJ	Não	Não	02/07/2007	
150.000	25,000000	0	0,000000	150.000	25,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA					
42.271.429/0001-63	Brasileira-RJ	Não	Não	02/07/2007	
60.000	10,000000	0	0,000000	60.000	10,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FIP Brasil de Governança Corporativa				**08.909.578/0001-77**	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
600.000	100,000000	0	0,000000	600.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ATIVIC S.A.				**02.291.096/0001-10**	
Giancarlo Francesco Civita					
040.666.108-11	Brasileira-SP	Não	Não		
18.276.990	15,000000	0	0,000000	18.276.990	15,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Roberta Anamaria Civita					
040.666.168-52	Brasileira-SP	Não	Não		
18.276.990	15,000000	0	0,000000	18.276.990	15,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Roberto Civita					
006.890.178-04	Brasileira-SP	Não	Sim		
67.015.626	55,000000	0	0,000000	67.015.626	55,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
121.846.596	100,000000	0	0,000000	121.846.596	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ATIVIC S.A.				**02.291.096/0001-10**	
Victor Civita					
040.666.138-37	Brasileira-SP	Não	Não		
18.276.990	15,000000	0	0,000000	18.276.990	15,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia / Data da última alteração	31/05/2011
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	5
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	2

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	13.967.592	13,220000%
Quantidade preferênciais (Unidades)	27.935.184	42,880000%
Total	41.902.776	24,530000%

15.4 - Organograma dos acionistas

Os nossos acionistas controladores diretos e indiretos, bem como seus acionistas com participação igual ou superior a 5% de nosso capital social total estão identificados nas seções 15.1 e 15.2 deste Formulário de Referência, razão pela qual não foi inserido o organograma neste item.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Partes: são partes do Acordo de Acionistas arquivado em nossa na sede: Abrilpar; a Família Civita e os Investidores.

Data de Celebração: o Acordo de Acionistas foi firmado em 11 de agosto de 2010.

Prazo de Vigência: o Acordo de Acionistas é valido pelo prazo de dez anos contados de sua assinatura, podendo ser renovado automaticamente por períodos de dez anos, caso nenhuma das partes notifique as demais acerca da sua intenção de não renová-lo com, no mínimo, 30 dias de antecedência em relação ao seu termo final. Adicionalmente, o Acordo de Acionistas poderá ser resilido por qualquer das partes após a liquidação financeira de eventual realização de oferta pública de ações de nossa emissão.

Descrição das Cláusulas Relativas ao Exercício do Direito de Voto e do Poder de Controle:

(i) deliberações em nossas Assembleias Gerais: durante a vigência do Acordo de Acionistas e enquanto os Investidores detiverem uma participação mínima de 10% do nosso capital social total (ou de 8,32% do nosso capital social total, no caso da ocorrência de qualquer operação societária por meio da qual os Investidores não tenham tido a oportunidade de promover aporte adicional de capital para atingir pelo menos 10% do nosso capital social total), a contratação ou prática do atos a seguir estará sujeita ao voto afirmativo dos Investidores: (a) qualquer alteração das atribuições ou funções do nosso Conselho de Administração, bem como a criação de novas Diretorias, após a criação das quais passemos a ter mais do que oito Diretorias; (b) qualquer alteração ao nosso Estatuto Social ou contratos sociais ou estatutos sociais de nossas subsidiárias, conforme o caso, que modifique o objeto social, a denominação social "Abril Educação", a composição dos órgãos da administração e as regras para distribuição de lucros ou dividendos, ou qualquer outra alteração que atribua direitos e prerrogativas adicionais a acionistas/quotistas não controladores capazes de exercer poder de controle ou que, de forma adversa altere ou impossibilite o pleno exercício dos direitos outorgados aos Investidores; (c) a celebração, por qualquer das partes do Acordo de Acionistas, de qualquer outro acordo de acionistas ou documento similar que atribua direitos e prerrogativas adicionais a acionistas/quotistas não controladores capazes de exercer poder de controle (incluindo por meio do exercício de vetos sobre: a eleição da maioria dos Diretores estatutários, incluindo o Diretor Presidente, a aprovação do orçamento e do plano de negócios (ou instrumentos similares com o mesmo efeito), a aquisição de sociedades ou negócios), ou que de forma adversa altere ou impossibilite o pleno exercício dos direitos outorgados aos Investidores; (d) qualquer alteração dos direitos, preferências ou vantagens atribuídos às ações de nossa emissão ou de nossas subsidiárias ou controladas; (e) qualquer transformação do nosso tipo societário ou nossa cisão, exceto por quaisquer transações societárias necessárias para permitir o aproveitamento do ágio resultante da aquisição da companhia adquirida; (f) a fusão, a incorporação de sociedade (ou de ações) por nós ou a nossa incorporação em outra sociedade, desde que (i) em razão de qualquer uma de tais operações (individualmente ou em conjunto), a Abrilpar e a Família Civita deixem de ser titulares da maioria (50% mais uma) das ações com direito a voto de nossa emissão ou da sociedade resultante, ou (ii) o preço de entrada para o terceiro adquirente ou que receber ações de nossa emissão em decorrência da operação aplicável for inferior a 8,9 vezes o nosso EBITDA à época, inclusive para a fixação de eventual relação de troca; (g) a subscrição de ações de nossa emissão por pessoas que não sejam seus acionistas, desde que (i) em razão de qualquer uma de tais operações (individualmente ou em conjunto), a Abrilpar e a Família Civita deixem de ser titulares da maioria (50% mais uma) das ações com direito a voto de nossa emissão ou da sociedade resultante, ou (ii) o preço de entrada para o terceiro que subscrever ações de nossa emissão for inferior a 8,9 vezes o nosso EBITDA à época; (h) a criação, por nós ou por nossas subsidiárias, de novas classes de ações e a emissão, por nós ou por nossas subsidiárias, de novas ações ou quotas, de forma não proporcional às demais espécies e classes existentes; (i) a nossa dissolução e liquidação ou de nossas subsidiárias, bem como a nomeação e destituição dos liquidantes e a cessação do estado de liquidação; (j) o requerimento de nossa autofalência, bem como de nossa recuperação judicial ou extrajudicial ou de nossas subsidiárias; (k) a redução de capital, amortização e/ou resgate de ações de nossa emissão, bem como a concessão de programas de *stock option*/*stock grant*, ressalvados os programas de *stock option*/*stock grant* existentes na data de assinatura do Acordo de Acionistas e a serem instituídos no futuro objetivando o incentivo e a retenção de talentos; (l) o aumento do nosso capital social ou de nossas subsidiárias mediante a emissão de novas ações, quotas, valores mobiliários conversíveis em ações ou de bônus de subscrição, caso tal emissão seja realizada por valor inferior ao disposto no artigo 170, § 1º, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações; (m) a alteração da nossa política de dividendos ou de nossas subsidiárias; e (n) a alteração das nossas práticas contábeis, salvo se exigido por lei.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(ii) deliberações do nosso Conselho de Administração: durante a vigência do Acordo de Acionistas, a validade da contratação ou da prática de quaisquer dos atos a seguir, pelo nosso Conselho de Administração ou pelo conselho de administração de nossas subsidiárias, caso aplicável, estará sujeita ao voto afirmativo de todos os membros do nosso Conselho de Administração ou conselho de administração de nossas subsidiárias, se aplicável, conforme o caso: (a) a aprovação de gastos com ativos não relacionados ao nosso objeto social ou de nossas subsidiárias ou controladas; (b) a aquisição de ações de nossa emissão para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação, bem como propostas de resgate ou amortização de ações de nossa emissão, ressalvados os casos em que tais aquisições forem relacionadas aos programas de stock option/stock grant; (c) a contratação ou assunção de qualquer dívida, ou a prática de qualquer ato que nos torne a Companhia por qualquer dívida líquida cuja razão Dívida Líquida/EBITDA ultrapasse (i) 4,0 com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, (ii) 4,0 com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, (iii) 3,5 com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, e (iv) 3,0 com relação aos exercícios sociais encerrados após 1º de janeiro de 2013; (d) a criação ou descontinuidade de qualquer Comitê de Assessoria ao nosso Conselho de Administração; (e) a realização, por nós, por nossas subsidiárias ou controladas, de aplicações financeiras em desacordo com as suas respectivas políticas de risco; (f) a realização de investimentos, por nós, por nossas subsidiárias ou controladas, fora do seu ramo de atuação, qual seja o de educação e de ensino em suas diversas acepções; (g) a alienação, por nós, por nossas subsidiárias ou controladas, de ações ou quotas que detenham ou venham a deter em qualquer sociedade, a qualquer terceiro, por valor que não seja pelo seu valor de mercado, confirmado por laudo preparado por banco de investimentos de primeira linha; (h) a reorganização societária que nos envolva, ou envolve nossas subsidiárias ou controladas, salvo quando tais reorganizações tiverem por finalidade nossa maior eficiência fiscal ou operacional e de nossas subsidiárias ou controladas; (i) a escolha e contratação do nosso auditor independente, de nossas subsidiárias ou controladas, salvo quando tal auditor seja a PwC, KPMG Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e Ernst & Young Auditores Independentes, bem como a destituição dos mesmos na hipótese exclusiva de abertura de nosso capital social, de nossas subsidiárias ou controladas; (j) a compra, por nós ou nossas subsidiárias, de bens do ativo permanente em valor superior a R$ 50,0 milhões, bem como a venda de bens do ativo permanente em valor superior a R$ 50,0 milhões por preços abaixo do seu valor de mercado, confirmado por laudo preparado por empresa especializada; (k) a realização, por nós ou por nossas subsidiárias, de qualquer negócio com nossas controladoras, controladas ou coligadas, bem como com seus acionistas e partes relacionadas, quando realizados em condições diversas daquelas praticadas no mercado por partes independentes (incluindo, sem limitação, com relação a preço ou prazo de pagamento). As partes do Acordo de Acionistas concordaram ainda que, caso as condições de tais operações sejam iguais aquelas praticadas no mercado, tais operações com partes relacionadas terão preferência na nossa escolha ou de nossas controladoras, controladas ou coligadas em relação a terceiros; (l) a constituição de qualquer ônus sobre qualquer bem do nosso ativo permanente, móvel ou imóvel, de nossas subsidiárias ou de suas controladas, cujo valor exceda R$ 20,0 milhões; (m) a prestação de garantias por nós, por nossas subsidiárias ou controladas, para obrigações de terceiros; e (n) a rescisão ou qualquer alteração ou aditivo ao Contrato de Licença de Uso de Marca firmado entre nós e a Abril S.A. em 11 de agosto de 2010 (para maiores informações relativas ao referido Contrato de Licença de Uso de Marca, vide Seções 9 e 16 deste Formulário de Referência).

Descrição das Cláusulas Relativas à Indicação de Administradores: durante a vigência do Acordo de Acionistas e enquanto os Investidores detiverem uma participação mínima de 10% no nosso capital social total (ou de 8,32% no nosso capital social total, no caso da ocorrência de qualquer operação societária por meio da qual os Investidores não tenham tido a oportunidade de promover aporte adicional de capital para atingir pelo menos 10% do nosso capital social total), cada um dos Investidores terá direito a indicar um membro do nosso Conselho de Administração. A Abrilpar terá direito de indicar a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Descrição das Cláusulas Relativas à Transferência de Ações e à Preferência para Adquiri-las:

(i) opção de compra pela Abrilpar e por nós: a Abrilpar e nós teremos direito de adquirir a totalidade das ações de nossa emissão detidas pelos Investidores, no caso dos Investidores exercerem o direito de veto com relação aos seguintes temas: (a) a fusão, a incorporação de sociedade (ou de ações) por nós ou a nossa incorporação em outra sociedade, desde que (i) em razão de qualquer uma de tais operações (individualmente ou em conjunto), a Abrilpar e a Família Civita deixem de ser titulares da maioria (50% mais uma) das ações com direito a voto de nossa emissão ou da sociedade resultante, ou (ii) o preço de entrada para o terceiro adquirente ou que receber ações de nossa emissão em decorrência da operação aplicável for inferior a 8,9 vezes o nosso EBITDA à época, inclusive para a fixação de eventual relação de troca); e (b) a subscrição de ações de nossa emissão por pessoas que não sejam nossos acionistas, desde que (i) em razão de qualquer uma de tais operações (individualmente ou em conjunto), a Abrilpar e a Família Civita deixem de ser titulares da maioria (50% mais uma) das ações com direito a voto de nossa emissão ou da sociedade resultante, ou (ii) o preço de entrada para o terceiro que subscrever ações de nossa emissão for inferior a 8,9 vezes o nosso EBITDA à época.

Para que a Abrilpar e nós possamos exercer tal direito, os Investidores outorgaram, pelo prazo de vigência do Acordo de Acionistas, uma opção irrevogável e irretratável de compra à Abrilpar e a nós da totalidade das ações de nossa emissão detidas pelos Investidores, de forma que a Abrilpar ou nós tenhamos o direito de obrigar os Investidores a venderem a totalidade de suas ações de nossa emissão. Tal opção de compra poderá ser exercida em cada caso, a exclusivo critério nosso ou da Abrilpar , dentro de 30 dias a contar do exercício, pelos Investidores, do direito de veto com relação aos temas acima citados.

(ii) restrição a transferência das ações de nossa emissão: as partes do Acordo de Acionistas obrigaram-se a não transferir quaisquer de suas ações de nossa emissão ou direitos delas decorrentes (ou solicitar quaisquer ofertas para comprar ou de qualquer forma adquirir, caucionar ou empenhar as ações), exceto: (a) a transferência fiduciária de uma ação de nossa emissão a cada um dos membros do nosso Conselho de Administração que não sejam nossos acionistas, observado que tais Conselheiros (i) não poderão transferir de qualquer forma esta ação a terceiros, e (ii) ficarão obrigados a devolver a ação transferida no caso de deixarem de ser membros do nosso Conselho de Administração; (b) quaisquer transferências feitas entre os atuais acionistas; (c) quaisquer transferências entre os acionistas e suas afiliadas, desde que o acionista cedente das ações permaneça, por todo tempo, de forma direta ou indireta, como controlador, controlado ou sujeito a controle comum em relação a referida afiliada; (d) quaisquer transferências de ações de nossa emissão no contexto de abertura do nosso capital social; (e) quaisquer transferências de ações de nossa emissão decorrentes do exercício, pelos Investidores, de seu direito de venda conjunta; (f) transferências de ações de nossa emissão pela Abrilpar a seus executivos, sob programas de stock option/stock grant; (g) emissão, por nós, de valores mobiliários dentro do limite do capital autorizado, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle; ou (h) transferências de ações de nossa emissão pela Família Civita a qualquer título a (i) herdeiros, sucessores, cônjuges meeiros supérstites ou legatários, em caso de falecimento do próprio; ou (ii) a qualquer outra pessoa física que seja parente do próprio em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; ou (iii) transferência de ações, por qualquer pessoa física na situação referida no item (h) (ii) acima à Abrilpar ou à Família Civita.

Adicionalmente, os Investidores não poderão vender suas ações de nossa emissão a pessoas que (i) não tenham reputação ilibada, (ii) sejam nossos concorrentes, ou (iii) ou que possuam vínculo com as Organizações Globo; o Grupo SBT; o Grupo TV Record; o Grupo Carta Editorial; o Grupo RBS; e quaisquer afiliadas das empresas/grupos empresariais acima.

(iii) direito de preferência: caso qualquer das partes do Acordo de Acionistas deseje transferir, direta ou indiretamente, a totalidade ou parte das ações de nossa emissão de sua titularidade ("Acionista Ofertante") e receba uma oferta firme e vinculante para transferência de tais ações, o Acionistas Ofertante deverá, primeiramente, oferecer tais ações ("Ações Ofertadas") às demais partes do Acordo de Acionistas ("Acionistas Remanescentes"), os quais terão o direito de preferência para adquirir a totalidade das Ações Ofertadas, proporcionalmente à sua participação no nosso capital social, nas mesmas condições oferecidas ao Acionista Ofertante, podendo, inclusive, adquirir eventuais sobras de ações. O direito de preferência será exercido proporcionalmente à participação de cada acionista no nosso capital social, excluindo-se de tal cálculo a participação do Acionista Ofertante bem como dos Acionistas Remanescentes que expressa ou tacitamente abdicarem o exercício de tal direito. O direito de preferência não será aplicado aos Investidores, em caso de transferência, pela Abrilpar ou pela Família Civita, de parte de suas ações de nossa emissão, que não resulte na transferência de nosso controle.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

(iv) direito de venda conjunta *(tag along)*: caso a Abrilpar deseje transferir, direta ou indiretamente, a totalidade ou parte de suas ações de nossa emissão para qualquer terceiro (que não se enquadre nas permissões acima mencionadas), cada um dos Investidores poderá, individualmente e alternativamente ao exercício do direito de preferência acima mencionado, em até 30 dias após o recebimento de uma notificação, notificar ("Notificação de Venda Conjunta") a Abrilpar para comunicar sua intenção de exercer o seu direito de vender as ações de nossa emissão de sua titularidade em conjunto com as Ações Ofertadas ("Venda Conjunta"), de acordo com os mesmos termos e condições.

Descrição das Cláusulas que Restrinjam ou Vinculem o Direito de Voto de Membros do Conselho de Administração: durante a vigência do Acordo de Acionistas e enquanto os Investidores detiverem uma participação mínima de 10% no nosso capital social total (ou de 8,32% do nosso capital social total, no caso da ocorrência de qualquer operação societária por meio da qual os Investidores não tenham tido a oportunidade de promover aporte adicional de capital para atingir pelo menos 10% do nosso capital social):

(ii) indicação dos membros dos nossos Comitês de Assessoria: cada um dos Investidores e a Abrilpar terão o direito de indicar um membro para cada um dos nossos Comitê de Assessoria, resguardado o direito do BR Educacional de indicar o membro coordenador do Comitê Financeiro e do FIP Brasil de indicar o membro coordenador do Comitê de Governança Corporativa.

(ii) indicação dos membros da nossa Diretoria: as partes do Acordo de Acionistas deverão fazer com que os membros do nosso Conselho de Administração votem de forma a eleger para o cargo de Diretor Financeiro as pessoas indicadas pelo nosso Diretor Presidente, obrigatoriamente selecionada a partir de uma lista tríplice apresentada pelos Investidores.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

Vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

15.7 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 15 do Formulário de Referência.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A nossa atual política é de que as operações e negócios com nossas partes relacionadas sejam realizadas observando-se preços e condições usuais de mercado.

Estabelece a Lei das Sociedades por Ações que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe também conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

No curso regular de nossos negócios, contratamos operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com preços e condições de mercado. As transações contratas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência. Adicionalmente, mantemos certas contratações entre empresas do nosso grupo econômico com o objetivo de compartilhar custos e despesas relativos à utilização e manutenção de estrutura administrativa compartilhada.

Estas operações seguem critérios de estrita submissão às regras legais, para afastar favorecimentos intercompanhias ou de controladores. Por isso, tais operações passam sempre por análise exaustiva da alta administração.

Até presente data, não havíamos concedido qualquer empréstimo a nossos Diretores ou membros do nosso Conselho de Administração.

Além das transações entre partes relacionadas mencionadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, destacam-se, as transações abaixo detalhadas:

(i) Contrato de Licença de Uso de Marca: em 11 de agosto de 2010, firmamos com a Editora Abril o Contrato de Licença de Uso de Marca, que nos outorgou, de forma gratuita, uma licença exclusiva de uso dos registro e pedidos de registro da marca “Abril Educação” registradas perante o Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (“INPI”) sob os nº 824773675, 824774884, 824774922 e 824774981 e do nome de domínio www.abrileducacao.com.br.

O licenciamento estabelecido no contrato é válido por todo o prazo de vigência dos registros da marca e do nome de domínio. O contrato pode ser rescindido de comum acordo e de pleno direito pelas partes, com aprovação prévia dos Investidores, o que resultaria na impossibilidade utilizarmos a marca. Em especial, o contrato estabelece que a perda do nosso controle pelas empresas do Grupo Abril resultará na resolução da licença de uso de marcas após um ano a contar da data da perda do controle.

Caso não possamos mais utilizar a marca, não é possível assegurar que terceiros, inclusive a Editora Abril, não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. Não temos conhecimento da existência de qualquer procedimento relativo à violação por sua parte ou de nossas controladas desses direitos de propriedade intelectual.

Para maiores informações (i) acerca do Contrato de Licenciamento de Uso de Marca, vide item 16.2 deste Formulário de Referência; e (ii) acerca das marcas e dos nomes de domínio utilizados por nós, vide Seção 9 deste Formulário de Referência.

(ii) Convênios para Compartilhamento de Serviços: firmamos com a Editora Abril diversos convênios para rateio de custos das mais diversas naturezas, em função da utilização e manutenção de estruturas administrativas compartilhadas entre nós. Referidos contratos podem ser livremente rescindidos pelas partes por meio de denúncia escrita, com antecedência mínima de 60 dias. A lista sintetizada de tais contratos segue abaixo:

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Convênio	Objeto	Valores Pagos		
		2011	2010	2009
			(R$ mil)	
por Uso Compartilhado de Setor Administrativo.	Voltado à área administrativa.	880,3	4.454,7	3.815,7
por Uso Compartilhado de Setor Administrativo.	Voltado à área financeira.	807,6	3.145,7	3.075,3
por Uso Compartilhado de Setor de Compras e Suprimentos Não Industriais.	Voltado à área de compras de suprimentos não industriais.	124,0	483,3	412,7
por Uso Compartilhado de Setor de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas.	Voltado à área de manutenção e desenvolvimento de sistemas.	541,0	3.169,7	3.234,2
por Uso Compartilhado de Setor de Infraestrutura e Tecnologia.	Voltado à área de infra-estrutura e tecnologia.	766,0	3.114,6	3.014,2
por Uso Compartilhado de Setor de Recursos Humanos.	Voltado à área de recursos humanos.	213,1	763,2	2.400,3
por Uso Compartilhado de Central de Atendimento.	Voltado à área de atendimento ao consumidor.	227,3	894,2	876,4
por Uso Compartilhado de Setores de *Marketing* Corporativo.	Voltado à área de *marketing* corporativo.	2,4	4,4	3,8
Total		**3.561,8**	**16.029,6**	**16.832,6**

Para maiores informações acerca dos convênios acima mencionados, vide Item 16.2 deste Formulário de Referência.

(iii) Contrato de Consultoria com Via-W Consultoria Ltda: Em 23 de agosto de 2010, a Editora Abril S.A. celebrou um contrato de consultoria com a sociedade Via-W Consultoria Ltda., relativo à prestação de serviços de consultoria para redução de custos de telecomunicações. Nosso Diretor Presidente é acionista detentor de 28% (vinte e oito por cento) do capital social da Via-W Consultoria Ltda. Houve a prestação de serviços com base no contrato de consultoria durante os meses de setembro de 2010 a março de 2011, pelo valor de R$2,2 milhões. Reembolsamos esse valor à Editora Abril S.A. nos termos do contrato de serviços compartilhados que celebramos com tal entidade. O contrato de consultoria já não está mais em vigor.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Treelog S.A Logística e Distribuição	01/01/2010	-264.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 23 mil reais	-264.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Distribuição de material didático físico às escolas associadas que se utilizam dos nossos sistemas de ensino . A Treelog distribui o nosso material didático, dos nossos sistemas de ensino a escolas e livrarias.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Editora Abril S.A.	01/01/2010	883.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 883 mil reais	883.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Repasse de gastos no âmbito do Convênio para Compartilhamento de Serviços						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Editora Abril S.A.	01/01/2010	463.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 463 mil reais	463.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Repasse de gastos no âmbito do Convênio para Compartilhamento de Serviços						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Ativic S.A.	01/01/2010	29.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 29 mil reais	29.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Repasse de gastos no âmbito do Convênio para Compartilhamento de Serviços						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Editora Abril S.A.	01/01/2010	1.000,00	1 mil reais em 31 de março de 2011	1.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Assinaturas de periódicos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Editora Abril S.A.	01/01/2010	79.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 48 mil reais	79.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Assinaturas de periódicos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Editora Abril S.A.	01/01/2010	13.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 13 mil reais	13.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Assinaturas de periódicos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Editora Abril S.A.	01/01/2010	8.616.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 1.342 mil reais	8.616.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Serviços gráficos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Editora Abril S.A.	01/01/2010	2.376.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 2.012 mil reais	2.376.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum do emissor						
Objeto contrato	Serviços gráficos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Editora Abril S.A.	01/01/2010	8.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 8 mil reais	8.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Repasse de gastos no âmbito do Convênio para Compartilhamento de Serviços						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Editora Caras S.A.	01/01/2010	5.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 4 mil reais	5.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Assinaturas de periódicos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Editora Novo continente S.A.	01/01/2010	3.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 2 mil reais	3.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Assinaturas de periódicos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Editora Novo Continente S.A.	01/01/2010	1.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 1 mil reais	1.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Assinaturas de periódicos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Fundação Victor Civita	01/01/2010	8.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 1 mil reais	8.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Assinaturas de periódicos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Fundação Victor Civita	01/01/2010	251.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 12 mil reais	251.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Serviços de publicidade						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Treelog S.A Logística e Distribuição	01/01/2010	216.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 46 mil reais	216.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Distribuição de material didático físico às escolas associadas que se utilizam dos nossos sistemas de ensino . A Treelog distribui o nosso material didático, dos nossos sistemas de ensino a escolas e livrarias.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Abrilpar Participações S.A.	01/01/2010	-1.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 1 mil reais (negativos)	-1.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Repasses de gastos						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Dinap S.A.	01/01/2010	-17.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 17 mil reais (negativos)	-17.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Venda consignada de livros						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Editora Abril S.A.	11/08/2010	0,00	Em 31 de março de 2011, não havia saldo de valores a pagar ou a receber.	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Licenciamento gratuito do uso da marca "Abril Educação", nas suas mais diversas formas.						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser rescindido de comum acordo e de pleno direito pelas partes, com aprovação prévia dos Investidores, o que resultaria na impossibilidade utilizarmos a marca. Em especial, o contrato estabelece que a perda do nosso controle pelas empresas do Grupo Abril resultará na resolução da licença de uso de marcas após um ano a contar da data da perda do controle.						
Natureza e razão para a operação							
Editora Abril S.A.	01/01/2010	-247.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 185 mil reais (negativos)	-247.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Repasse de gastos no âmbito do Convênio para Compartilhamento de Serviços						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Editora Abril S.A.	01/01/2010	-151.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 129 mil reais (negativos)	-151.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Entidade sob controle comum						
Objeto contrato	Repasse de gastos no âmbito do Convênio para Compartilhamento de Serviços						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Editora Ática S.A.	31/01/2010	26.770.231,88	Em 31 de dezembro de 2010, havia um saldo de 29.209 mil reais	26.770.231,88	04/02/2011	SIM	9,110000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para capital de giro						
Editora Scipione S.A.	31/01/2010	14.417.560,26	Em 31 de dezembro de 2010, havia um saldo de 15.731 mil reais	14.417.560,26	21/01/2011	SIM	9,110000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Mútuo						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Mútuo para capital de giro						
Gráfica e Editora Anglo S.A.	31/12/2010	27.085.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 27.085 mil reais. E em 31 de dezembro de 2010, 27.085 mil.	27.085 mil	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital						
Garantia e seguros	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Editora Ática S.A.	31/12/2010	2.560.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 2.560 mil reais. E em 31 de dezembro de 2010, 2.560 mil.	2.560 mil	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							
Editora Scipione S.A.	31/12/2010	1.860.000,00	Em 31 de março de 2011, havia um saldo de 1.860 mil reais. E em 31 de dezembro de 2010, 1.860 mil.	1.860 mil	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e

b. demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A nossa intenção é de assegurar que todas as futuras operações entre nós e nossos Diretores, Conselheiros e principais acionistas e suas afiliadas sejam aprovadas pelo Conselho de Administração e apresentem termos tão favoráveis à nós como os que ela poderia obter de terceiros não afiliados.

Assim, as nossas operações, especialmente aquelas que se deram com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos nossos órgãos decisórios a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes. Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o respectivo membro abstém-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuem qualquer relação com a matéria em exame.

As operações apresentadas no item 16.2, entre nós e nossas partes relacionadas foram efetuadas a valores, taxas e prazos usuais de mercado, em condições de comutatividade e, não geram qualquer benefício ou prejuízo para as partes, destacando-se: (i) rateio e reembolso de custos e despesas comuns: a apuração é efetuada mensalmente e os valores são pagos à Editora Abril até o último dia do mês subsequente, com a compensação de eventuais créditos e débitos recíprocos. Não há cobrança de remuneração sobre os valores dos custos e despesas rateados; (ii) valores a pagar a sociedades ligadas: os valores cobrados por serviços prestados por sociedades ligadas são estipulados após pesquisa de mercado e os reajustes são realizados anualmente pela variação do IGP-M; e (iii) mútuos: sobre os empréstimos concedidos e obtidos por meio de contratos de mútuo com partes relacionadas incidem juros de Certificados de Depósito Interbancário - CDI mais 1,25% ao ano.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
30/06/2011	370.420.134,96		105.647.572	65.153.374	170.800.946
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
30/06/2011	370.420.134,96		105.647.572	65.153.374	170.800.946
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
30/06/2011	370.420.134,96		105.647.572	65.153.374	170.800.946
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
30/06/2011	0,00		97.427.622	194.855.243	292.282.865

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/04/2009	Assembleia Geral	30/04/2009	50.000,00	Subscrição particular	157.329.572	0	157.329.572	0,03000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço de emissão foi estabelecido de comum acordo entre os nossos acionistas.									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional									
27/07/2010	Assembleia Geral	27/07/2010	100.000.000,00	Subscrição particular	49.115.914	49.115.914	98.231.828	62,47000000	1,02	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Perspectiva de rentabilidade futura.									
Forma de integralização	Integralização com créditos detidos contra terceiros.									
11/08/2010	Assembleia Geral	11/08/2010	85.314.053,97	Subscrição particular	41.902.777	41.902.777	83.805.554	132,80000000	2,70	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Perspectiva de rentabilidade futura. Do preço de emissão das novas ações, o montante de aproximadamente R$ 1,68 por ação foi alocado à nossa conta de reserva de ágio.									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional.									
02/05/2011	Assembleia Geral	02/05/2011	25.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
24/05/2011	Conselho de Administração	31/05/2011	22.349,39	Subscrição particular	1.117.470	1.117.469	2.234.939	0,00603388	0,01	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em 24 de maio de 2011. Referido aumento foi realizado dentro do limite do nosso capital autorizado, sendo homologado pela Assembleia Geral em 31 de maio de 2011.									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional.									

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferênciais	Quantidade total ações
Grupamento						
31/05/2011	170.800.947	170.800.947	341.601.894	85.400.473	85.400.473	170.800.946

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que o nosso capital social não sofreu redução.

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 17 do Formulário de Referência.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O nosso Estatuto Social prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito o recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembléia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o nosso Estatuto Social, os dividendos não reclamados no prazo de três anos pelos acionistas, contado do início de seu pagamento, prescreverão a nosso favor.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	O Estatuto Social não dispõe sobre o reembolso de capital no direito de retirada e respeita a Lei 6.404/76 que dispõe em seu artigo 45, que qualquer um dos acionistas dissidente das deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor patrimonial de suas ações. No caso do exercício de tal direito, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado. Se, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço, o acionista poderá solicitar o levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias da data da deliberação, para a avaliação do valor de suas ações. Nesse caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas e, levantado balanço especial, o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seus direito essenciais conforme determinado pela Lei das Sociedades Anônimas. O Estatuto Social prevê que os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência para os nossos antigos acionistas, nas hipóteses de conversão de títulos mobiliários em ações ou na outorga de exercício de compra de ações, na forma do artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, bem como nas hipóteses de venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou na permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos incisos I e II do artigo 172 da Lei das Sociedades Anônimas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.

Espécie de ações ou CDA	**Preferencial**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	O nossso Estatuto Social prevê que uma quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações, deverá estar disponível para distribuição na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício social. Às ações preferenciais é assegurado o direito de percepção de dividendos em valor no mínimo igual aos dividendos pagos às ações ordinárias. De acordo com o nosso estatuto social, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos pelos acionistas, contado do início de seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.
Direito a voto	Restrito

18.1 - Direitos das ações

Descrição de voto restrito	As ações preferenciais de nossa emissão terão direito a voto nas seguintes matérias: (i) nossa transformação, incorporação, fusão ou cisão; (ii) aprovação de contratos entre a nós e nosso acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais seu acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento do nosso capital; (iv) escolha de empresa especializada para determinação do nosso valor econômico, para fins de ofertas públicas para alienação do controle acionário, cancelamento do nosso registro de companhia aberta e saída do Nível 2; e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 da Seção IV do Regulamento do Nível 2.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	SIm
Descrição das características do reembolso de capital	O Estatuto Social não dispõe sobre o reembolso de capital no direito de retirada e respeita a Lei 6.404/76 que dispõe em seu artigo 45, que qualquer um dos acionistas dissidente das deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor patrimonial de suas ações. No caso do exercício de tal direito, os acionistas terão direito a receber o valor contábil de suas ações, com base no último balanço aprovado. Se, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias após a data do último balanço, o acionista poderá solicitar o levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias da data da deliberação, para a avaliação do valor de suas ações. Nesse caso, a Companhia deve pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por seus acionistas e, levantado balanço especial, o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seus direito essenciais conforme determinado pela Lei das Sociedades Anônimas. O Estatuto Social prevê que os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência para os antigos acionistas da Companhia, nas hipóteses de conversão de títulos mobiliários em ações ou na outorga de exercício de compra de ações, na forma do artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, bem como nas hipóteses de venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou na permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos incisos I e II do artigo 172 da Lei das Sociedades Anônimas, capitalizando-se os recursos através das modalidades admitidas em lei.
Outras características relevantes	Não existem outras características relevantes.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Por adotar as práticas diferenciadas de governança corporativa estabelecidas no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, o nosso Estatuto Social prevê as seguintes situações nas quais a oferta pública de aquisição das ações de nossa emissão devem ser realizadas:

Cancelamento de Registro de Companhia Aberta: o cancelamento do registro de companhia aberta por decisão do acionista controlador ou grupo de acionistas controladores só pode ocorrer caso o controlador, grupo de acionistas controladores, ou a própria companhia efetive uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e observados os regulamentos e normas da CVM bem como o Regulamento do Nível 2 que, entre outros requisitos, exigem que o preço ofertado seja justo, limitado ao valor preço mínimo correspondente ao valor econômico dessas ações, na forma estabelecida em lei; e que os acionistas titulares de mais de dois terços das ações em circulação tenham concordado expressamente com o cancelamento do registro ou aceitado a oferta pública, sendo que, para esse fim específico, considera-se ações em circulação apenas aquelas ações cujos titulares tiverem concordado expressamente com o cancelamento do registro ou tiverem se habilitado para o leilão de oferta pública.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, preço justo é definido como sendo o nosso valor de avaliação, apurado com base nos critérios, adotados de forma isolada ou combinada, de patrimônio líquido contábil, de patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, de fluxo de caixa descontado, de comparação por múltiplos, de cotação das ações de nossa emissão no mercado ou com base em outro critério aceito pela CVM.

É assegurada a revisão do valor da oferta, no caso de titulares de, no mínimo, 10% das ações em circulação no mercado requererem aos nossos Administradores que convoquem Assembleia Especial dos acionistas titulares de ações de nossa emissão em circulação para deliberar sobre a realização de nova avaliação pelo mesmo ou por outro critério, para efeito de determinação de nosso valor de avaliação. Tal requerimento deverá ser apresentado no prazo de 15 dias da divulgação do valor das ações da oferta pública de aquisição, devidamente fundamentado. Os acionistas que requisitarem a realização de nova avaliação, bem como aqueles que votarem a seu favor, deverão nos ressarcir pelos custos incorridos, caso o novo valor seja inferior ou igual ao valor inicial da oferta. No entanto, caso o valor apurado na segunda avaliação seja maior, a oferta pública de aquisição deverá obrigatoriamente adotar esse maior valor ou ser cancelada, devendo tal decisão ser divulgada ao mercado.

Para os fins deste parágrafo, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, ações em circulação no mercado significam todas as ações de nossa emissão, excetuadas as ações de nossa emissão de titularidade dos acionistas controladores e/ou de membros da nossa administração e as ações de nossa emissão mantidas em tesouraria.

Nos termos do Regulamento do Nível 2 e do nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada para o cancelamento do registro de companhia aberta deverá corresponder ao valor econômico, assim entendido como o nosso valor e o valor das ações de nossa emissão, apurado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao nosso poder de decisão e ao poder de decisão dos membros da nossa Administração e/ou dos nossos acionistas controladores, que será escolhida pela Assembleia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos presentes naquela Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Para os fins deste parágrafo, conforme previsto no Regulamento do Nível 2, ações em circulação significam todas as ações de nossa emissão, excetuadas as ações de nossa emissão de titularidade dos acionistas controladores, de pessoas a estes vinculadas e/ou de membros da nossa administração e as ações de nossa emissão mantidas em tesouraria. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Saída do Nível 2: podemos, a qualquer momento, requerer o cancelamento de sua listagem no Nível 2, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria das ações de nossa emissão, e desde que a BM&FBOVESPA seja informada por escrito com no mínimo 30 dias de antecedência. Tal deliberação deverá especificar se a saída ocorre porque os valores mobiliários de nossa emitidos passarão a ter registro para negociação fora do Nível 2, ou se em razão do cancelamento do nosso registro de companhia aberta. A nossa saída do Nível 2 não implicará a perda da nossa condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Quando a saída do Nível 2 ocorrer (i) para que as ações passem a ter registro de negociação fora do Nível 2, ou (ii) em razão da reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Nível 2, o acionista controlador ou grupo de acionistas controladores deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas, observados os termos e condições prescritos na regulamentação. Nos termos do Regulamento do Nível 2 e do nosso Estatuto Social, o preço mínimo das ações na oferta pública de aquisição de ações a ser efetuada nesses casos deverá corresponder, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, ao valor econômico, assim entendido como o nosso valor e o valor das ações de nossa emissão, apurado mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM, em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao nosso poder de decisão e ao poder de decisão dos membros da nossa administração e/ou dos nossos acionistas controladores, que será escolhida pela Assembleia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo nosso Conselho de Administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos presentes naquela Assembleia Geral, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação. Para os fins deste parágrafo, conforme previsto no Regulamento do Nível 2, ações em circulação significam todas as ações de nossa emissão, excetuadas as ações de nossa emissão de titularidade dos nossos acionistas controladores, de pessoas a estes vinculadas e/ou de membros da nossa administração e as ações de nossa emissão mantidas em tesouraria. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Nos termos do Regulamento do Nível 2, caso o nosso controle seja alienado nos 12 meses subsequentes à nossa saída do Nível 2, o acionista controlador alienante e o comprador deverão oferecer aos demais acionistas a aquisição de suas ações pelo preço e nas condições obtidas pelo acionista controlador alienante, devidamente atualizado. Ademais, se o preço obtido pelo acionista controlador alienante na alienação de suas próprias ações for superior ao valor da oferta pública de aquisição de saída realizada, o acionista controlador alienante e o adquirente ficarão conjunta e solidariamente obrigados a pagar a diferença de valor apurado aos aceitantes da respectiva oferta pública de aquisição.

Após uma eventual saída do Nível 2, não poderemos solicitar a listagem de valores mobiliários de sua emissão no Nível 2 pelo período de dois anos subsequentes ao cancelamento, a menos que ocorra uma alienação do nosso controle após a sua saída do Nível 2.

Alienação de Controle da Companhia: o Regulamento do Nível 2, bem como o nosso Estatuto Social, estipula que a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar uma oferta pública de aquisição aos nossos outros acionistas, observando as condições e prazos vigentes na legislação e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação do nosso controle.

Aquele que já detiver ações de nossa emissão e venha a adquirir o poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador alienante, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública de ações; (ii) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 meses anteriores à data da alienação do nosso controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações de nossa emissão nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pela variação positiva do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de nossa emissão em circulação, dentro dos 6 meses subsequentes à aquisição do controle.

O comprador deve ainda, quando necessário, tomar as medidas necessárias para recompor o percentual mínimo de ações em circulação, consistente em 25% do total de ações do capital social, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do controle.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A oferta pública referida no parágrafo acima também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de nosso controle, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído a nós nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Por fim, não registraremos: (i) qualquer transferência de ações para o adquirente do controle, ou para aqueles que vierem a deter o controle, enquanto estes não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores, tal qual definido no Regulamento do Nível 2 e no nosso Estatuto Social; ou (ii) qualquer acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores. Da mesma forma, o acionista controlador alienante não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos prevista no nosso Estatuto Social.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que nossos valores mobiliários não são negociados em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não possuímos outros valores mobiliários emitidos além de ações.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

As ações ordinárias de nossa emissão serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código “ABRE3”.

As ações preferenciais de nossa emissão serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código “ABRE4”.

As Units representativas de ações de nossa emissão serão negociadas na BM&FBOVESPA sob o código “ABRE11”.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

a. país

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

b. mercado

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

c. entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

d. data de admissão à negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

e. se houver, indicar o segmento de negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

f. data de início de listagem no segmento de negociação

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

g. percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

h. se houver, proporção de certificados de depósitos no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

i. se houver, banco depositário

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

j. se houver, instituição custodiante

Não aplicável, uma que vez que não possuímos valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não aplicável, dado que nós ou terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, não realizaram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários relativas a valores mobiliários de nossa emissão.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que não realizamos ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Outras informações relevantes

Emissão de Debêntures pela Greentree posteriormente assumidas pela Gráfica e Editora Anglo: em 25 de outubro de 2010, a Greentree firmou com o Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Oliveira Trust"), na qualidade de agente fiduciário, o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, contando também com Garantia Fidejussória e com Garantira Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Greentree Educacional S.A.", por meio do qual foram emitidas 1.059 debêntures, no valor de R$ 250,0 mil cada uma, totalizando R$ 264,8 milhões ("Debêntures").

Posteriormente, a Greentree e suas subsidiárias, incluindo as sociedades do Anglo, foram objeto de reorganização societária, que contemplou, dentre outros aspectos, a incorporação pela Gráfica e Editora Anglo da parcela do patrimônio cindido da Greentree referente à dívida relacionada às Debêntures foram assumidas pela Gráfica e Editora Anglo (para maiores informações acerca da reorganização societária, vida Item 6.5 deste Formulário de Referência).

Em vista de tal reorganização societária, foi firmado, em 17 de março de 2011, o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, contando também com Garantia Fidejussória e com Garantira Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da Greentree Educacional S.A.", de modo a formalizar a assunção pela Gráfica e Editora Anglo da dívida relativa às Debêntures emitidas pela Greentree.

Registro: as Debêntures foram registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e no SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP").

Banco Mandatário e Agente Escriturador: o banco mandatário e o agente escriturador das Debêntures é o Bradesco.

Agente Fiduciário: Oliveira Trust.

Prazo e Amortização: as Debêntures têm prazo de vigência de cinco anos, contados de 25 de outubro de 2010 e deverão ser amortizadas da seguinte forma: (i) 25% do montante principal das Debêntures deverá ser pago em 25 de outubro de 2012; (ii) 25% do saldo remanescente do montante principal das Debêntures deverá ser pago em 25 de outubro de 2013; (iii) 25% do saldo remanescente do montante principal das Debêntures deverá ser pago em 25 de outubro de 2014; e (iv) 25% do saldo remanescente do montante principal das Debêntures deverá ser pago em 25 de outubro de 2015. Em 31 de março de 2011, havia um saldo remanescente do montante principal das Debêntures no valor de R$ 264,8 milhões e de juros incorridos no montante de R$ 14,5 milhões.

Remuneração: sobre o valor unitário de cada uma das Debêntures incidem juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 2,00% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo não amortizado do valor unitário de cada uma das Debêntures, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento. A remuneração incidente sobre as Debêntures será paga a cada seis meses, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 25 de abril de 2011 e o último será em 25 de outubro de 2015.

Resgate: as Debêntures poderão ser totalmente resgatadas antecipadamente pela Gráfica e Editora Anglo, mediante comunicação escrita aos debenturistas, com antecedência mínima de dez dias úteis da data do efetivo resgate antecipado, mediante o pagamento do saldo do valor nominal unitário da totalidade das Debêntures, acrescido: (i) da remuneração, calculada desde a data de emissão ou desde a data do vencimento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo resgate; (ii) dos demais encargos devidos às Debêntures e não pagos até a data do resgate antecipado; e (iii) de prêmio de 1,00% sobre o valor total resgatado.

18.10 - Outras informações relevantes

Vencimento Antecipado: as Debêntures possuem cláusula de vencimento antecipado costumeiramente utilizadas pelo mercado, incluindo: (a) não observância por nós, ao final de cada exercício social, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, de índices de alavancagem máxima, calculados com base nas nossas demonstrações financeiras consolidadas relativos à relação entre Dívida Líquida e EBITDA de, no máximo: 6,2x para o exercício social de 2010, 4,0x para o exercício social de 2011, 3,5x para o exercício social de 2012 e 3,0x para o exercício social a partir de 2013, sendo que Dívida Líquida significa, para os fins deste subitem, o somatório sem duplicação, de (i) todo endividamento bancário, (ii) todas as obrigações nos termos de arrendamentos mercantis, (iii) todas as obrigações decorrentes de pagamento parcelado relativo à aquisição de negócio, (iv) todas as garantias de dívidas de terceiros, e (v) todas as dívidas tributárias, subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades, não se considerando o endividamento proveniente de dívidas tributárias da Editora Ática e da Editora Scipione constantes do Programa de Recuperação Fiscal IV ("REFIS IV"); e (b) não observância por nós, ao final de cada exercício social, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, de índices de cobertura de juros, calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Abril Educação relativos à relação entre EBITDA e Despesas Financeiras, (excetuado variação cambial positiva ou negativa) de, no mínimo: 1,0x para o exercício social de 2010, 1,5x para o exercício social de 2011, 2,0x para o exercício social de 2012 e 2,5x para o exercício social a partir de 2013, sendo que Despesas Financeiras significa, para os fins deste subitem, o somatório de despesas de juros, comissões e impostos referentes a (i) empréstimos, financiamentos e debêntures, (ii) todas as obrigações nos termos de arrendamentos mercantis e (iii) todas as obrigações bancárias decorrentes de pagamento parcelados relativos a aquisição de negócio (iv) todas as dívidas tributárias, não se considerando o endividamento proveniente de dívidas tributárias da Editora Ática e da Editora Scipione constantes do REFIS IV. Considera-se como EBITDA para os fins dos itens (a) e (b), o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos doze meses, conforme cada item seja reportado nas nossas mais recentes demonstrações financeiras, apurados segundo as normas contábeis aplicáveis.

Garantias: para garantir as obrigações assumidas pela emissão das Debêntures, a totalidade das quotas representativas do capital social do Anglo Vestibulares havia sido alienada fiduciariamente em favor do Oliveira Trust, enquanto representante dos titulares das Debêntures, por meio do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Quotas em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 30 de setembro de 2010.

Porém, em 30 de novembro de 2010, foi efetivada a nossa reorganização societária, que contemplou, dentre outras etapas: (i) aumento de capital do Anglo Vestibulares; (ii) a incorporação da Editora Anglo e da Siga pelo Anglo Vestibulares; (iii) a incorporação do Anglo Vestibulares pela Gráfica e Editora Anglo; e (iv) cisão total da Greentree, a Gráfica e Editora Anglo incorporou a parcela do patrimônio cindido relacionada à dívida oriunda das Debêntures. Tal reorganização societária foi aprovada pelos debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 29 de novembro de 2010 (para maiores informações acerca desta reorganização societária, vide item 6.5 deste Formulário de Referência).

Em decorrência da citada reorganização societária, as Debêntures da Greentree e suas respectivas garantias outorgadas pela Greentree foram também reorganizadas, de modo que a Gráfica e Editora Anglo assumiu as obrigações oriundas as Debêntures. Assim, a totalidade das ações de emissão da Gráfica e Editora Anglo foram alienadas fiduciariamente aos titulares das debêntures emitidas por tal sociedade, representadas pela Oliveira Trust. ("Oliveira Trust") ao Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e ao HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo ("HSBC"), nos termos do "o Instrumento Particular de Novo Contrato de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças" datado de 23 de dezembro de 2010, celebrado entre Oliveira Trust, Bradesco e HSBC, de forma a garantir as obrigações da Gráfica e Editora Anglo, nos termos do "Instrumento Particular de 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, contando também com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da Greentree Educacional S.A.", celebrado em 30 de setembro de 2010 e aditado em 17 de março de 2011, por meio do "Primeiro Aditivo ao Instrumento Particular de 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, contando também com Garantia Fidejussória e com Garantia Adicional, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação da Greentree Educacional S.A.".

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que não aprovamos qualquer plano de recompra de ações de nossa emissão.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que não mantemos qualquer valor mobiliário de nossa emissão em tesouraria.

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que não matemos qualquer valor mobiliário de nossa emissão em tesouraria.

19.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para este Item 19 do Formulário de Referência.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**31/05/2011**
Cargo e/ou função	Nós, nossos acionistas controladores, diretos e indiretos, nossos administradores, membros do nosso Conselho Fiscal e de quaisquer dos nossos outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, nossos empregados e Diretores que, em virtude de seu cargo ou posição, tenham acesso a qualquer informação privilegiada, bem como suas sociedades controladas e/ou sob controle comum, seus respectivos acionistas controladores, cônjuges, companheiros, dependentes incluídos na declaração anual do imposto de renda, que tenham aderido expressamente à Política Negociação e estejam obrigados à observância das regras nelas descritas, ou, ainda, qualquer pessoa que, mesmo não tendo aderido à nossa Política de Negociação, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante, em virtude de seu cargo, função ou posição ocupada, seus acionistas controladores, suas controladas ou coligadas ("Pessoas Vinculadas").

Principais características

A Política de Negociação tem por objetivo coibir e punir a utilização de informações privilegiadas em benefício próprio das Pessoas Vinculadas em negociação com valores mobiliários de nossa emissão e enunciar as diretrizes que regerão, de modo ordenado e dentro dos limites estabelecidos por lei, a negociação de tais valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM nº 358 e das nossas políticas internas da. Tais regras também procuram coibir a prática de insider trading (uso indevido em benefício próprio ou de terceiros de informações privilegiadas) e tipping (dicas de informações privilegiadas para que terceiros delas se beneficiem), preservando a transparência nas negociações de valores mobiliários de nossa emissão. O Conselho de Administração não poderá deliberar a aquisição de ações para tesouraria no período que ocorrer entre os procedimentos e atos iniciais e até que se torne efetivamente público, através de fato relevante, qualquer um dos seguintes eventos: (a) transferência do controle societário; (b) incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou fusão; ou (c) reorganização societária. As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Negociação e da legislação específica se obrigam a nos ressarcir e/ou as outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que nós e/ou as outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento. A Política de Negociação entrou em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e permanecerá vigorando por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários, independente de determinação do Diretor de Relações com Investidores nesse sentido: (a) no período de 15 dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais e anuais exigidas pela CVM; (b) entre a data da deliberação do órgão competente de aumentar o capital social, distribuir dividendos e pagar juros sobre o capital próprio, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios; e (c) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à nossa intenção ou dos nossos acionistas controladores de: (i) modificar o nosso capital social mediante subscrição de ações; (ii) aprovar um programa de aquisição ou alienação de ações de nossa emissão por nós mesmo; ou (iii) distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio, bonificações em ações ou seus derivativos ou desdobramento; e a publicação dos respectivos editais e/ou anúncios ou informativos. Adicionalmente, as Pessoas Vinculadas deverão abster-se de negociar os valores mobiliários de nossa emissão que possuam: (a) em todos os períodos em que o Diretor de Relações com Investidores haja determinado a proibição de negociação (”Período de Bloqueio”); (b) anteriormente à divulgação ao público de fato relevante nos termos da Política de Divulgação, sendo nesse caso também vedada a prestação a terceiros de aconselhamento ou assistência de investimento em valores mobiliários por parte das pessoas vinculadas que tenham conhecimento de tal fato relevante e/ou da data de sua divulgação, bem como quando estiver em curso distribuição pública de valores mobiliários de nossa emissão; (c) caso estejam cientes da existência de informação relevante de qualquer outra empresa ainda não divulgada com potencialidade de interferir na cotação dos valores mobiliários de nossa emissão, incluindo nossas subsidiárias, nossas sociedades controladas e/ou coligadas, competidores, fornecedores e nossos clientes; e (d) quando as pessoas vinculadas se afastarem de cargos na nossa administração anteriormente à divulgação de fatos relevantes originados durante seu período de gestão até: (i) o encerramento do prazo de seis meses contado da data de seu afastamento; ou (ii) a divulgação ao público do fato relevante. As vedações para negociação com valores mobiliários devem ser observadas pelas Pessoas Vinculadas até a divulgação de fato relevante por nós, e serão mantidas mesmo após a divulgação de fato relevante, na hipótese em que eventuais negociações com tais valores mobiliários pelas Pessoas Vinculadas possam interferir, em prejuízo nosso ou de nossos acionistas, com o ato ou fato associado ao fato relevante. Em tal situação, o Diretor de Relações com Investidores divulgará comunicado interno informando sobre a manutenção da proibição.

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 20 do Formulário de Referência.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação abaixo descrita, não adotamos qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação é também aplicável às Pessoas Vinculadas e é por nós adotada tem por objetivo disciplinar o uso e a divulgação de informações no nosso âmbito que, por sua natureza, possam ser classificados como fato relevante, estabelecendo as regras e diretrizes que deverão ser observadas pelo Diretor de Relações com Investidores e demais pessoas vinculadas quanto ao uso, divulgação e manutenção de sigilo de tais informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Caberá ao nosso Diretor de Relações com Investidores zelar para que os fatos relevantes ocorridos ou relacionados aos nossos negócios sejam divulgados ao mercado na forma prevista na legislação específica e na Política de Divulgação, de forma clara e precisa em linguagem acessível ao público investidor, bem como zelar pela sua ampla e imediata disseminação, simultânea em todos os mercados em que os valores mobiliários de nossa emissão sejam negociados.

A comunicação de fatos relevantes à CVM e às bolsas de valores deve ser feita imediatamente, por meio de documento escrito, descrevendo detalhadamente os atos e/ou fatos ocorridos, indicando, sempre que possível, os valores envolvidos e outros esclarecimentos.

A divulgação dos fatos relevantes ocorrerá por meio da publicação de anúncios nos jornais de grande circulação por nos utilizados habitualmente e conforme previsto na legislação vigente podendo o anúncio conter descrição resumida da informação relevante e indicar os endereços na rede mundial de computadores onde a informação detalhada deverá estar disponível a todos os investidores, efetivo ou potencial, em teor mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às bolsas de valores.

Poderemos criar um sistema on-line de divulgação de informações a investidores, enviando fatos relevantes por meio de correio eletrônico (*e-mail*) de pessoas cadastradas em banco de dados criado para este fim. Tal sistema de divulgação não substituirá os outros meios de divulgação de informação previstos na Política de Divulgação e na legislação aplicável.

Sempre que possível, a divulgação de qualquer fato relevante ocorrerá antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores, sendo que, em caso de incompatibilidade de horários com outros mercados, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Sempre que for veiculado fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou público selecionado, no País ou no exterior, o fato relevante deverá ser simultaneamente divulgado à CVM, às bolsas de valores e aos investidores em geral.

As Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de qualquer informação que possa configurar fato relevante deverão comunicar, imediatamente e por escrito, ao Diretor de Relações com Investidores para que esse, por sua vez, tome as medidas necessárias para divulgação da informação, nos termos da lei e da Política de Divulgação.

As Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento de fato relevante e constatem a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de divulgação por mais de três dias úteis contados do comunicado deverão encaminhar imediatamente comunicação escrita aos nossos administradores para que estes tomem as medidas cabíveis para divulgação da informação ao mercado e às autoridades competentes, se for o caso. A responsabilidade dos administradores e das Pessoas Vinculadas que tiveram acesso a fatos relevantes não divulgados apenas cessará quando a divulgação à CVM tiver ocorrido.

O Diretor de Relações com Investidores poderá deixar de divulgar fato relevante caso entenda que a revelação colocará em risco nossos interesses legítimos, devendo divulgá-lo imediatamente na hipótese de a informação escapar ao controle ou ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada de valores mobiliários de nossa emissão.

O Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar à CVM a manutenção das informações em sigilo, sendo que a solicitação à CVM deverá ocorrer por meio de envelope lacrado com a inscrição “CONFIDENCIAL” endereçado à Presidência da CVM.

Caso o Diretor de Relações com Investidores julgue necessário, poderá submeter a aprovação da manutenção de fato relevante em sigilo à deliberação da Diretoria e esta, por sua vez, à deliberação do Conselho de Administração.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

São responsabilidades do Diretor de Relações com Investidores: (i) divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores, imediatamente após a ciência, qualquer fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios; (ii) zelar pela ampla e imediata disseminação de Fatos Relevantes simultaneamente nas bolsas de valores, assim como ao público investidor em geral; (iii) prestar aos órgãos competentes, quando devidamente solicitado, esclarecimentos adicionais à divulgação de fato relevante; e (iv) acompanhar e averiguar as negociações de valores mobiliários de nossa emissão efetuadas por Pessoas Vinculadas, com o objetivo de esclarecer se elas têm conhecimento de informação privilegiada e/ou que tenha de ser divulgada ao mercado.

As Pessoas Vinculadas devem guardar sigilo acerca de fatos relevantes que ainda não tenham sido divulgados, às quais tenham acesso em razão do cargo ou posição que ocupam, até que tais fatos relevantes sejam divulgados ao público, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança e contatos comerciais também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

As Pessoas Vinculadas não devem discutir fatos relevantes em lugares públicos. Informações privilegiadas somente poderão ser discutidas com aqueles que tenham a necessidade de conhecê-las. As Pessoas Vinculadas devem ainda: (i) não se valer de informações privilegiadas para obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio da compra ou venda de valores mobiliários de nossa emissão, ou a eles referenciados; (ii) zelar para que a violação do item (i) acima não possa ocorrer através de subordinados diretos ou terceiros de sua confiança, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento; e (iii) comunicar à nós a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários de nossa emissão, de sociedades por nós controladas ou de nossos acionistas controladores, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas.

A comunicação acima referida sobre a titularidade e as negociações realizadas deverá abranger negociações com derivativos ou quaisquer outros valores mobiliários referenciados nos valores mobiliários de nossa emissão ou de emissão de suas sociedades controladas ou de acionistas controladores, nestes dois últimos casos, desde que se trate de companhias abertas. Tal comunicação deverá ocorrer no prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, contendo: (i) indicação do saldo da posição antes e depois da negociação; (ii) nome e qualificação do titular, indicando o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas; (iii) quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e (iv) forma de aquisição ou alienação, preço e data das transações.

O nosso Diretor de Relações com Investidores ficará responsável pelo envio das informações à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, no prazo estabelecido pela Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002.

As Pessoas Vinculadas devem ainda nos comunicar os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge do qual a pessoa não esteja separada judicialmente, de companheiro, de qualquer dependente incluído em sua declaração anual de imposto sobre a renda, e de sociedades controladas direta ou indiretamente por essas pessoas, nos mesmos termos do parágrafo acima.

Quaisquer violações da Política de Divulgação verificadas pelas Pessoas Vinculadas deverão ser a nos comunicadas imediatamente, na pessoa do nosso Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Vinculadas que, inadvertidamente ou sem autorização, de qualquer modo comunicarem, pessoalmente ou através de terceiros, informação privilegiada a qualquer pessoa não vinculada, antes de sua divulgação ao mercado, deverá informar tal ato imediatamente ao Diretor de Relações com Investidores para que este tome as providências cabíveis.

O nosso Diretor de Relações com Investidores ficará responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas por nós, à CVM e, se for o caso, às bolsas de valores, bem como por atualizar o nosso Formulário de Referência nos campos correspondentes.

As Pessoas Vinculadas responsáveis pelo descumprimento de qualquer disposição constante da Política de Divulgação e da legislação específica se obrigam a nos ressarcir e/ou as outras Pessoas Vinculadas, integralmente e sem limitação, de todos os prejuízos que nós e/ou as outras Pessoas Vinculadas venham a incorrer e que sejam decorrentes, direta ou indiretamente, de tal descumprimento.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Qualquer alteração desta Política de Divulgação deverá ser aprovada pelo nosso Conselho de Administração e obrigatoriamente comunicada à CVM e às bolsas de valores.

Comunicaremos formalmente às Pessoas Vinculadas os termos da deliberação do nosso Conselho de Administração que aprovar ou alterar a Política de Divulgação, obtendo dessas pessoas a respectiva adesão formal por meio de assinatura do Termo de Adesão, que será arquivado na nossa sede desde o início do vínculo até o final do quinto ano, no mínimo, após o seu desligamento.

A relação de Pessoas Vinculadas, juntamente com as respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, será mantida atualizada na nossa sede, à disposição da CVM.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam essa prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração de uma companhia deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade, entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, podem ser citadas algumas adotadas por nós: (a) além de outras atribuições previstas na Lei de Sociedades por Ações, a Assembleia Geral tem competência para deliberar sobre a: (i) eleição ou destituição, a qualquer tempo, dos membros e respectivos suplentes do nosso Conselho de Administração e do nosso Conselho Fiscal; (ii) fixação da remuneração, global ou individual, dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como a dos membros do nosso Conselho Fiscal; (iii) reforma do nosso Estatuto Social; (iv) nossa transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação, bem como eleição e destituição de liquidantes e julgar-lhes as contas; (v) proposta apresentada pela administração ou diretoria, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; e (viii) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo nosso Conselho de Administração; (b) contratação de empresa de auditoria independente para análise de nossos balanços e demonstrativos financeiros; (c) previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal; (d) escolha do local para a realização da Assembleia Geral de forma a facilitar a presença de todos os acionistas ou seus representantes; (d) clara definição no nosso Estatuto Social da forma de eleição, destituição e tempo de mandato dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria; (e) relacionamento transparente entre o Diretor Presidente e os demais Diretores Executivos com indivíduos ou entidades que assumam algum tipo de risco, direto ou indireto perante nós; (f) transparência na divulgação pública do nosso relatório anual da Administração; (g) relatório anual que, além das exigências legais, envolve todos os aspectos da nossa atividade empresarial em um exercício completo, comparativamente a exercícios anteriores, ressalvados assuntos de justificada confidencialidade; e (h) livre acesso às nossas informações e instalações pelos membros do nosso Conselho de Administração.

Nossa área de relações com investidores envia periodicamente ao mercado informações eletrônicas contendo os fatos relevantes e a divulgação de resultados do nosso grupo econômico. Além disso, informações sobre nós são atualizadas diariamente em sua página na internet, garantindo acesso a todos os interessados. Tais medidas são tomadas vislumbrando o desenvolvimento de um contínuo e transparente relacionamento entre o grupo econômico ao qual pertencemos e o mercado de capitais nacional e internacional.

Dessa maneira, procuramos manter um consistente e proativo relacionamento com o mercado, buscando evitar que determinados grupos de pessoas tenham acesso seletivo ou privilegiado às suas informações, se empenhando em assegurar que a divulgação de suas informações seja feita de forma simultânea a todo o mercado.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que não houve operações de aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na formação de condução dos nossos negócios.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, uma vez que não houve contratos relevantes celebrados por nós e nossas controladas não diretamente relacionados com nossas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 22 do Formulário de Referência.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)